

Sérgio Carlos Ferreira

**PREÇOS E SALÁRIOS EM
PORTUGAL
NA
BAIXA IDADE MÉDIA**

Faculdade de Letras do Porto
2007

Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-
Graduados em História Medieval e do Renascimento

I - INTRODUÇÃO

Não se encontrarão neste estudo os atractivos que caracterizam a história política, a curiosidade despertada pela investigação biográfica ou o fascínio proporcionado pelo retrato socio-económico de uma qualquer comunidade medieval. Encontrar-se-á, sim, uma ferramenta de trabalho, nascida da observação sistemática de preços e salários tardo-medievais e pensada para apoiar a investigação a um duplo tempo. Desde logo, contribuindo para um melhor enquadramento monetário de múltiplos bens e serviços dos séculos XIV e XV. A médio prazo, esperando apoiar um projecto que supra uma das principais lacunas da historiografia medieval portuguesa, ou seja, a inexistência de um amplo exame do quotidiano económico do homem medieval português.

1.1. A escolha do tema

Devo recuar a inícios do ano de 2005 para encontrar a origem do presente estudo, altura em que o Prof. Luís Miguel Duarte, leccionando o seminário “Sociedades Urbanas”, lamentava a inexistência de um trabalho sobre preços e salários medievais que contribuísse, por exemplo, para atribuir uma ordem de grandeza a diversos bens e serviços, bem como acentuava a necessidade de alguém assumir essa empresa.

Embora as minhas atenções não se inclinassem, até aí, para essa área da investigação, a verdade é que, de imediato, aquela reflexão despertou um grande interesse em mim, levando-me, inclusive, a escolhê-la como tema para um dos trabalhos a realizar no referido seminário. Comunicado esse interesse, obtive sempre o seu apoio para que continuasse nesse caminho, o que, todavia, não foi uma decisão fácil. O facto de pouco saber de história económica e monetária, a aridez de muitos dos seus conceitos e a escassez de trabalhos anteriores, entre muitos outros aspectos, constituíam obstáculos de monta. Em todo o caso, a paixão pelo tema, crescente até hoje, a vontade de construir algo, senão inovador, pelo menos não repetitivo, e a necessidade de abordagens a este ramo da história medieval portuguesa impediram que desistisse desse propósito, como prova o presente estudo.

1.2. Objecto de estudo: tempo, espaço e perspectiva

Importa, desde já, definir os quatro pontos cardeais orientadores de qualquer trabalho científico: objecto, tempo, espaço e perspectiva.

Assumindo-se, à partida, o conceito de ferramenta como pedra de toque da realização deste estudo, entendeu-se que este deveria ser pautado pela abrangência. Neste sentido, a

nossa proposta passa por criar uma espécie de guia, a nível nacional e para os séculos XIV e XV, sobre os preços e salários do maior número possível de bens e profissões.

É certo que a escolha de apenas uma destas temáticas (preços ou salários), a redução da análise a um conjunto específico de bens ou ocupações ou a um espaço e/ou tempo mais circunscritos, traria vantagens evidentes (possibilidade de maior especialização e profundidade no exame, bem como simplificação de problemas ao nível da metrologia e moeda tardo-medievais). No entanto, a adopção de qualquer um destes limites impediria, entre outros aspectos, a construção de bases para um futuro exercício com enfoque no custo e níveis de vida; a observação de uma imagem de conjunto em termos geográficos que permitisse, por exemplo, vislumbrar diferenças a nível regional e a percepção de movimentos evolutivos num período particularmente interessante da história económica portuguesa.

Assim, a opção pela abrangência ajudará a construir uma nova forma de abordagem face a uma grande multiplicidade de bens e salários, despertando, com isso, diversas questões, interpretações e perspectivas futuras. Com efeito, perante cada conjunto de preços ou salários, definido para um bem ou profissão, levantavam-se questões específicas, as quais, por sua vez, incitavam à criação de cenários interpretativos. Quais as razões para um possível embaratecimento do vestuário e de muitos outros bens desde finais do século XIV? A confirmar-se, quais terão sido os factores que originaram preços mais baratos na cidade do Porto e, de um modo geral, no norte do reino, sobretudo quando comparados com a cidade de Lisboa e vila do Funchal? Estas e muitas outras perguntas, que cremos relevantes, só puderam surgir e foram a natural consequência da adopção de um objecto, tempo e espaço mais amplos.

Apesar deste objectivo de abrangência, os actuais limites de número de páginas e de tempo associados a uma dissertação de mestrado forçaram-nos a omitir alguns planos de análise, nomeadamente o preço da propriedade e habitação nas suas diversas modalidades, a produção documental e o pagamento do serviço militar. Esperamos, todavia, que a sua imensa especificidade, dimensão documentativa e tratamento bibliográfico constituam, em breve, objecto de estudo.

A escassez de trabalhos sobre preços e salários medievais portugueses conduzirá, por sua vez, a que nos demoremos essencialmente nos valores em si mesmos e não tanto no seu processo de construção e discussão, ou seja, deixar-se-ão de lado, por ora, debates como o do justo preço ou o da constante disputa entre autoridade reguladora e vendedor, salientando-se,

a esse nível, a dialéctica liberdade de tabelamento individual/almoço pública¹. Motivar, na mesma medida, uma focagem essencialmente nacional. Quer isto dizer que, embora não se ignorando as realidades além-fronteiras e suas influências, será previamente necessário definir a realidade portuguesa com o maior grau de especificidade possível.

1.3. Principais dificuldades

Não será um exagero acreditar que poucos outros temas colocarão o mesmo nível, quantitativo e qualitativo, de dificuldades. Pensamos poder resumir tais obstáculos a cinco grandes grupos: escassez de produção historiográfica nacional; dispersão dos registos; indefinição dos pesos e medidas; questões monetárias e grande diversidade/especificidade do objecto de estudo.

1.3.1. Escassez de produção historiográfica nacional

Se, em outros temas, a produção historiográfica portuguesa começa a esbater as diferenças e, em alguns casos, até a superar as suas congéneres europeias, nomeadamente francesa, britânica e espanhola, no caso da história dos preços e salários, a realidade não podia ser mais diferente. Em vez de um esforço de aproximação, a esmagadora maioria dos medievistas persiste em ignorar este tema e, consequentemente, acentua o distanciamento. Repetem-se, até à exaustão, certos modelos, cuja utilidade começa a ser problemática, deixando-se praticamente na ignorância questões transversais.

Nada fazia prever este distanciamento com a edição, em 1959, da obra de referência *A Sociedade Medieval Portuguesa*², em que A. H. de Oliveira Marques traçava um retrato bastante estimulante sobre diversas componentes do trabalho medieval, abrindo caminho para estudos sobre a dimensão salarial e, em 1962, da *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*³, onde, pela primeira vez no nosso país, um historiador se debruçou, utilizando metodologia específica, sobre o preço de determinado bem, no caso, o trigo nos séculos XIV e XV. Com efeito, Oliveira Marques testaria aí as bases metodológicas que, nesse mesmo ano, havia explanado no seu artigo

¹ Espera-se que, em breve, também estes debates de enorme importância sejam alvo de um estudo aprofundado. A projecção destes temas a partir dos produtos alimentares foi já abordada por Iria Gonçalves. Vd. GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: Os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV)”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Património Histórico - Estudos, 1996, p. 97-116.

² MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 3.ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.

“Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”⁴. No entanto, ainda que expostas em dois trabalhos e sob ópticas diferentes (teórica e prática), estas não foram devidamente aproveitadas na proporção da sua importância, não tendo até hoje nascido nenhum projecto de fundo sobre preços medievais portugueses, o mesmo se afirmando em relação à componente salarial e, em maior grau, em relação aos níveis e custo de vida. Não se ignora a importância de alguns contributos, mas, sublinhe-se, nenhuma dessas obras elegeu a história dos preços, salários ou níveis de vida como o principal objecto de estudo⁵. Além de justificada pelo natural interesse por outros temas, à partida, mais atractivos, esta omissão terá, igualmente, que ser relacionada com os cinco grupos de dificuldades acima expostos, sobretudo com a dispersão dos registos e consequente impossibilidade, nestes temas, do estudo de um corpo documental constituído “de per si”, bem como a aridez dos conceitos próprios da história monetária e da metrologia medieval.

Esta realidade, como é perfeitamente natural, constitui uma das principais dificuldades a transpor. A falta de saber acumulado leva-nos a trabalhar quase sem rede, impedidos de comprovar algumas ideias e métodos.

1.3.2. Dispersão e características dos registos

Embora existam algumas séries de preços e salários tardo-medievais para o nosso país, estas são bastante raras e, só por si, não permitem a realização de um estudo que ambicione ultrapassar a mera análise de um curto período cronológico ou de um pequeno espaço geográfico. Ora, tal constitui um importante obstáculo, na medida em que exige uma maior amplitude nos mecanismos de pesquisa, bastante perseverança no sentido da busca de mais uma informação monetária, escondida por entre sucessivas páginas ou fólios de uma grande variedade tipológica de registos, e a sensibilidade para entender esta mesma diversidade e delinear prioridades. Com efeito, rara é a fonte medieval que, à partida, se poderá colocar de lado no estudo deste género de questões, não nos sendo permitido debruçar única e demoradamente num único corpus documental, com todas as vantagens que, como bem se sabe, tal escolha permite.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.ª edição. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 17-50.

⁵ Contributos como os de Armando Castro. Vd. CASTRO, Armando – *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália Editora, volumes IV e IX, 1966 e 1970 e LANGHANS, F.-P. A. – “Os Mesterais. Crónica Milenária do Trabalho Artífice”. *Revista Portuguesa de História*, tomo XIII. Coimbra, 1971, p. 1-60. Recentemente, Arnaldo Melo realizou uma pequena síntese sobre a produção historiográfica nacional sobre os salários. Vd. MELO, Arnaldo Sousa – “L’Historiographie portugaise sur salaire et salariat au Moyen Âge”. In *Première rencontre du groupe de travail sur Salaire et salariat au Moyen Âge: Historiographie d’un thème* (Avignon, 19 mai - Châteaurenard, 20 mai 2006) [citado em 2007-01-25]. Disponível em <http://lamop.univ-paris1.fr/lamop/LAMOP/lamopl/Salaire.htm>.

Além da dispersão, não se pode também deixar de apontar as características internas dos registos como um obstáculo duplo a ultrapassar. Primeiro, pelo facto de muitas verbas apresentarem um nível informativo excessivamente lacunar ou miscelâneo, o que dificulta a sua análise e, por vezes, conduz mesmo à sua exclusão. Partilhamos, a este nível, o testemunho de Iria Gonçalves, aquando do seu estudo sobre as finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV: “Na elaboração do preçário, várias dificuldades surgiram, algumas das quais insuperáveis. Muitas das compras efectuadas pela câmara, muitos dos serviços por ela requisitados e pagos, não puderam figurar, por motivos vários: pagamentos de compras ou serviços diversos apresentados em verba conjunta; compras de produtos sem indicação da quantidade adquirida; serviços mencionados sem as referências necessárias para se conhecer a sua amplitude, ou executados por várias pessoas, cujo número se desconhece, não se sabendo, portanto, qual o salário de cada uma delas. Todos tiveram, por isso, de ser excluídos”⁶.

Em segundo lugar, pela grande variedade dos registos do ponto de vista cronológico, espacial e da proveniência da fonte. Com efeito, é necessário distinguir devidamente verbas relativas a tempos ou espaços distintos, não só pelas óbvias questões metrológicas e monetárias, mas por todo um vasto leque de condicionantes como, por exemplo, a caracterização geológica ou arborícola (atente-se, mais à frente, na definição dos preços da cal e do azeite), da mesma forma que é preciso ser sensível às particularidades de um preço ou salário nascido de tabelamento municipal, contrato particular, despesa de instituição monástica, etc.

1.3.3. Indefinição dos pesos e medidas medievais

O facto de os pesos e medidas medievais não terem coincidido em todo o espaço nacional e de terem sofrido diversas reformas e mutações ao longo dos séculos XIV e XV exige um grande cuidado no manuseamento dos preços que impliquem esses conceitos. No entanto, encontra-se longe de ser uma tarefa fácil.

Em primeiro lugar, escasseiam também estudos de fundo sobre esta temática, sendo que a maioria dos existentes não esconde algumas debilidades. Partilhamos, em 2007, as palavras proferidas por Oliveira Marques em 1962: “Já muitos e variados trabalhos, de maior ou menor erudição, incidiram sobre o sistema ponderal português de épocas passadas, mas continua a

⁶ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLV, 1987, p. 131.

faltar o estudo completo, científico, monográfico, que sirva de base segura para o historiador da Economia”⁷.

Em segundo lugar, é frequente sermos confrontados com a impossibilidade de se perceber qual a constituição de determinado peso e medida, uma vez que as fontes poucas vezes referem estes juntamente com os seus submúltiplos. Não é o caso de uma postura lisboeta sobre a cal, onde se ordena a sua venda “*mjdida per sua fanga de cugullo. E de dous alqueires a fangaa. E de oyto fangaas no quartoiro. E de trinta e duas fangas no moyo*”⁸. Ainda que, em certos casos, se possa, com relativa segurança e baseados em determinados pressupostos, especificar a posição do peso ou medida no seu sistema, resta a dúvida acerca de qual a equivalência a atribuir em termos regionais ou locais. Utilizando o exemplo dado, sabemos que um moio valia 4 quartoiros, 32 fangas ou 64 alqueires, mas a quanto equivaleria um alqueire lisboeta? Tende-se a adoptar mapas e memórias elaboradas no século XIX, mas até que ponto estas serão fiáveis? Além de tudo o mais, devemos ter em conta, como lembram Bernard Garnier e Jean-Claude Hocquet, que o “sistema decimal não oferece senão um padrão incómodo para a conversão dos antigos pesos e medidas, porque lhes é estranho por natureza. Ele não foi criado, felizmente, para proporcionar uma conversão. É diferente. É uno, assenta numa abstracção, numa convenção, numa medida extraída de uma natureza geometrizada e tornada universal, enquanto as medidas anteriores eram antropométricas, calculadas a partir dos homens, plurais, multiplicadas até ao infinito pelas maneiras de medir”⁹.

Como se pode constatar, a indefinição dos pesos e medidas é um obstáculo de monta, o qual apenas será ultrapassado, de forma satisfatória, com um estudo de fundo que cruze o resultado de um levantamento exaustivo do maior número de registos metrológicos medievais com os referidos mapas oitocentistas¹⁰, estudo que se aguarda já há longos anos.

1.3.4. Questões monetárias

Afirmar que um almude de vinho valia 30 soldos em 1333, 4 reais de 10 soldos em 1394, 18,5 reais de 3,5 libras em 1407 e 100 reais de 35 libras em 1494 não permite, por si só, qualquer abordagem de teor evolutivo. Ainda que se reduzisse a análise a uma mesma espécie monetária e procurássemos comparar, por exemplo, os preços de 60 reais brancos em 1451 e de 100 reais brancos em 1494, ambos relativos à cidade do Porto, não se poderia afirmar que

⁷ MARQUES, “Ideário para uma História...”, p. 37.

⁸ *Livro das Posturas Antigas*. Transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

⁹ Cit. por DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas se queriam pequenas (espaço e medidas na Idade Média)”. In *Arquitectando espaços: da natureza à Megapólis*. Coord. V. O. Jorge. Porto-Coimbra, 2003, p. 186-187.

¹⁰ Proposta de Luís Miguel Duarte e com a qual concordamos inteiramente. Vd. DUARTE, Luís Miguel, “Quando as casas...”, p. 186-187.

o valor do vinho aumentou consideravelmente nesse intervalo cronológico. O processo de desvalorização da moeda pode, inclusive, transformar uma aparentemente vigorosa inflação numa real deflação de preço, exactamente o que aconteceu no caso apresentado, onde 60 reais em 1451 constituíam um maior valor real do que 100 reais em 1494.

A não coincidência entre os valores facial e real da moeda não é, todavia, o único problema a enfrentar. Tal como se afirmou para o ponto anterior, também aqui deparamos com as dificuldades inerentes à tipologia dos registos estudados. Na esmagadora maioria dos casos, as fontes apenas referem a nomenclatura geral de uma moeda, não a especificando, o que assume particular gravidade para períodos em que circulam espécies com o mesmo nome, mas de valores diferentes (por exemplo, finais do século XIV e inícios do século XV, quando circulavam tanto reais de 10 soldos como reais de 3,5 libras e reais de prata) e para espécies cujo valor facial também não foi imutável (por exemplo, nem sempre o real branco equivaleu ao mesmo número de ceitis).

Registe-se, no entanto, uma vantagem no que diz respeito à resolução destes problemas: a existência de uma produção historiográfica de qualidade, muito graças aos contributos, primeiro, de A. Teixeira de Aragão e, mais recentemente, de Oliveira Marques e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, a qual permitiu ultrapassar, com maior facilidade, a aridez inerente a muitos dos conceitos e problemas aduzidos pela história monetária¹¹.

1.3.5. Diversidade/Especificidade do objecto de estudo

Como se pode calcular, o género de exame proposto acarreta uma importante dimensão de diversidade/especificidade de conteúdos e conceitos. Não se restringindo o objecto de estudo a um único produto ou a uma única profissão, o que, embora exigisse uma maior profundidade na análise, permitiria certamente mais tempo para corresponder positivamente a esse fito e, cremos com uma muito menor margem de erro, assume-se o risco e os obstáculos suscitados por uma abordagem cuja amplitude não eliminou a necessidade de se apreender, a todo o momento, o específico de cada bem ou profissão.

¹¹ A bibliografia correspondente pode ser consultada no ponto 1.4.3. do presente trabalho: "A questão monetária e a adopção de uma metodologia pouco seguida em Portugal".

1.4. Opções e Metodologia

1.4.1. Selecção de fontes e organização de dados

Em virtude, por um lado, do que hoje se pede a uma dissertação de mestrado, bem diferente do que ocorria há alguns anos (o menor prazo de execução é disso uma das principais manifestações), bem como, por outro lado, da grande abrangência heurística que engloba a temática aqui estudada, decidiu-se que a melhor opção consistia, por ora, em efectuar um exercício menos ambicioso que se centrasse quase exclusivamente na análise de fontes publicadas e de bibliografia.

Ainda assim, a dimensão das fontes publicadas para o período em análise exigiu uma natural selecção, cujos critérios se passa a explicar. Embora praticamente qualquer testemunho tardo-medieval possa contribuir com mais um preço, mais um pagamento de serviço, mais um depoimento acerca do custo de vida, atribui-se, à partida, uma maior importância a algumas tipologias bem específicas.

Desde logo, os livros municipais de receita e despesa, talvez a fonte mais rica no que respeita ao conhecimento de preços e salários medievais. Em 1987, Iria Gonçalves colocava ao dispor da comunidade científica um conjunto de tabelas, contendo as verbas relativas aos códices portuenses de 1450-51, 1461-62, 1462-63, 1474-75, 1482-83, 1485-86, 1491-92, 1493-94 e 1496-97. Consideramos importante relembrar as suas palavras de introdução a esse precioso anexo, cujo modelo de organização foi para nós um exemplo a seguir: “Apresento-os sem outro intuito que não seja divulgar tais valores, na esperança de que um dia, apostos a muitos outros que entretanto venham sendo postos à disposição dos estudiosos, eles possam contribuir para o esclarecimento de mais algumas facetas do viver dos nossos antepassados medievais”¹². Em 1985, José Marques dava a conhecer a única fonte deste género conhecida para o norte do reino, mais precisamente o “*Livro de Joham Gonçallvez Carasco*”, procurador da vila transmontana de Mós de Moncorvo, do ano de 1439¹³. Finalmente, em 1998, era a vez de Jorge Fonseca publicar um estudo sobre a vila alentejana de Montemor-o-Novo no século XV, onde se incluía a transcrição de dois importantes livros de receita e despesa, relativos aos exercícios de 1422-23 e 1499-1500¹⁴. Assim, e ainda que aproveitado um outro elemento recolhido na bibliografia, ficou a faltar a análise sistemática dos livros relativos aos municípios de Loulé (1375-76, 1381-82, 1403-04, 1412-15, 1419, 1423-25,

¹² GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 131.

¹³ MARQUES, José – “A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”. In *Brigantia. Revista de Cultura*. Bragança: Assembleia Distrital, vol. V, n.º 2-3-4, .Abril-Dezembro de 1985, p. 515-560.

¹⁴ FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

1450-51 e 1483)¹⁵ e Elvas (1432-35)¹⁶ e ao mosteiro de Alcobaça (1436-1441)¹⁷, os quais esperam transcrição.

Os livros de vereações e posturas constituíram o nosso segundo alvo, dado, sobretudo, o seu registo de tabelamento de preços e salários, mas também de pagamento de bens e serviços. Consultaram-se as seguintes vereações publicadas: vila de Loulé, dos anos de 1384-85, 1392, 1394-96, 1402-1404, 1408, 1468-69, 1481, 1487-88¹⁸ e 1496-97¹⁹; cidade do Porto, dos anos de 1390-95²⁰, 1401-03, 1414, 1442-43, 1448-49²¹ e 1431-32²²; vila de Sabonha, dos anos de 1421-22²³; vila de Montemor-o-Novo, dos anos de 1443 e 1483²⁴; vila de Vila do Conde, do ano de 1466²⁵; vila do Funchal, dos anos de 1470-72, 1481-82 e 1485-96²⁶ e cidade de Coimbra, do ano de 1491²⁷. Procedeu-se ainda a uma pesquisa, se bem que não exaustiva, das restantes vereações portuenses que permanecem inéditas no arquivo municipal da cidade do Porto, relativas aos anos de 1452-55, 1460-61, 1475-76, 1479-89 e 1494-98²⁸. À espera de transcrição continuam, igualmente, alguns livros de actas da Ericeira (1480, 1484 e 1486) e o livro 4.º da vereação lisboeta, o qual contém actas a partir de 1495.

Ainda a respeito desta fonte, deve chamar-se a atenção para o que cremos ser um erro de datação de algumas actas portuenses insertas no volume publicado, em 1980, por J. A. Pinto Ferreira. Assim, as sessões publicadas a páginas 159-184 e 187-193, referenciadas como pertencendo ao ano de 1403, poderão antes pertencer a 1414. Esta posição sustenta-se em cinco argumentos: a não coincidência dos membros que compunham a vereação portuense entre estas actas e as indubitavelmente datadas do ano camarário de 1402-03; a presença nessas sessões do corregedor Pêro Afonso da Costa, o qual não aparece em nenhuma das

¹⁵ DUARTE, Luís Miguel – “Documentação medieval e moderna recentemente incorporada no arquivo histórico municipal de Loulé”. *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, vol. XIII, 1995, p. 69-73.

¹⁶ MARQUES, José; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Diplomatique municipale portugaise (XIIIe-XVe siècles)”. In *La diplomatie urbaine en Europe au moyen âge*. Actes du congrès de la Commission internationale de Diplomatique, Gand, 25-29 août 1998. Garant, Leuven-Apeldoorn, 2000, p. 298.

¹⁷ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 211.

¹⁸ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha. Separata da revista *Al'Ulyã*, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

¹⁹ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte. Suplemento da revista *Al'Ulyã*, n.º 10, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004.

²⁰ “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*. Transcrição de A. de Magalhães Basto. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. II. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, s.d.

²¹ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Transcrição de J. A. Pinto Ferreira. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XL. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980.

²² “*Vereações*”. *Anos 1431-1432. Livro 1*. Transcrição de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLIV. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1985.

²³ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*. Introdução, transcrição e notas de José Manuel Vargas, Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005.

²⁴ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*.

²⁵ MARQUES, José – “A administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, fasc. 83-84. Braga, Janeiro-Dezembro de 1983.

²⁶ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*. Transcrição de José Pereira da Costa. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

²⁷ “O mais antigo livro de vereações - 1491”. Publicado por José Branquinho de Carvalho. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1954, p. 53-68.

²⁸ A.H.M.P., Livros 3.º (1412-13, 1452-55 e 1460-61) 4.º (1475-76, 1479-80, 1487 e 1480-85), 5.º (1485-88) e 6.º (1488-89, 1494-95 e 1497-98) de vereações.

sessões de 1402-03 e, sim, na única acta apontada como sendo de 1414, a qual, note-se, surgiria, segundo a datação de Pinto Ferreira, só e perdida no meio de actas relativas a 1403 (publicada a páginas 185-186); o facto de a letra mudar; a aceitar-se a datação do autor, teria ocorrido o mesmo preço do trigo em 1403 e 1414, o que parece improvável e, finalmente, o facto de, em 1795, o insigne historiador João Pedro Ribeiro apontar algumas dessas reuniões camarárias como sendo, efectivamente, de 1414²⁹.

A publicação, por Gabriel Pereira, dos *Documentos Históricos da Cidade de Évora*³⁰, donde sobressai a transcrição, na primeira parte, das posturas eborenses de finais do século XIV, e, por Maria Teresa Campos Rodrigues, do *Livro das Posturas Antigas*³¹, onde se recolhe um vasto leque informativo sobre preços e salários na cidade de Lisboa de Quatrocentos, forneceu duas das mais importantes fontes para este estudo. A este respeito, deve sublinhar-se o carácter ímpar das referidas posturas eborenses, na medida em que aparecem como a única fonte conhecida passível de permitir o cálculo das várias parcelas que constituíam o salário de diversos mesteres no século XIV, desde as despesas de fabrico ao vencimento líquido, passando pelo preço da obra produzida; bem como chamar a atenção para a especificidade de algumas das posturas lisboetas, mais precisamente as que fizeram guardar memória de regimentos profissionais, mas também um raríssimo quadro contendo o cruzamento dos preços do trigo e do pão.

Além dos livros municipais de receita e despesa, vereação e de posturas, assumiram particular relevância, no presente estudo, outras fontes e colecções documentais, as quais passamos em revista. Desde logo, o afamado *Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V*³², cujos documentos n.º 50 e 51 contêm informação única no sentido de se realizar, desta feita para os finais do século XV (1480) e para a comarca de Entre Tejo e Guadiana, idêntico cálculo das várias parcelas constituintes do salário de diversos ofícios. Não menos conhecidas são as potencialidades do *Livro das Campainhas*³³, códice produzido, em 1365, pelos crúzios de Grijó. Com efeito, esse documento permite contactar, para uma época em que não abundam registos similares, com alguns preços agrícolas, mas sobretudo com o vencimento

²⁹ *Índice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade.* Prefácio de J. A. Pinto Ferreira. Colecção "Documentos e Memórias para a História do Porto", vol. XX. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951, p. 126.

³⁰ *Documentos Históricos da Cidade de Évora.* Transcrição de Gabriel Pereira, partes primeira, segunda e terceira. Évora: Typographia da Casa Pia e Typographia Economica de José d'Oliveira, 1885-1891.

³¹ *Livro das Posturas Antigas.* Transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

³² *Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V.* "Coleccção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João III". Transcrição de José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793, tomo III, p. 387-541.

³³ *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV).* Mosteiro de São Salvador de Grijó. Transcrição de Jorge de Alarcão e revisão do texto, índices e notas por Luís Carlos Amaral. Colecção "Documentos sobre Vila Nova de Gaia", n.º 4. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

de alguns serviçais da dita comunidade. Incluindo diversas quitações e ementas, as colecções *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*³⁴ e *Descobrimentos Portugueses*³⁵ merecem igual nota de destaque, sobretudo pela variedade de verbas apresentadas, desde o pagamento de bens alimentares, materiais de escrita e de construção, ao tabelamento do preço de têxteis e metais, e à remuneração de oficialato público, mesteirais e de todo um vasto leque de serviços. Finalmente, pela importância da política económica e monetária de alguns reinados e consequentes repercussões na história dos preços e salários, ou com base na informação de um dado informativo relevante, foram consultadas algumas crónicas e alguma documentação de cortes e chancelarias, donde se destacam os testemunhos extraídos das reuniões gerais ocorridas no governo de D. Fernando³⁶.

Conclui-se este ponto com a apresentação de certos estudos, cuja qualidade, cariz inovador e publicação de documentos significativos alargou, em muito, as perspectivas abordadas. Começamos com uma palavra para o artigo “O Senhorio Crúzio do Alvorge na centúria de Trezentos”³⁷, onde Maria Helena da Cruz Coelho examina um dos raros registos de leilões trecentistas (1367), estabelecendo uma relação de preços para todos os bens licitados. Também em 1982 seria publicado “O «Livro das Despesas do Prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)”³⁸, artigo da autoria de Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno Monteiro, e que dava a conhecer um dos mais antigos documentos contabilísticos nacionais, passível de oferecer valiosíssimas cifras de bens alimentares e de salários de mesteirais para a primeira metade do século XIV.

Além destas fontes, a bibliografia consultada permitiu a recolha de uma vasta série de preços e salários, devidamente organizados e sistematizados em anexo. Tal colectânea, que pensamos constituir a maior recolha de cifras tardo-medievais até hoje realizada no nosso país e que, esperamos, se estabeleça como um útil elemento de pesquisa para futuros trabalhos, não apenas desta área, mas da mais variada índole, onde o conhecimento de um preço ou salário possa contribuir para um melhor enquadramento monetário e económico, ganhou forma num conjunto diverso de tabelas. Estas, naturalmente divididas pelos dois grandes

³⁴ *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*. Transcrição de Pedro de Azevedo, tomos I (1415-1450) e II (1450-1456). Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.

³⁵ *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história*. Transcrição e prefácio de João Martins da Silva Marques. Edição Comemorativa dos Descobrimentos Portugueses (reprodução fac-similada), volume I (1147-1460), suplemento ao volume I (1057-1460), volume II - tomo I e volume II - tomo II (IRIA, Alberto - *O Algarve e os Descobrimentos*), e volume III (1461-1500). Lisboa: I. N. I. C., 1988.

³⁶ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, volume I (1367-80). Lisboa: I. N. I. C., Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.

³⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz – “O Senhorio Crúzio do Alvorge na Centúria de Trezentos”. In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). II – Domínio Senhorial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 31-92.

³⁸ SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SILVA, Fernando Vieira da; MONTEIRO, Nuno – “O «Livro das Despesas do Prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, Janeiro-Junho de 1982, p. 91-143.

grupos de bens e salários, obedeceram, se bem que pontuadas por ligeiras alterações (justificadas pela especificidade do bem ou serviço apresentado), a uma mesma estrutura, orientada, *grosso modo*, pelos seguintes elementos: item/serviço; data; localidade/região; preço/pagamento; prata (g) e fonte. Pensamos que a mais valia deste anexo, para além da quantidade e abrangência tipológica das cifras apresentadas, prender-se-á com a correspondência dos preços faciais em valores aproximados por g de prata, ou seja, em valores reais, os únicos passíveis de comparação evolutiva, metodologia à qual voltaremos mais à frente. Refira-se, por fim, que devido ao grande número de cifras referidas ao longo do texto e por uma questão de economia de espaço, se optou pela não indicação das fontes respectivas em notas de rodapé, as quais podem ser consultadas, seguindo a mesma ordenação numérica dos pontos estudados, no referido anexo.

1.4.2. Que abordagem face à indefinição do sistema medieval de pesos e medidas?

Perante esta questão particularmente complexa e que se colocou insistentemente durante o caminho percorrido, teremos optado pela solução mais fácil mas, ao mesmo tempo, por aquela que nos pareceu mais adequada. Não parecendo haver condições de base para realizar cálculos sistemáticos e pormenorizados ao nível, sobretudo, da especificidade regional, a não ser nas raras ocasiões que a fonte coeva o permitia, optou-se por uma abordagem de carácter geral que deixasse margem para que o cruzamento deste contributo com um futuro trabalho de fundo ao nível da metrologia medieval pudesse, esse sim, empreender essa perspectiva.

Assim, guiou-nos apenas a intenção de lançar bases para discussão futura e o cuidado de apreender correctamente as linhas de força dessa temática, como, por exemplo, o facto de as medidas de capacidade terem sido geralmente maiores no norte do reino. Tal é a conclusão a que chega, em 1865, D. João da Soledade Moraes³⁹. Em 1903, Costa Lobo apresenta dados bastante semelhantes⁴⁰, os quais, por sua vez, são adoptados por Oliveira Marques no artigo “Pesos e Medidas” do *Dicionário de História de Portugal*⁴¹.

³⁹ MORAES, D. João da Soledade – *Taboadas dos novos pesos e medidas dedicadas às escolas de instrução primaria*. 2.^a edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p. 9-11.

⁴⁰ LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, p. 243-271.

⁴¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, vol. V, p. 67-72.

Quadro I: EQUIVALÊNCIAS, POR REGIÃO, DO ALQUEIRE E DO ALMUDE EM LITROS

REGIÃO	ALQUEIRE / ALMUDE	
	D. João da Soledade Moraes (1865) ⁴²	Costa Lobo (1903)
Alentejo	14,23 / 19,34	14 / 18
Algarve	14,83 / 20,45	14 / 20
Beira	15,16 / 24,22	15 / 26
Estremadura	13,67 / 17,74	14 / 18
Entre Douro e Minho	17,87 / 24,9	18 / 24
Trás-os-Montes	16,07 / 26,39	15 / 25
Açores	14,41 / 26,72	-
Madeira	14,03 / 18,59	-

Além da tabuada de D. João da Soledade Moraes, do trabalho de Costa Lobo e da síntese de Oliveira Marques, revelaram-se de grande utilidade a obra de Gama Barros⁴³ e, muito particularmente, o trabalho de Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”⁴⁴, trabalho pouco divulgado, mas de grande interesse e em que se dão a conhecer surpreendentes dados.

1.4.3. A questão monetária e a adopção de uma metodologia pouco seguida em Portugal

A primeira palavra terá de ser de homenagem a três historiadores, cuja investigação em história monetária permite que, pelo menos nessa área, a historiografia portuguesa se encontre num nível de desenvolvimento bastante apreciável. Referimo-nos, obviamente, a A. Teixeira de Aragão e à sua monumental *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*⁴⁵; à vasta produção de Maria José Ferro Pimenta Ferro Tavares, da qual salientamos o ensaio *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*⁴⁶ e a Oliveira Marques e à sua magnífica síntese corporizada no artigo “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”⁴⁷.

⁴² Tratam-se de médias realizadas com base em todos os valores concelhios apresentados pelo autor.

⁴³ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.^a ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, s.d., vol. X, p. 13-116.

⁴⁴ LOPES, Luís Seabra – “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”. *Portugália*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXIV, 2003, p. 113-164.

⁴⁵ ARAGÃO, A. C. Teixeira de – *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.^a edição, volume I. Porto: Livraria Fernando Machado, 1964.

⁴⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, 1974.

⁴⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. 2.^a ed. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 195-220.

Sem esquecer outros contributos⁴⁸, tem sido, de facto, a obra destes historiadores a construir a história monetária portuguesa e aquela que estruturou todo o nosso processo de aprendizagem, o qual culminou com a adopção da metodologia que constitui a pedra basilar de todo este trabalho, que passamos a abordar. Como vimos, a análise de cifras monetárias no tempo não pode ser realizada apenas com base na sua componente facial, mas sim acompanhada de um denominador comum. Para superar esta dificuldade foram já utilizados, além-fronteiras, dois processos: exprimir cada cifra em quantidade de ouro ou prata ou, então, colocar sobre o mesmo esquema semilogarítmico os valores nominais (primeira curva) e o curso do metal precioso tomado como referência (segunda curva)⁴⁹. No entanto, se estes métodos não constituem, há muito, qualquer novidade e têm sido ferramenta frequente dos historiadores estrangeiros, já no que respeita ao nosso país a realidade não podia ser mais diferente. Até hoje, apenas temos conhecimento de Oliveira Marques ter adoptado, com profundidade, a referida metodologia para Portugal. Referimo-nos à obra *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*⁵⁰ e à análise sistemática, num período de dois séculos (XIV e XV), de um único bem: o trigo⁵¹.

Propomos a reutilização deste método, na vertente já adoptada por Oliveira Marques de expressão dos valores faciais em g de prata (vertente escolhida em função de se conhecer muito melhor o curso do preço da prata e de ser um modelo de muito mais fácil leitura), ampliando-se o objecto de estudo a uma grande variedade de bens e salários. Para esse fim era necessário reunir e cruzar o maior número possível de indicações relativas ao preço do marco de prata, fazer uma selecção criteriosa das mesmas e realizar um quadro síntese a partir do qual se desenrolassem os muitos cálculos necessários. A grande maioria dos coeficientes adoptados acabou, sem surpresas, por coincidir com aqueles que o referido historiador já havia lançado em 1968, introduzindo-se apenas alguns aperfeiçoamentos tendo por base os trabalhos de Maria José Ferro Tavares e uma ou outra indicação extraída da consulta às fontes primárias.

A pouca divulgação deste método exige uma breve abordagem aos seus alicerces. Como se sabe, até à adopção do sistema métrico, o marco foi a unidade de peso a que se reportava a quantidade de metal precioso em todas as moedas cunhadas, marco que se manteve

⁴⁸ A rever novamente o trabalho de Costa Lobo, *História da Sociedade...*, p. 243-271.

⁴⁹ FOURQUIN, Guy – *História Económica do Ocidente Medieval*. 3.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 323.

⁵⁰ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 220-222.

⁵¹ Oliveira Marques já havia utilizado essa metodologia, mas de forma pontual, na obra *A Sociedade Medieval...*, p. 150, de modo a ilustrar a evolução, a largos períodos, do preço de alguns bens e salários. Também pontuais foram os exercícios de J. A. Pinto Ferreira ("Despesas efectuadas pelo município portuense por ocasião do baptizado do Infante D. Henrique". Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. XXIII, fascs. 3-4, 1960) e de Armando Castro (*A Evolução Económica...*, vol. IX, 1970).

praticamente imutável no seu peso ao longo do período em estudo, ou seja, cerca de 230 g. Ora, dado que o valor real de cada moeda era especificado em função de esta se constituir como uma parte do marco de prata, conhecendo-se o preço deste, pode-se calcular a valia da moeda, pelo menos de forma aproximada. Seguem-se dois exemplos, um para cada sistema de contagem adoptado em Portugal nos séculos XIV e XV: por libras até à reforma de D. Duarte de 1435-36 e, a partir daí, por reais brancos. Recuemos, por exemplo, até ao reinado de D. Pedro, um dos mais estáveis em termos monetários. Segundo Fernão Lopes, “*no tempo deste Rei, valia o marco da prata de ligua dez e nove libras (...)*”⁵². Ora, dividindo-se 230 g de prata, valor do marco, por 19 libras ou 380 soldos ou 4560 dinheiros velhos fica-se a saber que cada libra, soldo ou dinheiro velho valia, entre 1357-67, 12,11 g, 0,605 g e 0,05 g de prata, respectivamente. Da mesma forma, em 1442, descobre-se, numa quitação régia, a indicação de “*(...) a razom de sseteçentos rreaes por marco*”⁵³. Ora, dividindo 230 g de prata por 700 reais brancos, chega-se a um valor de 0,329 g de prata para cada real branco.

Só com base nesta metodologia se poderá perceber a real evolução dos preços e salários, sejam estes expressos na mesma moeda ou em espécies diferentes. Por exemplo, sabendo que uma galinha andava pelos 2 soldos em 1336 e pelos 80 soldos em 1384, não quer isto dizer que tenha ocorrido uma inflação de 3900%. Reduzindo estes valores a g de prata, percebem-se cifras muito mais equilibradas: 1,23 g e 12,76 g, respectivamente, ou seja, uma inflação de “apenas” 937%. Em certas alturas, e como já ilustrámos, um aparente aumento em termos faciais correspondeu, inclusive, a uma quebra real. Da mesma forma, e suscitando agora um caso em que as quantias são expressas em espécies monetárias díspares, temos que o jornal de um mestre ferreiro andava pelos 20 soldos (10,46 g) em 1380 e pelos 100 reais brancos (11,5 g) em 1480. A primeira imagem de disparidade suscitada pelos valores faciais é completamente destruída pelo mecanismo de equivalência em prata, o qual nos aponta não ter ocorrido uma oscilação superior a 10%. Saliente-se, no entanto e de forma bem vincada, que tanto estes como todos os cálculos produzidos no presente trabalho não transportam consigo outra pretensão do que a de constituírem meros indicadores por aproximação, até pela impossibilidade de se atestar o grau de fidelidade dos registos coevos, a partir dos quais foram calculados os referidos coeficientes, à real evolução do preço do marco de prata.

Pelo exposto percebe-se como o preço do marco de prata é a fonte mais clara e singela para observarmos o processo de desvalorização ocorrida em Portugal nos séculos XIV e XV,

⁵² LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica - Série Régia, s.d., p. 50.

⁵³ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 329.

processo que, todavia, pela sua dimensão⁵⁴, tem levantado ainda algumas dúvidas. Ora, tal deve-se ao facto de não se separar devidamente o processo de deflação monetária da lógica de mercado e estabelecimento de preços e salários, a qual, de uma forma quase natural, atenua, até certo ponto e como vimos nos exemplos anteriores, as mutações e quebras da moeda.

Refira-se, por fim, que, como todos os métodos, este tem as suas desvantagens, de entre as quais assume particular significado a inexistência de indicações sistemáticas sobre o preço da prata, o que faz com que, para certos períodos, se utilize apenas um coeficiente ainda mais por aproximação. Encaramos, todavia, este trabalho como fazendo parte de um processo mais abrangente. Neste caso, à medida que se forem conhecendo novos preços para o marco de prata, poder-se-ão preencher lacunas e corrigir certos cálculos aqui apresentados.

Quadro II: EVOLUÇÃO, APROXIMADA, DO PREÇO DO MARCO DE PRATA DE 11 DINHEIROS (1300-1499)

LIBRA COMO UNIDADE DE CONTA			
Ano/Período	Valor do marco (230 g)	g de prata por soldo ⁵⁵	Fonte
1300 (?) – 1324	14 l.	0,821	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 167 e 378; MARQUES, <i>A moeda</i> : 207 e <i>O Surto</i> : 210
1325 (?) – 1352	18 l. e 14 s	0,615	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 171; TAVARES, <i>A moeda</i> : 276
1353 (?) – 1356	25 l.	0,46	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 171; MARQUES, <i>A moeda</i> : 208
1357 – 1368	19 l.	0,605	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 174; MARQUES, <i>A moeda</i> : 210-211
1369 (d. Mar. ou Jul.)	27 l.	0,426	MARQUES, <i>A moeda</i> : 211; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 276
1370	85 l. e 4 s.	0,135	MARQUES, <i>A moeda</i> : 211 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 20
1371 (d. Ago.)	76 l. (?)	0,151 (?)	MARQUES, <i>A moeda</i> : 212; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 23-24
1372 (d. Jul.) – 1383	22 l.	0,523	MARQUES, <i>A moeda</i> : 212 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 25-27
1384	36 l.	0,319	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213 e <i>O Surto</i> : 210
1385 (?)	66 l.	0,174	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213
1386-1387	155 l.	0,074	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213
1388-1390	172 l.	0,067	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1391	230 l.	0,05	TAVARES, <i>Estudos</i> : 127
1392-97	250 l.	0,046	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1398	315 l.	0,0365	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1399 – 1414 (?)	330 l.	0,035	MARQUES, <i>Introdução</i> : 221 e <i>A moeda</i> : 214

⁵⁴ De 14 libras no reinado de D. Dinis, o marco de prata chegou a 80850 libras nos últimos anos do século XV, como se pode verificar no quadro II.

⁵⁵ No período de 1399 a 1414 (?), o valor apresentado representa uma estimativa do valor médio dos diversos reais de 10 soldos e de 3,5 libras cunhados entre essas datas.

REAL BRANCO			
Ano/Período	Valor do marco (230 g)	g de prata por real	Fonte
1415 – 1424	740 r.	0,31	MARQUES, <i>Introdução</i> : 221
1426	800 r.	0,288	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 127
1429	715 a 720 r.	0,321	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1432	750 r.	0,307	TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1433	750 a 770 r.	0,303	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1434	700 r.	0,329	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1435	836 r.	0,275	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1436	700 a 720 r.	0,324	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1437	750 r.	0,307	TAVARES, <i>Estudos</i> : 128 e 132
1440	700 r.	0,329	TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1442	700 r.	0,329	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 329; TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1449 – 1450	1000 r.	0,23	MARQUES, <i>Introdução</i> : 222
1451	1100 r.	0,209	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 232 e 373; MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210
1457	1000 r.	0,23	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1460-61	1500 r.	0,153	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 230 e 232; MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210
1465	1600 r.	0,144	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1470	1515 r.	0,152	MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210;
1472	1896 r.	0,121	MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255
1476	1700 r.	0,135	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1480	2000 r.	0,115	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1485	2280 r.	0,101	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 243 e 394; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255
1489	2280 r.	0,101	<i>D. A. H. C. M. L.</i> , III: 286
1494	2285 r.	0,101	TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1495 – 1499	2310 r.	0,10	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255

1.4.4. Elaboração de um elemento de síntese

Correspondendo a uma finalidade prática, achou-se útil acompanhar a exposição sobre cada bem de consumo com um resumo prévio dos principais pontos, ou seja, as datas extremas dos preços colhidos; a representação geográfica dos mesmos; os preços máximo e mínimo e os níveis de oscilação máxima e facial. Sublinhe-se que por *preços máximo* e *mínimo* se entendem os valores reais, os quais, frequentemente e como se pode ver pelo exemplo apresentado de seguida, não assumem a mesma dimensão em termos faciais.

Especifique-se ainda que por *nível de oscilação máxima* se entende o número de vezes, em percentagem, que o preço real inferior se multiplicou. Não se realiza o mesmo exercício em termos faciais, uma vez que, tendo em conta a diversidade de espécies monetárias, estaríamos a comparar realidades incomparáveis. Assim, optou-se apenas por expor as balizas faciais, no seio das quais o preço de um determinado bem se expressou nas diversas espécies monetárias. Naturalmente, nada impede que se trace a oscilação facial no quadro de uma única moeda e se compare esta com a oscilação real verificada no seu período de vigência, o que poderá ser feito a qualquer momento e não deixa também de constituir exercício curioso. Utilizando o exemplo do alqueire de trigo e apenas os preços expressos em soldos, podem-se encontrar balizas faciais de 1 a 100 soldos, o que constitui uma oscilação de 9900%. Ora, no mesmo período, a oscilação real foi “apenas” de 3012% (entre as 0,82 g de 1 soldo de 1311 e as 25,52 g de 80 soldos de 1384), oscilação coincidente com a relativa a todo o período estudado:

Trigo (**alqueire**)

Datas Extremas: 1305-1499;

Representação Geográfica: Alcobaça...;

Preço Máximo: 80 soldos (Lisboa – 1384): 25,52 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo (Aguieira e Moreira – 1311): 0,82 g de prata;

Oscilação Máxima: 3012% / 24,7 g de prata;

Oscilação Facial: 1 a 100 soldos, 4 a 22 reais de 10 soldos ou 3,5 libras e 6 a 100 reais brancos.

Obviamente, estes resumos são realizados com base nas amostras colhidas, devendo, de futuro, ser enriquecidos e aperfeiçoados. No entanto, contribuem, desde já, com uma primeira imagem contextualizadora. Qualquer investigador que depare com um preço e queira apreender a sua valia de uma forma mais global (não só no conjunto dos elementos relativos ao bem em causa, mas no conjunto de vários bens) poderá encontrar nestas prévias apresentações um instrumento para tal.

1.4.5. Princípios de uma abordagem ao salário tardo-medieval

1.4.5.1. Perspectivas sobre o léxico

Percebe-se a dificuldade em definir, com exactidão, os diversos conceitos que compõem o léxico salarial medievo, tendo em conta a grande dose de maleabilidade que aqueles adquirem nos testemunhos coevos, respondendo em função de diversas realidades. Ainda assim, e mediante o contacto e cruzamento de diversas fontes, defendemos a seguinte perspectiva sobre alguns desses vocábulos:

Jornal: Remuneração monetária de cálculo diário (satisfeita, frequentemente, à semana ou quinzenalmente), associada ao trabalho mesteiral e agrícola. Dependendo da especificidade do ofício, esta remuneração podia implicar a possibilidade de complemento alimentar, vulgarmente designado por “governo”, “ceia”, “comer”, “sustento” ou “mantimento” (característica, sobretudo, dos mesteres de pedreiro, carpinteiro, calafate e afins): “*Item deu per mandado dos dictos officiaes a hum homem de **jornal e mantimento** o quall corregeo as portas do açougue do pescado que nom podem entrar em elle porcos*”⁵⁶. Na sua inexistência, indicava-se, por conseguinte, apenas o pagamento do jornal ou, com vista a uma maior clarificação, do jornal seco: “*todo mestre de carpentaria e pedraria (...) leuara de **jornal** sasemta rreaes secos sem outro mantijmento*”⁵⁷.

Mãos / Ganho e Cabedal: O jornal de certos mesterais (ferreiros, sapateiros e mesteres afins ligados à transformação de matérias-primas) era construído com base em duas parcelas monetárias: uma remunerando o trabalho propriamente dito e outra o capital investido (uso de ferramentas e do espaço de trabalho, compra da matéria-prima, etc.). Se a primeira parcela podia ser auferida por qualquer elemento mesteiral ou auxiliar (“*por suas **mãos***”⁵⁸), a segunda apenas podia ser vencida por um mestre e por um mestre empregador: “*que se dam ao mestre de mãos, **ganho, e cabedal***”⁵⁹.

Mantimento: dos mais adoptados e flexíveis, o conceito podia designar várias realidades, sendo duas as mais comuns: a totalidade de um vencimento monetário ou apenas uma de duas partes que compunham um vencimento e, nesse caso, o sustento alimentar, podendo este ser traduzido em numerário ou em géneros. No caso desta remuneração dupla, exige-se nova especificação: quando adoptada para mesterais, a palavra “*mantimento*” correspondia frequentemente ao alimento propriamente dito, acompanhando o pagamento do jornal; quando aplicada a oficiais públicos, o termo “*mantimento*” ultrapassava o sentido restrito de mero complemento alimentar para corresponder ao grosso da remuneração, sendo acompanhada de uma parte monetária para compra do vestuário ou por vestuário propriamente dito (“*nosso contador em o dito almuxarifado de seu **mantimento** e vestir que*

⁵⁶ FONSECA, Montemor-o-Novo no Século XV, p. 157.

⁵⁷ Livro das Posturas Antigas, p. 230.

⁵⁸ Documentos Históricos..., I, p. 147.

⁵⁹ Livro Vermelho..., p. 513.

de nos ouve o dito anno”⁶⁰). Devido a esta abrangência, a palavra mantimento, embora característica de uma periodicidade mensal ou anual, podia designar o pagamento de um serviço realizado em qualquer período de tempo, bem como por qualquer pessoa.

Salário: Conceito pouco adoptado pelo homem medieval, que parece encontrar-se associado fundamentalmente a duas realidades. Num primeiro plano, assume, *grosso modo*, as mesmas características que o conceito de *soldada*, embora pareça estar mais ligado a pagamentos inteiramente monetários: “*Item deu a Diogo Martjns porteiro de seu **salarjo** que ha de aver do concelho bj^c rrs*”⁶¹. Numa segunda vertente, aparece a designar uma remuneração monetária construída com base em pequenos ganhos advindos de serviços devidamente tabelados, caso, por exemplo, dos pregoeiros: “*E da companha de vj carregas a suso do pregom que fezer aver por sseu **solayro** iiij soldos*”⁶².

Ordenado: Embora não tenha sido muito utilizado, este termo não foi estranho ao homem medieval. Resultado da transformação da forma verbal, parece ter sido adoptado sobretudo pela administração pública e para designar a totalidade de certos vencimentos, podendo estes ser compostos por duas parcelas, mantimento e vestuário, bem como numa óptica de periodicidade mensal e, mais frequentemente, anual. Em 1472, D. Afonso V, definindo a remuneração anual de certos oficiais que serviam em Tânger, afirmava: “*E ordenamos que estes offeciais abaixo escritos alem de seus **ordenados** haiam em cada hum nano estas tensas (...)*”⁶³.

Maquia: Pagamento do trabalho dos atafoneiros/moleiros pela retenção de parte do cereal entregue para ser moído ou já do cereal moído, podendo esta ser calculada e paga em numerário: “***maquias** das móos de braço a 2 s. o alq. Como foy sempre de costume levarem e nom maquiar*”⁶⁴.

Poia: Pagamento do trabalho dos forneiros pela retenção de parte dos bens cozidos. Embora a realidade mais comum desta modalidade se prenda com as forneiras de pão (“*que senpre as forneiras levam do pam que cosiam em seus fornos ou alheos de **poya** de vinte*”

⁶⁰ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 19.

⁶¹ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 42.

⁶² *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*. Apresentação de Francisco José Velozo e transcrição, nótula e vocabulário por José Pedro Machado. Coleção “Documentos para o estudo da história e da cultura dos portugueses”, n.º 1. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974, p. 48.

⁶³ *Descobrimientos Portugueses...*, III, p. 110.

⁶⁴ *Documentos Históricos...*, I, p. 152.

paões hum”⁶⁵), também ocorria, por exemplo, na cozedura de materiais de construção como as telhas: “*em cada fornada hum milheiro de poia de forno*”⁶⁶.

Soldo: Remuneração monetária de cariz essencialmente militar. Podia ser recebida por missão/campanha militar ou de forma periódica, sendo a mensalidade a modalidade mais frequente: “*Item deu cinco mil e vijnte e cinco reaes a Alvaro Pirez mestre da nosa caravella que lhe mandamos dar de soldo de huu mes pera elle e oyto marinheiros e tres gormetes e dous pajees que foram na dita caravella a Cepta*”⁶⁷.

Tença: De carácter anual, a tença correspondeu, na forma primitiva, a uma gratificação atribuída pelo rei à nobreza e a altos funcionários públicos, podendo ser vitalícia ou temporária. Todavia, o seu sentido parece ter evoluído, não só em virtude de passar a ser aplicada por e em favor de outras entidades, sendo disso exemplo as administrações concelhias e as profissões liberais de maior prestígio social (médicos e professores), mas também no sentido de constituir não uma mera gratificação, mas a própria base salarial: “*Item deu a mim escryvam de minha tença tres mill reaes*”⁶⁸.

Além destes, conhece-se uma grande diversidade de conceitos relativos a ganhos de cariz eventual, frequente e genericamente apelidados de “*proees*”⁶⁹ e “*percalços*”⁷⁰. Ligados ao ofício público, eles podiam aumentar significativamente os vencimentos ordinários. Sabe-se como, além da soldada, um escrivão podia sempre auferir ganhos advindos da produção de documentos, bem como um carcereiro aumentava sempre o seu pecúlio através das carceragens ou troncagens, etc.

1.4.5.2. A capacidade produtiva

Naturalmente, o homem medieval não trabalhava em todos os dias do ano. Por entre domingos, festividades religiosas e cívicas, se perdia grande parte da capacidade produtiva. Vários autores procuraram estabelecer o número anual (aproximado) de dias em que, efectivamente, era possível trabalhar, em Portugal, nos séculos XIV e XV. Bernardo de

⁶⁵ *Documentos Históricos...*, I, p. 183.

⁶⁶ *Documentos Históricos...*, I, p. 142.

⁶⁷ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 685.

⁶⁸ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 187.

⁶⁹ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 119.

⁷⁰ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*, p. 178.

Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno Monteiro⁷¹ apontaram a cifra de 250 dias, Saul Gomes a de 272 dias⁷², sendo que ambos se basearam no referido estudo de Oliveira Marques sobre o trabalho tardo-medieval⁷³. Da nossa parte estabeleceu-se o número de 240 dias (20 mensais), cerca de dois em cada três, o que, para além da comodidade de cálculo, pensamos ir mais de encontro à realidade. De resto, encontra-se mais próximo de um cálculo baseado em registos efectivos de contagem de dias de trabalho. Trata-se do cálculo de Philippe Lardin relativamente a obras na catedral de Rouen e que aponta uma média de 245 dias para o período de 1457-98⁷⁴.

Não se considere este número diminuto, até porque se deve perceber que o número de dias passível de trabalho não correspondia necessariamente ao número de dias de trabalho efectivo, o que se manifestava, sobretudo, no trabalho mesteiral ou agrícola. A grande questão prender-se-ia com a procura (nem sempre um carpinteiro ou um trabalhador agrícola teria oferta de trabalho), mas também não se podem menosprezar aspectos aleatórios, mas cíclicos, como pestes, guerras ou más condições climatéricas. Devido também a este factor importa ter em conta a possibilidade de ao regime de trabalho por jornal, mais precário, dever estar associada uma remuneração proporcionalmente maior do que aquela inerente a um regime de trabalho mensal ou anual, mais seguro.

Além do número de dias de trabalho por ano e do número de horas de trabalho por dia, o qual, como iremos ver, variava de profissão para profissão e acompanhando as estações do ano, importa também referir o tempo diário atribuído às refeições. Segundo Jacques Le Goff, este encontrava-se limitado entre 1 hora e 15 minutos e 2 horas⁷⁵. No leque de fontes consultadas, apenas vislumbramos um apontamento passível de dar alguma luz a esta questão: em 1480, a propósito do tabelamento do ganho dos correeiros da comarca de Entre Tejo e Odiana, refere-se que em nove dias de trabalho se atribui um para as refeições: *“de nove dias que lhe dam pera fazer estes guarnimentos, a saber, cada dous dias tres guarnimentos, que sam em oito dias doze guarnimentos, e hu que fica lhe dam huu dia de refeição, e asy sam os ditos nove dias em treze guarnimentos”*⁷⁶.

Considere-se, igualmente, ao longo da nossa exposição, o facto de os tabelamentos relativos ao ganho dos mesteres ligados à transformação de matérias-primas (ferreiros,

⁷¹ SOUSA (B.), SILVA (F.) e MONTEIRO (N.), “O Livro das Despesas...”, p. 97.

⁷² GOMES, Saul António – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História da Arte, 1990, p. 101.

⁷³ MARQUES, A *Sociedade Medieval...*, p. 146-147.

⁷⁴ LARDIN, Philippe – “Le niveau de vie des ouvriers du bâtiment en Normandie orientale dans la seconde moitié du XV^e siècle”. In *Les niveaux de vie au Moyen Âge*. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant, 1999, p. 172.

⁷⁵ Cit. por DYER, Christopher – *Standards of living in the later Middle Ages: social change in England c. 1200-1520*. Cambridge: Cambridge University Press, s.d., p. 224.

⁷⁶ *Livro Vermelho...*, p. 529.

sapateiros, etc.) apontarem sempre para balizas máximas, dificilmente atingíveis. Até esse montante de vendas previsto e consequente remuneração máxima, distinguir-se-iam diversos patamares qualitativos dentro de cada mester, mediante a competência do oficial e respectiva procura. Obviamente, essa hierarquia natural levava a que um excelente carpinteiro auferisse mais do que um ferreiro de médio estatuto, ainda que, num mesmo patamar, o ferreiro recebesse uma melhor remuneração. Sendo impossível chegar a esse critério (procura/montante de vendas), todos os cálculos realizados têm em conta os máximos passíveis de serem atingidos.

Esta impossibilidade pode, por sua vez, levantar a dúvida se, com o decorrer dos anos, um possível aumento da produtividade e do consumo não originaria um aumento salarial, isto no caso dos mestres de transformação de matérias-primas cujo ganho é apenas calculado em função do preço do produto e não de máximos diários. Pensamos que não, pelo menos de forma significativa. É certo que ocorreram algumas melhorias técnicas no século XV, mas o seu contributo não terá sido suficiente para um aumento significativo da produtividade até porque, grosso modo, “as técnicas empregadas pelos mestrais não variaram muito durante a Idade Média portuguesa”⁷⁷, da mesma forma que o aumento do consumo, ainda que real, não deve ter alterado decisivamente o ganho dos mestrais, uma vez que “se a população se multiplicava e uma só loja não bastava ao aumento do consumo, o remédio estava na abertura de uma nova loja e não no alargamento da primeira”⁷⁸.

⁷⁷ MARQUES, *A Sociedade Medieval...*, p. 146.

⁷⁸ MARQUES, *A Sociedade Medieval...*, p. 140.

II - OS BENS

2.1. Alimentação

2.1.1. Cereais

2.1.1.1. Trigo (**alqueire**)

Datas Extremas: 1305-1499;

Preço Máximo: 80 soldos (Lisboa – 1384): 25,52 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo (Aguieira e Moreira – 1311): 0,82 g de prata;

Oscilação Máxima: 3012% / 24,7 g de prata;

Oscilação Facial: 1 a 100 soldos, 4 a 22 reais de 10 soldos ou 3,5 libras e 6 a 100 reais brancos.

Conhece-se bem a fronteira económica que significou o início de Trezentos. Para lá desse momento chave, a possibilidade constante de um maior equilíbrio entre a oferta e a procura garantiu uma inflação moderada e, conseqüentemente, um mais fácil acesso aos géneros alimentares. Segundo Guy Fourquin, “do século XI até ao fim do século XIII, tanto a população dos campos como a das cidades comeu quase sempre à-vontade e a história não conserva memória de fomes terríveis”⁷⁹. Com o advento do século XIV, e por motivos que não cabe aqui explicar, mas que passaram, obviamente, por uma maior incidência de fenómenos climáticos adversos, de guerras e de epidemias, esse ténue equilíbrio não se pôde manter e, ciclicamente destabilizado, conduziu a uma série de crises de subsistência, à fome e, em última análise, à morte e à recessão demográfica. Destes problemas e das suas consequências ao nível da evolução do preço do trigo em diversos espaços europeus dão conta os seguintes quadros:

Quadros III, IV E V: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO TRIGO EM INGLATERRA, FRANÇA E ÁUSTRIA (1300-1500)⁸⁰

INGLATERRA	
Anos	Grãos de Prata
1300-19	1734
1320-39	1547
1340-59	1372
1360-79	1508
1380-99	1113
1400-19	1188
1420-39	1107
1440-59	926
1460-79	812
1480-99	852

FRANÇA	
Anos	Francos-Ouro
1301-25	8,66
1326-50	6,70
1351-75	9,00
1376-1400	4,66
1401-25	7,20
1426-50	6,70
1451-75	3,25
1476-1500	4,00

ÁUSTRIA	
Anos	G de Prata
1370-80	23,4
1380-90	24,2
1390-1400	28,0
1400-10	136,5
1410-20	36,4
1420-30	39,0
1430-40	65,2
1440-50	32,9
1450-60	23,5
1460-70	-
1470-80	20,3
Anos	G de Prata

⁷⁹ FOURQUIN, *História Económica...*, p. 333.

⁸⁰ Cit. por MARQUES, *Introdução à História...*, p. 217-218.

1480-90	27,3
1490-1500	28,8

Datas Extremas: 1305-1349;

Representação Geográfica: Aguieira, Alenquer, Coimbra, Lamego, Moreira, Panóias e Santarém;

Preço Máximo: 21 soldos (geral – 1331 e 1333): 12,92 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo (Aguieira e Moreira – 1311): 0,82 g de prata;

Oscilação Máxima: 1475% / 12,1 g de prata;

Oscilação Facial: 1 a 21 soldos.

Os primeiros preços conhecidos para o Portugal de Trezentos não indiciam ainda essa forte inflação ocorrida na Europa no período de 1300-19/25⁸¹. Com efeito, em 1305, o alqueire de trigo custou 2,5 soldos (2,05 g) quando, em 1275 e 1276, tinha custado 8 e 6 soldos (5,20 e 3,90 g). Da mesma forma, em 1311, o cereal nobre chegou a valer apenas 1 soldo (0,82 g), o que representa, em termos absolutos, a mais baixa importância conhecida, apenas igualada, por uma vez, em 1264.

A primeira prova inequívoca de que as condições se alteraram surge em 1317. Nesse ano, em que se assistiu a um excesso de pluviosidade, por exemplo, em França⁸², o alqueire de trigo subiu para 10 a 12 soldos (8,21 a 9,85 g) em Alenquer. É de crer, no entanto, que os preços já se tivessem elevado a partir de 1315, início da grave crise que afectou grande parte da Europa. Em Inglaterra, o preço do trigo quadruplicara nesse ano e, em 1316, aumentara oito vezes⁸³. O ano de 1323 manteve o cereal em patamares elevados, uma vez que este era vendido, em Lamego e Panóias, a 5 e 6 soldos (4,1 e 4,93 g). Se seguirmos a ideia de que os preços, no norte do reino, eram mais reduzidos⁸⁴, chega-se a um valor muito idêntico ao ocorrido em 1317. Recorde-se, aliás, que, entre 1319 e 1326, Portugal enfrentou duas guerras intestinas e todas as suas consequências económicas⁸⁵.

Os maus anos de 1331 e 1333 fizeram disparar ainda mais o preço do trigo, desta feita para uns severos 21 e 15 a 21 soldos (12,92 e 9,23 a 12,92 g), respectivamente. Segundo o *Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra*, 1333 “*fuy taõ mão anno por todo Portugal, que andou o alqueire de trigo a XXI (...) en esto año morreron muytas gentes de fame, quanta nunca os homens viron morrer por esta razon*”⁸⁶. Em Coimbra, tornar-se-ia célebre a acção

⁸¹ BATH, B. H. Slicher Van – *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. 3.ª ed. Editorial Presença, 1984, p. 342.

⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1983. 2 vols. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, p. 427.

⁸³ FOURQUIN, *História Económica...*, p. 328.

⁸⁴ Realidade perfeitamente visível, como se irá constatar, na lei de almotacaria fernandina de 1371-72. A acrescentar a esse facto, tínhamos ainda, com vimos, que o alqueire das comarcas do Minho e de Trás-os-Montes era de maior capacidade.

⁸⁵ Referimo-nos, obviamente, à guerra civil de 1319-24 entre D. Dinis e seu filho D. Afonso (futuro Afonso IV) e à guerra de 1325-26 entre D. Afonso IV e Afonso Sanches.

⁸⁶ *Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra*. “Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa”. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo I, livro III, p. 47-66. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora, L.ª, 1793, p. 56.

da rainha D. Isabel para com os mais pobres: “E, vivendo ela em Coimbra pera dar cima a sas obras, veo gram careza de pam em na terra, de guisa que na ciidade de Coimbra valia o alqueire quinze soldos (...), e recodiam aaquela (ciidade) muitos pobres e do seu fazia ela grandes esmolos de pam e de carne, e com probeza morriam muitos omees e molheres, que andavam deseparados com fame”⁸⁷.

É muito provável que após a tempestade tenha vindo a bonança, já que em data próxima de 1343 há registo de um alqueire de pão ter sido avaliado em cerca de 3,1 soldos (1,91 g)⁸⁸. Tratou-se, todavia, de uma bonança efémera, uma vez que em 1348 chegara a Peste Negra e, com ela, uma inflação generalizada a nível europeu⁸⁹ que se estenderá, *grosso modo*, até à década de 1370.

Datas Extremas: 1350-1399;

Representação Geográfica: Alcobaça, Algarve, Alvorge, Beira, Braga, Coimbra, Entre Douro e Minho, Entre Tejo e Guadiana, Estremadura, Évora, Golegã, Grijó, Lisboa, Loulé, Porto, Santarém, Torres Vedras e Trás-os-Montes;

Preço Máximo: 80 soldos (Lisboa – 1384): 25,52 g de prata;

Preço Mínimo: 2 soldos e 0,5 dinheiros (Alvorge – 1367)⁹⁰: 1,24 g de prata;

Oscilação Máxima: 1958% / 24,28 g de prata;

Oscilação Facial: 2 soldos e 0,5 dinheiros a 80 soldos.

Em Portugal, ao fenómeno da Peste Negra juntara-se ainda, em 1355-56, um período nefasto em termos naturais, caracterizado por terramotos, seca e peste. Segundo os cronistas, o ano de 1355 chegou mesmo a ser “o mais seco, que os homens virom”⁹¹, não sendo por isso de estranhar a “mengua grande de pam que aviia na terra”⁹². Ainda que se desconheçam valores para atestar das reais repercussões da epidemia de 1348 e da crise de 1355-56 na carestia do género agrícola, é provável que esta se tenha aproximado da ocorrida em inícios da década de trinta. Sabe-se, sim, que entre 1359 e 1365 o preço do trigo continuou elevado, não tanto como acontecera em 1317, 1331 ou 1333, mas ainda o suficiente para provocar a fome nos meios mais desfavorecidos. Com efeito, em Santarém, o alqueire encontrava-se avaliado em 13 soldos (7,87 g), o que representava uma subida de 284% face ao preço praticado na mesma cidade no ano de 1305 e, em Alcobaça, os 11,25 soldos (6,81 g). Em

⁸⁷ Cit. por TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Editorial Presença. Lisboa, 1989, p. 47.

⁸⁸ Valor relativo a um alqueire de pão, podendo este não ser necessariamente cereal nobre.

⁸⁹ Apenas a Inglaterra parece não ter sentido, pelo menos de imediato, os efeitos económicos da Peste Negra, pois entre 1340-59 o preço do trigo continuou a descer (vd. quadro III).

⁹⁰ Estimativa com base nos preços, por arrematação pública, de 1 soldo e 8,5 dinheiros por alqueire de trigo mourisco de 1 ano, de 1 soldo e 4,5 dinheiros por alqueire de trigo mourisco de 2 anos e de 1 soldo e uma mealha por alqueire de trigo mourisco de 3 anos.

⁹¹ *Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra*, p. 57.

⁹² *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, 1957, p. 37-38.

1365, o alqueire rondaria os 5 soldos (3,03 g) em Grijó, o que ainda constituía, à luz da referência geográfica, um pesado encargo. A partir de 1366 devem-se ter reunido as condições para uma progressiva redução de preço já que, em 1367, no Alvorge, o cereal nobre chegou a ser vendido em redor dos 2 soldos e uma mealha (1,24 g)⁹³.

No início do Verão de 1369 principia a primeira guerra fernandina e, com ela, um clima económico muito desfavorável. A desvalorização da moeda, o aprovisionamento de bens para o exército, as destabilizações e destruições originadas pela guerra, entre outros aspectos, conduziram a uma severa e generalizada inflação. Estabelecida a paz pelo tratado de Alcoutim em Março de 1371, *“agravaromsse os poboos a elle (rei) dizemdo, que per aazo das mujtas moedas de desvairadas leis e preços, que em sua terra avia feitas como lhe prouguera, eram as cousas postas em grandes e desordenados preços, muito mais do que aguisadamente deviam valler”*⁹⁴.

Na tentativa de refrear a inflação, D. Fernando procede, entre outras medidas, à promulgação de uma lei de almotaçaria. Por esta, sabemos que o trigo foi tabelado entre 20 a 100 soldos (3,02 a 15,1 g), dependendo da referência geográfica: 100 soldos para o Algarve, 60 soldos para Entre Tejo e Guadiana, 40 soldos para a Estremadura, 30 soldos para a Beira e Entre Douro e Minho e 20 soldos para o Porto e Trás-os-Montes. Mediante estas importâncias, as quais constituíram, formalmente, uma redução significativa do preço do cereal nobre, apenas podemos imaginar os valores que este terá alcançado a partir de finais de 1369. Talvez o preço máximo estipulado de 100 soldos equivalesse a um valor médio dos tempos de guerra, ideia sustentada por dois capítulos gerais apresentados nas ditas cortes de 1371. Num primeiro, agravava-se o povo por ser obrigado a vender ao rei o cereal a 5 soldos, tendo depois de o comprar, para sobreviver, por 5 libras⁹⁵. Num segundo, alertando para o facto de, por aquele tempo, uma pessoa que possuísse um moio de trigo ter bem em seu poder 300 libras⁹⁶. Se aceitarmos este valor que equivale, no mínimo, a 13,5 g de prata, estamos perante a maior crise até então experimentada pelo homem medieval português.

Devemos, neste momento, fazer uma pequena interrupção na análise evolutiva do preço do trigo para atribuir a devida importância ao testemunho de Fernão Lopes também como prova inequívoca de como os cereais foram claramente mais baratos no norte do reino. Com efeito, além das notórias diferenças de preços, há ainda que lembrar como o alqueire era

⁹³ Acresce a este baixo valor o facto de ter sido taxado em Maio, época alta dos preços anuais, e de ter resultado de um leilão. Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, tal só pode ter resultado de anos de fartura a nível local. COELHO, O Baixo Mondego..., I, p. 429.

⁹⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Introdução pelo Prof. Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d., p. 149.

⁹⁵ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, I, p. 35.

⁹⁶ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, I, p. 40.

tendencialmente maior nas comarcas do norte, o que acentuava ainda mais as diferenças e fazia dos consumidores nortenhos autênticos privilegiados.

Feita esta importante ressalva, devemos entender que a lei de almotafaria não passou, todavia, de uma mera intenção que, na prática, era contrariada por comerciantes incapazes de praticarem preços tão reduzidos. Estes vendiam os produtos a quem mais oferecesse; daí novo agravo do povo, nas cortes do Porto de 1372, de que “*nom se podia achar mantijmento por dinheiros*”⁹⁷. Desse modo, o trigo continuava inacessível a grande parte das gentes medievais, as quais viam ainda um ano de 1372 marcado não só pelo início da segunda guerra fernandina, como também por graves inundações, causadas pelo excesso de chuvas ocorrido no Inverno de 1371-72⁹⁸. A sobrevivência era a verdadeira batalha dos comuns e nunca esta terá sido tão penosa como até aí⁹⁹.

A partir da década de 1370, os preços começaram a descer a nível europeu, o mesmo se devendo ter passado em Portugal, mas apenas a partir de 1377, já que entre 1372-76 os maus anos eram ainda a realidade do homem medieval português, confrontado com a guerra, com as epidemias e com a seca. Em todo o caso, os preços não atingiram os patamares de 1333 ou de 1369-71, ficando-se, *grosso modo*, pelo que havia ocorrido em 1359-63¹⁰⁰. Num documento de 1377, afirma-se precisamente que pelos anos de 1374-76 “*valia o alqueire do pam a doze e a quinze soldos [6,28 a 7,85 g] o que ora nom valia mais de dous e tres soldos*”¹⁰¹. Por sua vez, o ano de 1377 iniciou um curto mas fértil período, caracterizado por boas colheitas, prosperidade e abundância. Só num cenário destes o trigo pôde ter descido cerca de 81,5% para uns baixíssimos 2 a 3 soldos (1,05 a 1,57 g). Em 1379-80, as condições continuavam convidativas ao consumo, já que em Torres Vedras o alqueire de trigo encontrava-se avaliado em apenas 3,33 soldos (1,74 g). É preciso recuar uma década para se encontrarem valores tão reduzidos.

Com o despoletar da terceira guerra fernandina, em Maio de 1381, os géneros subiram vertiginosamente, impossibilitando o reino de seguir a tendência deflacionista europeia. Nesse ano, em Santarém, o alqueire de trigo era comercializado por uns elevadíssimos 40 soldos (20,92 g), o que pode ter significado uma subida superior a 1000% num período de apenas dois anos. O início da crise de 1383-85 esmagou qualquer hipótese de, nos tempos mais imediatos, o reino curar as feridas provocadas pelo espectro bélico do reinado de D. Fernando. Pelo

⁹⁷ Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), I, p. 85.

⁹⁸ MARQUES, Introdução à História..., p. 259.

⁹⁹ Nas cortes de Leiria de 1372, D. Fernando expressava, assim, um dos clamores do povo: “*Ao que dizem no uigessimo tertio artigo que o nosso pouo nos pedia por merce que como hora as cousas fossem muj caras mais que em tempo de nenhys Reis que ante nos foraõ (...)*”. Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), I, p. 134.

¹⁰⁰ Ideia já aduzida em COELHO, O Baixo Mondego..., I, p. 430.

¹⁰¹ Cit. por COELHO, O Baixo Mondego..., I, p. 429.

contrário, enegreceu ainda mais as parcas condições do quotidiano. O clímax de todo este cenário teve como palco a sitiada cidade de Lisboa do ano de 1384, onde “*nom avia triigo pera vemder, e se o avia, era mui pouco e tam caro, que as pobres gentes nom podiam chegar a elle; ca vallia ho alqueire quatro livras*”. Este preço de 80 soldos (25,52 g), o mais elevado de que temos registo para os dois séculos a que se reporta este estudo, era a expressão monetária de momentos da mais extrema fome e miséria: “*No lugar hu costumavom vemder o triigo, amdavom homees e moços esgaravatando a terra; e sse achavom alguus grãos de triigo, metiãnos na boca sem teemdo outro mantiimento; outros se fartavõ dervas, e beviã tamta agua, que achavom mortos homees e cachopos jazer imchados nas praças e em outros logares*”¹⁰².

Não existem dúvidas de que a escassez continuou nos anos imediatos; os governos concelhios procuravam combatê-la através da principal arma que tinham ao seu dispor, a almotaçaria. Em inícios de 1385, a vereação de Loulé “*vendo que a dicta vila estava agastada de pam que nom poinham as feengas e muitos soltamente queriom poer o pam tam caro que a vila se podia despoborar por esta razom (...) os da vila non avion mantimento e pereciion e porque am certa enformaçom que na ciidade d’Evora era acordado que o triigo nom sobise de vinte soldos arriba porem mandarom que logo façom poer certo pam da dicta vila nas faangas (...) e que lho dem temperadamente e que o boom triigo ponhan a XXV soldos e o outro mais somenos se ponha mais baixo e meos*”¹⁰³. Este testemunho coloca-nos, todavia, uma questão: teriam sido estas taxas concelhias, que colocavam o trigo em preços bastante moderados (20 e 25 soldos ou 3,48 ou 4,35 g), à imagem da almotaçaria régia de 1371, um mecanismo irrealista ou, pelo contrário, reflectiriam um certo espaço de manobra no sentido da deflação? É impossível, em bom rigor, afastar qualquer uma das hipóteses. Todavia, os valores de 80 soldos (5,92 g), conhecidos para os anos imediatos de 1386 e de 1387, na Golegã e em Coimbra, atribuem maior prevalência à primeira hipótese.

O preço do trigo desce, sim, em 1389 (ao que parece a cidade de Lisboa vê o alqueire do cereal rondar os 50 soldos ou 3,35 g, o valor mais baixo dos últimos nove anos) para, logo em 1391-92, haver novas notícias de falta de pão no reino e, de um modo geral, em toda a Europa¹⁰⁴. Saliente-se, entre outras, a carta régia de 4 de Setembro de 1391, pela qual D. João I comunica à vereação portuense a sua decisão “*de se nom tirar nem leuar do nosso Senhorio*

¹⁰² LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, vol. I. Introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d., p. 306.

¹⁰³ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 29-30.

¹⁰⁴ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 262.

nem huum pam pera outras nemhumas partes fora da nosa terra”¹⁰⁵. Nesse sentido, e apesar da falta de cifras que o confirmem, é crível acreditar que houve uma subida de preço.

Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, “na última década da centúria uma relativa acalmia fixa os preços, em média, pelos 50 soldos (ou 5 reais), quebrada pela alta do mau ano de 1394, que os faz subir até 11 e 16 reais”¹⁰⁶. Altamente provável e de acordo com a conjuntura europeia, este cenário não deixa, no entanto, de carecer de maior suporte documental. Com efeito, à excepção de dois preços relativos a 1394 e que, realmente, indiciam carestia (nas cortes de Junho desse ano debate-se a escassez e o alto preço do trigo, que de 11 reais ou 5,06 g subira para 15 e 16 reais ou 6,9 e 7,36 g¹⁰⁷; em Braga, experimentavam-se cifras médias-altas na ordem dos 40 a 60 soldos ou 1,84 a 2,76 g), só se conhece um valor para toda a década. Assim, o cenário atrás proposto radica, basicamente, apenas num preço de 52 soldos (2,39 g), ocorrido em Coimbra no ano de 1397 e, provavelmente, na ideia, quanto a nós correcta, de que uma certa acalmia militar ocorrida entre 1393-96 pôde contribuir para a deflação. Todavia, importaria conhecer mais preços para saber qual o real valor, em termos de amostra, da quantia reduzida de 1397, bem como das repercussões da falta de trigo ocorrida em 1391-92 e no findar da década.

Datas Extremas: 1400-1449;

Representação Geográfica: Alcobça, Algarve, Beja, Ceuta, Coimbra, Lisboa, Moreira, Mós de Moncorvo, Óbidos, Porto, Rio Maior, Salvaterra e Santarém;

Preço Máximo: 60 reais (Lisboa – 1440): 19,74 g de prata;

Preço Mínimo: 6 reais (Rio Maior – 1435): 1,65 g de prata;

Oscilação Máxima: 1096,4% / 18,09 g de prata;

Oscilação Facial: 6 a 60 reais.

O primeiro quartel do século XV foi marcado, a nível europeu, por períodos de forte crise e consequente interrupção do percurso descendente do preço do trigo. O mesmo parece ter sucedido em Portugal, em que curtos ciclos de aguda escassez e inflação impediram a manutenção de uma política de baixos preços que, certamente, deve ter vigorado, a espaços, nesse período. Infelizmente, não dispomos de elementos suficientes para estabelecer essa relação, até pelo facto de os conhecidos coincidirem, exactamente, com os ditos anos de crise.

Assim, em 1402, o alqueire atingiu os 20 reais (7 g) em Rio Maior e, no Porto, “*as jentes da dicta Çidade sse agrauauam e queixauam per que nom aviam nem podiam auer pam pera sseos mantymmentos*”¹⁰⁸. E em 1403, o trigo valia 22 reais (7,7 g) em Salvaterra e, na cidade do

¹⁰⁵ “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*, p. 101.

¹⁰⁶ COELHO, O *Baixo Mondego*..., I, p. 431.

¹⁰⁷ *Documentos do Arquivo Histórico*..., I, p. 192.

¹⁰⁸ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 137.

Porto, a vereação procurava combater a “*grande fome*” com a venda de uma “*partida*” de pão nas fangas da cidade (a teiga de trigo por 400 libras com sisa)¹⁰⁹. Este valor de 200 libras (20 g) por alqueire, a confirmar-se, faz do ano de 1403 o mais terrível que a cidade do Porto experimentou no conjunto dos dois séculos aqui estudados. Entre 1412-14, numa crise que foi geral a toda a Europa, D. João I recomendava à vereação do Porto, visto a grande falta de pão, motivada pela grande seca, que pedisse dinheiro emprestado para o cambiar no estrangeiro por trigo¹¹⁰. A vereação, entretanto, reconhecia o escalar da crise, como se percebe nas seguintes palavras: “*moltrepicaua huu e dous e iij Reaes o alqueire do pam polla grande mjnga que delle abiam. E esto por rrazom da noujdade que foy cassa de pam em a comarca da dicta çidade e dantre Doiro e Minho*”¹¹¹. Para os anos de 1413 e 1414 sabemos ter a dita vereação tabelado um máximo de 9 reais (3,15 g) para o alqueire de trigo. Finalmente, em 1417, o trigo atingia os 20 reais (6,2 g) em Santarém.

A primeira importância que contraria esta tendência refere-se a 1419 e a esta mesma cidade de Santarém. Assim, o alqueire de trigo valeu 8 reais (2,48 g) ou menos 60% do que havia custado apenas dois anos antes, o que é dizer que muita gente pôde, por esse tempo, afastar o espectro da fome. Da mesma forma, os dois anos imediatos reuniram as condições para que o acesso ao trigo se tivesse mantido minimamente acessível.

A carestia regressou ao reino, provavelmente, em 1422, altura em que foi necessário mandar vir trigo do estrangeiro “*por quanto ora a cidade (Lisboa) era muy falleçida de pam*”¹¹². Segundo Oliveira Marques, a crise continuou até 1427, se bem que os preços reunidos para 1423 e, sobretudo, para 1425 não se encontrem totalmente de acordo com essa suposição, pelo menos na gravidade que ela encerra. De facto, segundo o autor, “o ano de 1423 foi mau, havendo até a registar, talvez em consequência da fome, epidemia de peste no Reino”¹¹³. Ora, sabe-se que, nesse mesmo ano, em Ceuta, um alqueire de trigo foi avaliado em 14 reais (4,34 g), o que não é um preço expectável tendo em conta a gravidade do cenário aduzido. Um preço de 20 reais (6,2 g), ocorrido em Alcobaça no ano seguinte de 1424, encontra-se, sim, em total consonância com a ideia de prolongamento da crise, esta também experimentada por uma cidade de Évora “*muito fallecida de pam*”¹¹⁴. O ano de 1425 não deve ter encerrado a mesma gravidade, já que o alqueire chegou a valer, em Coimbra, 10 reais (3,1 g), o que não é, de todo, uma cifra de tempos mais nefastos. O mesmo não se defende,

¹⁰⁹ *Índice Chronologico...*, p. 114.

¹¹⁰ *Índice Chronologico...*, p. 124.

¹¹¹ A.H.M.P., Livro 3.º de Vereações (1412-07-06 a 1461-06-27), fl. 63v.-64.

¹¹² Cit. por MARQUES, *Introdução à História...*, p. 267.

¹¹³ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 267.

¹¹⁴ Cit. por MARQUES, *Introdução à História...*, p. 268.

por sua vez, para 1426, altura em que o reino se viu confrontado com uns gravosos 23 reais (6,62 g).

Entre 1427 e 1437 a população portuguesa usufruiu de uma clara acalmia no preço do cereal nobre. Tratou-se de uma década para a qual não temos registos superiores a 12 reais (3,89 g), sendo que, em 1435, o alqueire foi avaliado em apenas 6 reais (1,65 g). É preciso recuar até 1380 para encontrarmos um preço tão reduzido. Não obstante o referido, parece que o ano de 1432 constituiu uma excepção pela negativa, pelo menos para a cidade do Porto¹¹⁵.

Em 1438 regressara a crise, assumindo a feição da mais longa e uma das mais intensas experimentadas em Portugal e na Europa da Baixa Idade Média. São diversas as provas da maior escassez, inflação e fome que caracterizaram os anos de 1438-41. Mencionem-se as cartas régias de 1438 e 1440, segundo as quais se reconhece como na cidade de Lisboa “*se alça muyto a uallya do pam cada uez mais polla myngua delle que he na terra entanto que o poboo mehudo e proues nem podem auer nem comprar se nom com muyto seu dapno e perda e assy os outros*”¹¹⁶ e em como “*este anno presemte, fora minguido de pam e doutros mantimentos*”¹¹⁷; ou o conhecido “Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça”, que permite observar, detalhadamente, o processo inflacionista: 10 a 11 reais em 1437; 15 a 16 em Maio de 1438; 22 a 23 em Julho; 25 em Setembro; 30 em Dezembro; 30 a 35 em Janeiro de 1439, chegando-se a atingir 50 em Outubro de 1439 e 55 reais (18,1 g) em Maio/Junho de 1440, sendo que este último valor representava uma inflação de cerca de 838% face ao preço de 7 reais (1,93 g) verificado na mesma localidade em 1435. Em Lisboa, o alqueire chegou mesmo a atingir 60 reais (19,74 g), o que representa uma quantia violenta para as pequenas bolsas medievais, apenas superada em 1381 e 1384. O próprio preço de 18 a 23 reais (5,71 a 7,3 g), registado na vila transmontana de Mós de Moncorvo no ano económico de 1439-40, demonstra que também o norte do reino não passou incólume a este período negro da história económica portuguesa, embora à escala de valores aí praticados. Com efeito, atente-se na disparidade verificada entre o preço de 60 reais experimentado na cidade lisboeta e o de 18 a 23 reais praticado na vila transmontana.

O ano de 1441 trouxe consigo o início do debelar da crise: 16 reais (5,26 g) em Alcobaça e 11 reais (3,62 g) em Óbidos. Em 1442 a crise encontrava-se ultrapassada, como não deixam dúvidas o preço de 10 reais (3,29 g) ocorrido em Santarém e uma carta enviada pelo infante D. João à vereação lisboeta referindo-se, precisamente, à crise como um acontecimento

¹¹⁵ Assim, em vereação de 17 de Maio, referia-se que “*este anno foy de pouco pam e vinho e cada dia alça e teem mentes de seer mais carro*” para, quatro dias mais tarde, se acordar “*que fossem homeens boons pello thermo da cidade aa custa do Concelho a fazer viir o mais pam que tiverem aa cidade*”. «Vereações». 1431-1432, p. 111 e 113.

¹¹⁶ Cit. por MARQUES, *Introdução à História...*, p. 269.

¹¹⁷ *Documentos do Arquivo Histórico...*, II, p. 271.

passado: “*Sabees bem como no tempo que essa cidade ouue os trabalhos e mjingua do pam*”¹¹⁸. Em todo o caso, a ocorrência do mesmo preço de 10 reais na cidade do Porto demonstra ainda alguma desconfiança face aos tempos vindouros.

Mais do que o fim de uma crise, o ano de 1442 aparece, sobretudo, como o início de um novo ciclo em que, não obstante a permanência de frequentes crises de curta duração, estas não induzem tão facilmente quantias elevadas como as ocorridas em 1317, 1331, 1333, 1359-63, 1370-71, 1381, 1384, 1403 e 1439-40. Em termos de tendência, mantém-se, a par do que se passava na Europa, uma curva descendente de preços, a qual só voltará a ser quebrada por meados da década de 1470, não, como dissemos, por ocorrência de picos de grande inflação, mas pela fixação de uma média mais elevada.

Acompanhemos então, mais de perto, esse período deflacionista. Em 1443, na região alcobacense, o trigo regressava ao preço de 1435, ou seja, 7 reais (2,30 g). Ainda nesse ano encontra-se nova referência à “grande crise” como acontecimento passado e a servir de exemplo, desta feita por D. Afonso V, o qual “*veendo e conssyrando o grande trabalho em que nossos Regnos foram postos os anos pasados por a mjinga do pam que em elles auja E como todo o que em elle ha he muyto neçesario para manteença dos moradores dellas (...) mandamos E defendemos que nom sseja nem huum tam ousado de quall quer Estado e condiçom que o lleue a uender para fora dos nosos Regnos sem nosa leçença*”¹¹⁹. Em 1444-45, no termo de Santarém, o alqueire rondava os 10 reais (3,29 g) e, no ano seguinte, os 9 reais (2,96 g) em Lisboa. As quantias de 19 e 20 reais (6,25 a 6,58 g), ocorridas em Faro no Inverno de 1445-46, embora mais inflacionadas, devem ter em atenção a referência geográfica de uma região cronicamente dependente e deficitária.

O ano de 1449 aparece com elementos díspares. Se, por um lado, é conhecido um preço reduzido para a cidade de Lisboa (12 reais ou 2,76 g), já no Porto, em sessão camarária de “*dous dabrill Acordarom mais os dictos rregedores E homeens boons E poboo que por quanto açidade era agora muyto ffallida de pam que trouxesse logo cada huum laurador dos termhos da dicta cidade tres alqueires de pam*”¹²⁰. A situação não estaria melhor pelo reino já que, em 12 de Maio, acordavam ainda “*que screpuessem A Elrey em como sua merçee enujara a esta comarca doos scudeiros para leuar certo pam E que por quanto esta terra estava mujto gasta de pam que fosse sua merçee de o daqui nom mandar leuar por que a terra o nom podera soportar*”¹²¹. É provável que a instabilidade política e o confronto militar que culminou na

¹¹⁸ *Documentos do Arquivo Histórico...*, II, p. 279.

¹¹⁹ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 277-278.

¹²⁰ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 430.

¹²¹ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 446.

batalha de Alfarrobeira, de Maio desse ano, possam ter estado na origem de alguns problemas de abastecimento, desconhecendo-se, todavia, que gravidade atingiram e qual a real repercussão que tiveram na definição do valor comercial do trigo.

Datas Extremas: 1450-1499;

Representação Geográfica: Açores, Alcobaça, Alenquer, Alentejo, Benavente, Braga, Ceuta, Coimbra, Entre Douro e Minho, Évora, Funchal, Idanha-a-Velha, Leiria, Lisboa, Loulé, Porto, Salvaterra, Santarém, Setúbal, Sintra e Tomar;

Preço Máximo: 120 reais (Funchal – 1486): 12,12 g de prata;

Preço Mínimo: 13 reais (Açores – 1488): 1,31 g de prata;

Oscilação Máxima: 825% / 10,81 g de prata;

Oscilação Facial: 10 a 120 reais.

Os anos de 1450 e 1451 colocavam, novamente, o cereal em patamares de acessibilidade ao consumo: 10 a 12 reais (2,09 a 2,76 g) em Setúbal, Coimbra e Lisboa. Com o ano de 1452, iniciou-se um período de más colheitas e de alguma inflação. O trigo sobe de 15 reais (3,14 g), nesse ano, para 16 e 18 reais (3,34 e 3,76 g) em 1453, 20 e 22 reais (4,18 e 4,6 g) em 1454, chegando a atingir os 30 reais (6,27 g) em Leiria. A ocorrência de um preço de 15 a 18 reais (3,14 a 3,76 g), registado na comarca de Entre Douro e Minho em 1454-56, demonstra que a inflação também foi sentida a Norte, mas, novamente, dentro da escala de valores mais reduzidos, característica dos mercados nortenhos.

A partir de 1456 e até 1473 registou-se, em termos gerais, novo período de fácil acesso ao consumo, devendo, apenas, ressaltar-se os anos de 1467-68 como tendo trazido algumas contrariedades, nomeadamente ao sempre deficitário reino do Algarve. Em resposta, em Março de 1468, a carta enviada por Loulé “*sobre a mingua do pam que em esse regno ha*”, D. Afonso V prometia o envio de algum trigo, entretanto esperado da Bretanha¹²². Em Junho do mesmo ano, o concelho de Loulé registou ainda a intenção de um parente do rei de vender 100 moios de trigo a 40 reais (5,76 g) o alqueire¹²³. A escassez não deve, todavia, ser generalizada ao reino, já que nesse mesmo ano, em Santarém, o trigo valeu uns módicos 15 reais (2,16 g). À excepção deste ano, os restantes valores apontam, como dissemos, para abundância: 10 reais (1,53 g), em 1461, em Santarém, o que nos obriga a recuar até 1377 para encontrar importância mais baixa; 15 reais (2,3 g), em 1462, em Ceuta, 17 reais (2,6 g), em 1463, em Santarém. Em 1471-73, o trigo descia ainda para uns meros 11,3 reais (1,37 a 1,72 g) no Alentejo, sendo que, em Lisboa, o alqueire devia andar entre 15 a 18 reais (1,82 a 2,18 g).

¹²² *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 204-205.

¹²³ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 210.

A partir da década de 1470 e, sobretudo, da década de 1480 o preço do trigo volta a registar uma subida a nível europeu. Em Portugal, os elementos disponíveis sugerem algumas afinidades com o que se passava além-fronteiras. Tudo leva a crer que no último quartel do século os preços se estabilizam em patamares médios mais elevados do que no passado. Embora se torne mais difícil atingir os picos e a violência de preços ocorrida em tempos anteriores a 1442, há claramente uma maior permanência do cereal em quantias mais inflacionadas, a rondar um valor real de 4 g de prata.

O ano de 1474 pode ser considerado o início deste período e, ao mesmo tempo, um dos poucos momentos em que o preço do trigo atingiu um daqueles raros picos monetários. A ocorrência de um valor de 52 a 55 reais (6,29 a 6,66 g) em Santarém representa uma quantia extremamente elevada, sobretudo tendo em conta a referência geográfica (recorde-se que em 1468, na mesma cidade, o trigo orçava apenas os 15 reais ou 2,16 g, o que resulta numa diferença de cerca de 200%). Na cidade do Porto, e em termos relativos, a realidade parece ter sido, da mesma forma, muito desfavorável ao consumidor, já que 33 reais (3,99 g) representavam um dos maiores preços registados para a cidade e para a comarca de Entre Douro e Minho. Em 1476, em Salvaterra, o trigo continuava inflacionado, desta feita a tocar os 30 reais (4,05 g). É possível que a crise se tivesse arrastado até ao ano de 1478, como faz crer o testemunho de uma pobre viúva de nome Catarina Pires, a qual *“perecia aa fame per a grande esterelidade que ora he de pam por seer muyto caro”*¹²⁴, ainda que, em Braga e no ano de 1477, o arcebispo D. Fernando da Guerra avaliasse o trigo num preço bastante acessível: 12 reais (1,62 g).

Os próximos registos de que temos conhecimento datam de 1482 e de 1484 e revelam um período de acalmia na inflação. No reino, o cereal nobre rondaria os 15 reais (1,73 g), importância baixa e que permitiria, certamente, uma boa alimentação por parte das populações. Contudo, este cenário já se tinha deteriorado em 1485, altura em que no Porto *“muytos do pouoo veerão a falar a como todos sabiam e ouuyam dizer da grande carestya do pam que aby a na Estremadura e entre Tejo e Guadiana pella quall nom era duvida o dito pam se alevantara a esta comarca a muyto mayor preço do que ora vall”*. Para atenuar a carestia a vereação mandara buscar trigo à Flandres, assegurando um preço mínimo de 30 reais (3,03 g) por alqueire de medida pequena¹²⁵. Com efeito, aquele testemunho reflectia exactamente a crise que ocorria nas comarcas do sul. No mesmo ano, Lisboa experimentara preços que iam dos 40 aos 100 reais (4,04 a 10,1 g). Embora compelido a permitir a livre

¹²⁴ Cit. por MARQUES, *Introdução à História...*, p. 277.

¹²⁵ A.H.M.P., Livro 5.º de Vereações (1485-06-28 a 1487-01-30), fl. 10v.-11; *Índice Chronologico...*, p. 210.

venda de trigo na dita cidade, D. João II estabeleceu limites à especulação: patamar máximo de 100 reais por alqueire, da mesma forma que, por dia, o vendedor apenas podia alçar o preço inicial em dois ceitis¹²⁶: “*que na venda do pão do preço que for posto se non possa alevantar mais que a dous ceitis por alqueire por dia*”¹²⁷. Em 1486, sabemos que o alqueire chegou mesmo aos 120 reais (12,12 g) na vila funchalense, o que reflecte a fragilidade daquele espaço insular e como, facilmente, as ondas de choque de uma crise vivida no continente podiam aí chegar de forma ainda mais dramática.

Em algum momento deste último ano reuniram-se as condições para a ocorrência de um preço de 20 reais (2,02 g) no continente, cifra perfeitamente acessível e contrária às indicações reunidas, pelo que deve ter constituído excepção. Em Junho de 1487, D. João II ordenava “*que de nossos reynos nam seja tyrado nenhuum pam asi trygo farrynha ceevada centeeo nem milho pera fora dos dictos nossos reynos*”¹²⁸, embora a situação já não devesse ser tão grave, como indicam as cifras de 25 reais (2,53 g) para a comarca de Entre Douro e Minho e de 27,46 a 31,36 reais (2,77 a 3,17 g) para a cidade de Lisboa. Em 1488, nos Açores, o trigo descia ainda para uns tímidos 13 reais (1,31 g), tudo levando a crer que a crise tinha sido debelada.

A última década do século XV estabeleceu o trigo em preços médio/elevados, a rondar os 30 a 40 reais (3 a 4 g), sendo que os anos de 1493-95 devem ter sido os mais problemáticos. Assim, em 1493, na vila de Alenquer, o alqueire chegou a valer uns altíssimos 75 reais (7,58 g) e, em 1493-94, na cidade do Porto, uns não menos custosos 35 a 36 reais (3,54 a 3,64 g). Já em Janeiro de 1495, os membros da vereação louletana “*viam (...) como esta villa e asy em outras mui[ta]s partes deste regno estavam minguados de trigo e nom sabiam maneira que buscassem per onde lhe viessem alg[u]m trigo a esta villa*”¹²⁹. Ao invés, os últimos anos de Quatrocentos apresentaram preços moderados: em 1499 o trigo valia apenas 25 reais (2,5 g), podendo-se afirmar, por essa expressão monetária, ter-se o século XV despedido sem as grandes fomes que ciclicamente o caracterizaram, assim como à centúria anterior.

2.1.1.2. Cereais de “segunda”

¹²⁶ RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV”. Separata dos números 101 a 109 da *Revista Municipal*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968, p. 87-88.

¹²⁷ *Documentos do Arquivo Histórico...*, III, p. 106.

¹²⁸ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 223.

¹²⁹ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*, p. 189.

Em certos registos, mais frequentes para o século XIV, aparece a designação de cereal de segunda. Ora esta, podendo englobar todos os cereais panificáveis à excepção do trigo, não nos permite, em bom rigor, enriquecer a análise individual do preço quer da cevada, quer do centeio ou do milho, ainda que, em determinadas ocasiões, a identificação seja bastante plausível. Assim sendo, e como já foi salientado em outros estudos¹³⁰, resta, a este nível, afirmar que o cereal de segunda custou, em média, entre 33,33 a 50% (“*e posserom huum mouio de trigo por dous de segunda*”¹³¹; “*a rezam de tres de segunda por dous de trygo*”¹³²) menos do que o cereal nobre, bem como confirmar a regra geral de que os cereais foram mais baratos a norte do que no centro e sul do reino. Em 1363, um alqueire de segunda andava, em Santarém, pelos 9 soldos, enquanto que, em 1365, em Grijó, apenas atingia os 2,5 soldos.

Qualquer análise do valor dos cereais na Baixa Idade Média, geralmente acessória a outros objectivos, tende a afirmar, de forma natural, que o trigo foi o cereal mais caro, logo seguido da cevada, do centeio e, finalmente, do menos valorizado milho. Todavia, pouco se conhece sobre os moldes em que, efectivamente, se situou e evoluiu essa relação de preços. De seguida, procura-se sistematizar a informação passível de ser confrontada, especificar essa formulação do senso comum, bem como atribuir-lhe um pouco mais de sustentação documental. Da mesma forma, e apesar da insuficiência de elementos para conceber uma análise tão detalhada das tendências evolutivas que caracterizaram o preço dos diversos cereais de segunda (as quais se, por um lado, responderam às mesmas leis gerais como condições climatéricas, pestes, guerras, etc., por outro lado, obedeceram a particularidades próprias de cultivo e da mudança de gosto dos consumidores), procurar-se-á enquadrar devidamente os resultados obtidos e apresentá-los com o intuito de permitir futuros exames mais informados.

Quadro VI: COMPARAÇÃO DO PREÇO DOS CEREAIS (1333-1499)

Data	Local	Preço do trigo	Preço da cevada	Preço do centeio	Preço do milho	Preço dos farelos
1333	Coimbra	20 s.	-	16 s.	13 s.	-
1367	Alvorge	c. 2 s. e 0,5 d.	1 s. e 4,5 d.	-	-	-
1371-72	Algarve	100 s.	50 s.	-	-	-
Data	Local	Preço do trigo	Preço da cevada	Preço do centeio	Preço do milho	Preço dos farelos
1371-72	Entre Tejo e Guadiana	60 s.	30 s.	30 s.	-	-

¹³⁰ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 223 e COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, p. 432.

¹³¹ *Livro das Campainhas...*, p. 77.

¹³² *Documentos Inéditos de Marrocos (Chancelaria de D. João II)*. Transcrição de P. M. Laranjo Coelho, volume I. Lisboa: Academia das Ciências, 1943, p. 168.

	Estremadura	40 s.	20 s.	20 s.	-	-
	Porto	30 s.	10 s.	10 s.	10 s.	-
	Trás-os-Montes	30 s.	15 s.	15 s.	15 s.	-
1379-80	Torres Vedras	3,44 s.	1,44 s.	1,44 s.	-	-
1384	Lisboa	80 s.	-	-	40 s.	-
1384 (?)	Évora	-	30 s.	-	-	25 s.
1387	Coimbra	80 s.	-	-	40 s.	-
1394	Braga	40 a 60 s.	-	15 a 20 s.	10 a 20 s.	-
1397	Coimbra	52 s.	31 s.	30 s.	18 s.	-
1397	Braga	-	-	20 s.	17,5 s.	-
1442	Porto	10 r.	6 r.	4 a 5 r.	-	-
1444-45	Santarém	10 r.	-	-	3 r.	-
1450	Coimbra	12 r.	8 r.	-	-	-
1451	Lisboa	10 a 12 r.	6 r.	8 r.	-	-
1453	Lisboa	16 a 18 r.	9 r.	-	-	-
1456	Entre Douro e Minho	15 a 18 r.	-	10 r.	5 a 6 r.	-
1471-73	Alentejo	11,3 r.	5 r.	-	-	-
1477	geral	-	13 r.	-	-	7 r.
1477	Braga	12 r.	-	8 r.	5 r.	-
1487	Minho	25 r.	-	26 r.	-	-
1490	Minho	18 r.	-	12 r.	8 r.	-
1487-92	Lisboa	c. 30 r.	-	-	-	4 r.
1493	Loulé	35 a 40 r.	-	-	-	5 r.
1497	Alentejo	42 r.	24,5 r.	-	-	-
1499	geral	25 r.	12 r.	-	-	-

2.1.1.3. Cevada (**alqueire**)

Datas Extremas: 1367-1492;

Representação Geográfica: Alentejo, Algarve, Almada, Coimbra, Entre Tejo e Guadiana, Estremadura, Évora, Funchal, Lisboa, Porto, Torres Vedras e Trás-os-Montes;

Preço Máximo: 50 soldos (Algarve – 1371-72): 7,55 g de prata;

Preço Mínimo: 5 reais (Alentejo – 1473): 0,61 g de prata;

Oscilação Máxima: 1137% / 6,94 g de prata;

Oscilação Facial: 1,33 a 50 soldos e 6 a 30 reais brancos.

As onze ocasiões em que foi possível confrontar, para um mesmo espaço e tempo, o preço da cevada com o preço do cereal nobre, apontam para que aquela fosse mais barata entre 32,8 e 66,7%, sendo que, na maior parte dos casos (em sete momentos), essa margem se centrasse entre 40 e 50%. Cronologicamente, o registo disponível em que o preço dos dois cereais mais

se afastou refere-se à almotaçaria de 1371-72 para a cidade do Porto. Ao invés, o leilão público realizado na herdade do Alvorge, no ano de 1367, marcou a maior proximidade.

No conjunto dos cereais de segunda, a cevada é tida como o cereal mais valorizado¹³³. Tudo leva a crer que assim tenha sido, bastando para isso recordar a extrema importância da cevada na alimentação dos animais de carga e transporte. Não obstante, os poucos elementos de comparação disponíveis não permitem, em bom rigor, corroborar inequivocamente essa ideia. Em apenas duas ocasiões, num universo de cinco, a cevada foi mais cara do que o centeio (3,3%, em 1397, na cidade de Coimbra e 33,4%, em 1442, na cidade do Porto) e, certamente, do que o milho, embora só no caso portuense se conheça a margem de diferença (72,2%). Em outras duas ocasiões a cevada registou o mesmo preço do que o centeio (almotaçaria de 1371-72 para as comarcas de Trás-os-Montes, Entre Tejo e Guadiana e Estremadura e para a cidade do Porto e, em 1379-80, na vila de Torres Vedras) e, por uma vez, o mesmo preço do que o milho (pela dita almotaçaria para a comarca de Trás-os-Montes e para a cidade do Porto). Finalmente, em apenas um registo se pode constatar que a cevada foi menos valorizada do que o centeio. Tal aconteceu em 1451, na cidade de Lisboa, numa percentagem de 25%.

Em todo o caso, não se duvida que o conhecimento de mais dados confirmará a ideia de que a cevada foi, realmente e em termos gerais (variando, obviamente, a sua importância de região para região como demonstra a almotaçaria de 1371-72), o cereal de segunda mais valorizado.

Em termos evolutivos, os registos começam com um valor bastante baixo, o qual não pode ser explicado apenas em função de ter resultado de um leilão: o preço de 1 soldo e 4,5 dinheiros (0,83 g) por alqueire, depois de oferta pública a 10 dinheiros, verificado no senhorio crúzio do Alvorge em 1367, só pode ser resultado de anos de fartura e “porque se preveria abundância nesse ano agrícola”¹³⁴.

Anos de fartura e de baixos preços não foram, nitidamente, os subsequentes. No início do Verão de 1369, começou a primeira guerra fernandina e, com ela, todas as dificuldades já mencionadas. Pela lei de almotaçaria posterior às cortes de Lisboa de Julho-Agosto de 1371, a cevada é tabelada entre 10 a 50 soldos (1,51 a 7,55 g): 50 soldos para o Algarve, 30 soldos para Entre Tejo e Guadiana, 20 soldos para a Estremadura, 15 soldos para Trás-os-Montes e 10 soldos para o Porto¹³⁵. Além da já referida diferenciação geográfica, estas importâncias representavam, à imagem de todos os outros produtos tabelados pela dita almotaçaria, um

¹³³ Opinião expressa, entre outros, em COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, p. 134-136 e 432.

¹³⁴ COELHO, “O Senhorio Crúzio do Alvorge...”, p. 44.

¹³⁵ Note-se a ausência de tabelamento do preço da cevada para as comarcas da Beira e de Trás-os-Montes.

corte nos preços reais praticados, não se sabendo até onde poderá ter subido a cevada nos anos de 1369 a 1371. No entanto, um precioso agravo do concelho de Almada, nas referidas cortes, parece auxiliar-nos nesse sentido: “*os officiaaes do Jffante tomam a estes suas cevadas (...) por meyor preço que aquello que vallem nom dando pollo alqueire da ceuada mais que xij soldos (...) uallendo ao dicto tempo que o assy tomam ho alqueire da cevada l. soldos e mais*”¹³⁶. Ora, os procuradores referem como preço corrente uma quantia na ordem dos 50 soldos, o que nos faz crer, como adiantamos para o trigo, que a quantia máxima prevista pela lei fernandina fosse um preço médio dos tempos de guerra e que este terá andado, em termos reais, entre as 6,75 e as 21,3 g. Note-se que estas quantias representavam uma subida média de mais de 1615% face ao valor de 1367. A almotaçaria, que não fora, desde o início, respeitada pelos comerciantes, conduziu a que os preços continuassem demasiado severos e causadores de fome.

Uma efectiva deflação só pôde ter ocorrido, em princípio, após alguns anos de paz e certa estabilidade económica. Em 1379-80, seis anos após a paz de Santarém, verificaram-se as condições para a ocorrência de um preço bastante reduzido, aliás o mais baixo de que temos registo. Assim, em Torres Vedras, o alqueire de cevada pôde ser vendido por apenas 1 soldo e 4 dinheiros (0,76 g)¹³⁷, ou seja, menos 74,8% face ao valor formal (inferior ao real) estabelecido em 1371 para a comarca da Estremadura. Este preço, favorável ao consumidor, não se manteve por muito tempo. Na mesma vila, no ano de 1381-82, a cevada subira já mais de 150% para 3,5 soldos (1,92 g)¹³⁸, reflectindo claramente o início da terceira guerra fernandina. Em Évora verificou-se o mesmo cenário, prolongando-se as dificuldades e a inflação com a morte de D. Fernando e o início da crise de 1383-85. Com efeito, se em 1380 a cevada valia apenas 3,5 soldos (1,83 g), já em 1382 subira para 4 a 4,5 soldos (2,09 a 2,35 g) e, para data que cremos ter rondado 1384, para 30 soldos (9,57 g).

O registo cronologicamente imediato coloca-nos em tempos de maior estabilidade e abrandamento na inflação. Assim, em 1397, na cidade de Coimbra, o alqueire de cevada valeu apenas 31 soldos (1,43 g). A partir de 1442 o valor comercial da cevada adquire uma muito maior estabilidade. É certo que nunca mais se atingiram cifras diminutas da ordem das verificadas em 1367 ou 1379-80, mas, da mesma forma, nunca mais o cereal registou um valor superior a 30 reais (3,03 g), sendo que este foi relativo à sempre necessitada vila do Funchal. Relembrem-se as quantias ocorridas aquando da crise fernandina (6,75 g) ou da crise de 1383-85 (9,57 g). Acompanhando mais de perto os preços obtidos, encontra-se um ano de

¹³⁶ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, I, p. 68.

¹³⁷ De referir que a cevada velha valia menos 2 dinheiros ou 12,5%.

¹³⁸ De referir que a cevada velha valia menos 12 dinheiros ou 28,6%.

1442 com a cevada a valer, na cidade do Porto, cerca de 6 reais (1,97 g), o que representa uma clara inflação face a 1397 e, tomando-se em conta a referência geográfica, ou seja, uma cidade com um baixo preço relativo, um custo elevado para a época em questão.

Em 1450, a cevada já se encontrava mais barata do que em 1442, ainda que o consumidor continuasse a perder cerca de 30% face ao ano de 1397. Com efeito, em Coimbra, o alqueire era comercializado por 8 reais (1,86 g). Em 1451, o movimento deflacionista manteve-se, desta feita para uma quantia na ordem dos 6 reais (1,25 g). Ano de dificuldades, 1453 não deixou de marcar uma ligeira subida da cevada, em Lisboa, para os 9 reais (1,88 g), praticamente o mesmo preço experimentado em Coimbra em 1450. Em 1471-73, no Alentejo, registara-se o mais baixo preço conhecido, ou seja, 5 reais (0,61 a 0,76 g). Em 1477, subira para os 13 reais (1,78 g), quantia que se mantinha, *grosso modo*, na cidade de Évora de 1480. O ano de 1485 inseriu-se noutro período de carestia e inflação. O valor de 30 reais (3,03 g), praticado na vila do Funchal, espelha perfeitamente essa realidade, mas também o facto, já aduzido, da crónica escassez de pão verificada na ilha da Madeira.

O início e o final da última década do século XV foram marcados por uma certa acessibilidade ao consumo. Note-se que, em 1491-92, na cidade do Porto, o alqueire de cevada era adquirido por 14 reais (1,41 g), menos 28,4% da cifra praticada em 1442 na mesma cidade. Da mesma forma, data de 1499 o preço de 12 reais (1,2 g), o mais reduzido de que temos registo para todo o século XV.

2.1.1.4. Centeio (**alqueire**)

Datas Extremas: 1333-1490;

Representação Geográfica: Braga, Coimbra, Entre Tejo e Guadiana, Estremadura, Guimarães, Minho, Ponte de Lima, Porto, Torres Vedras, Trás-os-Montes, Viana do Castelo e Vila do Conde;

Preço Máximo: 16 soldos (Coimbra – 1333): 9,84 g de prata;

Preço Mínimo: 1,33 soldos (Torres Vedras – 1379-80): 0,76 g de prata;

Oscilação Máxima: 1195% / 9,08 g de prata;

Oscilação Facial: 1,33 a 30 soldos e 4 a 26 reais brancos.

À excepção de um único registo, os preços compilados indicam que o centeio foi mais barato que o trigo entre 20% (em 1333, na cidade de Coimbra) a 66,7% (almotaçaria de 1371-72, para a cidade do Porto). O ano de 1487 coloca um problema interessante, na medida em que o centeio chegou a ser mais caro do que o trigo, pelo menos na região minhota. Com efeito, um alqueire de centeio era vendido por mais um real (ou 4%) do que o alqueire de trigo. Não sabemos exactamente quais as circunstâncias que poderão ter conduzido a esta realidade ímpar, até porque não se conhecem os preços dos outros cereais de segunda, o que

constituiria um dado importante de análise, mas certamente que a oferta de centeio foi muito inferior à procura. O porquê desta pouca oferta e intensa procura é que nos escapa.

No conjunto dos cereais de segunda, o centeio foi mais caro do que a cevada numa ocasião (33,4%, em 1451, na cidade de Lisboa), avaliado com o mesmo preço em duas (pela almotaçaria de 1371-72 para as comarcas de Entre Tejo e Guadiana, Estremadura e Trás-os-Montes e para a cidade do Porto e, em 1379-80, na vila de Torres Vedras) e mais barato em outras duas ocasiões (3,2%, em 1397, na cidade de Coimbra e 25%, em 1442, na cidade do Porto). Comparando com o milho, percebe-se que o centeio foi mais caro em sete de oito ocasiões, numa diferença que se estabeleceu entre os 14,3% (em 1397, na cidade de Braga) e os 81,8% (em 1456, na comarca de Entre Douro e Minho). O único momento conhecido em que o centeio não se encontrou valorizado face ao milho refere-se, novamente, à almotaçaria fernandina, mas apenas no que à comarca de Trás-os-Montes e à cidade do Porto dizia respeito. Conclui-se, perante esta amostra, que o centeio deve ter sido ligeiramente mais barato do que a cevada e, claramente, mais dispendioso do que o milho, o que está perfeitamente de acordo com a ideia vigente, não se descurando, no entanto, as diferentes tonalidades regionais, mais uma vez expressas na lei de 1371-72.

Inicia-se em 1333 a abordagem ao movimento evolutivo desenhado por este cereal de Inverno e com o maior preço registado: 16 soldos (9,84 g). Já vimos a severa crise que assolou o reino no início da década de trinta e, muito particularmente, o dito ano de 1333, mas a detecção de tão avultada quantia para um mero cereal de segunda atribui, por certo, outro realismo à fome experimentada pelas populações de então.

A lei de almotaçaria de 1371-72 procurou atenuar a inflação, a qual seguia descontrolada desde o início da primeira guerra fernandina, tabelando, no caso, o centeio entre 10 a 30 soldos (1,51 a 4,53 g): 30 soldos para Entre Tejo e Guadiana, 20 soldos para a Estremadura, 15 soldos para Trás-os-Montes e 10 soldos para o Porto¹³⁹. Ora, e respeitando o que aduzimos para o trigo e para a cevada, é crível assumir que o preço máximo de 30 soldos (4,05 a 12,78 g) seria um valor médio dos tempos de guerra, ou seja, em termos reais, as populações viram-se, no melhor dos casos, confrontadas com uma carestia muito semelhante à ocorrida em 1333; mas tudo indica que a realidade tenha sido ainda mais penosa.

Em 1379-80 a realidade económica não podia ser mais distinta. O reino encontrava-se num período de boas colheitas e de certa estabilidade monetária. Neste sentido, em Torres Vedras, o centeio pôde atingir a quantia muito acessível de 1 soldo e 4 dinheiros (0,76 g), o

¹³⁹ Note-se a ausência de tabelamento do preço do centeio para as comarcas do Algarve e da Beira.

que significa uma deflação de cerca de 75% face ao valor tabelado (inferior ao real) para a Estremadura em 1371-72.

O ano de 1394, embora represente uma subida de preço face a 1379-80, continua a manter o centeio em patamares de acessibilidade ao consumo. Assim, na cidade de Braga, o alqueire de centeio encontrava-se avaliado entre 15 a 20 soldos (0,69 a 0,92 g). Em 1397, a situação pouco se alterara: em Braga, o centeio continuava a valer 20 soldos (0,92 g) e, em Coimbra, 30 soldos (1,38 g). Mais uma vez se podem constatar as disparidades regionais: neste caso, a cidade do Mondego conhecia o alqueire, no mínimo, 50% mais dispendioso¹⁴⁰.

Os preços disponíveis a partir de 1442 demonstram um muito maior equilíbrio no sentido de não se praticarem cifras tão reduzidas como as de 1379-80 nem tão elevadas como as de 1333 ou de 1369-72. Em todo o caso, trata-se de um equilíbrio nivelado, na maior parte dos casos, por cima. Assim, nesse ano de 1442, a cidade do Porto conheceu o alqueire a 4 e 5 reais (1,32 a 1,65 g), o que significava uma clara subida relativamente aos valores da década de noventa do século XIV. Em 1451-52, o alqueire rondava os 8 reais (1,67 g) como preço médio, pelo que é fácil de perceber uma descida face a 1442. Neste movimento constante de inflações e deflações, eis que surge nova subida em 1456 (10 reais ou 2,09 g na comarca de Entre Douro e Minho), descida em 1477 (8 reais ou 1,08 g em Braga), subida, nas condições especiais referidas, em 1487 (26 reais ou 2,63 g no Minho) e descida em 1490 (12 reais ou 1,21 g no Minho).

2.1.1.5. Milho (**alqueire**)

Datas Extremas: 1333-1490;

Representação Geográfica: Barcelos, Braga, Coimbra, Guimarães, Lisboa, Minho, Porto, Santarém e Trás-os-Montes;

Preço Máximo: 40 soldos (Lisboa – 1384): 12,76 g de prata;

Preço Mínimo: 10 soldos (Braga – 1394): 0,46 g de prata;

Oscilação Máxima: 2674% / 12,3 g de prata;

Oscilação Facial: 10 a 40 soldos, 10 a 30 reais de 10 soldos ou 3,5 libras e 3 a 8 reais brancos.

Os elementos disponíveis revelam que o milho¹⁴¹ custou entre 35 a 70% menos do que o trigo mas, mais importante, parecem indiciar que a diferença de valor entre os dois cereais pode ter, *grosso modo*, obedecido a uma lógica de preços baseada na inflação/deflação dos

¹⁴⁰ Relembre-se que o alqueire bracarense era maior. Segundo a já mencionada tabuada oitocentista, o alqueire bracarense equivalia a 16,132 litros, enquanto que o alqueire conimbricense a apenas 13,090 litros. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11.

¹⁴¹ Trata-se do milho-alvo, tipo de milho-miúdo. Outro tipo de milho era o milho-painço, mas este muito menos vulgar na Idade Média, talvez por ser cultivado principalmente por causa da palha. Qualquer uma destas variedades de milho, como se sabe, é completamente diferente do milho grosso ou maíz, que só veio a ser introduzido na época moderna. COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, p. 133.

mesmos. Ou seja, é de crer que, quanto mais caros tivessem sido o trigo e o milho, menor tenha sido a diferença que os separava, ocorrendo o contrário no sentido inverso. Com efeito, nos anos em que o trigo e o milho atingiram as importâncias mais altas, ou seja, 1333, 1371-72, 1384 e 1387, as diferenças registadas foram as mais reduzidas, atingindo os 35% e os 50% respectivamente. Ao invés, nos anos em que os dois cereais foram mais acessíveis ao consumo, 1394 e 1444-45, a disparidade de custo elevou-se aos 70%. Em termos gerais, isto significou um agravamento do nível de separação monetária destes dois cereais a partir de finais do século XIV¹⁴², altura em que os valores tendem a descender.

Da mesma forma, parecem não existir dúvidas quanto ao facto de o milho ser o cereal de segunda mais barato. Em apenas uma de oito ocasiões o milho não foi mais barato do que o centeio e, certamente, do que a cevada. Assim, à excepção da lei de almotaçaria de 1371-72, que tabelava o mesmo preço para os três cereais de segunda em Trás-os-Montes e no Porto, verificou-se uma diferença entre 12,5 a 45%. Por outro lado, esta separação parece, igualmente, ter-se vindo a agravar ao longo do século XV.

À imagem do que acontecera com o centeio, o preço do milho de 1333 serve essencialmente para demonstrar até que ponto o homem de então se viu confrontado com as dificuldades em obter o mínimo sustento diário. Nessa data, o habitante de Coimbra tinha que despendar 13 soldos (8 g) para adquirir um alqueire do mais barato cereal de segunda. Para uma melhor percepção do significado desta quantia basta referir que era superior em mais de 170% àquela exigida em 1387, ano, também ele, de carestia.

Em 1371-72, a lei de almotaçaria imposta por D. Fernando tabelava o milho para apenas duas regiões: 10 soldos (1,51 g) para o Porto e 15 soldos (2,27 g) para Trás-os-Montes¹⁴³. Longe dos efectivos preços praticados a partir de finais de 1369 e incapaz de os controlar nos tempos mais imediatos, este tabelamento não evitou uma realidade semelhante à ocorrida em 1333.

A crise de 1383-85 agravou ainda mais as condições do quotidiano e tornou-o simplesmente insustentável na sitiada cidade de Lisboa de 1384. Por esses meses, o milho subira vertiginosamente até aos 40 soldos (12,76 g), o maior preço conhecido e cujas repercussões foram já amplamente referidas. Em 1387, na cidade de Coimbra, mantinha-se o mesmo valor facial (40 soldos), mas a desvalorização da moeda atenuava o valor real para umas 2,96 g, não deixando, todavia, de representar ainda um custo bastante elevado.

¹⁴² A desvalorização do preço do milho desde finais do século XIV foi já defendida em COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, p. 432: "A partir, sobretudo, de 1387 temos uma discriminação dos cereais de segunda e, quanto ao milho, verifica-se que ele se vai sucessivamente desvalorizando, de mais de 1/2 para 1/3 ou ainda 1/4 em relação ao preço do cereal nobre".

¹⁴³ O que por si só já constitui facto relevante e indicia a menor importância da cultura do milho nas regiões do centro e sul.

A década de 1390 parece ter trazido uma acalmia nesta onda inflacionista. Assim, em 1394, na cidade de Braga, o alqueire de milho era comercializado entre 10 a 20 soldos (0,46 a 0,92 g), mantendo-se, *grosso modo*, o mesmo valor em 1397, tanto em Braga (17,5 soldos ou 0,81 g) como em Coimbra (18 soldos ou 0,83 g).

A tendência deflacionista é novamente quebrada em 1403, altura em que, na cidade do Porto e devido à “*grande fome*” aí existente, a vereação terá colocado à venda, nas fangas da cidade, o alqueire de milho por 30 reais (10,5 g). Em 1404 a crise mantinha-se, como se pode constatar pelo valor de 10 reais (3,5 g) praticado em Coimbra, o que representava uma valorização de mais de 310% face a 1397. Esta situação é perfeitamente enquadrável num período de fracas colheitas e forte desvalorização monetária que conduzia facilmente à inflação generalizada dos bens de consumo. Todavia, após esses gravosos primeiros anos de Quatrocentos, o preço do milho estabiliza em quantias ligeiramente superiores às praticadas na última década do século XIV. Assim se entende o preço de 3 a 4 reais (0,99 a 1,32 g) registado, em 1444-45, no termo de Santarém e na comarca de Entre Douro e Minho, o qual significava uma deflação mínima de 67% face ao valor de 1404. Entre 1449 e 1461-62 o preço parece ter estabilizado: em 1449, no Porto, o alqueire de milho rondaria os 5 reais (1,15 g); em 1456, no Minho, custou 5 e 6 reais (1,05 a 1,25 g) e em 1461-62, no Porto, 7 e 7,5 reais (1,07 a 1,15 g). Os anos de 1477 e de 1490 marcaram um abaixamento de preço e um regresso às importâncias praticadas perto de um século antes, mais precisamente em 1394 e 1397. Assim, no Minho, o alqueire valeu, na primeira data, apenas 5 reais (0,68 g) e, na segunda, 8 reais (0,81 g).

Finalizamos este breve apontamento com a possibilidade de comparação geográfica de algumas quantias. Pela lei de almotacaria fernandina percebe-se que o milho era mais caro cerca de 50% em Trás-os-Montes do que no Porto. No ano de 1397, o milho era bastante mais barato em Braga do que em Coimbra: na primeira cidade custava 17,5 soldos (0,81 g), enquanto que, na segunda, orçava os 18 soldos (0,83 g), sendo que o alqueire minhoto era de muito maior capacidade. Em 1444-45, apesar dos preços idênticos em Santarém (3 reais ou 0,99 g) e no Entre Douro e Minho (3 a 4 reais ou 0,99 a 1,32 g), a referida maior capacidade do alqueire minhoto conduzia a uma significativa maior barateza do milho nessa comarca.

2.1.1.6. Farelos (**alqueire**)

Datas Extremas: 1384-1498;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa e Loulé;

Preço Máximo: 25 soldos (Évora – 1384 ?): 7,98 g de prata;

Preço Mínimo: 4 reais (Lisboa – 1487-92): 0,40 g de prata;
Oscilação Máxima: 1895% / 7,58 g de prata;
Oscilação Facial: 25 soldos e 4 a 8 reais brancos.

Os seis preços disponíveis não permitem mais do que apontar algumas breves ideias. Em primeiro lugar, registre-se o facto de na cidade de Évora, em data próxima de 1384, um alqueire de farelos valer 25 soldos, menos 5 soldos ou 16,7% do que um alqueire de cevada. Cerca de um século mais tarde, em 1477, dois versos de uma trova presente no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* referiam: “A treze a çeuada, farelos a sete...”¹⁴⁴. Assim, a diferença entre os dois cereais subira, naquele ano, para 46,1%. Entre 1487 e 1492, na cidade de Lisboa, um alqueire de farelos chegou a valer menos 86,7% do que a mesma medida do cereal nobre. Finalmente, em Novembro de 1493, na vila algarvia de Loulé, estabelecia-se “que os farellos se nom dem daqui em diante quando ho trigo valer a XXXV reaes atee quarenta mais de cinco reaes alqueire. E pasando de hii pera cima que se dee a VI reaes alqueire”, isto para refrear o preço até então praticado de 7 e 8 reais, o que originava que “nom se podia achar farellos pera os cavallos”¹⁴⁵. A diferença estabelecida pela postura entre um alqueire de farelos e um alqueire de trigo era, então, de 86,6%.

Em termos evolutivos, verificou-se, sem surpresas, um elevadíssimo valor para data próxima a 1384, altura em que o alqueire de farelos chegou a valer 25 soldos (7,98 g). Os restantes valores, relativos ao último quartel do século XV, oscilaram entre os 4 os 8 reais (0,51 a 0,95 g), ou seja, quantias bastante mais moderadas, sendo de destacar ainda o facto de o tabelamento verificado na vila do Funchal, em 1495, ter sido exactamente o mesmo do ocorrido três anos mais tarde na cidade de Lisboa. Assim, em acta da vereação funchalense, de Outubro de 1495, “acordarom e poseram por pustura por serviço de Deus e bem da terra que nenhua molher nem outra nenhua pessoa nom vemda o allqueire de farellos por maes alto preço de bj rrs. alqueire”¹⁴⁶. Já em postura lisboeta de Janeiro de 1498 redigia-se a seguinte regra: “Item huu alqueire de farellos seis rreaes”¹⁴⁷.

Concluindo, é possível defender que os cereais foram, regra geral, mais baratos no norte de Portugal. A diferenciação de preços a nível geográfico estabelecida pela lei de almotaçaria fernandina e por vários registos avulsos, acompanhada da noção de que o alqueire tinha uma maior capacidade nas comarcas nortenhas, não deixa quaisquer dúvidas a esse respeito.

¹⁴⁴ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Nova edição. Introdução e notas de André Crabbé Rocha. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, tomo I, 1973, p. 163.

¹⁴⁵ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*, p. 130-131.

¹⁴⁶ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 405.

¹⁴⁷ *Livro das Posturas Antigas*, p. 225.

Embora como mero indicador e exercício teórico, um cálculo simples das médias das quantias em prata, por períodos de 50 anos, parece espelhar a ideia do senso comum no que ao nível evolutivo diz respeito. Assim, apresenta a segunda metade do século XIV como o período mais nefasto para o consumidor medieval, estabelecendo um valor médio de 6,44 g de prata. Seguiam-se a primeira metade do século XV (5,84 g), a primeira metade do século XIV (5,3 g) e, como período de mais fácil acesso ao consumo, a segunda metade de Quatrocentos (3,51 g).

2.1.2. Farinha, Pão e Biscoito

2.1.2.1. Farinha (**alqueire**)

Datas Extremas: 1380-1499;

Representação Geográfica: Alentejo, Évora, Lisboa, Montemor-o-Novo, Mós de Moncorvo e Santarém;

Preço Máximo: c. 82 soldos (Évora – 1384 ?): 26,16 g de prata;

Preço Mínimo: 12 reais (Alentejo – 1471-73): 1,45 g de prata;

Oscilação Máxima: 1700% / 24,71 g de prata;

Oscilação Facial: 9 a 82 soldos e 12 a 60 reais brancos.

O valor comercial da farinha resultava, obviamente, do preço do cereal, acrescido de uma percentagem relativa à remuneração do moleiro, sendo que esta tinha no preço da cevada o seu principal elemento definidor, no caso das atafonas de força motriz animal. De seguida, procura-se perceber a evolução do preço da farinha e qual a percentagem relativa ao custo de produção.

Em 1380, na cidade de Évora, o alqueire de farinha não custaria menos de 9 a 10 soldos ou 4,71 a 5,23 g (alqueire de trigo a rondar os 7 e 8 soldos¹⁴⁸ e custo de produção na ordem dos 2 soldos ou 29%) e aumentara para 24 a 27 soldos ou 12,6 a 14,12 g em data anterior a Junho de 1382 (alqueire de trigo a rondar os 20 a 23 soldos¹⁴⁹ e custo de moagem na ordem dos 4 soldos ou 20%). Em Junho de 1382, descia para 11 a 13 soldos ou 5,75 a 6,8 g (alqueire de trigo a rondar os 8 e 10 soldos¹⁵⁰ e custo de produção na ordem dos 3 soldos ou 30%). Acompanhando todo o processo envolvente da crise de 1383-85, verificou-se nova subida para data que cremos ter rondado 1384: o custo da moagem orçava agora 16 a 22 soldos e o trigo mais de 60 soldos¹⁵¹, o que resultaria num preço de 76 a 82 soldos (24,24 a 26,16 g) para o alqueire de farinha e um custo de produção na ordem dos 30%.

¹⁴⁸ Com base no preço de 3,5 soldos por alqueire de cevada.

¹⁴⁹ Com base no preço de 10 e 10,5 soldos por alqueire de cevada.

¹⁵⁰ Com base no preço de 4 e 4,5 soldos por alqueire de cevada.

¹⁵¹ Com base no preço de 30 soldos por alqueire de cevada.

Já no século XV, mais precisamente no ano de 1440 e na vila transmontana de Mós de Moncorvo, um alqueire de farinha encontrava-se apreçado em 22,5 reais (7,4 g). Sabemos que neste mesmo ano e local, o alqueire de trigo chegou a valer 18,6 reais, o que aponta um valor de produção na ordem dos 21%. Em 1454, na cidade de Lisboa, a taxa de moagem andava pelos 2,75 reais e o trigo pelos 21 reais, o que supõe a farinha em 23,75 reais (4,97 g) e o custo de produção em 13%.

Em 1470, uma ordenança régia “proibia os moleiros de levarem mais de 4 reais de moenda por alqueire de trigo, o que equivalia a uns 25 a 27% de remuneração”¹⁵². Entre 1471 e 1473, no Alentejo, há notícia de o alqueire de farinha ter rondado os 12/13 reais (1,82 a 1,98 g) e o trigo os 11,3 reais, o que sugere um custo de produção na ordem dos 10%. No ano imediato de 1474, o livro de contas do almoxarife régio do pescado regista o preço do alqueire de farinha (em Santarém) de 5 a 9% mais cara do que o alqueire de trigo¹⁵³, o que leva a calcular o preço da farinha entre os 54,6 e os 60 reais (6,6 a 7,26 g).

Em Maio de 1480, D. Afonso V estabelecia os ganhos dos moleiros, através dos quais se prevê um preço da farinha a ir de menos de 28/29 reais ou 3,22 a 3,34 g (24 a 25 reais do trigo¹⁵⁴ mais 4 reais de taxa de moagem ou 16%) a mais de 46 reais ou 5,29 g (mais de 40 reais do trigo¹⁵⁵ a somar a 6 reais de taxa de moagem ou 15%). Em 1490, no Alentejo, o alqueire de farinha vendia-se por 40 reais¹⁵⁶ (4,04 g), quando o do trigo não ultrapassava os 30 reais, o que permite perceber um custo de produção na ordem dos 33,3%. Finalmente, em 1499, na vila de Montemor-o-Novo, um alqueire de farinha valia 35 reais (3,5 g) e um alqueire de trigo 25 reais, o que representaria um acréscimo na ordem dos 40%.

Estes dados levam a concluir que o custo de produção aumentava o preço do cereal entre 5% (1474) a 40% (1499), bem como permitem perceber um preço para a farinha a oscilar entre apenas 12 reais (1,82 g), em 1473, e avultados 82 soldos (26,16 g), por volta de 1384, ao que tudo indica num movimento geral de descida ao longo do século XV.

2.1.2.2. Pão

Datas Extremas: 1340-1481;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Maia e Porto.

¹⁵² MARQUES, *Introdução à História...*, p. 206.

¹⁵³ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 224.

¹⁵⁴ Com base no preço de 12 reais para a cevada.

¹⁵⁵ Com base no preço de mais de 20 reais para a cevada.

¹⁵⁶ Por lapso, Oliveira Marques aponta este preço de 40 reais como sendo relativo ao ano de 1497. Na verdade, a carta de quitação donde se extrai o valor da farinha é de 1497, mas a compra data, inequivocamente, do ano de 1490. Cf. MARQUES, *Introdução à História...*, p. 224-225.

O valor comercial do pão resultava da soma de várias parcelas, as quais se podem sintetizar em: custo da farinha e do seu transporte, custo do fabrico do pão, percentagem extraída pelos revendedores e diversos impostos (dízima, sisa, etc.).

Por uma questão de simplificação, mas visando, igualmente, limitar ao máximo as despesas do processo de fabrico, as posturas municipais tabelavam o preço do pão directamente em função do preço dos cereais. Procuravam, assim, defender um consumidor cujos encargos subiam na proporção que aumentavam os agentes intermediários. Talvez o caso mais ilustrativo deste modelo se prenda com a presença de um quadro no “*Livro das Posturas Antigas*” de Lisboa, onde, para finais do século XV, se procedeu exactamente à determinação dos valores/pesos do pão com base nos diversos preços que um alqueire de trigo podia atingir¹⁵⁷. Supõe-se que D. Duarte tenha concebido um quadro análogo já para a primeira metade do século, embora não se conheça a obra referida por António Caetano de Sousa como “*tratado sobre as vallias do Pam, conforme as vallias do trigo, v. g. se o Alqueire de trigo vallesse a tanto, valleria o Pão a tanto, &c....*”¹⁵⁸.

A despesa “intermédia” constituía, claramente, o grosso da factura paga pelo consumidor, como se comprova de seguida. De facto, analisando os poucos casos passíveis de comparar o preço de uma mesma porção de pão e de trigo, chegou-se à conclusão que, em média, a despesa “intermédia” aumentaria o preço do cereal entre 180 a 200%. Apenas em 1481, na vila do Funchal, essa percentagem parece ter sido menos volumosa, estabelecendo-se em cerca de 75%. De tal forma era pesada essa factura que, em certos momentos, impediu o preço do pão de acompanhar o movimento desenhado pelo trigo. Tal ocorreu em 1414, ano em que a vereação portuense decidia por uma subida de mais de 10% face ao valor que o pão tinha no ano anterior, sem que o preço do trigo se tivesse alterado. Em 1481, na vila do Funchal, o preço do pão conseguiu, inclusive, ser mais barato do que em Lisboa na década de 1460, ainda que o trigo fosse mais caro.

Quadro VII: COMPARAÇÃO DOS PREÇOS DO TRIGO E DO PÃO, EM 10 ONÇAS / 287 GRAMAS (1413 - FINAIS DO SÉC. XV)

Data	Local	Preço do trigo ¹⁵⁹	Preço do pão	Diferença
1413	Porto	10,5 a 13,3 s. (0,05 a 0,07 g)	33,3 s. (0,17 g)	+ 150 a 217%
1414	Porto	10,5 a 13,3 s. (0,05 a 0,07 g)	37,5 s. (0,19 g)	+ 182 a 257%

¹⁵⁷ *Livro das Posturas Antigas*, p. 134.

¹⁵⁸ SOUSA, António Caetano de – *Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora, L.^{da}, tomo I, livro III, 1793, p. 275.

¹⁵⁹ Com o alqueire a equivaler a 14-18 kg.

1463-69 (?)	Lisboa	0,43 a 0,64 r. (0,06 a 0,10 g)	1,43 r. (0,21 a 0,22 g)	+ 124 a 233%
1481	Funchal / geral	0,42 a 1,07 r. (0,05 a 0,12 g)	0,83 a 1,66 r. (0,10 a 0,19 g)	+ 55 a 98%
Finais do séc. XV	Lisboa	0,33 a 0,96 r. (0,03 a 0,15 g)	1,04 a 2,35 r. (0,11 a 0,36 g)	+ 145 a 215%

O preço de um pão dependia, naturalmente, do tipo ou tipos de cereais e do peso com que era produzido. Os valores disponíveis referem-se esmagadoramente a pães feitos à base de trigo, ao denominado pão alvo¹⁶⁰, o que não é de estranhar tendo em conta a sua origem urbana, cujas populações rejeitavam pães de inferior qualidade, tipicamente consumidos pelas comunidades rurais, detentoras de menores meios de subsistência. Além destes, apenas tivemos acesso a registos de pães produzidos à base de centeio. De resto, toda a variedade de pães de segunda¹⁶¹, que iam desde o milho e cevada à castanha e bolota, não deixou memória do seu preço, não obstante terem sido o alimento básico da maior parte da população medieval portuguesa. Mais uma prova, desta feita de cariz comercial e económico, do retrato parcelar da realidade que as fontes transmitem. Em termos de peso, as mesmas indicações apontam para pães de 3,5 a 38,5 onças, ou seja, de 100,45 a 1104,95 g.

Cronologicamente, a primeira importância conhecida para o período em estudo remonta a 1340, onde há referências, em Évora, a um pão de 2 dinheiros (0,10 g de prata). Todavia, desconhecem-se o peso e a qualidade da farinha em causa. O mesmo sucede com a indicação de um preço de cerca de 0,106 soldos (0,065 g) por um bom pão, extraída de um contrato de aforamento, de 1345, em terras de S. Jorge na Universidade. Em todo o caso, tratava-se de uma quantia inferior à registada quatro anos antes em Évora.

Em 1413, a vereação portuense chegava a acordo com as padeiras da cidade, com vista à confecção de pães alvos de 4,5 onças (129,15 g) a valer 15 soldos e de pães de centeio de 9 onças (258,3 g) a valer 10 soldos. Este acordo permite perceber que, pelo menos para aquele ano e naquela cidade, um pão de centeio era confeccionado com metade do peso de um pão alvo e, ainda, a valer menos 1/3 (onça de alvo a 3,33 soldos e de centeio a 1,11 soldos).

No ano seguinte de 1414, mantinham-se os mesmos preços na cidade do Porto, mas não os pesos, pelo menos do pão alvo. Com efeito, este era reduzido para 4 onças (114,8 g), o que significou um encarecimento do pão. Desconhece-se se o mesmo aconteceu com o pão de

¹⁶⁰ Em relação ao pão alvo vd. SANTA ROSA DE VITERBO, Fr. Joaquim – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*. Ed. de Márcio Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1966, vol II, p. 461.

¹⁶¹ Em relação aos pães de segunda vd. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos”. In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI)*. I – *Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 10.

centeio, o qual continuava a ser vendido por 10 soldos. Ainda para 1414, surge a informação de que o ouvidor da Maia terá permitido que, nesse julgado, se vendesse o pão alvo a 40 soldos, situação proibida pela vereação portuense e a qual o dito ouvidor refuta, afirmando ter sempre ordenado “*que guardasem as hordenações da cidade (...) e que fezesem o pam aluo pella guissa que sse fazia na cidade (...)*”¹⁶². Ora, tal acusação leva-nos a reter dois dados. Em primeiro lugar, a existência de uma postura que estabelecia o mesmo preço do pão para a cidade do Porto e para a Maia (e, em princípio, para todo o termo), algo que não acontecia regularmente para os outros bens de consumo de primeira necessidade, como a carne e o vinho. Em segundo lugar, os frequentes abusos sofridos pelas gentes do termo da cidade do Porto, embora neste caso não por acção da administração portuense, mas, ao que parece, por um oficial pouco cumpridor, levaram a que o consumidor maiato tivesse pago mais 166,7% do que aquilo que realmente devia ter desembolsado por cada pão alvo adquirido.

Avançando para 1452, temos notícia da existência de pães alvos a valer 1 real (0,21 g), não se sabendo, todavia, o seu peso. Em Julho desse ano, “*mandou dar el Rey ij mil¹⁶³ paaes aluos de Reall*”¹⁶⁴.

Em 1474-75, encontram-se dois novos valores para a cidade do Porto: uma fogaça por 35 reais (4,24 g) e uma regueifa por 2 reais (0,24 g), não se conhecendo, todavia, a qualidade da farinha utilizada na confecção desses dois alimentos nem o seu peso. No entanto, supondo tratar-se do cereal nobre e partindo da informação de que, no mesmo ano e local, o alqueire deste custava 33 reais, pode-se apontar à fogaça um peso de cerca de 6 kg¹⁶⁵. Sabendo que a regueifa valia cerca de 5,66% do que valia uma fogaça, pode o seu peso, por sua vez, ter rondado as 343 g.

Em 1477, Fernão da Silveira, coudel-mor, ironizava sobre o elevado custo de vida então sentido no reino, escrevendo a determinado passo: “*Com paão de rreal punhada ao gato...*”¹⁶⁶.

As posturas lisboetas oferecem dois conjuntos de preços, os quais, infelizmente, não aparecem datados. Todavia, é possível que o primeiro remonte aos últimos anos da década de 1460, talvez mesmo a 1468-69, atendendo à identificação do escrivão autor da postura. O segundo conjunto, aparecendo sob a forma de quadro na própria fonte, apenas permite a indicação geral de finais do século XV, como tem sido referido por outros autores¹⁶⁷.

¹⁶² “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*, p. 188.

¹⁶³ Na impossibilidade de reproduzirmos por cima “II”.

¹⁶⁴ *Descobrimentos Portugueses...*, I, p. 498.

¹⁶⁵ Segundo o alqueire de 17 kg (MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 11) e despesa de produção na ordem dos 200%.

¹⁶⁶ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, I, p. 164.

¹⁶⁷ Por todos, veja-se MARQUES, *Introdução à História...*, p. 225.

Posto isto, comecemos por analisar as importâncias que optámos por atribuir a 1468-69, que eram tabeladas com o trigo a valer entre 26 a 30 reais. Uma primeira ideia a reter é que os preços praticados na cidade de Lisboa e no seu termo obedeciam à mesma tabela, realidade comum à que se verificara na cidade do Porto, sendo que a diferença aqui se baseava no peso dos pães. Assim, na cidade tínhamos pães de 3,5, 7 e 14 onças (100,45 a 401,8 g), enquanto que, no termo, tínhamos pães maiores, com 14 e 28 onças (401,8 a 803,6 g). Em relação ao preço, este era estipulado em 0,5 real por 3,5 onças até a um máximo de 4 reais, correspondentes ao pão de 28 onças.

Para além de desconhecermos a sua data, o quadro que as próprias posturas reproduzem, a partir do qual colhemos o segundo conjunto de valores, coloca, igualmente, incertezas relativamente à sua abrangência geográfica. Tratar-se-á apenas de uma postura lisboeta? Ou, pelo contrário, tratar-se-á de uma referência a nível regional ou até nacional? Apesar destas dúvidas, estamos perante um quadro de extremo valor, não fosse mais, pela raridade deste tipo de registos. Mas, para além disso, trata-se de uma tabela bastante completa, estabelecendo-se preços com base em 6 possíveis cifras a atingir pelo alqueire de trigo: 20, 25, 30, 35, 40 e 45 reais. Em termos de peso, previa-se o fabrico de pães que iam desde as 4,25 onças (121,98 g), em tempo de crise, até a umas substanciais 38,5 onças (1104,95 g), em alturas de maior abundância.

Naturalmente, o custo do pão acompanhou a subida do custo do trigo, ressaltando-se a oscilação provocada pelos gastos intermédios da produção. Todavia, fê-lo através de uma diminuição do peso do pão correspondente a cada preço estipulado e não pelo aumento directo deste (sempre 1, 2, 3 e 4 reais), o que já acontecera na cidade do Porto em 1414. Por outro lado, esta diminuição de peso não conheceu a mesma gradação que a subida do preço do trigo. Ou seja, enquanto que o peso do pão descia de forma mais suave, o preço do cereal nobre aumentava de forma mais regular (sempre de 5 em 5 reais) e acentuada. Assim, com o trigo em 20 reais, estipulava-se 1 real por 9,625 onças (até a um máximo de 4 reais por 38,5 onças); com o trigo em 25 reais, estipulava-se 1 real por 7,625 onças (até a um máximo de 4 reais por 30,75 onças); com o trigo em 30 reais, estipulava-se 1 real por 6,375 onças (até a um máximo de 4 reais por 25,625 onças); com o trigo em 35 reais, estipulava-se 1 real por 5,5 onças (até a um máximo de 4 reais por 22 onças); com o trigo em 40 reais, estipulava-se 1 real por 4,813 onças (até a um máximo de 4 reais 19,25 onças); com o trigo em 45 reais, estipulava-se 1 real por 4,25 onças (até a um máximo de 4 reais por 17 onças).

As vereações quatrocentistas do Funchal possibilitam o contacto com o último conjunto de valores disponíveis para o produto em análise. Valores para o ano de 1481 e cuja

abrangência geográfica parece ultrapassar a mera vila funchalense, já que o título da postura em causa é acompanhado da expressão “(...) *esta he a rregra que se tem em Purtugal sobre os padejros*”¹⁶⁸. Esta expressão confirma a existência de preços de sentido nacional, muitas vezes proferidos em cortes, e acentua, igualmente, a hipótese de também o referido quadro lisboeta ultrapassar o simples carácter local, até porque, embora possua menos informação e seja explanada sob a forma de texto, a postura funchalense é bastante semelhante. Assim, observa-se o mesmo modelo de manutenção de preço (sempre 1 real ou 0,12 g) e diminuição de peso quando sobe o valor do alqueire de trigo (desta feita indo dos 25 aos 30, 40 e 50 reais): com o trigo em 25 reais estipulava-se 1 real por 12 onças; com o trigo em 30 reais estipulava-se 1 real por 10 onças; com o trigo em 40 reais estipulava-se 1 real por 8 onças; com o trigo em 50 reais estipulava-se 1 real por 6 onças.

No início do século XVI, as *Ordenações Manuelinas* mantinham o mesmo modelo. O pão custava sempre 1 real, mas o seu peso ia descendo desde as 75 onças, com o trigo a valer 4 reais, até às 3,375 onças, com o trigo a valer 80 reais¹⁶⁹. Da mesma forma, o peso podia sofrer 22,22 reduções mas o preço apenas 20, o que confirma o raciocínio que acima expendemos.

A opção dos legisladores em manter o preço inalterável à custa de um corte no peso, bem como suavizar esse corte à medida que o trigo ia encarecendo, revela bem a consciência daqueles face às enormes dificuldades económicas que afectavam grande parte da população medieval, para a qual a inflação só podia significar, literalmente, menos pão na mesa. Neste sentido, somos da opinião de Iria Gonçalves de que “manter inalterável o custo de cada pão, ainda mesmo com sacrifício do seu tamanho, era uma medida psicológica de alcance positivo aquando do encarecimento dos cereais (...). Por isso esta medida teve uma tão larga divulgação”¹⁷⁰, como a nossa investigação permite corroborar.

Quadro VIII: EVOLUÇÃO DO PREÇO DE UM PÃO DE TRIGO DE 10 ONÇAS (287 g) E DA RELAÇÃO PESO/PREÇO DE UM PÃO CONSIDERADO MÉDIO (1413 – FINAIS DO SÉC. XV)

Data	Local	Preço de um pão de 10 onças / 287 g	Peso do pão tido como médio	Preço do pão tido como médio
1413	Porto	33,3 s. (0,17 g)	129,15 g	15 s. (0,075 g)
1414	Porto	37,5 s. (0,19 g)	114,8 g	15 s. (0,075 g)
1463-69 (?)	Lisboa	1,43 r. (0,21 a 0,22 g)	200,9 g	1 r. (0,14 a 0,15 g)
1481	Funchal / geral	1,18 r. (0,14 g)	243,95 g	1 r. (0,12 g)

¹⁶⁸ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 72.

¹⁶⁹ Ordenações Manuelinas, liv. I, tit. XII, fl. 32v.-33.

¹⁷⁰ GONÇALVES, “Defesa do consumidor...”, p. 105.

Finais do séc. XV	Lisboa	1,7 r. (0,17 a 0,23 g)	394,63 g	2,5 r. (0,25 a 0,34)
----------------------	--------	---------------------------	----------	-------------------------

O quadro anterior procura, como o título indica, auxiliar um breve exercício de teor evolutivo que visará, essencialmente, fornecer uma ordem de grandeza para alguns momentos do século XV. Sem mais demoras, recue-se até à cidade do Porto e ao ano de 1413, altura em que o governo local considerava 15 soldos (0,075 g de prata) e 129 g como preço e peso médios de um pão alvo. Resultava, nestes termos, que um pão de 287 g valia 33,3 soldos (0,17 g). No ano seguinte, a mesma vereação reduzia o peso para 115 g, mantendo o mesmo valor de 15 soldos (0,075 g de prata). Assim, o pão de 287 g, objecto de comparação, subia para 37,5 soldos (0,19 g), o que é dizer que se tinha verificado um aumento real para o consumidor na ordem dos 12,6%. Nos finais da década de 1460, em Lisboa, um pão médio era mais substancial (201 g), mas também mais caro (1 real ou 0,14 a 0,15 g de prata). Sendo que um pão de 287 g valia 1,43 reais (0,20 a 0,21 g), verificava-se uma diferença de 13,2% face a 1414. Em 1481, o pão médio era ainda maior (244 g), mas sem que tal se reflectisse no seu custo (1 real ou 0,12 g). Com efeito, calculando o pão de 287 g em 1,18 reais (0,14 g), verificara-se, em termos reais, uma descida de 31,7% face ao valor de finais da década de 1460. Finalmente, o quadro que consta das posturas lisboetas de finais do século XV sugere um preço para o pão idêntico ao ocorrido na mesma cidade na década de 1460, com a diferença de ser baseado numa relação de peso/preço mais elevada. Assim, o pão considerado médio pesava agora 395 g e custava 2,5 reais (0,25 a 0,34 g), enquanto que o pão de 287 g valia 1,7 reais (0,17 a 0,23 g).

2.1.2.3. Biscoito

Datas Extremas: 1442-1492;

Representação Geográfica: geral.

São praticamente inexistentes as indicações relativas ao preço do biscoito e todas obtidas através de cartas de quitação régia. Em 1442, sabe-se terem sido gastos 24000 reais na compra de 18 tonéis de biscoito com seus cascos, o que leva a calcular o alqueire em redor dos 25 reais (8,23 g). Valendo o alqueire de trigo, nessa data, entre 10 e 11 reais, é de crer que o fabrico acrescentasse mais de 130% ao preço do cereal nobre. Entre 1487 e 1492, conhecem-se novas compras: 382 quintais, 3 arrobas e 6 libras por 67782,5 reais e 86 quintais e 1 arroba

por 12837,5 reais, o que leva a calcular o alqueire entre 61 e 72 reais¹⁷¹. Ora, dado que na mesma carta de quitação de D. Manuel se refere uma compra de trigo que permite calcular o alqueire entre 27 e 32 reais, chega-se à conclusão de que, em finais do século, a percentagem relativa ao fabrico era muito semelhante à ocorrida em 1442, ou seja, qualquer coisa como 125%.

Em termos evolutivos, ao contrário daquilo que os valores faciais deixam a entender, verificou-se uma deflação entre meados e final do século XV, pois 25 reais representavam 8,23 g em 1442 e 61 a 72 reais apenas 6,16 a 7,27 g em 1487-92.

2.1.3. Vinho (almude)

Datas Extremas: 1311-1499;

Preço Máximo: 960 soldos (Lisboa – 1384): 306,24 g de prata;

Preço Mínimo: 8 reais (Lisboa – 1495): 0,8 g de prata¹⁷²;

Oscilação Máxima: 38180% / 305,44 g de prata;

Oscilação Facial: 1 soldo e 8 dinheiros a 1000 soldos, 12 a 30 reais de 3,5 libras e 4,04 a 144 reais brancos¹⁷³.

Datas Extremas: 1311-1347;

Representação Geográfica: Coimbra, Évora, Lisboa e Santarém;

Preço Máximo: 30 soldos (Coimbra – 1333): 18,45 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo e 8 dinheiros (? – 1311): 1,37 g de prata;

Oscilação Máxima: 1246,7% / 17,08 g de prata;

Oscilação Facial: 1,37 a 30 soldos.

Os primeiros preços disponíveis parecem espelhar anos de boa produção vitivinícola, na medida em que são dos mais baixos que o século XIV assistiu. De facto, em 1311, um almude valeu apenas 1 soldo e 8 dinheiros (1,37 g) e, em 1331, entre 6 a 8,5 soldos (3,69 a 5,23 g)¹⁷⁴. O ano de 1333 marca a primeira notícia de má produção e altos preços, reflectindo um dos piores anos agrícolas da Baixa Idade Média: *“fuy taõ mao anno por todo Portugal, que (...) en esse año andou el almude do vinho vermelho a XXIIII. soldos, e lo blanco a XXX soldos*

¹⁷¹ Através da primeira aquisição, Oliveira Marques estima o alqueire de biscoito em 50 reais, cálculo do qual discordamos. Além disso, com vista à definição da percentagem relativa ao fabrico, o mesmo autor aponta um preço nacional de 18 a 40 reais para o alqueire de trigo, quando o mesmo documento permite calcular, com maior exactidão, o preço do cereal nobre (entre os 27 e 32 reais), o que também constitui uma vantagem do ponto de vista de sabermos terem sido compras realizadas em condições muito próximas. Cf. MARQUES, *Introdução à História...*, p. 225.

¹⁷² Trata-se do menor preço registado para um almude, independentemente das diferenças regionais. Realizando as devidas equivalências, o preço mais baixo passaria a ser de 20 soldos (0,92 g), em Braga, em 1397.

¹⁷³ Encontrando-se um preço de 480 reais brancos, em Ceuta, em 1419.

¹⁷⁴ É curioso verificar que o baixo preço de 1331 se encontra em oposição com a má produção cerealífera que caracterizou esse ano e que, consequentemente, subiu fortemente o preço dos cereais.

por la medida Coimbrã”¹⁷⁵. Saliente-se que apenas por quatro ocasiões estas elevadas importâncias (14,76 a 18,45 g) foram suplantadas.

Decorridos sete anos, em 1340-41, o preço do vinho tinha sido já reduzido para cerca de 10 a 20 soldos (6,15 a 12,3 g) em Évora, valores manifestamente ainda elevados, mas que reflectiam uma descida face a 1333. A deflação deve ter continuado, ainda que ligeiramente, no ano de 1347, altura em que um almude valeu 10 soldos (6,15 g) em Santarém.

Datas Extremas: 1363-1399;

Representação Geográfica: Almada, Beira, Braga, Bragança, Coimbra, Entre Douro e Minho, Évora, Grijó, Lisboa, Porto, Santarém e Torres Vedras;

Preço Máximo: 960 soldos (Lisboa – 1384): 306,24 g de prata;

Preço Mínimo: 20 soldos (Braga – 1397): 0,92 g de prata;

Oscilação Máxima: 33187% / 305,32 g de prata;

Oscilação Facial: 20 a 960 soldos.

A deflação seguiu e acentuou-se em 1363 e 1365, com valores de 8 soldos (4,84 g) tanto em Lisboa como em Grijó.

O ano de 1367 revela, para Santarém, um subido preço de 20 a 30 soldos (12,1 a 18,15 g), valor próximo dos patamares de 1333 e que representava mais 96 a 195% do que a importância registada na mesma cidade em 1347. Com o início das aventuras militares fernandinas e todo o processo de desvalorização monetária, os preços não puderam, obviamente, descer. Não é de estranhar, portanto, que, em 1371, os procuradores do concelho de Almada considerassem uma quantia de 100 soldos (13,5 g) como valor médio para o almude de vinho.

Apenas o estabilizar da realidade político-económica podia conduzir à deflação, o que se comprova quando, em 1379-80, o almude foi comercializado por 10 soldos (5,23 g) em Santarém e por 12 soldos (6,28 g) em Torres Vedras. Note-se como o preço escalabitano significava uma deflação de cerca de 65% face ao valor de 1367.

A grave crise de 1383-85 originou os maiores preços de que temos conhecimento. Em 1383, no mercado lisboeta, um almude de vinho rondou os 138 soldos (72 g) e, no ano seguinte, aquando do cerco castelhano, teria mesmo atingido uns ímpares 720 a 960 soldos (229,68 a 306,24 g). Ainda que Fernão Lopes, no seu retrato da miríade de desgraças e misérias experimentada pela população sitiada, tivesse agravado um pouco o preço ao apontar a canada de vinho nas 3 e 4 libras, é inquestionável o pico inflacionista então ocorrido. Também a cidade do Porto, à sua escala de preços, sentiu a carestia, como prova uma importância de 20 soldos (6,34 g).

¹⁷⁵ *Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra*, p. 56.

Os anos de 1385 e 1387 parecem ter quebrado um pouco este pico inflacionista, ao terem registado compras, em Santarém, de 24 (4,18 g) e 7,5 soldos (0,55 g) no produtor. O mesmo já não se pode afirmar para 1389, ano em que, na mesma cidade, o almude teria subido para cerca de 155 soldos (10,39 g).

A década de 1390, à excepção do último ano, foi caracterizada por um maior apelo ao consumo. Com efeito, não temos conhecimento de preços superiores a 160 soldos (7,36 g), cifra registada, em Lisboa, no ano de 1393. Ainda que elevada, esta quantia constituía menos 97% do que a apontada por Fernão Lopes para 1384. Mas, mais significativo, é neste período que se encontra um dos preços mais baixos de todos os compilados, mais precisamente de 20 soldos (0,92 g), em 1397, na cidade de Braga. A estes baixos valores não foi certamente estranho um período de menor desvalorização monetária e uma maior estabilidade política, consequência, entre outros aspectos, da realização das tréguas luso-castelhanas de Maio em 1393.

A deflação não subsistiu por muito tempo, até porque em 1396 já se tinham iniciado novas escaramuças entre Portugal e Castela. Sem querer sobredimensionar o impacto da guerra na política monetária e de preços, nem subvalorizar outros aspectos, a verdade é que tal situação conduziu a uma desvalorização monetária e esta, rapidamente inflação, a qual afectava essencialmente os principais bens de consumo. Em 1399, D. João I reconhecia o clima económico negativo, chegando a afirmar que *“ora os vinhos e as outras cousas estam em mayor vallia do que emtam estavam”*. Essa *“mayor vallia”* está bem patente no preço de 625 soldos (21,88 g) registado em Santarém, o qual constitui o terceiro maior valor conhecido para os dois séculos em estudo, superior, por exemplo, ao registado no mau ano de 1333 e em 109% ao praticado, na mesma cidade, em 1389. Igualmente “patente na taxaço de vinte libras em cada tonel de vinho que entrava na cidade do Porto, quando havia um ano se pagava somente cinco libras”¹⁷⁶.

Datas Extremas: 1400-1448;

Representação Geográfica: Alcobaça, Coimbra, Entre Douro e Minho, Grijó, Guimarães, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Paço de Sousa, Porto, Santarém, Torres Vedras e Vila Franca de Xira;

Preço Máximo: 48 reais (Porto – 1442): 15,79 g de prata;

Preço Mínimo: 4,04 reais (Lisboa – 1416): 1,25 g de prata;

Oscilação Máxima: 1163% / 14,54 g de prata;

Oscilação Facial: 12 a 30 reais de 3,5 libras e 4,04 a 62 reais brancos¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Cit. por TAVARES, *Estudos de História...*, p. 54.

¹⁷⁷ Encontrando-se um preço de 480 reais brancos em Ceuta em 1419.

Do início do século XV ao final do reinado de D. João I, é de crer que o preço do vinho tenha estabilizado em valores moderados entre as 3 e as 7 g de prata¹⁷⁸, podendo-se, todavia, destacar certas colheitas profícuas e adivinhar anos de menor abastança.

Começando pelas primeiras, registem-se os anos de 1401, 1404, 1406, 1416, 1419 e 1421-23, os quais permitiram detectar valores abaixo das 6 g de prata. Ao invés, os anos de 1402-03, 1409-10, 1412, 1428 e 1432 foram relativamente penalizadores, estabelecendo médias superiores a 7 g de prata. Quanto a 1432, sabe-se que, em Maio, a vereação portuense “*e outros meirinhos e oficiaes e muito povoo junto. Acordarom todos veendo como este anno foy de pouco pam e vinho e cada dia alça e teem mentes de seer mais carro e ora alguus estrangeyros sam em esta cidade pera carregar vinhos o que he aazo de seer moor carreza*”¹⁷⁹. Este testemunho releva, igualmente, o agravamento da situação sempre que havia especulação criada com a exportação do vinho para o estrangeiro¹⁸⁰. Em 21 de Junho, a vereação portuense voltava a manifestar a sua consciência face à má produção ocorrida naquele ano, desta feita para chegar a acordo acerca do arrendamento das entradas dos vinhos: “*e que porquanto este anno ouvera na terra mui pouco vinho em tanto que hi nom avia de que aver emtradas per que se podessem aver os dictos x mil Reaes (...)*”¹⁸¹. De resto, valores médios, entre as 6 e as 7 g, ocorreram em 1407 e 1428.

Entre 1433 e 1438 o preço do vinho deve ter sofrido deflação, já que nas cortes de 1436, o povo alegava a D. Duarte que “*assy de pam como de vinho e eram emtam em mayor valia do que ora som*”¹⁸². Segundo Maria José Ferro Tavares “é provável que o abaixamento dos preços indicado para o reinado eduardino esteja relacionado com uma época de melhor produção (...) e com um período de relativa estabilidade monetária”¹⁸³. Dispomos apenas de valores para dois anos, 1435 e 1437, os quais indiciam valores médios de 6,6 e 5,53 g.

¹⁷⁸ A ideia de moderação ocorrida no início do século XV é defendida por Maria Helena da Cruz Coelho para a região do Mondego. Segundo a autora, “a tendência para a alta parece ter sido quebrada, ao dobrar do século, o que estaria conforme com a diminuição do interesse pela viticultura que então se fez sentir na nossa área e a recuperação de muitas terras de vinha para a cultura cerealífera”. COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, 436.

A única excepção ocorre entre Setembro e Dezembro de 1419, altura em que o almude foi vendido, em Ceuta, por 480 reais (148,8 g). Esta elevada quantia, apenas superada pela importância exigida na sitiada cidade de Lisboa de 1384 e que significava mais de 118 vezes o preço de 1416, é explicada pelo facto de, por esses meses, a cidade de Ceuta ter recebido a estadia dos infantes D. João e D. Henrique e bem se sabe como os preços disparavam sempre que uma povoação medieval acolhia elementos da família real e outros dignitários importantes, para além das gerais dificuldades de abastecimento daquela praça africana.

¹⁷⁹ «*Vereações*», 1431-32, p. 111

¹⁸⁰ Maria da Helena Cruz Coelho sublinha esta mesma ideia: “De facto, o Livro curioso de Santa Cruz, ao dar o cadastro da granja da Cortiça, em Loures, anota: “*e comunalmente val hi o tonell do vinho quando XV libras quando XX quando XXV e mais sem (sic) em Lisbõa ouver saca de vinho pera Frandes*” (TT – Santa Cruz, liv. 94, fl. 157). Infelizmente, sendo embora o tombo da primeira metade do século XV, copia informações de outros tombos muito mais antigos, pelo que não poderemos precisar exactamente a que época se reportam estes preços. Eles atestam, porém, a saída de vinho para o estrangeiro e a especulação com o seu preço devido a essa mesma exportação”. COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, 436.

¹⁸¹ «*Vereações*», 1431-32, p. 124-125

¹⁸² Cit. por TAVARES, *Estudos de História...*, p. 55.

¹⁸³ TAVARES, *Estudos de História...*, p. 55.

Este clima positivo não teve, mais uma vez, condições para perdurar. “As despesas com a desastrosa expedição a Tânger vieram, uma vez mais, pôr em perigo a sanidade da moeda. A morte de D. Duarte e a crise da regência levaram a uma desvalorização (...). Os preços subiram imediatamente, a ponto que se tornou necessário lançar almotaçaria sobre a prata”¹⁸⁴. O preço do vinho acompanhou, de facto, esta tendência. Se, em 1437, a média de preços registada em Alcobaça era de 5,53 g, já em 1438-39 era de 8,47 g. Em 1441, a cidade de Santarém registava uma quantia de 25 reais (8,23 g) e, em 1442, o almude rondava os 32,8 reais (10,79 g).

Embora como mero indicador e exercício teórico, um cálculo simples das médias das quantias em prata, por períodos de 50 anos, parece espelhar a ideia do senso comum no que ao nível evolutivo diz respeito. Assim, apresenta a segunda metade do século XIV como o período mais nefasto para o consumidor medieval, estabelecendo um valor médio de 21,69 g de prata. Seguiam-se a segunda metade do século XV (7,51 g), a primeira metade do século XV (7,39 g) e, como período de mais fácil acesso ao consumo, a primeira metade de Trezentos (7,3 g).

Datas Extremas: 1450-1499;

Representação Geográfica: Batalha, Braga, Estremadura, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Porto, Santarém e Vila do Conde;

Preço Máximo: 144 reais (Porto – 1482-83): 16,56 g de prata;

Preço Mínimo: 8 reais (Lisboa – 1495): 0,8 g de prata;

Oscilação Máxima: 1970% / 15,76 g de prata;

Oscilação Facial: 8 a 144 reais brancos.

A segunda metade do século XV manteve o vinho em patamares bastante elevados, podendo, inclusive, ter sido palco de uma subida do valor médio do almude. Os anos de 1450-51, 1474-75, 1477, 1479 e 1482-83 foram, sem dúvida, os mais penalizadores e os que mais contribuíram para esse resultado, estabelecendo um encargo superior às 9 g de prata. Merece especial referência o ano de 1479, na medida em que além de se atingirem os maiores preços (14,58 g), estes foram registados na cidade do Porto e resultado de uma postura municipal que visava evitar ainda maior carestia. Moderados foram os anos de 1454, 1461-62, 1464, 1485-86, 1488 e 1493-94, estabelecendo valores entre as 6 e as 9 g de prata. Ao invés, os anos de 1466-67, 1472, 1477-78, 1481, 1495 e 1499 parecem ter sido os mais convidativos ao consumo, oferecendo o vinho a um custo inferior às 6 g.

Correlacionando geograficamente valores, obtêm-se algumas indicações interessantes. Desde logo, comprova-se, de forma clara, que o vinho foi bastante mais oneroso no sul do

¹⁸⁴ MARQUES, “A moeda portuguesa...”, p. 218.

reino e, particularmente, na cidade de Lisboa, senão veja-se: em 1393, um almude custava 144 soldos no Porto e seu termo e 160 soldos em Lisboa, diferença que se torna mais significativa se realizarmos a devida equivalência métrica¹⁸⁵, pela qual se calcula um preço, por litro, de 5,22 soldos no Porto e de 9,44 soldos em Lisboa (81%); em 1402, um almude custou 12 reais no Porto e 28 reais em Lisboa ou, seguindo a mesma regra, 0,43 reais e 1,65 reais por litro (284%); em 1451, temos registo de um almude a 60 reais no Porto e a 69,6 reais em Lisboa ou 2,17 e 4,11 reais por litro (89%); em 1462, um almude custou 20 reais em ambas as cidades ou 0,73 e 1,18 reais por litro (61%); finalmente, em 1475, um almude importou 30 reais em Braga, entre 60 a 100 reais no Porto e 76,8 reais em Lisboa, ou, por litro, 1,25, 2,17 a 3,6 e 4,5 reais, respectivamente (56 e 260%). Ainda que estas percentagens de 56 a 284% devam ser tidas como meros indicadores, elas não deixam de reflectir a maior carestia do vinho na cidade de Lisboa.

A ideia de que os vinhos foram, regra geral, mais dispendiosos no sul não se baseia apenas em comparações com a cidade de Lisboa, naturalmente possuidora de um maior custo de vida. Nesse sentido, sabemos que, em 1440, um almude de vinho importou 12 reais em Coimbra, 18 reais em Mós de Moncorvo e entre 12 a 25 reais em Alcobaça. Ao contrário do que estes valores parecem indicar, o vinho de Coimbra e Mós de Moncorvo foi praticamente vendido ao mesmo preço, 0,72 reais por litro, mas este era bastante menor do que o verificado em Alcobaça, 0,6 a 1,25 reais por litro, situando-se a diferença em redor dos 28%. Em 1442, um almude de vinho importou 24 reais no Porto e 20 reais em Santarém, imagem falaciosa na medida em que a justa equivalência aponta para 0,87 e 1,19 reais por litro, numa diferença de 37%. Já em 1477, um almude importou 15 reais em Braga e 96 reais em Montemor-o-Novo, diferença que se acentua com os valores, por litro, de 0,63 e 5,11 reais, ou seja, pode-se supor que o vinho foi mais caro cerca de 700% na vila alentejana.

Apenas duas comparações não sugerem esta tendência. Em 1407, um almude valeu 18,5 reais no mercado beirão de Coimbra e 17 reais no mercado algarvio de Loulé ou, respectivamente, 1,1 e 0,86 reais por litro (28%). Em 1442, um almude importou 36 reais em Guimarães e 20 reais em Santarém, diferença que apenas é atenuada para 1,55 e 1,19 reais (30%).

Reduzindo o espectro geográfico, temos que a norte, neste mesmo ano de 1442, um almude importou 36 reais em Guimarães e 24 reais no Porto ou 1,55 e 0,87 reais por litro

¹⁸⁵ Segundo as equivalências de 27,600 litros para o almude no Porto, 25 l em Mós de Moncorvo, 24,577 l no Funchal, 24 l em Braga, 23,255 l em Guimarães, 20 l em Alcobaça, 19,797 l em Loulé, 18,797 l em Montemor-o-Novo, 17,102 l na Batalha, 16,950 l em Lisboa, 16,763 l em Santarém, 16,746 l em Coimbra e 16 l em Torres Vedras. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11.

(72%). Em 1475, um almude importou 30 reais em Braga e entre 60 a 100 reais no Porto ou, por litro, 1,25 e 2,17 a 3,6 reais (131%). Para o centro e sul, disponibilizam-se as seguintes comparações: em 1379-80, um almude importou 10 soldos em Santarém e 12 soldos em Torres Vedras ou 0,6 e 0,75 reais (25%); em 1422-24, um almude importou 10 reais em Lisboa e 16,8 reais em Montemor-o-Novo ou 0,6 e 0,89 por litro (49%); em 1486, um almude importou 30 reais em Santarém e 72 reais no Funchal ou 1,79 e 2,93 reais (64%), constituindo novo exemplo da carestia funchalense. Em 1499, um almude importou 40 reais na Batalha e 56 a 64 reais em Montemor-o-Novo ou 2,34 e 2,98 a 3,40 reais por litro.

Dependendo da região produtora, do evoluir do gosto do consumidor e da qualidade das colheitas, a relação de preço entre os vinho branco e tinto foi se alterando, embora se possa afirmar que o primeiro se apresentou, regra geral, mais valioso.

Quadro IX: COMPARAÇÃO DO PREÇO DO VINHO BRANCO E TINTO (ALMUDE) (1333-1485/86)

Data	Local	Preço do v. branco	Preço do v. tinto
1333	Coimbra	30 s.	24 s.
1340-41	Évora	c. 18 s.	c. 13 s.
1401	Porto	17,14 rs.	12 rs.
1421-24	Lisboa	10 a 11 r.	16 a 20 r.
1422-23	Montemor-o-Novo	16,8 r.	23,3 r.
1442	Porto	24 r.	48 r.
1474-75	Porto	86,4 e 96 r.	72 r.
1475	Lisboa	76,8 r.	96 a 105,6 r.
1477	Montemor-o-Novo	96 r.	96 r.
1479	Porto	120 r.	96 r.
1485-86	Porto	96 r.	84 r.
Data	Local	Preço do v. branco	Preço do v. tinto
1488	Porto	96 r.	72 r.
1493-94	Porto	100 r.	70 r.
1499	Montemor-o-Novo	56 e 64 r.	48 e 64 r.

Em 1333, na cidade de Coimbra, o almude de branco custava mais 25% do que o almude de tinto; em 1340-41, em Évora, a diferença subia para cerca de 38,4% e, em 1393, no Porto, para os 100%. Em 1401, na mesma cidade, a diferença descia para 42,9%.

Os anos de 1421-24 representam o momento em que, pela primeira vez, se reuniram indicações que desvalorizam o vinho branco face ao tinto. Assim, em 1421-24, na cidade de

Lisboa, o branco custou 60 a 82% mais do que o tinto. Da mesma forma, em 1422-23, na vila de Montemor-o-Novo, um almude de “*vermelho*” encontrava-se avaliado em 38,7% do que o branco. Esta relação de custo confirma-se, igualmente, a norte quando, em 1442, na cidade do Porto, um almude de branco é tabelado em metade do preço do tinto. O próprio “*vermelho*” de fora da terra é tabelado em mais um real do que o vinho branco.

Os anos de 1474 e 1475 espelham um mercado portuense a valorizar em cerca de 26% o vinho branco e, inversamente, um mercado lisboeta a valorizar o vinho tinto em 31% face ao branco. Em 1477, na vila de Montemor-o-Novo, branco e tinto eram vendidos ao mesmo preço. Em 1485-86, no Porto, verificava-se um maior equilíbrio face ao que ocorrera uma década antes, na medida em que o almude de branco custou apenas mais 1,8%. Em 1488, o almude de branco custou mais 33,33% do que o tinto e, em 1493-94, mais 42,8%. Finalmente, no último ano do século XV, em Montemor-o-Novo, os vinhos branco e tinto eram vendidos por quantias muito idênticas, por vezes até pelo mesmo preço: o quartilho de ambos os tipos chegou a ser transaccionado a 8 ceitis¹⁸⁶.

2.1.4. Carne

2.1.4.1. Vaca (**arrátel**)

Datas Extremas: 1340-1499;

Representação Geográfica: Bouças, Braga, Entre Douro e Minho, Estremadura, Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Maia, Montemor-o-Novo, Porto e Vila do Conde;

Preço Máximo: 18 reais (Funchal – 1496): 1,8 g de prata;

Preço Mínimo: 0,8 reais (Porto – a. 1475): 0,097 g de prata;

Oscilação Máxima: 1756% / 1,703 g de prata;

Oscilação Facial: c. 0,36 a 40 soldos e 0,8 a 18 reais brancos.

¹⁸⁶ De referir ainda que, neste ano de 1499, na vila de Montemor-o-Novo, um almude de vinagre valia 72 reais, ou seja, era mais caro entre 9,3 a 25% do que um almude de vinho branco.

Não tão cara como a carne dos apreciados carneiro e porco, nem tão barata como a de bode ou cabra, a carne de vaca pode ser considerada como o barómetro do valor comercial das carnes grossas na Baixa Idade Média.

Quadro X: COMPARAÇÃO DO PREÇO DAS CARNES GROSSAS (1340-1497)

Data	Local	Arrátel de vaca	Arrátel de carneiro	Arrátel de porco	Arrátel de ovelha	Arrátel de cabra e bode
1340-41	Évora	0,36 s.	0,31 s.	-	-	-
1382	Évora	0,5 s.	0,33 s.	1 s.	-	-
1385-86	Loulé	3 s.	4 s.	-	3 s.	2,33 s.
1392	Entre Douro e Minho	4 s.	7 s.	-	-	-
1392-93	Porto	4,5 a 5 s.	7,5 a 8 s.	-	-	-
1402	Loulé	5 rs.	6 rs.	-	-	-
1443-45	Montemor-o-Novo	0,9 a 1,1 r.	1,1 a 1,2 r.	1,8 r.	-	-
1466-67	Vila do Conde	1 a 1,2 r.	1,5 r.	-	-	0,6 r.
1481	Funchal	4 r.	6 r.	6 e 7 r.	4 r.	4 r.
1482	geral (?)	2,8 r.	3 r.	3 r.	1,6 r.	1,6 r.
1486	Lisboa	12 r.	13 r.	13 r.	-	-
1486	Funchal	16 r.	20 r.	16 a 20 r.	1,6 r.	1,6 r.
1492-97	Loulé	14,33 r.	14,33 r.	16 r.	13 r.	12 a 14 r.

Um primeiro exame aos cerca de 45 preços disponíveis parece indiciar terem ocorrido três períodos de forte inflação: aquando da crise de 1383-85, em redor do ano de 1402 e outro que se estendeu de 1485 até final do século XV. Com efeito, se não se tivessem em conta os valores relativos a estes três períodos (os 7 mais elevados de que temos registo) a oscilação máxima deste bem de consumo cairia de 1756% para apenas 437%.

Do lado oposto, aparecem as décadas de 1430 a 1470, as quais parecem ter oferecido a maior e mais longa estabilidade de preços em patamares inferiores. Constata-se, da mesma forma, que os mercados de Lisboa, Loulé e Funchal foram os mais penalizadores para o consumo. Na verdade, omitindo-se os preços referentes a estes três espaços (os 10 preços mais inflacionados) a percentagem de 1756% sofreria nova diminuição, desta feita para cerca de 313%. Ao invés, a região de Entre Douro e Minho apresentou, claramente, as importâncias mais moderadas, não se processando uma oscilação superior a 140% entre 1392 e 1480.

Posto isto, importa agora acompanhar mais de perto os dados que permitiram estas observações introdutórias e que trarão, com certeza, uma maior luz relativamente à evolução do preço da carne de vaca entre 1340 e 1499. Este rondaria, em Évora, em 1340-41, os 0,36

soldos (0,22 g). Mais tarde, em 1382, registou uma ligeira subida, já que uma postura da mesma cidade ordenava “*que os carniceiros talhem a vaca a VI dinheiros ho arratel*”¹⁸⁷, ou seja, num valor próximo das 0,26 g.

Em 1384, os preços dispararam na sitiada cidade de Lisboa “*e se almogavares tragiam alguus bois, vallia cada huu sateemta livras*”¹⁸⁸. Este preço de 1400 soldos (446,6 g) aparece, sem surpresa, como o valor mais elevado de que temos conhecimento para a compra de um animal. Registe-se que o segundo maior preço, referente a Braga e a 1479, ficou-se pelos 1000 reais (135 g).

Em Março de 1385, a vereação louletana acordava com os seus carniceiros o preço de 3 soldos (0,52 g) por arrátel, importância que devia ser praticada até ao Entrudo do ano seguinte¹⁸⁹. cremos que a diferença de 50% para com o valor eborense se deveu a uma efectiva inflação, mas também à prática de valores mais elevados na vila algarvia, à imagem do que acontecera com os cereais.

Avançamos para os anos de 1392-93 e para a comarca de Entre Douro e Minho, onde se cobravam entre 4 a 5 soldos (0,18 a 0,23 g). Regista-se, assim, uma forte descida face ao valor de 1385, uma descida não inferior a 60% e que reflectia tanto a prática de menores preços a norte como, também, um período de menor depreciação da moeda¹⁹⁰ e esta uma maior estabilidade política (recorde-se que as tréguas luso-castelhanas datam de Maio de 1393). Refira-se, no entanto, que comparando estes preços com outros, posteriores, relativos à mesma cidade, percebe-se que ainda se sentia alguma carestia. Em concordância com esta ideia surge o agravo do concelho de Lisboa, nas cortes de 1394, a propósito da carência de carne verificada na cidade. Exigiam, assim, que se proibisse a sua exportação para Castela, um dos principais motivos da escassez¹⁹¹.

Uma década mais tarde, em 1402, ocorreu o preço mais elevado de que temos registo. Em Loulé tabelou-se o arrátel em 5 reais (1,75 g), o que representava uma subida de mais de 235% face ao valor ocorrido na mesma vila em 1385. Não se tratou de falta de oferta, mas, muito provavelmente, de inflação motivada pela desvalorização monetária. Sabemos, com efeito, que, em Maio de 1403, os oficiais do concelho de Loulé afirmavam que “*na dicta villa*

¹⁸⁷ *Documentos Históricos...*, I, p. 134.

¹⁸⁸ LOPES, *Crónica de D. João I*, I, p. 307.

¹⁸⁹ “Com esta condiçom e temperamento que elles e o Concelho com elles vejom a perda e o guanho quando comprar e talhen com elles e lhis dem guanho aguisado em guisa que elle[s] ganhem e nom percam e o Concelho seja servido como compre.” *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 41.

¹⁹⁰ Segundo Oliveira Marques, entre 1392 e 1397 a depreciação monetária foi apenas de uns 43% quando comparada com a ocorrida entre os anos de 1387 e 1391 e com a que se seguirá a 1397. MARQUES, “A moeda portuguesa...”, p. 214.

¹⁹¹ *Documentos do Arquivo Histórico...*, I, p. 191.

*acontecía que muitos carneceiros e outras pessoas puínam muitas vacas e bois no talho e acontecia muitas vezes que a nom vendiam no primeiro dia nem no segundo dia”*¹⁹².

Em 1414, na comarca de Entre Douro e Minho, o preço da carne de vaca seria ligeiramente inferior ao verificado em 1392-93, oscilando entre os 30 e os 35 soldos (0,15 a 0,18 g). Em 1432, os preços mantinham-se inalteráveis na cidade do Porto e seu termo. Assim, sob o cunho facial de 5 e 6 reais pretos, encontravam-se as mesmas quantias em prata na ordem dos 0,15 a 0,18 g.

Em 1443-45, na vila alentejana de Montemor-o-Novo, a carne de vaca era vendida entre 9 a 11 reais pretos (0,3 a 0,4 g de prata), ou seja, praticamente o dobro do verificado na cidade do Porto cerca de uma década antes. Inflação ou especificidade regional? Embora, em bom rigor, não se possa excluir nenhuma das duas hipóteses, cremos que esta diferença tenha respondido, sobretudo, ao segundo cenário. Com efeito, sabe-se que, em 1449, a realidade do comércio de carnes portuense não se alterara significativamente face a 1432, uma vez que o arrátel valia entre 7 e 8 pretos (0,16 a 0,18 g).

Talvez, em grande medida, devido à sua dimensão demográfica, parece que a cidade de Lisboa se confrontou com maiores problemas de abastecimento e, consequentemente, com maiores preços. Por este anos, mais precisamente em 1446 e 1448, a população queixava-se particularmente do monopólio concedido aos Genoveses sobre a compra de gado por determinado preço e da permissão de exportação de gados para Castela, factores que faziam subir o preço da carne, na medida em que *“quando os carniceiros desta Cidade, (...) hiam a comprar os ditos guados nam os achavam em abomdança, e esses que achavam compravam-nos muito caros, e por este azo os ditos carneceyros cortam as carnes mais caras ao Povo”*¹⁹³.

As décadas de 1460 e 1470 mantiveram o mesmo cenário de baixos preços, apesar de algumas notícias de escassez e de ligeiras subidas. Assim, em 1465, na província da Estremadura, um arrátel de carne de vaca custou entre 1,5 a 2 reais (0,22 a 0,29 g), em 1466-67, em Vila do Conde, entre 1 a 1,2 reais (0,14 a 0,17 g) e, em 1471-72, na vila do Funchal, cerca de 2 reais (0,3 g), preços díspares pela sua especificidade regional, mas onde se verifica claramente moderação. Por sua vez, em 1476, a vereação portuense procurava acordar com os carneiros a manutenção do preço praticado no ano anterior, ou seja, 1 real (0,14 g). Referia

¹⁹² A continuação desta postura permite, igualmente, detectar um mecanismo de protecção do consumidor, ou seja, que os carneiros não deviam manter o preço da carne se esta estivesse exposta no talho mais de dois dias: *“(...) e que pasados dous dias que a tornavam ao talho e que a vendiam por aquelle mesmo preço o que aviom por mal poreu ordenarom poseram por postura que qualquer pessoa que talhar o dicto gaado que o talhe no primeiro e segundo dia e se a de hi em deante quizer talhar que a de por metade do preço que a dava no primeiro dia”*. *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 125.

¹⁹³ Cit. por RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 91-92.

também que o dito preço de 1 real verificado em 1475 (0,12 g) representava uma subida face ao valor de 8 pretos que estaria em vigor na cidade há vários anos, a qual, por sua vez, tinha resultado da abertura dos portos de Castela¹⁹⁴, percebendo-se novamente a exportação como um dos principais motivos para o encarecimento da carne. Em todo o caso, esta subida de 8 pretos, o mais baixo valor registado em termos absolutos e referente a período anterior a 1475 (0,097 g), para 1 real (0,12 g) revela bem a menor carestia verificada no norte do reino. Por outro lado, recorde-se que o último preço conhecido para a cidade portuense é exactamente de 8 pretos e data de 1449. Não cremos que, de 1449 a 1474, o arrátel de carne de vaca se tivesse mantido inalterável nos 8 reais pretos, mas que se trata de uma prova inequívoca de estabilidade, disso não restam dúvidas. Em 1479-80, sabemos ter ocorrido nova subida na comarca de Entre Douro e Minho, desta feita para os 1,2 reais (0,16 g). Como sempre, o cenário parece ter sido mais aflitivo para o consumidor lisboeta. De facto, a *“grande mingua das carnes da uaca que na dicta cidade auya os anos passados em spiciall no Inverno”*, levou D. Afonso V a permitir, em 1463, que o preço de todas as carnes não fosse tabelado, vendendo *“cada huu por peso aa sua uontade a dicta carne pellos preços que lhe aprouuesse”*¹⁹⁵.

Os últimos quinze anos do século XV trouxeram consigo quantias que induzem dois cenários distintos: por um lado, uma estabilidade de preços para a Estremadura (com excepção da cidade de Lisboa), Montemor-o-Novo e, porventura, para o Porto; por outro lado, uma fortíssima inflação que afectou sobretudo os concelhos de Lisboa, Loulé e Funchal.

Inicie-se a exposição dos valores que conduzem à referida ideia de estabilidade. Assim, em 1491, um arrátel de carne de vaca teria custado, na Estremadura, uma quantia ligeiramente superior a 2,6 reais (0,26 g), ou seja, praticamente o mesmo que em 1465, quando se pagaram entre 1,5 a 2 reais (0,22 a 0,29 g). Em 1499, em Montemor-o-Novo, despenderam-se 16 ceitis (0,27 g), quantia mais uma vez perfeitamente enquadrável na praticada em 1443-45, ou seja, entre 0,24 a 0,30 g. Em 1485-86, um boi custou, no Porto, cerca de 500 reais (50,5 g). Este preço significou mesmo uma descida face à compra de um mesmo animal em 1474-75, quando se despenderam 810 reais (98,01 g). Da mesma forma, em data próxima a 1490, uma vaca foi vendida, na Maia, por 240 reais (24,24 g), quando em 1474-75, na vizinha cidade do Porto, foram necessários 372,5 reais (45,07 g).

Esta ideia de estabilidade é contrariada por uma carta régia de Abril de 1486, segundo a qual D. João II recusava baixar o preço da carne, em 1 real, em todo o reino *“per a*

¹⁹⁴ *Índice Chronologico...*, p. 194.

¹⁹⁵ Cit. por RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 93.

estrellidade e mortandade que este ano ouue nos gaados”¹⁹⁶ e permitia que a cidade de Lisboa subisse o preço do arrátel de carne de vaca de 10 (1,01 g) para 12 reais (1,2 g). Alguns anos mais tarde, em 1488, D. João II enviava nova missiva à cidade de Lisboa tendo como tema a carestia de carne: *“Fazemos vos saber que nos somos emformados como por causa de se nesa cidade nom talhareem e vemderem as carnes como soya, allem de o povoo della nom aver provísam a iso. E porque a causa disto parece vyr de se nom dar hoo aviamento e despacho no caso das taxas asy como esta hordenado, vos emcomendamos que loguo vos ajunteis todos esses que sam dados ao carreguo das dictas taxas e day maneira como nesta cousa (...) que toca as carnes se ponha forma como nos e o povo nom tenhamos rezam de nos queixarmos de vos...”*¹⁹⁷.

E contrariada, sobretudo, pela evolução de preços ocorrida na vila do Funchal. Assim, se em 1471 o habitante funchalense ainda conseguia adquirir um arrátel por uns moderados 2 reais (0,30 g), já em 1481 veria a mesma porção de carne subir para 4 reais (0,46 g), em 1486 disparar para uns inacessíveis 16 reais (1,62 g) e, em 1496, atingir o máximo nacional, quando um arrátel de carne de vaca passou a ser tabelado a uns incomportáveis 18 reais (1,8 g). Estes últimos dois preços (agravamentos de 252% e de 292% face ao valor de 1481) significaram, certamente, a mudança, ainda que temporária, dos hábitos alimentares de grande parte da população funchalense, cujos orçamentos se encontravam longe de acompanhar a escalada violenta de preços. Também o vizinho de Loulé sentiu esta forte inflação, já que entre 1492 e 1497 pagou o arrátel entre 14 a 14 reais e 2 ceitis (1,4 a 1,43 g).

Não sendo uma época de aguda desvalorização monetária, os motivos para este encarecimento da carne de vaca terão resultado, por um lado, de um período de pior desempenho ao nível da criação de gado bovino, o que, associado à tentação exportadora, originou uma diminuição da oferta e, por outro lado, de uma maior pressão ao nível da procura baseada num incremento do gosto do consumidor ou no aumento da massa demográfica. O certo é que o elevado preço funchalense de 1496 era explicado pela vereação daquela vila em virtude da falta de carne: *“Item acordarom e poseram pustura que por mjingoa das carnes que he pouca nesta jlha que de oje em diante os carnyceiros e outros quaesquer que cortarem vacas e booyes que cortem o arratel a xbiiij rrs. (...) e esto acordarem por myngoa das dictas carnes como dicto he”*¹⁹⁸. Também em Loulé, no mesmo ano, os oficiais concelhios faziam referência ao problema do abastecimento de carne: *“bem sabiam como avia já muitos anos que ho dicto Concelho nom tinha carneceiro obrigado que os*

¹⁹⁶ RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 93 (nota 308).

¹⁹⁷ *Documentos do Arquivo Histórico...*, III, p. 273.

¹⁹⁸ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 458.

servisse e lhes dessem carnes em abundança e a mingoa que muitas vezes da dicta carne tinham”¹⁹⁹.

É natural que a partir de 1485 tenha, de facto, ocorrido um período de maior escassez de gado por todo o reino e que os preços tenham reflectido essa realidade, mas, tal como na maior parte dos bens e na maior parte do tempo, essa escassez terá sido mais sentida em grandes aglomerados populacionais (Lisboa), em espaços menos privilegiados em termos de acessos (Funchal) e em espaços mais pobres em termos agrícolas e propensos à inflação (Loulé). Pelo contrário, a região norte, sobretudo ela, terá conseguido, com maior sucesso e mediante condições de base para um clima de maior equilíbrio económico, combater as condições adversas.

Correlacionando geograficamente os valores, obtêm-se algumas indicações interessantes. Assim, sabe-se que, em 1392-93, a carne de vaca era mais cara na cidade do Porto um mínimo de 12,5% relativamente a outros locais da comarca de Entre Douro e Minho tais como Braga, Guimarães e Ponte de Lima. Segundo os carnicheiros portuenses, *“a rrazom por que era esta por que elles avjam as carnes muj caras e hiam a conprallas a dez e doze legoas da dita çidade en que faziam grandes custas e despesas”*²⁰⁰. Em 1396, a vereação de Loulé aceitava que um carnicheiro da dita vila talhasse a carne pelos mesmos preços de Faro e Tavira, o que demonstra a proximidade da política comercial existente entre as três vilas algarvias²⁰¹.

Regressando à cidade do Porto, percebeu-se, ao longo do nosso estudo, que a vereação local impunha aos carnicheiros do termo que cortassem a carne a um preço mais barato do que os da cidade, em regra, cerca de um real preto. Assim, em 1414, a vereação portuense estipulava uma diferença de 16,7% relativamente aos preços de venda na cidade (35 soldos) e no termo (30 soldos). Por diversas ocasiões os carnicheiros dos termos procuraram fugir a essa ordenação: em Junho do dito ano os vereadores portuenses tiveram notícia que tanto na Maia como em Bouças se infringira a lei: no primeiro julgado vendia-se *“o aratell da carne a xxxb soldos como o vendiom aqui nesta çidade (...) o que elles nom aviom por bem”*²⁰² e no segundo chegou-se a atingir os 40 soldos²⁰³. Em 1432 os preços continuavam a ser diferentes na cidade e no termo, desta vez subindo a barreira para os 20%, bem como continuavam os desmandos por parte dos carnicheiros dos termos. Em Maio de 1432, os vereadores da cidade *“mandarom que todos os carnicheiros dos termos da cidade que talharom carne des Pascoa ataa aallem do que he hordenado que sejam penhorados e eyxuquetados por L Reaes*

¹⁹⁹ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*, p. 211.

²⁰⁰ *“Vereaçãoens”. Anos de 1390-1395*, p. 190.

²⁰¹ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 68-69.

²⁰² *“Vereaçãoens”. Anos de 1401-1449*, p. 188.

²⁰³ *“Vereaçãoens”. Anos de 1401-1449*, p. 190.

cad'huum que os pagem da cadea porquanto se prova que talharom per desvayrados preços aalem da hordenaçom”²⁰⁴. Por sua vez, em reunião da vereação portuense de 1449, os oficiais “*falarom logo primeiramente em como sse os carniceiros da çidade sse queixauom que os carnyceiros de ffora cortauom a biijo pretos e elles a bij e senpre deuyom cortar menos huum preto e que por este aazo nom podiam dar tanto em abastança aa çidade*”²⁰⁵.

Noutra perspectiva, este valor portuense de 7 reais pretos (0,19 g) era inferior em 25,5% ao preço médio praticado em Montemor-o-Novo no ano de 1444-45. Nesta mesma linha atente-se nas seguintes comparações: em Vila do Conde a carne de vaca era, em média, mais barata 37,3% em 1466-67 do que na Estremadura em 1465; em Portugal continental a carne era, em média, mais barata 30% em 1482 do que no Funchal em 1481; em Lisboa mais barata 25% do que no Funchal em 1486; na Estremadura cerca de 81,4% em 1491 do que em Loulé em 1492; em Loulé entre 20,5 a 22,2% do que no Funchal em 1496; finalmente, em Montemor-o-Novo, cerca de 81,5% em 1499 do que em Loulé em 1497.

Conclua-se, a título de curiosidade, com o facto da compra de um touro de corrida no Porto, em 1474-75, ter orçado 900 reais (108,9 g), ou seja, mais 11,1% do que um boi e mais 141,6% do que uma vaca comprados na mesma cidade e ano. Já em 1499, em Montemor-o-Novo, três touros custaram 2300 reais (230 g).

2.1.4.2. Carneiro (**arrátel; animal**)

Datas Extremas: 1382-1497; 1340-1499;

Representação Geográfica: Entre Douro e Minho, Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Porto e Vila do Conde; Évora, Funchal, Minho, Montemor-o-Novo, Porto e Resende;

Preço Máximo: 6 reais (Loulé – 1402): 2,1 g de prata; 40 soldos (geral – 1372): 20,92 g de prata;

Preço Mínimo: 1,5 reais brancos (Vila do Conde – 1466): 0,22 g de prata; 25 reais (Minho – 1464): 3,83 g de prata;

Oscilação Máxima: 855% / 1,88 g de prata; 446% / 17,09 g de prata;

Oscilação Facial: 0,33 a 80 soldos e 1,5 a 20 reais brancos; 18 a 40 soldos e 25 a 134 reais brancos.

²⁰⁴ «Vereaçãoens». 1431-32, p. 106

²⁰⁵ «Vereaçãoens». Anos de 1401-1449, p. 450.

A carne de carneiro foi das mais apreciadas pelo consumidor medieval, sobretudo a partir de inícios do século XV, altura em que começaram a ser castrados e se transformaram em animais “*mais gordos e mais saberosos e mais saãos pera a gente*”²⁰⁶. Não é, assim, por acaso que as únicas duas ocasiões em que se regista um preço inferior para o arrátel de carneiro face ao arrátel de vaca datem exactamente de Trezentos, mais precisamente da cidade de Évora dos anos de 1340-41 e de 1382. Do século XV, apenas em 1495-97 temos conhecimento de tabelamento ao mesmo preço (“*ha vaca e carneiro e bode crestado a XIII^o reaes aratal*”²⁰⁷). De resto, em 1385-86, 1392-93, 1402, 1443-45, 1466-67, 1481-82, antes de 1486 e 1486 o carneiro foi mais caro do que a vaca, diferença de preços que oscilou bastante, tendo sido apenas de 7,2% em 1482 e chegado aos 75% em 1392.

A evolução do custo da carne de carneiro foi em tudo semelhante à da carne de vaca. Assim, conjugando os preços relativos ao arrátel e à unidade (animal) chega-se à conclusão de que existiram, pelo menos, dois períodos de forte inflação e onde o consumo terá sido fortemente penalizador, senão proibitivo, para grande parte das gentes. Referimo-nos concretamente aos anos de 1402-1403 e 1485-1499. Pelo contrário, as décadas de 1440 a 1460 parecem ter oferecido a maior estabilidade de preços em patamares inferiores. Constate-se, da mesma forma, que a cidade de Lisboa e as vilas de Loulé e do Funchal foram aquelas que mais contribuíram com preços elevados. Ao invés, a região minhota apresentou as importâncias mais moderadas.

A análise do valor do arrátel de carneiro inicia-se em 1382, data da postura eborense onde se ordena “*que os carniceiros talhem (...) ho arratel e o carneiro a IV dinheiros*”²⁰⁸, ou seja, a 0,17 g de prata. Trata-se, como se poderá constatar no decorrer da presente exposição, do valor mais baixo registado. Três anos mais tarde, em Março de 1385, a vereação louletana acordava com os seus carniceiros o preço de 4 soldos ou, segundo a nossa equivalência, cerca de 0,7 g, importância que devia ser praticada até ao Entrudo do ano seguinte²⁰⁹. Este valor representava uma subida de 300% para a qual o fenómeno da guerra e da desvalorização monetária contribuiu significativamente, embora os preços praticados na vila algarvia fossem, em geral, mais gravosos. Avançamos para os anos de 1392-93 e para a comarca de Entre Douro e Minho, onde se cobraram entre 7 a 8 soldos (0,32 a 0,37 g) por arrátel de carneiro.

²⁰⁶ Em 1406, D. João I acedia a um pedido da câmara de Lisboa para que também nessa cidade se pudessem castrar os carneiros, já “*que em todollas outras terras eram crastados todollos carneiros salvo aquelles que andavam com as ovelhas pera semente*”. *Documentos do Arquivo Histórico...*, II, p. 107.

²⁰⁷ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*, p. 194.

²⁰⁸ *Documentos Históricos...*, I, p. 134.

²⁰⁹ “*Com esta condiçom e temperamento que elles e o Concelho com elles vejom a perda e o guanho quando comprir e talhen com elles e lhis dem guanho aguisado em guisa que elle[s] ganhem e nom percam e o Concelho seja servido como compre.*” *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 41.

Embora estes valores representem uma descida de 50,4% face a 1385, há que ter em conta que os preços da região minhota eram bastante mais moderados, pelo que fica a ideia de que por estes anos ainda não tinha ocorrido uma melhoria significativa da realidade económica.

Uma década mais tarde, em 1402-03, não há dúvida de que os preços atingiram um pico inflacionista. Em Loulé, tabelou-se o arrátel em 6 reais (2,1 g) e, no Porto, em 4 libras (0,40 g). São cifras bastante elevadas que se explicam, globalmente, por novo período de aguda depreciação monetária. Acrescerá a este factor a dinâmica própria da relação oferta/procura, a qual, no caso do elevado preço portuense, ditou uma escassez de carne e uma óbvia subida de preço: *“acordarom por que ora na dita çidade nom avya carneiros nenhuns mandarem aos carnyçeiros que os venda(m e ta)lhem a iiij libras o aratel”*²¹⁰.

As próximas quantias reflectem tempos de menor instabilidade monetária, não sendo por isso de estranhar que sejam igualmente muito mais moderadas. Em 1444, em Montemor-o-Novo, o habitante local despendia entre 11 a 12 reais pretos (0,36 a 0,39 g). Refira-se, todavia, que face ao valor eborense de 1382 estávamos perante uma inflação superior a 100%. Em 1466, em Vila do Conde, 1,5 reais era a importância desembolsada. Este último preço, equivalente a 0,22 g, representa um dos períodos de maior acessibilidade ao consumo. Comparando com o valor praticado no Porto em 1403 estamos perante uma deflação de 45%.

A década de 1480 poderá ser dividida em dois períodos de igual duração. Até 1485 continuaram os preços moderados: em 1481, no Funchal, pagavam-se 6 reais (0,69 g) e, em 1482, um preço médio nacional andaria em redor dos 3 reais (0,35). O preço funchalense parece, à primeira vista, não se enquadrar num patamar moderado. Todavia, reitere-se que os preços praticados no Funchal foram, em geral, mais gravosos do que os praticados no continente e, no presente caso e como iremos ver, 0,69 g constituem, de facto, um preço ainda relativamente acessível.

A partir de 1485 os preços começaram a sofrer uma forte inflação. Com efeito, em 1486, D. João II permitia aos carniceiros de Lisboa que cortassem o arrátel de carneiro a 13 reais (1,31 g), constituindo uma subida de cerca de 18% face ao preço de 11 reais (1,11 g) verificado até aí. No mesmo ano, mas no Funchal, o arrátel era já vendido a 2 reais (2,02 g), ou seja, mais 193% do que em 1481. Finalmente, entre 1493-97, em Loulé, o arrátel andava em redor dos 14 reais (1,4 g). Não sendo uma época de forte desvalorização monetária, apontamos os mesmos motivos para o encarecimento da carne de carneiro: menor oferta, subsidiária de uma época de pior desempenho ao nível da criação de gado e do aumento da

²¹⁰ “Vereaçoens”. *Anos de 1401-1449*, p. 157.

exportação, mas também maior procura, baseada num incremento do gosto do consumidor e no aumento demográfico.

A observação das somas despendidas por animal complementa e enriquece o cenário oferecido anteriormente. Acompanhemos, portanto, as suas indicações. O valor cronologicamente mais recuado coincide com o segundo valor mais alto registado para o continente. Assim, em Julho de 1340, na cidade de Évora, temos referência a um custo médio de 18,55 soldos (11,38 g) por animal.

As próximas quantias alicerçam a ideia, já sugerida, de que as décadas de 1450 e 1460 trouxeram consigo preços mais reduzidos. Espelham, igualmente, uma comarca de Entre Douro e Minho palco privilegiado dessa mesma redução. Neste sentido, uma quantia entre os 25 a 35 reais (média de 6,27 g) era quanto bastava para adquirir um carneiro na cidade do Porto em 1450-51. Em 1461-62, verificou-se uma forte subida de preço facial (entre 30 a 60 reais), a qual, todavia, não nos deve equivocar, já que, fazendo a devida equivalência, chega-se a uma quantia em prata muito similar à despendida na década anterior, ou seja, cerca de 6,89 g. Em 1464, na região minhota, realizou-se a compra mais barata de que temos conhecimento. Assim, bastaram uns meros 25 reais ou 3,83 g para adquirir um carneiro. Relembre-se que ocorre em data e local muito próximos (Vila do Conde em 1466) uma das compras mais acessíveis de um arrátel.

A partir de 1470 iniciou-se um período mais penalizador para o consumo. Note-se, todavia, que este aumento se processou de forma mais suave na cidade do Porto do que, por exemplo, na vila do Funchal. Assim, se na primeira cidade bastavam entre 50 a 72 reais (média de 7,38 g) para adquirir um carneiro no ano de 1474-75, já na vila Funchalense registava-se o segundo preço mais elevado de que temos informação, quando, em 1471-72, eram necessários cerca de 133,33 reais (20,27 g)²¹¹.

As décadas de 1480 e 1490 mantiveram a inflação. Exemplos disso foram compras realizadas em 1484 e 1499. Na primeira data despenderam-se 70 reais (8,05 g) em Resende. Na segunda data desembolsaram-se entre 80 a 100 reais (média de 9 g) em Montemor-o-Novo. Registo apenas para um valor invulgarmente baixo tendo em conta este período cronológico, mas que confirma a ideia de que os preços praticados na cidade do Porto eram mais acessíveis. Assim, em 1493-94, pôde-se adquirir um carneiro por uns meros 50 reais (5,05 g). Relembre-se que em Loulé, na mesma data, se despendiam 14 reais (1,41 g) por um simples arrátel.

²¹¹ Este elevado preço, aduzido da compra de um carneiro e meio por 200 reais, deve também, em parte, ser explicado pelo facto de se ter tratado de carne de primeira qualidade (comprada pelo procurador da câmara funchalense, ao que tudo parece, por ocasião dos festejos da procissão do Corpo de Deus). *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 42.

Embora não tão apreciada, a carne de ovelha representava um menor encargo para o consumidor, pelo que, frequentemente, deve ter aparecido como uma alternativa viável para a sua mesa. Em 1314, uma postura lisboeta definia isso mesmo, ordenando que “*o carniceiro nom venda (...) a ouelha con o carneyro mais sse a uender quiser venda a apartada en tenda por meos iiijº. dinheiros ca a outra carne do macho*”²¹². Em termos quantitativos e tomando por base o arrátel, temos que as diversas posturas e vereações consultadas revelam uma diferença que podia ir de menos 7 a menos 46,7% face à carne de carneiro.

O valor da carne de ovelha serve igualmente para demonstrar a alta de preços verificada a partir de 1486 e como a vila do Funchal era mais penalizadora para o consumidor. No que diz respeito à primeira nota tome-se, por exemplo, a situação ocorrida no Funchal na década de 1480. Assim, se em 1481 um arrátel podia ser adquirido por uns moderados 4 reais (0,46 g), já em 1486 eram necessários 16 reais (1,62 g). Assinala-se, desta forma, uma impressionante escalada de preço que atingiu os 251% num período de apenas cinco anos e que ainda não tinha atingido o seu pico, já que em 1496 se chegaram a desembolsar 18 reais (1,8 g) pelo arrátel de ovelha. Representando a segunda nota de análise encontra-se a discrepância entre o preço de 1,6 reais (0,18 g) praticado no continente em 1481 e o preço de 4 reais (0,46 g) operado na vila funchalense em 1482.

Uma última observação para anotar dois valores de cordeiros. Em 1346, na vila de Sintra, este encontrava-se avaliado em 7,5 soldos (4,61 g) e, em Lisboa de 1498, em 60 reais (6 g). Supondo que o mercado lisboeta era mais gravoso, estes dois valores aparecem como bastante idênticos, embora se possa também aqui adivinhar a inflação de finais do século XV. Refira-se que, no mesmo mercado lisboeta, 1/4 de animal era apenas fixado em 12 reais. Recordem-se, finalmente e como elemento de comparação, os preços de 80 a 100 reais para a compra de um carneiro em 1499.

2.1.4.3. Porco (arrátel; animal)

Datas Extremas: 1382-1497; 1334-1491;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo e Santarém;

Estremadura, Évora, Funchal e Guimarães;

Preço Máximo: c. 36,6 s. (Lisboa – 1384): 11,7 g de prata; 500 reais (Évora – 1469): 72 g de prata;

Preço Mínimo: 3 reais (Santarém – 1482): 0,35 g de prata; 30 soldos (Lisboa – 1334): 18,45 g de prata;

Oscilação Máxima: 3243% / 11,35 g de prata; 290% / 53,55 g de prata;

Oscilação Facial: 1 a c. 36,6 soldos e 1,8 a 22 reais brancos; 60 soldos e 98 a 500 reais brancos.

²¹² *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, p. 52.

Duas dezenas de preços permitem abordar alguns aspectos relativos ao valor monetário da carne de porco nos séculos XIV e XV, muito embora tal análise se resuma essencialmente ao sul do reino e à vila do Funchal e, por conseguinte, nos impeça de projectar uma ordem de grandeza para os preços praticados nos mercados a norte²¹³.

Desde logo, importa referir que a carne de porco não foi, em geral, um género alimentar barato e acessível ao consumidor dos séculos XIV e XV, muito pelo contrário. Com efeito, nos 8 momentos cronológicos em que se tornou possível compará-la com as carnes de vaca e carneiro, verificou-se ter arrecadado o preço mais elevado por sete ocasiões, sendo que por três delas (1482, antes de 1486 e 1486) ocupou esse lugar juntamente com o carneiro. Apenas em 1340-41 o suíno parece ter custado menos que os outros dois animais. De resto, em 1382, 1443-44, 1481 e 1496-97, foi mais caro, diferença de preço que oscilou entre 12% a 125% em relação ao carneiro e entre 8,4% a 80% em relação à vaca.

Sabe-se bem das terríveis privações que a cidade de Lisboa sofreu aquando do cerco castelhano de 1384. Temos vindo a dar disso diversos exemplos. Também o preço das carnes e, no caso, o preço da carne de porco reflecte esse clima de fome e desespero: “*Das carnes, isso mesmo, avia em ella grande mingua; e sse alguus criavom porcos, mantiinhãsse em elles; e pequena posta de porco, vallia çimquo e seis libras*”²¹⁴. Se chamarmos a atenção para o facto de dois anos antes, na cidade de Évora, um arrátel de porco ter custado apenas 1 soldo (0,52 g) e de, na mesma cidade de Lisboa, um porco ter custado 30 soldos (18,45 g) em 1334, este valor de 100 a 120 soldos (31,9 a 38,28 g), pelo que Fernão Lopes descreve como uma “*pequena posta*”, ganha um muito maior realismo.

À excepção deste valor, claramente singular, os três maiores preços foram registados na vila do Funchal, algo que, de certa forma, já acontecera relativamente à carne de vaca e carneiro. Mas vejamos alguns exemplos significativos: se, em 1482, no continente, um arrátel custava apenas 0,35 g e, em 1483, em Montemor-o-Novo, 0,44 g, já na vila do Funchal, em 1481, a mesma porção de carne chegava a atingir as 0,81 g. Alguns anos mais tarde, em 1496, se em Loulé precisávamos de 1,6 g para adquirir esse mesmo arrátel, no Funchal, precisaríamos de um mínimo de 2 g de prata. Tal carestia parece ter-se devido, em grande parte, à escassez de carne verificada na ilha da Madeira e que levava a vereação funchalense a abrir excepções que conduziam à inflação: “*Item sse acordou e derom lugar a Diogo Afonso morador na Praya da jlha [Ter]çeyra que elle posa trazer a esta villa dozentos porcos os quaes sse fforem de marca os cortara ha xxij rs. aratell este lugar lhe derom por a mjnga e*

²¹³ É curiosa esta ausência de valores para o porco nos tabelamentos, por exemplo, da cidade do Porto. Desconhece-se, no entanto, qual a explicação para esta omissão.

²¹⁴ LOPES, *Crónica de D. João I*, I, p. 306-307.

ffal[eci]mento da carne que na terra nom ha” ²¹⁵. Também em Loulé a escassez conduziu a preços muito inflacionados, rondando os 16 reais (1,6 g) em 1496-97.

Os dados obtidos parecem, igualmente, revelar uma clara e acentuada subida de preços nos últimos 15 anos do século XV. Assim, se até aí o arrátel de porco não terá subido muito acima das 0,81 g, preço praticado no Funchal em 1481 e já por si elevado, passados apenas cinco anos, na mesma cidade, verificava-se uma inflação superior a 100%, já que em 1486 se desembolsavam entre 1,62 a 2,02 g, dependendo da parte do porco adquirida. Em 1491, o preço continuava elevado, havendo informação de este se cifrar nas 1,82 g e, em 1496, parece ter havido nova escalada, desta feita para as 2 a 2,2 g, sendo este o preço mais elevado registado. Em Lisboa, em 1486, à semelhança das outras carnes, também o arrátel de porco viu o seu preço aumentar de 11 (1,11 g) para 13 reais (1,31 g). Finalmente, em Loulé, as já mencionadas 1,6 g de 1496 confirmam esta tendência de subida a partir de 1485. Ainda em termos evolutivos é possível constatar, utilizando os dois preços de Montemor-o-Novo, uma leve descida de preço, pelo menos para essa vila, entre 1443-44 e 1483, uma vez que para a primeira data temos um custo de 18 reais pretos (0,59 g) e para a segunda um valor de 23 ceitis (0,44 g) por arrátel.

Embora escassos não podem deixar de se mencionar os registos de compras de porcos, os quais servirão apenas de referência, tendo em conta a impossibilidade de se saberem as características dos animais a que se referem os preços obtidos, nomeadamente o seu peso. Assim, oscilaram entre 30 soldos (18,45 g), valor relativo a Lisboa de 1334, e os 500 reais (72 g), preço praticado na cidade de Évora de 1469. Em 1442, na vila de Guimarães, uma espádua custou 35 reais (11,52 g).

Mais acessível que a carne de porco cevado ou de chiqueiro era a carne de porco do monte, de porca e obviamente os bácoros e marrãs. Em relação ao arrátel de porco do monte, no Funchal e nos últimos 20 anos do século XV, este era mais barato cerca de 10 a 20%. O arrátel de carne de porca chegou a ser cerca de 43% mais barato do que o de porco cevado, algo que aconteceu em 1481 no Funchal, quando o primeiro tipo de carne custava 4 reais e o segundo 7 reais. Em contraponto, passados dez anos e na mesma cidade, o ganho era apenas de cerca de 11%, quando o arrátel de porca valia 16 reais e o de porco 18 reais. Em média, quem optava pela carne de porca poupava na casa dos 20%, situação ocorrida em 1443-44, em Montemor-o-Novo, e em 1486 e 1496 no Funchal. Refira-se que este menor custo da carne de porca era já definido em 1314, na cidade de Lisboa, quando “*acharom por pustura que o*

²¹⁵ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 532.

*carniceiro nom venda a porca com o porco (...) mais sse a uender quiser venda a apartada en tenda por meos iiij^o. dinheiros ca a outra carne do macho”*²¹⁶.

Embora próximos, os nomes *bácoro* e *marrã* significam duas fases diferentes na evolução do suíno, referindo-se o primeiro a um leitão em período de amamentação e o segundo a um animal ainda jovem, mas que já ultrapassou esse mesmo período de aleitamento (em certos casos, mais comuns nas comarcas nortenhas, a palavra *marrã* era utilizada no sentido geral de carne de porco e, por vezes, de carne fumada²¹⁷). Em 1358, uma *marrã* andava em redor dos 12 soldos (7,26 g); em 1367, em redor dos 18 soldos (11,09 g); em 1442, na vila de Guimarães, uma *marrã* era comprada por 30 reais (9,87 g) e, em 1497, também na região minhota, outra *marrã* era adquirida por 120 reais (12 g). Em relação ao *bácoro* ou leitão, este era tabelado pela vereação lisboeta, para o ano de 1498, em 40 reais (4 g), ou seja, 1/3 do valor que, no ano anterior e na região minhota, se desembolsara por uma *marrã*.

2.1.4.4. Bode e Cabra (**arrátel**)

Datas Extremas: 1385-1497;

Representação Geográfica: Funchal, Loulé e Vila do Conde;

Preço Máximo: 16 reais (Funchal – 1486): 1,62 g de prata;

Preço Mínimo: 0,6 reais (Vila do Conde – 1466): 0,086 g de prata;

Oscilação Máxima: 1784% / 1,53 g de prata;

Oscilação Facial: 2,33 soldos e 0,6 a 16 reais brancos.

A primeira observação no que à carne de bode e cabra diz respeito é que esta foi, em geral, mais barata do que os outros tipos de carne: carneiro, ovelha, porco e vaca. Atente-se aos seguintes cálculos, todos baseados no *arrátel* como elemento de comparação: em Loulé de 1385-86, a carne de cabra e bode custava menos 22,3% do que a de vaca ou ovelha e menos 41,8% do que a de carneiro; em Vila do Conde de 1466, a diferença situava-se nos 40 a 50% face à carne de vaca e nos 60% face à carne de carneiro; mais tarde, em 1482, o bode e a

²¹⁶ *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*, p. 52.

²¹⁷ Sobre o termo *marrã* ver MARQUES, José – “Em torno do termo *Marrã*”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XIII. Porto, 1996, p. 249-258.

cabra valiam o mesmo que a ovelha, mas menos 42,85% do que a vaca e menos 46,7% do que o carneiro.

Referimo-nos ao panorama geral, já que em certas alturas, que parecem coincidir com o final do século XV, se verificou uma clara valorização da carne de cabra e bode. Talvez se possa associar este facto à alta de preços verificada nesse período, a qual deverá ter levado o consumidor a procurar as carnes mais baratas, as quais, naturalmente, viam o seu preço subir em função da procura. Assim, na vila funchalense no ano de 1481, estes eram vendidos ao mesmo preço que a vaca, ovelha e porca, sendo que todos eram mais acessíveis (33,33% do que o carneiro e 42,8% do que o porco cevado). Em 1486, na mesma vila, a carne de bode e cabra continuava a valer o mesmo que a carne de vaca, ovelha, porca e, agora também, de uma certa parte do porco, mas menos 20% do que o carneiro e que a melhor parte do porco cevado. Finalmente, em Loulé em 1493-97, a carne de bode e cabra era vendida sensivelmente ao mesmo preço que a de ovelha, carneiro e vaca e a menos 12,5% do que a de porco. Recorde-se que o final do século parece ter trazido uma carestia das carnes em geral, o que poderá explicar esta aproximação de valores.

Em termos evolutivos e de comparação geográfica, os poucos preços de que dispomos coincidem com os dados relativos aos outros tipos de carne. Data de 1385-86 o primeiro valor disponível quando, na vila de Loulé, se avaliava um arrátel de bode ou cabra em 2,33 soldos (0,41 g). Em 1466, em Vila do Conde, um mesmo arrátel de bode custava apenas 6 reais pretos, o que equivaleria a 0,086 g. Entre as os dois registos verificara-se, portanto, uma deflação de 79,7%. Tal disparidade revela perfeitamente a diferença existente entre um período de crise por excelência como foram os anos de 1383-85 e um período de maior estabilidade política e monetária como foi a década de 1460, mas também a especificidade regional, isto é, um mercado algarvio muito mais penalizador do que os mercados a Norte.

O ano de 1481-82 traz consigo nova subida de preços, embora esta tenha sido muito mais gravosa na vila do Funchal do que no continente. Assim, se em 1482, no continente, eram desembolsados 1,6 reais (0,18 g), no Funchal, em 1481, eram despendidos 4 reais (0,46 g). Ocorria, assim, uma diferença de mais de 150% com prejuízo para o consumidor madeirense. Por sua vez, o valor de 0,18 g representava uma inflação de 109% face a 1466.

Os próximos preços colocam-nos no período de 1486-1499, período de forte inflação; senão veja-se: em 1486, no Funchal, o arrátel de bode e cabra ascendia agora aos 16 reais (1,62 g), a importância mais elevada de que temos conhecimento; e entre 1493 e 1497, em Loulé, o preço praticado girou em redor dos 14 reais aos 14 reais e 2 ceitis (1,4 a 1,43 g) para o bode “*capado*” e os 12 e os 13 reais (1,2 a 1,3 g) para a cabra e o bode “*colludo*”. Estas

cifras de 1,62 e de 1,4 g significam um aumento de 251,3% e de 204,4% face ao valor de 1481 e de 778,3% e de 661% face ao valor de 1482.

Uma última observação para anotar o valor de um cabrito em duas ocasiões distintas. Em 1371, D. Fernando, fazendo alusão a um agravo geral do povo nas cortes do mesmo ano, referia que este se queixava “*que a nossa terra he dapnada porque mandamos tomar per os nosos galjnheiros e outras pesoas (...) ho cabrito a tres soldos (...) e os lauradores e criadores da nossa terra põem se em desesperança e nom querem criar*”²¹⁸. Este valor, imposto pelo rei para os seus criados e privilegiados, era, de facto, dramático para os produtores. Com efeito, numa das épocas de maior crise económica e de mais altos preços, este valor conseguia ser inferior em 79,2% relativamente à aquisição de um mesmo animal no ano de 1442, quando, na vila de Guimarães, se despendiam 6 reais (1,97 g) para o efeito.

Mais de um século passado, em 1498 e no mercado lisboeta, o cabrito era tabelado em 50 reais (5 g) e 1/4 em 10 reais (1 g), o que demonstrava a carestia de final do século XV, mas também a inflação lisboeta. Como elemento de comparação, refiram-se, para o mesmo mercado e ano, os preços de 60 reais para a compra de um cordeiro e de 12 reais para 1/4 do mesmo animal.

2.1.4.5. Galinha e Frango (**unidade**)

Datas Extremas: 1333-1499; 1308-1498;

Representação Geográfica: Alentejo, Avis, Beja, Ceuta, Évora, Grijó, Lisboa, Montemor-o-Novo, Porto e Torres Novas; Avis, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto;

Preço Máximo: 40 soldos (Lisboa – 1384): 12,76 g de prata; 10 reais (Lisboa – 1477): 1,65 g de prata;

Preço Mínimo: 6 reais (Porto – 1461-62): 0,92 g de prata; 0,5 soldo (? – 1308): 0,41 g de prata;

Oscilação Máxima: 1287% / 11,84 g de prata; 303% / 1,24 g de prata;

Oscilação Facial: 2 a 40 soldos e 6 a 30 reais brancos; 0,5 a 1,78 soldos e 4 a 12 reais brancos.

O preço de uma galinha é, porventura, um dos barómetros mais fidedignos da situação económica medieval, na medida em que não depende, de forma tão acentuada, de condições particulares de produção como, por exemplo, os cereais, nem acusa tão facilmente alterações de carácter aleatório em termos económicos como o clima ou a guerra. Pelo contrário, ele responde à conjuntura económica no seu todo, acusando uma maior profundidade na relação

²¹⁸ Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), I, p. 24-25.

oferta/procura. Relembre-se que a galinha era tida pelo homem comum medieval como a mínima e possível segurança económica e alimentar em tempos tão conturbados como aqueles em que subsistia, não só pela carne, mas, e com a mesma ou maior importância, pelos ovos que fornecia. Por outro lado, e sob uma perspectiva meramente metodológica, é importante salientar que a galinha não coloca os mesmos problemas em torno da indefinição e equivalência dos pesos e medidas medievais como a maior parte dos géneros alimentares, permitindo, dessa forma, uma maior fiabilidade de análise também a esse nível. Note-se como, em 1336, respondendo a um agravo do concelho alentejano de Figueira sobre um comendador que *“filhava os cabritos e as gallynhas e os leitões e as palhas e as cevadas contra a vontade de seus donos e que as nom queria pagar”*, D. Afonso IV não hesitou em apontar um preço para as galinhas e frangos *“convem a saber, dous cada galinha e pollo frangão que nom for ygal huum soldo e polo igual dezoito dinheiros”*, o que, todavia, não fez para as outras carnes: *“e se ouver mester cabritos ou leitões que os pedisse aa justiça e a justiça lhos fizesse dar e que os paguasse segundo alvidro de homeens boons o que valessem segundo o tempo fosse (...) Outrossy se mester ouvesse carneiros ou vacas que (...) ante que matassem o carneiro ou vaca que a apreçassem os almotacees quanto vallesse e que tanto pagase.”*²¹⁹

Posto isto, refira-se que os elementos disponíveis suscitam duas ideias fundamentais: por um lado, uma diferença de preços a nível regional; segundo, que o valor comercial da galinha beneficiou, salvo raras exceções, de uma certa estabilidade a esse mesmo nível regional.

De facto, todos os registos apontam para um menor custo dessa ave na zona do Porto do que no Alentejo ou em Lisboa. Refiram-se os seguintes exemplos: se, na cidade de Évora, em 1469, uma galinha era avaliada em 30 reais (4,32 g) já no Porto, em 1461-62 e 1474-75, bastaram entre 6 a 15 reais (0,92 a 1,82 g); se na mesma cidade alentejana, em 1480, outra ave era estimada em 1 real de prata (3,45 g) já no Porto, em 1482-83, bastavam 11 reais (1,27 g); finalmente, se no Alentejo e em Lisboa, nos anos de 1497-98, eram necessários 20 a 30 reais (2 a 3 g), já no Porto, em 1493-94, uma galinha foi vendida por apenas 10 reais (1,01 g). Diferenças entre os 148 e os 215% que induzem no sentido de assumir a deflação portuense e a carestia alentejana e lisboeta. Em termos de especificidade regional, saliente-se ainda o facto de, no ano de 1498, uma galinha ter custado mais 50% em Lisboa (30 reais) do que no Alentejo (20 reais) e, em 1499, ter custado os mesmos 30 reais na vila alentejana de Montemor-o-Novo.

²¹⁹ MARQUES, José – “O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. V. Porto, 1988, p. 109-110.

Somos também da opinião, já expressa, que o preço da galinha beneficiou de uma certa estabilidade em termos regionais. Assim, e começando pelos valores portuenses, vê-se que, em registos balizados cronologicamente entre 1365 e 1494, a oscilação máxima não chegou a atingir os 100%, o que é, de facto, significativo. Note-se que entre os 2 soldos (1,21 g) desembolsados em 1365 e os 11 reais (1,27 g) de 1482-83 a diferença real não tocava sequer os 5%. Na região alentejana e cidade de Lisboa, para o período que medeia entre 1333 e 1499, chega-se a uma oscilação máxima de 678%. Todavia, se extrairmos o valor lisboeta totalmente excepcional de 1384, o nível de oscilação desce para 181%. Outros argumentos para esta ideia de equilíbrio monetário prendem-se com o facto de uma galinha ter custado, no Porto, exactamente o mesmo em 1485-86 e 1493-94, ou seja, 10 reais; ter custado, no Alentejo, os mesmos 20 reais por quatro ocasiões entre 1477 e 1498; ter sido praticado o mesmo preço em Lisboa e em Montemor-o-Novo em 1498-99, ou seja, 30 reais; e ter ocorrido o mesmo preço duas vezes em Montemor-o-Novo no dito ano de 1499.

Em consonância com estes valores surgem os preços de frangos, os quais custavam cerca de 40% a 60% de uma galinha. Dissemos “em consonância”, em virtude de se verificar novamente uma maior carestia em Évora e em Lisboa do que no Porto e, também agora, em Coimbra. Tomemos um exemplo da década de 1470: se no Porto, em 1474-75, um frango foi vendido por apenas 4 reais (0,48 g) já em Lisboa, no ano de 1477, eram necessários 10 reais (1,65 g) para realizar a compra, ou seja, existia uma diferença em redor dos 244% com prejuízo para o consumidor lisboeta. Em termos gerais, para as cidades do sul não temos notícia de compras por preços inferiores a 1 g, enquanto que para o Porto e Coimbra não temos notícia de compras por preços superiores a 0,61 g. Da mesma forma, os preços de frangos revelam estabilidade: por exemplo, na cidade de Lisboa, nos anos de 1440, 1477 e 1498, o preço de um frango oscilou apenas 37,5%.

Além das galinhas e frangos, o capão era outra ave de capoeira bastante apreciada pelo homem medieval. Do seu valor comercial apenas tivemos acesso a dois registos relativos ao Minho: 7 reais (1,46 g) em 1451 e mais 13 reais ou 38,4% em 1486 (2,02 g). De referir que este preço de 20 reais representava exactamente o dobro do que custava uma galinha na cidade do Porto nesse ano.

Traçar considerações de teor evolutivo é ter em conta as referidas disparidades regionais e tratá-las de forma independente. Só nessa óptica se poderão apontar algumas pistas. Começando pela região alentejana, temos que, em 1333-34, na cidade de Évora, se pagaram *“XXV s. de IIII galinhas e hum galo tamanhas como sennhas patas que comen dia dentrudo*

por festa e tanto forom trosadas naquelle dia por que era dia de racome e festa principal”²²⁰. Ora, um valor de cerca de 5 soldos (3,08 g) por galinha significa um quantia bastante elevada, o que não é de estranhar tendo em conta não só o destino das mesmas aves, expresso no documento, mas também um dos anos mais negros em termos económicos de toda a Baixa Idade Média portuguesa. Nesse sentido, é com naturalidade que decorridos poucos anos, mais precisamente em 1336 e na vila de Avis, uma galinha era avaliada em apenas 2 soldos (1,23 g), ou seja, uma quantia inferior em 60%. Em 1340-41, novamente na cidade de Évora, outra ave importou entre 2,6 a 4 soldos (1,6 a 2,46 g), preços superiores a 1336 e inferiores a 1333-34. Mais tarde, nas cortes de Évora de 1361, o concelho de Torres Novas agravava-se do alcaide da vila e de outro cavaleiro, referindo: “*E que esso meesmo fazem aos dos montes que lhes mandam matar as galinhas e nom dam por ellas mais que dous .ssoldos*”²²¹. Assim, no dito ano, o preço da galinha era superior a 2 soldos (1,23 g), podendo, talvez, aproximar-se do valor máximo de 4 soldos (2,03 g) praticado em 1340. Em 1433, um preço médio nacional era, como iremos ver, superior a 5 reais (1,52 g), pelo que se deve ter registado nova subida face a 1361. Em 1469, parece ter vigorado, na região alentejana, uma avaliação de 30 reais (4,32 g), o que representava uma inflação na ordem dos 78,5% face ao registo de 1340 (2,42 g) e nova subida face a 1433. Em 1477, na vila de Montemor o Novo, uma galinha rondaria os 20 reais (2,7 g); em 1480, em Évora, 1 real de prata (3,45 g); em 1497-98, em Beja e noutras localidades alentejanas, os 20 reais (2 g); e, em 1499, na vila de Montemor-o-Novo, os 30 reais (3 g).

Em Lisboa, o preço de 40 soldos (12,76 g) por uma galinha espelhava perfeitamente a gravidade da situação vivida aquando do cerco castelhano de 1384. Essa quantia representava, a título de exemplo, mais 325% do que o valor lisboeta de 1498. Ainda em Lisboa sabe-se que um frango foi muito mais caro em 1334 (3,08 g) do que em 1440 (1,34 g), 1477 (1,35 g) e 1498 (1,2 g).

Finalmente, na cidade e termo do Porto, dentro da mencionada oscilação reduzida de 100%, há informação de uma galinha ter sido mais barata 24% em 1461-62 do que em 1365, mais cara 51,6% em 1474-75 do que no dito ano de 1461-62, mais barata 9,5% em 1482-83 do que em 1474-75, mais barata 20% em 1485-86 do que em 1482-83, mantendo-se o mesmo preço em 1493-94.

Dispomos ainda de uma importância relativa a Ceuta, a qual servirá não só para enriquecer o conhecimento do valor comercial da ave de capoeira, como também para voltar a

²²⁰ *Documentos Históricos...*, I, p. 48.

²²¹ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-67)*, p. 125.

frisar as dificuldades económicas que terão marcado grandes períodos da história daquela praça e o facto de os preços dispararem sempre que uma povoação medieval acolhia elementos da família real. Com efeito, de Setembro a Dezembro de 1419, o conde D. Pedro de Meneses recebia a visita dos infantes D. João e D. Henrique. Gomes Eanes de Zurara, na sua crónica do primeiro capitão de Ceuta portuguesa, referia: “*saibaõ, que os Infantes estiverom alli acerca de tres mezes; e bem devem de consirar, Cidade que duas vezes fora cercada, ainda que muito nom fosse, que nom poderia ter as cousas em tal abastança (...); e achamos, que em aquelles dias, que os Infantes alli estiverom, chegáraõ o valor das gallinhas a oitenta reis*”²²². Ora, uma galinha ter custado 80 reais em 1419 significa, por exemplo, uma diferença de mais de 90% face ao preço praticado numa povoação cercada, sem possibilidades de abastecimento, a passar por terríveis vicissitudes, como foi a cidade de Lisboa de 1384. E se compararmos este valor de 80 reais com um preço médio nacional, em condições normais, na ordem das 3 g de prata, estamos perante uma inflação de mais de 720%. Perceber-se-á, assim, a enorme carestia que ocorreu naqueles três meses, nos quais a população de Ceuta experimentou, por certo, graves provações. Nova prova da carestia provocada pelas estadias régias surge em agravo geral do povo nas cortes de Leiria-Santarém de 1433: “*Outrossy ajnda os dictos lauradores Recebem agrauo E esto por elles criarem galinhas e aues pera seu soportamento E vos e a Rainha e vossos ffilhos E vossos Jrmaaons e fidalgos e Senhores E sem rrequerimento da Justiça per uossos galinheiros E seus lhes tomam quantas galinhas lhes acham e lhas nom pagam senom a çinquo Reaes ou a quatro e a tres pella quall Razom elles nom querem criar e falecem na terra quando hy uiindes*”²²³.

Poucos são os elementos que permitem uma comparação do valor comercial da galinha com o de outro tipo de aves como o pato, a perdiz ou o pombo. Todavia, sabe-se que, em 1340-41, em Évora, uma galinha podia ser comprada por 2,6 a 4 soldos e um pato por 3,5 soldos, ou seja, valores bastante semelhantes para as duas aves. Em 1461-62, no Porto, uma galinha custava agora 6 reais e um pato entre 10 a 10,5 reais, o que equivalia a 67% a 75% de diferença. Em 1477, na vila de Montemor-o-Novo, importou menos 16,66% do que os 24 reais de um pato. Finalmente, em 1498 e em Lisboa, uma galinha custava exactamente o mesmo que um pato “comum”, 30 reais, e menos 10 reais do que um pato “cevado”. Na mesma data e local uma perdiz custava 15 reais, ou seja, metade do preço de uma galinha e um pombo custava entre 6 a 10 reais.

²²² ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Reprodução facsimilada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, 1988, p. 476.

²²³ SOUSA, Armindo de – “As cortes de Leiria-Santarém de 1433”. Separata de *Estudos Medievais*, n.º 2. Porto, 1982, p. 128.

2.1.4.6. Pato (**unidade**)

Datas Extremas: 1341-1498;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto;

Preço Máximo: 60 reais (Funchal – 1491): 6,06 g de prata;

Preço Mínimo: 10 reais (Porto – 1461/62): 1,53 g de prata;

Oscilação Máxima: 296% / 4,53 g de prata;

Oscilação Facial: 3,5 soldos e 10 a 60 reais brancos.

Tal como parece ter acontecido com a maior parte das carnes, o preço registado para um pato na vila do Funchal constitui novo exemplo da maior inflação verificada nesse espaço insular. Assim, os 60 reais (6,06 g) que uma ave custou, em 1491, surgem bastante destacados do segundo e terceiro maiores preços registados: 40 reais (4 g) por um pato cevado em Lisboa, no ano de 1498, e 24 reais (3,24 g), em 1477, na vila de Montemor-o-Novo. A cidade do Porto volta, igualmente, a registar os preços mais reduzidos. Nas duas indicações disponíveis para essa cidade, respeitantes ao ano de 1461-62, a dita ave custou ao consumidor entre 10 a 10,5 reais (1,53 e 1,61 g). Recuando mais de um século, descobre-se um preço de 3,5 soldos (2,15 g) para a cidade de Évora de 1341, importância menor do que a registada, em 1477, na vila vizinha de Montemor-o-Novo.

Comparativamente com outros animais de custo aproximado, sabe-se que, na cidade de Évora de 1341, um pato custava praticamente o mesmo que uma galinha (2,5 a 4 soldos) e duas vezes mais do que um coelho (1 soldo e 2 dinheiros). Na cidade do Porto, em 1461-62, podia chegar a custar até mais 75% do que uma galinha (6 reais). Na vila de Montemor-o-Novo, em 1477, um pato custaria mais 20% do que uma galinha (20 reais) e mais 140% do que um coelho (10 reais). Finalmente, na cidade de Lisboa de 1498, valia o mesmo ou mais 33,33%, caso fosse cevado, do que valia uma galinha (30 reais), mais 100% a 166% do que uma perdiz (15 reais), mais 150% a 233% do que um coelho (12 reais) e mais 200 a 567% do que um pombo (avaliado entre 6 a 10 reais, dependendo da espécie).

2.1.4.7. Coelho (**unidade**)

Datas Extremas: 1341-1499;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa e Montemor-o-Novo;

Preço Máximo: 10 reais (Montemor-o-Novo – 1477): 1,35 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo e 2 dinheiros (Évora – 1341): 0,71 g de prata;

Oscilação Máxima: 90% / 0,64 g de prata;

Oscilação Facial: 1,17 soldos e 10 a 12 reais brancos.

Os elementos disponíveis apenas permitem esboçar algumas observações pontuais no que ao valor comercial do coelho diz respeito. Primeiro, que dentre os três registos compulsados para a região alentejana, o que indicia um menor preço reporta-se a uma compra realizada em 1340-41, na cidade de Évora, a qual levou a um dispêndio de 1 soldo e 2 dinheiros (0,7 g), valor mais barato em 90% face aos 10 reais atribuídos a um coelho pelo ano de 1477, em Montemor-o-Novo, e em 70% face aos 12 reais (1,2 g) estabelecidos, em 1499, por tabelamento relativo à mesma vila.

A segunda ideia prende-se com a estabilidade/uniformidade de que o preço deste género alimentar parece ter usufruído nos finais de Quatrocentos. Com efeito, verificou-se a mesma importância em três espaços geográficos distintos: Funchal de 1485, Lisboa de 1498 e Montemor-o-Novo de 1499, o que, no caso da vila madeirense, é significativo, já que estamos perante uma das poucas situações em que o preço de um determinado tipo de carne não se encontra aí inflacionado; isso facilmente se percebe, bastando para isso recordar a grande proliferação de coelhos nessa ilha. Deve-se, todavia, salientar que se para os dois primeiros concelhos dispomos de tabelamentos inequívocos quanto ao preço apontado (*“e pultura do concelho que decrara que nenguem nom de por coello maes de doze rrs”*²²⁴), já para a vila alentejana o registo correspondente deixa algumas dúvidas. Assim, o que entender quando se refere que o procurador daquela vila *“deu por coelhos doze reaes”*²²⁵? O plural podia não deixar dúvidas quanto à compra de mais do que um animal, mas sabendo do preço praticado em Lisboa, bem como do facto de uma galinha ter custado exactamente o mesmo naquelas duas cidades e naqueles dois anos, leva-nos a acreditar que o mesmo tenha sucedido com os coelhos e a expressão induza em erro.

Comparativamente com outros animais de custo aproximado, sabe-se que, na cidade de Évora de 1341, um coelho custava 1/3 de um pato (3,5 soldos) e de uma galinha (2,5 a 4 soldos). Em Montemor-o-Novo, em 1477, um coelho custava metade do preço de uma galinha (20 reais) e menos 58% do que um pato (24 reais). Na vila do Funchal, em 1485, custava 1/5 de um pato em 1491 (60 reais). Finalmente, na cidade de Lisboa de 1498, valia 4/5 de uma perdiz (15 reais) e um pouco menos de metade de uma galinha (30 reais) e um pato (30 a 40 reais). Apenas custava mais do que um pombo (avaliado entre 6 a 10 reais, dependendo da espécie).

2.1.5. Peixe

²²⁴ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 107.

²²⁵ FONSECA, Montemor-o-Novo no Século XV, p. 182.

Datas Extremas: 1329-1498;

Representação Geográfica: Évora, Guimarães, Loulé e Porto.

Conhecem-se, sobejamente, as razões que fizeram do peixe um elemento crucial da dieta alimentar medieval: grande disponibilidade e variedade permitida por uma extensa costa e não menos vasta rede fluvial; maior acesso a alguns tipos de peixe dos grupos sociais mais desfavorecidos e a obrigatoriedade do seu consumo imposta pelas prescrições religiosas²²⁶. Embora representando apenas uma parte dessa grande variedade, os preços recolhidos atestam, como amostra, a ideia de que a pescada (*peixota*) e a sardinha foram duas das espécies, senão as duas espécies mais consumidas pelo homem medieval. De resto, apenas o sável aparece com alguma importância. Todas as outras referências a pescado são pontuais: enguia, lampreia, linguado, raia, cação, congro, etc.

Não deixam, todavia, de prestar algumas informações importantes, a começar pelo conhecimento de um preço de 5 soldos (3,08 g) para um congro, em 1329, na vila de Guimarães, ou seja, cerca de 16,6% do que custava um porco em Lisboa no ano de 1334.

Por volta de 1379-82, a vereação eborense estipulava um preço de 10 soldos (5,23 g) para o arrátel de peixe de rio, à excepção da enguia e eiró. Se recordarmos os valores, à data, de 1 soldo, 6 dinheiros e 4 dinheiros por arrátel de porco, vaca e carneiro, chega-se à conclusão de que o peixe valia, no mínimo, nove vezes mais do que a carne. Verificara-se, assim, uma enorme carestia do peixe e um grande desequilíbrio entre o custo deste e da carne.

Em 1390, temos informação que, na cidade do Porto, a lampreia “*era pescado pouco e (...) os da Cidade o nom podyom auer sem grande careza*”²²⁷.

Mais tarde, em 1408, na vila de Loulé, o peixe era tabelado da seguinte forma: 6 reais (2,1 g) por arrátel de linguado ou sável, 4 reais (1,4 g) por arrátel de pescado “*da scama*”²²⁸ (à excepção de corvinas, pargos ou pescadas, cujo preço dependia da avaliação do almotacé) e 3 reais (1,05 g) por arrátel de pescado “*do coiro*”²²⁹ (raia, cação, etc.). Esta postura permite saber que, na data e local mencionados, o linguado e o sável tinham o mesmo valor comercial, que estes eram mais caros 50% do que o comum peixe de escama e 100% de que o comum peixe de couro e que o peixe de escama custava mais 1/3 do que o peixe de couro.

Permite também perceber que a relação de preços carne/peixe era completamente diferente nesta vila litoral do que a ocorrida na vila alentejana do interior. Com efeito, estas importâncias de 3 a 6 reais para o pescado encontravam-se muito próximas dos preços de 5 e

²²⁶ Estas impunham cerca de 68 dias de abstinência obrigatória de carne. Vd. MARQUES, *A Sociedade Medieval...*, p. 9.

²²⁷ “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*, p. 52.

²²⁸ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 167.

²²⁹ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 167.

6 reais para um arrátel de vaca e carneiro, em Loulé, no ano de 1402. Também o preço de uma pescada, em 1403, revela esta diferença: 5 a 6 reais em Faro e 12 a 15 reais em Loulé. Relembre-se que, em Évora, a diferença podia atingir os 900% a favor do pescado. Dito isto, parece uma mera formalidade salientar o facto de o peixe ter sido muito mais caro em Évora, nos primeiros anos da década de 1380, do que em Loulé, no ano de 1408. Todavia, é importante deixar uma estimativa da diferença que pode ter ocorrido, a qual, segundo os nossos cálculos, não deve ter sido inferior a 149%²³⁰.

Conhecem-se bem as dificuldades económicas que caracterizaram o governo de D. João I, as quais conduziram a uma sobrecarga de impostos. Também o pescado não escapou a essa política. Referia o povo, dirigindo-se a D. Duarte, nas cortes de Leiria-Santarém de 1433: *“bem sabe a uossa merçee como os Reix que forom destes Regnos leuauam dizima do pescado e como per uosso padre foy posta outra dizima que leuasse o quinto a quall cousa he grande dapno do poboo porque os pescadores ho pescado que lhes fica o uendem mais caro ao poboo o que nom uenderiam pagando hua dizima”*²³¹. Não obstante o pedido de levantamento deste imposto, D. Duarte apenas acede relativamente ao pescado trazido por estrangeiros²³². A carestia não se explicava, todavia, apenas em função dos impostos, mas também da exportação, uma exportação sem sentido, segundo “os povos”, já que o peixe *“que elles vendem no Levante por quarenta reaes, vale aqui na terra setenta e oitenta”*²³³. Naturalmente, o principal motivo prender-se-ia com os produtos que o Levante oferecia em troca do peixe português.

Em 1474-75, na cidade do Porto, uma lampreia era adquirida por 45 reais (5,45 g). Ora, no mesmo espaço e tempo, um carneiro custava entre 50 a 72 reais, um arroba de boi 35 reais, uma galinha entre 8 a 15 reais e uma gamela de tripas 80 reais, elementos mais do que suficientes para testemunhar do elevado preço daquela espécie.

Em 1482 e 1490, um arrátel de peixe importava entre 4 a 5 reais (0,4 a 0,51 g), preços reduzidos tendo em conta os apresentados anteriormente. Em 1492, na vila de Loulé, encontramos o mesmo preço de 5 reais (0,51 g), desta feita tabelado para um arrátel de raia ou cação. Este valor representava uma forte descida, talvez na casa dos 51,5%, face ao preço de 3 reais (1,05 g) verificado no conturbado início de século²³⁴. Comparando novamente com os

²³⁰ Diferença calculada tendo por base o valor eborense de 10 soldos (5,23 g) de inícios da década de 1380 e o valor louletano de 6 reais (2,1 g) de 1408.

²³¹ SOUSA, *As cortes de Leiria-Santarém de 1433*, p. 141-142.

²³² SOUSA, *As cortes de Leiria-Santarém de 1433*, p. 142.

²³³ BARROS, *Historia da Administração Publica...*, IX, p. 284.

²³⁴ Já tivemos ocasião de salientar a forte desvalorização monetária ocorrida no início do século XV.

valores da carne que, por estes anos, andavam nos 14 reais (1,41 g) para o arrátel de vaca ou carneiro, encontra-se, desta feita, uma diferença na ordem dos 176,5%.

2.1.5.1. Pescada (dúzia)

Datas Extremas: 1310-1498;

Representação Geográfica: Barcelos, Estremadura, Faro, Guimarães, Loulé, Minho e Porto;

Preço Máximo: 180 reais (Loulé – 1403): 63 g de prata;

Preço Mínimo: 6,48 soldos (Porto – a. 1348): 3,99 g de prata;

Oscilação Máxima: 1479% / 59,01 g de prata;

Oscilação Facial: 6,48 a 81 soldos e 60 a 180 reais brancos.

Em 1310, uma quantia de 6 dinheiros (0,41 g) era quanto bastava para adquirir, na vila de Barcelos, “*huum quarto de peixota seca e doze sardinhas*”²³⁵, o que permite sugerir um preço a rondar os 13 soldos (10,67 g) para uma dúzia de pescadas²³⁶.

Por sua vez, nas cortes de Elvas de Maio de 1361, os procuradores da cidade do Porto afirmavam que “*ante da pestilencia que avja hi multidoõe de pescado tanto que auondaua a terra e leuauam del pera fora como compria e avjam por huu maraujdi quarenta e l^{ta} peixotas e que ora mudou se assy per mjngoa dos pescadores como em outra guisa que des esse tempo aaco nom podiades auer pescado que uos auondase nem que leuassem pera fora da terra e que forades ogano tam agastados dello que dauam quatro e seis e oyto peixotas a maraujdi*”²³⁷. Trata-se de um testemunho valioso sob duas perspectivas: uma geral, evidenciando o terrível impacto que um fenómeno de certo modo aleatório como a peste exercia sobre a vida económica medieval, particularmente na inflação que originava, bem como o papel fundamental da mão-de-obra na definição dos preços; outra particular, dando a conhecer uma severa subida do preço do peixe, sobretudo da pescada, após 1348.

Com efeito, se antes da peste negra se desembolsavam apenas cerca de 6,5 a 8 soldos (4 a 4,92 g) por dúzia de pescadas, preço que sugere uma significativa descida face a 1310, após a epidemia eram necessários entre 40,5 a 81 soldos (24,5 a 49 g), o que representa uma inflação superior a 720%.

Os preços elevados mantêm-se na primeira metade do século XV. Em 1403, no Algarve, a dúzia de pescadas andava entre 60 e 180 reais (21 a 63 g), ainda que se vislumbrem consideráveis diferenças a nível concelhio. Com efeito, a pescada podia custar mais 60% em Loulé do que no concelho vizinho de Faro, já “*que se a pescada balese em Faarom a cinque*

²³⁵ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 492-493.

²³⁶ Trata-se de uma estimativa baseada na relação de preços pescada/sardinha conhecida para 1449.

²³⁷ *Descobrimentos Portugueses...*, I - I: 37.

*e a seis reaaais baliom no dicto logo de Loulle a doze quinze reaaais (...)*²³⁸. Aliás, os regatões de Loulé chegavam a trazer as cabeças das pescadas de Faro, onde não custavam nada, para as venderem na dita vila²³⁹. Em 1444 e 1449, no Minho, os valores praticados foram semelhantes aos de Faro, em 1403, ou seja, 80 e 120 reais (26,32 e 27,6 g).

A partir de meados do século XV verificou-se claramente um movimento deflacionista. Em 1451, a dúzia de pescadas custava apenas 80 reais (16,72 g) no Porto e 60 reais (12,54 g) em Lisboa. É de salientar estarmos perante um dos raros casos em que um género alimentar foi mais acessível na cidade lisboeta do que na sua congénere portuense (diferença de 25%). A última década de Quatrocentos mantém a deflação: em 1491, na Estremadura, a dúzia de pescadas valia 130 reais (13,13 g) e, em 1498, em Guimarães, 120 reais (12 g).

Traçada, dentro do possível, a evolução do preço da pescada, importa agora introduzir alguns elementos com vista ao seu enquadramento no conjunto do pescado. Assim, é possível afirmar que, em 1310, uma pescada seca valia no mínimo o que valiam 48 sardinhas. Em inícios da década de 1360, é de crer que a pescada andasse por metade do preço de um sável, já que, como vimos, em 1361 uma pescada custava entre 3,38 a 6,75 soldos e, em 1365, um sável era avaliado em 10 soldos. Em 1403, na vila de Loulé, a pescada encontrava-se avaliada em 12 a 15 reais quando, cinco anos mais tarde, o sável podia levar ao desembolso de 44 reais, o arrátel de linguado andava pelos 6 reais, o arrátel de pescado de escama por 4 reais e o arrátel de pescado de couro por 3 reais. Em 1449, no Minho, uma pescada custava 10 reais, enquanto que, na cidade do Porto, um milheiro de sardinhas entre 180 e 200 reais. Em 1450-51, na dita cidade do Porto, a pescada valia 6,66 reais e o sável 16 reais. Finalmente, em 1490-91, uma pescada importava cerca de 10,83 reais na Estremadura quando, em Lagos, um milheiro de sardinhas andava por 80 a 100 reais.

2.1.5.2. Sardinha (milheiro)

Datas Extremas: 1310-1492;

Representação Geográfica: Barcelos, Funchal, Lagos, Lisboa e Porto;

Preço Máximo: 500 reais (Funchal – 1492): 50,5 g de prata;

Preço Mínimo: 10 reais (Lagos – 1490): 1,01 g de prata;

Oscilação Máxima: 4900% / 49,49 g de prata;

Oscilação Facial: 19,6 soldos e 10 a 500 reais brancos.

²³⁸ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 146.

²³⁹ “Outrosy esses regatões souso dictos se vem do dicto logo de Farom tragem a dicta villa de Loulle a vender as cabeças das peixotas que lhe em Farom nom custam dinheiros nem he custoume de se dar por elles dinheiros e o que peor he moitas vezes aquece que as andam apanhando em Farom nos montouros e pella ribeira e as vendem na dicta villa de Loulle”. *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 154-155.

O milheiro de sardinhas foi nitidamente mais barato em 1310 do que em 1449. Com efeito, mediante o referido testemunho barcelense, pode-se aventar um custo de cerca de 19,6 soldos (16,08 g) para o primeiro momento, enquanto que, no ano de Alfarrobeira, a sardinha era vendida, na cidade do Porto, por 170 a 200 reais (39,1 a 46 g), o que leva a crer que entre os dois anos o preço da sardinha mais do que duplicou.

Em 1431, D. João I, dirigindo-se à cidade de Lisboa, referia: “*Sabede que os vereadores desa çidade nos enviarom dizer que este ano pasado nom morrerom sardinhas neesa çidade e que faziam muito grande mingua as jentes desa çidade pera seu mantimento e pera adubarem seus bens*”²⁴⁰. Trata-se de um testemunho valioso no sentido de exemplificar que não eram apenas os preços dos géneros da terra que sofriam condicionalismos de ordem natural. Por algum motivo, a sardinha não frequentou as costas da cidade de Lisboa no ano de 1430 e, por conseguinte, o preço da sardinha trazida por mercadores estrangeiros terá, certamente, disparado.

Em 1486, no Funchal, registou-se um preço mais reduzido do que em 1449, ou seja, 280 reais (28,3 g) e mais reduzido ainda, na cidade do Porto, no ano de 1489, quando o milheiro valia entre 180 a 200 reais (18,18 a 20,2 g). Comparando os dois valores relativos à cidade do Porto chega-se a uma deflação na ordem dos 55%.

Em Lagos, a sardinha era bastante mais acessível do que no Porto, já que, em 1490, o milheiro valeu apenas entre 80 a 100 reais (8,08 a 10,1 g). Curiosa é a queixa apresentada pelos representantes deste concelho algarvio nas cortes de Évora do mesmo ano, a qual nos permite detectar que os pescadores lacobrigenses vendiam a sardinha mais cara 500% aos vizinhos da vila do que aos naturais de Castela: “*sabera vosa alteza em como hos pescadores da dicta villa que acodares tem vendem a sardinha aos castelhanos per preço que o mjlheiro lhes sae a dez e quinze e vinte reaes o mais caro e a nos vem a vender a lxxx e cem reaes e posto que por vossa alteza ja foy mandado o contrairo e que nos desem a dicta sardinha per o preço que a davom aos castelhanos todo nom presta por lhes nom ser posta pena*”²⁴¹.

Finalizem-se estes breves comentários sobre o preço da sardinha com um testemunho funchalense de 1492, pelo qual ficamos a saber que os membros da vereação insular “*condenarom a Gomes Eannes mercador porque abrio a vender tres sardinas de ffumo a real e porque nom vyerom outros naujos as abajxou e deu duas ao real e encorreo na pena da pustura que som iijc rs.*”²⁴². Além de permitir avaliar o preço do milheiro de sardinhas num mínimo de 333,33 reais (33,66 g), quantia superior em 19% à verificada em 1486, esta

²⁴⁰ Documentos do Arquivo Histórico..., II, p. 138.

²⁴¹ Descobrimentos Portugueses..., III, p. 364.

²⁴² Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 311.

passagem espelha os frequentes abusos de que as populações eram alvo às mãos de mercadores menos escrupulosos e as não menos comuns posturas medievais que os procuravam combater, no caso, não permitindo quaisquer alterações de preço no decorrer das vendas.

2.1.5.3. Sável (**unidade**)

Datas Extremas: 1365-1462;

Representação Geográfica: Grijó, Loulé e Porto;

Preço Máximo: c. 44,1 reais (Loulé – 1408): 15,44 g de prata;

Preço Mínimo: 6,6 reais (Porto – 1461-62): 1,01 g de prata;

Oscilação Máxima: 1429% / 14,43 g de prata;

Oscilação Facial: 10 soldos, 44,1 reais de 10 soldos ou 3,5 libras e 6,6 a 28 reais brancos.

Os dados disponíveis indicam um preço elevado para 1365, quando o mosteiro de Grijó avaliava um sável em 10 soldos (6,05 g), mas mais elevado ainda para 1408, quando, em Loulé, o mesmo pescado devia atingir os 44,1 reais (15,44 g). Ter-se-á, assim, processado uma inflação a rondar os 126%, à qual não terá sido estranha a política de D. João I. Nas já referidas cortes de 1433, os representantes do povo referiam: *“bem sabe a uossa merçee como o mar he pubrico a todos pera pescarem em ello E como per per (sic) uosso padre foy defeso a pescaria dos sauees e dos mugeens que nom pescassem saluo certos pescadores arrendando a dicta pescaria a quall cousa era mujto odiosa ao poboo e nom podiam auer pescado sasaluo (sic) muy caro E os pobres quereçiam por esto o que nom seriam sse taes pescarias nom fossem defesas”*. D. Duarte acede positivamente ao pedido²⁴³, pelo que não é de estranhar que, a partir de meados do século XV, os preços disponíveis manifestem uma significativa descida. Com efeito, em 1450-51, um sável valia agora 16 reais (3,34 g) no Porto, cifra que se mantinha 10 anos depois, quando, na mesma cidade, se compravam sáveis por 16 a 28 reais (2,4 a 4,3 g). Este valor médio de 3,35 g representa, assim, uma deflação de 78,3% face ao valor algarvio de 1408.

2.1.6. Outros géneros alimentares

2.1.6.1. Azeite (**alqueire**)

Datas Extremas: 1339-1499;

Representação Geográfica: Estremadura, Coimbra, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto;

Preço Máximo: 800 soldos (geral – 1372): 120,8 g de prata;

²⁴³ SOUSA, *As cortes de Leiria-Santarém de 1433*, p. 141.

Preço Mínimo: 20 reais (Estremadura – 1475): 2,42 g de prata;
Oscilação Máxima: 4892% / 118,38 g de prata;
Oscilação Facial: 16,5 a 800 soldos e 20 a 288 reais brancos.

As importâncias recolhidas para a análise do valor comercial do azeite constituem, antes de mais, um dos testemunhos mais nítidos das condições de produção como elemento chave na definição do preço de um bem de consumo. Com efeito, elas permitem vislumbrar a diferença significativa de preços passível de ocorrer, num mesmo momento, entre duas regiões totalmente díspares na sua especificidade agrícola. Reportemo-nos à segunda metade do século XV. Em 1475, o alqueire de azeite era vendido, na Estremadura, por 20 a 40 reais. Todavia, na cidade do Porto, a mesma medida não devia ser comprada por menos de 280 reais, ou seja, cerca de mais 462 a 1028%²⁴⁴. Trata-se de uma enorme disparidade, a qual se torna ainda mais expressiva por termos informação que o azeite portuense objecto de comparação seria utilizado como lubrificante e, portanto, de inferior qualidade²⁴⁵. Da mesma forma, na década de 1490, um alqueire de azeite era vendido por 70 reais em Lisboa, 100 reais em Montemor-o-Novo e 280 reais na cidade do Porto²⁴⁶. Ainda que sensivelmente inferiores, estas diferenças a rondar 225% e 126%²⁴⁷ não deixam de constituir novo exemplo da clara separação de preços que existiu entre regiões de vincada produção olivícola como era, sobretudo, a Estremadura, mas também a zona de Évora, e outra bem menos desenvolvida a este nível como era a região do Douro.

A disparidade de preços suscitada pela diferença geográfica dificulta imenso uma análise de teor evolutivo no que concerne a este bem de consumo. Não obstante, este obstáculo pode ser, em certa medida, ultrapassado pela reunião dos valores por áreas afins. Se seguirmos Oliveira Marques, vemos que este compara um valor conimbricense de 1339, altura em que o alqueire foi vendido por 16 soldos e 5 dinheiros (10,01 g), com um valor lisboeta de 1352, ano em que a mesma medida foi vendida por 25 soldos (15,38 g). Se aceitável este exercício, chegamos a uma subida de cerca de 50% entre esses dois momentos.

Com a crise iniciada em 1369 o preço do azeite disparou. Procurando travar a inflação, D. Fernando tabelava um máximo de 300 libras por tonel (cerca de 6 libras por alqueire), preço que, todavia, era completamente irrealista. Respondia D. Fernando a um agravo proferido nas cortes do Porto de 1372: *“porque vimos que pela Almotaçaria as cousas erom muj refeçes (...) podendo auer os senhores dos dictos azeites de cada huu tonel duas mil libras e majas*

²⁴⁴ Com base nas equivalências de 13,67 l por alqueire estremenho e de 17 l por alqueire portuense. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11.

²⁴⁵ GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 135.

²⁴⁶ Tratando-se, mais uma vez, de azeite de inferior qualidade. GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 135.

²⁴⁷ Com base nas equivalências de 13,800 l por alqueire lisboeta e de 13,703 l por alqueire montemorense. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11.

*desta febre moeda E que nos lhj mandauamos dar por el trezentas libras pela qual razom assj os lauradores come os mercadores a que custarom grandes quantijas a colher e a comprar ficauam pobres e perdidosos de quanto aviam nom avendo galarodom de seus trabalhos (...)*²⁴⁸. Assim, o preço normal de um alqueire de azeite em plena crise rondaria as 40 libras (120,8 g), o que significava uma inflação não inferior a 685 % quando comparado com o valor de 1352.

Em 1401, em Coimbra, o alqueire rondava 1 libra antiga, o que significava, no mínimo, um preço idêntico ao ocorrido na mesma cidade em 1339. “No entanto, o valor do azeite deve ter vindo a subir, já que num documento de 29 de Abril de 1411 se afirma que a renda de 12 alqueires de azeite, de 2 em 2 anos, vale mais que 6 libras antigas anuais”²⁴⁹.

O ano de 1461 foi de clara escassez de azeite na cidade do Porto, o qual, nas palavras dos produtores, se encontrava muito caro. Consciente da escassez, a edilidade local permitira a venda do alqueire por 216 a 240 reais²⁵⁰ (33 a 36,72 g), mais do dobro da importância cobrada na cidade de Lisboa em 1352. Em 1474-75, o preço mantinha-se praticamente igual, uma vez que há notícia do alqueire ser vendido a 288 reais (34,85 g). A escassez não se terá manifestado em outras zonas do reino. Na Estremadura, nesse ano de 1475, o alqueire chegou a ser vendido por uns reduzidos 20 a 40 reais (2,42 a 4,84 g), ou seja, o mais baixo preço conhecido.

Em 1493-94, o alqueire de azeite continuava a ser vendido no Porto por 288 reais. Todavia, o preço real (29,1 g) indica a possibilidade de ter ocorrido ligeira deflação. O mesmo não sucedeu no sul do reino, já que, em 1497, na cidade de Lisboa, o alqueire valia 70 reais (7 g) e, em 1499, na vila de Montemor-o-Novo, 100 reais (10 g), quantias mais elevadas do que a registada para 1475.

2.1.6.2. Sal (**moio**)²⁵¹

Datas Extremas: 1314-1493;

Representação Geográfica: Alvor, Aveiro, Estremadura, Faro, Funchal, Ilha Terceira, Lagos, Lisboa, Pedroso, Porto, Santiago de Cabo Verde, São Tomé e Silves;

Preço Máximo: 2560 reais (Faro – 1391): 1280 g de prata²⁵²;

Preço Mínimo: 5,71 soldos (Aveiro – a. 1361): 3,45 g de prata;

Oscilação Máxima: 37000% / 1276,55 g de prata;

²⁴⁸ Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), I, p. 88.

²⁴⁹ COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, p. 434, nota 2.

²⁵⁰ *Índice Chronologico...*, p. 169.

²⁵¹ Moio de 64 alqueires.

²⁵² É provável que este valor se encontre incorrecto. Baseia-se numa indicação de 30 a 40 reais (15 a 20 g) por alqueire quando, é possível, que se trate de 30 a 40 soldos (1,5 a 2 g). Caso este cenário se confirme, o preço máximo registado passaria a ser de 128 soldos, em Silves, no ano de 1361 e de 32 reais de prata (77,44 g), na Ilha Terceira, em 1474. A oscilação máxima seria de 2144%.

Oscilação Facial: 5,71 a 128 soldos, 1920 a 2560 reais de 10 soldos, 17 a 768 reais brancos e 32 a 38,4 reais de prata.

Embora de diversa índole e de carácter fragmentário, encontram-se alguns registos para ajuizar do valor comercial do sal nos séculos XIV e XV, comércio que, no Algarve, se encontrava sob monopólio régio desde finais do século XIII²⁵³.

Inicia-se esta breve colectânea em 1314, altura em que, no Alvor, um moio de 64 alqueires valia 32 soldos (26,27 g). Já em 1340, aquando do arrendamento de todas as baleações régias, D. Afonso IV obrigava-se a “*dar sal em Sancta Maria de Faarom (...) convem a saber, 64 alqueires por 30 soldos*”²⁵⁴, o que perfazia cerca de 18,45 g de prata e um valor inferior em cerca de 29,7%.

Nas cortes de Elvas de 1361, os procuradores do povo agravavam-se de uma postura do concelho de Aveiro, pela qual se limitou a produção de sal aos meses de Julho e Agosto, levando a que o seu preço subisse de 4 e 5 libras para 35 libras por milheiro. Verificara-se, portanto, uma subida de cariz especulativo na ordem dos 600 a 775%²⁵⁵, à qual D. Pedro parece ter sido complacente²⁵⁶. Por outro lado, equivalendo o milheiro a 14 moios²⁵⁷, chegasse, para os valores anteriores à postura, a um custo por moio entre 5,71 e 7,14 soldos (3,45 a 4,32 g), o que, a confirmar-se, representava uma cifra bastante mais reduzida do que as verificadas em 1314 e 1340, fosse pelo menor preço aveirense ou por uma quebra generalizada do valor desse produto. Este quadro alterara-se significativamente com a referida postura, a qual, mediante o dito aumento, estabelecia o moio de sal em 50 soldos (30,25 g).

Das cortes de 1361 ressalta também o protesto do concelho de Silves contra o almoxarife del-Rei, uma vez que este se recusava “*de dar sal auondo na dicta cidade e termo della por dous ssoldos ho allqueire e que os almoxarifes que ante elle forom de gram tempo aca derom o dicto sal*”²⁵⁸. O preço do moio andaria, assim, nuns elevados 128 soldos (77,4 g).

Dois anos mais tarde, em 1363, há notícia do corregedor de Entre Douro e Minho ter arbitrado para o Mosteiro de Pedroso uma taxa de 50 soldos (30,25 g) por moio de sal,

²⁵³ “Nos foraes que deu aos concelhos do Algarve, Silves, 1266, Castro-Marim, 1277, Loulé, Faro e Tavira sem data conhecida, reservou D. Affonso III para a coroa todas as salinas ahi já feitas ou que o viessem a ser depois, e o monopolio da venda do sal”. BARROS, *Historia da Administração Publica...*, IX, p. 296.

²⁵⁴ Cit. por CASTRO, *A evolução económica...*, I, p. 349, nota XXXVII.

²⁵⁵ Armando de Castro sublinha exactamente esta “verificação de práticas especulativas pela restrição artificial da produção, numa época tão recuada como os meados do século XIV!”. CASTRO, *A evolução económica...*, I, p. 138 e 374.

²⁵⁶ D. Pedro respondia ao agravo, afirmando saber “*a razão que os moveu a fazer tal postura e oolharemos o que for majs nosso seruiço e prol da nossa terra*”. *Descobrimentos Portugueses...*, I - I, p. 38.

²⁵⁷ Em mandado datado de Janeiro de 1377, D. Fernando refere a seguinte equivalência “*dez soldos do moyo pella medida de lixboa, ou sete lļuras do mjlheyro daaueyro*” Cit. por RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História do Sal Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p. 110.

²⁵⁸ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*. Lisboa: I. N. I. C., Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984, p. 246.

exactamente o mesmo valor do sal aveirense após a actualização de preço, sendo, por sua vez, ambos os valores significativamente mais baixos do que o verificado em Silves.

Nas cortes de Viseu de 1391, registava-se protesto idêntico ao realizado pela cidade de Silves em 1361. Desta feita era o concelho de Faro que exigia, com sucesso, a manutenção do foro que estabelecia o fornecimento do alqueire de sal pelo monarca ao preço de 2 soldos da moeda antiga e não a 30 e 40 reais²⁵⁹ como pretendia André Gonçalves, criado de D. João I e a quem este fizera mercê das salinas da dita vila.

Em 1433, nas cortes de Leiria-Santarém, os procuradores do povo, dirigindo-se a D. Duarte, afirmavam que “*per ElRej uosso padre foy posta a enposiçam do sal que he grande perda da terra e que sse leixam de fazer e rreparar mujtas marinhas e esto he porquanto mujtas uezes aquueçe que o sall uall a trinta e a quorenta Reaes o moyo e tirada a dicta enposiçam e a rreço(m) do dicto sall nom fica ao dono delle de huum bij Reaes ou pouco mais*”²⁶⁰. Além de novo exemplo da gravidade de um tributo fiscal introduzido por D. João I, este testemunho permite calcular o moio de sal entre 9,09 a 12,12 g, o que significava uma clara deflação face a tempos anteriores, a qual se acentuou em 1439, altura em que, na Estremadura, o moio custou apenas 17 reais (5,59 g). Esta barateza do sal é espelhada no testemunho dos procuradores do Algarve às cortes de Lisboa de 1446, segundo o qual se refere que “*mais rende a vos um navio que carrega de fruta que quatro nem cinco que carregam sal*”²⁶¹.

Em 1451, na cidade de Lisboa, o preço do sal registou nova subida, encontrando-se o moio em cerca de 128 reais (26,75 a 29,44 g). Em 1474, na ilha Terceira, a insularidade pagava um preço por moio de 32 reais de prata (77,44 g)²⁶², valor bastante mais elevado do que os cerca de 150 reais (20,25 g) cobrados na cidade de Lisboa em 1476.

Em 1485, há notícia de ter ocorrido forte carestia de sal na cidade do Porto, ao ponto da rasa ter subido até 20 reais (2,02 g). Respondendo à inflação, a edilidade portuense impôs um limite máximo de 17 reais (1,72 g). Em 1489, na vila do Funchal, verificara-se igualmente escassez, tendo a vereação insular levantado a hipótese de permitir a venda, por Castelhanos, de dois moios de sal a 768 reais (77,57 g). Acabou, todavia, por revogar a licença e

²⁵⁹ O valor apontado de 30 a 40 reais (15 a 20 g) suscita-nos grandes dúvidas, na medida em que, caso se encontre correcto, representaria uma diferença de 2900 a 3900% face aos 2 soldos exigidos (0,5 g). É possível que se trate, sim, de 30 a 40 soldos (1,5 a 2 g).

²⁶⁰ SOUSA, *As cortes de Leiria-Santarém de 1433*, p. 141.

²⁶¹ *Descobrimentos Portugueses...*, I, p. 450-452.

²⁶² Um valor de 32 reais de prata ou cerca de 640 reais (64,64 g) era, igualmente, o preço estabelecido para o moio de sal (0,5 reais de prata ou 10 reais por alqueire) nas ilhas de Santiago de Cabo Verde em 1485, São Tomé em 1486 e 1490. Em 1493, aumentou-se o preço do moio de sal na ilha de São Tomé para 38,4 reais de prata (75,49 g) por moio (0,6 reais de prata por alqueire).

estabelecer como preço máximo o que havia sido praticado nos últimos anos, ou seja, 576 reais (58,18 g).

As cortes de Évora de 1490 informam-nos que, em Lagos, o sal devia ser vendido ao baixo preço de 281,6 reais (28,44 g), mas também que o concelho não estava a ser abastecido convenientemente já há largos anos. Com efeito, uma notória insuficiência da produção (controlada) para fazer face às necessidades crescentes, conjugada com o referido baixo preço, conduziu a encampamentos sucessivos por parte dos responsáveis pela casa do sal da vila algarvia. Com efeito, sendo Álvaro de Ataíde *“obrigado de dar o sall ao concelho a quatro reaes e quatro pretos o alqueire e entom a encampou ao concelho e esteue sempre encanpada ha cinco ou seis annos e depojs a tornou a dar a huu Joham de Toledo castelhano que a teue e a ora encampou por a nom poder abastar do sall”*²⁶³.

Termina-se, salientando as diferenças de preço decorrentes das diversas qualidades de sal. Segundo Virgínia Rau, um contrato de compra exclusiva de sal aos produtores da região do Tejo e Sado estabelecia, em 1476, os seguintes valores por moio: cerca de 30 a 40 reais do sal velho (sal de lavras dos anos anteriores), 40 a 70 reais do sal novo (sal da lavra do ano) e 90 reais do sal de *“masseira”* (sal muito alvo). Quando se tratasse da venda, os contratadores deviam mercar o moio de sal comum para consumo interno a 150 reais e o moio de sal de *“masseira”* a 200 reais, proporção que seria mantida quer os preços subissem ou descessem²⁶⁴.

Ainda que não aduzindo números é relevante, a este respeito, a *“ordenaçom das vendedeiras que vendem o ssal e mesturam o aluo com ho negro”*, postura lisboeta segundo a qual os oficiais camarários *“acharom por verdade que as vendedeyras que vendem o ssall em esta çidade fazem grande engano em o dicto sall por quamto mesturam o sall preto e maa com o branco poendo o preto em fundo das lojeas e masseiras em que o asy vendem e o branco em çyma delle e cobrem o preto todo do branco e os que comprom cuidam que he todo aluo e quanto lho medem as dictas vendedeiras mesturam huu com o outro e dam todo per huu preço na quall coussa ho pouoo he muito enganado”*²⁶⁵. Noutra perspectiva, constitui novo exemplo acerca dos artifícios adoptados pelos vendedores, bem como dos mecanismos públicos de protecção ao consumidor.

2.1.6.3. Queijo (unidade)

²⁶³ *Descobrimientos Portugueses...*, III, p. 362.

²⁶⁴ RAU, *Estudos sobre a História do Sal Português*, p. 280-281.

²⁶⁵ *Livro das Posturas Antigas*, p. 121-122.

Datas Extremas: 1440-1499;

Representação Geográfica: Montemor-o-Novo, Mós de Moncorvo e Porto;

Preço Máximo: 23 reais (Mós de Moncorvo – 1440): 7,57 g de prata;

Preço Mínimo: 16 reais (Porto – 1485-86): 1,62 g de prata;

Oscilação Máxima: 367% / 5,95 g de prata;

Oscilação Facial: 10 a 30 reais brancos.

Resumem-se a oito as indicações reunidas com vista à percepção do preço de um queijo, indicações que nos transportam por seis vezes à cidade do Porto e por uma vez aos concelhos de Mós de Moncorvo e Montemor-o-Novo, e que colocam a compra daquele bem, para o período de 1440-1499, entre 10 a 30 reais brancos (1,62 a 7,57 g).

É curioso verificar que as seis compras mais baratas foram exactamente aquelas praticadas na cidade do Porto. Assim, entre 1450-51 e 1493-94, um queijo andou entre 1,62 (1485-86) e 2,76 g (1482-83), valores inferiores aos registados em Montemor-o-Novo, em 1499, quando se despenderam 60 reais (6 g) por dois queijos, e em Mós de Moncorvo, em 1449, quando um queijo de Carviçais fora adquirido por 23 reais (7,57 g), este de boa qualidade ou não tivesse sido consumido pelos oficiais concelhios em sessão de abertura do ano camarário.

De referir, por último, que as seis quantias portuenses deixam perceber uma grande estabilidade relativamente a este bem alimentar, não oferecendo uma oscilação superior a 71% para um período de 45 anos (1450-1494).

2.1.6.4. Manteiga (**canada, panela e púcaro**)

Datas Extremas: 1367-1499;

Representação Geográfica: Alvorge, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

O problema da indefinição dos pesos e medidas coloca-se claramente na análise deste bem de consumo. Na verdade, embora disponhamos de sete preços, estes referem-se a três medidas de capacidade (canada, panela e púcaro), sendo que para duas delas se torna impossível proceder a equivalências. Assim, se é conhecido o valor da canada, estimado em 1/12 de almude ou 1,5 litros, o mesmo não sucede com as outras duas medidas, o que dificulta imenso o exercício comparativo.

Ainda assim, podem-se fornecer alguns elementos de análise: entre 1474 e 1494, uma canada de manteiga era apreçada, no Porto, entre 35 a 50 reais (4,04 e 5,05 g), num nível de oscilação máxima de 25%; mais barato foi o custo de uma panela em 1367, no Alvorge, quando se despenderam 5,33 soldos (3,22 g); finalmente, registe-se que um púcaro era mais caro em Lisboa, em 1498, quando custava 30 reais (3 g), do que um ano depois, em

Montemor-o-Novo, quando se despenderam 20 reais (2 g), ou seja, mais um testemunho da “inflação lisboeta”.

2.1.6.5. Ovos (dúzia)

Datas Extremas: 1384-1498;

Representação Geográfica: Lisboa e Porto;

Preço Máximo: 12 soldos (Lisboa – 1384): 3,83 g de prata;

Preço Mínimo: 3 reais (Porto – 1493-94): 0,303 g de prata;

Oscilação Máxima: 1164% / 3,527 g de prata;

Oscilação Facial: 12 soldos e 3 a 12 reais brancos.

Tendo sido rastreados apenas cinco exemplos de preços de uma dúzia de ovos, estes não deixam de constituir um testemunho nítido e riquíssimo de duas realidades: a grave crise ocorrida na cidade lisboeta, em 1384, aquando do cerco das tropas castelhanas e o facto de os preços praticados em Lisboa terem sido substancialmente mais caros do que os praticados no Porto. Quanto ao primeiro aspecto, é ilustrativo o valor de 12 soldos (3,83 g) apontado por Fernão Lopes, cifra superior em 219,2% à praticada na mesma cidade em 1498, quando eram cobrados 12 reais (1,2 g). Relativamente ao apontamento de comparação geográfica, é de notar que se, na cidade do Porto, a verba mais elevada apenas atingiu 0,61 g (1493-94), já em Lisboa uma dúzia de ovos importou 1,2 g (1498), ou seja, praticamente o dobro. De referir ainda que, no Porto, os preços praticados em 1474-75 (4,5 reais ou 0,55 g) e 1493-94 (3 a 6 reais ou 0,3 a 0,61) foram bastante idênticos.

2.1.6.6. Fruta e Legumes

Datas Extremas: 1374-1499;

Representação Geográfica: Faro, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

A primeira indicação passível de ser apresentada prende-se com o facto de os anos de 1374-76 terem sido extremamente positivos no que diz respeito à produção de figos na vila algarvia de Loulé. Com efeito, são diversos os registos de venda que datam desse período, não só a mercadores nacionais mas, igualmente, a outros de várias nacionalidades que vinham em busca da tão afamada fruta algarvia. Em termos de preço, é importante assinalar a ocorrência de uma única cifra, “*a saber iiij^o libras por qujntal*”²⁶⁶ (20 soldos ou 10,46 g por arroba), o que demonstra um claro controlo de mercado por parte da vereação local no sentido de um ganho regular. Alguns anos mais tarde, em 1382, surge a hipótese de compararmos valores.

²⁶⁶ *Descobrimentos Portugueses...*, II - I, p. 317.

Assim, por esse ano e na mesma vila, encontravam-se “*avaljados os ffigos A xxb soldos por quintal*”²⁶⁷ (6,25 soldos ou 3,27 g por arroba). Tratava-se de uma deflação superior a 68% para a qual o reinício da guerra terá contribuído significativamente. A perda de comércio com Castela e os obstáculos que a guerra colocava, por exemplo, ao comércio marítimo, poderão ter forçado a vereação de Loulé a baixar o preço. Por este mesmo ano, a arroba de passas valia 5 soldos (2,62 g), ou seja, menos 20% do que os figos. Em meados do século XV, a compra de uma arroba de figos tornou-se ainda mais barata, exigindo apenas o desembolso de 10 reais (2,3 g). Curiosamente, a arroba de passas tinha-se valorizado para 13,3 reais (3,06 g) tendo, inclusive, ultrapassado o valor dos figos em 1/3. Em 1458 e 1460, uma arroba de passas era vendida em Londres e Bristol por 44,5 e 42,6 reais (10,24 e 6,52 g). Finalmente, sabemos que, em Faro de 1492, uma peça de figos se encontrava avaliada em 70 reais (7,07 g).

Entre 1461 e 1486, na cidade do Porto, um cesto de cerejas valeu entre 36 e 65 reais (3,64 a 8,42 g), numa oscilação máxima de 131,3%, sendo que o ano de 1461-62 foi o de maior carestia (8,42 g) e o de 1485-86 o de maior acessibilidade (3,64 a 4,04 g). Em 1474-75, na mesma cidade, um cesto de ameixas ou peras podia ser adquirido por 23 reais (2,78 g), menos de metade dos 50 a 65 reais (6,05 a 7,87 g) pagos por um cesto de cerejas. Em 1499, na vila alentejana de Montemor-o-Novo, uma canastra de ameixa rainha custou 50 reais (5 g), menos 16,7 a 37,5% do que os 60 a 80 reais (6 a 8 g) de uma canastra de peras.

São escassas as notícias referentes a preços de legumes. Colhe-se de acta de vereação louletana de 1403 a seguinte informação: “*bendo em como os ortelões e regateiras e bendedeiras nom querem dar nem bender ortaliça salvo por real ou meo real poreu posseram por pustura que todo ortelaom ou bendeira de em venda a ortaliça ata V soldos*”²⁶⁸. Note-se como as regateiras pretendiam vender a hortaliça a um preço superior em 6 a 13 vezes ao estabelecido. Refira-se ainda que, em 1497, no Alentejo, um alqueire de chicharos valia 18 reais e de lentilhas 20 reais e que, em 1499, o procurador da vila de Montemor-o-Novo desembolsou 6 reais por uma dúzia de pepinos.

2.1.6.7. Açúcar (arroba)

Datas Extremas: 1425-1498;

Representação Geográfica: Funchal e Machico;

Preço Máximo: 2000 reais (Machico – 1425): 620 g de prata;

Preço Mínimo: 235,7 reais (geral – 1493-94): 23,81 g de prata;

Oscilação Máxima: 2504% / 596,19 g de prata;

²⁶⁷ *Descobrimientos Portugueses...*, II - I, p. 332.

²⁶⁸ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 144.

Oscilação Facial: 235,7 a 2000 reais brancos.

A história do preço deste produto pode ser dividida, *grosso modo*, em dois períodos. Até à década de 1460, o açúcar foi uma verdadeira especiaria cuja procura, superando sempre a oferta, originou um movimento ascendente do seu preço e não impediu que o comércio se mantivesse livre. Exemplo perfeito deste período é o preço de 2000 reais (620 g) por arroba, registado na vila do Machico, em 1425.

No entanto, a partir da década de 1460 começou a verificar-se “uma produção em larga escala que viria a provocar algumas crises de superprodução e uma quebra generalizada dos preços”²⁶⁹. Este movimento de queda foi constante até inícios do século XVI e conduziu a uma disputa entre ideias de livre comércio e de monopólio com vista a um controlo do preço.

Em 1470, a vereação funchalense optava por esta segunda via, contratando a venda dos seus açúcares “*per estes preços – a saber – de hua cozedura e seyscentos rrs arrova por pollo de duas a oytocentos rrs*”²⁷⁰ (91,2 e 121,6 g). Ainda que fosse um bom acordo à época, estas importâncias significavam uma grande desvalorização face a 1425, não inferior a 80%. Dois anos mais tarde, nas cortes de 1472, há referência a açúcar da ilha da Madeira a valer 400 reais (48,4 g) a arroba, percebendo-se perfeitamente a caminhada deflacionista, a qual se agravou no ano de 1493-94, altura em que há notícia da arroba a valer cerca de 235,7 e 310 reais (23,81 e 31,31 g).

Protestando, em 1496, contra a tendência deflacionista e sucessiva perda que a mesma trazia aos cofres da vila funchalense “*se acordou per as mais vozes que o açucar valha a preço de trezentos rrs. arrova e de hy pera cjma e nom demjnuja em nenhua coussa pera bayxo e que logo sse esrepua a ssua alteza que nos confffirme o dicto preço*”²⁷¹. Tal pretensão não só foi aceite por D. Manuel como o valor tabelado ainda superior ao proposto em 50 reais (5 g). Assim, em 1497, já há notícia do “*acucar a rrezam de iij^cL rrs segundo he mandado e contheudo na lej del Rej nosso senhor que o açucar valha arroba*”²⁷². Em todo o caso, face ao valor de 1425 tinha ocorrido uma desvalorização superior a 94%. De facto, tão baixo seria o valor imposto por este tabelamento que, em 1499, D. Manuel optava por “*desfazer a ordenaçom do dito preço e que daqui em diamte se vem da e compre como cada hum melhor puder*”²⁷³. Era o reconhecimento claro acerca do fim de um ciclo, o do açúcar como especiaria.

²⁶⁹ VIEIRA, Alberto – “A Madeira e o Mercado do Açúcar. Séculos XV-XVI”. In *História do Açúcar – Rotas e Mercados*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002, p. 56.

²⁷⁰ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 9.

²⁷¹ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 443.

²⁷² Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 619-620.

²⁷³ *Descobrimientos Portugueses...*, III, p. 518.

2.2. Têxteis, Couros, Peles e Cordoaria

2.2.1. Têxteis

Datas Extremas: 1340-1498;

Representação Geográfica: Arraiolos, Entre Tejo e Guadiana, Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Mós de Moncorvo e Porto.

Os primeiros dados disponíveis para avaliar o preço dos têxteis em Portugal, nos séculos XIV e XV, remetem-nos para a conhecida Pragmática de 1340. Nela, D. Afonso IV faz referência ao valor de alguns tipos de panos, não ao preço registado nesse ano, mas “*segundo a ualor que foj achada na mha alfandega. que ssojam de valer no tenpo que eram majs rrafeços que ora*”²⁷⁴. Extraí-se, desde logo, uma conclusão, a do aumento do preço dos têxteis em meados do século XIV. Segundo Oliveira Marques “atravessava-se um período tão incerto e de preços tão instáveis que o Governo (neste caso o rei) achava mais conveniente fixar os preços segundo aquilo que tinham sido (não se sabe quando), e não segundo aquilo que eram”²⁷⁵.

Para além de “*panos douro*”²⁷⁶, de “*solia*”, “*descallata uermelha*” e outros, poucos, da mais elevada qualidade, os quais se encontravam reservados à família real e cujo preço não é, por isso, mencionado, seguia-se um conjunto de tecidos de boa qualidade a custarem 50 e 40 soldos. No primeiro patamar, encontrava-se o pano tinto, destinado à classe dos ricos homens e, no segundo, a bifa de Bruges ou de Malines e o brou de Ypres, destinados já não apenas à classe dos ricos-homens, mas também à dos cavaleiros. Por sua vez, o viado de Ypres e a bifa de Montivilliers, a 35 soldos o côvado, e o pano de Tournai ou Abbeville, a 30 soldos, vestiam os escudeiros e cidadãos. Abaixo deste valor encontrava-se o pano de Valencinnes, um dos mais comuns e vulgares no Portugal tardo-medieval.

Relativo, sim, ao ano de 1340 é um preço de 3,75 soldos (2,31 g) por vara de pano (provavelmente, linho) destinada à confecção de sobrepelizes.

Alguns anos mais tarde, há registo da almotaçaria fernandina de 1371-72 ter tabelado a ala de Valenciennes em 36 soldos, preço completamente irrealista e que o soberano, após agravo do povo nas cortes de 1372, foi obrigado a elevar, não se sabendo, todavia, para quanto.

²⁷⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Pragmática de 1340”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.ª edição. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 112.

²⁷⁵ MARQUES, “A Pragmática de 1340”, p. 106.

²⁷⁶ Segundo Ana Maria Pereira Ferreira, “os panos de ouro parecem ter sido, dentro das sedas, os de maior valia. Distingua-os o facto de terem na sua trama fio de ouro obliterando quase por completo a base têxtil.” FERREIRA, Ana Maria Pereira – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 125.

Em 1397, algumas quantias atribuídas a oficiais régios para compra de tecidos permitem observar, se bem que num plano mais reduzido, a mesma hierarquia verificada nos inícios do século. Assim, o côvado de pano tinto encontrava-se avaliado em 65,4 libras, o de pano de Bruges em 40 libras e o de Valenciennes em 12 libras. Realizando o mesmo exercício, chegasse a um valor de 416 libras por côvado de pano tinto em 1401 e de 80 libras por côvado de Valenciennes em 1402-03. Para este ano de 1403 pode-se ainda constatar o baixo preço dos mantéis e panos grosseiros de linho ou estopa, os quais, na vila de Loulé, andavam apenas entre 1 e 4 reais a vara²⁷⁷.

Data de 1410 um dos documentos mais completos para o estudo do preço dos têxteis na Baixa Idade Média portuguesa, mais precisamente uma ementa de panos e metais e respectivos preços ordenados pelo soberano. Não se referindo panos “régios” como a escarlata, surgem três tipos como os mais valiosos, cada um a valer 20000 libras a peça, a saber: Bruges de três lãs, Ypre “*de grã sorte*” e Montivilliers. A peça de “*bonerca*” (?) surgia como o quarto têxtil mais valorizado, com um custo de 18000 libras. De qualidade média-alta, mas ainda dispendiosos, eram as peças de Ypres “*de bala*” (16000 libras); Ypres “*de pequena sorte*” e Bruges “*de bala*”, (15000 libras); “*Quetanay*” e Arby (13000 libras) e Roulers de “*grã marca*” (12000 libras). Seguia-se um conjunto de têxteis de qualidade média que desciam das 9000 até às 4000 libras a peça, a saber: Bristol “*das grandes*”, Comines, St. Lô e Bernay de 23 côvados (9000 libras); Aragão “*davantagem*” e Roulers de “*pequena marca*” (8000 libras); Poperinghe (7000 libras); Inglaterra de 20 côvados, Aragão “*crusavjs*”, St. James de Beuvrons e Saria “*ancha*” (5000 libras); Inglaterra de 16 côvados (4500 libras) e Guingamp e Valenciennes (4000 libras). Estes últimos tecidos já se misturavam com um terceiro grupo constituído pelos têxteis mais baratos e cuja pior qualidade é reflectida também no facto de o seu preço, entre 170 e 320 libras, já não ser referente à peça. Surgem, neste conjunto, os côvados de Montreuille (320 libras), Galez “*ancho*”, “*Bilageens*” e dos buréis da Alemanha (200 libras); Irlanda (170 libras) e de meio Galês de Dartmouth e outros buréis estreitos de Inglaterra (100 libras).

Na década de 1430, uma série de dados parcelares permite apontar um preço elevado para os panos de Bristol (3000 reais a peça) e Quartenay (100 a 110 reais o côvado) e para as “*toalhas anchas francesas*” (100 reais a vara). Ao invés, os panos de Castela (30 reais o côvado e 875 a 1070 reais a peça), da Bretanha (26 reais a vara), da Irlanda, bem como as

²⁷⁷ Geralmente, os panos de inferior qualidade eram medidos em varas. FERREIRA, *A importação...*, p. 120. A vara equivalia a 5 palmos ou 1,10 m. MARQUES, “Pesos e Medidas...”, p. 68 e BARROCA, Mário Jorge – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IX. Porto, 1992, p. 53-86.

“*toalhas estreitas francesas*” (35 reais a vara) e o burel (13,33 reais a vara) surgem bastante acessíveis.

Nova ementa de panos surge pelos anos de 1439-48. Ressalve-se, desde logo, o facto de o numerário expresso nessa ementa ser flamengo e não português, algo que tem equivocado alguns historiadores. Não obstante, conhece-se, pela primeira vez, um preço para a escarlata: 100 soldos o côvado ou o dobro do preço dos segundos tecidos mais caros: o viado de Gand e o Ypres “*de gran sorte*”. No conjunto dos tecidos mais vulgares voltava a marcar presença o Valenciennes, desta feita a valer 17 soldos o côvado. Não se registando grandes diferenças face a 1410, importa, sim, realçar o grande leque de gradações existentes nas duas ementas²⁷⁸, como reflexo de uma sociedade extremamente diversificada. No caso da presente ementa, entre o mais baixo preço (14,2 soldos para a referência genérica de “*estreitos*”) e os 100 soldos da escarlata, decorria uma oscilação de cerca de 600%.

Até ao fim do século não se encontra nova ementa, restando a compilação de dados avulsos. Acompanhemos, década a década, os elementos obtidos.

Para a década de 1440, sabe-se que, na região de Entre Douro e Minho, uma vara de pano vermelho custou 51,66 reais, preço semelhante aos 50 reais de uma vara de “*d’Ançamua*” (Dartmouth?). Mais baratos e de qualidade inferior eram o pano pardo²⁷⁹, cujo côvado andou entre 34 e 36 reais, o pano de Irlanda, cuja vara oscilou entre 32 e 40 reais, e o pano de Condado, com a mesma medida a custar 25 reais. Ainda mais acessíveis eram o pano de linho, com a vara entre 10 e 18 reais, o burel, em 10 reais, e o bragal, entre 6 e 8 reais.

A década de 1450 espelha um pano verde de Bristol de média qualidade, avaliado em 90 reais o côvado. Este custava mais do dobro do que um grosseiro pano de Castela (35 reais o côvado) e duas vezes o que importava o ainda mais vulgar e acessível pano de Valenciennes (30 reais por côvado). Por sua vez, o pano de linho e o bragal voltam a registar, sem surpresa, os preços mais reduzidos (respectivamente, 8,5 e 7 reais a vara).

A década de 1460 revela o elevadíssimo preço dos veludos, do damasquino (tecido de seda que mais se aproximava dos veludos) e de um dos melhores panos de lã, o “*fino de Londres*”. Assim, uma peça de damasquino violácea (com flores) e uma de veludo negro duplo custou, respectivamente, 65 e 62 florins. Um côvado de veludo verde e do referido “*fino de Londres*” encontrava-se apreçado nuns dispendiosos 1200 reais, um côvado de

²⁷⁸ Destinadas aos têxteis importados pela via marítima, estas ementas não referem panos de Castela, os quais chegavam, esmagadoramente, por via terrestre. FERREIRA, *A importação...*, p. 121.

²⁷⁹ O pano pardo, juntamente com a branqueta, era um dos tipos de tecido de lã mais importados de Castela. FERREIRA, *A importação...*, p. 122.

veludo preto andaria pelos 892,4 reais e de veludo roxo pelos 220 reais²⁸⁰. Distante destes valores ficava o preço de 160 reais por côvado de “*Quartenay*”, o qual, como vimos, não deixava de ser um pano de boa qualidade. Seguiu-se o pano de “*bela*”, cujo preço de 130 reais por côvado indicia ter-se tratado de um pano de média qualidade. A vara de lenço francês (tecido de linho de extrema finura) andava entre 40 e 70 reais. De fraca qualidade e baixo preço registavam-se a branqueta (800 reais a peça) e o pano de linho (14 e 15 reais a vara).

Os anos setenta permitem visualizar uma hierarquia para o preço de três dos têxteis mais valiosos que circulavam no mercado tardo-medieval português, bem como evidenciar até que ponto podia ir a diferença entre o custo desses tecidos e o de têxteis mais grosseiros. Assim, se um côvado de veludo cremesim importava 1000 reais, um côvado de escarlata 600 reais e um côvado de Menim 500 reais, já uma vara de pano encerado custava apenas 40 reais e uma vara de burel entre 20 a 28 reais.

A década de 1480 volta a assinalar a valia de um dos mais caros panos de lã, o Menim, neste caso, vendido a 550 reais o côvado. Note-se que, segundo O. Marques, um bom pano estrangeiro andava pelos 300 reais o côvado²⁸¹. Já o preço de 50 reais por côvado de bocassim revela bem a menor qualidade deste têxtil de algodão. Uma vara de “*trez*”, linho, bragal e liteiro importava, respectivamente, 30, 17, 16 e 14 reais. A peça de fustão andava entre 700 (“*de contramarca*”) e 2400 reais (de Florença).

Na década de 1490 surge notícia de que tanto a vereação do Porto como a do Funchal compraram pano para cerimónias de luto²⁸². Ora, é curioso verificar que o valor do pano adquirido coincidiu nas duas aquisições, ou seja, 80 reais o côvado. Se, no caso portuense, não se especificou o tipo de tecido em causa, apenas designado genericamente por “*pano de dó*”, já a compra funchalense apontava o pano pardo de Castela como objecto da aquisição. Em qualquer dos casos, o preço revela um pano de média qualidade, o que não era hábito no que dizia respeito aos têxteis importados do reino vizinho, mas que se compreende tendo em conta o motivo da aquisição. Mais barato foi o pano de Tenby, cujo côvado foi adquirido por 55 reais. O burel aparece, novamente, como um dos panos mais grosseiros e baratos, desta feita com um custo de 30 reais a vara, apenas ficando à frente de um tecido estreito, cuja vara rondava os 7 reais.

²⁸⁰ Nos panos de seda a hierarquia de preços em função das cores era bastante nítida. FERREIRA, *A importação...*, p. 127, nota 75.

²⁸¹ MARQUES, *A Sociedade Medieval...*, p. 150.

²⁸² Tratava-se da morte do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, a qual originou manifestações de pesar por todo o reino.

Em suma, como têxteis mais valiosos dos séculos XIV e XV, encontravam-se os panos de seda, destacando-se os genericamente designados por “*panos dourado*”, os veludos e os damascos; os melhores panos de lã, salientando-se os que provinham de Menim e Lille (nestes figurava sem concorrentes a escarlata) e o denominado “*fino de Londres*”. Alguns panos de lã encontravam-se perto dessa melhor qualidade: Bruges de três lãs, Ypre de “*grã sorte*”, Montivilliers e Gand. Num plano médio, figurava uma enorme diversidade de panos, os quais, com o evoluir do tempo, alternaram a sua posição: panos de lã de “*Quartenay*”, Arby, Bristol, Roulers, etc. e os linhos de França, frequentemente associados à designação de “*toalha*”. No plano inferior, marcavam presença os diversos buréis como o de Valencinnes, de Tenby, de Dartmouth, da Alemanha, de Castela, da Irlanda e de Gales; linhos e algodões de menor qualidade; bragais e liteiros. Sem surpresas, a maior parte das compras avulsas referem-se a estes panos de inferior qualidade.

Reunindo as indicações relativas a um mesmo têxtil, parece ser possível realizar uma abordagem de teor evolutivo. Comece-se por algumas indicações de panos de lã de média-alta qualidade: um côvado de pano tinto e de Bruges subiu de 50 (30,75) e 40 soldos (24,6 g) no início do século XIV para 65,4 (60,17 g) e 40 libras (36,8 g) no final do mesmo século. Em 1401, o côvado de tinto descia para 118,86 reais (41,6 g).

Segue-se um têxtil de lã de média qualidade, o “*Quartenay*”, cujo valor deve ter descido entre 1438, ano em que o côvado rondava os 100 a 110 reais (30,7 a 33,77 g), e 1461-62, quando a mesma medida foi adquirida por 160 reais (24,48 g)²⁸³. Segue-se um pano de lã de baixa qualidade, o da Irlanda, cujo valor deve ter descido entre 1410 e 1438. Assim, no primeiro momento, uma vara valia 48,57 reais (17 g), enquanto que, em 1438, apenas 35 reais (10,75 g). Em 1442, o preço mantinha-se praticamente o mesmo, talvez com uma ligeira valorização, importando entre 32 a 40 reais (10,53 a 13,16 g)²⁸⁴. Também de baixa qualidade eram os pano regularmente importados de Castela e de Valencinnes, para os quais oferecemos as seguintes imagens: 30 reais (9,21 g) em 1438, 34 a 36 reais em 1442 (11,19 a 11,84 g), 35 reais (7,32 g) em 1451 e 1454 e 80 reais (8,08 g) em 1491; menos de 30 soldos (18,45 g) no início do século XIV, cerca de 12 libras (11,04 g) em 1397, descia para 22,86 reais (8 g) em 1402-03 e para 30 reais (6,27 g) em 1454²⁸⁵. Finalizamos com a designação genérica de vara de burel, a qual, nos registos de compra colectados, parece ter tido alguma consistência e

²⁸³ Em 1410, uma peça de “*Quartenay*”, cujo número de côvados desconhecemos, valia cerca de 3714 reais (1300 g) e, em 1439-49, um côvado encontrava-se tabelado em 30 soldos de dinheiro flamengo.

²⁸⁴ Em 1439-48, um côvado deste tecido encontrava-se tabelado em 21 soldos de dinheiro flamengo.

²⁸⁵ Em 1372, a lei de almotaçaria fernandina estipulava um preço temporário e irrealista de 36 soldos (5,44 g) por ala; em 1384 uma “*valencina*” (peça ?) foi adquirida por 4000 libras, preço que conduziu a disputa judicial; em 1410, uma peça encontrava-se avaliada em 4000 libras e, finalmente, em 1439-48, um côvado era avaliado em 17 soldos de moeda flamenga.

homogeneidade em termos de qualidade: 13,33 reais (4,28 g) em 1431, 10 reais (3,29 g) em 1442, 28 reais (4,26 g) em 1471-72, 20 reais (2,7 g) em 1479 e 30 reais (3,03 g) em 1491-92. Concluindo, é possível apontar, em termos estruturais, uma subida do preço dos têxteis ao longo do século XIV e uma descida generalizada ao longo da centúria seguinte.

2.2.2. Couros, Peles e Cordoaria

Datas Extremas: 1367-1499;

Representação Geográfica: Alvorge, Entre Tejo e Guadiana, Funchal, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

Deixam-se, de seguida, alguns valores de peles e couros e sua correspondência em preço de outros produtos, de forma a facilitar uma leitura integrada destes elementos. Assim, em 1367, no leilão do Alvorge, um couro pequeno de bezerro levou ao desembolso de 5 soldos (3,03 g), o mesmo custo de quatro meadas de tomentos, de um galgo com seu cadeado e de um leito pequeno de pés. Em 1442, uma pele de marta por curtir importou 60 reais (19,74 g), valor de um gibão, duas marrãs ou 2,5 almudes de vinho, o que faz perceber bem a preciosidade desse tipo de peles. Em 1450-51, na cidade do Porto, uma pele de baldréu era, naturalmente, bem menos valiosa, tendo custado apenas 5 reais (1,05 a 1,15 g), valor de um alqueire de cal. Em 1461-62, na mesma cidade, uma pele de escopeiro para navio levou ao desembolso de 7 reais (1,07 g), valor semelhante à pele de baldréu, mas já um couro de boi importou 175 reais (26,78 g), quantia considerável e correspondente, à data, a quatro carneiros, 29 galinhas ou 11 varas de pano de linho. Em 1471-72, o procurador da câmara funchalense dispendeu 22 reais por “*pelles de cabritos para os jogos do corpo de Nosso Senhor*”²⁸⁶, valor de 11 arráteis de carne de vaca. Finalmente, em 1480, na comarca de Entre Tejo e Guadiana, era estabelecido um preço de 58 reais (6,67 g) por pele curtida para fabrico de calçado, valor semelhante a três alqueires de cevada ou a 3,4 varas de linho.

Relativamente a cordas e braços, apresentem-se os seguintes exemplos: em 1403, um braço de quatro braças valia 1,43 reais (0,5 g), valor passível de adquirir 20 hortaliças e superior ao real cobrado por sertã ou enfusa de barro. Uma corda chegou a custar apenas 2,5 reais (0,82 g) em 1444-45, mas também 450 reais (54,45 g) em 1474-75, valor idêntico a 13,6 alqueires de trigo. Em 1485, na vila do Funchal, uma roda de barbante importou 12 reais (1,21 g) e uma corda 10 reais (1,01 g), quando um alqueire de cevada andava pelos 30 reais. Em 1496-97, um quintal de fio para naus custava 900 reais (90 g), o mesmo que 3,6 resmas de

²⁸⁶ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 42

papel ou 63 arráteis de carne vaca. Finalizamos com a indicação de 3 reais (3 g) por baraço ou braço de cordel, na vila de Montemor-o-Novo, em 1499, valor de meia canada de vinagre ou de um arrátel de carne de vaca.

2.3. Vestuário e Calçado

2.3.1. Vestuário

Datas Extremas: 1340-1492;

Representação Geográfica: Alvorge, Braga, Entre Tejo e Guadiana, Évora, Funchal, Guimarães, Loulé e Porto.

A análise do preço do vestuário²⁸⁷ radica, fundamentalmente, em dois tipos de registos: taxas impostas ao ganho dos alfaiates pelo trabalho de costura, sendo que estas apenas permitem perceber a posição relativa de uma peça no conjunto do vestuário (obviamente, tendo em conta a utilização do mesmo têxtil) e compras avulsas de vestuário, sendo que estas raramente especificavam a qualidade do têxtil e, por conseguinte, dificultam o esboço evolutivo. Além destas modalidades, encontram-se ainda duas posturas que estabelecem o preço de venda ao público de dois tipos de peças de vestuário, mais precisamente safões, em 1379-81, na cidade de Évora e gibões, em 1480, na comarca de Entre Tejo e Guadiana.

Comece-se pelas posturas eborenses de 1379-81, a partir das quais se percebe que o custo de fabrico de roupa em pano de cor era, naturalmente, mais elevado do que em pano de linho (a costura de um guardaventre em linho custava metade de um em pano de cor e a melhor saia de linho menos um soldo do que a mais barata saia de pano de cor). Permitem, da mesma forma, hierarquizar a posição comercial de cada peça de vestuário nesse fim de século XIV. Assim, em primeiro plano, encontravam-se a melhor saia de mulher e o guardaventre, com um custo de fabrico nos 30 soldos. Tendo por base este valor, seguiam-se, em termos de preferências no que respeitava ao pano de cor: melhor saia vilã comprida (menos 10%); “quit.^{am}” (gibão?) (25%); opa comprida com tabardo (mediante o tamanho podia ir de menos 33,3 a 70%); tabardo (40%); pelote de mulher (50 a 66,7%); pequena saia vilã (56,7%); fertante com ou sem capeirote (56,7 a 66,7%); tabardeta ou camisa com capeirote (66,7%); pele ou mantão franzido (70%); mantelote redondo comprido ou pequeno (70 a 86,7%) e mantão de mulher (70 a 90%). Em termos gerais, entre os 3 e 30 soldos que separavam o fabrico da peça de vestuário mais acessível da mais valiosa, verificava-se uma diferença de

²⁸⁷ Sobre a temática do vestuário e calçado medieval salientamos os estudos de MARQUES, *A Sociedade Medieval...*, p. 23-62, e de OLIVEIRA, Fernando José Cunha de – *O Vestuário Português ao Tempo da Expansão – Séculos XV e XVI*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimentos Portugueses, 1991, onde poderão ser encontradas as definições de diversos conceitos explorados neste trabalho.

900%, a qual seria alargada com o gasto, maior ou menor, de tecido. O cenário era idêntico em relação à roupa de linho²⁸⁸, aparecendo novamente o guardaventre como a peça mais valiosa, num custo de 15 soldos para mulher e 6 soldos para moça. Seguiam-se, tomando em conta o guardaventre de mulher: saia de mulher (menos 20 a 80%); saia de homem (46,6 a 73,3%); guardacó de mulher (33,33%); guardacó de homem (80%); gibão (53,3 a 73,3%); alcandora (46,6 a 83,3%); camisa (73,3 a 93,3%); capa grande ou pequena (86,6 a 88,9%) coipadeiro (73,3 a 93,3%); alvergias (73,3 a 96,6%); chapeleiras (93,3%), finalmente, uns simples “*picalgayos*”, calções ou alvergias com ramais (96,6%). Note-se como o vestuário feminino era mais caro do que o masculino²⁸⁹.

Data de inícios do século XV, mais precisamente da vila de Loulé de 1403, o segundo conjunto de taxas de costura disponíveis, desta feita relativas apenas a vestuário de burel e para o género masculino. A peça mais valiosa era o gibão, cujo fabrico encontrava-se tabelado em 7 reais para adulto, menos 28,5% para “*chiol*” e menos 42,8% para criança menor de 12 anos; seguia-se a saia, tabelada em 6 reais para adulto e menos 33,3% para criança; a capa, avaliada em menos 28,5% (o mesmo valor de um gibão para “*chiol*”) e os calções em menos 71,4%. Valiosa esta acta de vereação, sobretudo como testemunho do papel da idade na definição de preços.

Em 1413, novo tabelamento, desta feita da vereação portuense, aponta uma aljuba de mulher como a peça mais valiosa, a custar 50 reais. Seguiam-se: balandrau dobrado de homem (menos 30%); saia de mulher e pelote de manceba criada (40%); mantão de mulher (50%); balandrau simples de homem (60%); mantão simples de homem (70%); mantão de servidor (80%); par de calças atacadas e capeirote dobrado de homem (84%) e, finalmente, capelo singelo (90%). Note-se como o custo do fabrico de vestuário se diferenciava tendo em conta o sexo, mas também a condição social. Assim, um mantão de mulher valia mais 66,6% do que o de homem e um mantão de homem honrado mais 50% do que um mantão de servidor.

Do tabelamento de 1480 extrai-se o gibão como a peça mais valiosa, sendo que a costura de um exemplar de seda, forrado de um lenço e bragal e cheio de lã, se sobrepunha aos demais, já que era o único a exigir o desembolso de 60 reais. Seguiu-se a costura de gibão idêntico, mas “*vazio de huu lenço*”²⁹⁰, e de gibão de chamalote com lenço e bragal (menos 16,6%); de gibão de peles com lenço e bragal (25%); hábito de frade com seu capelo, bentinho e mangas (33,3%); gibão forrado de pano com lenço, bragal e lã e um “*mongy*”

²⁸⁸ Embora com a particularidade de surgirem peças diferentes, mais características deste tipo de têxtil.

²⁸⁹ Em boa parte pelo facto de o vestuário feminino comportar mais tecido. MARQUES, “A Pragmática de 1340”, p. 103.

²⁹⁰ *Livro Vermelho...*, p. 526.

dobrado (menos 41,7%). Por metade do valor da melhor peça, ou seja, a um preço médio, encontravam-se um gibão de fustão com bragal e lenço, um capuz com mangas e um mantão de clérigo. Abaixo de 30 reais encontravam-se: melhor pelote, loba, hábito de mulher e “*manto de frade, ou pobre da serra*” (58,3%); capuz sem mangas, pelote de girões, “*mongy*” simples, par de calças dobradas, capa, gabinarda, cota de mulher e fraldilha (66,6%); pelote simples sem girões, par de calças simples e manto de mulher (75%). Um sainho aparecia como a peça mais acessível, a importar menos 93,3%.

Além de possibilitar a imagem evolutiva acerca do valor e posição relativa de diversas peças de roupa, os tabelamentos de 1379-81, 1403, 1413 e 1480 demonstram que a mesma despesa caiu significativamente entre finais do século XIV e finais do século XV. Em resumo, as ditas taxas cifravam-se em: 0,5 a 30 soldos (0,26 a 15,69 g), em oscilação de 5900%, no final do século XIV²⁹¹; 2 a 7 reais (0,7 a 2,45 g), em oscilação de 250%, para roupa de burel, em 1403; 5 a 50 reais (1,55 a 17,5 g), em oscilação máxima de 900%, em 1413; e 10 a 60 reais (1,15 a 6,9 g), em oscilação de 500%, em 1480.

Debruçamo-nos, de seguida, sobre os dados respeitantes ao preço da roupa enquanto produto final adquirido pelo consumidor, estabelecendo algumas comparações entre o valor das diversas peças de vestuário, mas também com alguns preços de outros produtos com vista ao seu melhor enquadramento.

Inicie-se este breve exercício em 1340, ano em que o cabido da Sé de Évora despendeu cerca de 33,25 soldos por uma sobrepeliz (26,25 soldos por sete varas de pano e 7 soldos pela costura, ou seja, 78,9% para a matéria-prima e 21,1% para o trabalho), valor suficiente para comprar 1,8 carneiros ou 1,8 almudes de vinho branco. Em 1367, no Alvorge, uma cinta de nós e umas luvas de gato usadas custaram a mesma quantia de 4 dinheiros (0,2 g). Pelos anos de 1379-81, um par de safões novos custava entre 15 e 60 soldos (7,85 a 31,38 g), balizas que distinguiam, à semelhança do que se passava no calçado, entre um par fabricado com a acessível pele de carneiro e um feito à base de valiosos lombos de gama.

Em 1442, na vila de Guimarães, uma capa levou ao desembolso de 270 reais, bastante mais do que um gibão de 58 reais, uma alba de pano de 55 reais, um capelo de 50 reais, uma sobrepeliz de 40 reais e um mantão de 19 reais (sendo que no mesmo ano e espaço um almude de vinho, uma vara de burel e um cabrito custavam, respectivamente, 36, 10 e 6 reais).

Já na cidade do Porto, em 1450-51, uma capa de homem custava cerca de 400 reais, um sombreiro de palmito de criança cerca de 20 reais e um par de luvas entre 9 e 10 reais, caso

²⁹¹ Dividindo-se este resultado em 3 a 30 soldos (1,57 a 15,69 g), em oscilação de 900%, para roupa de pano de cor e em 0,5 a 15 soldos (0,26 a 7,85 g), em oscilação de 2900%, para roupa de pano de linho.

fosse para mulher ou homem (sendo que no mesmo ano e espaço um almude de vinho, um carneiro e uma mão de papel importavam, respectivamente, 60, 30 e 10 reais).

Em 1479, na cidade de Braga, uma aljuba de mulher podia chegar a valer 1500 reais, mais 1000 reais do que um gibão e mais 1250 reais do que uma saia (um boi, uma enxada ou machado e uma vara de burel importavam, respectivamente, 1000, 80 e 20 reais).

Em 1480, na comarca de Entre Tejo e Guadiana, um gibão de fustão encontrava-se tabelado em 152,9 reais (de “*contramarca*”), 209,3 reais (de “*hulmo*”) ou 250,85 reais (de Florença) e um gibão de “*trez*” em 122 reais. Na mesma década, mas para a cidade do Porto, registam-se: em 1482-83, um gibão por 120 reais e um par de luvas de mulher por 15,5 a 16 reais; em 1485-86, um manto de homem por 1900 reais e um par de luvas de mulher por 10 reais (um boi, um almude de vinho e uma mão de papel custavam, respectivamente, 500, 75 e 15 reais).

Finalmente, em 1491-92, na cidade do Porto, um manto de homem e um barrete conduziram ao desembolso de 1500 e 750 reais (uma gamela de tripas, um almude de vinho e uma vara de burel custaram 80, 64 e 30 reais), enquanto que, na vila do Funchal, um par de luvas custou cerca de 30 reais (uma resma de papel importava 300 reais).

O desconhecimento dos têxteis inerentes à maior parte das peças aqui mencionadas, o seu estado de conservação, bem como a evolução dos conceitos, entre outros aspectos, dificultam imenso uma análise de teor evolutivo. Em todo o caso, acompanhem-se as seguintes indicações para uma mesma peça de vestuário. Uma sobrepeliz custou 33,25 soldos (20,45 g) em 1340, na cidade de Évora, e apenas 40 reais (13,16 g), em 1442, na vila de Guimarães.

Um gibão, das peças mais comuns na Baixa Idade Média, era adquirido por 58 reais (19,08 g) em 1442, na vila de Guimarães e por 500 reais (67,5 g), em 1479, na vizinha cidade de Braga, sendo este o valor mais alto registado. No ano seguinte, na comarca de Entre Tejo e Guadiana, um gibão de fustão andava, como vimos, entre 122 e 250,85 reais (14,03 a 28,85 g), ou seja, preços similares ao de 1442. Já em 1482-83, na cidade do Porto, um gibão custou apenas 120 reais (13,8 g).

Uma capa rondava 270 reais (88,83 g) em 1442 e 400 reais (83,6 a 92 g) em 1450-51, preços muito idênticos. Por sua vez, um manto de homem pode ter visto o seu preço descer entre 1485-86 e 1491-92, já que, na primeira data importou 1900 reais (191,9 g) e, na segunda, apenas 1500 reais (151,5 g). Finalmente, na cidade do Porto, um par de luvas de mulher custou 9 reais (1,88 a 2,07 g) em 1450-51, 12 reais (1,45 g) em 1474-75, 15,5 a 16 reais (1,78 a 1,84 g) em 1482-83 e 10 reais (1,01 g) em 1485-86. Refira-se ainda que, em

1491-92, no Funchal, se desembolsaram 30 reais (3,03 g) por um par de luvas, o que pode ser prova de como também os têxteis foram mais caros na Madeira.

Analisando estes dados, e tendo em conta que os têxteis e o custo de fabrico parecem ter sofrido uma quebra desde finais do século XIV, assumimos que o vestuário, em termos estruturais, viu, igualmente, o seu preço descer desde aquele período e ao longo da centúria de Quatrocentos.

2.3.2. Calçado

Datas Extremas: 1379-1498;

Representação Geográfica: Arraiolos, Entre Tejo e Guadiana, Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Mós de Moncorvo e Porto.

Recorrendo novamente às posturas eborenses de 1379-82²⁹², constata-se que as matérias-primas mais caras no que diz respeito ao fabrico de calçado na segunda metade do século XIV foram os couros de gamo e cervo. A título de exemplo, note-se como um par de botas de gamo e cervo custava entre 33 a 40 soldos, enquanto que um par de botas de cabra valia 30 soldos e de carneiro 20 soldos. Com um valor bastante semelhante surgia o calçado fabricado à base de cordovão macho: uns socos deste material encontravam-se à venda por 30 soldos, enquanto que uns socos de carneiro valiam 15 soldos e umas gramaias de cordovão macho valiam 14 soldos, enquanto que umas de carneiro apenas 10 soldos. Refira-se que o couro do macho era mais valorizado do que o da fêmea, já que um par de gramaias de cabra andava pelos 10 soldos. Seguia-se o couro de carneiro e, com um custo muito semelhante ou ainda mais acessível, o couro vacaril, cujo bom par de sapatos com solas de festo não ultrapassava os 10 soldos.

Em termos de género, o mais valioso parece ter sido a bota, a qual não aparece a ser fabricada em couro vacaril e com o par a valer entre 20 a 40 soldos. Seguia-se o par de socos, importando entre 15 a 30 soldos, o par de sapatos e sapatas de mulher, a valer entre 10 e 15 soldos e o par de gramaias e sapatos afins (ponta, porta, etc.) a valer entre 9 e 14 soldos.

Concluindo, devem reter-se os seguintes apontamentos: um par de botas de cervo foi, por esse tempo, o género de calçado mais caro, exigindo ao consumidor o desembolso de 40 soldos; ao invés, um par de sapatos de couro vacaril com solas de espaldar custava apenas 9 soldos, o que representava uma diferença entre os dois tipos de calçado na ordem dos 344,5%.

²⁹² Fonte ímpar, não só para o conhecimento dos preços, mas também das matérias-primas e tipos de calçado. Assim, encontra-se calçado fabricado a partir das peles de bode (cordovão macho), cabra, carneiro, vaca, gamo e cervo. Em termos de género, referem-se as gramaias, botas, sapatos de porta, sapatos de calça, sapatos de ponta, sapatos e sapatas de mulher, chapins e socos.

Em 2 de Julho de 1401, a vereação portuense ordenava que os sapateiros de cordovão não vendessem o bom par de sapatos altos e baixos por mais de 14 e 12 reais e que os sapateiros de vaca não vendessem o par de sapatos por mais de 10 reais e o par de solas por 6 reais. Assim, temos que um par de sapatos de cordovão era mais caro, no mínimo, 20% do que um par de sapatos fabricados em couro vacaril. Estes preços não foram, todavia, aceites pelos sapateiros, sendo que no dia 23 do mesmo mês apareceu na vereação um mestre Rejell “*e dise que a ell prazia de dar oyto pares de çapatos de cordouom por huum franco douro*”²⁹³.

No ano seguinte, a vereação louletana tomava a mesma acção de tabelamento do preço do calçado²⁹⁴. Esta revela nova proximidade entre o valor do couro de veado e do cordovão, sendo que a diferença entre um e outro podia depender de uma melhor adequação ao fabrico de certo tipo de calçado. Assim, se na costura de um par de botas, o cordovão chegava a valer 100 reais e o couro de veado apenas 60 reais, já umas cabeças de veado com solas de festo e guarnição valiam entre 20 e 20,86 reais e umas de cordovão simples 16 reais. Aos rostos de cordovão e veado era atribuída a mesma quantia de 15 reais. Mais barato era o couro de carneiro: um bom par de botas andava pelos 57,14 reais, umas botinas por 12 reais (as de cordovão custavam 15 reais) e umas cabeças por 11,43 reais.

Quanto ao valor dos diversos tipos de calçado, constata-se que as botas continuavam bastante apreciadas neste início do século XV, custando entre 57,14 a 100 reais. Seguiam-se os borzeguins, cujo par fabricado em cordovão rondava os 42,86 reais; as sapatas de mulher, cujo par em cordovão importava 25 reais; os sapatos de correia, com o par de couro de veado com solas de festo e guarnição a valer 20 a 22 reais; as cabeças, que valiam 11,43 reais caso fossem de carneiro, 16 reais de cordovão e 18 ou 20 reais caso fossem de veado com solas de festo ou guarnição. As botinas e os rostos apareciam como os mais acessíveis: umas botinas de cordovão e de carneiro custavam, respectivamente, 15 e 12 reais e uns rostos de veado ou cordovão com boas solas importavam 15 reais. Umas boas gramaías de veado aparecem tabeladas em 11,43 reais, ou seja, como um dos tipos de calçado mais acessíveis. Conclui-se, assim, que entre o calçado mais caro, umas boas botas de cordovão de 100 reais, e o calçado mais barato de carneiro, a valer 10 reais, verificava-se uma diferença de 900%.

Em 1413, a vereação portuense tabelava novas taxas para o calçado²⁹⁵. O cordovão continuava a ser mais valioso do que o modesto couro vacaril. Com efeito, um par dos mais baratos sapatos de cordovão, avaliado em 12 reais, não deixava de ser mais caro do que os

²⁹³ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 30.

²⁹⁴ Faz-se menção a três matérias-primas (veado, cordovão e carneiro) e aos seguintes géneros: sapatos de correia, botas, gramaías, sapatas de mulher, borzeguins e botinas.

²⁹⁵ Refere-se apenas o cordovão e, por uma vez, o couro vacaril como matérias-primas. Em termos de tipos, registam-se as seguintes designações: botas, socos, sapatos, cabeças e solas.

melhores sapatos de vaca, estes a custarem 10 reais. No que respeita ao tipo, as botas continuavam a ser bastante apreciadas, custando entre 85,71 (comuns de cordovão) a 100 reais (as melhores de cordovão). Seguia-se um bom par de socos²⁹⁶, cujo par andava entre 30 (comuns de cordovão) e 35 reais (melhores de cordovão) e um par de sapatos, a valer 10 (o melhor de vaca), 12 (comuns de cordovão) e 14 reais (melhores de cordovão). Entre os 14 reais, do calçado mais acessível, e os 100 reais, do mais valioso, encontrava-se uma diferença de 614,3%.

A vila de Arraiolos oferece seis valores para o ano de 1420: par de botas de cordovão macho a 80 reais e de cordovão fêmea a 60 reais; borzeguins de cordovão macho a 50 reais e de fêmea a 35 reais e par de sapatos de cordovão macho a 18 reais. Além de confirmar a valorização do couro macho (que, no presente caso, ia de 33,4 a 42,9%), esta postura permite perceber que um par de botas custava mais 60 a 71,5% do que uns borzeguins e mais 233,4 a 344,5% do que uns sapatos. Por sua vez, um par de borzeguins valia mais 94,4 a 178% do que uns sapatos.

Em 1439-40, a administração de Mós de Moncorvo despendeu 112 reais com dois bons pares de sapatos e oito varas de burel, o que faz calcular em cerca de 16 reais o par de sapatos.

Conhecemos apenas cinco valores para o terceiro quartel do século XV: 16 reais por um par de sapatos de mulher em 1450-51; 24 reais por um par de sapatos de homem em 1461-62; 20 reais por um par de sapatos por volta de 1474 e 30 reais por um par de botinas de mulher em 1474-75.

Em 1480, num tabelamento ordenado por D. Afonso V para a comarca de Entre Tejo e Guadiana, apenas se referem o cordovão e o carneiro como matérias-primas, sendo que o cordovão continuava mais dispendioso. Assim, se um par de borzeguins de cordovão valia entre 51 e 80 reais, um par de borzeguins de carneiro valia entre 35 a 60 reais. Em termos de género, os borzeguins eram os mais caros. Seguiam-se os pantufos (55 reais), os chapins de homem (45 reais), sapatos (18 a 45 reais), botinas de mulher (33 reais) e servilhas (19 a 22,5 reais). Entre 80 reais do maior par de borzeguins de cordovão e 19 reais de um par de servilhas de carneiro ia uma diferença de 321%.

Regista-se nova postura portuense em 1482, desta feita colocando um topo de 80 reais para o par de borzeguins (o mesmo de 1480, na comarca de Entre Tejo e Guadiana) ou socos e de 12 a 32 reais por par de sapatos. Em 1482-83 e 1485-86, na mesma cidade, um par de

²⁹⁶ Com estes aparece a única cor referida, no caso, vermelho: "*boons çoquos uermelhos*". CRUZ, António, "Os Mesteres do Pôrto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos". Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. III – Fasc. 1. Porto, 1940, p. 18.

botinas de mulher importou, respectivamente, entre 27,5 a 31,5 reais e entre 40 a 46,7 reais. Em 1491-92, na vila do Funchal, um par de sapatos custava menos de 15 reais (na medida em que se despenderam 60 reais com 4 pares de sapatos e panos para os anjos da procissão de “*Corpus Christi*”) e, em 1493-94, novamente na cidade nortenha, um par de borzequins tinha subido para cerca de 100 reais.

Data de 1498 a única postura lisboeta conhecida para o preço do calçado²⁹⁷. Naturalmente, as melhores “*peles da Ilha ou de ca do Regno*”²⁹⁸ constituíam a matéria-prima mais valiosa, seguidas do cordovão. A única referência a couro vacaril atribui-lhe o mesmo valor que ao cordovão. O couro de carneiro surge como a matéria-prima mais barata. Assim, um par de borzequins de pele custava entre 130 a 140 reais, um par de borzequins, ditos comuns, ou seja, de cordovão, entre 110 a 120 reais e um par de borzequins brancos de carneiro apenas 90 reais. É de salientar que os borzequins aparecem, neste final de século XV, como o tipo de calçado mais valioso. Custavam, como acabamos de ver, entre 90 a 140 reais. Seguiam-se os pantufos, a custarem 75 reais, os chapins de homem, a custarem 60 reais, os sapatos, sendo que os mais baratos, feitos de cordovão ou vaca, valiam 40 reais e os mais caros, à base de couro das ilhas, 50 reais. As servilhas apareciam como o calçado mais acessível, sendo que os mais baratos, feitos de carneiro, valiam 15 reais e os mais caros, à base de cordovão, 20 reais. De referir que o preço do calçado não era apenas definido pela matéria-prima, mas também pela coloração. Note-se que um par de borzequins pretos valia menos 10 reais do que um par de borzequins de cor. Em relação aos sapatos, a diferença ficava-se pelos 5 reais. Entre as servilhas de 15 reais e os borzequins de 140 reais, ocorria uma diferença de 833,3%.

À semelhança do vestuário, o calçado não viu o seu custo aumentar a partir da segunda metade do século XIV, bem pelo contrário. Assim, se em 1379-81 o calçado mais caro custava 3 libras (31,38 g) e, em 1401-02 e 1413, uma quantia de 100 reais (35 g), já em 1480-82, a quantia máxima chegou apenas a 80 reais (9,2 g), em 1493-94, a 100 reais (10,1 g) e, em 1498, a 140 reais (14 g). É ponto assente que o calçado foi mais caro em finais do século XIV do que em finais do século XV.

Analisando apenas o século XV, pensamos poder dividi-lo em três fases. Um início de século com preços idênticos ou ligeiramente superiores aos praticados na segunda metade do século XIV. A fase central do século XV caracterizada pelos mais baixos preços e os últimos vinte a trinta anos de Quatrocentos com inflação, mas sem atingir as cifras da segunda metade do século XIV e inícios do XV. Esta divisão apresenta, naturalmente, bastantes coincidências

²⁹⁷ Referem-se a pele, o cordovão, o couro vacaril e o couro de carneiro como matérias-primas. Em termos de tipos, registam-se as seguintes menções: borzequins, pantufos, chapins, sapatos e servilhas.

²⁹⁸ *Livro das Posturas Antigas*, p. 222.

com o que vimos relativamente ao preço da carne. A exportação de couros e peles para Castela surge, também aqui, como uma clara causa de inflação. Com efeito, nas cortes de Évora de 1481-82, o povo protestava contra a permissão que D. Afonso V dera a essa exportação e “que por essa causa uns sapatos que valiam vinte reaes, agora, de sete annos a esta parte, valem cincoenta, e assim os borzeguins e todas as coisas para que se aproveita o coiro têm subido a grande carestia”²⁹⁹. Da mesma forma, em acta de vereação portuense de Fevereiro de 1482, era referido “*que auya çinquo ou sejs meses que os çapatos valliam a xxb e a xxbj reaes o par e que agora os lleuntarom a R e a Rb Reaes o par*”³⁰⁰.

Gostaríamos de finalizar este ponto com a indicação de que, em 1451, D. Afonso V calculava em 1016 e 273,6 reais o gasto anual, em vestuário e calçado, de acompanhantes de escudeiro em missão a Ceuta. Ora, esta verba é preciosa no sentido de espelhar um maior custo do vestuário face ao calçado em cerca de 270% e de permitir calcular a equivalência dessas quantias mensais (84,66 e 22,8 reais) em cerca de 8,5 e 2,3 alqueires de trigo.

2.4. Obras literárias e materiais de escrita

Datas Extremas: 1333-1499;

Representação Geográfica: Alvorge, Braga, Évora, Funchal, Grijó, Guimarães, Lisboa, Montemor-o-Novo, Mós de Moncorvo e Porto.

É bem conhecido como os séculos XIV e XV desenvolveram a arte da escrita, fruto, por um lado, da maior consciência da instrução como um caminho de sucesso com vista à ascensão social, por outro lado, da crescente necessidade contabilística e de recenseamento que penetrou decididamente no seio da administração central e daí a toda uma rede de médios e pequenos órgãos de gestão local. Estes e outros factores, forçando uma maior produção e aquisição de materiais de escrita, originaram um maior número de registos de compras, começando, assim, a surgir alguns preços nas fontes tardo-medievais: de obras literárias, livros, cadernos, cera, papel, tinta, pergaminhos, etc.

Muitos desses registos reúnem na mesma cifra diversos materiais³⁰¹, pelo que se torna impossível obter algo mais do que apenas uma ordem de grandeza. Começemos exactamente por aí, por alguns registos gerais de despesa. Em 1365, o mosteiro de Grijó despendia

²⁹⁹ D. João I, com fundamento na falta de gado e no alto preço do calçado, proíbe a exportação por três anos. BARROS, *Historia da Administração Pública...*, X, p. 309.

³⁰⁰ CRUZ, “Os Mesteres...”, p. 26.

³⁰¹ Foram comuns registos do género: “*Item deu mais seis centos reaes ao dito Afonso Lourenço pera compra de papell e purgaminhos e tymta pera os contos de Cepta*”. *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 356.

anualmente “em tinta e en papel e en cera pera seellar tres libras”³⁰². Em 1436, a execução de um pedido na comarca de Trancoso (para a armada a Tânger) exigiu um gasto de “tres mil e quinhentas libras pera compra de papell pera livros e Rooles per que se o dito pidido recadou em a dita comarca”³⁰³. Finalmente, em 1454, despenderam-se “mil e çemto e seis reaes (...) pera compra de papel e porgaminhos e tymta pera os comtos de Cepta”³⁰⁴. Realizando as devidas equivalências em prata, chega-se à curiosa conclusão de que o gasto anual do mosteiro de Grijó em 1365 pouco mais dispendioso foi do que a despesa com papel de um pedido na comarca de Trancoso em 1436. Assim, o mosteiro crúzio despendeu cerca de 36,3 g e o pedido conduziu ao gasto de 32,4 g. Por sua vez, estas quantias eram compreensivelmente mais diminutas do que a de 231 g, despendida, em 1454, por um órgão de administração complexo como eram os contos de Ceuta.

O valor que o homem medieval atribuía à sua produção literária é, sem dúvida, uma das questões mais interessantes da história dos preços. Deixam-se aqui algumas indicações para um estudo mais aprofundado sobre o tema. Em 1333, um missal encontrava-se avaliado em 3 libras (36,9 g) e um breviário em 15 libras (184,5 g), mas regista-se um “*Livro Sexto*” a atingir as 305 libras (3751,5 g). Relembre-se como este ano foi de intensa crise e o preço dos géneros alimentares disparou, chegando o alqueire de trigo a custar entre 15 e 20 soldos. Ainda assim, o dito missal chegava para comprar três alqueires de trigo e o “*Livro Sexto*” cerca de 305 alqueires de cereal nobre. Em 1442, na vila de Guimarães, uns “*Evangelhos*” valiam 300 reais (98,7 g), quantia que comprava 30 alqueires de trigo, 50 cabritos ou 50 varas de bragal. A execução das disposições testamentárias do infante D. Henrique permite contactar com o valor de novo breviário por volta de 1461, mais precisamente 4119 reais (634,79 g), quantia suficiente para adquirir 412 alqueires de trigo ou 51 almudes de vinho, bem como de um “*Santal de Canto*” e um “*Domingal*”, avaliados em 2045 reais (312,89 g). Finalmente, em 1466, um conjunto de livros de direito que incluía um “*Código de Justiniano*”, um “*Digesto Velho*”, um “*Esforçado*” e um “*Digesto Novo*” obrigaram a uma fiança de 30000 reais, o equivalente, note-se, a cerca de 1700 alqueires de trigo ou 136 côvados de um tecido de alta qualidade (veludo roxo)³⁰⁵.

Um breve apontamento sobre o custo de livros e cadernos com fito administrativo leva a registar os seguintes dados: em 1452, um livro e um caderno custaram 54 reais (11,29 g), o mesmo valor, sensivelmente, de 5,4 alqueires de trigo; em 1490, três livros custaram 196 reais

³⁰² *Livro das Campainhas...*, p. 75.

³⁰³ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 42.

³⁰⁴ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 689.

³⁰⁵ Notícia-se ainda a compra, em 1471 e em numerário flamengo, de dois livros missais por 204 soldos, um livro grande de estante por 179 soldos e 8 dinheiros e um livro de “*horas de Santa Maria*” por 44 soldos.

e, em 1496, apenas um livro importou 30 reais (3 g). Na cidade do Porto, o livro de receita e despesa ou de vereações custou, respectivamente, 91 reais (9,19 g) em 1491-92, 85 reais (8,59 g) em 1493-94 e 120 reais (12 g) em 1496-97. Por estes anos, uma gamela de tripas e uma galinha rondariam, na mesma cidade, 80 e 10 reais.

Embora tenha sido objecto de análise individual³⁰⁶, importa aqui anotar alguns preços da cera enquanto matéria-prima indispensável para os selos e, por consequência, despesa corrente no que à escrita dizia respeito. Apenas por duas ocasiões foi possível apreender concretamente o preço de cera necessária para o fabrico de determinado número de selos ou para selar determinado número de cartas³⁰⁷. Em 1422-23, sabemos que a cera necessária para o fabrico de um selo em Montemor-o-Novo custou 20 reais (6,2 g)³⁰⁸. Por sua vez, em 1485, o procurador funchalense “*deu por çera pera assellar das cartas – a saber – hua pera el Rej e outra pera o duque dezasseis rs*”³⁰⁹

Tal como no caso da cera, apenas dois preços permitem uma percepção objectiva do custo da tinta. E aqui é curioso verificar que no espaço de 38 anos (1461-62 e 1499) e em dois espaços geográficos distintos (Porto e Montemor-o-Novo) uma canada de tinta custou exactamente o mesmo valor facial, 40 reais. Em termos reais, feitas as equivalências métrica³¹⁰ e monetária entre o preço portuense de inícios da década de 1460 (6,12 g) e o montemorense de final do século (4 g), chega-se a uma deflação de cerca de 5%, a qual, todavia, devia ser superior. Refira-se ainda que, em 1452-53, se fizera menção a outro valor de 40 reais (8,36 g) “*por tinta pera os contos de Çeepta*”³¹¹. Desconhecemos a quantidade adquirida, mas a tratar-se de nova canada, é mais uma prova do embaratecimento da tinta ao longo do século XV. Uma referência ainda para dois preços de tinteiros: um de 1367, relativo à venda em leilão, no Alvorge, de um tinteiro grande por 4 soldos (2,42 g); outro de 1499, relativo à compra por parte da vereação de Montemor-o-Novo de “*hum tinteyro de pao*”³¹² por 80 reais (8 g).

2.4.1. Pergaminho (pele)

Datas Extremas: 1340-1499;

³⁰⁶ Enquanto matéria-prima ligada à iluminação.

³⁰⁷ A maior parte dos preços detectados não permite essa percepção, já que não especifica quantidades. Exemplo disso é uma despesa do procurador funchalense em 1485, o qual “*deu por cera pera sellos pera assellar as cartas XXiiij rrs.*” *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 172.

³⁰⁸ Sabendo que o arrâtel de cera, na mesma data e vila, custava 8 reais, chega-se à conclusão que o dito selo pesava cerca de 0,85 g.

³⁰⁹ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 168

³¹⁰ Segundo equivalência métrica de um almude por doze canadas e de 27.600 litros por almude portuense e de 18.797 litros por almude montemorense. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11

³¹¹ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 334.

³¹² FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 171.

Representação Geográfica: Braga, Évora, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Mós de Moncorvo e Porto;

Preço Máximo: 25 reais (Porto – 1461-62): 3,83 g de prata;

Preço Mínimo: 12 reais (Porto – 1496-97): 1,2 g de prata;

Oscilação Máxima: 219% / 2,63 g de prata;

Oscilação Facial: 1 soldo e 6,5 dinheiros a 58,33 soldos e 7 a 27,5 reais brancos.

Uma análise do preço do pergaminho terá obrigatoriamente que restringir o seu exame aos registos que evoquem a pele como unidade de aquisição. Seria inviável qualquer tentativa de comparação, por exemplo, entre o custo de “*hum pedaço de purgaminho em que se fizeram os pellouros*”³¹³ ou de um “*purgamjnhu pera as endições*”³¹⁴ com o valor de uma pele passível de encadernar dois livros³¹⁵. Adoptado esse cuidado metodológico³¹⁶, pensada a informação disponível, fica a ideia de uma grande estabilidade de preço nos séculos XIV e XV. Na verdade, para um período de 159 anos chega-se a uma oscilação máxima de apenas 219%, o que revela, igualmente, uma certa uniformidade nas características das peles adquiridas. Da mesma forma, é extremamente significativo o facto de o preço de uma pele de pergaminho ter sido praticamente o mesmo em 1340-41, na cidade de Évora, e em 1450-51 ou em 1474-75, na cidade do Porto, cerca de 1,5 g de prata.

Exposta esta linha de força, encaremos os preços imbuídos de uma perspectiva de teor evolutivo. Conhecem-se onze operações de compra de peles para a cidade de Évora dos anos de 1340-41. Sem especificação de dimensões e somente referida por duas vezes a qualidade do pergaminho, no caso, pele de carneiro, chega-se a um preço médio de aquisição na ordem dos 2 a 3 soldos por unidade (1,23 a 1,85 g)³¹⁷. Em 1394, na cidade de Braga, a compra de uma dúzia de pergaminhos levou ao desembolso de 35 libras, o que permite calcular o preço da unidade em 58,33 soldos (2,68 g), ou seja, bastante mais elevado do que o verificado em 1340-41. Em 1422-23, na vila vizinha de Montemor-o-Novo, a compra de uma “*pelle de purgaminho pera cobrir este livro e o da vereaçom*”³¹⁸ conduziu a um gasto de 7 reais (2,17 g), quantia ligeiramente inferior à verificada em finais do século anterior, mas ainda inflacionada 40,9% face a 1340-41.

A segunda metade do século XV abre com preços perfeitamente enquadráveis nos já mencionados. Em 1450-51, uma pele custava entre 7 e 8 reais (1,46 e 1,84 g) no Porto e cerca

³¹³ Adquirido em 1422-23, em Montemor-o-Novo, por 1 real. FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 159.

³¹⁴ Adquirido em 1486, no Funchal, por 12 reais. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 176.

³¹⁵ Adquirido em 1422-23, em Montemor-o-Novo, por 7 reais. FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 156.

³¹⁶ Ainda que as peles variassem em qualidade e dimensão, pensamos que ao termo era inerente uma certa uniformidade, confirmada, aliás, pelos preços.

³¹⁷ Sabemos ainda que no dito ano e cidade “as aquisições de peles agrupam-se em dois períodos claramente delimitáveis: o Verão de 1340 e a Primavera-Verão de 1341, e assim sugerem uma relação com a prática da transumância”. SOUSA (B.), SILVA (F.) e MONTEIRO (N.), “O Livro das Despesas...”, p. 96.

³¹⁸ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 156.

de 10 reais em Lisboa (2,09 g). Por outro lado, não constituirão estes preços novo testemunho da inflação lisboeta? O ano económico portuense de 1461-62 traz consigo um preço de 9 reais ou 1,38 g, valor na ordem dos que temos vindo a mencionar, mas também um de 25 reais ou 3,83 g. Esta quantia, a mais alta de que temos conhecimento, provocou uma oscilação mínima de 177,5% para essa cidade e ano, quando em nenhum outro momento há notícia de se terem ultrapassado os 51% de oscilação anual (1340-41, 1450-51, 1474-75 e 1485-86). Em 1474-75 mantêm-se os preços na ordem das 1,5 g: compra de peles por 12 e 14 reais (1,45 e 1,69 g).

A década de 1480 parece ter sido palco de um aumento do custo do pergaminho, já que a média de preços sobe, novamente na cidade do Porto, para cima das 2,5 g. Assim, para 1482-83 conhece-se uma aquisição por 25 reais (2,88 g) e, para 1485-86, duas aquisições por 22 e 27,5 reais (2,22 e 2,78 g). Esta percepção encontra-se de acordo com a alta de preços verificada tanto para a carne como para o calçado, a qual encontrava a sua principal causa na exportação de gado. Os finais da década de 1490 revelam uma deflação considerável: em 1496-97, no Porto, adquiriu-se uma pele de pergaminho por menos de metade do preço médio da década anterior, ou seja, por uns módicos 12 reais (1,2 g) e, em 1499, em Montemor-o-Novo, 25 reais (2,5 g) bastaram para a compra de pergaminhos para encadernar livros e para o pagamento desse mesmo trabalho de encadernação (*“pera os pullgaminhos pera os lyvros e encardenar”*)³¹⁹.

2.4.2. Papel (mão; resma)

Datas Extremas: 1340-1499; 1436-1497;

Representação Geográfica: Braga, Évora, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Santarém e Porto; Funchal, Guarda, Lisboa e Porto;

Preço Máximo: 18 reais (Montemor-o-Novo – 1422-23): 5,58 g de prata; 10500 libras (Guarda – 1436): 97,2 g de prata;

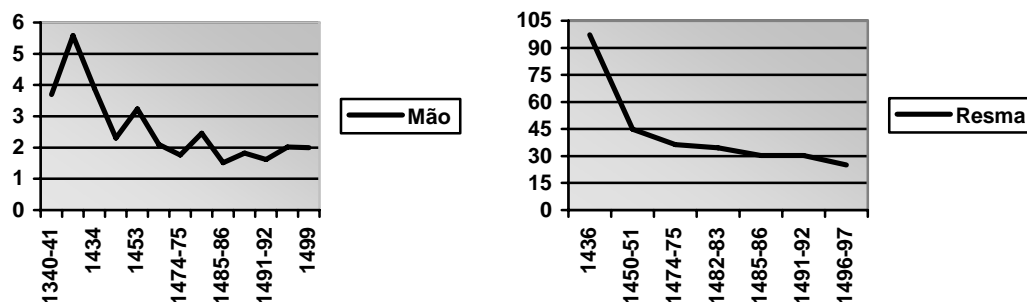
Preço Mínimo: 15 reais (Funchal e Porto – 1485-86): 1,52 g de prata; 240 reais (Porto – 1496-97): 24 g de prata;

Oscilação Máxima: 267% / 4,06 g de prata; 305% / 73,2 g de prata;

Oscilação Facial: 5 a 7 soldos, 15 reais de 3,5 libras e 10 a 22,7 reais brancos; 180 a 300 reais brancos.

Gráficos I e II: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PAPEL (MÃO E RESMA) EM G DE PRATA (1340-1497)

³¹⁹ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 167.



Os preços compilados não parecem deixar qualquer dúvida: o valor comercial do papel sofreu uma progressiva desvalorização ao longo do século XV, ainda que, em certas ocasiões, esse processo pudesse ter sofrido ligeiríssimos recuos. Detenhamo-nos, primeiramente, nos números relativos a aquisições de resmas de papel. Estes não só reflectem a desvalorização, como também a apresentam duma forma constante e ininterrupta³²⁰. Assim, entre 1436 e 1450-51, é possível apontar uma deflação entre 46,2% a 61,3%, uma vez que no primeiro ano se adquirira, para o almoxarifado da Guarda, uma resma por 300 reais (97,2 g) e, no segundo, duas resmas, uma para a vereação portuense por 180 reais (37,62 a 41,4 g) e outra para a Casa de Ceuta por cerca de 250 reais (52,25 g). Na segunda metade do século XV, a depreciação continuou, mas ao que tudo indica de forma menos acentuada, caminhando-se, provavelmente, no sentido duma estabilização de preço. É nesse sentido que entendemos uma deflação menor (na casa dos 30%) para um período maior (entre 1450-51 e 1496-97), deflação construída, na cidade do Porto, nos seguintes moldes: 3,5% entre 1450-51 e 1474-75 (300 reais ou 36,3 g); 4,9% entre 1474-75 e 1482-83 (300 reais ou 34,5 g); 12,2% entre 1474-75 e 1485-86 (300 reais ou 30,3 g) e 17,5% entre 1485-86 e 1496-97 (cerca de 250 reais ou 2,5 g).

As importâncias correspondentes a compras de mãos de papel solidificam a imagem aduzida anteriormente, apenas introduzindo algumas leves interrupções no processo deflacionista a partir de meados do século. Permitem igualmente o contacto com os únicos valores relativos ao século XIV, mais precisamente a 1340-41 e a Évora. Estes andavam em torno dos 5 a 7 soldos (3,08 a 4,31 g), ou seja, importâncias mais baratas do que as relativas à primeira metade do século seguinte e mais caras face às da segunda³²¹. O primeiro quartel do século XV aparece como detentor dos valores mais elevados, os únicos a ultrapassar as 5 g de

³²⁰ Note-se, no entanto, que esta conclusão apenas se consegue obter pela análise dos valores reais, já que, facialmente, se denota uma grande estabilidade de preços. De facto, em oito ocasiões para o período de 1436 a 1497, 5 delas reflectem a mesma importância de 300 reais brancos, o que é extremamente significativo e constitui novo exemplo de estabilidade facial na definição dos preços medievais.

³²¹ Sabemos ainda que no dito ano e cidade “os preços de Inverno serão uns 20% a 40% mais elevados que os do Estio, ou porque o papel fosse importado, e neste caso a maior dificuldade do trânsito no Inverno explicaria, ou porque, embora produzido localmente, a falta de sol na estação elevasse os custos de produção”. SOUSA (B.), SILVA (F.) e MONTEIRO (N.), “O Livro das Despesas...”, p. 96.

prata. Assim, em 1404 e 1422-23, uma mão custou 15 reais (5,25 g) e 18 reais (5,58 g). A partir dessa altura o preço sofre uma clara descida. Assim sendo, é possível verificar que de 1422-23 (18 reais ou 5,58 g) a 1434 (12 reais ou 3,89 g) e desta data a 1450-51 (10 reais ou 2,09 g), o custo da mão de papel pode ter quebrado 29,2% e 38,3%, respectivamente. Já a segunda metade do século XV caminhou, à imagem do que se havia verificado com a resma, no sentido de uma maior estabilidade, tendo esta, todavia, sido pontuada por algumas oscilações de carácter inflacionista. Nesse sentido, é possível apontar uma deflação máxima de cerca de 53% para o período compreendido entre 1450-51 e 1499, deflação referente a valores de 1453 (15,5 reais ou 3,24 g) e 1485-86 (15 reais ou 1,52 g). Uma exposição mais detalhada para esta segunda metade de Quatrocentos permite detectar certos momentos em que o custo do papel sofreu ligeiras valorizações, entrecortando assim o movimento geral de quebra. Tal poderá ter ocorrido em cerca de 29,1% em 1453 (15,5 reais ou 3,24 g) face a 1451 (12 reais ou 2,51 g); em cerca de 29,6% em 1482-83 (20 reais ou 2,3 g) face a 1474-75 (15,5 reais ou 1,76 g) e em cerca de 32,9% em 1493-94 (20 reais ou 2,02 g) face a 1485-86 (15 reais ou 1,52 g).

Uma perspectiva de carácter geográfico possibilita algumas conclusões interessantes, como, desde logo, a ideia recorrente de que o mercado lisboeta praticou preços mais gravosos do que o portuense. Assim, no ano de 1451, uma mão de papel custava mais 20% em Lisboa do que no Porto (12 reais na primeira cidade e 10 reais na segunda) e uma resma mais 38,9% (180 e cerca de 250 reais). Da mesma forma, em 1490-91, uma mão de papel custava mais 12,5% em Lisboa do que no Porto (18 reais na primeira cidade e 16 reais na segunda). Ao invés, o preço do papel não é novo testemunho da inflação funchalense: em 1485-86, uma mão de papel podia ser adquirida nessa vila por 15 reais, exactamente a mesma quantia que se tinha que desembolsar no Porto e, em 1491-92, uma resma custava 300 reais, o mesmo que na cidade nortenha em 1485-86. Prova, sim, a estabilidade do preço do papel na segunda metade de Quatrocentos. Acrescem outros indícios nesse sentido: o facto de na década de 1490 se ter praticado o mesmo preço facial, em Montemor-o-Novo e no Porto, por uma mão de papel (cerca de 20 reais) e as ocasiões em que, no mesmo ano e cidade, o mesmo preço foi registado por mais de uma vez. Tal aconteceu na vila alentejana em 1422-23 e 1499 (em mais de 20 ocasiões) e no Funchal em 1485-86. Embora estes exemplos se resumam a três espaços geográficos, a verdade é que os preços poderiam, ainda assim, desenhar diferenças consideráveis, o que, todavia, não sucede.

Todos os cálculos aqui produzidos não ignoram o facto de terem sido vários os tipos e qualidades de papel a circular nas mãos dos letrados tardo-medievais. Pensamos, todavia, que

os preços extraídos das fontes referiam um tipo de papel muito idêntico e passível de comparação. Quando este se diferenciava, por algum motivo, o redactor do registo sentia regularmente a necessidade de o anotar. Em 1451, na cidade de Lisboa, registava-se a diferença entre uma mão de papel pequena (a mais comum) e a mão de papel de marca grande. Entre os 12 reais da primeira e os 55 reais da segunda separava-as um custo de 358%. Já em 1482-83, o escrivão do livro de receita e despesa portuense não deixou, por exemplo, de marcar a diferença entre um valor relativo a papel “comum” (20 reais) e outro relativo a papel de boa qualidade (22,7 reais) e, por isso, mais caro em cerca de 13,5%.

Em relação às medidas, sabe-se que o papel era frequentemente vendido em resmas, mãos (c. de 25 folhas) e maços. Apenas dispomos de preços relativos às primeiras duas medidas e, através deles, pode-se afirmar que uma resma era, em média, mais cara entre 14 a 20 vezes do que uma mão de papel.

Comparando o preço dos dois suportes de escrita, é sem surpresas que se constata a carestia do pergaminho face ao papel, diferença que se foi acentuando ao longo do século XV (essencialmente devido à redução do custo do papel), como espelha o seguinte quadro:

Quadro XI: COMPARAÇÃO DO PREÇO DO PERGAMINHO (PELE) E PAPEL (MÃO) (1340-1499)

Data	Local	Preço do pergaminho	Preço do papel
1340-41 ³²²	Évora	2 a 3 s.	c. 5 s.
1422-23	Montemor-o-Novo	7 r.	18 r.
1450-51	Porto	7 e 8 r.	10 r.
1451	Lisboa	c. 10 r.	12 r.
1461-62	Porto	9 e 25 r.	11, 12, 14 e 18 r.
1474-75	Porto	12 e 14 r.	14 e 15 r.
1482-83	Porto	25 r.	20 e 22,7 r.
1485-86	Porto	22 e 27,5 r.	15 r.
1499	Montemor-o-Novo	25 r.	20 r.

³²² Comentando o valor do pergaminho, Maria José Azevedo Santos referia: “O pergaminho era, de facto, caro, sobretudo comparado com o papel e outros produtos. No ano económico de 1340-41 a Sé de Évora comprou 47 peles e 12 mãos de papel. Por exemplo, por três peles para fazer róis dos aniversários despendeu nove soldos embora a média dos preços se fixasse entre os 2 e 3 soldos. Quanto ao papel, regra geral deu por uma mão (c. de 25 folhas) 5 soldos o mesmo preço de um leitão e quase o dobro do custo de uma galinha grande 3 soldos, e de dois coelhos, 2 soldos e quatro dinheiros.” SANTOS, Maria José Azevedo – *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005, p. 35.

2.5. Materiais de Construção

2.5.1. Cal (**alqueire**)

Datas Extremas: 1422-1499;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Porto e Setúbal;

Preço Máximo: 5 reais (Porto – 1450-51): 1,15 g de prata;

Preço Mínimo: 2 reais (Montemor-o-Novo – 1499): 0,2 g de prata;

Oscilação Máxima: 475% / 0,95 g de prata;

Oscilação Facial: 1 a 1,4 soldos e 2 a 7 reais brancos.

Ao contrário do que aconteceu com a maior parte dos bens de consumo alimentar, este produto industrial parece ter sido mais caro na cidade do Porto do que na cidade de Lisboa e na vila do Funchal, pelo menos na segunda metade do século XV. Assim, se em 1461-62, no Porto, um alqueire de cal custava entre 5 a 6 reais (0,77 a 0,92 g), já em Lisboa, no ano de 1468, importaria cerca de 1,56 reais (0,23 g). Por sua vez, se em 1493-94, na cidade nortenha, a mesma medida era vendida por 7 reais (0,71 g), já na vila do Funchal apenas se gastavam 4,69 reais (0,47 g). Em 1495, em Setúbal, e em 1499, em Lisboa, a cal continuava bastante acessível, importando, respectivamente, apenas 3,12 reais (0,31 g) e 2,34 reais (0,23 g).

Tratam-se de diferenças significativas que espelham óbvias diferenças geológicas entre a cidade nortenha e as regiões de Lisboa e da Madeira (sobretudo Porto Santo) e consequente maior ou menor facilidade de acesso à matéria-prima³²³. Preços mais próximos eram, obviamente, aqueles praticados em espaços geologicamente mais idênticos como eram Lisboa e Montemor-o-Novo. Assim, em 1499, o alqueire era vendido por 2,34 reais em Lisboa e por 2 reais na vila alentejana. Neste caso, a diferença de preços prejudicava o consumidor lisboeta num mínimo de 17%, algo perceptível em função de um mercado citadino mais ávido em termos de construção. Por sua vez, o preço eborense de 1 a 1,4 soldos (0,52 a 0,73 g), embora datado do século anterior (ao que tudo indica do ano de 1380), enquadra-se perfeitamente nos valores regionais apresentados para o século XV.

Em termos evolutivos, parece ter ocorrido uma ligeira subida de preço entre 1380 e 1422-23, já que em locais muito próximos, como são Évora e Montemor-o-Novo, o alqueire de cal era avaliado, na primeira data, em 1 a 1,4 soldos (0,52 a 0,73 g) e, na segunda, em 2,5 reais (0,78 g). Posteriormente, parece detectar-se um movimento deflacionista ao longo do século

³²³ Ressalve-se, todavia, que estas diferenças são atenuadas em virtude da maior capacidade do alqueire portuense: segundo a já referida tabuada de Moraes, os alqueires portuense, lisboeta, funchalense e setubalense equivaliam, respectivamente, a 17, 13,800, 16,380 e 13,375 litros (MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11). Por outro lado, devemos também atender ao facto de as indicações de preços relativas a Lisboa (1468 e 1499), Funchal (1493) e Setúbal (1495) serem cálculos com base no preço de moios de cal e da possibilidade de compras de maiores quantidades espelharem um menor custo relativo. Em todo o caso, não existem dúvidas de que a cal era mais barata nesses espaços do que na cidade do Porto.

XV. Em Montemor-o-Novo, verificou-se uma descida de 74% entre 1422 e 1499. Da mesma forma, se compararmos o valor de Montemor-o-Novo de 1422 e o de Lisboa de 1468, regista-se uma deflação de 70%. No Porto, ocorreu uma descida de 15% entre 1450-51 e 1461-62 e de 28% entre 1461-62 e 1491-92. Em contraponto com esta tendência surgem dois dados: no Porto, identifica-se uma inflação de 16,6% entre 1491-92 e 1493-94 e, em Lisboa, a cal manteve o mesmo valor entre 1468 e 1499. Em todo o caso, não esmorecem a ideia de descida de preço ao longo da centúria de Quatrocentos, identificável na maior parte das situações em análise.

2.5.2. Telha e Tijolo

Telha (**milheiro**)

Datas Extremas: 1340-1499;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto;

Preço Máximo: 1744 reais (Funchal – 1485): 176,14 g de prata;

Preço Mínimo: 370 reais (Montemor-o-Novo – 1499): 37 g de prata;

Oscilação Máxima: 376% / 94,7 g de prata;

Oscilação Facial: 90 a 100 soldos e 160 a 1300 reais brancos.

Um milheiro de telhas custaria, entre 1380 e 1499, uma quantia em prata entre 37 e 176,4 g. Em termos evolutivos, os elementos susceptíveis de análise indiciam uma clara descida de preço desde meados do século XIV, mantendo-se ao longo do século XV. Com efeito, se em 1340-41, em Évora, o milheiro rondaria os 4 morabitinos (66,42 g), já em 1380-82, na mesma cidade, era tabelado em 4,5 e 5 libras (47,07 e 52,3 g) e, antes de 1443, em Montemor-o-Novo, em 160 reais (42,88 g), o que significava descidas de cerca de 25 e 13,5%. Em 1499, registava-se deflação semelhante face a 1443 (13,7%), já que 370 reais (37 g) bastavam para adquirir um milheiro de telhas na vila alentejana. Também os dois registos disponíveis para a cidade do Porto indiciam deflação, ainda que ligeira e na casa dos 10%: cerca de 37 reais (5,66 g), por moio, em 1461-62 e 50 reais (5,05 g), pela mesma medida, em 1494.

Geograficamente, parece que o mercado funchalense foi o mais penalizador. Em 1485, dispenderam-se nessa vila 1300 reais (131,3 g) por milheiro e 300 reais por 172 telhas (30,3 g), o que significava uma diferença entre 119 a 193% face ao segundo valor mais alto do último quartel do século XV: 600 reais (60 g) por milheiro, em Lisboa, no ano de 1499. Por sua vez, comparando este valor lisboeta com o preço verificado, no mesmo ano, mas na vila de Montemor-o-Novo, na qual bastaram 370 reais (37 g), verificou-se uma diferença superior a 60% que prejudicava o consumidor lisboeta. Tal como aconteceu com o alqueire de cal, a

explicação para esta diferença deve-se, em grande parte, ao facto de a cidade de Lisboa ter significado mais exigência e procura no sector da construção.

Uma última indicação para alguns valores detectados para o ano de 1499. Em Lisboa, a vereação local estabelecia preços para a venda de três tipos de tijolos: o de alvenaria a meio real (0,05 g), o portal a 1 real (0,1 g) e o mazarize a 1,5 reais (0,15 g). De referir que o custo, na mesma cidade, de um milheiro de telhas (600 reais) chegava para adquirir 1200 tijolos de alvenaria, 600 de portal ou 400 mazaris. Noutra perspectiva, pode-se aventar que o custo de um tijolo de médio preço custaria sensivelmente o mesmo do que um simples ovo, ou seja, 1 real. Por sua vez, a vila de Montemor-o-Novo oferece os seguintes registos: 283 reais por 40 alqueires de cal, 500 telhas e 120 tijolos; 240 reais por tijolos para relógio; 103 reais por 40 alqueires de cal e 120 tijolos e, finalmente, 50 reais por tijolos para ladrilhar cadeia. Recorde-se que, no mesmo ano e espaço, um alqueire de farinha importava 35 reais e um almude de vinho branco entre 56 e 64 reais.

2.5.3. Outros materiais de construção: madeiras e minerais

Datas Extremas: 1393-1499,

Representação Geográfica: Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

Como não podia deixar de ser, as madeiras ocuparam um lugar de destaque no campo dos materiais de construção medievais. Agueiros, barrotes, cumeeiras, esteios, paus, ripas, tabuado e tábuas, traves e varas, seguem-se alguns traços dos seus preços ao longo de Quatrocentos. A grande nota que parece sobressair dos dados reunidos é a de que as madeiras foram bastante mais baratas na cidade do Porto do que na vila do Funchal na segunda metade de Quatrocentos. Embora se desconheça a qualidade das madeiras cujos registos de compra se estudam agora, o certo é que todos os casos passíveis de comparação transmitem essa ideia: um barrote, nos anos de 1485-86 e 1491-92, importou 24 e 20 reais no Funchal e apenas 2,5 reais no Porto; um pau, no ano de 1491-92, importou 37,5 reais no Funchal e apenas 7,5 reais no Porto; uma tábua, nos anos de 1485-86 e 1491-92, custou entre 25 e 60 reais no Funchal, mas apenas entre 7,5 e 8,33 reais no Porto; finalmente, uma trave, no ano de 1491-92, custou 150 reais no Funchal, mas apenas entre 30 e 35 reais no Porto. Na vila de Montemor-o-Novo,

no ano de 1499, um pau custou 80 reais e uma vara 12 reais. Em termos gerais, o registo da compra mais barata refere-se a 1493-94 e à cidade do Porto, tendo-se desembolsado apenas 1,66 reais (0,17 g) por um barrote. Ao invés, a compra mais avultada processou-se no Funchal, no ano de 1485, tendo-se despendido 100 reais (10,1 g) por um pau e outros 100 reais por uma trave.

Embora escassos, os registos de materiais de construção de origem mineral parecem oferecer um dado de análise curioso, ou seja, ao contrário do que acontecera com as madeiras, a areia parece ter sido mais cara no Porto do que em Montemor-o-Novo e no Funchal, vilas a registar o mesmo preço. Com efeito, se em 1491-92, um alqueire de areia custava na cidade nortenha 2 reais (0,2 g), já nas vilas do Funchal, em 1493, e Montemor-o-Novo, em 1499, eram apenas necessários 30 reais (3 g) por um moio³²⁴. Sobre a pedra, outro dos elementos fulcrais da construção medieval, sabemos que, em 1403, uma centena foi adquirida por 600 reais (210 g) na cidade do Porto, o mesmo preço de 40 alqueires de milho; que, em 1493, no Funchal, uma barcadiga importava 200 reais (20,2 g) e que, em 1499, um canto de cantaria lioz custava 14 reais (1,4 g) em Lisboa e uma braçada 220 reais (22 g) em Montemor-o-Novo.

Do pez e breu, bastante utilizados como vedantes, conhecem-se apenas três aquisições: 52,5 reais (10,98 g) por arrátel, em 1451, na cidade de Lisboa; 360 reais (75,24 g) por arroba, em 1452-53, em Ceuta; e 32 e 50 reais (4,9 e 7,65 g) por arroba, em 1461-62, na cidade do Porto.

Refiram-se, por fim, as aquisições da madeira e pregadura de um cadafalso portuense por 100 libras (92 g), em 1393, o equivalente a 14 almudes de vinho branco; e da madeira e telha de um alpendre funchalense por 550 reais (555,5 g), em 1491, o equivalente a cerca de 30,5 arráteis de porco.

2.6. Ferro, ferragens e outros metais

2.6.1. Ferro (**quintal**)

Datas Extremas: 1380-1486

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana, Évora, Funchal, Lisboa e Porto;

Preço Máximo: 240 soldos (Évora – 1380): 125,52 g de prata;

Preço Mínimo: 350 reais (Porto – 1481): 40,25 g de prata;

Oscilação Máxima: 212% / 85,27 g de prata;

Oscilação Facial: 140 a 240 soldos, 157,14 reais de 3,5 libras e 350 a 1024 reais brancos.

³²⁴ Ainda que se tenha em atenção os já aduzidos argumentos da maior capacidade do alqueire portuense e da diminuição do preço em função do aumento da porção adquirida.

Analisando, desde já, os elementos que permitem chegar directamente ao preço do ferro, vemos que o quintal deste importou, no ano de 1380 e na cidade de Évora, duas quantias: 240 e 140 soldos (126 e 73 g), tendo, no entanto, esta última sido a mais mencionada (*“e posto o quintal por 7 libras como ora vall”*³²⁵). Passados trinta anos, redigia-se uma preciosa ementa de panos e metais com os respectivos preços ordenados por D. João I. Através dela sabemos que, em 1410, o quintal de ferro encontrava-se avaliado em 550 libras. Ora, esta quantia de 157 reais de 3,5 libras, correspondendo a 55 g de prata, representava uma forte deflação face ao valor eborense de 1380, deflação nunca inferior a 20%. A mesma ementa permite ainda situar o valor do ferro face a outros dois metais. Assim, temos que o ferro valia menos de metade do que valia o aço (342,86 reais ou 120 g) e menos de 90% do que importava o estanho lavrado (1714,29 reais ou 600 g).

Em meados do século XV, na cidade do Porto, verificou-se a compra, por parte da vereação local, de uma folha de ferro de Flandres, a qual exigiu o desembolso de 8 reais (1,67 a 1,84 g). Desconhecendo-se o peso da dita medida, fica apenas o registo de que, no mesmo ano económico de 1450-51, uma folha branca de estanho custou entre 2 e 2,08 reais (0,42 a 0,48 g) e uma folha de estanho dourada 2,5 reais (0,52 a 0,58 g), ou seja, preços bastante menores³²⁶. Em 1461-62, é crível que o quintal de ferro andasse, na mesma cidade, em redor de 560 reais³²⁷. Computando, como habitual, essa quantia em prata (85,6 g), chega-se à conclusão de que o preço do ferro subiu face a 1410. Uma diferença superior a 50% é quanto se extrai da comparação directa entre os dois valores.

Em diversas posturas de 1480 relativas à comarca de Entre Tejo e Guadiana *“lançou-se conta que valia aquy em esta cidade (Évora) a seiscentos reis o quintal”*³²⁸. Equivalente a cerca de 69 g, esta quantia revela uma diminuição de cerca de 20% relativamente ao registo anterior. Já em comparação com a cifra mais corrente ocorrida, na mesma cidade, exactamente um século antes, a diferença é mínima (73,22 para 69 g).

O movimento deflacionista é comprovado em Outubro de 1481 e em Agosto de 1483. Na primeira data, reunia a vereação portuense para discutir o caso de um mercador estrangeiro que começou a vender ferro por um preço e depois foi sucessivamente alterando-o (sobretudo embaratecendo-o até aos 350 reais), desrespeitando, assim, uma das posturas da cidade. Referindo, a certa altura, que o quintal de ferro não devia ultrapassar os 400 reais (46 g), esta

³²⁵ *Documentos Históricos...*, I, p. 147-48.

³²⁶ Neste mesmo ano, um pão de ouro para dourar objectos de culto custava 5 reais (1,05 a 1,15 g) e uma pele de ouropel 23 reais (4,81 a 5,29 g).

³²⁷ Neste mesmo ano, um pão de ouro para dourar objectos de culto custava 5 reais (0,77 g) e uma pele de ouropel 30 e 35 reais (4,59 e 5,36 g).

³²⁸ *Livro Vermelho...*, p. 516.

acta permite perceber uma clara deflação face ao valor ocorrido na mesma cidade em 1461-62. Da mesma forma, permite verificar que, pelo menos em inícios da década de 1480, o ferro foi muito mais acessível na cidade do Porto do que na comarca de Entre Tejo e Guadiana. Já em Agosto de 1483 e a propósito de uma contenda com os ferradores da cidade, a vereação lisboeta referia: “*E visto o preço do ferro que he muy barato*”³²⁹. Refira-se o papel dos mercadores estrangeiros para a execução destes baixos preços. Com efeito, nesta mesma contenda, os ferradores deixavam testemunho de que “*a duzia da ferrajem lhe custava. a duzia a R^{ta}ij rreaes da mão dos bizcainhos (...) e dos ferreiros da terra lhes custava a duzia a Lb Reaes*”³³⁰. A deflação manteve-se e deve-se ter mesmo acentuado, como se pode verificar pelo preço de 450 reais (45,45 g) por quintal, verificado na vila do Funchal em 1485, valor a registar sobretudo pelo espaço geográfico em questão. Em 1485-86, encontramos um valor elevado de 1024 reais (103,42 g) para a cidade do Porto, o qual, todavia, correspondia a ferro lavrado em padrões de peso, não podendo, por isso, constituir argumento contrário ao movimento de deflação.

Como reflexo indirecto do preço do ferro surgiam, essencialmente, os preços de três bens: ferraduras, alfaías agrícolas e pregos, os quais exigem, nessa linha, um breve comentário. Um comentário ao valor das ferraduras terá, em primeiro lugar, de distinguir entre ferraduras “*na mão*”, isto é, saídas do ferreiro e ferraduras “*lançadas*”, estas já incluindo o serviço prestado pelo ferrador. Os únicos dois momentos passíveis de apresentarem preços do primeiro género deixam a entender uma grande estabilidade ou leve deflação. Na verdade, se em 1380, na cidade de Évora, uma ferradura cavalar com seus cravos custava 14,5 dinheiros (0,63 g), passado exactamente um século, na mesma comarca de Entre Tejo e Guadiana, o mesmo bem importava 4,7 reais (0,54 g), acrescido do valor dos cravos ao custo individual de 0,124 reais (0,014 g). Mais frequentes, as verbas de ferraduras “*lançadas*” permitem confirmar vários cenários que têm vindo a ser sublinhados ao longo deste capítulo. Primeiro, constituem novo exemplo dos baixos preços praticados nos mercados nortenhos. Com efeito, se na cidade do Porto, em 1413, a ferradura cavalar importava apenas 2,5 reais (0,88 g), já em Loulé, em 1404, custava 4 reais (1,4 g) e, em Arraiolos, em 1420, chegava aos 8 reais (2,48 g), o maior preço registado em termos absolutos. Segundo, percebe-se um movimento geral de quebra ao longo do século XV. Assim, tendo em conta apenas valores relativos ao sul do reino, chega-se à seguinte imagem: 4 reais (1,4 g) em 1404, na vila de Loulé; 8 reais (2,48 g) em 1420, na vila de Arraiolos; 4 reais (1,24 g) em 1422, na cidade de Lisboa, 4 reais (1,32 g) em 1443-44, na

³²⁹ *Livro das Posturas Antigas*, p. 155.

³³⁰ *Livro das Posturas Antigas*, p. 155.

vila de Montemor-o-Novo, 6 reais (0,69 g) em 1480, 5 e 6 reais (0,58 e 0,69 g) em 1483 e 7 ou 8 reais (0,7 e 0,8 g) em 1498, na cidade de Lisboa. Terceiro, é de sublinhar alguma estabilidade na expressão facial e real deste bem. Como se pode verificar, um valor de 4 reais foi o preço da ferradura nos seguintes espaços e tempos: Loulé (1404), Lisboa (1422) e Montemor-o-Novo (1443-44). Em termos reais, a oscilação máxima conhecida para um período de 119 anos (1379-1498) rondou apenas 330%.

Uma última referência para o facto de as ferraduras cavalgar e muar terem sido geralmente tabeladas ao mesmo preço e a asnal importar entre menos 20 a 50%. Apenas na cidade do Porto e na vila de Arraiolos se verificou uma divisão tripartida em cavalgar, muar e asnal, baseada nas seguintes escalas de preço: 2,5, 2 e 1,5 reais, no primeiro caso, e 8, 4 e 3 reais, no segundo.

Comparando o valor das alfaias, deve referir-se que, cerca de 1380, na cidade de Évora, uma enxada (29 soldos ou 15,17 g) importava mais 57% do que um ferro de arado (18,5 soldos ou 9,68 g) e mais 2317% do que uma ferradura cavalgar (1,2 soldos ou 0,63 g). Em 1403, na vila de Loulé, uma enxada custava o mesmo que um alferce e um ferro de arado (40 reais ou 14 g), sendo estes mais caros 40% do que um machado grande (28,57 reais ou 10 g), 100% do que um machado médio (20 reais ou 7 g), 300% do que uma foice de segar pão (10 reais ou 3,5 g), 900% do que uma ferradura cavalgar (4 reais ou 1,4 g) e 2434% do que uma foice pequena (2,14 reais ou 0,75 g). Já em 1413, na cidade do Porto, a melhor enxada (20 reais ou 7 g) valia mais 11% do que o melhor machado (18 reais ou 6,3 g), mais 67% do que um ferro de arado (12 reais ou 4,2 g), mais 150% do que a melhor fouce e o melhor podão (8 reais ou 2,8 g) e mais 700% do que uma ferradura cavalgar (2,5 reais ou 0,88). Verifica-se, assim, que as alfaias agrícolas foram muito mais baratas no Porto do que em Loulé, no início do século XV, e do que em Évora, em 1380. Acompanhe-se, de seguida, a evolução do preço, em prata, de algumas destes instrumentos: uma enxada usada custou 6,35 g em 1367 e 10,8 g em 1479 e, nova, importou 15,18 g em 1379-80, 14 g em 1403 e entre 5,6 a 7 g em 1413. Um machado novo valeu entre 7 a 10 g em 1404 e 5,6 a 6,3 g em 1413, sendo que um machado usado valeu 10,8 g em 1479. Finalmente, uma fouce usada importou entre 1,82 a 2,01 g em 1367 e, nova, entre 1,75 a 5,25 g em 1404 e entre 2,1 a 2,8 g em 1413.

Relativamente aos pregos, e dentro da grande variedade referida, registre-se que os mais valiosos eram os “*comeiraees*”, palmares, de barrote e de telhado. Ao invés, os mais baratos seriam os tabuais, cingeletes, faiais e de ripar. Em termos evolutivos, não existem dúvidas de que se verificou uma clara e acentuada subida entre 1340 e cerca de 1380. Com efeito, se na primeira data uma centena de pregos comeirais e caibrais importou, respectivamente, 16,66

(10,25 g) e 4,16 soldos (2,56 g), já na segunda, os mesmos tipos de pregos viram o seu preço disparar para 1800 (941,4 g) e 66,66 soldos (34,86 g). Sendo ambos os registos relativos à cidade de Évora, pode afirmar-se ter ocorrido uma inflação a rondar 9090% e 1250%, o que é, de facto, elucidativo e revela, igualmente, os anos de 1380 como o período em que este material de construção foi mais dispendioso. Até aos últimos quinze anos do século XV assistiu-se a uma grande barateza dos pregos (nenhuma qualidade ultrapassou os 71,43 reais ou 22,14 g), tendo a partir dessa altura encarecido (chegou-se aos 500 reais ou 50,5 g), muito embora este valor deva, igualmente, reflectir a carestia característica da vila funchalense, donde é proveniente. Note-se a descida abrupta que uma centena de pregos do mesmo tipo (palmar) registou entre finais dos séculos XIV e XV: em 1379-81 importava 500 reais (261,5 g) e, em 1485-86, 300 reais (30,3 g) pelo trabalho do ferreiro e mais o valor do ferro. Espelhando a evolução ao longo de Quatrocentos, temos os preços da centena de pregos de telhado e tabuais: o primeiro tipo importou 16 reais (5,6 g) em 1413; 28 reais (5,85 a 6,44 g) em 1450-51; 25 a 30 reais (3,83 a 4,59 g) em 1461-62 e pouco mais de 55 reais (5,56 g) em 1485-86. Quanto ao tabual, valeu 8 reais (2,8 g) em 1413; 14 reais (2,93 a 3,22 g) em 1450-51; 15 reais (2,3 g) em 1461-62 e 66,66 reais (6,66 g) em 1499. Refira-se, por fim, que, à imagem da esmagadora maioria dos bens, também os pregos foram claramente mais baratos na região norte. Assim, e tomando somente em consideração o preço mais alto, por espaço, no século XV, chegaríamos à seguinte imagem: 56 reais (12,88 g) no Porto, 71,43 reais (22,14 g) em Montemor-o-Novo e 500 reais (50,5 g) no Funchal.

Fazendo uma breve análise à história dos preços medievais, Oliveira Marques referia em 1987: “o ferro é que parece ter subido, visto custar o quintal o equivalente a 157 rs. em 1410 e a 600 rs. em 1480”³³¹. Com os elementos apresentados somos obrigados a discordar dessa análise e a defender que o ferro viu, sim, o seu custo subir na segunda metade do século XIV e descer desde finais do século XIV e ao longo do século XV.

2.7. Iluminação e Aquecimento (matérias-primas e objectos)

2.7.1. Cera (**arroba lavrada**)

Datas Extremas: 1461-1498;

Representação Geográfica: Lisboa e Porto;

Preço Máximo: 1216 reais (Lisboa – 1498): 122,82 g de prata;

Preço Mínimo: 800 reais (Porto – 1474-75): 96,8 g de prata;

³³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “O Surto Urbano, a Moeda e os Preços”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 219.

Oscilação Máxima: 26,9% / 26,02 g de prata;
Oscilação Facial: 675 a 1216 reais brancos.

Embora menor do que a alimentação e vestuário, não se deve ignorar a despesa constituída pela iluminação e aquecimento no dia-a-dia do homem medieval. Neste ponto, procura-se contactar com alguns exemplos do valor dos principais elementos que compunham esse encargo. Além do azeite, alvo já de análise individual, encontravam-se neste leque a cera, a lenha, a carqueja, a palha, o carvão, o sebo, as tochas, etc.

Em 1346, a confraria da Conceição em Santa Maria de Sintra impunha o pagamento de 20 soldos (12,3 g) por um par de círios. Passado mais de um século, mais precisamente em 1485 e na cidade do Porto, novo círio foi adquirido por 50 reais (5,05 g), ou seja, quantias muito idênticas. Em 1422-23, a vereação de Montemor-o-Novo adquiria cera ao preço de 256 reais (79,36 g) a arroba, quantia naturalmente mais reduzida do que as referências à mesma porção de cera lavrada. Estas, por sua vez, fornecem uma imagem de ligeira subida de preço no último quartel do século XV, bem como de um mercado lisboeta mais gravoso. Na cidade do Porto, eram gastos 675 reais (103,28 g) em 1461-62, 800 reais (96,8 g) em 1474-75, 960 reais (110,4 g) em 1482-83 e cerca de 1200 reais (121,2 g) em 1493-94. Em Lisboa, no ano de 1498, desembolsava-se uma quantia na ordem dos 1216 reais (122,82 g).

Em 1380, na cidade de Évora, uma carga de lenha custava entre 4,5 e 5 soldos (2,35 a 2,62 g), sendo que eram necessárias 15 cargas para se coser uma fornada de telhas. Valor semelhante (25 reais ou 2,53 g) foi oferecido por outra carga de lenha em 1491-92, na vila do Funchal, para se cozer pão. Um *“feixe de lenha pequeno que vem a vender nas casas”*³³² importou, na cidade do Porto, meio real (0,16 g) em 1443 e um molho equivaleu ao dispêndio de um real (0,10 g) em 1485-86. Um carro de lenha, ainda na mesma cidade, custava praticamente o mesmo em 1461-62 (15 reais ou 2,3 g) e em 1491-92 (cerca de 20 reais ou 2,02 g). Em 1477, uma carga de lenha transportada por asno importaria cerca de 9 reais (1,22 g) em Montemor-o-Novo. Já em Lisboa, no ano de 1499, uma dúzia de pinho para forno custava 20 reais (2 g), mais 5 reais do que uma dúzia de carrasco e piloto com o mesmo fim. Finalmente, refiram-se duas compras realizadas pelo procurador da vila de Montemor-o-Novo no referido ano de 1499, o qual *“deu por hua carga de lenha pera fazer de comer doze reaes”*³³³ (1,2 g) e *“deu por lenha pera fazerem de comer quatro reaes”*³³⁴ (0,4 g).

Por volta de 1362, uma carga asnal ou cavalhar de palha importava 2 ou 3 soldos (1,21 e 1,82 g); em 1433, uma rede de palha cerca de 5 reais (1,52 g); em 1454, na cidade do Porto,

³³² *“Vereações”. Anos de 1401-1449*, p. 248.

³³³ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 180.

³³⁴ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 182.

um carro de palha triga de 8 feixes 20 reais e, em 1491-92, apenas um feixe entre 4 e 5 reais (0,4 e 0,51 g). No mesmo ano e cidade, um feixe de carqueja valia os mesmos 4 reais.

Em 1380, na cidade de Évora, um saco de carvão encontrava-se avaliado em 3 soldos (1,57 g). Decorrido exactamente um século, na mesma cidade, um saco do mesmo mineral exigia o desembolso de uma quantia um pouco mais elevada, ou seja, 15 a 16 reais (1,73 a 1,84 g).

Em 1474-75, na cidade do Porto, a porção de sebo de um boi rondava os 20 reais (2,42 g) e, em 1498, na cidade de Lisboa, um arrátel lavrado de 14 onças importava 7,5 reais (0,75 g), ou seja, menos 80,2% do que os 38 reais da mesma quantidade de cera. Confirma-se a ideia de que “a cera era bastante mais cara do que o sebo, e daí o servirem principalmente as velas desse material para as igrejas e mosteiros”³³⁵.

Finalizamos com o preço de alguns objectos destinados à iluminação e aquecimento. Anote-se o facto de, em 1367, um candeeiro de ferro e um braseiro terem custado, respectivamente, 3,33 (2,01 g) e 1,5 soldos (0,92 g); alugar uma tocha em Lisboa, no ano de 1409, obrigava a um gasto de 5 reais (3,5 g), mais a cera que se consumisse; e comprar um arrátel de pavios para tochas importava, em 1422-23, na vila de Montemor-o-Novo, 10 reais (3,1 g).

2.8. Armas e Equipamento Militar

Datas Extremas: 1367-1496;

Representação Geográfica: Alvorge, Braga, Montemor-o-Novo e Porto.

Em 1367, no leilão do Alvorge, duas adargas (uma quebrada e uma boa) custaram 5 soldos (3,03 g), valor, por exemplo, de um galgo adquirido pela mesma ocasião.

Em 1433, nas cortes de Leiria-Santarém, os procuradores do povo requeriam que, por morte de besteiro, os seus herdeiros dessem, por lutuosa, a besta “*com que seruia o dicto morto (...) e sse a beesta nom teuer quando asy morrer que pague por ella ataa duzentos Reaes brancos*”³³⁶. Sendo aceite por D. Duarte, este requerimento dá a conhecer o valor de 200 reais (60,6 g) por uma besta, o equivalente a cerca de cinco moios de sal ou ao salário mensal de um mancebo auxiliar de almocreve.

Uma carta de quitação régia ao feitor na Flandres, datada de Junho de 1443, surge como um dos testemunhos mais ricos do valor do armamento na Baixa Idade Média. Através dela

³³⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Vida Quotidiana”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 474.

³³⁶ SOUSA, *As cortes de Leiria-Santarém de 1433*, p. 114.

descobrem-se os seguintes valores, expressos em numerário flamengo: 89 libras e 5 soldos “da uenda da grande bonbarda com duas câmaras”³³⁷; 334 libras, 13 soldos e 8 dinheiros por 13265 libras de pólvora, a cerca de 0,5 soldos por libra; 709 libras, 1 soldo e 4 dinheiros por “compra e custas e carretos e costumes de doze bonbaldas com dez e seis camaras cento e trinta e quatro canoes com dozentas e sasenta e duas câmaras”; 43 libras e 8 soldos “em compra de mjl e quatro lanças darmas”³³⁸, a cerca de 0,09 soldos por lança; 1 libra e 18 soldos por arnês de Tournai e de pernas; 1 libra e 13 soldos por cota e 8 soldos por besta de garrucha. Com vista a um melhor enquadramento destas cifras, refira-se que o mantimento diário atribuído ao referido feitor régio na Flandres, Pedro Eanes, encontrava-se estabelecido em 4 soldos e 2 dinheiros³³⁹.

Em 1450-51 e 1461-62, na cidade do Porto, uma fivela de arnês custou 3 reais (0,63 a 0,69 g), uma haste de dardo 4 reais (0,61 g) e uma haste de lança de armas 40 reais (6,12 g).

Novo documento chave, nova carta de quitação régia ao feitor da Flandres, desta feita João Esteves, surge para o ano de 1471, registando os seguintes valores flamengos por ordem decrescente: 100 soldos por cota de malha redonda, 50 soldos por cota de malha de prata, 24 soldos por armadura de malha com babeira, 12 soldos por gorjal de malha e cerca de 3,37 soldos por espingarda de ferro.

Oliveira Marques deixa o seguinte quadro de custos para 1475: “um arnês – 15 ducados (6600 reais); uma colobreta – 10 ducados (4400 reais); uma couraça de Génova com seu corpo – 3 a 4 ducados (1320 a 1760 reais); uma bombardas – 10 coroas (3000 reais); um projectil de bombardas – 2 coroas (600 reais); um quintal de pólvora – 10 dobras (3000 reais); uma besta de garrucha de aço (fabrico nacional) 800 reais; um virotão – 1 ½ real; uma lança – 0,10 coroas (30 reais); um gibanete com capacete e babeiro – 1000 reais”. Segundo o autor, “é sintomática dos altos preços do armamento especializado a comparação entre o custo de uma lança ou mesmo o de uma besta e o de uma colobreta, o de uma couraça ou o de um arnês”³⁴⁰. Com efeito, o custo de um arnês equivalia ao custo de 220 lanças ou o de uma colobreta ao de 5,5 bestas de garrucha.

Decorridos quatro anos, na cidade de Braga, um gibanete e uma espada foram avaliados, respectivamente, em 1000 (135 g) e 400 reais (54 g). Note-se que um boi valia, no mesmo ano e cidade, quantia idêntica de 1000 reais.

³³⁷ *Descobrimientos Portugueses...*, I, p. 431.

³³⁸ *Descobrimientos Portugueses...*, I, p. 431.

³³⁹ *Descobrimientos Portugueses...*, I, p. 431.

³⁴⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Arte da Guerra”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 340-41.

Finalmente, cerca de 1496, nova espada foi avaliada em 6 onças de prata de peso mourisco (169 g), valor suficiente para comprar mais de 50 alqueires de trigo ou mais de cinco arrobas de açúcar.

2.9. Animais e seus apetrechos

Datas Extremas: 1367-1497;

Representação Geográfica: Almodôvar, Alvorge, Braga, Lisboa, Porto e Sintra.

Em 1367, aquando do leilão realizado no Alvorge, “*hum rocim ruço roan com sa sella e com seu freo e com duas esporas*”³⁴¹ levou ao desembolso de 330 soldos (199,65 g). Valor muito semelhante, ou seja, 300 soldos (181,5 g), foi atribuído a uma asna, acompanhada de albarda, almocela e cilha. Exactamente metade do preço do dito rocim “aparelhado” (115 soldos ou 69,58 g), importou um asno, também acompanhado de albarda e cilha. Uma besta com cinto custou 60 soldos (36,3 g). Obviamente menores revelaram-se as licitações de dois canídeos, mais precisamente de 10 soldos (6,05 g) por “*hua alã branca com seu collar e com sa cadea*”³⁴² e de 5 soldos (3,03 g) por um galgo preto com cadeado. Constata-se, assim, que um rocim valeu cerca de 30 vezes mais do que uma alã e cerca de 60 vezes mais do que um galgo. Procurando alargar o espectro comparativo, refira-se que um alqueire de trigo, na mesma ocasião, rondaria os 2 soldos e uma mealha e duas enxadas os 21 soldos.

Segundo Armando Castro, em 1376, na vila de Almodôvar, avaliou-se um potro em 100 libras. A ser correcta tal informação, estamos perante o maior valor detectado para um equídeo (1046 g), superior, por exemplo, em mais de 15% ao valor de 9000 reais (909 g) atribuído, em 1492, a “*huum cavallo mourisco novo muy boom*”³⁴³ e em mais de 588% ao preço de 1000 reais (152 g) de um potro, em Sintra, em 1470³⁴⁴. Por outro lado, sabendo que, nesse mesmo ano, mas na vila de Loulé, o gasto diário de um enviado da vereação local rondava os 10 a 15 soldos, podemos afirmar que o valor do potro chegaria para pagar, no mínimo, 133 deslocações diárias.

Em 1434, atribuíram-se “*mil e quinhentas libras a Pedro Gonçalvez veedor da fazenda (...) pera compra de quatro mulas*”³⁴⁵, o que dá uma média de 10,71 reais (3,52 g) por mula, valor muito semelhante à aquisição da alã em 1367 e imensamente inferior à compra do

³⁴¹ COELHO, “O Senhorio Crúzio do Alvorge”, p. 77.

³⁴² COELHO, “O Senhorio Crúzio do Alvorge”, p. 77.

³⁴³ *Documentos Inéditos de Marrocos...*, p. 394.

³⁴⁴ É caso para dizer que se parece comprovar a fama que a referida vila e a região em que se insere ainda hoje detêm no que à criação equídea diz respeito.

³⁴⁵ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 28.

referido potro. Refira-se ainda que, pelo mesmo documento, se atribuíram 70000 libras por um escravo mouro e 420 libras por uma mão de papel.

Em 1437, era adquirido um cavalo por 3000 reais (921 g). Comparando com a compra registada três anos antes, chega-se à conclusão de que o mesmo equivaleria, em valor, a mais de 260 mulas. Por sua vez, sabendo que, no mesmo ano, o mosteiro de Alcobaça pagava jornais de 25 reais a um mestre pedreiro e de 5 reais a trabalhadores de vinha, pode-se calcular em cerca de 240 e 1200³⁴⁶, o número respectivo de dias de trabalho necessário para os referidos trabalhadores poderem, teoricamente, começar a pensar em realizar compra semelhante.

Em 1461, registava-se nova compra de um cavalo, desta feita por 6000 reais (918 g), praticamente o mesmo preço. Para o ano de 1470 descobrem-se as compras de dois potros por 500 (76 g) e 1000 reais (152 g), quantias inferiores em cerca de 91,7% e 83,4% à despendida, nove anos antes, pelo referido cavalo. Em 1479, há registo de uma besta ter sido adquirida por 400 reais (54 g), valor ligeiramente inferior à licitação de um asno em 1367.

Em 1492, comprava-se, como vimos, um cavalo mourisco novo e de grande qualidade por 8000 a 9000 reais (808 a 909 g), quantia muito semelhante às verificadas em 1437 e 1461 e constituindo nova prova de como o gado cavalar foi um bem cuja procura superou sempre a oferta na tardo-medievalidade portuguesa, mantendo o seu preço sempre em patamares bastante elevados. Neste caso, 8000 a 9000 reais chegavam para adquirir entre 267 a 300 alqueires de trigo e superavam, largamente, o vencimento anual de grande parte dos oficiais públicos, tal como o de 3000 reais de um escrivão da câmara portuense.

Mencione-se, por último, a aquisição de um açor por 4650 reais (465 g). Praticamente metade do custo do referido cavalo mourisco, este valor não deixa igualmente dúvidas relativamente ao apreço do homem medieval pelas aves de rapina, auxiliares à cetraria³⁴⁷.

2.10. Interior Doméstico

Datas Extremas: 1367-1499;

Representação Geográfica: Alvorge, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

A vulgar casa medieval não tinha, por regra, um recheio muito diversificado. Algumas peças de mobiliário, alguns têxteis e utensílios de cozinha constituíam o núcleo do que nela se

³⁴⁶ Partindo da suposição pouco provável, nomeadamente no que respeita aos trabalhadores agrícolas, de que aqueles conseguiriam poupar metade do seu ganho diário.

³⁴⁷ Segundo Iria Gonçalves, "o açor era uma das aves de presa mais apreciadas e a sua constituição física tornava-o particularmente adaptado à caça em terrenos boscosos e de matagal, onde outras aves, especialmente o falcão, com mais dificuldade penetravam". GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 111.

podia encontrar com maior frequência. O leilão de 1367 regista, novamente, as primeiras informações sobre preços de mobiliário, destacando-se, sem dúvida, o lance de 55 soldos (9,68 g) por uma ucha forrada, quantia equivalente à compra, pela mesma ocasião, de um marrão e três marrãs e que revela bem o grande valor atribuído a uma das peças fundamentais na dita casa medieval, à arca onde se guardavam as principais riquezas da família, fossem elas alimentares, têxteis ou de qualquer outra espécie³⁴⁸. Seguiam-se, com preços de licitação bastante inferiores, um escano, adquirido por 16 soldos (9,68 g); outra ucha forrada, mas pequena, por 12 soldos (7,26 g); uma mesa velha por 10 soldos e 1 dinheiro (6,1 g); uma cadeira por 5,5 soldos (3,33 g); dois leitos a 5 soldos cada (3,03 g); um uchote pequeno com fechadura e chave por 2,5 soldos (1,51 g) e, finalmente, um simples talho de quatro pés, adquirido por uns escassos 1 soldo e 4 dinheiros (0,8 g). Note-se a barateza dos leitos³⁴⁹, os quais, por exemplo, custavam menos 4 dinheiros do que uma panela com manteiga. Com efeito, estes deviam ser apenas umas tábuas³⁵⁰, não espelhando o verdadeiro valor da peça mais importante de uma casa medieval, a cama.

Em 1453 e 1454, Afonso Loureiro, porteiro da casa dos contos de Ceuta em Lisboa, recebia uma quantia de 220 reais (45,98 g) “*pera compra de hua mesa com seus pees e dous bancos pera os contos de Cepta*”³⁵¹ e “*pera compra de hua mesa com seus pees pera os ditos comtos*”³⁵², valor bastante mais elevado do que o despendido em 1367 pela referida ucha e que indicia a exigência de bom mobiliário por uma entidade administrativa importante como eram os contos. Sabemos, por outro lado, que nesse início da década de 1450, 220 reais eram suficientes para a compra de cerca de 12 alqueires de trigo ou 2,4 côvados de um pano de média qualidade como era o Bristol. Em 1496, Heitor Garcia, encarregado da realização de pedido régio, despendera 200 reais (20 g) “*por hua arca de pinho que comprou para ter seus dinheiros e livros e conhecimentos*”³⁵³, quantia suficiente para aquisição de 6,6 desses livros, 16,6 pergaminhos ou cerca de 14 alqueires de trigo.

Finalmente, em 1499, o procurador de Montemor-o-Novo desembolsou 210 reais (21 g) “*por hua escrevenhina (sic) pera a câmara*”³⁵⁴, praticamente o mesmo valor da arca de pinho. Bastante mais baratas foram as aquisições de um banco por 40 reais (4 g) e de 25 reais (2,5 g) “*por hua cadeyra pera a camara*”³⁵⁵ (relembre-se que uma cadeira tinha custado um

³⁴⁸ Segundo Oliveira Marques, a arca “servia para tudo, até de leito. Na arca se guardavam a roupa de casa, as peças de indumentária, os livros, a loiça, os objectos de adorno, etc.”. MARQUES, “A Vida Quotidiana”, p. 472.

³⁴⁹ Um novo, pequeno e de pés e um velho, de torno.

³⁵⁰ COELHO, “O Senhorio Crúzio do Alvorge”, p. 39.

³⁵¹ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 689.

³⁵² *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 708.

³⁵³ CUNHA, “A compra de fio para as naus...”, p. 525.

³⁵⁴ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 173.

³⁵⁵ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 167.

pouco mais em 1367, mais precisamente 5,5 soldos ou 3,33 g). Uma quantia de 25 reais não chegava para, nesse ano e espaço, se adquirir um alqueire de farinha (35 reais).

Em termos de roupa da casa, o leilão de 1367 aponta os almadraques como o género mais valioso, indo desde 48 a 70 soldos (29,04 a 42,35 g), sendo que o mais caro era um exemplar velho, listado branco e cárdeo, e de pena. Seguiam-se os chumaços, de 19 a 60 soldos (11,5 a 36,3 g), sendo o mais caro de lã de Castela e com pena; os cabeçais, de 20 a 34 soldos (12,4 a 20,57 g), sendo o mais caro de lã de carneiro de Castela; as mantas, de 19 a 35 soldos (11,5 a 21,8 g), sendo a mais cara um exemplar velho preto e branco; as cobertas, de 10 a 20 soldos (6,05 a 12,1 g), sendo a mais cara de burel; as almocelas, de 10 a 15 soldos (6,25 a 9,08 g), sendo a mais cara um exemplar velho e tricolor (cárdeo, branco e vermelho) e os lençóis, de 9 dinheiros a 14 soldos (0,45 a 8,47 g), sendo o mais caro um exemplar velho e roto de lã. Refira-se ainda o lance de 23 soldos (13,92 g) por três mantéis velhos.

“Na cozinha, além do fogão, continham-se os espetos para assar a carne e a utensilagem indispensável: panelas, tachos, cântaros, enfusas, tigelas, alguidares, sertãs, grelhas, etc., de barro ou metal consoante a riqueza da habitação”³⁵⁶. Ocorrem-nos três fontes como as mais privilegiadas para ilustrar o valor de alguns destes e de outros utensílios da cozinha medieval: o leilão de 1367 e dois tabelamentos, um de finais do século XIV, relativo a Évora, e um de 1403, relativo a Loulé, ambos sobre o trabalho dos oleiros.

Dentro do cuidado a ter sempre que consideramos a especificidade de preços nascidos de licitação, temos que o momento trecentista revela a caldeira e o agomil como os objectos mais valiosos. Com efeito, duas caldeiras, uma boa e outra quebrada, conduziram a um lance de 25 soldos (15,13 g) e um agomil convidou ao desembolso de 20,5 soldos. Seguiram-se lances de 15,5 soldos por sertão com sua “*rapadoira*”; 12,67 soldos por pichel de estanho (bastante mais do que os cerca de 1,5 soldos disponibilizados por um pichel “*loar*”); 10 soldos por gamela; 9 soldos por gral de pedra (bastante mais caro do que outro gral, cuja menor qualidade levou ao desembolso de apenas 1,16 soldos); cerca de 2,83 por espeto de ferro; 3 e 1,08 soldos por duas colheres de ferro; 2 soldos por tabuleiro; 1,25 soldos por galheta de estanho; 1,16 soldos por panela grande, 1 soldo por funil e 6 dinheiros por salseiro velho, de estanho e sem cobertura. Um lance de 6 soldos por um conjunto de 17 escudelas, a um preço médio por escudela de 0,35 soldos (0,21 g), leva a considerar esse recipiente básico como o utensílio mais barato à altura.

A postura eborense de finais do século XIV, relativa ao trabalho dos oleiros, estipulava as talhas como o objecto mais dispendioso, podendo custar entre 7 a 15 soldos (3,66 a 7,85 g).

³⁵⁶ MARQUES, “A Vida Quotidiana”, p. 473.

Seguiam-se alguidares (2 a 8 soldos); “*vasados*” de dois cântaros (4 soldos); cântaros (20 dinheiros a 2 soldos); tijelas (6 dinheiros a 1 soldo); panelas e “*paperinhaes*” (2 a 20 dinheiros); enfusas de água e outras (3 a 8 dinheiros); testos para panelas e candieiros de barro (6 dinheiros) e púcaras(os) para vinho (3 a 6 dinheiros). As peças de olaria mais baratas eram, por esse tempo, um tipo de panelas não especificado e “*paperinhaes*” a 2 dinheiros (0,087 g).

O tabelamento algarvio de 1403 estabelece o cântaro de almude como a peça de barro mais cara, importando 3 reais de 3,5 libras (1,05 g). Seguiam-se preços de 2 reais por quarta; 1 real por panela de arrátel, enfusa de quarto de cântaro, “*alquadrom*”, sertã, tigela grande para cozer pescados ou funil grande; 35 soldos por panela de meio arrátel, tigela meã ou funil pequeno; 20 soldos por panela de quarta; 10 soldos por púcaros e púcaras para beber água; 8 soldos por alguidar de dois alqueires e, finalmente, apenas 6 soldos por alguidar de alqueire e meio (0,03 g).

Gostaríamos de finalizar este pequeno apontamento com uma das informações mais curiosas no conjunto de todo o leque de valores monetários reunidos, informação extraída de acta de vereação portuense de 22 de Março de 1449 e pela qual se regista que à “*dicta Rollaçam Veeo Joham martinz da Rua noua e disse que elle fora rendeiro da sissa dos panos e que perdera em ella canto tjnha e que lhe nom ficaua saluo huma cama e alfayas de cassa que valiam tres mjl rreaes*”³⁵⁷. Ora, através desta passagem fica-se a conhecer o valor aproximado do recheio de uma casa portuense de meados do século XV, ou seja, 3000 reais (690 g), valor equivalente a 600 alqueires de milho ou a 4285 arráteis de carne de vaca ou ainda a cerca de 37 dúzias de pescadas.

2.11. Escravos

Datas Extremas: 1368-1493;

Representação Geográfica: Évora, Lisboa e São Tomé.

Não podíamos terminar este capítulo sem apresentar alguns exemplos de preços de escravos praticados em Portugal na Baixa Idade e correspondente ordem de grandeza, mediante a comparação com outros valores cronologicamente próximos. Refira-se que o preço dos escravos era definido com base em factores como a idade, o sexo, a origem étnica, as condições físicas, a rebeldia e a possibilidade de resgate.

Começamos com um contrato de venda relativo ao ano de 1368, pelo qual Juca Abeatar, mercador judeu de Sevilha, vendia a Sancha Anes, dona do mosteiro de Chelas, “*hua moura*

³⁵⁷ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 426.

branca per color e per nome Moreyma e natural de Aragam (...) ssã dos pees e das mãhos e dos olhos e de demonjnho e doutra door encuberta e por de bõa guerra e nõ de paz”³⁵⁸ por 160 libras (1936 g). A que equivaleria uma quantia de 160 libras no início do reinado de D. Fernando? Sabemos que, um ano antes, no Alvorge, um rocim fora leiloado por 16,5 libras, ou seja, cerca de 1/10 do preço atribuído a Moreyma e três marrãs foram avaliadas em 2,75 libras.

Em 1434, D. Afonso V declarava ter concedido “*seteenta mil libras a Lourenço Eanes ouvidor do Ifante Dom Anrrique meu muyto amado tyo em pago de huu mouro que delle ouve El Rey cuja alma Deus aja*”³⁵⁹. Ora, 70000 libras ou 2000 reais (658 g) constituíam uma quantia inferior em cerca de 66% ao valor de 1368, o que é tanto mais significativo se tivermos em conta ter-se tratado do valor de um escravo e adquirido por D. Duarte, o que, em princípio, seria sinónimo de uma compra de qualidade. Neste sentido, esta verba pode constituir prova da quebra do valor comercial dos escravos verificada ao longo do século XV. Noutra perspectiva, é de sublinhar que o mesmo documento permite saber que uma peça de Bristol, dez mãos de papel (cerca de 250 folhas) e quatro mulas custaram, respectivamente, 3000, 120 e 43 reais.

A execução das disposições testamentárias do infante D. Henrique dá a conhecer as seguintes verbas por volta de 1461: 3000 reais (459 g) por João Prestes; 7000 reais (1071 g) por Inês; 30000 reais (4590 g) por Fernando, Henrique e Marinho; 2 dobras de banda (cerca de 13800 reais ou 2111,4 g) por Pedro e Tavares e 11500 reais (1759,5 g) por Isabel³⁶⁰. Tínhamos assim preços que iam de 3000 a 11500 reais (459 a 1795,5 g), podendo situar-se entre os 7000 e os 10000 reais³⁶¹ (1071 a 1530 g) o valor médio aproximado de um escravo. Pelo mesmo documento sabe-se que um breviário importou 4149 reais e um “*santal de canto*” e um “*domingal*” 2045 reais. Ainda por esta altura, mas na cidade do Porto, um almude de vinho branco, um par de sapatos e uma mão de papel rondavam, respectivamente, os 80, 24 e 15 reais.

É de salientar que nenhum dos cinco preços apontados para escravos ultrapassa o valor de 1368, o que é, de facto, revelador da já mencionada quebra. Esta fica ainda mais evidente pela carta régia de 1493, segundo a qual D. João II estipulava o valor de 4000 reais (404 g) a ser atribuído por escravo tomado pelos povoadores da ilha de São Tomé. Nas mesmas condições, sabemos que uma arroba de açúcar era avaliada em meio cruzado. Realizando nova

³⁵⁸ AZEVEDO, “Os Escravos”, p. 299.

³⁵⁹ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 28.

³⁶⁰ *Descobrimentos Portugueses...*, III, p. 42.

³⁶¹ Vd. DINIS, A. J. Dias – *Estudos Henriquinos*, volume I, Coimbra, 1960, p. 299.

comparação com preços praticados na cidade do Porto, temos que o almude de vinho e um par de borzequins rondavam 100 reais e uma mão de papel 20 reais.

Embora escassos, estes registos indiciam o que é comumente aceite no que ao preço dos escravos diz respeito, ou seja, que este foi descendo ao longo do século XV, nomeadamente a partir da segunda metade. A este nível é bastante elucidativa a imagem descrita por Alberto Vieira no seu estudo sobre os escravos na Madeira: “Em meados do século XV, de acordo com a informação de Cadamosto com apenas um cavalo podia adquirir-se entre 10 a 15 escravos. Passados dez anos, Diogo Anes refere serem necessários 46 negros para trocar por um cavalo. Já em finais do século Jerónimo Münzer diz que os escravos são vendidos entre os africanos por uma “bagatela”³⁶².

³⁶² VIEIRA, Alberto – *Os Escravos no Arquipélago da Madeira: Séculos XV a XVII*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1991, p. 56-57.

III - OS SALÁRIOS

3.1. Oficiais Públicos

Datas Extremas: 1389-1498;

Representação Geográfica: Alcochete e Aldeia Galega, Batalha, Beira, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

Escasso, institucionalizado e em quebra: é assim que melhor se pode definir o salário público em Portugal desde, pelo menos, os finais do século XIV e até finais do século XV.

3.1.1. Escasso

A remuneração da esmagadora maioria dos oficiais públicos medievais era bastante diminuta, essencialmente no quadro da administração local. Numa câmara importante como a da cidade do Porto, o oficial mais bem remunerado recebeu apenas 250 reais mensais ao longo de toda a segunda metade do século XV, quando, por exemplo, um mestre carpinteiro, no mesmo período, auferiu entre 20 a 50 reais diários.

Da mesma forma, em 1471, o mais bem pago funcionário da administração lisboeta recebia apenas cerca de 840 reais (o mais elevado vencimento detectado para um funcionário

local), numa média de vencimentos que rondaria os 441 reais, quando um mestre carpinteiro, pedreiro, físico ou cirurgião ao serviço da mesma vereação auferia cerca de 247,5 reais. Em 1498, o mais bem pago funcionário lisboeta, o contador da cidade, recebia 1212 reais, numa média de vencimentos que rondaria os 722 reais, quando o jornal de um mestre carpinteiro ou pedreiro andava entre 50 e 60 reais. Em todo o caso, como iremos constatar mais à frente, os funcionários lisboetas eram os menos prejudicados no quadro do oficialato local.

Ainda que num patamar mais elevado e superior à grande maioria dos vencimentos medievais, incluindo os dos oficiais da casa dos contos de Lisboa, as quantias estabelecidas para altos postos da administração comarcal como corregedor ou contador não reflectiam, de todo, a diferenciação social inerente ao cargo e ao seu titular. Basta para isso apontar os salários mensais de 1000 e 449 reais atribuídos, em 1433, a um corregedor e contador, quando, no mesmo ano, um modesto mancebo auxiliar de almocreve recebia 200 reais. Da mesma forma, em 1473, a um contador e corregedor eram atribuídos cerca de 1016 e 1000 reais mensais, quando um carpinteiro ou pedreiro portuense recebia 35 reais diários.

Assim, pouquíssimos lugares públicos compensavam, em termos salariais, de forma clara e na proporção directa da importância do ofício e do prestígio dos seus titulares, caso do vedor da fazenda e dos mais próximos servidores do poder central. O chefe da administração financeira recebia, em 1490, cerca de 2915 reais mensais, mais do dobro do que era pago (1250 reais), no mesmo ano, a um dos mais bem remunerados mesteirais a nível nacional, ou seja, o mestre da fundição real de artilharia.

Parece, portanto, ser lícito concluir, ainda que não se contabilizem toda uma série de percalços inerentes à função pública e o facto de o horário de trabalho ser reduzido³⁶³, que não era, na verdade, a componente económica directa que atraía no servir público, mas a projecção e fortalecimento do poder dos seus titulares, aspectos, sim, passíveis de criar largos proventos económicos indirectos. Não seria, por exemplo, uma quantia mensal de 125 reais, o estímulo que conduzia um cidadão da elite portuense a abdicar de parte do seu tempo para assumir as funções de procurador da cidade, mas o prestígio social e a possibilidade de participação num importante centro de decisão. O mesmo acontecia com os vereadores e juízes, sendo que estes, em alguns municípios, deviam participar no governo de forma gratuita, podendo apenas receber gratificações.³⁶⁴

³⁶³ Com efeito, “em horários de trabalho, o funcionário público tinha grande vantagem sobre os mesteirais. O número de horas variava com o cargo mas podia limitar-se a quatro, como sucedia com o pessoal da Casa dos Contos, obrigado apenas a estar presente entre as 6 e as 10 da manhã, no Verão, e as 8 e as 11, no Inverno” MARQUES, *A Sociedade Medieval...*, p. 149.

³⁶⁴ GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 61.

Com isto não pretendemos ignorar a componente económica directa, sobretudo em dois cenários: no caso de cargos cujo poder que conferiam não anulava os incómodos e a complexidade dos mesmos, exigindo uma remuneração mais condizente³⁶⁵ e nos patamares inferiores do servir público, onde o pouco que se recebia seria sempre importante no conjunto dos rendimentos do seu titular. Com efeito, uma quantia mensal de 37,5 reais podia não ser suficiente para sobreviver na segunda metade do século XV, mas seria, certamente, uma preciosa ajuda para quem ocupasse, parte do seu dia, a fazer correr o sino da cidade do Porto. Era mais uma parcela a somar aos rendimentos desse homem medieval e da qual ele não abdicaria: “*que o dito homem nom queria servir nem tanger sem dinheiro que o dito homem ouvese*”³⁶⁶.

3.1.2. Institucionalizado e em quebra

As fontes revelam, por outro lado, uma forte aversão à mudança salarial por parte do “estado” medieval. São diversos os casos de ordenados que se mantêm imutáveis, em termos faciais, por larguíssimos períodos de tempo. Entre muitos outros casos, refiram-se os seguintes: corregedor de comarca (1000 reais, pelo menos, desde 1423 a 1473); escrivão da câmara portuense (250 reais entre, pelo menos, 1450 e 1497); almoxarife (64 reais desde, pelo menos, 1437 e dobrando o século XV); escrivão da casa dos contos de Lisboa (417 reais desde, pelo menos, 1465 e dobrando o século XV); vereador e juiz do cível ou crime lisboeta (167 reais mais a mesma porção de cereal entre, pelo menos, 1471 e 1498). Esta não actualização de vencimentos respondia, por um lado, à pouca disponibilidade financeira do erário público, sobretudo das sempre não mais do que remediadas administrações locais, mas também, e como refere Saul Gomes, à intenção de se evitar mexer em mantimentos “institucionalizados” ao longo de decénios³⁶⁷. Regra geral, a resposta a pedidos de actualização era sempre a mesma, “*que lhes façam dar mantimento como lhes foi costumado ataaqui*”³⁶⁸.

No entanto, imutabilidade facial significou, quase sempre, quebra real nos salários. Verifique-se a evolução das quantias em prata associadas aos mesmos 250 reais, remuneração mensal do já mencionado escrivão portuense: 57,5 g em 1450, 30,25 g em 1474-75, 28,75 em

³⁶⁵ Marcello Caetano reuniu exemplos suficientes dessa realidade para o caso dos juizes-fidalgos na cidade de Lisboa. Segundo o autor, as causas da dificuldade em escolher esses juizes prendiam-se, por um lado, com os incómodos da função tornada mais árdua com a complexidade crescente do Direito, e por outra a exiguidade da remuneração. RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 8.

³⁶⁶ “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*, p. 132.

³⁶⁷ GOMES, *O Mosteiro de Santa Maria...*, p. 51.

³⁶⁸ Resposta de D. Pedro I, em 1361, à cidade de Évora e a propósito de mantimento a atribuir por deslocação de besteiro. *Documentos Históricos...*, I, p. 55.

1482-83, 25,25 g em 1485-86 e 1491-94 e 25 g em 1496-97. Em menos de cinquenta anos, verificara-se um corte de mais de 55%. Da mesma forma, os 1000 reais que constituíam o salário mensal de um corregedor passaram de um máximo de 329 g, em 1434, para apenas 121 g, em 1473, ou seja, ocorrera uma quebra superior a 63%. Um almoxarife via os seus 64 reais de 1437, equivalentes a 19,65 g, esfumarem-se em apenas 6,4 g nos últimos anos de Quatrocentos, ou seja, num movimento de perda superior a 67%. Um escrivão dos contos da cidade de Lisboa perdera mais de 30% entre 1465 (60,05 g) e 1496 (41,7 g). Finalmente, um juiz do cível ou crime lisboeta, que recebia 10000 libras em 1407 (1000 g), passou a receber apenas 2000 reais e dois moios de trigo em 1471 e 1498 (596 e 584 g), ou seja, menos 40,4 e 41,6%.

Naturalmente, estes cortes, cujo início de processo remonta aos governos de D. Fernando e de D. João I, originavam frequentes queixas e pedidos de actualização salarial, sobretudo pelos estratos inferiores que, como vimos, mais dependiam da remuneração pública. Em última instância conduziam à acumulação de cargos, com vista a um aumento do pecúlio recebido³⁶⁹.

3.1.3. Aumentos essencialmente faciais

Apesar da rigidez, a gravidade de alguns momentos na história económica nacional, com uma subida abrupta do custo de vida, ou o grau de deterioração que os vencimentos atingiam ao longo do tempo, fruto do imparável processo de desvalorização monetária, não deixaram outra possibilidade aos governantes senão proceder a aumentos. Os reinados de D. João I e de D. João II foram, respectivamente, o espelho daquelas duas realidades.

Perceba-se, todavia, que tais aumentos faciais eram muito menos significativos em termos reais e quase nunca responderam à verdadeira escalada do custo de vida. Mais gravemente ainda, alguns desses aumentos faciais não chegavam sequer a efectivar-se em aumentos reais, pelo contrário, efectivavam, sim, a quebra salarial construída pela desvalorização monetária ao longo dos anos.

A remuneração do pessoal da casa dos contos lisboeta, nomeadamente do seu escrivão, em finais do século XIV e inícios do século XV, é um dos melhores exemplos de um caso de aumento facial, cuja proporção real é bem menor e não respondia à escalada do custo de vida.

³⁶⁹ TAVARES, *Estudos de História...*, p. 60.

Assim, se em termos faciais se aumentara em cerca de 45 vezes o vencimento mensal daquele oficial entre 1389 e 1404 (de cerca de 25 libras para 50 libras em Junho de 1389, para 155 libras em Agosto de 1395, para 829 libras em 1401 e para 1148 libras em 1404³⁷⁰), em termos reais, o aumento não terá sido superior a 2,15 vezes, entre 33,5 g e 114,8 g, percentagem certamente inferior à abrupta subida do custo de vida provocada pela enorme inflação ocorrida no reinado de D. João I.

No segundo caso, há a apontar a reforma de D. João II, em 1483, relativa ao corpo de funcionários do mosteiro de Santa Maria da Vitória, a qual, por exemplo, aumentara o salário anual do escrivão das obras da Batalha de cerca de 3700 reais para 5000 reais, por certo devido à deterioração do dito ordenado ao longo dos anos. Da mesma forma, deve destacar-se a notícia do aumento de alguns oficiais da câmara lisboeta entre, pelo menos, 1471 e data anterior a 1498, muito provavelmente graças à mesma política de D. João II. Com efeito, sabe-se que o salário anual do contador da cidade passou de 7709 reais e dois moios de trigo para 10709 reais e a mesma porção de trigo; o do escrivão da câmara de 5553 e três moios de trigo para 6000 reais e a mesma porção de trigo; o do escrivão da almotaçaria de 6000 para 10000 reais; o do tesoureiro da câmara de 4000 reais e dois moios de trigo para 6000 reais e quatro moios de trigo; o do porteiro da câmara de 2700 reais e um moio de trigo para 3000 reais e a mesma porção em trigo; o do escrivão das obras de 2282 reais e dois moios de trigo para 2000 reais e três moios de trigo.

Estes aumentos eram, todavia, bastante menores em termos reais. A diferença entre 6000 reais (912 g) de 1471 e o melhor coeficiente atribuível a 10000 reais (1150 g) do reinado de D. João II, salário do escrivão da almotaçaria, era bem inferior à que se podia antever das cifras faciais. Por sua vez, o que deveria ser um aumento, foi, no caso do salário do porteiro, a formalização de uma quebra, já que 2700 reais em 1471 correspondiam a 410,4 g e 3000 reais no reinado do Príncipe Perfeito representariam, no máximo, 345 g. Dependendo do preço do trigo, esta situação podia ser agravada ou atenuada. Em todo o caso, parece ser possível afirmar que, regra geral, os salários sofreram um aumento no reinado de D. João II e prova disso foi o facto de alguns destes vencimentos terem sido considerados excessivos por D. Manuel I, o qual desenhou uma das raras medidas de redução salarial directa de que temos conhecimento. Assim, ao referido tesoureiro foram-lhe retirados os dois moios de trigo, ao

³⁷⁰ O valor de 25 libras mensais adoptado para data anterior a Junho de 1389 é calculado a partir do pagamento de 20 soldos diários, apontado por Virgínia Rau. Vd. RAU, Virgínia – *A Casa dos Contos*. Coimbra, 1951, p. 366. No entanto, Maria José Ferro Tavares utiliza a referida quantia de 20 soldos como sendo de pagamento mensal (TAVARES, *Estudos de História...*, p. 57 e 133), algo que não cremos viável.

contador 2709 reais e dois moios de trigo, ao escrivão dos contos 2000 reais e dois moios de trigo, ao escrivão do marco 2000 reais, etc.

3.1.4. Hierarquias salariais

Não são frequentes os registos que permitam conhecer hierarquias salariais do corpo público. De seguida, apresentam-se seis casos: casa dos contos de Lisboa (1389-95), comarca da Beira (1431-35), alfândega de Lisboa (1450), Casa de Ceuta de Lisboa (1451-54), administração municipal portuense (1450-97) e administração municipal lisboeta (1471 e 1498).

Em 1389-1395, a casa dos contos de Lisboa tinha no contador e juiz os seus oficiais mais bem remunerados, com 100 libras mensais. O escrivão e feitor recebiam exactamente metade e o moço apenas 1/4 desse vencimento.

Em 1431-35, no conjunto dos servidores da comarca da Beira, o corregedor era o mais bem ressarcido com um salário mensal de 1000 reais, valor superior em 122% aos cerca de 449 reais do contador do almoxarifado, 311% aos 243 reais do escrivão dos contos, 733% aos 120 reais do porteiro dos contos, em 1539% aos 61 reais do almoxarife, em 1860% aos 51 reais do escrivão do almoxarifado e em 3603% aos 27 reais do porteiro do almoxarifado.

Em 1450, a hierarquia salarial da alfândega de Lisboa desenhava-se, em termos anuais, nos seguintes moldes: almoxarife com 5448 reais, mais 14 côvados de pano tinto e um côvado e uma quarta de escarlata para vestuário; recebedor com 1335 reais, mais 17 côvados e uma quarta de pano de Arras e um côvado e sete oitavas de Saint-Omer; escrivão com 2400 reais (metade de mantimento e metade de vestuário) e subalterno com 1032 reais, mais 15 côvados de pano de baixa qualidade para vestuário.

Em 1451-54, o quadro remuneratório mensal dos funcionários da Casa de Ceuta reflectia o contador como o oficial mais bem pago. Os seus cerca de 1771 reais constituíam mais de 42% do que o salário do tesoureiro (1245 reais), 74,1 a 272,8% dos escrivães (475 a 672,5 reais), 342,7% do fiel (400 reais), 401,7% do porteiro (353 reais), 475,1% de um caminheiro (297,5 reais) e, finalmente, 881,2% (180,5 reais) de um “homem”.

Embora com base em dados lacunares no tempo, pode esboçar-se a seguinte imagem acerca do quadro de funcionários da edilidade portuense na segunda metade do século XV: escrivão como o oficial mais bem remunerado, tendo recebido 250 reais ao longo de todo o período, seguindo-se o porteiro (83 a 250 reais, numa média de 147 reais), tesoureiro (125 reais), procurador (83 a 125 reais, numa média de 115 reais), juiz dos varejos (42 reais),

solicitador (50 reais), fiscal da balança (25 a 42 reais, numa média de 33 reais), encarregado do relógio (33 a 47 reais, numa média de 44 reais) e encarregado do sino de correr (24 a 37,5 reais, numa média de 34 reais).

Em 1471, num conjunto de 20 servidores pagos às expensas da cidade de Lisboa, o aposentador era o mais bem remunerado, com cerca de 840 reais, valor superior em 4,7% ao salário do contador dos contos (802 reais); 13% ao do escrivão dos contos (743 reais); 19,4% ao do escrivão da câmara (703 reais); 40% ao do tesoureiro da imposição de Vila Nova (600 reais); 68% ao do escrivão da almotaçaria (500 reais); 70,3% ao do tesoureiro da câmara (493 reais); 110% ao do escrivão da aposentadoria (400 reais); 124% ao do vedor das obras (375 reais); 140% ao do escrivão das obras (350 reais); 147,7% ao do escrivão do tesouro (339 reais); 156,8% ao do escrivão do procurador, juiz do cível ou crime, vereador ou procurador dos negócios (327 reais); 175,4% ao do porteiro da câmara (305 reais); 268,4% ao do sacador (228 reais); 271,6% ao do sacador (226 reais) e 402,9% ao do juiz dos órfãos (167 reais), o oficial pior remunerado³⁷¹.

Finalmente, em 1498, num conjunto de 12 servidores da cidade Lisboa, o contador da cidade era o mais bem pago, recebendo 1212 reais, seguindo-se o tesoureiro com 1140 reais; o escrivão da câmara com 980 reais; o escrivão dos contos com 903 reais; o escrivão da almotaçaria com 833 reais; o vedor das obras com 733 reais; o escrivão de obra com 647 reais; o escrivão do marco com 500 reais; o vereador ou juiz do cível ou crime com 487 reais; o porteiro da câmara com 410 reais e o homem da câmara, o oficial pior remunerado, com 327 reais³⁷². Entre este e o contador da cidade verificava-se uma separação de cerca de 270 pontos percentuais.

3.1.5. Diferenças geográficas

A importância e complexidade político-económica dos concelhos e o seu custo de vida influíram na remuneração do oficialato local. Assim, é sem surpresas que se constata que os oficiais da cidade de Lisboa foram os mais bem pagos a nível nacional. Pelos primeiros anos de 1470, o escrivão da edilidade lisboeta recebia mais de 8000 reais (5553 reais e três moios de trigo), quando os seus congéneres portuense e funchalense auferiam, respectivamente, apenas 3000 e 1000 reais, o que perfazia uma diferença na ordem dos 166 e 700%. Na mesma

³⁷¹ Alguns destes salários devem ser tidos como aproximados, já que incluem o valor do trigo atribuído a diversos oficiais, valor que foi calculado a partir do preço de 15 reais por alqueire (preço registado em Lisboa no ano de 1473) e calculando o moio em 64 alqueires.

³⁷² Alguns destes salários devem ser tidos como aproximados, já que incluem o valor do trigo atribuído a diversos oficiais, valor que foi calculado a partir do preço de 30 reais por alqueire (preço registado em Tomar no ano de 1498) e calculando o moio em 64 alqueires.

linha, o porteiro lisboeta recebia mais de 3500 reais (2700 reais e um moio de trigo) quando o porteiro portuense ganhava apenas 1500 reais e o funchalense uns escassos 600 reais.

Pelos finais de Quatrocentos, o tesoureiro portuense recebia 1500 reais quando, em Lisboa, o mesmo cargo era detentor de mais de 13600 reais (6000 reais e quatro moios de trigo), numa diferença de remuneração que ultrapassava os 800%. Por sua vez, o escrivão lisboeta receberia mais de 11700 reais (6000 reais e três moios de trigo) quando os seus congéneres portuense, funchalense e montemorense auferiam todos 3000 reais (diferença de 2900%). Note-se como o mantimento do escrivão portuense estagnou ao contrário do que aconteceu com o dos escrivães lisboeta e funchalense, cujo aumento poderá ser uma resposta ao maior custo de vida e inflação desses espaços. Se o salário do escrivão portuense estagnou, o mantimento do porteiro da mesma edilidade subiu até aos 3000 reais, ultrapassando os cerca de 1500 reais do porteiro montemorense. Ainda assim, ficava longe dos 4900 reais (3000 reais e um moio de trigo) pagos pela vereação lisboeta ao seu oficial.

Refira-se, finalmente, o facto de, em 1422, o porteiro da edilidade montemorense auferir o dobro do mantimento atribuído ao mesmo oficial do concelho de Sabonha (integrando os lugares de Alcochete, Aldeia Galega, Sarilhos e Samouco)³⁷³, ou seja, 1000 e 500 reais, respectivamente.

Quadros XII, XIII, XIV e XV: ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS: HIERARQUIA, DIFERENÇA E EVOLUÇÃO (1389-1498)

Casa dos contos de Lisboa (1389-1395) ³⁷⁴		
Cargo	Salário facial	g de prata
Contador	1200 l.	1104 a 1608
Juiz	1200 l.	1104 a 1608
Escrivão	600 l.	552 a 804
Feitor	600 l.	552 a 804
Moço	300 l.	276 a 402

Comarca da Beira (1431-1435) ³⁷⁵		
Cargo	Salário facial	g de prata
Corregedor	12000 r.	3300 a 3948
Contador	c. 5386 r.	1481 a 1772
Escrivão dos contos	2915 r.	802 a 959
Porteiro dos contos	c. 1441 r.	396 a 474
Almoxarife	c. 731 r.	201 a 241
Escrivão do almoxarifado	c. 615	172 a 202
Porteiro do almoxarifado	324 r.	89 a 107

Vereação do Porto (1450-1497) ³⁷⁶		
Cargo	Salário facial	g de prata
Escrivão da câmara	3000 r.	300 a 690
Porteiro da câmara	1500 a 3000 r.	101 a 345
Tesoureiro do concelho	1500 r.	152
Procurador do concelho	1000 a 1500 r.	115 a 152
Enc. do relógio	400 a 560 r.	48 a 127
Solicitador	600 r.	60
Juiz dos Varejos	500 r.	51 a 61
Fiscal da balança	300 a 500 r.	30 a 51

³⁷³ Livro da Vereação de Alcochete..., p. 11.

Administração Lisboa ³⁷⁷						
Cargo	1471 ³⁷⁸		Até Maio de 1498 ³⁷⁹		Reformulação de Maio de 1498	
	Salário facial	g de prata	Salário facial	g de prata	Salário facial	g de prata
Aposentador	9600 r. + 1 m. cevada	1532	-	-	-	-
Contador da cidade	7709 r. + 2 m. trigo	1464	10709 r. + 2 m. trigo	1455	8000 r.	800
Escrivão dos contos	7000 r. + 2 m. trigo	1356	7000 r. + 2 m. trigo	1084	5000 r.	500
Escrivão da câmara	5553 + 3 m. trigo	1282	6000 r. + 3 m. trigo	1176	6000 r. + 3 m. trigo	1176
Tesoureiro da Imposição de Vila Nova	7200 r.	1094	-	-	-	-
Escrivão da almotaçaria	6000 r.	912	10000 r.	1000	s. e.	s. e.
Tesoureiro da câmara	4000 r. + 2 m. de trigo	900	6000 r. + 4 m. trigo	1368	6000 r.	600
Escrivão da aposentadoria	4800 r.	730	-	-	-	-
Vedor das obras	2582 + 2 m. trigo	684	4000 r. + 2 m. trigo e 1 cevada	880	5000 r.	500
Cargo	1471 ³⁸⁰		Até Maio de 1498 ³⁸¹		Reformulação de Maio de 1498	
	Salário facial	g de prata	Salário facial	g de prata	Salário facial	g de prata
Escrivão das obras	2282 r. + 2 m. trigo	639	2000 r. + 2 m. de trigo	584	4000 r.	400
Escrivão do tesouro	2142 + 2 m. de trigo	617	2000 r. + 2 m. de trigo	584	2000 r. + 2 m. de trigo	584
Procurador	2000 r. + 2 m. trigo	596	-	-	-	-
Juiz do Cível ou Crime	2000 r. + 2 m. trigo	596	2000 r. + 2 m. de trigo	584	2000 r. + 2 m. de trigo	584
Vereador	2000 r. + 2 m. trigo	596	2000 r. + 2 m. de trigo	584	2000 r. + 2 m. de trigo	584
Procurador dos negócios	2000 r. + 2 m. trigo	596	-	-	-	-
Porteiro da câmara	2700 r. + 1 m. trigo	556	3000 r. + 1 m. trigo	492	3000 r. + 1 m. trigo	492

³⁷⁴ Salários faciais já expostos em TAVARES, *Estudos de História...*, p. 133.

³⁷⁵ Salários faciais já expostos em TAVARES, *Estudos de História...*, p. 135. Os valores expostos incluem o pagamento do vestuário e são calculados a partir de quantias em libras.

³⁷⁶ Salários faciais e reais, máximos e mínimos, registados ao longo do período.

³⁷⁷ Neste quadro as abreviaturas "m" e "s. e." referem-se a moio e a sem efeito.

³⁷⁸ Salários faciais já expostos em RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 162. Para calcular o valor do moio de trigo adoptou-se o preço de 15 reais por alqueire, praticado na mesma cidade em 1473, e a medida de 64 alqueires por moio. O preço do alqueire de cevada foi calculado em metade. O vedor e escrivão das obras tinham mais 2000 reais atribuídos em 1468 e 1469 e aqui retirados. *Livro Vermelho...*, p. 422-25.

³⁷⁹ Para calcular o valor do moio de trigo adoptou-se o preço praticado, no mesmo ano e na vila de Tomar, de 30 reais por alqueire e a medida de 64 alqueires por moio. O preço do alqueire de cevada foi calculado em metade.

³⁸⁰ Salários faciais já expostos em RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 162. Para calcular o valor do moio de trigo adoptou-se o preço de 15 reais por alqueire, praticado na mesma cidade em 1473, e a medida de 64 alqueires por moio. O preço do alqueire de cevada foi calculado em metade do de trigo. O vedor e escrivão das obras tinham mais 2000 reais atribuídos em 1468 e 1469 e aqui retirados. *Livro Vermelho...*, p. 422-25.

³⁸¹ Para calcular o valor do moio de trigo adoptou-se o preço praticado, no mesmo ano e na vila de Tomar, de 30 reais por alqueire e a medida de 64 alqueires por moio. O preço do alqueire de cevada foi calculado em metade do de trigo.

Sacador	1772 r. + 1 m. trigo	415	-	-	-	-
Homem da Câmara	1757 r. + 1 m. trigo	413	2000 r. + 1 m. trigo	392	2000 r. + 1 m. trigo	392
Juiz dos órfãos	2000 r.	304	-	-	s. e.	s. e.
Escrivão do marco	-	-	6000 r.	600	4000 r.	400

3.1.6. Deslocações

Datas Extremas: 1375-1499;

Representação Geográfica: Alcobaca, Funchal, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Mós de Moncorvo e Porto.

Parte do trabalho de alguns titulares de cargos públicos consistia em frequentes deslocações (comunicação institucional, realização de negócios, etc.), as quais, pagas à parte dos respectivos vencimentos, eram frequentemente utilizadas por aqueles como pretexto para aumentarem os seus pecúlios³⁸². Os diversos assentamentos relativos a esta despesa, bem como a que se reporta a simples mensageiros, possibilita uma das análises mais interessantes ao nível da remuneração de serviços, já que o seu custo reflecte a importância do enviado, do assunto, da distância, bem como permite traçar algumas comparações a nível evolutivo e geográfico.

Recuemos à vila de Loulé dos anos de 1375-76, altura em que o gasto diário de um enviado, apesar das muitas variantes, deverá ter rondado os 10 a 15 soldos (5,23 a 7,85 g). Com efeito, sabe-se que o procurador local deu *“assj mesmo pera sa desspessa XXX soldos por tres djas que el andou em faarom quando alla foj filhar os djnheiros (...) deu majs assj mesmo XX soldos pera sa desspessa por dous djas que el andou na Alboffeira (...) quando la foj fazer remataçom”*³⁸³. Da mesma forma, uma viagem de dois dias de porteiro, com carta a Silves, importou 30 soldos. Registem-se ainda os pagamentos de 400 soldos, por um mês de trabalho, a encarregado de vender fruta em Lisboa e pagar certos dinheiros em Santarém; de 120 soldos a troteiro que levou dois instrumentos à corte; e, entre 10 a 45 soldos, a enviados a Lagos com instrumentos.

Ainda em Loulé, mas no ano de 1385, verificaram-se gastos diários de 15 a 40 soldos (2,61 a 6,96 g): *“foi acordado que Diego Rodriguez tabaliom vaa a Beja e ao Canpo d’Ourique pedir saca de pan per a dicta villa e que lhi den por seu mantimento dos dias que*

³⁸² Em 1433, a cidade de Lisboa apresentava uns capítulos a D. Duarte, por entre os quais se podia detectar a seguinte queixa relativamente aos vereadores: “Outras vezes, logo que sabiam que o rei ou os infantes, estavam perto da cidade, iam ao seu encontro com o procurador e os porteiros do concelho, sem necessidade nenhuma, recebendo de cada vez três ou quatro mil reais quando não gastavam nem duzentos reais, e repartindo as sobras entre eles. Isto sucedia duas ou três vezes no ano!” RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 12.

³⁸³ Cit. por IRIA, “O Algarve e os Descobrimentos”. In *Descobrimentos Portugueses...*, II - I, p. 323-324.

ala andar quareenta soldos cada dia”³⁸⁴; “*e logo acordarom que fose alo* (Beja e, provavelmente, Évora para saber notícias) *Joham Dominguez rendeiro e que lhi dem cada dia XV soldos pera seu mantimento*”³⁸⁵. Uma quantia de 15 soldos era também o mantimento atribuído a um enviado a cortes com procuração. Anote-se ainda o pagamento de 80 soldos a um enviado a Castro Marim, ao corregedor.

Chegamos a 1422-23 e à vila de Montemor-o-Novo. Por essa altura, o gasto diário de um enviado não andaria muito afastado dos 20 reais (6,2 g), apesar de uma verba parecer claramente indicar uma menor quantia: “*forom a dicta çidade (Évora) quatro homeens boons ao corregedor e estiverom la quatro dias e despenderom elles e hum homem que os servia e quatro moços e com senhas bestas... trezentos brancos*”³⁸⁶. Destaquem-se assim, atentando especialmente às gradações por distância percorrida, os gastos com sucessivas deslocações em busca de um carnicheiro: 25 reais por enviado a Évora, 30 reais a Évora e Arraiolos e 70 reais ao Ribatejo; bem como as verbas de 20, 40 e 100 reais pagas ao porteiro João Aires por viagens de comunicação institucional a Coruche, Beja e Lisboa.

O exercício municipal da vila de Mós de Moncorvo, em 1439-40, revela um gasto diário inferior, o que é surpreendente tendo em conta a cronologia, ou seja, anos de grande carestia, mas que poderá indiciar, como temos vindo a defender, um menor custo de vida a norte. Assim, em pagamento de uma deslocação a Ferronho, o procurador da vila “*tomou por seu trabalho por os dictos dous dias e pera seu mantimento por mandado dos sobredictos a VIIIº reaes por dia*”³⁸⁷ (2,46 a 2,63 g). De resto, entregaram-se 3 e 50 reais por deslocações a Freixo de Espada à Cinta, 6 reais a Torre de Moncorvo, 8 e 30 reais a Bragança, 200 reais à Sé de Braga e 1300 reais à corte.

Valor ligeiramente mais elevado era despendido pelo mosteiro de Alcobaça, confirmando-se a ideia de um maior custo de vida na região estremenha. Assim, segundo Iria Gonçalves, essas despesas de deslocação “eram computadas, para um homem, em oito reais diários, quantia, no ano de 1439-1440, elevada para dez reais”³⁸⁸. Note-se, ainda, o aumento atribuído no referido ano, medida, sim, condizente com a crise cerealífera verificada.

Em 1450-51, a despesa diária da vereação portuense com um caminheiro e “moço” do concelho importou, respectivamente, 18 e 10 reais (3,76 a 4,14 g e 2,09 a 2,3 g), ou seja, valores mais elevados do que os verificados cerca de uma década antes em Mós de Moncorvo.

³⁸⁴ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 27.

³⁸⁵ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 47.

³⁸⁶ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 156.

³⁸⁷ MARQUES, “A Administração Municipal de Mós de Moncorvo...”, p. 549.

³⁸⁸ GONÇALVES, “Viajar na Idade Média...”, p. 191.

Em 1468, o concelho de Loulé avaliava em 50 reais (7,2 g) o gasto diário do seu procurador às cortes de Torres Novas e, em 1487, em 80 reais (8,08 g) o gasto diário de um enviado à corte, importâncias ainda maiores que poderão reflectir uma maior despesa aquando da deslocação tanto a cortes como à corte.

Apresenta-se, de seguida, um aceso debate sobre quanto deveria receber um enviado funchalense à corte. Em 13 de Maio de 1496, os homens bons da dita vila acordavam o envio do fidalgo Duarte de Brito como representante do concelho a Lisboa, atribuindo-lhe a quantia mensal de 5000 reais (500 g). Em 4 de Junho, aparecia, todavia, o mesmo fidalgo a afirmar que *“b mjl rrs. por mes que era mujto pouco que elle levava dos cavallos e hua azemolla e hu espravo e hua esprava e quatro homens e hu paje e que se lhe mais nom dessem que elle nom esperava de jr e dez mjl rrs avja mester pera sua embarcaçam”*. Perante tal testemunho, a câmara respondia que *“a elle era ordenado tanto canto sempre derom aos fidalgos cavaleiros que a Purtugall foram”*, não deixando, no entanto, de o convocar para nova vereação, onde *“praticariam sobre ello o que fose serviço de Deus e bem deste povo”*. Nesta, ocorrida no mesmo dia, sábado 4 de Junho, o fidalgo confirmava a sua posição, acrescentando que o *“que lhe deviam de ordenar nom devja de ser menos de dozentos rrs. por dia e sua embarcaçam (...) que elle avja de jr como quem elle era e nom como moço de estrebeira que abastava elle em tal tempo assj ser sua pessoa que ho nom deviam lançar em perdiçam que lhe dessem o que elle merecja que elle ho avja de fazer como a sua pesoa pertencja”*. Após tal depoimento, a câmara, reunida sem a presença de Duarte de Brito, apenas cedia no pagamento de 4000 reais para o frete de ida e volta, tendo, em 22 de Junho, chamado-o à câmara *“pera se aver de logo fazer prestes pera partir no primeiro navjo”*. No entanto, o fidalgo não recuava, afirmando *“que elle nom esperava de jr se que se nom queria jr gastar e perder a Purtugal”*. Ao que os homens bons funchalenses voltavam a retorquir que *“nunca derom tanto a nenhuu que a Portugal fosse como davom a elle”*. Neste impasse, a vereação decidia-se por lançar uma pena de 200 cruzados (cerca de 78000 reais), caso o fidalgo não se resolvesse a partir. Próximas referências encontram Duarte de Brito em Lisboa³⁸⁹.

Finalizamos em Montemor-o-Novo e no ano de 1499, altura em que o procurador local pagou 47 reais (4,7 g) a um homem por levar carta à cidade de Évora, recebeu 60 reais (6 g) diários para viagem à corte e 100 reais (10 g) por outra deslocação a Évora em busca de um pregador e carnicheiro.

Quadro XVI: EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DIÁRIO POR DESLOCAÇÃO (1375-1499)

³⁸⁹ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 486, 487, 492 e 493.

Data	Local	Pagamento
1375-76	Loulé	10 a 15 s. (5,23 a 7,85 g)
1385	Loulé	15 a 40 s. (2,61 a 6,96 g)
1422-23	Montemor-o-Novo	20 r. (6,2 g)
1439-40	Mós de Moncorvo	8 r. (2,46 a 2,63 g)
1439-40	Alcobaça	10 r. (3,07 a 3,29 g)
1450-51	Porto	10 a 18 r. (2,09 a 4,14 g)
1468	Loulé	50 r. (7,2 g)
1487	Loulé	80 r. (8,07 g)
1499	Montemor-o-Novo	60 r. (6 g)

3.1.7. Oficiais de justiça e serviços de escolta

Datas Extremas: 1361-1499;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

Inicia-se este ponto com a breve observação de que a maioria dos salários de carcereiros e oficiais relacionados se compunha, *grosso modo*, à base de duas parcelas: uma quantia fixa, paga pela entidade empregadora, e uma quantia variável, advinda de percalços, como por exemplo, as carceragens ou troncagens pagas pelos infractores. Em Novembro de 1494, a vereação de Loulé nomeava Vasco de Torres por carcereiro da vila, atribuindo-lhe 500 reais (50,5 g) mensais mais “*todallas cacerajeens per inteiro sem dellas o alcaide mor nem outra alguua pessoa aver coussa alguua e mais seus percalços que aos semelhantes caregos pertenceem aver*”³⁹⁰. Este salário mantinha-se praticamente o mesmo (500 reais ou 50 g) decorridos dois anos, altura em que Afonso Anes Cabrita era nomeado para a mesma função. Em 1499, o procurador de Montemor-o-Novo procedia a um embolso de 500 reais (50 g) ao carcereiro da dita vila. Embora não se especifique o motivo do pagamento, a coincidência de valores pode, perfeitamente, indiciar a mesma remuneração mensal³⁹¹.

Ainda que seja impossível calcular os proventos advindos das carceragens, percalços, etc., pensamos que aqueles salários ocupariam uma posição média-alta num contexto de escassa remuneração do oficialato público, realidade que se deve ler à luz dos perigos e adversidades inerentes à função de aplicar a justiça. A título de exemplo, refira-se que, por estes últimos anos de Quatrocentos, o mais bem remunerado oficial da câmara lisboeta, o contador da

³⁹⁰ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*, p. 178.

³⁹¹ Uma quantia de 500 reais (50 g) traduzia também o salário de um guarda do carcereiro lisboeta em 1501, altura em que o carrasco da mesma auferia o dobro.

cidade, não receberia mais do que 1215 reais (121,5 g). Da mesma forma, um vereador ou juiz da mesma cidade não ganharia mais do que 490 reais (49 g).

Recebendo, todavia, um pobre pecúlio fixo e frequentemente enfraquecido pela desvalorização monetária, os carcereiros e oficiais afins procuraram sempre dilatar o seu rendimento através das carceragens. As fontes encontram-se repletas de queixas contra carcereiros que exigiam maior quantia do que a legislada. D. Pedro I expunha e respondia, da seguinte forma, à posição da cidade de Évora nas cortes de Elvas de 1361: *“E do que disiades que os meus alcaides dessa cidade levom maiores carceragens que soyom, convem a saber, do que soyom a levar cinco soldos de carceragem levom ora novamente vinte e seis soldos mais dous dinheiros (...) e que fosse minha mercê de mandar que se nom fizesse. Sobresto tenho ser bem e mando que se guarde como usou e costumou em esta rasom.”*³⁹² Note-se que entre os 5 soldos (3,03 g) reclamados pela vila alentejana e os cerca de 26 soldos (15,83 g) praticados pelos alcaides registava-se uma diferença superior a 420%. Como dissemos, esta acção recorrente dos carcereiros procurava também atenuar o processo de desvalorização monetária. Refira-se, por exemplo, que em 1392, na mesma cidade, as carceragens oscilavam entre esses mesmos 5 soldos (0,23 g) para feito não crime e 25 soldos (1,15 g)³⁹³ para feito crime, o que espelha uma enorme desvalorização. Por sua vez, em 1403, na vila de Loulé, era *“dicto e denunciado que Vasco Affomso alcaide que sya presente levava das caçarageens muito mais que aquello que lhe de direito e custoume e ordenaçom amontava e que porende lhe deffendia em sua pessoa que nom levasse (...) salvo quinze por hua”*³⁹⁴. A carceragem era o pagamento mais comum feito pelos presos, mas não o único. Em 1495, sabe-se que a troncagem seguia, no Funchal, a regra de Lisboa, ou seja, 14,5 reais (1,45 g).

Da mesma forma que as carceragens constituíam uma parte do salário de um carcereiro, a aplicação de certas penas concedia um complemento remuneratório aos carrascos. Em 1482-83, na cidade do Porto, esse oficial recebeu 120 reais (13,8 g) por açoitar seis pessoas, entre as quais um “moço” e uma “moça”³⁹⁵; 60 reais (6,9 g) por decapitação e açoitamento de uma escrava; 50 reais (5,75 g) por enforcamento e 20 a 30 reais (2,3 a 3,45 g) por aplicação de tormentos. Para se ter uma melhor ideia destes valores, apontem-se os preços, na mesma cidade e ano, de 11 reais por galinha ou de 120 reais por gibão de homem. Em 1491-92, o açoitamento de uma pessoa contribuiu com 100 reais (10,1 g) para o orçamento do carrasco, quantia que lhe permitiria comer uma gamela de tripas (80 reais) e beber três canadas de

³⁹² *Documentos Históricos...*, I, p. 57.

³⁹³ Mais 1 soldo de “mal entrada” em ambos os casos.

³⁹⁴ Note-se a clara menção à equivalência monetária. *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 92.

³⁹⁵ GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 158.

vinho branco (16 reais). E, em 1493-94, novos açoitamentos valeram-lhe 60 e 80 reais (6,06 e 8,08 g), importâncias semelhantes a um almude de vinho tinto (70 reais) ou a um carneiro (50 reais).

Em 1499, surgem algumas quantias curiosas para a vila de Montemor-o-Novo. Assim, a guarda da cadeia por uma noite rendeu a um habitante local 40 reais (40 g), o mesmo valor pago a um negro por levar e trazer a escada à forca. Por sua vez, “*a dous negros que allevantaram o enforquado sasenta reaes*”³⁹⁶ (6 g). Por 60 reais se compravam, na dita vila, 1,7 alqueires de farinha, um almude de vinho branco ou duas galinhas.

Finalizamos com a remuneração de serviços de escolta de presos ou dinheiro. Em 1422-23, na referida vila alentejana, a deslocação de um besteiro a Palmela ou a Coruche, com aqueles fins, era avaliada entre 3 a 6 reais (0,93 a 1,86 g), supõe-se que mediante o nível de risco (por exemplo, a perigosidade ou importância do preso e a quantidade de dinheiro transportada). Tratavam-se, no entanto, de quantias bastante reduzidas como se pode constatar pelo pagamento de cerca de 20 reais atribuído a um enviado do concelho ou do preço de 1,4 reais por canada de vinho.

Tanto em 1437 como em 1442, o transporte de dinheiro por porteiro (de Lamego a Lisboa e de Ponte de Lima a Leiria) conduziu a um pagamento diário de 8 reais: “*e em mantimento e crecentamento do dito porteiro que leuou os dictos dinheiros a dicta cidade de lR dias queallo andou por três uezes a biiijº reaes por dia*”³⁹⁷; “*e mantijmento dAlvaro Gonçallvez porteiro que levou os ditos dinheiros de vijnte dias que alla [andou e] pos a oyto rreaes por dia*”³⁹⁸. Estes 8 reais (2,46 e 2,63 g) constituíam cifras bem mais elevadas do que a anterior, o que pode ser explicado em função dos anos de carestia então ocorridos ou pelo facto de se ter tratado do transporte de dinheiros do rei. Em todo o caso, eram, recorde-se, quantias similares às atribuídas pela vereação de Mós de Moncorvo e pelo mosteiro de Alcobaça aos seus enviados.

Os seguintes pagamentos, relativos à cidade do Porto, espelham essencialmente o mencionado cariz de imutabilidade institucional do mantimento público, o qual não se coadunava com o processo de desvalorização monetária. Com efeito, conhece-se apenas um valor para a remuneração diária atribuída a um besteiro em serviço de escolta em toda a segunda metade do século XV. No entanto, a quebra da moeda originou uma corte real desse valor em mais de 50%, ou seja, desde os 12 reais (2,5 a 2,76 g) de 1450-51 aos 12 reais (1,21 g) de 1493-94. Em todo o caso, 12 reais, que perfizeram ainda a quantia atribuída, em 1450-

³⁹⁶ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 171.

³⁹⁷ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 206.

³⁹⁸ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 419.

51, por uma noite de guarda de presos em trânsito, constituíram pagamento superior ao efectuado, nos mesmos moldes, em 1422-23, pela vereação montemorense.

Registe-se, por fim, um embolso diminuto de 10 reais (1,01 g) atribuído, em 1491, pela vereação funchalense a um seu porteiro por ter transportado dinheiros à vila vizinha de Câmara de Lobos.

3.2. Clérigos e “Profissionais Liberais”

3.2.1. Serviços religiosos e de apoio ao culto

Datas Extremas: 1340-1497;

Representação Geográfica: Avis, Évora, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

A reunião, num mesmo ponto, de clérigos e “profissionais liberais” não corresponde à ideia de terem sido grupos ligados por grandes afinidades. Trata-se, essencialmente, de uma mera opção formal, tendo em conta a menor dimensão informativa recolhida e o facto de não se poderem enquadrar nos outros dois grupos objecto de estudo: oficiais públicos e mesteirais, esses sim, perfeitamente delimitados em termos profissionais.

Posto isto, inicie-se este ponto com uma pequena amostra de alguns mantimentos atribuídos a eclesiásticos. Em 1392-93, um dos encargos salariais da vereação portuense consistia no pagamento mensal de 50 libras (46 g) a dois clérigos que cantassem pelo hospital de Rocamador. Tratava-se de uma cifra bastante significativa, perfazendo metade dos vencimentos auferidos pelo contador e juiz da casa dos contos de Lisboa e idêntica à recebida pelo escrivão e feitor da mesma casa. No espaço portuense, constituía mantimento bastante superior às 12,5 libras recebidas pelo encarregado do sino e passível de adquirir, por exemplo, 200 arráteis de carne de vaca ou sete almudes de vinho branco.

No ano económico de 1422-23, o procurador de Montemor-o-Novo pagara a soma bem mais elevada de 300 reais (93 g) “*a Freye Rodrigo frade polo que aqui pregou a Coresma de mantimento*”³⁹⁹. Note-se a dimensão deste pagamento, tendo em conta tratar-se, grosso modo, da mesma quantia passível de ser auferida, mensalmente, por um mestre pedreiro na dita vila e bastante superior à remuneração do porteiro da câmara, estabelecida em cerca de 83,33 reais. Com 300 reais, adquiria-se, por exemplo, cerca de 17 almudes de vinho branco.

Em 1437, Afonso Vicente, capelão de São Vicente, no paço da Alcáçova, recebia 500 reais (153,5 g) mensais. Nesse mesmo ano, um porteiro em serviço de transporte de dinheiros

³⁹⁹ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 161.

recebia 8 reais diários e um mestre pedreiro, ao serviço do mosteiro alcobacense, cerca de 25 reais. Com 500 reais, Afonso Vicente podia alcançar cerca de 47 alqueires de trigo.

No início da década de 1460, a vereação lisboeta estabelecia um pagamento mensal de 125 reais (19,13 g) a um capelão que celebrasse três missas semanais na casa de São Lázaro. Sabe-se que, no mesmo ano e cidade, um lente de prima de Teologia auferia um marco de prata (230 g), bem como ter o porteiro da câmara portuense recebido cerca de 137,5 reais.

Em 1490, o vigário da igreja de Santa Maria do Funchal recebia um mantimento anual de 3000 reais (303 g), três moios de trigo, duas pipas de vinho, 12 cabritos, 12 frangões e duas arrobas de açúcar. Recebia ainda seis marcos de prata (1380 g) por prover a capela do infante D. Henrique e todas as outras da ilha. Em prata, seria uma quantia mensal superior a 224 g, ou seja, um elevado mantimento, bastante superior ao do escrivão da câmara local (250 reais ou 25,25 g), de um jurado na mesma ilha (800 reais ou 80,8 g) e pouco inferior ao do vedor da fazenda da cidade de Lisboa (2917 reais ou 295 g).

Seguem-se alguns valores relativos ao pagamento de missas e sermões. Em 1340-41, na cidade de Évora, pagavam-se entre 3 a 5 soldos (1,85 a 3,08 g) por uma missa. Com a ocorrência da Peste Negra, em 1348, surge, naturalmente, o registo mais avultado. De facto, desembolsaram-se 20 soldos (12,3 g), na região de Coimbra, ou seja, mais 300% do que a quantia verificada sete anos antes e, como iremos constatar, mais de 200% do custo de uma missa em finais do século XV. Em 1442, na vila de Guimarães, praticava-se um valor médio de 20 reais (6,58 g); em 1482, em Avis, pagavam-se apenas 10 reais (1,15 g); em 1495, uma missa custava valor semelhante de 12 reais (1,2 g) em Évora, bastante menos do que o que se pagava na mesma cidade em 1340-41, e cerca de 20 reais (2 g) em Lisboa. Finalmente, em 1497, na vila do Funchal e, em 1499, na vila de Montemor-o-Novo, registava-se a mesma quantia de 40 reais (4 g), o que é de salientar em função da especificidade económica dos dois espaços.

Uma quantia de 20 reais foi quanto importou a realização de um sermão na cidade do Porto nos anos económicos de 1450-51 (4,18 g), 1461-62 (3,06 g), 1474-75 (2,42 g) e 1482 (2,3 g), isto apesar da progressiva desvalorização monetária. A partir de Dezembro de 1482, verificaram-se acréscimos progressivos, procurando-se, por certo, responder àquela realidade nefasta. Assim, em 1483, já se pagavam entre 30 a 50 reais (3,45 a 5,75 g) e, em 1485-86, 1491-92 e 1493-94, entre 40 e 50 reais (4,04 e 5,05 g).

A condução de objectos religiosos, em procissão, deixou também registo de alguns valores para a cidade do Porto da segunda metade de Quatrocentos. Naturalmente, verificava-se uma grande separação entre o custo da condução de uma bandeira, cruz ou turíbulo e a

condução do Santíssimo Sacramento, sendo que o primeiro serviço oscilou apenas entre 6,7 e 20 reais (0,68 a 2,02 g) e o segundo entre 600 e 800 reais. Os valores da condução do Santíssimo na procissão de “*Corpus Christi*” espelham o mesmo mecanismo monetário enunciado anteriormente. Com efeito, aos 600 reais pagos em 1474-75 (72,6 g) e 1482-83 (69 g) acrescentaram-se 200 reais em 1485-86, 1491-92, 1493-94 (80,8 g) e 1496-97 (80 g). Por outro lado, note-se que eram cifras bastante elevadas, superiores ao vencimento mensal de qualquer oficial público na mesma cidade.

Finalizamos este ponto com duas verbas relativas ao tanger de sinos: em 1485-86, o repique nocturno dos sinos levou ao pagamento de 120 reais (12,12 g) pela vereação portuense e, em 1491, sabemos ter a vereação funchalense despendido 200 reais (20,2 g) com dois homens que tangeram os sinos por ocasião do falecimento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

3.2.2. Professor e Conservador

Datas Extremas: 1323-1494;

Representação Geográfica: Coimbra, Évora e Lisboa.

Comece-se por salientar que o salário do professor medieval raramente constituía o único provento económico inerente ao cargo, especialmente quando este era de cariz universitário⁴⁰⁰. Em certos momentos, ele não chegou sequer a constituir a principal parcela remuneratória, composta sim por tenças, colectas, rendimentos eclesiais (no caso dos docentes clérigos), e toda uma multiplicidade de privilégios⁴⁰¹. Conduz-nos, todavia, o intuito de

⁴⁰⁰ Em relação ao salário dos lentes universitários importa consultar os estudos de COELHO, Maria Helena da Cruz – “As Finanças”. In *História da Universidade em Portugal*, volume I, tomo I (1290-1536), capítulo II, Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 39-67 e MARQUES, José – “Os corpos académicos e os servidores”. In *História da Universidade em Portugal*, volume I, tomo I (1290-1536), capítulo III. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 69-127.

⁴⁰¹ Refiram-se alguns dos proventos económicos, de cariz monetário, auferidos ao longo dos séculos XIV e XV: em 1392, D. João I aumentava para o dobro as talhas cobradas pelos lentes de Leis e Decretos aos seus escolares (20 libras aos mais ricos, 10 aos meios e 5 aos mais pobres); em 1450, determinava-se, atendendo à exiguidade do salário da cátedra de Lógica, que cada estudante pagasse ao professor uma quantia anual de vinte reais; em 1463, D. Afonso V concede ao docente de

perceber essa componente salarial, sua evolução e dimensão, quando comparada com outros vencimentos.

Data de 18 de Janeiro de 1323 a primeira notícia sobre o valor dos salários do Estudo Geral, da qual se extraem os seguintes pagamentos mensais a seis mestres e dois conservadores: 50 libras (821 g) ao mestre de Leis, 41,66 (684,1 g) ao de Decretais, 16,66 (273,6 g) ao de Física, 16,66 (273,6 g) ao de Gramática, 8,33 (136,78 g) ao de Lógica e 6,25 (102,63 g) ao de Música. Como se pode verificar, o lente de Leis era o mais bem ressarcido, auferindo mais 20% do que o de Decretais, o segundo mais bem pago, e mais 700% do que o de Música, o menos valorizado nestes inícios da Universidade portuguesa. Apreende-se, igualmente, que o salário mensal médio de um docente rondava as 23,26 libras (381,93 g)⁴⁰², ou seja, era 2,1 vezes superior ao do ordenado do melhor mesteiral (200 soldos ou 123 g para um reparador de tectos e telhados) ao serviço do cabido da Sé de Évora, em 1340.

Em 1406, o mestre de Leis recebia o mesmo salário facial de 1323, mas a actualização imposta de 5000 libras (500 g) deve ter conduzido a uma perda real na ordem dos 39,1%. Quando comparado com o de outras profissões, este vencimento representava 22,8 vezes mais do que o de um jeirão da mitra de Braga (210 libras), nove vezes mais do que o do encarregado do relógio na cidade do Porto em 1403 (500 libras), cerca de 2,57 vezes mais do que o de um mesteiral louletano em 1403 (1400 libras) e cerca de 1,39 vezes mais do que o do contador da casa dos contos de Lisboa no mesmo ano de 1406 (2092 libras). Tratava-se, portanto, de um elevado mantimento aquele que o mestre de Leis auferia.

Em 1448, o infante D. Henrique comprometia-se a manter, à sua custa, a cadeira de prima de Teologia, afectando-lhe 0,833 marcos de prata (192 g) como salário do lente, salário que seria aumentado para um marco de prata (230 g) em 1460. Tendo em conta que a cátedra de Teologia da hora de prima era das mais importantes, senão mesmo a mais importante e mais bem remunerada, percebe-se uma clara descida do vencimento dos salários universitários face a 1323 e 1406. Em primeiro lugar, este vencimento encontrava-se claramente abaixo da média registada para o ano de 1323 e, em segundo lugar, embora mantivesse uma relação de superioridade face à grande maioria dos ordenados medievais, a distância monetária dessa relação havia encurtado. Note-se que um carpinteiro portuense podia auferir 500 reais em 1450-51 (104,5 a 115 g), ou seja, ordenado idêntico ao de um docente universitário médio, algo que não se verificava em 1323 ou 1406. Apesar da quebra, o ordenado do lente

Teologia uma renda anual de 15000 reais; em 1492, era atribuída uma tença de 4000 reais a um bacharel em Leis, para ensinar Gramática nos Estudos de Coimbra, tença confirmada em 1497.

⁴⁰² Para se obter uma ordem de grandeza, refira-se que, por este ano de 1323, um alqueire de trigo andaria, em Coimbra, em redor dos 10 soldos.

universitário continuava a ser superior à maioria dos ordenados medievais. Tome-se, como exemplo, o vencimento do mestre de carpintaria e artilharia real, segundo Costa Lobo, o oficial mecânico mais bem pago do reino⁴⁰³, com 766,25 reais (176,24 g) ou os vencimentos do porteiro da câmara portuense em 1450-51, o qual auferia apenas 125 reais (26,13 a 28,75 g) e do escrivão da alfândega de Lisboa em 1450, este com 200 reais (46 g). Obviamente mais elevados eram os ordenados dos oficiais superiores da administração central, caso do vedor da fazenda da Casa de Ceuta, o qual, em 1448, recebia 3333 reais (1097 g) ou mais 471%.

Em 1494, era atribuído um salário de 720 reais (72,72 g) ao lente de véspera de Medicina, o que comprova a ideia de quebra nos salários. Ainda que se tenha em conta o facto de este docente não ter sido dos mais bem ressarcidos, é de notar que seu ordenado podia ser atingido e até ligeiramente superado pelos 800 reais (80,8 g) passíveis de serem recebidos por um carpinteiro portuense em 1491-92. No conjunto das profissões, o panorama mantinha-se idêntico: ainda que longe dos 2917 reais (295 g) que constituíam o ordenado do vedor da fazenda em 1490, o seu salário era superior em cerca de 475% face aos 125 reais (12,63 g) do vencimento do procurador da câmara portuense no dito ano de 1494 ou em 20% face aos cerca de 600 reais (60 g) auferidos por um juiz do cível ou crime lisboeta em 1498.

O Estudo Geral compunha-se, igualmente, de alguns oficiais responsáveis pela boa ordem e manutenção do Estudo. Um deles, o conservador, auferia 3,33 libras (54,68 g) em 1323, ou seja, menos 85% do que o salário médio de um docente. Em 1396, à imagem do grupo docente, via cair o seu rendimento cerca de 30% para 41,66 libras (38,33 g)⁴⁰⁴.

Finaliza-se esta análise com a evocação do pagamento de uma tença mensal, em 1459, de 250 reais a um “*um bachelor que ensina gramatiga e a escrever os filhos dos boons e quaesquer outros que querem aprender*”⁴⁰⁵. Com esta quantia, o bacharel auferia a mesma remuneração do escrivão e o dobro da do porteiro da câmara do Porto em 1450-51. Da mesma forma, constituía metade do máximo passível de ser auferido por um carpinteiro portuense no mesmo ano e menos 77,3% do que o salário do prestigiado docente de prima de Teologia em 1460. Contando com outros ganhos, estávamos perante um salário prestigianete.

⁴⁰³ LOBO, *História da Sociedade...*, p. 505.

⁴⁰⁴ Segundo Maria José Ferro Tavares, o rendimento do conservador era de 500 libras mensais, o que significaria uma subida de 740% face a 1323, bem como uma proximidade improvável com o salário de um lente de leis, orçado em 5000 libras (500 g) em 1406. TAVARES, *Estudos de História...*, p. 129.

⁴⁰⁵ Ficou assim registado o processo de definição da referida tença, extraído de capítulo especial da cidade de Évora nas cortes de Lisboa de 1456: “*Outrossy senhor a esta cidade se veeo morar um bachelor que ensina gramatiga e a escrever os filhos dos boons e quaesquer outros que querem aprender ao qual a cidade hordenou em cada hum anno de teença tres mil e quinhentos réis; e ora senhor o corregedor da côrte quando proveeo as despesas e contos aos officiaes disse que era muy grande teença, e que era assaz pera elle dous mil réis e que lhe nom dessem mais, e elle diz que se lhe nom derem os ditos tres mil e quinhentos réis que se hirá da cidade e nom ensinará mais. Senhor, seja vossa mercee que ajamos vosso mandado e autoridade pera lhos darmos, que honra he a hua tal cidade aver em ella quem ensine os filhos dos boons e quaesquer outros que querem aprender. A esto respondemos que nos praz que possaes poer tença ao dito mestre se pera ello for pertencente atee contia de tres mil réis se avees por honra da dita cidade e por proveito das singolares pessoas della*” *Documentos Históricos...*, II, p. 78-79.

3.2.3. Físico, Cirurgião, Sangrador e Boticário

Datas Extremas: 1391-1493;

Representação Geográfica: Elvas, Funchal, Guarda, Lisboa, Loulé e Porto.

Físicos, cirurgiões e barbeiros/sangradores constituíam, por esta ordem de importância, os principais nomes do corpo médico medieval, associando-se a estes o grupo dos boticários, encarregado, como se sabe, das mezinhas e de aviar as receitas. Importaria, mais uma vez, perceber qual a dimensão social projectada pelos salários destes oficiais, no entanto, a avareza das fontes dificulta imenso esse propósito, desde logo por não permitir grandes certezas quanto à sua constituição e modelos. Com efeito, descobrem-se mantimentos, tenças e outras formas de agraciamento, mas fica a dúvida constante sobre como jogam e se acumulam (ou não) essas parcelas. Apesar deste obstáculo, seguem-se alguns comentários aos registos disponíveis.

A primeira notícia a destacar remonta ao ano de 1391 e à cidade do Porto. Não se tratando de nenhuma indicação relativa a um vencimento, a sua importância advém do facto de permitir perceber qual o valor que, à data, a vereação portuense achava justo com vista à contratação de um físico cristão em Coimbra, já que se encontrava “*muy mingada e faleçuda dhuum fisycu xpaom o que era muy graue coussa*”⁴⁰⁶. Nestes termos, propunha-se o pagamento de uma quantia de 500 libras (500 g) a mestre Afonso de Leiria e a atribuição de uma casa em que este morasse às custas do concelho. Ora, tal quantia era equivalente, nessa data e cidade, a 2000 arráteis de carne de vaca. Em termos de comparação com outros rendimentos, entenda-se que para uma padeira e um acarretador de pão eborenses atingirem aquela quantia teriam de vender 20000 pães e acarretar 8000 a 10000 alqueires de pão.

Segue-se um precioso “*quaderno dos que ora el Rei ha-de trager por moradores*”⁴⁰⁷, de 1404-05, o qual fornece alguns dados bastante interessantes. Em primeiro lugar, permite perceber remunerações diferentes tendo em conta a experiência profissional. Assim, de sete físicos ao serviço de D. João I, dois deles recebiam 9000 libras (900 g), ou seja, mais 350% do que as 2000 libras (200 g) de outros quatro e mais 900% do que as 900 libras (90 g) auferidas por um físico, muito provavelmente, em início de carreira. Em segundo lugar, vislumbra-se a separação remuneratória prevista para um físico, cirurgião, boticário e sangrador. Assim, o melhor físico recebia mais 329% do que o cirurgião (2100 libras ou 210

⁴⁰⁶ “Vereações”. *Anos de 1390-1395*, p. 76.

⁴⁰⁷ FARO, Jorge – *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 31.

g), mais 650% do que o boticário (1200 libras ou 120 g) e mais 900% do que o sangrador (900 libras ou 90 g). Finalmente, dá a conhecer a posição privilegiada que dois mestres físicos mais experientes podiam alcançar no quadro remuneratório dos moradores da casa régia, já que apenas alguns membros do seu conselho e o escrivão da puridade (15600 libras ou 1560 g) recebiam mais do que os mestres Aires Afonso e Estaço.

Em 1437, conhecem-se os pagamentos, por parte do recebedor do almoxarifado da cidade da Guarda, de 333,33 (102 g) a um mestre Martinho físico e de 277 reais (85 g) a um mestre Gil cirurgião. Apenas se refere o fim deste segundo pagamento, ou seja, mantimento e soldo. No entanto, caso sejam comparáveis, estas duas quantias revelam um ganho do físico superior em cerca de 20% ao ganho do cirurgião. Por sua vez, é de salientar que se encontravam bem abaixo das remunerações do corregedor da comarca da Beira (1000 reais ou 307 g), do contador da cidade da Guarda (456 reais ou 140 g), bem como do vencimento de um pedreiro ao serviço do mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha (500 reais ou 153,5 g). Apenas superavam salários similares ao do almoxarife, escrivão e porteiro do mesmo almoxarifado (63,66 reais ou 19,54 g; 51 reais ou 15,6 g e 27 reais ou 8,29 g).

Bem mais reduzida surge a remuneração do médico da vila de Elvas, o qual auferia 125 reais (26,13 g) em 1455. Tratava-se de um parco mantimento, idêntico ao do porteiro da câmara portuense, metade do que vencia um bacharel na vila vizinha de Évora ou um escrivão da câmara portuense e inferior em 75% ao salário passível de ser arrecadado por um bom carpinteiro portuense. Muito semelhante era a tença de 166,66 reais (24 a 25,33 g) atribuída na vila de Loulé, em 1468-71, a mestre Samuel, judeu que acumulava as funções de físico e cirurgião. Naturalmente mais elevado era, por sua vez, o vencimento de cerca de 247,5 reais (37,62 g) auferido, em 1471, pelo físico e pelo cirurgião lisboeta. Tratava-se de uma diferença a rondar os 50%. Em todo o caso, ambos os rendimentos mantinham uma baixa posição no conjunto dos salários. Um juiz do cível ou do crime lisboeta auferia cerca de 300 reais (45,6 g). O ordenado do físico ou cirurgião lisboeta era, sim, igual ao de um pedreiro ou carpinteiro da mesma cidade e ao do escrivão da câmara portuense (250 reais ou 36 a 38 g).

Em 1472, D. Afonso V estipulava as tenças a serem recebidas, extra ordenado, pelos diversos oficiais colocados na praça de Tânger. Através desse rol percebe-se uma valorização de 25% do físico (416,66 reais ou 50,42 g) face ao boticário (333,33 reais ou 40,33 g) e de 66,66% face ao cirurgião (250 reais ou 30,25 g). Caso a mesma pessoa acumulasse as funções de físico e cirurgião era-lhe atribuída uma tença de 500 reais (60,5 g). Note-se, novamente, como os oficiais ao serviço do monarca eram mais bem remunerados. Da mesma forma, em

1478, o barbeiro da corte recebia 650 reais (87,75 g), quantia superior em cerca de 150% ao que ganhava o físico da cidade de Lisboa no início da década.

Passados dez anos, a vereação do Funchal atribuía 1400 reais (141,4 g) a um barbeiro incumbido de tratar alguns doentes que *“padeceram dos maus ares”*. No entanto, a falta de um físico fazia-se sentir a todo o momento, problema que a vereação local procurou suprir em 1489, oferecendo uma renda de 483,33 reais (48,82 g) a um mestre Afonso da cidade de Lisboa. Tratava-se de uma proposta de valor superior aos últimos vencimentos detectados e que se justifica perfeitamente tendo em vista a necessidade de se convencer o dito mestre a trocar o continente pela ilha. Segue-se o registo da dita acta de vereação: *“acordarom por a grande mjngo que a esta terra ffaz hu ffissjco por causa das enffirmjidades e doenças que nesta terra som de mujtos e diversos modos por o conhecerem da virtude mestre Afonso e das mujtas curas e rremedios que ffez e deu aos enffermos ho tempo passado que aqui esteue que sse lhe a elle aprouuer de vjvr a esta villa pera hussar da ssua ffisjca lhe ordenarom que em cada hu ano que aqui esteuer pera hua cassa em que aja de morar (...) cjnco mjl e oyoçentos rrs. os quaes lhe apropriarom em cada hu ano pera ssua apoussentadoria e mays que lhe espreuam hua carta ssobre o dicto carego e ssua vinda”*.⁴⁰⁸

Finalmente, sabemos que, em Fevereiro de 1493, a vereação de Loulé decidia que *“os dous mil reaes d’arca do concelho que sam ordenados se darem a hum fisico se darem a Mestre Rabi Jaco judeu castelhano por este ano por ser boom físico e mais aquello que lhe cada huum quiser dar”*⁴⁰⁹. Em Julho do mesmo ano, fazia-se nova alusão aos *“dous mill reaes de mantimento em cada huum ano”*. Recorde-se como já em 1468, na mesma vila, se previa este pagamento de 166,66 reais mensais a um físico, mas sob a forma de tença. Ora, tal facto suscita-nos os seguintes comentários: que, muito possivelmente, a tença equivalia, no caso dos médicos municipais, ao mantimento e constituía o seu único pagamento, mais algumas ofertas recebidas em troca das consultas. Em segundo lugar, uma grande estabilidade facial na remuneração deste físico (a mesma quantia de 166,66 reais mensais num período de mais de 25 anos), que não se mantinha em termos reais, ocorrendo antes uma quebra superior a 30% (de cerca de 24,7 passou-se para uma quantia na ordem das 16,83 g de prata).

3.2.4. Músico

Datas Extremas: 1450-1499;

Representação Geográfica: Montemor-o-Novo e Porto.

⁴⁰⁸ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 245.

⁴⁰⁹ Actas de Vereação de Loulé: Século XV, p. 91.

Uma breve palavra para a remuneração dos músicos tardo-medievais, utilizando os registos da sua participação em algumas procissões e festas, primeiro, na cidade do Porto e, depois, na vila de Montemor-o-Novo.

Em 1450-51, a vereação portuense pagara a trombetista 15 reais por actuação na procissão das litanias e 50 reais por actuação na procissão de “*Corpus Christi*”, denotando-se perfeitamente os diferentes níveis de importância daquelas festividades. Em 1461-62, um gaiteiro recebia bastante menos do que um tamboril, já que, em actuação na mesma festividade (“*Corpus Christi*”), o primeiro recebeu 27 reais e o segundo 90 reais. Na década de 1480, um tamboril recebia 20 reais por participação na festa de São João e na procissão das litanias, 30 reais na comemoração da batalha de Toro e 68 reais na procissão de acção de graças pela subida ao trono do imperador Maximiliano. Já entre 1491-94, auferia 10 a 12 reais por actuação na procissão das litanias e 100 reais na procissão de “*Corpus Christi*”.

Procurando perceber o sentido evolutivo destes pagamentos, parece ser possível testemunhar uma grande estabilidade, apesar de, mais uma vez, a componente facial ser enganadora. Assim, um trombetista arrecadava 50 reais (10,45 a 11,5 g) em 1450-51 e 100 reais (10,1 g) em 1491-92. Longe de duplicar, o pagamento real a este músico, não considerando aqui a questão do talento dos artistas, registou mesmo uma quebra. As verbas de pagamento das actuações deste músico na procissão das litanias são também clarificadoras: 15 reais (3,14 a 3,45 g) em 1450-51, 20 reais (2,02 g) em 1485-86, 12 reais (1,21 g) em 1491-92 e 10 reais (1,01 g) em 1493-94.

Em 1499, a vila de Montemor-o-Novo, a par de todo o reino, festejava o sucesso da viagem de Vasco da Gama. O seu procurador registava ter pago 20 reais (2 g) a um tamboril, 120 reais (12 g) “*as tronbetas que tangeram polla vynda dos que descobryram*”⁴¹⁰ e ainda 70 reais (7 g) para 3/4 de carneiro “*a tres tronbetas que tangeram quando se fez a festa na vynda de Vasquo da Gama*”⁴¹¹.

Em termos gerais, e pelas indicações reunidas, temos que o pagamento a músicos oscilou entre 10 reais (1,01 g), em 1493-94, para trombetista em procissão das Litanias e 90 reais (13,77 g), em 1461-62, para tamboril em procissão de “*Corpus Christi*”, sendo que as melhores remunerações eram, logicamente, pagas aquando desta última importante festividade. Temos, também, que, em média, o pagamento de um músico era ligeiramente

⁴¹⁰ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 172.

⁴¹¹ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 179.

superior ao de um mesteiral (por estes anos, o jornal de um carpinteiro ou pedreiro portuense oscilou entre 20 a 50 reais, num máximo de 5,75 g).

3.3. Mesteirais

Uma breve apresentação do salário dos mesteirais terá de começar por mencionar a sua superioridade face à remuneração pública, ainda que não se possa esquecer a diferença de horário de trabalho entre os dois grupos. De facto, o dia de trabalho para um mesteiral podia chegar a ter 21 horas⁴¹², quando, como vimos, um oficial público podia nem ter de trabalhar mais de 4 horas diárias. O atafoneiro, que moía “*antre o dia e a madrugada*”⁴¹³; o mestre de cozer cal, que recebia “*seu jornall dobrado porque trabalha de noite e de dia*”⁴¹⁴ e muitos outros mantinham a sua empresa, não obstante o pôr-do-sol.

Embora seja conhecido que o número de horas de trabalho diário de alguns mesteirais, nomeadamente os ligados à construção, variava mediante a época do ano e se reflectia numa maior ou menor remuneração (o trabalho realizado no Verão, mais extenso, resultava, naturalmente, em melhores salários do que no Inverno), apenas por duas ocasiões registámos a aplicação prática dessa medida em Portugal. Assim, em 1420, a vereação de Arraiolos estipulava mais 25% no pagamento dos jornais dos carpinteiros e alvaneis no período de 1 de Março a 30 de Setembro do que no período de 1 de Outubro a último dia de Fevereiro. Da mesma forma, em 1454, na cidade de Lisboa, D. Afonso V acrescentava mais 20% à remuneração do trabalho dos moleiros realizado entre 1 de Maio e 31 de Outubro.

Uma terceira palavra terá de ser, necessariamente, de estabilidade, não da forma facial e institucionalizada como se viu para o funcionalismo público (ainda que se encontrem também exemplos nesse sentido), mas em termos de ganho real. O caso mais paradigmático prende-se com um mestre ferreiro eborense, ao qual era estabelecido um jornal de 20 soldos em 1380 e de 100 reais em 1480, ou seja, 10,46 g na primeira data e 11,5 g na segunda, o que perfaz uma oscilação inferior a 10% num espaço de 100 anos. Também significativa é a evolução do jornal de um carpinteiro. Com efeito, dados relativos a cinco vilas e cidades medievais (Arraiolos, Évora, Lisboa, Loulé e Porto) e balizados num extenso período de cerca de 160 anos (1340-1499) não permitem detectar um nível de oscilação muito superior a 60% no caso de um oficial de médio estatuto. Obviamente, não queremos com isto defender que 10% e

⁴¹² Em Paris, o horário diário de trabalho de um mester ligado à construção era, em média, de 12 horas no Inverno e de 14 horas no Verão. A 20 e a 21 horas podia chegar o dia de um trabalhador têxtil ou ferreiro. VICTOR, Sandrine, “Les salaires des ouvriers du bâtiment à Gérone au XV^{ème} siècle”. *Anuario de Estudios Medievales*, 26, 1996, p. 370.

⁴¹³ *Documentos Históricos...*, I, p. 150.

⁴¹⁴ *Livro das Posturas Antigas*, p. 232.

60% traduzem os níveis de oscilação máxima registados para os jornais daqueles mestres, mas o facto dos dados conhecidos apontarem margens tão escassas, quando podiam perfeitamente transmitir a imagem inversa são paradigmáticos. Por outro lado, é importante sublinhar, ainda que não se ambicione aqui o estudo do custo de vida, que esta estabilidade, não respondendo às constantes alterações dos preços agrícolas, provocou períodos de enormes dificuldades de subsistência. Estaremos a pensar, por exemplo, na grave crise cerealífera de 1438-41, em que o preço do trigo chegou a quadruplicar. Aliás, outros estudos têm vindo a salientar a mesma marca de estabilidade além-fronteiras, independentemente das flutuações de preços, o que, para certos períodos, originava uma clara quebra no nível de vida⁴¹⁵.

Uma outra imagem que gostaríamos de introduzir, não obstante a linha de estabilidade, passa pela evocação de um movimento geral de quebra real dos salários, pelo menos, entre os finais do século XIV e a entrada nos últimos anos do século XV, período em que as actualizações salariais não devem ter impedido, significativamente, os efeitos da desvalorização monetária. Com efeito, parece ter sido possível recolher indícios dessa realidade em cifras relativas a diversos mestres, passando pelo atafoneiro, alfaiate, ferrador, carpinteiro, sapateiro, etc. No caso de um alfaiate eborense, sabe-se que este recebia um jornal de 10 soldos (5,23 g) em 1379 e, no máximo, 40 reais (4,6 g) em 1480. Da mesma forma, o ganho por confecção de par de sapatos de cordovão caía de 3,5 soldos (1,83 g) na primeira data para 4 reais (0,46 g) na segunda.

Só a partir, grosso modo, da subida ao trono de D. João II é que começam a surgir indicações contrárias a este cenário e susceptíveis de revelar o inverter do movimento económico no sentido de uma efectiva melhoria da componente salarial. Este cenário encontra-se de acordo com o facto de ter sido apenas a partir do reinado do Príncipe Perfeito que se conseguiu o saneamento da moeda em prata, o que, por sua vez, respondia à conjuntura internacional⁴¹⁶. Com efeito, parece que a realidade portuguesa fez eco do que se passava além-fronteiras, tendo-se, igualmente, verificado melhorias salariais em diversas regiões europeias com o aproximar do final de Quatrocentos.

Numa perspectiva de comparação profissional, é de destacar, entre outros aspectos, a realidade do ferreiro como um dos mestris mais bem remunerados e um dos poucos que terá visto o seu salário crescer ao longo do período estudado, talvez em virtude da cada vez maior importância da utilização do ferro, por exemplo no armamento, bem como a grande

⁴¹⁵ VICTOR, Sandrine, "Les salaires...", p. 374 e 380.

⁴¹⁶ DIAS, João José Alves – "A Moeda". In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, V volume. *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 255.

semelhança verificada entre os vencimentos dos mestres de carpintaria e pedraria e a importância da profissão de calafate na cidade do Porto.

Finalmente, uma palavra para a escassa remuneração do trabalho mesteiral feminino, com uma relação de inferioridade face ao elemento masculino muito mais acentuada do que aquela verificada no trabalho agrícola⁴¹⁷. Em 1380, a vereação eborense avaliava em apenas 3 soldos o preço de um dia de trabalho feminino numa oficina de telheiro, menos cerca de 57% a 75% do que os jornais de 7 a 12 soldos estabelecidos para o telheiro.

Quadro XVII: EVOLUÇÃO DO JORNAL DE ALGUNS MESTERES (1379-1494)⁴¹⁸

Mester	1379-81 (Évora)		1450-51 (Porto)		1480 (Entre Tejo e Guadiana)		1491-94 (Porto)	
	facial	g prata	facial	g prata	facial	g prata	facial	g prata
Alfaiate	10 s.	5,23	-	-	33 a 40 r.	3,8 a 4,6	28 a 40 r.	3,22 a 4,04
Carpinteiro	10 s. + m.	5,23 + m.	20 e 25 r.	4,18 a 5,8	-	-	40 r.	4,04
Ferreiro	20 s.	10,46	-	-	100 r.	11,5	-	-
Malhador	8 s.	4,18	-	-	60 r.	6,9	-	-
Pedreiro	10 s. + m.	5,23 + m.	20 r.	4,18 a 4,6	-	-	50 r.	5,05
Sapateiro	3,5 s.	1,83	-	-	4 r.	0,46	-	-

3.3.1. "Alfaiate"

Datas Extremas: 1340-1494;

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana, Évora, Loulé e Porto.

A especialização na costura de determinado têxtil ou de determinada peça de roupa fez com que, na Baixa Idade Média, não existisse apenas um, mas vários tipos de alfaiate⁴¹⁹. A maioria dos registos relativos à sua remuneração prende-se apenas com o tabelamento de taxas de costura. De resto, apenas por três ocasiões é possível perceber o ganho diário de um alfaiate: para a cidade de Évora de 1379; para a comarca de Entre Tejo e Guadiana de 1480; e para a cidade do Porto de 1493-94.

O primeiro registo data de 1340, ano em que o cabido da Sé de Évora pagou 7 soldos pela costura de uma sobrepeliz (4,31 g), valor idêntico ao jornal de um mestre carpinteiro ou

⁴¹⁷ Realidade já devidamente sublinhada por COELHO, Maria Helena da Cruz – "A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas". In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 47.

⁴¹⁸ Neste quadro a abreviatura "m" refere-se a mantimento (em 1403, na vila de Loulé, este era estipulado em 1/4 do valor do jornal). Os jornais de alfaiates registados para 1480 e 1493-94 referiam-se, respectivamente, a um mestre gibateiro e a um calceteiro. Os valores apontados para o sapateiro referem-se ao ganho por confecção de par de sapatos de cordovão.

⁴¹⁹ Vislumbram-se alfaiates em geral, alfaiates especializados na costura de pano de cor, de linho, de burel e especializados na costura de gibões (gibateiros), calças (calceteiros) e saões (safoeiros), ainda que estes últimos tivessem maiores afinidades com os sapateiros.

pedreiro ao serviço da mesma instituição, o qual auferia entre 7 a 7,5 soldos. Desconhece-se o tempo exigido pela costura de tal peça, mas é de crer que não fosse inferior a um dia, pelo que o ganho desse alfaiate seria bastante modesto.

Em 1379, a vereação da mesma cidade estipulava, com acordo dos respectivos vedores, um jornal de 10 soldos (5,23 g) para os alfaiates de pano de cor⁴²⁰, o que pode constituir prova de uma melhoria salarial face a 1340. Em termos de taxas de costura, previam-se valores de 3 a 30 soldos (1,57 a 15,69 g). O título relativo aos alfaiates de linho não menciona a importância diária prevista, mas através das suas taxas de costura percebe-se, sem surpresas, um menor ganho. Com efeito, estas andavam apenas entre 0,5 a 15 soldos (0,26 a 7,85 g)⁴²¹. A título de exemplo, refira-se que a costura de um guardaventre de pano de cor custava 30 soldos e a de um guardaventre de linho apenas 15 soldos. Da mesma forma, se a costura da saia mais barata em pano de cor custava 13 soldos, já a mais cara em pano de linho chegava apenas aos 12 soldos.

Com um rendimento mensal de cerca de 200 soldos (104,6 g), e apesar da provável subida face a 1340, mantém-se a ideia de que o ofício de alfaiate se encontrava pouco valorizado nesta segunda metade de Trezentos. Com efeito, sabe-se que para a mesma cidade e período, um mestre carpinteiro e pedreiro auferia entre 200 e 250 soldos, um moleiro entre 354 a 381 soldos e um mestre ferreiro podia atingir os 400 soldos⁴²².

Em 1403, na vila de Loulé, uma postura sobre os alfaiates de burel colocava as taxas de costura entre 2 a 7 reais (0,7 a 2,45 g). Refira-se que a costura de um gibão levava ao desembolso de 7 reais (2,45 g), quando a costura de uma mesma peça em linho, na cidade de Évora, havia custado entre 4 e 7 soldos (2,09 a 3,66 g).

Já em 1413, na cidade do Porto, previam-se taxas de costura gerais entre 5 e 50 reais (1,75 a 17,5 g). Para este alfaiate aceder a um vencimento mensal idêntico ao dos melhores carpinteiros portuenses de naus (350 reais), tinha de costurar, por exemplo, sete aljubas de mulher (a peça mais cara) ou 70 capelos simples (a peça mais barata). Em 1461-62, na mesma cidade, a costura de uma saia importou 16 reais (2,45 g). Desconhece-se o têxtil utilizado e o tipo de alfaiate responsável por este trabalho, mas, em 1379, a costura de uma saia em pano de cor andou entre 13 e 30 soldos (6,8 a 15,69 g) e, em pano de linho, entre 3 e 12 soldos (1,57 a 6,28 g), ou seja, valores bem superiores.

⁴²⁰ Este acordo já não se verificava em Outubro do ano seguinte, ainda que a dita vereação tivesse procedido a uma actualização salarial cujo valor se desconhece.

⁴²¹ A este valor máximo de 15 soldos podia ser somada uma quantia de 4 dinheiros por cada nesga a mais das 60 previstas, o que, todavia, não seria frequente.

⁴²² Todos os cálculos de salários mensais de mesterais baseiam-se, novamente, em ganhos diários multiplicados por 20, número mensal de dias de trabalho por nós estabelecido. Consulte-se, a este propósito, o ponto 1.4.5.2. deste trabalho: "A capacidade produtiva". O valor dos jornais poderá ser, por sua vez, consultado no respectivo anexo.

Em 1480, D. Afonso V estipulava as taxas de costura para os alfaiates e para os gibateiros de Entre Tejo e Guadiana. As primeiras situavam-se entre 10 e 40 reais (1,15 a 4,6 g) e as segundas entre 30 e 60 reais (3,45 a 6,9 g). Quanto aos mestres gibateiros, conhece-se especificamente o seu ganho diário. Este era composto por uma quantia imutável de 25 reais (2,88 g) de jornal (por suas “*maaõs*”) mais, de “*cabedal*”, 5% sobre o preço dos diversos têxteis adquiridos a dividir pelo número de dias em que os mesmos eram transformados em gibões, ou seja, 3 a 15 reais⁴²³. Com esta percentagem, o rendimento diário do mestre gibateiro oscilava, então, entre 28 a 40 reais (3,22 a 4,6 g), enquanto que um costureiro apenas recebia o jornal de 25 reais. De referir que para atingir esta quantia, o mestre gibateiro tinha de vender entre 1 a 1,75 gibões por dia. Em termos mensais, os 560 a 800 reais (64,4 a 92 g) do mestre gibateiro, um dos mais bem remunerados mestres alfaiates, obrigariam a venda de 20 a 35 gibões. Em todo o caso, tratava-se de um vencimento muito afastado dos auferidos por um mestre ferreiro ou correeiro, os quais podiam atingir 2000 reais (230 g).

Finalmente, em 1493-94, na cidade do Porto, um calceteiro ao serviço da vereação portuense recebeu 40 reais (4,04 g) de jornal, valor facialmente idêntico ao máximo auferido por um gibateiro de Entre Tejo e Guadiana em 1480. Era também o jornal de um carpinteiro, mas inferior em 20% ao de um pedreiro, na dita cidade, em inícios da década de noventa.

Estes últimos registos confirmam, igualmente, a tendência de descida do vencimento dos alfaiates que já se vinham a antever nos registos anteriores. Assim, se um alfaiate auferia 10 soldos (5,23 g) em 1379, já um gibateiro, em 1480, e um calceteiro, em 1493-94, recebiam, respectivamente, entre 28 e 40 reais (3,22 a 4,06 g) e 40 reais (4,04 g). Da mesma forma, repare-se no movimento desenhado pelas taxas de costura mais elevadas: 30 soldos (15,69 g) em 1379-80; 50 reais (17,5 g) em 1413 e 60 reais (6,9 g) em 1480. Parece, de facto, não haver dúvidas sobre a queda do salário dos alfaiates.

3.3.2. Almocreve e serviços de transporte

Datas Extremas: c. 1340-1497;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Guarda, Lamego, Lisboa, Montemor-o-Novo, Ponte de Lima, Porto e Santarém.

Reunir exemplos significativos de serviços de transporte, atribuir uma ordem de grandeza às quantias a eles associados e, assim, contribuir para uma melhor percepção sobre o enquadramento financeiro desse campo de actividades, serão esses, sem dúvida, os principais

⁴²³ Ganho diário de cabedal resultante de: 35 reais a dividir por 4 dias, período no qual se confeccionavam 7 gibões; 47 reais a dividir por 4 dias, período no qual se confeccionavam 7 gibões; 120 reais a dividir por oito dias, período no qual se confeccionavam 14 gibões e 3 reais num dia, período no qual se confeccionava um gibão.

objectivos das linhas que se seguem. Centraremos a nossa atenção em quatro tipos de serviços de transporte: transporte por almocreves; aluguer de bestas (sendo, por vezes, difícil destrinçar entre simples casos de aluguer e pagamentos de serviços idênticos aos da alínea anterior); diversos serviços de transporte terrestres (por açacais, ganha dinheiros, escravos, etc.) e transporte por barqueiros.

Naturalmente, o pagamento dos almocreves era calculado com base na relação entre o tipo e quantidade de carga e a distância percorrida. As posturas eborenses de finais do século XIV constituem o testemunho mais claro acerca de um desses cálculos. Assim, os almocreves das “*çaquilladas*” recebiam entre 4 a 7 alqueires de trigo e entre 6 a 9 alqueires de cevada por transporte de moio desses cereais de duas a cinco léguas.

Na vizinha vila de Montemor-o-Novo, mas já no ano de 1422-23, há registo de um almocreve, de nome João Serpa, ter recebido da vereação local 30 reais (9,3 g) pelo transporte de dois quartos de cal a uma distância de três léguas e 75 reais (23,25 g) pelo transporte de cinquenta cargas de pedra, a 1,5 reais a carga, sendo que, no dito ano e espaço, um almude de vinho branco encontrava-se no mercado a 16,8 reais.

Decorridos dez anos, as cortes de Leiria-Santarém estabeleciam um salário de 200 reais (60,6 g) para os mancebos auxiliares de almocreves possuidores de seis bestas, o mesmo valor, à data, pelo qual se avaliava uma bésta.

Em 1451, Gonçalo Pacheco, tesoureiro da Casa de Ceuta em Lisboa, pagava 6160 reais (1287,44 g) “*a Afonso Anes almocreve por careto de noventa e seis moyos dezaseis alqueires de pam que com ssuas bestas acaretou dos rregengos de Ribamar a Carnyde (...) a rrazam de sessenta e quatro reaes e meyo*”⁴²⁴ ou o equivalente a 6,45 alqueires de trigo. Em 1453, despenderam-se 60 reais (12,54 g) com um almocreve que transportou arca da fazenda entre as cidades de Évora e Santarém, valor suficiente para aquele comprar cerca de 3,5 alqueires de trigo.

Em 1461, Fernando Afonso, antigo criado do infante D. Henrique, pagou 240 reais (36,72 g) “*a aluaro gonçallvez almocreue morador em lagos daluguer de duas bestas que leuaram certas cousas da guarda Roupa que foy do dicto Senhor Jfante a lagos e da dicta villa a evora*”⁴²⁵, valor suficiente para a compra de 24 alqueires de trigo.

Em 1485, na vila do Funchal, era a vez do almocreve Gonçalo Eanes receber 90 reais (9,09 g) pelo transporte de alguma farinha entre a dita vila e o concelho vizinho de Câmara de Lobos, quantia que lhe permitiria adquirir três alqueires de cevada para a sua besta ou 7,5

⁴²⁴ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 349.

⁴²⁵ *Descobrimientos Portugueses...*, III, p. 41.

coelhos. Finalmente, em 1491-92, outro almocreve funchalense recebeu elevada quantia pelo carreto de terra para construção de pontes, mais precisamente 324 reais (32,72 g), montante suficiente para a aquisição de 18 arráteis de carne de porco.

Por vezes, dispensava-se a contratação desta mão-de-obra especializada, em benefício de acordos pontuais e de melhor conveniência para o contratador, percebendo-se essa diferença na terminologia adoptada. Em 1451, o já referido Gonçalo Pacheco pagava 4380 reais (915,42 g) “*a certos homens que com ssuas bestas acaretaram cento e nove moios de pam de Carnide a Lixboa*”⁴²⁶, à razão de 40 reais (8,36 g) por moio. Da mesma forma, em 1454, expendia 2720 reais (568,48 g) pelo carreto de 43,5 moios de trigo da ribeira de Lisboa a Carnide por “*certas bestas*”⁴²⁷, à razão de 62,5 reais (13,06 g) por moio ou o equivalente a 3 alqueires de trigo.

Dependendo do serviço, nem sempre era necessária a contratação de pessoas encarregadas do transporte, mas tão-somente o aluguer de bestas. Em 1340-41, na cidade de Évora, o aluguer diário de uma azémola rondaria os 5 soldos (3,08 g).

Em 1401, a vereação portuense concedia 1500 libras (150 g) a um dos seus membros “*pera aluger dhuma azemella que leuou a casa delrrey*”⁴²⁸, o que é por dizer que o aluguer de uma azémola para uma viagem de ida e volta entre as cidades do Porto e Lisboa importava o mesmo que 25 almudes de vinho branco ou cerca de 30 pares de sapatos de cordovão. No ano seguinte, a mesma edilidade recebia um alvará de D. João I para que, entre outras coisas, alugasse bestas cavалares e asnais, ao preço diário de 35 e 17,5 libras (3,5 e 1,75 g), a um enviado seu em missão de transporte de dinheiros.

Em 1431, Gonçalo Anes, almoxarife da Guarda, desembolsava 180 reais (57,78 g) “*daluguer a huua besta que leuou dinheiros a Lixboa*”⁴²⁹ e 300 reais (96,3 g) de aluguer de duas bestas que transportaram livros à cidade do Porto e regressaram à cidade da Guarda, à razão de 150 reais por besta. Com estes dispêndios por animal adquiriam-se, respectivamente, 13,5 e 11,25 varas de burel. Em 1433, D. Duarte estipulava o pagamento de 30 reais (9,09 g) por aluguer diário de cavalo, mas apenas por ordem de certos membros da corte. Em 1437, João Louvado, almoxarife de Lamego, gastara 2400 reais (736,8 g) pelo aluguer de oito azémolas que levaram livros a Lisboa, à razão de 300 reais (92,1 g) por azémola ou o equivalente a cerca de 28,5 alqueires de trigo.

⁴²⁶ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 349.

⁴²⁷ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 694.

⁴²⁸ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 19.

⁴²⁹ *Documentos das Chancelarias Reais...*, I, p. 40.

Em 1442, era a vez de João Martins, escudeiro e escrivão das sisas em Tavira, expender 30 reais (9,87 g) pelo aluguer de duas bestas para transporte de dinheiros de Castro Marim a Leiria, à razão de 15 reais por besta. No mesmo ano, também Pedro Afonso Malheiro, recebedor de pedido régio no almoxarifado de Ponte de Lima, pagara 875 reais (287,88 g) pelo aluguer de 3,5 bestas que transportaram dinheiros dessa localidade a Leiria, muito provavelmente numa média de 12,5 reais (4,11 g) diários por besta⁴³⁰ ou o equivalente a 1,25 alqueires de trigo. Em 1444-45, regista-se o aluguer de três bestas para o transporte de uma quantidade de panos à cidade de Lisboa, aluguer à razão de 350 reais por besta (115,15 g) e contraído por Diogo Afonso Malheiro, contador dos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima.

Em 1460, a vereação portuense passava um alvará para que, entre outras coisas, se alugassem bestas de sela e asnaís, a 20 e 15 reais (3,06 e 2,3 g) diários, a tesoureiro da redenção dos cativos em Ceuta, quando este voltasse de mais uma missão de resgate. Em 1491, o aluguer de uma besta, na vila do Funchal, para o transporte de géneros alimentares à freguesia de Caniço importou 60 reais (6,06 g), o mesmo valor que custou um pato nessa mesma ocasião.

Finalmente, em 1499, o procurador de Montemor-o-Novo desembolsara 430 reais (43 g) pelo aluguer de três bestas para uma viagem a Coruche, à razão de 143,33 reais (14,33 g) por animal ou o equivalente a cerca de quatro alqueires de farinha.

Além do típico transporte de mercadorias por almocreves e bestas, verificaram-se outras modalidades e especializações. Reportamo-nos, naturalmente, a “*moinheiros*” ou acarretadores de pão, açacais, ganha-dinheiros, etc. Entre 1379 e 1392, na cidade de Évora, os “*moinheiros*” viram o seu salário quebrar um mínimo de 66,2%, na medida em que, na primeira data, venciam 4 dinheiros (0,17 g) por transporte de alqueire e, na segunda, apenas 1 real (0,46 g) por transporte de 8 a 10 alqueires. Já em 1403, na vila de Loulé, aos acarretadores de pão era estabelecido um ganho de 20 soldos (0,1 g) por alqueire.

Na mesma cidade e século, parece que os açacais se encontravam especializados no transporte de água e de telhas. Em 1340-41, sabemos de um pagamento de 7 soldos e 4 dinheiros (4,51 g) a um “*açaca*” por este ter transportado 1100 telhas, bem como a regra de pagamento de 1 soldo (0,62 g) por transporte de cada carga de cem telhas. Já por volta de 1379-82, as posturas municipais tabelavam aos açacais os seguintes pagamentos: entre 6 a 16 dinheiros (0,26 a 0,7 g) por carga de água e entre 8 a 16 dinheiros (0,35 a 0,7 g) por centena

⁴³⁰ Cálculo com base em 20 dias, número apontado para o pagamento do mantimento do porteiro, encarregue do transporte.

de telhas. Para um açacal atingir, por exemplo, o rendimento mensal máximo de um telheiro por estes anos (240 soldos) teria, teoricamente, de transportar entre 18000 a 36000 telhas.

Os “*ganha dinheiros*” constituíam uma mão-de-obra móvel, mais presente nas cidades e frequentemente utilizada em tarefas de transporte. Alguns exemplos: em 1340-41, o cabido da Sé de Évora pagava “*hu soldo a dois ganhadineiros que a levaram (vergem) ó lagar*”⁴³¹; em 1379-82, na mesma cidade, regista-se um moço “*ganha dinheiro*” encarregado das tarefas de transporte numa ferraria com um rendimento diário de 1 soldo (0,52 g), ou seja, 1/8 do que auferia um malhador e 1/20 do que recebia o mestre ferreiro. Já para 1451, sabe-se que, na cidade de Lisboa, foram pagos 18 reais (3,76 g) “*a ganhadinheiros que acaretaram tres moios e meo de trigo da barca aa casa de Cepta*” e 90 reais (18,81 g) “*a ganhadinheiros que acarretaram cinco tonees de vinho das lojas aa ribeira*”⁴³².

Não foi também estranha a utilização de escravos em serviços de transporte não especializado. A vila do Funchal de finais do século XV é bem o retrato dessa realidade, registando-se desde pequenos pagamentos como 8 reais (0,81 g), em 1485-86, pelo transporte de 96 ripas para construção de alpendre até quantias consideráveis como 400 reais (40,4 g), em 1491-92, “*aos negros (...) pelo trigo que acaretarom a logea*”⁴³³.

Seguem-se alguns preços de serviços prestados por barqueiros. Em 1391, na cidade do Porto, a travessia do Rio Douro custava 4 ou 2 soldos (2,09 e 1,05 g) por pessoa com sua besta carregada ou sem carga e 1 soldo (0,52 g) por pessoa apenas. Cerca de 4 soldos custava, por esse tempo, um arrátel de carne de vaca. Em 1421-22, a vereação de Sabonha tabelava o pagamento de 2 reais (0,62 g) ao barqueiro João Afonso, o único de Aldeia Galega, por pessoa que transportasse a Lisboa, num mínimo de 30 reais (9,3 g) por viagem⁴³⁴. Entre 1451-53, o transporte de vinho entre os reguengos de Ribamar e Lisboa rondava os 35 reais (7,32 g) por tonel e entre Santarém e Lisboa encontrava-se estabelecido “*a rrazom de cincoenta reaes por tonell segundo he ordenado*”⁴³⁵. Já o transporte de tonéis vazios importava 1/5 desse valor, ou seja, 10 reais (2,09 g), o mesmo preço de um alqueire de trigo. Em 1485-86, o transporte de trigo entre navio e a ribeira do Porto importou 50 reais (5,05 g), valor de cinco galinhas ou de 6,25 canadas de vinho branco. Nesse mesmo ano económico, mas na vila do

⁴³¹ SOUSA (B.), SILVA (F.) e MONTEIRO (N.), “O Livro das Despesas...”, p. 132

⁴³² *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 349.

⁴³³ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 174.

⁴³⁴ Os oficiais da vereação de Sabonha “*disseram que em Aldeia Galega não havia mais que a barca de João Afonso, que presente estava, e que não ia a Lisboa senão uma vez ou duas e com mui poca gente, e às vezes com cinco ou seis ou sete pessoas, per guisa que ele e seus parceiros não haviam a despesa do mantimento que alá faziam. E porquanto que o dito João Afonso nem seus parceiros não queriam ir à vila, nem eles não eram servidos o que lhe mandavam, que ele cada terça feira vá à vila com aquelas pessoas que achar, dê quinze pessoas pera fundo e que estas quinze pessoas taxem antre si, per guisa que façam paga ao dito João Afonso de trinta reais. E se forem mais das ditas quinze pessoas, que o dito João Afonso não leve mais de cada uma pessoa que os ditos dous reais, assi como se a barca fosse cheia de gente*”. *Livro da Vereação de Alcochete...*, p. 141.

⁴³⁵ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 349.

Funchal, diversos transportes realizados por barqueiros oscilaram entre 30 e 860 reais (3,03 e 86,86 g). Finalmente, em 1496-97, o transporte de quintal de fio entre Santarém e Lisboa importou 15 reais (1,5 g).

3.3.3. Arquitecto, Escultor, Pintor, Vidreiro e Relojoeiro

Datas Extremas: 1438-1499;

Representação Geográfica: Alcobaça, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

A única indicação disponível relativa ao salário de um arquitecto é-nos transmitida por Costa Lobo e reporta-se ao ano de 1499, altura em que D. Manuel arbitrava um ordenado de 8000 reais (800 g) ao célebre mestre Boitaca, autor do plano geral do Mosteiro dos Jerónimos. Mesmo não compreendendo o pagamento do seu trabalho, constituindo este parcela independente e igualmente elevada⁴³⁶, uma soma de 8000 reais representava mais do que auferia um juiz lisboeta (2000 reais e dois moios de trigo) ou o tesoureiro da mesma cidade (6000 reais). Para um carpinteiro ou pedreiro lisboeta, recebedor de um jornal de 50 reais nesse mesmo ano, atingir apenas essa parcela remuneratória, teria de trabalhar 160 dias.

Conhece-se, igualmente, apenas um registo para o trabalho escultórico, mais precisamente uma tença de 1440 reais, um quarteiro de trigo e um quarteiro de segunda para o ano de 1446 e para um “*capitalador*” ao serviço do mosteiro de Alcobaça.

No que à classe dos pintores diz respeito, devem distinguir-se os autores de pintura artística e uma mão-de-obra menos especializada, encarregue de serviços mais primários. Em 1438, um pintor ao serviço do referido mosteiro recebia a avultada quantia de 2000 reais pela pintura de algumas obras para a procissão de “*Corpus Christi*”⁴³⁷. Apenas com este pagamento, João Afonso recebia mais de 31 salários mensais de um almoxarife (63,66 reais) e de 8 salários mensais de um escrivão dos contos (248,52 reais). Por sua vez, para um pedreiro no mesmo contexto, recebedor de um jornal de 24 reais, atingir apenas essa parcela remuneratória, não lhe chegariam 80 dias de trabalho. Em 1452, D. Afonso V atribuía ao pintor régio Nuno Gonçalves a avultada quantia anual de 15432 reais e mais uma peça de fino pano de Bristol. Tratava-se de uma soma superior, inclusive, à concedida ao tesoureiro-mor da Casa de Ceuta em Lisboa (14635 reais). Em 1485 e 1495, D. João II e D. Manuel I concediam tenças a pintores de nomeada, o primeiro a de 5000 reais a Afonso Gomes e o

⁴³⁶ A qual seria de 100 reais diários no início do século XVI. LOBO, *História da Sociedade...*, p. 505.

⁴³⁷ Mais precisamente, o “*guarnimento e feitio de iij anjos e iij patriarchas e xij apostollos com todos seus Martirios E huu diaaboo pera a festa do corpo de deus*”. GOMES, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória...*, p. 115.

segundo a de 4000 reais a Diogo Gomes, o qual recebia ainda 50 reais por dia de trabalho, o mesmo que um normal mestre carpinteiro ou pedreiro lisboeta em 1499.

Longe destes patamares elevados situava-se o jornal de um comum pintor-dourador. Este, em 1450-51, na cidade do Porto, recebia um jornal de apenas 16 reais. Tratava-se de uma fraca remuneração, mesmo quando comparada com a de outros mesterais: um carpinteiro ou pedreiro recebia entre 20 a 25 reais.

O corpo de artífices ao serviço do mosteiro da Batalha em 1438 é, por sua vez, testemunho da valorização socio-económica detida por mestres vidreiros: jornal de 30 reais, superior em 25% ao que recebia um pedreiro e tendo em conta que este já era um mantimento bastante considerável. Note-se, da mesma forma, que o mantimento mensal de um escrivão dos contos não ultrapassava os 249 reais. Já em 1486, D. João II pagava, a um seu mestre vidreiro, um mantimento anual de 1000 reais, um moio de trigo e 60 a 100 reais por palmo de vidro posto em esquadria, dependendo se fosse branco ou pintado.

Alguns registos da última década de Quatrocentos espelham bem a raridade e consequente elevada remuneração atribuída ao ofício de relojoeiro ou àqueles que, de certa, forma se especializavam no seu trato. Em 1494, a deslocação de um mestre à cidade do Porto para reparar o relógio levou ao pagamento de cerca de 8000 reais e três alqueires de trigo, ou seja, mais de 32 salários mensais do escrivão da dita câmara e de 160 jornais de um pedreiro portuense. Em 1497, o procurador funchalense entregava 3000 reais a “*Amdre sarralheiro (...) que lhe deve o conçelho de temperar do rrelogio*”⁴³⁸, quantia equivalente a quatro salários mensais de um jurado na mesma vila, a 12 salários mensais do escrivão da câmara funchalense e ainda passível de pagar 75 missas. Em 1498, na cidade de Lisboa, “*Joham dalemanha que tem carreguo de correger o rrellogio*”⁴³⁹ recebia, de tença anual, cerca de 5340 reais (1500 reais e dois moios de trigo⁴⁴⁰), quando um juiz da mesma cidade apenas ganhava mais 500 reais de vencimento. Finalmente, em 1499, o procurador de Montemor-o-Novo pagava 2900 reais “*a Fernam Martinz rellogoeiro de sua solldada*”⁴⁴¹, sendo que a soldada do escrivão da câmara local era de 3000 reais.

3.3.4. Atafoneiro/Moleiro

Datas Extremas: 1379-1480;

Representação Geográfica: Évora, Lisboa e Loulé.

⁴³⁸ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 634.

⁴³⁹ Livro das Posturas Antigas, p. 284.

⁴⁴⁰ Calculando este em 64 alqueires e em 30 reais o alqueire, valor registado em Tomar.

⁴⁴¹ FONSECA, Montemor-o-Novo no Século XV, p. 187.

O salário líquido de um atafoneiro ou moleiro baseava-se na subtracção do pagamento recebido pelas despesas inerentes à produção. Embora de difícil análise, as fontes sugerem duas modalidades de remuneração: a soma de duas parcelas, a maquia (geralmente traduzida na reserva de parte da produção, embora, em alguns casos, o seu valor pudesse ser calculado em numerário) e o que designámos, genericamente, de taxa de moagem (parcela paga em numerário). Aquando do exercício desta modalidade, é de crer que a maquia surgisse como a remuneração do trabalho e a taxa de moagem como a remuneração do capital, esta calculada em função das despesas⁴⁴². Numa segunda modalidade, a taxa de moagem surge como a única parcela de pagamento, podendo projectar ou não o valor da maquia⁴⁴³. Quanto às despesas, estas dependiam do tipo de mecanismo de produção. No caso das atafonas movidas por força animal, mais complexas e dispendiosas do que as mós manuais⁴⁴⁴, se bem que mais produtivas, as posturas eborenses de finais do século XIV previam: forragem para duas bestas; soldada, vestuário e mantimento de um mancebo; ferragem; aluguer de casa e iluminação (azeite)⁴⁴⁵. Infelizmente, são raros os registos que, para um mesmo momento, englobem toda esta informação e, desse modo, permitam o cálculo dos salários líquidos.

Segundo Oliveira Marques, o valor da maquia não terá variado grandemente, apontando um documento de 1338 e outra da década de 1470 (1474?) em que aquele é estabelecido em 1/14 da produção “*segundo o costume*”⁴⁴⁶. Aceita-se esta ideia, embora se deva ampliar um pouco o nível de variação sofrido pelo valor das maquias, como, aliás, revela uma postura eborense de 1392 (“*Item. leve de maquia de XVI hum*”)⁴⁴⁷. Por sua vez, em nova postura eborense de finais do século XIV, a vereação estipulava as “*maquias das mós de braço a 2 soldos (1,05 g) o alqueire como foi sempre de costume levarem e nom maquiar*”⁴⁴⁸. Duas notas relativamente a esta ordenação, uma primeira de estabilidade, em linha com a ideia apontada por Oliveira Marques, já a segunda para exemplificar os casos em que a maquia é calculada em numerário.

⁴⁴² Oliveira Marques refere apenas esta modalidade, atribuindo-lhe os mesmos fins remuneratórios: soma da maquia (remuneração do trabalho) e de outra percentagem que não apelida (remuneração do capital e calculada em função das despesas). Discordamos do autor apenas na evocação de um cenário único. Cf. MARQUES, *Introdução à História...*, p. 204-205.

⁴⁴³ Desconhece-se se, em alguma altura, a maquia surgiu como única parcela de pagamento. É natural que assim tenha acontecido, sobretudo em tempos/espacos de menor circulação monetária ou em tempos de maior desvalorização e desconfiança monetária.

⁴⁴⁴ Registam-se apenas dois valores relativamente às taxas e maquias de mós manuais, os quais, curiosamente, coincidem em termos de valor real (1,05 g). Nos finais do século XIV, em Évora, estipulava-se uma maquia de 2 soldos (1,045 g) por alqueire. Em 1403, em Loulé, a vereação local, vendo que “*na dicta villa avia muitas moos de braços e o poboo recebia muito dapno emgano dos mooleiros que levavam de moer moor preço que mereciom*”⁴⁴⁴, impunha um máximo de 3 reais (1,05 g) para a moagem do alqueire. *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 133.

⁴⁴⁵ *Documentos Históricos...*, I, p. 141 e 150.

⁴⁴⁶ MARQUES, *Introdução à História...*, p. 205.

⁴⁴⁷ *Documentos Históricos...*, I, p. 184.

⁴⁴⁸ *Documentos Históricos...*, I, p. 152.

A análise evolutiva da remuneração mensal dos atafoneiros de mós de tracção animal exige um esclarecimento prévio. Em primeiro lugar, que esta, à imagem do que se procurou realizar para todos os mestres, baseia-se em indicações de ganhos diários, os quais podem ser consultados em anexo, mas cujas médias deixamos já expostas no quadro XVIII. Em segundo lugar, que uma das informações chave para se proceder ao cálculo do salário, ou seja, a capacidade de produção diária, apenas surge por três vezes e nos registos dos finais do século XIV. Considerando que a falta desse elemento nas posturas Quatrocentistas não era suficiente para impedir a sua utilização como peça importante para se perceber a evolução do ganho do atafoneiro, optámos por adoptar o mesmo quantitativo médio de produção diária, ou seja, 16,5 alqueires. Fica a questão se, entre 1380 e 1480, a produtividade cresceu significativamente em função da evolução das técnicas (obviamente, as comparações têm de ter por base o mesmo quadro de trabalho humano e animal) ao ponto da nossa opção metodológica ser inviável. Pensamos que não. À imagem do defendido por Oliveira Marques, somos da opinião que, no período em causa, a evolução técnica não foi significativa ao ponto de induzir um significativo crescimento da produtividade. Por último, importa salientar que apenas dois registos do século XIV informam das despesas de produção e, por conseguinte, permitem o cálculo do ganho líquido do moleiro, pelo que, à excepção desses momentos, as considerações de teor evolutivo terão na sua base os quantitativos mensais ilíquidos.

Quadro XVIII: EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO DIÁRIO ILÍQUIDO DE UM ATAFONEIRO (1380-1480)

Data	Local	Taxa de moagem por alq.	Valor da maquia por alq.	Produtividade	Total ilíquido
1379 (?)	Évora	1,33 s. (0,7 g)	?	16,5 alq. (?)	?
1380	Évora	1,5 s. (0,79 g)	0,44 s. (0,23 g)	16,5 alq.	32,01 s. (16,74 g)
a. 1382 (Jun.)	Évora	2,83 s. (1,48 g)	1,31 s. (0,69 g)	16,5 alq. (?)	68,31 s. (35,73 g)
d. 1382 (Jun.)	Évora	2,16 s. (1,13 g)	0,53 s. (0,28 g)	16,5 alq. (?)	44,39 s. (23,22 g)
1384 (?)	Évora	12 s. (3,83 g)	3,75 s. (1,2 g)	16 alq.	252 s. (80,39 g)
1454	Lisboa	2,75 r. (0,57 g)	1,5 r. (0,31 g)	16,5 alq. (?)	70,13 r. (14,66 g)
1469	Lisboa	3 r. (0,43 g)	?	16,5 alq. (?)	?
1474	Lisboa	4 r. (0,48 g)	1,14 r. (2,28 g)	16,5 alq. (?)	84,86 r. (10,27 g)
1480	Évora	4 r. (0,46 g)	-	16,5 alq. (?)	82,5 r. (9,49 g)

Dito isto, reportemo-nos à cidade de Évora de finais do século XIV e a uma postura não datada, mas que cremos ter rondado o ano de 1379. Esta, não informando sobre as despesas de

produção, nem sobre o preço da cevada ou do trigo necessário para calcular o valor da maquia, apenas permite apontar o ganho mensal ilíquido advindo das taxas de moagem: 450 soldos (235 g) por moagem de trigo lento ou 418 soldos (219 g) por moagem de trigo seco e de segunda (cevada).

O segundo registo, datado de 1380, desponta como um dos escassos momentos passíveis de apreender o salário de um moleiro na sua totalidade. Em termos ilíquidos, este rondaria os 631 a 658 soldos (330 a 344 g): 500 soldos pela taxa de moagem mais entre 131 a 158 soldos de maquia por trigo lento ou seco⁴⁴⁹. Deduzida as despesas, orçadas em 277 soldos (145 g)⁴⁵⁰, percebe-se um salário líquido de 354 a 381 soldos (185 a 199 g), mediante moagem de trigo lento ou seco. Um mancebo ajudante recebia, de soldada e mantimento, cerca de 120 soldos (63 g) ou, em média, menos 66% do que o seu empregador. Perante estes valores, pode-se afirmar que tanto o moleiro como o seu assistente recebiam uma boa remuneração. Não tão avultadas como os máximos passíveis de serem atingidos por um mestre ferreiro e seus assistentes (400 e 160 soldos) mas bastante superiores às de um mestre carpinteiro ou pedreiro (200 a 250 e 80 soldos).

Em período anterior a 20 de Junho de 1382 o rendimento dos moleiros subira consideravelmente, podendo ser calculado o ilíquido entre 1294 a 1433 soldos (677 a 750 g): 900 a 960 soldos pelas taxas de moagem mais 394 a 473 soldos pela maquia, mediante moagem de trigo lento ou seco. Face a 1380, tinha ocorrido uma subida média de cerca de 111%.

Considerando que esse rendimento fora tabelado com a cevada a valer entre 10 e 11 soldos e que, por aquela data, já tinha descido para 4 a 4,5 soldos “*e que nom he razom de moerem atam caro*”, a vereação eborense reduzia o ganho ilíquido para 859 a 911 soldos (449 a 476 g): 700 a 720 soldos pelas taxas de moagem mais 159 a 191 soldos pela maquia, mediante moagem de trigo lento ou seco. Ora, ainda que se tivesse cortado à volta de 35% no rendimento do moleiro, este constituía mais 37% do que em 1380.

Em nova postura da cidade de Évora, a qual infelizmente não se encontra datada, surge novo registo mais pormenorizado. Em termos ilíquidos, este rondaria os 5040 soldos (1608

⁴⁴⁹ Todos os cálculos do valor mensal das maquias obedecem à seguinte fórmula: preço do alqueire de trigo x 15/18 (nº de alqueires moídos diariamente) ÷ 16/14 (percentagem da maquia) x 20 (n.º de dias de trabalho). Os valores de 1/16 e 1/14 atribuídos às maquias respeitam as ordenações de 1392, estipulada para a cidade de Évora, e de 1474, estipulada para a cidade de Lisboa. Quando desconhecido, o preço do trigo é calculado no dobro do preço da cevada. No caso de 1380, temos: $7 \times 15/18 \div 16 \times 20 = 131/158$.

⁴⁵⁰ João Afonso afirmava ser capaz de moer, com duas bestas, 15 alqueires de trigo lento ou 18 alqueires de trigo seco num dia e madrugada. Apontando como despesas o custo de dois alqueires de cevada para as bestas (7 soldos), da grama ou erva (1,5 soldos), da soldada e mantimento de um mancebo (4 soldos), do aluguer da casa (1 soldo) e da ferragem (4 dinheiros), a vereação eborense permitia a venda do alqueire de trigo lento por 1,66 soldos e a venda do alqueire de trigo seco por 1,33 soldos. Fazendo os devidos cálculos, chega-se a um ganho diário de 11,16 (trigo lento) ou 10,16 soldos (trigo seco). *Documentos Históricos...*, I, p. 141.

g): 3840 soldos pela taxa de moagem mais 1200 soldos de maquia. Deduzida as despesas, orçadas em 1980 soldos (632 g)⁴⁵¹, percebe-se um salário líquido de 3060 soldos (976 g). Por sua vez, um mancebo auferia, de soldada, mantimento e vestuário, cerca de 990 soldos (316 g) ou menos 68%. Tomando em consideração o facto de os oficiais eborenses apelidarem este vencimento como “*mui grande ganho*”⁴⁵² e cruzando-o com os coeficientes de moeda da época, surge como data provável desta postura o ano de 1384. Caso, de facto, esta data se apresente válida, estar-se-ia perante um vencimento líquido total de 976 g de prata, o que, por sua vez, representaria uma subida impressionante de cerca de 408% face a 1380. A comparação do rendimento líquido com os valores de 1382 indicia subidas de 37 e 111%, respectivamente. Estes números provam, sem margem para dúvidas, que o rendimento dos moleiros subiu à medida que o clima económico do país se agravou, o que se compreende tendo em conta a inflação do custo de vida. Muito provavelmente, foi este elevado custo de vida que levou os atafoneiros a não aceitarem certas medidas de moderação salarial, entretanto, impostas pela vereação eborense, e a conduzirem uma greve. Ficou assim guardada a memória desse acontecimento singular: “*disserom que alguns atafoneyros se ajuntarom em maneira de confraria e que andarom por todallas atafonas da cidade tomando lhe as segurelhas pera averem azo de nom moerem por a cidade em tal que lhes leixassem moer como elles quisessem (...) e o juiz tomara enquirçom sobre ello*”⁴⁵³.

Em 1454, D. Afonso V estabelecia o valor das taxas de moagem para a cidade de Lisboa, através do qual calculou-se o rendimento mensal líquido entre 1320 a 1485 reais (276 a 310 g): 825 a 990 reais pelas taxas de moagem mais 495 reais pela maquia. De salientar que a diferenciação aqui introduzida responde às estações do ano e não à qualidade do trigo. Assim, o pagamento das taxas de moagem era superior em 20% no período de 1 de Maio a 31 de Outubro do que no período de 1 de Novembro a 30 de Abril. Em termos evolutivos, parece ser possível apontar uma clara descida no rendimento líquido dos moleiros face aos registos da década de 1380: 13% face a 1380; 59% face a período anterior a 20 de Junho de 1382, 36% face à segunda metade de 1382 e 82% face a 1384 (?). Desconhece-se, todavia, como evoluiu o nível de despesa e, por conseguinte, o salário líquido do atafoneiro.

Em todo o caso, parece ser possível afirmar que a ocupação de moleiro foi bastante procurada, na medida em que, até ao lançamento desta postura, a cidade de Lisboa havia

⁴⁵¹ Álvaro Martins e Afonso Anes afirmavam serem capazes de moer, com duas bestas, 16 alqueires de trigo. Apontando como despesas o custo de dois alqueires de cevada para as bestas (60 soldos), da soldada, mantimento e vestuário de um mancebo (33 soldos), do aluguer da casa (3 soldos), da ferragem (2 soldos) e do azeite (1 soldo), a vereação eborense permitia a venda do alqueire de trigo por 12 soldos. Fazendo os devidos cálculos, chega-se a um ganho diário de 4 libras e 13 soldos. *Documentos Históricos...*, I, p. 150.

⁴⁵² *Documentos Históricos...*, I, p. 150.

⁴⁵³ *Documentos Históricos...*, I, p. 150.

assistido a uma multiplicação de atafonas, o que indicia claramente ter-se tratado de uma actividade bastante lucrativa⁴⁵⁴. É possível, no entanto, que as taxas introduzidas e outras medidas tenham quebrado o ganho dos atafoneiros e, por conseguinte, cerceado o crescimento dessa actividade. Com efeito, em 1469 voltava-se a fazer referência a esta postura, o que, se por um lado revela estabilidade, por outro revela incumprimento por parte dos atafoneiros: “*que nam seja nenhuu atafoneiro nem senhorio datafana tam ousado que daquy em diamte leue mays por moher alqueire de trigo de tres rreaes (0,43 g) segumdo se conthem na hordenaçom*”⁴⁵⁵. Além disso, é importante perceber que o facto de a mesma regra se ter mantido, independentemente da desvalorização monetária, conduziu, entre 1454 e 1469, a um agravamento da quebra, neste caso superior a 30% no que diz respeito apenas à taxa de moagem (desconhece-se o preço da cevada ou do trigo que permitiria o cálculo do salário total ilíquido).

Em 1474, D. Afonso V estabelecia a maquia em 1/14 e, muito provavelmente devido ao processo de desvalorização monetária, subia a taxa de moagem para 4 reais por alqueire durante todo o ano, quer os anos “*seiam caros de çeuada que elles com as bestas gastam (...)* quer seiam baratos”⁴⁵⁶. Em termos mensais, ocorreria um ganho mensal ilíquido de cerca de 1697 reais (205 g), resultado de 1320 reais (160 g) de taxa de moagem e 377 reais (46 g) de maquia. Em termos evolutivos, pode-se assistir à continuação do movimento de quebra, desta feita de 30% face aos 1403 reais (293 g) de 1454.

Em Maio de 1480, D. Afonso V pronunciava-se novamente sobre o valor das taxas de moagem, desta feita dirigindo-se à cidade de Évora. Da sua missiva extraem-se preciosas informações. Desde logo, que todas as taxas de moagem são estipuladas “*sem maquia alguma*”⁴⁵⁷. Em segundo lugar, que a administração municipal eborense chegou a tabelar um custo máximo de moagem, do qual se infere um rendimento imutável de 1320 reais por alqueire de trigo. Terceiro, que o rei, após queixa dos proprietários de atafonas, substituiu aquela taxa por outra que obedecia ao preço corrente da cevada e da qual se inferem os seguintes rendimentos ilíquidos: 1320 reais com a cevada a valer até 12 reais; 1650 reais com a cevada a valer entre 13 e 20 reais e 1980 reais com a cevada a valer mais de 20 reais. Finalmente, que D. Afonso V, após novo pedido dos atafoneiros e tendo em conta “*a grande*

⁴⁵⁴ D. Afonso V havia proibido a existência de atafonas na cidade e termo de Lisboa, em virtude da grande “*perda que os moradores da dicta çidade rreçebiam por a grande multijpricaçam que em ella auya datafanas e çaquaaes dizendo que os serujdores mantjmentos bestas por causa dellas eram em tam grande carestia que o poboo ho nam podya soportar*”. No entanto, “*por mjingua das moendas*” e do “*mujto e muj boom pam*”, o soberano viu-se obrigado a revogar essa decisão, impondo, no entanto, as taxas mencionadas e obrigando cada atafoneiro a semear, anualmente, um quarto de cevada por cada besta que possuísse. *Livro das Posturas Antigas*, p. 43-46.

⁴⁵⁵ *Livro das Posturas Antigas*, p. 37.

⁴⁵⁶ Cit. por RODRIGUES, *Aspectos da administração...*, p. 100.

⁴⁵⁷ *Documentos Históricos...*, II, p. 149.

carestia das cousas pera suas atafonas cada dia recrecia”⁴⁵⁸ alargava a dita taxa para os 1650 reais enquanto a cevada valesse até 20 reais e para 1980 reais quando a cevada ultrapassasse 20 reais. Em termos globais, estes valores de 1320 a 1980 reais (151,8 a 227,7 g) revelam nova diminuição dos vencimentos face a 1474, desta feita em 7%. Dissipam-se as dúvidas sobre a quebra do rendimento dos moleiros na segunda metade do século XV e, muito provavelmente, face ao mesmo período do século anterior.

Conclua-se esta breve exposição com o seguinte dado: entre 1380 e 1480 verificou-se uma oscilação mínima de 275% (746% no caso do valor atribuído a 1384 se revelar acertado) no que diz respeito ao vencimento ilíquido do moleiro, o que faz dele um dos mais instáveis no conjunto dos salários medievais. Um mestre carpinteiro, para um período ainda mais extenso (1340-1499), não viu o seu salário oscilar muito mais de 60% e cerca de 10% foi a flutuação registada para o jornal máximo de um mestre ferreiro no mesmo período de 1380 a 1480. Esta imagem espelha claramente a instabilidade de uma remuneração que respondia, em grande medida, ao preço corrente dos cereais, o qual, como vimos, foi dos que mais facilmente e amplamente oscilou na Baixa Idade Média.

3.3.5. Carpinteiro

Datas Extremas: 1340-1499;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Guimarães, Grijó, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

Começa-se a análise do salário deste oficial pelos anos de 1340-41, altura em que um mestre e um servente às ordens do cabido da Sé de Évora recebiam, em regime de jornal “sem governo”, entre 140 a 150 soldos (86,1 a 92,3 g) e entre 40 a 80 soldos (24,6 a 49,2 g). Neste mesmo contexto, o salário de um comum trabalhador agrícola rondaria apenas os 60 soldos (36,9 g), ou seja, o mesmo de um servente de carpinteiro.

Já em 1365, o mosteiro de Grijó pagava a “*huum carpenteiro pera adubar cubas e cassas do moesteiro e apeiros de lavoira (...) por calçar e vistir e soldada treze libras*”⁴⁵⁹. Embora muito inferior, este salário mensal de cerca de 21,66 soldos (13,1 g) tinha a vantagem de ser acompanhado de alimentação⁴⁶⁰ e constituir um rendimento fixo, independente de maior ou menor oferta de trabalho, algo que o dito carpinteiro ao serviço do cabido eborense não tinha assegurado. Além disso, é plausível assumir que o carpinteiro gaiense conseguisse ainda

⁴⁵⁸ *Documentos Históricos...*, II, p. 149.

⁴⁵⁹ *Livro das Campainhas...*, p. 71.

⁴⁶⁰ Cujo valor mensal calculamos em mais de 35 soldos (21,18 g). Destaque-se a grande despesa que constituía a alimentação no cômputo do salário, parcela superior em 75% ao conjunto da soldada, vestuário e calçado. Cf. *Livro das Campainhas...*, p. 72-73.

conjugar, mesmo que pontualmente, o prestigiado serviço no mosteiro com outros trabalhos. Em todo o caso, tratava-se de um bom mantimento no conjunto dos servidores “fixos” do mosteiro, superior em 33,33% ao que recebia um mancebo de lavoura e um boieiro (16,25 soldos), em 62,5% face à soldada de um almuinheiro e de uma moleira (13,33 soldos) e em 333,2% face à soldada de uma lavadeira (5 soldos).

Regressando à cidade de Évora, mas cerca de 1380, constata-se três escalões de pagamento: 200 soldos (104,6 g) “*aos carpinteiros boons*”, 160 soldos (83,68 g) aos carpinteiros “*que nom som taaes e aos revoldeiros das cousas*” e 80 soldos (41,84 g) ao “*sergente*”⁴⁶¹. Não tendo registado alterações significativas no valor monetário dos vencimentos, a grande diferença deste tabelamento face a 1340-41 prende-se com o facto de se introduzir o complemento alimentar. Se calcularmos este em 1/4 do salário (realidade louletana de 1403), chegamos aos seguintes salários mensais: 250 (130,75 g); 200 (104,6 g) e 100 soldos (52,3 g) o que espelha, sem dúvidas, um aumento do salário dos carpinteiros entre 1340 e 1380, talvez a atingir os 40%. Noutra perspectiva, percebe-se que a diferença de vencimento estipulada entre um bom e um médio carpinteiro era de 25% e de 100% entre um médio carpinteiro e um servidor.

Em 1403, a vereação louletana tabelava o ganho dos melhores mestres de cada mester em 400 reais “sem governo” (140 g) ou 300 reais (105 g) “com governo” e dos “*aprentises e aos outros da condiçom destes*”⁴⁶² em 320 reais (112 g) “sem governo” e 240 reais (84 g) “com governo”. Estes valores são ligeiramente superiores aos de 1380, o que pode não reflectir necessariamente um aumento salarial, mas tão-somente uma realidade regional díspar. Registe-se ainda o facto do conceito de aprendiz equivaler, nesta postura, ao de mestre “regular”, sendo que o nível de separação salarial se situaria nos 33,33%.

Descobre-se novo tabelamento para o ano de 1413 e para a cidade do Porto, pelo qual se atribuíam 280 reais (98 g) ao melhor “*carpenteiro de naao*”, 240 reais (84 g) ao “*que tall nom for*”, 200 reais (70 g) ao melhor carpinteiro de casa e 160 reais (54,4 g) “*ao nom tall*”. Estes valores, “*com sseu mantimento*”⁴⁶³, revelam uma descida face a 1380 e, sobretudo, face a 1403 (esta a rondar os 12,5%), pelo menos na cidade do Porto. Com efeito, calculando novamente a alimentação em 1/4 do salário verificavam-se os seguintes rendimentos: 350 (122,5 g), 300 (105 g), 250 (87,5 g) e 200 (70 g). Espelham, igualmente, a desvalorização monetária (repare-se como os vencimentos dos carpinteiros de casas são exactamente iguais aos de 1380, mas como a depreciação conduziu a uma perda superior a 32,5%) e a

⁴⁶¹ *Documentos Históricos...*, I, p. 149.

⁴⁶² *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 128.

⁴⁶³ CRUZ, “Os Mesteres...”, p. 19.

desvalorização social sofrida pelos carpinteiros de casas do Porto. Com efeito, a vocação marítima desta cidade permitiu que dentro da classe dos carpinteiros se verificasse uma especialização na carpintaria naval e que estes, socialmente mais valorizados, passassem a ocupar os patamares salariais superiores (com salário superior entre 40 a 50% aos mestres de carpintaria “habitacional”). De referir que a diferenciação salarial estabelecida para distinguir os melhores oficiais dos oficiais “regulares” se traduzia, neste caso, entre 16,66% a 25%.

Em 1420, era a vez da vila de Arraiolos tabelar os ganhos dos seus carpinteiros, desta feita em 240 e 300 reais (74,4 e 93 g) com alimentação. Sem “governo” estes salários rondariam 300 e 375 reais (93 e 116,25 g). Salienta-se aqui a já referida diferenciação introduzida por motivos climáticos, sendo o trabalho realizado na época estival melhor remunerado em 25%. Em termos evolutivos, estes valores mantêm a linha de 1413, já que deverão ser comparados com os carpinteiros mais bem remunerados desse registo. Obviamente, a desvalorização socio-económica do carpinteiro de casas portuense fica bem patente num ganho inferior de cerca de 25% face ao seu congénere alentejano.

Em 1450-51, um carpinteiro contratado pela vereação portuense auferia entre 400 e 500 reais (83,6 e 115 g) e, em 1461-62, entre 560 e 640 reais (85,68 a 97,92 g). Supondo que os jornais em que se baseiam estes mantimentos seriam secos, verificara-se estabilização salarial.

Em 1471, Costa Lobo aponta um vencimento anual de 1050 reais e dois moios de trigo para um carpinteiro ao serviço da câmara de Lisboa, o que, segundo os nossos cálculos, produziria um ganho mensal de cerca de 247,5 reais (37,62 g). A escassez deste mantimento face aos verificados na cidade do Porto não pode ter como única explicação a durabilidade do contrato, pelo que é provável que o dito carpinteiro lisboeta conjugasse o serviço na edilidade, por certo honroso, com outros trabalhos.

Em novos dados relativos a carpinteiros contratados pela câmara do Porto, vemos que estes receberiam as seguintes quantias: 700 reais (84,7 g) em 1474-75, 600 a 800 reais (69 a 92 g) em 1482-83⁴⁶⁴ e 800 reais (80,8 g) em 1491-92. Valores mais baixos do que os registados em 1451-61 e que indiciam uma quebra nos salários.

Finalizamos este percurso em 1499 e com o único tabelamento conhecido para a cidade de Lisboa, o qual estabelecia vencimentos de 1200 reais (120 g) para “*mestre de carpemtaria (...) que tijver carreguo dobra*”, 1000 reais (100 g) para “*quaaesquer outros ofiçiaaes que com elle andarem casso que mestres sejam*” e “*quando acontecer que allguus dos ditos ofiçiaaes forem chamados pera fazerem allguuas cousas pequenas asi como em*

⁴⁶⁴ Em 1484, o carpinteiro régio em Guimarães recebia um mantimento anual de 20 alqueires de centeio, 30 alqueires de milho e 30 almudes de vinho. Embora não se conheçam os preços exactos destes bens, é possível afirmar que não representariam menos de 3750 reais ou 312,5 reais mensais.

corregijmento dallguas cousas de cassas honde abasta huu soo ofiçiall com seus moços” e 700 reais (70 g) para os “*braçeiros das obras*”. Tratavam-se de vencimentos “secos”, já que “*damdo lhes de comer lhes sera descontado*”⁴⁶⁵ 400 reais no caso dos mestres e 300 reais no caso dos braceiros. Já o salário dos aprendizes seria arbitrado por dois oficiais.

Caso os últimos salários portuenses sejam em regime “sem governo”, o que parece provável, chega-se à conclusão de que os salários de carpinteiros eram mais elevados na cidade de Lisboa um mínimo de 25% (o que é perfeitamente natural até pelo maior custo de vida aí experimentado), podendo, todavia, esta diferença ser também fruto de um aumento geral dos salários na última década de Quatrocentos. Em termos da alimentação, esta aumenta, face ao registo algarvio de 1403, para 1/3 do cômputo geral do salário de um mestre. Em termos de diferenciação salarial, estabelecia-se uma separação de 20% entre o salário de um mestre encarregado de obra e de um mestre auxiliar, a qual “*he por o trabalho e cuydado que leua em ella aalem dos outros que com elle andam*”⁴⁶⁶ e de 42,9% entre um mestre oficial e um braceiro.

Sintetizando os dados obtidos numa perspectiva evolutiva cremos ter ocorrido: clara subida entre 1340 e 1380; estabilização entre 1380 e 1403; descida ligeira entre 1403 e 1420, estabilização ou continuação da quebra entre 1420 e 1450/60; descida a partir do último quartel do século XV, sendo que o inflacionado valor lisboeta suscita a dúvida se terá sido resultado da diferença geográfica ou do inverter da quebra nos últimos anos de Quatrocentos. Note-se, todavia, que estes movimentos foram desenhados no seio de uma amplitude reduzida. Por exemplo, para o mesmo nível de remuneração (mestre “regular”, “sem governo”), a oscilação registada entre o vencimento mais baixo (200 reais ou 70 g, em 1413, no Porto) e o mais elevado (320 reais ou 112 g, em 1403, em Loulé) não ultrapassou os 60%, ainda que, facialmente, fosse imensamente superior (140 soldos a 320 reais de 70 soldos). Portanto, a principal ideia a reter terá de ser, forçosamente, a de uma enorme estabilidade no salário do carpinteiro dos séculos XIV e XV.

Atente-se, de seguida, em alguns valores relativos à construção/reparação de objectos e estruturas por carpinteiros e à sua equivalência em outros produtos. Em 1414, na cidade de Évora, uma empreitada de madeirar casa e alpendre rendeu a Martim Afonso, encarregado da obra, 7500 reais (2625 g), o equivalente a cerca de 535 pares de bons sapatos de cordovão. Em 1422-23, as reparações da porta de um açougue e da “*forca que jazia em terra per aazo*

⁴⁶⁵ *Livro das Posturas Antigas*, p. 230.

⁴⁶⁶ *Livro das Posturas Antigas*, p. 230.

d'algua madeira que era podre”⁴⁶⁷ renderam a mesma quantia de 10 reais (3,1 g), valor passível de adquirir sete canadas de vinho branco.

Em 1453, a construção, na Casa de Ceuta em Lisboa, de *“hus almarios na parede do escriptorio e por duas fechaduras pera elles pera se guardarem em elles algumas cousas quamdo ficam por despemder*”⁴⁶⁸ custou 175 reais (36,58 g), o equivalente a cerca de 10 alqueires de trigo. Em 1461-62, a construção de um tabernáculo para festa portuense levou ao pagamento de 80 reais (12,24 g), o mesmo valor de 13 galinhas ou meio côvado de um pano de média qualidade como era o “Quartenay”.

Em 1485, a construção de um alpendre, no Funchal, rendeu a João d’Oeiras uma quantia de 1100 reais (111,1 g), valor passível de comprar 91 coelhos, 78 varas de um têxtil grosseiro como era o liteiro ou 73 mãos de papel. Em 1489, outro carpinteiro funchalense, João Rodrigues, tomou de empreitada a construção de uma ponte na ribeira das Casas. Pelo seu trabalho, receberia a avultada quantia de 8000 reais (808 g), o equivalente a 888 alqueires de sal (14545 kg⁴⁶⁹).

Em 1491-92, a construção de uma essa na cidade do Porto permitiu um encaixe de 1600 reais, valor idêntico a 25 almudes de vinho ou 29 varas de têxtil de média qualidade como era o “Tenby”. Um cadafalso, na mesma ocasião, custou nove vezes menos.

Em 1499, descobrem-se novas empreitadas avultadas na vila de Montemor-o-Novo. Assim, a construção de uma forca e de um pé de picota rendeu a João de Lacerda, carpinteiro responsável, 6000 mais 4800 reais (1080 g), o suficiente para comprar 308 alqueires de farinha ou 108 bons carneiros. Refira-se, como contraponto, que a construção de uns bancos para a câmara montemorense rendeu apenas 4 reais (0,4 g), o que é por dizer que o custo de uma forca dava para construir mais de 1500 bancos.

3.3.6. Correeiro

Datas Extremas: 1480-1492;

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana e Funchal.

O tabelamento de 1480 que temos vindo a explorar é particularmente rico no que ao salário do correeiro diz respeito, procurando-se, de seguida, traduzir e sintetizar da melhor forma essa profundidade informativa. Em primeiro lugar, saliente-se que esse ganho podia chegar a ser formado por quatro parcelas: jornal, cabedal, valor do couro sobranete e valor

⁴⁶⁷ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 158.

⁴⁶⁸ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 678.

⁴⁶⁹ Segundo equivalência de 1 alqueire funchalense por 16,380 litros. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 11.

atribuído “*por mais favor*”⁴⁷⁰. O jornal, invariavelmente tabelado em 40 reais, representava, como vimos, a única parcela que podia também ser auferida pelos obreiros, caso existissem. O cabedal era estabelecido em 5% do custo da matéria-prima, a mesma percentagem que havia sido estipulada para o mestre gibateiro. Em termos líquidos, essa quantia foi de cerca de 20 reais (5% sobre 389 a 391,5 reais, preço do couro preparado), a qual, calculada em função da produção, oscilava entre 2,2 a 38 reais diários. O valor do couro sobranete variava entre 0 a 60 reais e, em termos diários, entre 20 e 120 reais. Este não constituía um ganho directo, mas não deixaria de contribuir para o orçamento do mesteiral. Finalmente, a última parcela, atribuída essencialmente para ajuste de contas, apenas foi registada numa ocasião e no valor de 1,25 reais (0,13 reais em termos diários).

Em termos absolutos, o ganho diário para o mestre correeiro oscilou entre cerca de 42 a 200 reais, encontrando-se a média dos diversos trabalhos em cerca de 100 reais diários ou 2000 reais mensais (230 g)⁴⁷¹. Sabe-se, assim, que o mestre correeiro poderia auferir, teoricamente, um dos maiores rendimentos no conjunto dos mesteirais, idêntico ao do mestre ferreiro (2000 reais) e bastante superior aos salários do mestre sapateiro (480 a 600 reais) e gibateiro (560 a 800 reais). Obviamente, e como temos vindo a afirmar, estas quantias máximas partem de um determinado montante de vendas, as quais não seriam facilmente realizáveis. No caso, para o correeiro alcançar 2000 reais, teria de vender, no período de 20 dias que temos estabelecido, cerca de 200 pares de losos ginetes, 320 pares de peitorais ginetes, 660 pares de rédeas ou ainda 572 bainhas de espadas.

O tabelamento prevê ainda o custo de alguns serviços por parte dos correeiros, o qual ia de 4 reais (0,46 g) por guarnecer umas esporas de calcanhar a 13 reais (1,5 g) por “*guarnecer hua cilha gineteta de boão couro com frol de lix de qualquer cor*”⁴⁷². Estabelece-se ainda a diferença de remuneração entre um oficial comum e o correeiro da corte, a qual oscilava, em termos líquidos, entre 19,2 a 72,9%, numa média de 36% (0,5 a 5 reais por serviço, numa média de 1,7 reais).

À excepção deste tabelamento de 1480, pouco mais sabemos acerca do salário dos correeiros. Regista-se apenas que, em 1491-92, um oficial funchalense recebeu 40 reais (4,04 g) por uma dupla reparação de correias e colocação de fivelas, dado também interessante pela coincidência de valor com o jornal estabelecido em 1480.

⁴⁷⁰ *Livro Vermelho...*, p. 529.

⁴⁷¹ Resume-se aqui um dos registos. Assim, para o fabrico de 20 pares de losos ginetes era necessário: um couro (253 reais), sal (5 reais), carroto (1 real), curtir (50 reais), surrar (80 reais). Em termos de mão-de-obra, pagava-se meio jornal (20 reais) e o cabedal (5% sobre 389 reais, valor do couro pronto a trabalhar). Vendia-se, assim, o par de losos ginetes por 21,45 reais. *Livro Vermelho...*, p. 527.

⁴⁷² *Livro Vermelho...*, p. 531.

3.3.7. Ferreiro

Datas Extremas: 1380-1494;

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana, Évora, Funchal, Guimarães, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

Em 1380, a vereação de Évora procurou ajuizar do justo preço para as peças fabricadas pelos ferreiros e, inerentemente, do justo salário para um mestre ferreiro e seus auxiliares (três malhadores e um foleiro). Após consulta a Ascenso Anes, mestre que propunha uma quantia global diária de cerca de 180 soldos⁴⁷³ (mensal de 180 libras), os oficiais eborenses “*mandaram chamar Gonçalo Giraldes e Ally e Mafamede mouros, e Isaque e Abraão judeus ferreiros a câmara*”, os quais “*não concordaram nos preços de Ascenso Anes*”.

Depois de realizada experiência de fabrico de vários instrumentos, chegou-se à conclusão de que os jornais mais justos orçariam, sim, “*20 soldos ao mestre por suas mãas e ferramentas e casa (...), 32 soldos aos sergentes e folleiro de jornall, sendo oyto soldos a cada hum*”⁴⁷⁴. Assim, o salário mensal previsto para um mestre ferreiro rondaria 400 soldos (209,2 g) e 160 soldos (83,68 g) para cada um dos três malhadores e foleiro. Um moço “*ganha dinheiro*”, encarregado das tarefas de transporte, recebia 20 soldos (10,46 g). Obviamente, este rendimento só seria atingido pela venda de determinado número de peças, da mesma forma que, por exemplo, o salário mensal apontado para um carpinteiro ou pedreiro apenas seria atingido numa realidade de oferta de trabalho permanente. Calcula-se este montante de vendas mensal, o qual teria de cobrir não só os ditos salários, mas também as referidas despesas de fabrico, em 160 enxadas de nove arráteis e meio, 240 ferros de arado de oito arráteis ou ainda 3816 ferraduras cavaleares, quotas de venda bastante altas.

Em termos de diferenciação socio-económica atente-se no facto de um mestre ferreiro auferir 1,5 vezes mais do que um auxiliar malhador ou foleiro. Comparativamente com um mestre carpinteiro ou pedreiro ou com um moleiro, cujos rendimentos mensais rondavam, respectivamente, 200 a 250 soldos e 354 a 381 soldos, verifica-se uma clara valorização do mestre ferreiro. Obviamente, esta relação dependia sempre da perícia de cada mestre, sendo

⁴⁷³ Ascenso Anes afirmava poder lavar um quintal de ferro por dia e, com a dita quantidade de metal, fabricar, por exemplo, 11 ferros de arado de nove arráteis cada. Apontando como despesas de fabrico o custo do ferro (12 libras), de oito sacos de carvão (24 soldos), de duas cargas de água (8 dinheiros) e os jornais de um mestre, três malhadores e um foleiro, proponha a venda do arrátel de ferros de arado por 4,5 soldos. Multiplicando estes 4,5 soldos pelos 99 arráteis que compunham os 11 ferros de arado e subtraindo as despesas, chegaríamos a uma quantia de cerca de 180 soldos diários para o pagamento dos ditos jornais. *Documentos Históricos...*, I, p. 146-147.

⁴⁷⁴ Os ferreiros afirmavam poder lavar um quintal de ferro por dia e, com ele, fabricar, por exemplo, 8 enxadas de 9,5 arráteis cada. Apontando como despesas de fabrico o custo do ferro (7 libras), da sisa (3,5 libras) de doze sacos de carvão (36 soldos), da água (1 soldo), do haver-o-peso (4 dinheiros) e os jornais de um mestre (20 soldos), três malhadores, um foleiro (32 soldos) e um ganha dinheiros (1 soldo), a vereação propunha a venda do arrátel de enxada nova por 3,66 soldos. *Documentos Históricos...*, I, p. 147.

que um oficial carpinteiro reputado e com procura constante acabava por auferir mais do que um mestre ferreiro incapaz de manter um ritmo de vendas assinalável.

A valorização socio-económica do ferreiro medieval originava, frequentemente, o pagamento de uma quantia com vista à sua contratação por determinada vila ou cidade medieval, menos apelativa em termos de mercado. Foi o que aconteceu em 1403, aquando da contratação, por parte da vereação louletana⁴⁷⁵, do mestre judeu Belhamin Cachado por 4000 libras anuais⁴⁷⁶, valor semelhante ao de 25 pares de borzeguins de cordovão.

Pode também verificar-se esta valorização no “*Livro dos Conselhos de D. Duarte*”, o qual, para data situada, tudo indica, entre 1432-38⁴⁷⁷, revela os seguintes jornais: 30 reais de um ferreiro da moeda, 30 reais de um fundidor da moeda, 13 reais de um foleiro da moeda, 20 reais de um moedeiro da moeda, 25 reais secos do mestre das obras do rei, 20 reais secos de um mesteiral e 15 a 16 reais secos de um serviçal. Note-se ainda que um jornal de 30 reais era o quanto ganhava um prestigiado mestre vidreiro ao serviço do mosteiro de Santa Maria da Vitória em 1438. Por sua vez, a diferença salarial entre um ferreiro e um foleiro situava-se em cerca de 130%, quando em 1380 se situava nos 150%. Focando a perspectiva evolutiva, parece ser perceptível uma grande estabilidade face a 1380, ou mesmo uma ligeira subida. De facto, apesar de 600 reais no período de 1432-38 equivalerem, no máximo, a 197,4 g e, por conseguinte, constituírem um valor menor de que as 209,2 g correspondentes aos 400 soldos de 1380 e apesar de um ferreiro da moeda auferir, em norma, mantimento superior ao de um ferreiro, deve entender-se que o jornal do oficial da moeda era fixo e não dependia de qualquer volume de vendas, o que não era o caso do ferreiro eborense.

Decorrido exactamente um século após as posturas eborenses de 1380, D. Afonso V requeria à mesma cidade que se pronunciasse sobre novas taxas para bens e ofícios. Relativamente aos salários dos ferreiros, estipulava-se o pagamento máximo de 2000 reais (230 g) ao mestre, sendo 800 reais relativos ao trabalho e 1200 reais à remuneração do capital investido (“*que he muy rezoadado ganho*”⁴⁷⁸, segundo o soberano), 1200 reais (138 g) a cada um de três malhadores, 500 reais (57,5 g) a um cravejador e 300 reais (34,5 g) a um foleiro. Realizando os devidos cálculos⁴⁷⁹, percebe-se que o montante de vendas mensal necessário

⁴⁷⁵ Pela mesma altura, a vereação de Loulé tabelava o ganho dos melhores mesterais em 400 reais “sem governo” (140 g) ou 300 reais (105 g) “com governo” e dos aprendizes em 320 reais (112 g) “sem governo” e 240 reais (84 g) “com governo”. Pensamos que esta postura não englobava o grosso do trabalho dos ferreiros, ocorrido na oficina, mas apenas as ocasiões em que estes se deslocavam em serviço.

⁴⁷⁶ É impossível o cálculo do rendimento deste e de outros mestres ferreiros, pois embora se conheçam os preços das peças, o mesmo não acontece com as despesas de fabrico (ferro, carvão, salários, etc.).

⁴⁷⁷ Cf. TAVARES, *Estudos de História...*, p. 131-132.

⁴⁷⁸ *Livro Vermelho...*, p. 516.

⁴⁷⁹ Os ferreiros lavravam um quintal de ferro por dia e, com ele, fabricavam, por exemplo, 96 ferraduras dobradas ou entre 192 a 288 ferraduras simples. Apontavam-se como despesas de fabrico o custo do ferro (600 reais), de sete sacos de carvão (112

para a obtenção desses vencimentos teria de rondar as 96 ferraduras dobradas ou entre 192 a 288 ferraduras simples ou ainda 8 milheiros de cravos. A existência de duas posturas para a mesma região e com a distância temporal de um século permite um exercício comparativo de grande significado. Através dele pode-se perceber uma das raras ocasiões em que um vencimento medieval subiu entre os finais do século XIV e os finais do século XV, no caso, numa percentagem de 10%. Esta oscilação anual de 0,1% mostra, igualmente, uma grande estabilidade, a qual, frequentemente, é disfarçada por uma aguda oscilação facial. Em termos de diferenciação socio-económica atente-se no facto de ocorrer uma maior aproximação salarial entre o mestre e os seus operários (malhadores): reduz-se a diferença de 150% para 66,6%.

Quatro verbas de despesa da vereação funchalense do ano económico de 1485-86 permitem calcular o ganho líquido de um ferreiro no trabalho de confeccionar pregos, na medida em que a matéria-prima era fornecida pela edilidade. Assim, sabemos que “*do dicto ferro fez Afonso Fernandez ferreiro que mora a Ponte doze pregos palmares de que levou de feitio a tres rrs. por prego (...) de feitio de trinta pregos contarees de que leuaram 30 rrs. (...) de feitio de cento e nouenta pregos de telhado nouenta rrs (...) de feitio de sseisçentos pregos de arripar çento e dez rrs*”⁴⁸⁰. Ora, recebendo entre 0,183 e 3 reais (0,0185 e 0,303 g) por prego, dependendo da qualidade e quantidade, Afonso Fernandes tinha de fabricar entre 36 a 622 pregos por dia para atingir o jornal máximo de 100 reais (11,5 g) estabelecido em 1480 para a comarca de Entre Tejo e Guadiana. Mensalmente, estes números teriam de subir para 640 a 12440 pregos. Por outro lado, sabendo que, no dito ano e vila, um arrátel de carne de carneiro custava 20 reais e uma canada de vinho cerca de 6 reais, podemos afirmar que para Afonso Fernandes poder adquirir esses bens teria de fabricar 8,6 pregos palmares ou 142 pregos de ripar.

Anote-se, ainda, um salário mensal de 1250 reais (126,25 g) para João Afonso, mestre da fundição real de artilharia em 1490. Para um comum ferreiro atingir este salário teria de trabalhar apenas 12,5 dias (segundo os valores do regimento de 1480), o que prova, mais uma vez, a diferença entre pagamentos em regime de trabalho anual e em regime de trabalho por jornal, obviamente mais precário e por isso mais elevado. Prova, também, que, apesar de naturalmente maiores, os jornais eram ainda tabelados por cima, dificilmente correspondendo a um montante de vendas efectivo.

reais) e os jornais de um mestre (100 reais), três malhadores (180 reais), um cravejador (25 reais) e um foleiro (15 reais). Para cobrirem as despesas tinham de vender as ferraduras simples por 3,2 a 4,7 reais e as dobradas por 6,4 a 9,4 reais.

⁴⁸⁰ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 170-171.

Seguem-se algumas importâncias relativas à confecção/reparação de objectos por ferreiros e respectivo poder de compra. Em 1442, em Guimarães, a reparação de uns badalos rendeu 15 reais (4,94 g), quantia suficiente para adquirir uma vara e meia de burel ou um cabrito e três canadas de vinho. Para a cidade do Porto há registo de, em 1482-83, a confecção de um padrão de medida de sólidos ter importado 15 reais (1,73 g), verba passível de adquirir uma galinha, sobrando ainda 4 reais; em 1485-86, a confecção de um elo de cadeia ter custado entre 10 e 12 reais (1 a 1,21 g), não restando nada após a compra de uma boa galinha; em 1493-94, a confecção de novo elo de cadeia ter importado entre 11 e 20 reais (1,11 e 2,02 g) e a soldadura de um colar prisional 4 reais (0,4 g), sendo este último valor correspondente ao preço de uma dúzia de ovos. Para a cidade de Lisboa, regista-se, em 1490, a seguinte verba: “*item de hua arqua que deu Joham de Ferreira ao pagador de a coregerem de hua fechadura e chaues sassenta rrs*”⁴⁸¹, sendo que, por essa altura, um alqueire de farinha rondaria os 40 reais.

3.3.8. Ferrador

Datas Extremas: 1380-1480;

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana, Évora, Lisboa, Loulé e Montemor-o-Novo.

São raros os momentos em que é possível aceder ao ganho líquido de um ferrador medieval, na medida em que a maioria dos registos apenas refere o preço das ferraduras “lançadas”, ou seja, o valor conjunto da ferradura saída do ferreiro e do serviço de ferragem, podendo este ser prestado, igualmente, pelo ferreiro⁴⁸².

A postura eborense de finais do século XIV relativa aos ferradores deixa a dúvida acerca de qual das modalidades acima descritas a caracteriza. Apenas dois serviços aí previstos surgem claramente como exemplos de ganhos líquidos: a colocação dos cravos e a referragem com ferraduras e cravos fornecidos pelo dono do animal. No primeiro caso, estipulava-se que “*dando lhes os ferreiros 3 cravos por 2 drs. que os lancem elles a dr.*”⁴⁸³, ou seja, por cada centena de cravos colocados, o mestre ferrador recebia, em termos líquidos, 2,77 soldos (1,45 g). Na segunda situação, o serviço prestado contribuía com meio soldo para o orçamento do ferrador. Se esta postura for, em termos cronológicos, comparável com o título relativo aos ferreiros, pode-se afirmar que para um ferrador atingir o rendimento máximo passível de ser

⁴⁸¹ BRAAMCAMP FREIRE, A. – “A guarda de D. João II no anno de 1490”. *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, p. 348.

⁴⁸² Modalidade bastante frequente a da acumulação dos serviços de ferreiro e ferrador. Já apontámos um desses casos, ocorrido em 1403, na vila de Loulé.

⁴⁸³ *Documentos Históricos...*, I, p. 148.

auferido por aquele oficial (400 soldos) teria de, hipoteticamente, proceder à referragem de 800 cascos por mês. No caso de um carpinteiro regular (160 soldos), esse montante desceria para 320 cascos e, no caso de um comum trabalhador agrícola (74 soldos), para cerca de 148 cascos. Um último apontamento para apontar uma diferença de 50% entre o custo de ferragem de uma besta cavalgar ou muar e o custo de ferragem de uma besta asnal⁴⁸⁴.

Em 1472, a propósito do estabelecimento, por parte de D. Afonso V, dos mantimentos e tenças dos oficiais que serviam em Tânger, percebe-se que a tença de um ferrador (200 reais ou 24,2 g) era das mais elevadas no conjunto das atribuídas a mesteiros, superior em 20% à do ferreiro, carpinteiro e pedreiro⁴⁸⁵.

Em 1480 surge o único registo passível de se perceber, na totalidade, o ganho líquido de um ferrador medieval. Referimo-nos, novamente, ao tabelamento ordenado por D. Afonso V para a comarca de Entre Tejo e Guadiana. Assim, o ferrador recebia 1,2 reais por ferradura cavalgar ou muar; 0,8 reais por ferradura asnal; 7,5 reais por centena de cravos; 2,5 reais por referrar casco cavalgar e muar e, finalmente, 1,5 reais por referrar casco asnal.

Confrontando apenas o ganho por colocação de uma centena de cravos face ao que se passara exactamente um século antes na mesma região, chega-se à conclusão de uma quebra de cerca de 40% (de 1,45 g passa-se para 0,86 g). Este indício soma-se aos vários que temos vindo a apresentar a propósito da quebra dos salários no século XV.

Comparativamente com outros vencimentos à época, refira-se que para um ferrador atingir o melhor rendimento estabelecido para um mestre ferreiro (2000 reais) teria, hipoteticamente, de ferrar 1667 cascos cavaleiros. Este número desceria para 467 a 667 no caso do melhor mestre gibateiro (560 a 800 reais) e para 417 no caso de um comum costureiro (500 reais). Naturalmente, os oficiais ao serviço do rei eram muito melhor remunerados. Neste caso, D. Afonso V acrescentava aos seus ferradores entre 20% a 125%, dependendo do serviço em causa: 20% por referrar casco cavalgar ou muar, 33,33% por referrar casco asnal, 83,4% por ferradura cavalgar ou muar e 125% por ferradura asnal.

Decorridos três anos após este tabelamento, surge notícia de uma acesa luta entre os ferradores de Lisboa e a vereação local: *“Os ferradores desta çidade vos ffazemos saber que nos compramos a ferrajem muyto cara .s. a duzia a L^{ta}b rreaes das ferraduras e o çento de crauos a xbj Reaes E lançamos a ferradura a bj Reaes em que ganhamos bem pouco E sem embargo desto Aires gomez e Ruy mendez que ora sam almotações mandarom apregoar que*

⁴⁸⁴ A postura eborense definia os seguintes serviços e respectivos pagamentos: 6 dinheiros por ferradura cavalgar ou muar com seus cravos; 4 dinheiros por ferradura asnal com seus cravos; 3 dinheiros mais o valor dos cravos por referrar casco cavalgar ou muar e 2 dinheiros mais os cravos pelo mesmo serviço em casco asnal.

⁴⁸⁵ Esta situação remete-nos para a importância do cavalo a todos os níveis e mais ainda numa praça de cariz militar.

nam leuasemos mays de çinquo Reaes por ferradura o que a nos he perda (...) pedimos uos por merçee que nos leixees estar e ferrar como ferramos poys que asy ferram em todo o rregno”; posição que não colheu na vereação lisboeta: “Acordarom que os ferradores nam sam agrauados (...) e visto o preço do ferro que he muy barato mandam que se cumpra a sentença”⁴⁸⁶.

Este testemunho, para além do interesse que encerra no sentido de espelhar a constante luta entre as posturas municipais na defesa do consumidor e a maior liberalidade pretendida pelos mesteirais⁴⁸⁷, permite, de facto, perceber um natural descontentamento dos ferradores lisboetas, já que, como vimos, o seu salário parecia estar a quebrar, ao contrário do que acontecia, por exemplo, com os ferreiros.

3.3.9. Forneira e Padeira

Datas Extremas: 1392-1499;

Representação Geográfica: Alcochete e Aldeia Galega, Évora, Funchal, Montemor-o-Novo e Porto.

Inicie-se este ponto pelos registos disponíveis acerca do ganho de uma forneira de pão. Em 1392, na cidade de Évora, as posturas locais recordavam como *“ao corregedor e homeens bons foy dito como he verdade que senpre as forneiras levam do pam que cosiam em seus fornos ou alheos de poya de vinte paães hum e que ora levavam mais, e punham outros costumes, mandarom que nom seja nenhum ousado que forno tener ou forneira for que leve de poya mais que de vinte paães hum como senpre foy”⁴⁸⁸.*

Em 1421-22, descobre-se uma postura para os lugares de Alcochete e Aldeia Galega, segundo a qual se estipulava *“que nenhuma fornheira não levem de poias mais que, de 15 pães até 25 pães, um pão, e de trinta até quarenta cinco pães, dous pães, e de cinquenta até 60 pães, três pães”⁴⁸⁹.*

Em 1457, na cidade de Lisboa, expunha-se a posição do governo concelhio nos seguintes termos: *“E comsirando os tempos em que o pam e lenha e outras coussas ssom as vezes majs e menos caras e elles (forneiros) mays e menos gançom e ssegundo em esto huua bõoa e jguall temperança nam a todo rrigor dalguuas pusturas antigas nem toda largueza do que*

⁴⁸⁶ Livro das Posturas Antigas, p. 154.

⁴⁸⁷ Em 1443, era a vez dos oficiais da vereação alentejana de Montemor-o-Novo terem o cuidado de não permitir que ferraduras de qualidade inferior fossem vendidas pelo mesmo preço da melhor ferragem. Nesse sentido, *“ordenarom e mandarom que quando os ferradores trouverem ferragem de Lixboa ou d'Evora ou doutras alguas partes que nom seja tam boa como aquella que he ordenado de se fazer per os ferreiros da dicta villa nam sejam oussados de a ferrar ataa a mostrar ao dicto veador pera alvidrar a que preço a devem dar”*. FONSECA, Montemor-o-Novo no Século XV, p. 98.

⁴⁸⁸ Documentos Históricos..., I, p. 183.

⁴⁸⁹ Livro da Vereação de Alcochete..., p. 156.

elles querem leuar e levam como nam deuem dando lhes ganço rrezoadado e ao pouoo conportauell mandom que daquy em dyamte todos os que fornos e fornhalhas teuerem nam leuem mays de poya que de doze pães huu Jhuall dos outros e asy dhy pera çima e pera fundo .s. se de doze paaes hy nam ouuer e ouuer sseys leuem a metade do dinheiro que huu pom valler ou lhe faça o que cozer mayor pom que lhe aJa de dar e asy que onde comto çerto nam ouuer que lhe dem pom e onde nom ouuer que sse jgualle a dinheiro nam leuando mays que a rrespeito de doze huu’⁴⁹⁰.

Em 1495, nova postura lisboeta mantém inalteráveis as condições de 1457, as quais, sim, devem ter sido alvo de reformulação em inícios do século XVI, embora a postura lisboeta que ordena o pagamento de um pão por cada fornada de quinze não se encontre datada.

Estas verbas permitem perceber ou um claro aumento do ganho das forneiras em meados do século XV ou uma melhor remuneração das forneiras lisboetas ou ambos os cenários. É possível, todavia, que a primeira hipótese ganhe maior prevalência, isto se atendermos à expressão segundo a qual o poder municipal lisboeta caracterizava as ordenações passadas como excessivamente rigorosas (enquadrando-se, porventura nesse plano, as posturas eborense e alcochetense). Permite, por sua vez, vislumbrar uma grande estabilidade ao longo da segunda metade do século XV, pelo menos na cidade de Lisboa. Finalmente, sublinhe-se o conceito de pagamento em géneros (a “*poia*”) neste mester, adoptando-se o numerário apenas em último caso. Passível de ser estipulada apenas devido às características deste serviço, esta modalidade visava a estabilização do seu pagamento, enquadrada num equilíbrio entre produtor e consumidor.

Quadro XIX: EVOLUÇÃO DAS “*POIAS*” ATRIBUÍDAS ÀS FORNEIRAS (1392 - Inícios do séc. XVI?)

Data	Local	Quantidade	“ <i>Poia</i> ”
1392	Évora	20 pães	1 pão
1421-22	Alcochete e Aldeia Galega	15 a 25 pães	1 pão
		30 a 45 pães	2 pães
		50 a 60 pães	3 pães
1457	Lisboa	6 pães	metade do dinheiro de 1 pão
		12 pães	1 pão
		24 pães	2 pães
1495	Lisboa	12 pães	1 pão

⁴⁹⁰ Livro das Posturas Antigas, p. 92.

Inícios do séc. XVI (?)	Lisboa	15 pães	1 pão
----------------------------	--------	---------	-------

À semelhança do que a vereação eborense estipulara para as forneiras em 1392, também às padeiras era imposto um ganho na proporção de 1/20, com a diferença de este ser vencido em numerário (“*toda vendedeira que vender pam cosido leve de vinte rs. hum, segundo sempre foi de costume*”⁴⁹¹). Reconheça-se, igualmente, nova nota de permanência e estabilidade na regulamentação dos salários por parte dos poderes concelhios, a qual, no entanto, não se coadunava com o processo de desvalorização monetária e conduziu, muito possivelmente, a uma perda real no ganho das padeiras. Para se obter uma ordem de grandeza, refira-se que, neste mesmo ano e cidade, um real era a quantia paga a um acarretador de pão por transporte de cada oito a dez alqueires e 1/16 era a proporção da maquia atribuída a um moleiro. No mesmo ano, mas na cidade do Porto, o encarregado do relógio auferia 25 reais mensais.

Em 1414, nesta cidade do Porto, a vereação local tabelava o preço do pão e, com um cunho de grande raridade, o correspondente ganho das padeiras: “*E acharam que deuyam de dar o pam de quattrro onças E seer de xb soldos quando o trigo valer noue Reais asy como ora vall E acharom que per esta guisa gançauom doze Reais a teiga pagados todos custos E poor quanto lhes tinham tomados os penhores por que nom queriam fazer o pam de xb soldos acordarom que lhes fosem entregues sem coymhas*”⁴⁹². Assim, sabendo que o lucro apontado por alqueire⁴⁹³ era de 420 soldos (2,1 g) e que os gastos andariam em redor dos 800 soldos (630 soldos pelo trigo, 157,5 soldos pela moagem⁴⁹⁴ e mais alguns gastos menores⁴⁹⁵) chega-se à conclusão que uma padeira tinha de vender uma quantia, em pão, nunca inferior a 1220 soldos por alqueire, ou seja, cerca de 81 pães com a dita medida, para obter a referida margem de lucro. Por sua vez, para uma padeira arrecadar um vencimento mensal na ordem do que auferia, na mesma cidade e período, um bom carpinteiro de casas ou um bom pedreiro (250 reais), tinha de conseguir vender cerca de 3375 pães alvos de quatro onças (169 pães por dia).

Em 1486, os oficiais da vereação funchalense “*acordarom que os almotaces mandem moer des alqueires de trigo e o mandem amassar e o pessem e tirados os custos que dem de ganho a cada padeyra de cada hu alqueire qujnze rrs.*”⁴⁹⁶. Este testemunho permite perceber uma quebra de 27,6% no ganho das padeiras face a 1414, manifestada entre 15 reais brancos

⁴⁹¹ Documentos Históricos..., I, p. 184.

⁴⁹² “Vereações”. Anos de 1401-1449, p. 174.

⁴⁹³ Um alqueire equivalia, por esta altura, a meia teiga na cidade do Porto. Cf. “Vereações”. Anos de 1401-1449, p. 143.

⁴⁹⁴ Estimando em 25% o preço da farinha sobre o cereal. Veja-se o título 3.3.4. relativo aos moleiros.

⁴⁹⁵ Como, por exemplo, a medição e o transporte da farinha.

⁴⁹⁶ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 123.

de 1486 (1,52 g) e 420 soldos de 1414 (2,1 g), constituindo novo exemplo da tendência geral de quebra dos salários que temos vindo a apontar.

Uma última nota para apontar o pagamento de 10 reais (10 g), registado em Montemor-o-Novo, no ano de 1499, a uma padeira “*por amasar ho pam pera o peso*”⁴⁹⁷ desconhecendo-se, todavia, a quantidade de farinha em causa.

3.3.10. Pedreiro

Datas Extremas: 1340-1499;

Representação Geográfica: Alcobaça, Évora, Funchal, Lisboa, Loulé e Porto.

Em 1340-41, um mestre e um servente às ordens do cabido da Sé de Évora receberiam, em regime de jornal “sem governo”, entre 140 a 150 soldos (86,1 a 92,3 g) e entre 40 a 80 soldos (24,6 a 49,2 g), respectivamente. Neste mesmo contexto, o salário de um comum trabalhador agrícola rondaria apenas os 60 soldos (36,9 g), ou seja, o mesmo de um servente de pedraria.

Pelos finais da década de 1370 ou inícios da década seguinte, registava-se uma clara subida no salário deste mester, o que se encontra perfeitamente de acordo com a tese vigente de subida salarial pós Peste Negra. Com efeito, um mestre pedreiro recebia agora 200 soldos (104,6 g) e um sargente 80 soldos (41,84 g). Embora o numerário já evidencie um leve incremento monetário, a grande diferença deste tabelamento face a 1340-41 prende-se com o facto de se introduzir o complemento alimentar. Se calcularmos este em 1/4 do salário (realidade louletana de 1403), chegamos aos seguintes valores: 250 (130,75 g) e 100 soldos (52,3 g), os quais podem indiciar um aumento talvez a rondar a casa dos 40%. Noutra perspectiva, percebe-se que a diferença de vencimento estipulada entre um mestre e um servente não diferiu muito face a 1340-41, estabelecendo-se em 150%.

Em 1403, a vereação louletana tabelava o ganho dos melhores mestres de cada mester em 400 reais “sem governo” (140 g) ou 300 reais (105 g) “com governo” e dos “*aprentises e aos outros da condiçom destes*”⁴⁹⁸ em 320 reais (112 g) “sem governo” e 240 reais (84 g) “com governo”. Tratam-se de valores ligeiramente superiores aos de 1380, o que pode não reflectir necessariamente um aumento salarial, mas tão-somente uma realidade regional díspar. Por outro lado, entre o mestre e aprendiz algarvios verificava-se uma separação salarial de 25%, o

⁴⁹⁷ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 171.

⁴⁹⁸ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 128.

que se entende se percebermos que o conceito de aprendiz parece ser aqui adoptado no sentido de um oficial auxiliar.

Descobre-se novo tabelamento para o ano de 1413 e para a cidade do Porto, pelo qual se atribuíam 200 reais (70 g) ao melhor pedreiro e 160 reais (54,4 g) “*ao nom tall*”. Estes valores, “*com sseu mantymento*”⁴⁹⁹, revelam uma clara descida face a 1380 e 1403. Calculando novamente a alimentação em 1/4 do salário, verificar-se-iam os seguintes rendimentos secos: 250 (87,5 g) e 200 reais (70 g), o que confirma o movimento descendente, pelo menos à luz da realidade portuense, ainda que tudo indique ter-se tratado de um movimento geral. De salientar que a diferenciação salarial estabelecida entre o melhor e um mestre regular era a mesma do que a ocorrida dez anos antes na vila de Loulé, ou seja, 25%.

Em 1420, era a vez da vila de Arraiolos tabelar os ganhos dos seus pedreiros, desta feita em 240 e 300 reais (74,4 e 93 g) com alimentação. Sem “governo”, estes salários rondariam 300 e 375 reais (93 e 116,25 g). Salienta-se aqui a já referida diferenciação introduzida por motivos climáticos, sendo o trabalho realizado na época estival melhor remunerado em 25%. Em termos evolutivos, confirma-se a quebra salarial face aos finais do século XIV e inícios do século seguinte, mas também a ideia de uma maior remuneração no Alentejo do que na cidade do Porto, o que, verificar-se, parece estar de acordo com uma realidade mais gravosa em termos de custo de vida. Esta última interpretação sai reforçada com um pagamento, decorridos dois anos, de 15 reais secos na vila alentejana de Montemor-o-Novo, ou seja, os mesmos 300 reais mensais (93 g).

Em 1437-38, um mestre pedreiro recebia, em Alcobaça, cerca de 480 reais (147,36 g) secos. O facto de se tratar do maior vencimento registado não deixa quaisquer dúvidas acerca de uma inversão do movimento descendente, o que, aliás, fica comprovado com um registo afecto à região norte, mais precisamente à cidade do Porto de 1443, altura em que se identificam vencimentos secos de 400 reais (131,6 g) para um mestre encarregado de obra e de 360 reais (118,44 g) para um mestre auxiliar. Face ao tabelamento de 1413, referente à mesma cidade, ocorreria uma subida de cerca de 50%.

Em 1450-51, um pedreiro contratado pela vereação portuense auferia 400 reais (83,6 a 92 g) e um servente 300 reais (62,7 a 69 g), ou seja, menos 25%. Já em 1461-62, um mestre recebia 560 reais (85,68 g). Supondo que estes salários seriam, igualmente, secos, registara-se nova descida dos salários na primeira década da segunda metade do século XV.

Em 1471, Costa Lobo aponta um vencimento anual de 1050 reais e dois moios de trigo para um pedreiro da câmara de Lisboa, o que, segundo os nossos cálculos, produziria um

⁴⁹⁹ CRUZ, “Os Mesteres...”, p. 19.

ganho mensal de cerca de 247,5 reais (37,62 g). À semelhança do que foi dito para o mestre carpinteiro, a escassez deste mantimento face aos verificados na cidade do Porto não pode ter como única explicação a durabilidade do contrato, pelo que é provável que o pedreiro lisboeta conjugasse o serviço na edilidade, por certo honroso, com outros trabalhos.

Em novos dados relativos a pedreiros contratados pela câmara do Porto, vemos que estes receberiam mensalmente as seguintes quantias: 700 reais (84,7 g) em 1474-75 e 1000 reais (101 g) em 1491-94. Um servente, em 1491-92, arrecadava 800 reais (80,8 g) ou menos 20%. Se a década de setenta parece não trazer grandes alterações, o mesmo não se afirma relativamente à última década de Quatrocentos, registando-se nova subida. Esta ideia sai reforçada com os registos de 1400 reais (141,4 g) para um mestre e 800 reais (80,8 g) para um servente (menos 800%), salários relativos à construção da cerca funchalense em 1493. Pode-se também supor uma realidade salarial funchalense mais elevada, o que novamente se compreende tendo em conta o maior custo de vida aí registado.

O mesmo se induz para a cidade de Lisboa. Em 1499, no único tabelamento conhecido para essa cidade, estabelecem-se vencimentos de 1200 reais (120 g) para mestre encarregado de obra, 1000 reais (100 g) para mestres auxiliares e quando *“forem chamados pera fazerem allguuas cousas pequenas asi como em corregijmento dallguas cousas de cassas honde abasta huu soo ofiçiall com seus moços”*⁵⁰⁰ e 700 reais (70 g) para braceiros. Estes vencimentos eram “secos”, já que *“damdo lhes de comer lhes sera descontado”*⁵⁰¹ 400 reais no caso dos mestres e 300 reais no caso dos braceiros. Caso os últimos valores portuenses tenham sido relativos a mantimentos secos, o que parece provável, chega-se à conclusão de que os salários de pedreiros eram mais elevados na cidade de Lisboa um mínimo de 25%, isto no cenário de não ter ocorrido subida geral dos salários. Refira-se que a alimentação vê o seu peso aumentar, face ao registo algarvio de 1403, para 1/3 do cômputo geral do salário de um mestre. Em termos de diferenciação salarial, estabelecia-se uma separação de 20% entre o salário de um mestre encarregado de obra e de um mestre auxiliar, a qual *“he por o trabalho e cuydado que leua em ella aalem dos outros que com elle andam”*⁵⁰². Entre um mestre oficial e um braceiro a diferença situava-se nos 42,9%.

Sintetizando os dados obtidos numa perspectiva evolutiva cremos ter ocorrido: clara subida entre 1340 e 1380; estabilização entre 1380 e 1403; descida entre 1403 e 1430, subida

⁵⁰⁰ Como vimos, o salário dos aprendizes seria arbitrado por dois oficiais.

⁵⁰¹ *Livro das Posturas Antigas*, p. 230.

⁵⁰² *Livro das Posturas Antigas*, p. 230.

nas décadas de 1430/40⁵⁰³, descida até 1490, altura em que poderá ter sucedido nova subida. Note-se, todavia, que estes movimentos foram desenhados no seio de uma amplitude reduzida. Por exemplo, para o mesmo nível de remuneração (mestre “regular”, sem governo”), a oscilação registada entre o vencimento mais baixo (200 reais ou 70 g, em 1413, no Porto) e o mais elevado (1400 reais ou 141,4 g, em 1493, no Funchal) não ultrapassou os 102%, ainda que, facialmente, fosse imensamente superior. Portanto, a principal ideia a reter terá de ser forçosamente a de uma enorme estabilidade no salário do pedreiro dos séculos XIV e XV.

Atente-se, de seguida, em alguns valores relativos à construção/reparação de objectos e estruturas por pedreiros e à sua equivalência em outros produtos. Em 1385, na vila de Loulé, João Anes era contratado pela vereação local para reparar e manter, durante um ano, dois chafarizes, serviço pelo qual receberia 16 libras (55,68 g). Com esse montante, João Anes podia adquirir 12,8 alqueires de trigo ou 106 arráteis de carne de vaca.

Em 1439, a reconstrução de um forno com pedra e barro rendeu a Gonçalo Dominguez, encarregado da obra, uma quantia de 100 reais (30,7 g), suficiente para efectivar a compra de cinco alqueires de trigo, 5,5 almudes de vinho branco ou 50 pergaminhos.

Em 1452, “*hum pedreiro que fez hua parede no escriptorio per aveença e poeer em ella cortiça e madeira e cal*”⁵⁰⁴ recebeu, por esse serviço, 500 reais (104,5 g). No mesmo ano, “*Afomso Vaaz perdeiro denpreitada de fazer hum portal em o muro*” recebeu um valor dez vezes superior (1045 g) “*e esto se fez por quanto se fundia o dito muro e estava em perygo de cair segumdo disserom ceros pedreiros que o foram veer*”⁵⁰⁵. Estas obras, referentes à cidade de Lisboa, permitiam a compra de 33/333 alqueires de trigo, 500/5000 pães e 8/80 mãos de papel de marca maior.

Em 1488, a empreitada de reparação, no prazo de quatro meses, de uma torre que se encontrava em risco de ruína permitiu aos pedreiros louletanos Pedro Afonso e Francisco Martins encaixarem a avultada quantia de 7000 reais⁵⁰⁶ (707 g), passível de se traduzir em 1166 frangos. Por outro lado, é importante salientar que o cálculo do ganho mensal por mestre (875 reais ou 88,38 g e supondo que a obra fosse, efectivamente, apenas realizada pelos dois

⁵⁰³ Esta subida na década de trinta pode ter novo indício nos pagamentos régios. Assim, se em Dezembro de 1433, D. Duarte nomeava Afonso Domingues, morador em Lisboa, “por nosso pedreiro para haver de lavrar em as nossas obras quando da nossa parte for requerido”, com uma tença anual de 10500 libras (90,9 g), já em 1485, D. João II atribuía o mantimento anual de 700 reais (70,7 g) ao mestre de pedraria dos paços reais de Lisboa. Se comparáveis, teria ocorrido uma quebra de 22,2% entre estes pagamentos. Dados extraídos de *História da Administração Pública...*, IX, p. 300-301.

⁵⁰⁴ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 360.

⁵⁰⁵ *Documentos das Chancelarias Reais...*, II, p. 360.

⁵⁰⁶ A vereação daria toda a pedra ao pé da torre e a cal amassada de uma água. Se a torre efectivamente derrocasse, não se repararia com 30000 reais (3030 g). *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 248.

mestres referenciados) encontra-se perfeitamente de acordo com os elementos aduzidos anteriormente.

O rol de despesas da vereação funchalense de finais do século XV dá a conhecer algumas verbas bastante interessantes. Em 1489, a “*Antom de França pedreiro de acarretar as pedras da picota do chão do duque e de desfazer e tornar a fazer no dicto chão onde ora esta fecto e por a pedra meuda e por a cal e de suas maos de armar o pee da dicta picota*”⁵⁰⁷ era atribuída a quantia de 1300 reais (131,3 g), valor de 144 arrobas de açúcar.

Em 1492, fechava-se contrato com Fernão Gomes, morador em Setúbal⁵⁰⁸, para fazer os encanamentos, rebocar e acafelar a casa da câmara e o paço dos tabeliães, como também rebocar, acafelar e telhar a casa que estava entre elas e ainda a parede do jogo da péla. O preço da empreitada era de 14000 reais secos (1414 g), pagos conforme o andamento dos trabalhos e obrigando-se a vereação a dar todas as achegas, como andaimes, tábuas, cordas, etc. Trata-se da empreitada mais dispendiosa deste breve leque aqui apresentado, no valor de 14000 reais (1414 g) e passível de comprar 233 patos ou 58 porcos.

Em 1495, a reparação de uma fonte “*com butume e tapar a dicta augoa em modo que se nom vaa nem se suma per baixo somente a fazer sordir acima e fazer vijr polla byca bem e liueremente em modo que sempre a dicta bica venha a dicta augua e estar segura que se nom vaa nem vaze per baixo*” permitiu ao mestre Gomes Garcia vencer 1500 reais (150 g), cifra bastante para comprar 250 alqueires de farelos ou cerca de 83 arráteis de carne de vaca.

Finalizamos com dois registos ilustrativos tanto da possível alta de salários na última década do século XV, bem como de maiores salários na vila do Funchal. Assim, em 1498, por cada braça de calçada colocada, o mestre Luís Afonso recebia, no Funchal, uns significativos 130 reais (13 g). Na comparação que temos vindo a produzir com o preço dos bens, 130 reais equivaleriam a cerca de quatro galinhas. Já em Lisboa, o mesmo trabalho era apenas ressarcido com 50 reais (5 g), como revela um alvará de Maio de 1500, através do qual D. Manuel I dava “*poder aos vereadores (...) de Lixboa que elles possam mandar tomar e emprazar todos os pedreiros que ouverem mester pera fazerem as calçadas da dita çidade, aos quaes mandaram pagar seos jornaes a saber, a cinquenta reais por braça da dita calçada como ate ora se pagua*”⁵⁰⁹.

3.3.11. Sapateiro

⁵⁰⁷ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 238.

⁵⁰⁸ É curioso constatar a proveniência geográfica do mesteiral contratado pela vereação funchalense para o que seria considerada uma obra importante.

⁵⁰⁹ Documentos do Arquivo Histórico..., IV, p. 65.

Datas Extremas: 1380-1498;

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana, Évora, Loulé e Porto.

A maioria dos registos tocantes à remuneração dos diversos sapateiros (relembre-se que a especialização na costura de determinado couro ou de determinado género de calçado fez com que, na Baixa Idade Média, não existisse apenas um, mas vários tipos de sapateiro⁵¹⁰) prende-se com o tabelamento de taxas para a venda do calçado, as quais permitem tão-somente sugerir tendências de longa duração. De resto, o nível de análise mais desejado, que foca directamente o ganho líquido do sapateiro medieval, surge apenas possível para dois momentos: para a cidade de Évora de 1380 e para a comarca de Entre Tejo e Guadiana, passado exactamente um século. Em todo o caso, a devida compreensão destes registos exige um prévio esclarecimento sobre a especialização e divisão do trabalho experimentada numa oficina tardo-medieval. Em primeiro lugar, que ao mestre empregador competia o talho, ou seja, o desenho, o corte, em suma, a posse do saber, enquanto que aos oficiais que o serviam cabia a costura. Em segundo lugar, que ambas as tarefas tendiam a ser pagas com quantias semelhantes, pelo que a melhor remuneração do mestre se baseava, por um lado, numa segunda parcela remuneratória, o “*cabedal*”, destinada, como vimos, a compensar o investimento realizado e, por outro lado, no número de oficiais que o mestre tinha ao seu serviço.

As posturas eborenses de finais do século XIV permitem, de facto, calcular o ganho líquido de um mestre sapateiro especializado no couro mais comum, ou seja, o cordovão macho⁵¹¹. Assim, pelo fabrico de cada par de sapatos ou botas de cordovão, o mestre recebia 3,5 soldos (1,83 g), sendo 1 soldo (0,52 g) pelo talho e 2,5 soldos (1,31 g) pelo ganho do cabedal. Por sua vez, os possíveis oficiais ao serviço do mestre recebiam apenas 2 soldos (1,05 g) pela costura⁵¹². Naturalmente, verificavam-se distinções na remuneração dos diversos tipos de sapateiros, as quais, neste caso, apenas podem ser inferidas pelo preço final do calçado. Não obstante, parece ser evidente que os mestres ligados ao trabalho das peles de gamo ou cervo auferiam bastante mais, o mesmo se devendo ter passado com os soqueiros.

⁵¹⁰ Vislumbram-se sapateiros especializados na costura do cordovão, do couro vacaril, do couro de carneiro, das peles de gamo, das peles de cervo e especializados na costura de sapatos de correia, de linha, de borzequins (borzeigueiros), chapins (chapineiros), socos (soqueiros), etc.

⁵¹¹ Resume-se aqui um dos raros registos em que se definem todas as parcelas de despesa necessárias ao fabrico do calçado de cordovão em finais do século XIV. Assim, para o fabrico de cinco pares de sapatos (dois pares de gramaias e três pares de calça) era necessário: uma pele (21,68 soldos), cinco pares de solas (17,5 soldos a 3,5 soldos por par), linhol, cerol e dobram (5 soldos a 1 soldo por par). Em termos de mão-de-obra, pagava-se a costura (10 soldos a 2 soldos por par), o talho (5 soldos a 1 soldo por par) e o cabedal (12,5 soldos a 2,5 soldos por par). Vendia-se, assim, o par de gramaias ou sapatos de porta por 14 soldos e o par de sapatos de calça por 11 soldos. *Documentos Históricos...*, I, p. 144.

⁵¹² Embora a costura não seja indicada como tarefa do mestre da oficina, este podia realizá-la, recebendo os 2 soldos respectivos.

Pelo contrário, os “sapateiros” de couro vacaril, de carneiro ou mesmo de cordovão fêmea (cabra) recebiam menos, algo transversal a todo o período em estudo.

Infelizmente, a fonte não esclarece sobre quantos pares de calçado um mestre produzia diariamente nem por quantos oficiais era, em média, acompanhado, o que torna impossível calcular o rendimento passível de ser atingido. Não obstante, caso este registo seja comparável, em termos cronológicos, com o título relativo aos alfaiates, segundo o qual se aponta um ganho diário de 10 soldos, bastaria ao mestre sapateiro vender, diariamente, três pares de sapatos ou botas para ultrapassar esse rendimento. Em termos mensais, modelo que temos vindo a seguir, essa produção teria de atingir os 60 pares. Na mesma linha de raciocínio, a produção teria de alçar até aos 71 pares para se atingir o rendimento máximo do melhor mestre carpinteiro ou pedreiro e os 114 pares para se tocar o salário de um mestre ferreiro. Estes números parecem indiciar que o ofício de sapateiro era bem remunerado no conjunto dos mesteres medievais da cidade de Évora de finais do século XIV, devendo-se ter em conta a pouca durabilidade e grande desgaste do calçado medieval, ainda que largas franjas da população não o utilizassem.

Como se pormenoriza no ponto relativo ao preço do calçado, este foi decrescendo ao longo do século XV⁵¹³. Ainda que se reconheça um menor custo dos materiais⁵¹⁴, parece que este factor não foi suficiente para impedir uma quebra no salário dos sapateiros. A certeza chega no ano de 1480, altura em que D. Afonso V ordena o célebre tabelamento de taxas de bens e serviços para a comarca de Entre Tejo e Guadiana. Assim, um mestre sapateiro especializado no trabalho do cordovão auferia, no máximo, 4 reais (0,46 g) pelo fabrico do maior par de sapatos⁵¹⁵, sendo 3 reais “*de mãos e ganho e de cortar*”⁵¹⁶ e 1 real atribuído a mais pelo legislador⁵¹⁷. Um oficial costureiro, à imagem do que sucedera em 1380, recebia apenas o pagamento pela costura, neste caso 3 reais ou menos 25% do que auferia o seu empregador⁵¹⁸. Face ao ganho verificado cerca de um século antes na mesma região, verificou-se uma descida de cerca de 75% no vencimento directo do mestre sapateiro.

⁵¹³ Verificou-se a seguinte evolução do preço mais caro de calçado: 3 libras (31,38 g) por volta de 1380, 100 reais (35 g) em 1401-02 e 1413, 80 reais (9,2 g) em 1480-82, 100 reais (10,1 g) em 1493-94 e 140 reais (14 g) em 1498.

⁵¹⁴ Se, por volta de 1380, uma pele curtida e surrada de cordovão importava 21,68 soldos (11,34 g), já em 1480 uma mesma pele de cordovão curtida e surrada custava 70 reais (8,05 g). Em ambas as ocasiões uma pele permitia o fabrico de cerca de 5 pares de sapatos.

⁵¹⁵ Referimo-nos ao calçado de 8 ou mais pontos. O ganho do mestre sapateiro vai, obviamente, diminuindo na proporção que diminui o tamanho e preço do calçado. Por exemplo, nos sapatos de cordovão de 5 a 8 pontos, perde-se 1/4 da percentagem e daí para baixo um mínimo de 1/3.

⁵¹⁶ *Livro Vermelho...*, p. 512.

⁵¹⁷ Resume-se aqui um dos vários registos em que se definem todas as parcelas de despesa necessárias ao fabrico do calçado, no caso ao calçado de cordovão. Assim, para o fabrico de 9 pares de sapatos era necessário: duas peles (140 reais), nove pares de solas (90 reais a 10 soldos por par), linhol (9 reais a 1 real por par). Em termos de mão-de-obra, pagava-se a costura de um obreiro (27 reais a 3 reais por par), e as mãos, corte e cabedal de um mestre (27 reais a 3 reais por par). Vendia-se, assim, o par de sapatos por 33 reais (mais um real dado por graça do legislador). *Livro Vermelho...*, I, p. 512.

⁵¹⁸ Embora a costura seja indicada como tarefa do obreiro, poderia também ser exercida pelo mestre da oficina, recebendo este os 3 reais respectivos.

Mais caros e alvo de maior lucro por parte dos sapateiros eram os maiores borzeguins fabricados no mesmo couro, permitindo-se um ganho por par de *“dez reis que lhe dam por o officio, ganho, e cabedal”*⁵¹⁹. Não sabemos que parte deste ganho era atribuído aos oficiais costureiros. Em todo o caso, seguindo a proporção praticada no caso dos sapatos de cordovão, pode-se afirmar que receberiam 4 reais. Assim, e ainda que se adopte este preço como elemento de comparação (6 reais ou 0,69 g) face a 1380, apenas se reduz a quebra para cerca de 62%. Os ganhos advindos do trabalho do couro de carneiro eram bastante similares ao do cordovão: 3 reais para o mestre (retira-se o real atribuído por *“graça”*) e 3 reais para o obreiro no caso dos maiores sapatos.

Além dos sapateiros que trabalhavam cordovão e couro de carneiro, apenas duas outras especializações eram passíveis de título próprio, neste caso pelo género de calçado. Referimo-nos aos pantufos e chapins, os quais contribuía, respectivamente, com 16 (1,84 g) e 10 reais (1,15 g). Desconhecemos qual a parte que cabia aos costureiros ou, mesmo, se estes participavam no fabrico destes dois tipos de calçados, já que os ganhos apenas são atribuídos ao mestre. Em todo o caso, ainda que este cenário se confirme, o melhor lucro de 1480 (16 reais ou 1,84 g), referente a um par de pantufos, apenas equivalia ao que era conseguido com uns comuns sapatos por volta de 1380.

Uma das mais-valias deste tabelamento prende-se com o facto de nos informar da capacidade produtiva de um mestre sapateiro: *“E pera concerto, e melhor emformaçam destas cousas, e de tudo ser feito justamente e como devia, se achou per emformaçam dos çapateiros, que huum oficial podia coser em huum dia, seis e sete pares de çapatos e quatro e cinco pares de borzeguins; per que pareceo que era asaz de justo, e rezoado ganho o que se lhe em esta taixa daa, e huum mestre podia cortar quanto quatro e cinco costureiros podessem coser”*⁵²⁰. Ora, partindo deste preciosa informação, pode-se calcular um rendimento máximo mensal entre 480 reais (120 pares de sapatos) e 600 reais (100 pares de borzeguins) para um mestre acompanhado por um oficial. Caso a oficina empregasse os referidos cinco costureiros, o pecúlio do mestre poderia, teoricamente, aumentar para 2400 reais (600 pares de sapatos) a 3000 reais (500 pares de borzeguins), tudo dependendo da procura.

⁵¹⁹ *Livro Vermelho...*, p. 513.

⁵²⁰ *Livro Vermelho...*, p. 519. Colocou-se a dúvida acerca de quantos pares de labor um oficial sapateiro podia, efectivamente, coser num dia, se 6 a 7 pares de sapatos e 4 a 5 pares de borzeguins ou apenas um destes conjuntos. Optamos pela segunda hipótese em função de dois factores. Primeiro, já em 1380 e num registo relativo à mesma cidade, se utilizara a mesma conjugação na produção dos moleiros (*“hum quarteiro de trigo lento e 18 de seco”*. *Documentos Históricos...*, p. 141), vindo um segundo registo a comprovar tratar-se apenas de um conjunto. Em segundo lugar não cremos que, num único dia, um oficial sapateiro conseguisse coser um mínimo de 10 pares de calçado, incluindo 4 pares de borzeguins.

Em termos de comparação profissional, temos que este vencimento parece ser superior ao de 560 a 800 reais de um mestre gibateiro, mas inferior aos 2000 reais passíveis de serem atingidos por um mestre ferreiro ou correeiro.

Finalizamos este ponto com um exemplo da diferença de remuneração existente entre um mestre comum e um mestre ao serviço do rei. Esta, “*a crecença que ElRey noso Senhor ordenou que se dese ao seu proprio çapateiro*”⁵²¹ traduzia-se em 2 reais ou 50% no calçado mais comum, ou seja, um par de sapatos de cordovão pretos.

3.3.12. Telheiro e Oleiro

Datas Extremas: 1380-1443;

Representação Geográfica: Évora e Montemor-o-Novo.

Apenas por uma ocasião foi possível conhecer a remuneração líquida de um telheiro. Com efeito, por volta de 1380 e à imagem do que fizera para muitos outros mesteres, a vereação eborense estipulava o ganho dos telheiros. Realizados os devidos cálculos⁵²², chega-se à conclusão de que essa remuneração mensal não ultrapassava 240 soldos (125,52 g) no que dizia respeito ao telheiro (subida de 71,4% face ao ganho até então verificado de 140 soldos) e 60 soldos (31,38 g) no caso da sua mulher. Desde logo, importa sublinhar a importância deste registo no sentido de constituir um dos raros momentos passíveis de se conhecer a diferença de salário prevista em função do sexo no trabalho mesteiral, a qual se estimava em cerca de 133% num primeiro momento e em 300% num segundo momento. Vislumbra-se, igualmente, a justificação dada pelos legisladores para essa maior remuneração dos homens: “*porque som meesteyraaes*”⁵²³. Como temos vindo a afirmar, estas quantias projectam o rendimento máximo passível de ser atingido e pressupõem um determinado número de vendas, no caso, esse montante tinha de rondar os 16 milheiros de telhas. Comparativamente com os

⁵²¹ *Livro Vermelho...*, p. 520.

⁵²² Por produção de cada fornada de 10 milheiros de telha eram necessários 10 dias para o fabrico e 2,5 dias “*pera enforar e coser e desenforar*”; despendiam-se 67,5 soldos em 15 cargas de lenha, 14 soldos de ferramenta, 10 soldos de estada e um milheiro de telhas de “*poia*”; e era necessária a mão-de-obra diária de “*tres homens com suas mulheres delles pera os ajudarem (...) mays oyto mulheres de jornall pera a dicta fornada*”, atribuindo-se 12 soldos (sendo 7 soldos o pagamento praticado anteriormente) a cada homem e 3 soldos a cada mulher. Para se cobrirem essas e outras despesas não especificadas (sisa, etc.) era estipulada a venda do milheiro de telha por 4,5 libras (sendo 3 libras e 6 soldos o preço praticado anteriormente). *Documentos Históricos...*, I, p. 142.

⁵²³ *Documentos Históricos...*, I, p. 142.

rendimentos de outros mesterais eborenses, percebe-se um ganho muito semelhante ao mestre alfaiate (200 soldos em 1379), carpinteiro e pedreiro (200 a 250 soldos por volta de 1379-80), mas bem abaixo dos vencimentos do moleiro (355 a 360 soldos em 1380) e, sobretudo, do mestre ferreiro (400 soldos em 1380).

Por estes anos, na cidade de Évora, o telheiro constituía um mester independente ao de oleiro, para o qual, infelizmente, só se conhecem as taxas de venda dos seus produtos, não sendo possível qualquer indicação do seu ganho líquido. Em todo o caso, pode-se afirmar que para um oleiro atingir uma quantia de 240 soldos, teria de vender entre 120 a 144 cântaros (20 dinheiros a 2 soldos), 16 a 34 talhas (7 a 15 soldos), 360 enfusas (8 dinheiros), 120 panelas meãs (20 dinheiros), 480 púcaras (6 dinheiros), 30 a 120 alguidares (2 a 8 soldos) e 240 a 480 tigelas (6 dinheiros a 1 soldo). Finaliza-se este breve apontamento com a indicação de que na vila de Montemor-o-Novo, em 1443, os oleiros, então encarregados da produção de telhas, vendiam-nas a um preço 25% mais elevado do que o permitido pelas posturas locais.

3.3.13. Outros mesterais da construção

Datas Extremas: 1449-1499;

Representação Geográfica: Ceuta, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

Em sessão camarária de 1 de Fevereiro de 1449, a vereação portuense acordava o pagamento de 2000 reais a Diogo de Ferreira “*de mantimento e trabalho que tomou bj menses na ponte de matosynhos*”⁵²⁴, ou seja, 333,33 reais (76,66 g) mensais. Não sabemos qual o mester ou função desempenhada por Diogo de Ferreira, mas o seu salário era bem superior ao do escrivão (250 reais), porteiro (125 reais) e encarregado do relógio (45,83 reais) da mesma cidade; e bastante inferior ao salário mensal de um lente universitário, o qual recebia 0,833 marcos de prata (192 g) ou do mestre de carpintaria e artilharia real, este com 766,25 reais (176,24 g). É bem possível que Diogo de Ferreira tivesse sido um mesterial, talvez um carpinteiro ou pedreiro. Caso se confirme essa suposição e, sabendo que o jornal de um mestre carpinteiro ou pedreiro rondava, na mesma cidade, os 20 reais (4,6 g), Diogo de Ferreira fora pago na proporção de cerca de 17 dias de trabalho mensais.

Em 1452-53, pagavam-se jornais de 15 reais (3,14 g) e de 8 a 10 reais (1,67 a 2,09 g) a serradores e servidores em obra a realizar na praça de Ceuta. Um jornal de 15 reais era exactamente o que recebiam os serventes de pedraria na cidade do Porto um ano antes.

⁵²⁴ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 396.

Em 1485, o procurador da vila do Funchal “*deu a Lujs Pires de hu dia que trabalhou na ponte trinta rrs*”⁵²⁵ (3,03 g). Luís Pires teria de trabalhar apenas cinco dias para superar o vencimento mensal do tesoureiro da câmara portuense (125 reais), 12 dias para superar o do varejador da imposição do vinho funchalense (333,33 reais) e 20 dias para atingir o ordenado de um jurado na mesma vila (600 reais). É de ressaltar ainda que, em 1482-83, um mestre carpinteiro portuense recebeu jornal idêntico de 30 reais (3,45 g), embora, em prata, fosse uma quantia ligeiramente superior.

Em 1499, a vereação lisboeta estabelecia os seguintes preços a pagar aos cabouqueiros: 60 reais (6 g) por barcada de pedra (de alvenaria ou para cal), 5 reais (0,5 g) por embarcar a dita pedra, 14 reais (1,4 g) por cada canto de cantaria lioz “*e nas lageas e pedras pera couceiras e boulhoos e caaes como se convijerem por serem de muytas sortes*”⁵²⁶. Acresciam a estes valores entre 60 a 150 reais (6 a 15 g) pelo transporte da barcada e entre 20 a 25 reais (2 a 2,5 g) pelo carro de canto, mediante a distância. Para um cabouqueiro atingir o jornal de um mestre carpinteiro ou pedreiro, estabelecido, na mesma ocasião, em 50 a 60 reais, teria, por exemplo, de extrair uma barcada da primeira matéria-prima ou cerca de 3,5 a 4 cantos de pedra lioz.

Pela mesma postura fica ainda a saber-se que “*todo meestre de cozer forno de cal avera seu jornall dobrado porque trabalha de noite e de dia. E alem dello de comer e beber e asi os braçeiros que com elle seruirem e cozerem de noite e de dia*”⁵²⁷. Uma quantia de 150 reais (15 g) era quanto se pagava por um moio de cal de 64 alqueires, acrescida de 20 a 25 reais (2 a 2,5 g) pelo seu carro. Mais de um século antes, na cidade de Évora, o ganho dos caieiros era estipulado com base numa relação directa de preços: “*a quantos soldos for dada a carga de lenha a tantas libras devem os caeiros de dar o moyo da cal*”⁵²⁸.

Finalmente, refira-se a execução de um trabalho de caiaria, no mesmo ano, mas na vila de Montemor-o-Novo. Assim, a cobertura de um forno com cal levou ao desembolso de 50 reais (5 g), exactamente o mesmo valor estabelecido pela vereação lisboeta para o jornal de um mestre carpinteiro ou pedreiro.

3.3.14. Outros mesterais ligados ao trabalho de têxteis e couros

Datas Extremas: 1379-1497;

⁵²⁵ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 172.

⁵²⁶ Livro das Posturas Antigas, p. 231-232.

⁵²⁷ Livro das Posturas Antigas, p. 232.

⁵²⁸ Documentos Históricos..., I, p. 142.

Representação Geográfica: Entre Tejo e Guadiana, Évora, Funchal, Loulé, Montemor-o-Novo, Porto e Santarém.

As posturas eborenses de finais do século XIV fornecem a maior parte da informação disponível sobre salários dos diversos mestres ligados ao trabalho têxtil e do couro. Aos tosadores, em 1379, era imposto um ganho idêntico ao que havia sido atribuído, no mesmo ano, aos alfaiates de pano de cor, ou seja, 10 soldos diários ou cerca de 200 soldos mensais (104,6 g). Sabemo-lo em virtude daqueles afirmarem poder tosar diariamente dez alas de pano de Bruges e a vereação atribuir 1 soldo (0,52 g) por ala desse mesmo pano. Outros pagamentos, que iam de 5 dinheiros a 1 grave (mediante o tamanho e, sobretudo, a qualidade do têxtil), não deviam por em causa este valor.

A mesma profundidade informativa não se descobre para o caso dos tecelões e tecedeiras, tabelando-se apenas os diversos pagamentos, os quais, mediante os mesmos critérios, iam de 4 dinheiros (0,17 g) por vara de burel a 3 soldos (1,57 g) por vara de mantéis delgados e largos, numa média de 1,68 soldos (0,88 g). Se esta postura não datada for, em termos cronológicos, comparável com as anteriores, é importante sublinhar que para este mesteiral atingir o mesmo rendimento dos tosadores e alfaiates, tinha de tecer cerca de seis varas de médio preço por dia. Saliente-se ainda o facto de estarmos perante uma das raras ocasiões em que não se diferenciam as remunerações masculina e feminina.

Também não datados, mas no seguimento da postura anterior, surgem os ganhos dos colchoeiros, dos “feltreiros”, das “penteadeiras e tasquinhadeiras” e dos surradores. Os primeiros auferiam por costura de cócedra (colchão) entre 20 a 40 soldos (10,46 a 20,92 g), o que é por dizer que lhes “bastaria” vender, por dia, uma das peças mais baratas para atingir o dobro do que ganhavam os tosadores e alfaiates em 1379 e o mesmo que ganhavam os mestres ferreiros em 1380. Aos “feltreiros”, por sua vez, era tabelado um ganho de 4 soldos (2,09 g) por pedra de lã, mais o sustento atribuído pela dona da matéria-prima. A pior remuneração era, de longe, a atribuída às “penteadeiras e tasquinhadeiras”, as quais venciam apenas 2 soldos e 4 dinheiros por dia ou 53,2 soldos mensais (27,82 g), ou seja, menos de 73% do que aquilo que ganhavam os tosadores e alfaiates. Finalizamos com os surradores. A estes era imposto um ganho de 20 dinheiros (0,87 g) por pele de carneiro ou cabra e de 2 soldos (1,05 g) por pele de cordovão. Para atingirem o rendimento dos tosadores ou alfaiates era-lhes necessário surrar, diariamente, seis peles de carneiro ou cinco peles de cordovão.

Em 1403, a vereação de Loulé “oolhando como Catalina Farelllo fazia baraços e morava na villa e os achavam em sua casa cada que lhes compra e porque era pobre mandaram que sem embargo da cooima vendese o par dos baraços em sua casa a V libras e que o baraço

seja de quatro braças”⁵²⁹. Para que esta mulher pudesse, teoricamente, atingir o jornal seco de um mestre carpinteiro ou pedreiro, no mesmo ano e vila, teria de vender 14 pares de barãos. Ainda em termos de cordoaria é de sublinhar o seguinte aspecto de teor evolutivo: se, em 1418, foi necessária uma quantia de 3540 libras (31,35 g) para se lavar um quintal de fio em Santarém, já em 1496-97, nessa cidade, a mesma medida de fio custava 900 reais (90 g), ou seja, registara-se uma subida a rondar os 200%.

Um tabelamento portuense de 1413 permite comparar o ganho das tecedeiras (note-se como, nesta cidade, apenas se refere o elemento feminino) com os valores praticados em Évora. Estas recebiam 1,5 reais (0,52 g) por vara de linho delgado e estreito e por vara de pano de robeixa estreito ou largo e 2 reais (0,7 g) por vara de linho delgado, numa média de 1,63 reais (0,57 g). Através destes números vislumbra-se uma quebra no salário das tecedeiras ou este era consideravelmente mais baixo na cidade nortenha. Por outro lado, sabemos que uma tecedeira teria de trabalhar cerca de seis varas de médio custo para atingir o pecúlio diário de um mestre carpinteiro ou pedreiro de médio estatuto.

O tabelamento de 1480, para a comarca de Entre Tejo e Guadiana, permite apontar uma subida no ganho dos surradores (frequentemente carniceiros), o que constitui caso pouco comum: se, em 1380, auferiam 20 dinheiros (0,87 g) por pele de carneiro e 2 soldos (1,05 g) por pele de cordovão, passados cem anos recebiam 12 reais por pele de carneiro ou cordovão (1,38 g), ou seja, mais 31,4 a 58,7%. Permite, igualmente, assinalar o facto de a tarefa de curtir ser bastante mais dispendiosa do que a de surrar: 25% no caso das peles utilizados pelos sapateiros (12 para cerca de 15 reais) e 60% no caso dos couros utilizados pelos correeiros (50 para 80 reais) e de esta importar o mesmo que a de tintura (12 reais no caso das peles). Refira-se, por fim, que um valor de 12 reais (1,21 g) era também o ganho por tingir uma vara de pano, na vila do Funchal, em 1491.

3.3.15. Outros mesteirais

Datas Extremas: 1303-1499;

Representação Geográfica: Évora, Funchal, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo e Porto.

Segue-se uma breve súmula de elementos salariais relativos a diversos mesteres. Começamos por um albardeiro eborense, o qual recebia, pelos seus serviços, entre 3 a 7 soldos (1,57 a 3,66 g) por volta de 1380 e entre 4 a 50 reais (1,84 a 23 g) em 1392, anotando-se, desde logo uma acentuada subida no salário deste mester no espaço de uma década.

⁵²⁹ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*, p. 134.

Registe-se ainda, para a primeira data, a quantia de 5 soldos (2,62 g) como o ganho líquido máximo por serviço que um albardeiro podia obter (trabalho de fazer albarda cavalar) e, para um melhor enquadramento destas quantias, os jornais de cerca de 12 soldos de um telheiro, de 7 soldos de um valador e de 2,33 soldos de uma penteadeira.

Um alfageme, da mesma cidade e pelo dito ano de 1380, não tratava apenas das armas e das armaduras (espadas, punhais, pontas de lança, etc.), mas de todo um vasto leque de ferramentas e alfaias de lâmina, gume ou bico (enxós, machados, foices, canivetes, podãos, etc.). Recebia, mediante o serviço prestado, entre 4 dinheiros a 16 soldos (0,17 a 8,37 g), numa média de cerca de 4 soldos (2,06 g), sendo que a obra mais barata consistia em amolar um simples canivete⁵³⁰ e a mais cara em fabricar uma bainha de boa pele de carneiro para espada, com as suas tábuas e com cruzeiros por fora, e limpar a dita arma. Como elemento de comparação, refira-se que para um alfageme atingir o jornal de um mestre ferreiro em 1380 (20 soldos ou 10,46 g), teria de prestar cinco serviços de médio custo (por exemplo, limpar espada muito ferrugenta).

Passado cerca de um século, em 1485, D. Afonso V impunha aos concelhos que tivessem um armeiro de fazer gibanetes e outro de armas brancas, bem como um guarnecedor ou limpador, e lhes pagassem tenças anuais de 4000 reais (404 g) e 2000 reais (202 g). Quantia inferior era atribuída, em 1492-93, ao armeiro da vila do Funchal, o qual recebia apenas 3000 reais (303 g) anuais.

Em 1473, a vereação louletana acordava com Fernão Gomes, almargeiro, um ganho mensal de 10 reais (1,21 g) por cada besta que tomasse conta, condição que se encontrava ainda em vigor passados 15 anos, embora com uma quebra real superior a 15% (1,01 g).

O mester de calafate era já, em inícios do século XV, um dos mais valorizados na cidade do Porto. De facto, um regimento de 1413 estabelecia jornais, com governo, de 20 reais (7 g) para o melhor mestre, 15 reais (5,25 g) “*ao nom tam boom*”⁵³¹ e 8 reais (2,8 g) aos moços, quando o melhor carpinteiro de naus não recebia mais de 14 reais e o melhor carpinteiro de casas ou pedreiro apenas 10 reais, todos com seu mantimento.

No que diz respeito a cerieiros, conhecem-se os seguintes pagamentos pelo fabrico de tochas: 21,66 reais (6,71 g) em 1422-23, na vila de Montemor-o-Novo; 13 reais (1,98 g) em 1461-62, 12 reais (1,45 g) em 1474-75 e 10 reais (1,15 g) em 1482-83, na cidade do Porto. Caso o tipo e qualidade destes círios tenham sido idênticos, é possível que a evolução do ganho de um cerieiro seja outro exemplo de quebra salarial ao longo do século XV.

⁵³⁰ Trata-se do preço mais barato dos cerca de 25 tabelados na almotaçaria. O pagamento de alguns serviços menores de limpeza ou “*das tisoiras e outras cousas meudas*” devia ser estipulado pelos vedores. *Documentos Históricos...*, I, p. 143.

⁵³¹ CRUZ, “Os Mesteres...”, p. 20.

Em 1303, D. Dinis estipulava os seguintes pagamentos aos artífices da sua moeda: 1 soldo (0,82 g) aos obreiros das fornaças por fundição de cada marco de prata e onze marcos de cobre e 3 dinheiros (0,21 g) por hora de trabalho dos moedeiros, tempo durante o qual fabricariam 240 dinheiros. Se calcularmos em 10 horas o tempo diário de trabalho dos moedeiros, chegaríamos a um jornal de 2,5 soldos (2,05 g). Ora, se recordarmos que o jornal de um moedeiro, pelos anos de 1432-38, era de 30 reais (8,25 a 9,87 g), temos uma rara prova de subida salarial entre o início do século XIV e a primeira metade do século XV.

Em 7 de Julho de 1466, Vasco Gonçalves, ourives, abridor dos cunhos da moeda da cidade de Lisboa, era nomeado ourives da Casa Real, recebendo o mesmo salário anual do seu antecessor, ou seja, doze côvados de pano de Bristol⁵³². Já em 1489, a vereação funchalense pagava a avultada quantia de 2000 reais apenas pelo feitio de dois cálices de prata, sendo fornecida a matéria-prima (3,5 marcos e 4 reais de prata, cerca de 800 g). Note-se como, apenas com esse trabalho, João de Évora, artífice encarregado da obra, recebia o equivalente a seis salários mensais do varejador da imposição do vinho na mesma vila e o equivalente ao salário anual do guarda-mor das portas da cidade do Porto, encarregado da coordenação da vigilância acerca da peste.

Regressando a Évora de finais do século XIV, sabemos que os seireiros e cesteiros podiam vender o seirão por 7 soldos (3,66 g) no mato e por 8 soldos (4,18 g) na vila, os cestos de colo a 3 soldos (1,57 g) e os cestos de mão e cabanejos a 18 dinheiros (0,79 g).

Em 1384, a vereação de Loulé atribuía 5 libras (31,9 g) anuais a um seleiro e ordenava que cada contioso lhe pagasse 5 soldos (1,6 g). Na mesma linha, mas passado mais de um século e na vila do Funchal, “*sse acordou que por Diogo Aluarez sseleiro por sser mujto neçessario e provejtooso pera a terra por hy nom auer outro de sseu hofficjo acordamos que pera ajuda de aluguer da casa lhe ssejam dados mjl e dozentos rrs pera este anno*”⁵³³ (120 g).

Duas cartas de quitação régias a Gonçalo Pacheco, tesoureiro da Casa de Ceuta em Lisboa, permitem vislumbrar alguns elementos salariais relativos a tanoeiros e tornadores de pipas e a salgadores e cortadores de carne, servidores na dita casa, para meados do século XV. Recorde-se que os salários (incluindo vestuário) dos oficiais públicos da mesma entidade administrativa oscilavam entre cerca de 180,5 reais para um simples “homem” e cerca de 1770 reais para o contador.

⁵³² BARROS, *História da Administração Pública...*, IX, p. 301.

⁵³³ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 417.

Dito isto, sabe-se que, em 1451-54, o jornal do vedor dos tanoeiros ao serviço da dita casa encontrava-se estabelecido em 20 reais (4,18 g) mais uma tença anual para vestuário (350 reais para 10 côvados de pano de Castela em 1451-52 e 20 côvados do dito pano em 1454). Um braceiro reparador de pipas e tonéis auferia apenas o referido jornal de 20 reais (4,18 g), o mesmo, registe-se, que era recebido por um carpinteiro ou pedreiro portuense. Conhecem-se, igualmente, os ganhos por fabrico de tonel (28 reais ou 5,85 g), pipa (23 reais ou 4,81 g), por arrumação de tonel de vinho (12 reais ou 2,51 g) e por tornar feixe de arcos para tonéis e pipas (5 reais ou 1,05 g).

Eram bastante menores os mantimentos dos salgadores e cortadores de carne ao serviço da mesma casa. Em 1451-53, o mestre da salga auferia apenas um mantimento mensal de 200 reais (41,8 g) e um vulgar salgador somente 16 reais (3,34 g) de jornal. Note-se, mais uma vez, como o regime de trabalho influenciava a dimensão do pagamento, ou seja, um mantimento mensal era quase sempre inferior, em proporção, a um jornal. Por sua vez, pagavam-se 0,4 reais (0,08 g) pelo corte de arroba de carne em postas e 0,67 reais (0,14 g) pela sua salga.

3.3.16. Serviços não qualificados

Datas Extremas: 1365-1499;

Representação Geográfica: Funchal, Grijó, Lisboa, Montemor-o-Novo e Porto.

Começamos com o pagamento de alguns serviços de limpeza. Em 1365, o mosteiro de Grijó despendia, anualmente, 3 libras (36,3 g) e alimentação com *“hua lavandeira que ha de lavar os mantees e roupa e panos de todo o moesteiro”*⁵³⁴. Tratava-se do mais baixo vencimento previsto no rol de pagamentos do mosteiro, bem abaixo, por exemplo, das 8 libras auferidas pela moleira ou das 13 libras recebidas pelo carpinteiro.

Em 1474-75, na cidade do Porto, sabemos que varrer e limpar uma casa importou, respectivamente, 40 (4,84 g) e 12 reais (1,45 g), sendo que um alqueire de trigo andava pelos 33 reais e um par de botinas de mulher pelos 30 reais. Em 1482-83, na mesma cidade, a lavagem de um chafariz na Rua Nova custou 16 reais (1,84 g), preço de duas canadas de vinho branco e superior em cinco reais ao de uma galinha.

Em 1485-86, a vereação funchalense pagava 400 reais (40,4 g) *“a dous esprauros com duas bestas que andarom tres dias a linpar o chao onde se a de fazer o alpendre e a dois omes qua andaram hu dia”*⁵³⁵. Tratava-se de uma quantia significativa, superior ao

⁵³⁴ Livro das Campainhas..., p. 71.

⁵³⁵ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 168.

vencimento mensal de 333,33 reais do escrivão ou recebedor da imposição do vinho da mesma vila e passível de adquirir 13,33 alqueires de cevada ou 25 arráteis de carne de vaca. No mesmo ano económico, mas na cidade do Porto, a limpeza de um chafariz na Rua dos Banhos importou 30 reais (3,03 g), valor de três galinhas ou de quatro canadas de vinho branco. Em 1488, D. João II calculava em 174.245 reais (175.98,75 g) a despesa anual relativa ao uso de sete bestas para a limpeza da cidade de Lisboa, avultado orçamento que equivalia a cerca de 4356 alqueires de trigo (cerca de 60113 kg⁵³⁶).

Em 1491, regista-se nova despesa da administração funchalense, mais precisamente 20 reais (2,02 g) “*a hu negro de varer a ejgreja*”⁵³⁷, cifra passível de pagar um arrátel de carne de porco, género à venda no açougue por 18 reais. Finalmente, anotem-se dois pagamentos de 10 reais (1 g) realizados, em 1499, pela vereação de Montemor-o-Novo “*pera allynpar as casas em que este a cadea da coreyçam*”⁵³⁸ e “*a hua negra por varer a praça quando veo a osada d’Ell Rey Dom Joham que a santa grorya aja*”⁵³⁹, sendo que por 10 reais se adquiriam 3,76 arráteis de carne de vaca.

A maior exactidão de alguns assentamentos permite apreender quantitativos diários, os quais passamos agora em revista. Assim, em 1422-23, o trabalho de revolver a casa do concelho de Montemor-o-Novo foi avaliado pela vereação local em 20 reais secos (6,2 g). Tratava-se, *grosso modo*, da mesma quantia paga por deslocação de enviado.

Em 1485-86, o pagamento de serviços não qualificados com vista à construção de alpendre na vila do Funchal permite apreender um valor entre 30 a 42 reais (3,03 a 4,24 g), a saber: “*a dous homens que fezerom as couas pera os esteos sasenta rrs. secos*”⁵⁴⁰, “*a huu homem por abrir mais as couas dos esteos corenta rrs. secos*”⁵⁴¹ e “*a quem achou (sic) ho alpendre e tirou a terra forora (sic) corenta e dous rrs.*”⁵⁴². No mesmo ano económico, mas na cidade do Porto, verificou-se um pagamento de 12 reais (1,21 g), o que poderá constituir prova de menores remunerações num espaço claramente caracterizado por um igualmente menor custo de vida. Regressando à vila do Funchal, mas no ano de 1489, regista-se o seguinte pagamento: “*ha Diogo Gonçallvez trabalhador mjl rrs. por corenta djas que esteue em degredo nas Barrocas de Santa Catarina por soterrar Pero Fernandez de Setuvall que Deus aja que morreo nas barrocas*”⁵⁴³. Trata-se de uma quantia diária de 25 reais, menor do

⁵³⁶ Segundo a equivalência de 13,800 litros por alqueire. MORAES, *Taboadas dos novos pesos...*, p. 10.

⁵³⁷ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 332.

⁵³⁸ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 172.

⁵³⁹ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 173.

⁵⁴⁰ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 169.

⁵⁴¹ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 170.

⁵⁴² Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 171.

⁵⁴³ Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV, p. 239.

que as anteriores, mas reflectindo um período de trabalho mais extenso. Em 1499, a vereação montemorense pagava 50 reais (5 g) a um homem “*revollver a crasta do concelho*”⁵⁴⁴, quantia inferior à despendida pelo mesmo trabalho em 1422-23 e que, por sua vez, pode constituir exemplo de uma diminuição no custo de vida.

Finalizamos este ponto com um registo da maior raridade. Trata-se do cálculo, em 1497 e por parte da vereação funchalense, do salário anual de um desses escravos encarregados de trabalhos não qualificados como limpezas e transportes. Assim, avaliava-se a soldada de Miguel em 2500 reais (250 g), menos 500 reais do que o vencimento atribuído ao escrivão da edilidade local. Se perspectivarmos um preço a rondar os 4000 reais por um bom escravo nestes finais do século XV⁵⁴⁵, seria necessário cerca de ano e meio para que esse investimento comesse a dar lucro.

3.4. Trabalhadores Agrícolas

Datas Extremas: 1333-1493;

Representação Geográfica: Alcobaça, Braga, Coimbra, Évora, Grijó, Guimarães e Pendorada.

Uma nota avulsa no livro dos herdamentos do cabido eborense dá a conhecer um dos primeiros registos de salários agrícolas do século XIV, mais precisamente 100 soldos (61,5 g)⁵⁴⁶, incluindo “*governo*”, para um cavador de vinha em 1333 ou 1334. Trata-se de uma das quantias mais elevadas a que tivemos acesso que se explica, *grosso modo*, pela carestia que caracterizou esses anos, onde a inflação dos bens alimentares obrigava, certamente, ao aumento deste género de mantimentos. Assim, é com naturalidade que se inferem salários mais baixos, na mesma cidade, para o ano de 1340-41, altura em que um comum trabalhador agrícola ao serviço do cabido eborense não terá vencido muito mais do que 60 soldos (36,9 g). Por esta altura, um mestre carpinteiro ou pedreiro, ao serviço da mesma instituição, recebia entre 140 a 150 soldos e um servente dos mesmos mesteres entre 40 a 80 soldos, o que espelha bem a escassez do salário agrícola.

Salário muito semelhante deve ter ocorrido, na região de Coimbra, em data anterior à Peste Negra, altura em que os monges de Santa Cruz pagavam a cavadores de vinha entre

⁵⁴⁴ FONSECA, *Montemor-o-Novo no Século XV*, p. 173.

⁵⁴⁵ Preço registado em 1493. Consulte-se o ponto 2.11. deste trabalho.

⁵⁴⁶ Os ganhos mensais apontados baseiam-se, novamente, em valores de jornais, multiplicados por 20. Apenas os mantimentos mensais dos servidores fixos do mosteiro de Grijó foram calculados em função de salários anuais.

33,33 a 40 soldos (20,5 a 24,6 g), dependendo do período do ano (de S. Miguel a 1 de Janeiro e daí em diante), mais alimentação. A Peste Negra conduziu, como se sabe, à escassez de mão-de-obra e à especulação da força de trabalho, ou seja, à subida dos salários agrícolas. Exemplo disso foi o aumento concedido pelo prior de Santa Cruz a estes últimos trabalhadores, os quais passavam a ganhar 50 soldos (30,75 g) por todo o ano (incluindo-se nessa quantia o vinho e sardinhas)⁵⁴⁷. Assumindo que os dois registos datam do mesmo período monetário, ocorrerá uma valorização real no salário do trabalhador agrícola, a cuja percentagem de 25 a 50% deve ser descontado o valor do vinho e das sardinhas.

Data de 1365 nova prova da subida dos salários agrícolas. Por esse ano, o mosteiro de Grijó pagava quantia semelhante de 50 soldos (30,25 g) a trabalhadores de vinha, mas acompanhada de complemento alimentar. Ao serviço permanente do mosteiro encontravam-se ainda um mancebo de lavoura e um boieiro, os quais auferiam 16,25 soldos (9,83 g) e um almuinheiro, com 13,33 soldos (8,06 g), mantimentos igualmente acompanhados de alimentação. De referir que a grande distância salarial existente entre o cálculo do vencimento do trabalhador de vinha e dos restantes servidores se deve ao facto de aquele ser contratado em termos diários e estes se encontrarem ligados à instituição monástica por um vínculo anual, o que obviamente reduz o salário em benefício de uma menor precariedade, bem como ao facto de, muito provavelmente, os trabalhadores “fixos” poderem acumular o serviço prestado aos crúzios com outros trabalhos.

Em 1380-82, a vereação eborense talhava um ganho de 80 a 100 soldos (41,84 a 52,3 g) para o obreiro de vinha, com a mesma distinção temporal: “*dês que começarem adubar as vinhas ataa primeiro dia de janeyro (...) dahi em diante ataa cima da coresma*”⁵⁴⁸. É muito possível que estes números indiquem nova subida, a qual, todavia, deve ser reduzida em virtude da inexistência do complemento alimentar.

As posturas eborenses de finais do século XIV não servem apenas para comparar o rendimento dos obreiros de vinha, antes, elas permitem uma percepção de diversas remunerações ligadas ao trabalho da terra. Assim, distinguem-se os servidores de sementeira, sendo que o abegão recebia 80 soldos (41,84 g), o que lavrava com arado 60 soldos (31,38 g) e o que tangia os bois 40 soldos (20,92 g); os podadores e empadores, com o mesmo vencimento dos servidores nas vinhas, e os esvidadores que recebiam 40 soldos (20,92 g) no caso da mulher e 60 soldos (31,38 g) no caso do homem; e, finalmente, o grupo dos segadores, apanhadores de trigo e cevada e mondadeiros, sendo que o segador de trigo auferia

⁵⁴⁷ COELHO, *O Baixo Mondego...*, I, p. 640.

⁵⁴⁸ *Documentos Históricos...*, I, p. 149.

160 soldos (83,68 g), o segador de cevadas 100 soldos (52,3 g), o apanhador deste cereal 80 soldos (41,84 g) no caso do homem e 60 soldos (31,38 g) no caso da mulher e o mondador recebia 50 soldos (26,15 g) no caso do homem e 40 soldos (20,92 g) no caso da mulher. Em suma, percebem-se salários que oscilam entre um mínimo de 40 soldos (o que tangia os bois) e um máximo de 160 soldos (segador de trigo), numa média de 74 soldos (38,85 g) e oscilação máxima de 300%. Caso outras duas posturas eborenses sejam do mesmo período, devem acrescentar-se a estas remunerações a de 240 soldos do singel, a de 140 soldos dos valadores com pá e a de 80 soldos dos sargentos que os auxiliavam, o que colocava o singel à cabeça dos assoldados rurais e ampliava a oscilação para 500% ou de 1 para seis entre 40 e 240 soldos.

Prevê-se a participação da mulher em apenas três trabalhos e com as seguintes perdas face ao homem: 33,33% em esvidar, 25% na colheita e 20% em mondar. Como se pode constatar, a separação salarial existente entre o homem e a mulher nos trabalhos agrícolas era, naturalmente, bastante menor do que a verificada no mundo dos mestres (133 e 300% no caso das “telheiras”). Comparativamente com outros rendimentos profissionais é sem surpresa que se apreende, de novo, a escassez do ganho agrícola. O melhor vencimento rural, de 160 soldos, equivalia ao que auferia um malhador ou foleiro de ferraria. De resto, à época, um mestre alfaiate podia vencer 200 soldos, um carpinteiro e pedreiro entre 200 a 250 soldos, um moleiro entre 355 e 360 soldos e um mestre ferreiro 400 soldos.

Em 1392, descobrem-se novos dados para a cidade de Évora, mais precisamente que um segador de trigo vencia 20 alqueires do dito cereal ou o seu valor; um segador de cevada, milho ou centeio recebia 30 alqueires do cereal respectivo ou o seu valor e um sachador de milho arrecadava 30 alqueires de milho ou o seu valor. Infelizmente, o desconhecimento do preço dos cereais à data não permite, em bom rigor, traçar a diferença com o panorama salarial ocorrido cerca de uma década antes⁵⁴⁹. Sabe-se, sim, que, em 1393, um jeirão ao serviço do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra receberia uma quantia a rondar as 40 libras (36,8 g), o que parece indiciar, no mínimo, a interrupção do movimento de aumento dos salários, senão mesmo o início do processo inverso. Na perspectiva de comparação profissional, e alargando o espectro de análise aos oficiais públicos, podemos apontar os mantimentos atribuídos, por estes anos de 1392-93, aos oficiais da casa dos contos lisboeta. Assim, o contador recebia 200 libras (184 g), o escrivão 100 libras (92 g), o porteiro 75 libras (69 g) e o moço 25 libras (23 g). Apenas este auferia menos do que o jeirão conimbricense.

⁵⁴⁹ Refira-se apenas que 90 reais por alqueire de trigo constituem a barreira a partir da qual se poderá afirmar que os ditos salários subiram ou desceram. Sabe-se que, em 1394 e no Alentejo, o alqueire de trigo subiu de 110 para 150 a 160 soldos, mas tratava-se de um ano de crise por excelência.

A quebra do salário agrícola parece ser indesmentível no ano de 1402, altura que o cabido bracarense não pagava mais de 210 libras (21 g) aos seus jeirões. Comparativamente com outros rendimentos apontem-se, para este mesmo ano, os vencimentos de 1400 libras (140 g) de um mesteiral louletano e de 500 libras (50 g) do encarregado do relógio da cidade do Porto.

Em 1433, D. Duarte computava em 240 a 300 reais (72,72 a 90,9 g) o vencimento de um cavador de enxada. Trata-se, no entanto, de uma quantia bastante elevada e que nos leva a concordar com Costa Lobo quando afirma: “Mas o computo do jornal a secco de um cavador é tão levantado, que duvidamos houvesse no paiz alguém mais, que o rei nas suas propriedades, que assim lhe pagasse”⁵⁵⁰. De facto, nos anos de 1437-38 e 1439-40, o mosteiro de Alcobaça pagava, respectivamente, cerca de 100 (30,7 g) e 120 reais (36,84 a 39,48 g) aos seus trabalhadores de vinha⁵⁵¹, valores sim mais condizente com a realidade quotidiana e que demonstram estabilidade. Em 1437-38, temos que um mestre pedreiro, ao serviço da mesma instituição, auferia 500 reais (153,5 g), ou seja, mais 400% do que os trabalhadores agrícolas.

Em 1442, na vila de Guimarães, pagavam-se os mesmos 120 reais (39,48 g) por idêntico trabalho de cava, valor bastante inferior aos 400 reais (131,6 g) passíveis de serem reunidos por um bom mestre pedreiro portuense em 1443.

Em 1477, um jeirão ao serviço do convento de Pendorada arrecadaria a mesma quantia facial de 120 reais (16,2 g), mais alimentação, o que confirma a ideia de quebra real nos salários agrícolas, mas também de estabilidade na sua componente facial. Por sua vez, sabemos que este mantimento encontrava-se acima do registado para o porteiro da câmara portuense (125 reais ou 16,88), mas bem abaixo do vencimento de 250 reais (33,75 g) atribuído ao escrivão da mesma edilidade e dos 700 reais passíveis de serem alcançados por um carpinteiro da mesma cidade em 1474-75. A um nível de remuneração superior, mas também espelhando a referida quebra, encontra-se, em 1493, um pagamento de cerca de 250 reais (25,25 g) realizado por D. João II ao seu hortelão de Almeirim.

Conclui-se, assim, por uma subida estrutural dos salários agrícolas ao longo do século XIV, nomeadamente após a Peste Negra, e por estabilidade e recuo ao longo da centúria seguinte. Este movimento coincide, perfeitamente, com o que se passava além-fronteiras, como se pode constatar na seguinte tabela referente ao salário dos debulhadores nos domínios do bispo de Winchester, entre 1300 e 1479.

⁵⁵⁰ LOBO, *História da Sociedade...*, p. 530.

⁵⁵¹ Segundo Iria Gonçalves, “as mulheres, frequentemente empregadas nos trabalhos das vinhas, receberiam, possivelmente, metade daquela quantia, ou ainda menos” GONÇALVES, *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 152 (nota 114).

Quadro XX: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO DE DEBULHADORES EM WINCHESTER (1300-1479)⁵⁵²

INGLATERRA	
Anos	Índice
1300-19	100
1320-39	124
1340-59	117
1360-79	137
1380-99	151
1400-19	144
1420-39	130
1440-59	125
1460-79	102

Percebe-se, também, que esta quebra tendia a ser disfarçada por uma clara estabilidade facial dos jornais agrícolas. Assim, e a título de exemplo, basta referir a ocorrência de um valor de 6 reais em três ocasiões distintas, tanto cronológica como espacialmente: 1439-40 em Alcobaça, 1442 em Guimarães e 1477 em Pendorada.

⁵⁵² Extraído a partir de FOURQUIN, *História Económica...*, p. 329.

IV – PERSPECTIVAS EM ABERTO

Chegados ao fim desta etapa, cabe-nos sintetizar o que de mais importante foi dito mas, sobretudo, projectar o futuro, reiterando a necessidade de se multiplicarem os estudos sobre o quotidiano económico do homem medieval.

Pode-se mesmo afirmar que um dos principais objectivos que norteou o presente trabalho foi, exactamente, o de chamar a atenção para essa lacuna da historiografia portuguesa e, ao mesmo tempo, demonstrar a sua total injustificação. Ambicionámos ter provado a existência de dados suficientes, consolidado a aptidão e eficácia de uma metodologia e demonstrado a enorme riqueza de cenários, interpretações e perguntas que advêm da realização de estudos nesta área específica do saber histórico medieval.

Embora se apresente essencialmente como uma ferramenta auxiliar para essa futura realização, não deixamos de lançar a discussão sobre alguns cenários, os quais, a confirmar-se, poderão favorecer leituras mais exactas da forma como olhamos esses tempos por nós ainda tão desconhecidos. Com efeito, para além de diversas conclusões de âmbito mais específico, as quais foram sendo expostas ao longo das sucessivas análises individuais (modelo adoptado em virtude da referida insuficiência historiográfica), gostaríamos de recordar e sublinhar o que, para nós, foram as ideias basilares deste trabalho. No campo dos preços, fica a ideia de que a exportação foi um dos principais motivos estruturais para a

ocorrência de graves períodos de inflação (deixamos exemplos relativos à carne, peixe, calçado, etc.); a crença na suficiência de provas reunidas no sentido de assumir que os bens foram, na sua generalidade, claramente mais baratos no norte de Portugal (constataram-se exemplos claros quanto aos cereais, ao vinho, à carne, etc.), e o cenário de uma tendência estrutural de descida dos preços desde finais do século XIV. No campo dos salários, o assumir da escassez e estabilidade institucional dos mantimentos públicos, da quebra estrutural e generalizada a largos momentos desse período e da sua superioridade na cidade de Lisboa, sendo que este último aspecto facilmente se explica pelo maior custo de vida aí registado.

Para além da discussão, correcção e aperfeiçoamento destes cenários e de todas as ideias expendidas, percurso natural de qualquer trabalho científico, fica igualmente em aberto a realização de estudos sobre custo e níveis de vida, já tão difundidos além-fronteiras, empresa, que pela sua dimensão, não nos foi possível, por ora, realizar. Com efeito, importa examinar, seguindo as bases metodológicas traçadas por Oliveira Marques⁵⁵³, os vários poderes de compra dos salários, não só em termos alimentares, mas em todas as vertentes do quotidiano, desde o vestuário à iluminação e aquecimento, passando pela habitação e mobilidade, e aquilatar da sua evolução e disparidade geográfica.

O exercício que passamos a realizar procura também estimular o interesse a este nível, se bem que, à partida, ele se apresente bastante mais apelativo e integrador do que a análise individual de preços e salários. Num primeiro momento, focar-se-á a perspectiva evolutiva, comparando o preço de um “mesmo” cabaz de compras, no mesmo espaço geográfico, em dois momentos diferentes. Assim, comparando o resultado obtido com a evolução do movimento desenhado pelo salário de duas categorias de oficiais nas mesmas datas e espaço esboçar-se-á uma imagem de aumento ou quebra do custo de vida e de evolução ou regressão de níveis de vida. Num segundo momento, focar-se-á a perspectiva geográfica, isto segundo o modelo apresentado, mas naturalmente observando dois espaços no mesmo período.

Recuemos, então, à cidade do Porto e aos anos económicos de 1450-51 e de 1493-94. A compra de um pacote de bens composto pelos “mesmos” seis produtos (alqueire de trigo, carneiro, canada de vinho, queijo, mão de papel e alqueire de cal) levou ao desembolso de 15,26 g, na primeira data, e de 14,42 g, na segunda. Ou seja, ter-se-á verificado uma quebra de cerca de 5,5%, o que, aliás, se encontra perfeitamente de acordo com a ideia de quebra dos preços. No entanto, isto não significou necessariamente uma melhoria nas condições de vida. Com efeito, para o escrivão da câmara portuense tal redução no custo de vida pouco significou, atendendo à perda, superior a 50%, ocorrida no seu vencimento para as mesmas

⁵⁵³ MARQUES, “Ideário para uma História...”, p. 47-49.

datas. Com maior ou menor grau de aproximação nos cálculos efectuados, pode-se afirmar que o nível de vida proporcionado por aquele ofício público se deteriorou significativamente entre meados e finais do século XV. Embora este cenário deva ter sido o mais frequente, não foi, certamente, o único, bastando para isso apontar o caso de outro oficial da mesma veriação. Com efeito, para além de conhecer a referida descida de cerca de 5,5% no custo de vida, o porteiro portuense ainda tinha experimentado, entre as duas datas, um aumento do seu salário em mais de 65%. Ao invés do escrivão, o porteiro tinha visto a sua função proporcionar uma clara melhoria do nível de vida.

Reduzindo o espectro temporal ao período de 1474-75 a 1493-94 e com base num cesto de compras composto por 10 produtos (alqueire de trigo, carneiro, canada de vinho, galinha, queijo, gamela de tripas, dúzia de ovos, canada de manteiga, canada de azeite e libra de cera lavrada), chegamos a uma quebra de cerca de 7% entre 40,67 e 37,8 g de prata. Mantinha-se o movimento de quebra salarial no que respeitava ao escrivão portuense, embora atenuado a 16,5%, e o movimento de incremento salarial do porteiro, ainda que abrandado para cerca de 39%.

Uma palavra para sublinhar a impossibilidade destes oficiais subsistirem apenas com os seus salários. Por exemplo, em 1450-51, bastava ao escrivão adquirir duas dúzias de pescadas (160 reais) e dois almudes de vinho (120 reais) para ultrapassar o seu mantimento mensal de 250 reais. Da mesma forma, em 1474-75, bastava ao porteiro comprar três gamelas de tripas (240 reais) para ultrapassar os parcos recursos advindos do seu cargo público (208,33 g).

Quadro XXI: EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS DO ESCRIVÃO E PORTEIRO MUNICIPAIS E DO CUSTO DE UM CABAZ DE COMPRAS NA CIDADE DO PORTO (1450-1494)

PRODUTO ⁵⁵⁴	SALÁRIO MENSAL DO ESCRIVÃO E PORTEIRO					
	ANO DE 1450-51 250 r. (54,88 g) 125 r. (27,44 g)		ANO DE 1474-75 250 r. (30,25 g) 125 r. (15,13 g)		ANO DE 1493-94: 250 r. (25,25 g) 208,33 r. (21,04 g)	
	Preço facial	g de prata ⁵⁵⁵	Preço facial	g de prata	Preço facial	g de prata
Trigo (alqueire)	c. 10 r.	2,195	33 r.	3,993	35,5 r.	3,586
Carneiro	30 r.	6,585	61 r.	7,381	50 r.	5,05
Vinho (canada)	5 r.	1,098	7,6 r.	0,92	8,3 r.	0,838
Galinha	-	-	11,5 r.	1,392	10 r.	1,01
Pescada (dúzia)	80 r.	17,56	-	-	-	-
Sável	16 r.	3,512	-	-	-	-
Queijo	10 r.	2,195	15 r.	1,815	22 r.	2,222

⁵⁵⁴ Alguns preços apresentados são médios.

⁵⁵⁵ Adoptou-se o valor de 0,2195 g de prata por real branco, média dos valores de 1450 e 1451.

Tripas (gamela)	-	-	80 r.	9,68	80 r.	8,08
Ovos (dúzia)	-	-	4,5 r.	0,545	4,5 r.	0,455
Manteiga (canada)	-	-	35 r.	4,235	45 r.	4,545
Azeite (canada)	-	-	24 r.	2,904	24 r.	2,424
Capa de homem	400 r.	87,8	-	-	-	-
Par de luvas de senhora	9 r.	1,976	12 r.	1,452	-	-
Par de borzequins	-	-	-	-	100 r.	10,1
Par de sapatos de mulher	16 r.	3,512	30 r.	3,63	-	-
Linho (vara)	8,5 r.	1,866	-	-	-	-
Cera lavrada (libra)	-	-	50 r.	6,05	75 r.	7,575
Pergaminho	7,5 r.	1,646	13 r.	1,573	-	-
Mão de papel	10 r.	2,195	14,5 r.	1,755	20 r.	2,02
Barrote	1,4 r.	0,307	6 r.	0,726	1,66 r.	0,168
Cal (alqueire)	4,5 r.	0,988	-	-	7 r.	0,707
TOTAL⁵⁵⁶	69,5 r.	15,255	336,1 r.	40,668	142,8 r. e 374,3 r.	14,423 e 37,804

A cidade de Lisboa e a vila de Montemor-o-Novo, nos anos de 1498-99, constituem os espaços objecto do segundo exercício. O custo de um “mesmo” cesto de compras (galinha, coelho, púcaro de manteiga, alqueire de cal e centena de telhas) confirma a carestia lisboeta, apontando, no presente caso, para uma inflação de 33% entre as 10,1 g da vila alentejana e as 13,43 g da cidade lisboeta. Pelo menos no que respeita aos oficiais públicos, parece que os salários não só acompanharam essa diferença, como a ultrapassaram em larga escala, concedendo uma remuneração condigna não só em face das exigências económicas, como também do prestígio inerente ao serviço na câmara mais importante do reino. O caso do escrivão de ambas as edilidades é disso prova, na medida em que ao oficial lisboeta era atribuído um vencimento mensal superior a 950 reais, ou seja, mais de 280% do que os 250 reais auferidos pelo seu congénere montemorense.

Quadro XXII: COMPARAÇÃO DO SALÁRIO DO ESCRIVÃO MUNICIPAL E DO CUSTO DE UM CABAZ DE COMPRAS NA CIDADE DE LISBOA E VILA DE MONTEMOR-O-NOVO (1498-1499)

	LISBOA		MONTEMOR-O-NOVO	
Galinha	30 r.	3	20 r.	3
Coelho	12 r.	1,2	12 r.	1,2
Púcaro de manteiga	30 r. (> 950 r.)	3	20 r. (250 r.)	2
Alqueire de cal	2,34 r.	0,234	2 r.	0,2

⁵⁵⁶ Tratam-se de totais relativos apenas aos bens a partir dos quais se construíram os cabazes de compras e que se encontram a negrito. O ano de 1493-94 apresenta dois resultados, em virtude das duas comparações realizadas, primeiro com o ano de 1450-51 e, em seguida, com o ano de 1474-75.

Centena de telhas	60 r.	6	37 r.	3,7
TOTAL	134,34 r.	13,434	101 r.	10,1

Terminamos, agradecendo a todos os que, de alguma forma, contribuíram para que este projecto chegasse a bom porto. Gostaríamos, também, de expressar o desejo de que esta dissertação de mestrado constitua apenas um passo de muitos a ser dados no futuro e que, de alguma forma, a pequena contribuição que tenha prestado para o estimular de uma área tão interessante, como a do quotidiano económico do homem medieval, possa minimizar as suas insuficiências e limitações.

ANEXOS

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente trabalho tem a sua espinha dorsal num grande número de valores, cifras relativas a preços e a pagamento de serviços e salários. Neste sentido, foi imperioso construir um anexo que englobasse, organizadamente, todo esse vasto leque informativo e que, ao mesmo tempo, se constituísse como um elemento privilegiado de pesquisa e apoio à investigação futura.

Naturalmente, as diversas verbas foram divididas pelos dois grandes grupos explorados ao longo do texto, ou seja, “Bens” e “Salários”, seguindo, igualmente, a mesma ordem apresentada por pontos. Obedeceram, *grosso modo* (com ligeiras alterações justificadas pela

especificidade do bem ou serviço focado), a uma mesma estrutura, orientada pelos seguintes elementos: item/serviço; data; localidade/região; preço/pagamento⁵⁵⁷; prata (g) e fonte⁵⁵⁸.

Pensamos que a mais valia deste anexo, para além da quantidade e abrangência tipológica das cifras apresentadas, prender-se-á com a correspondência dos preços faciais em valores aproximados por g de prata, ou seja, em valores reais, os únicos passíveis de comparação evolutiva. Em todo o caso, voltamos a frisar que se tratam de meros valores aproximados e de fim indicativo.

⁵⁵⁷ Expressos em diversas moedas de conta e correntes, cujas siglas adoptadas foram as seguintes: libras (l.), soldos (s.), dinheiros (d.), reais de 10 soldos ou de 3,5 libras (rs.), reais brancos (r.), ceitis (c.), maravedis ou morabitos (m.) e graves (g).

⁵⁵⁸ As indicações da fonte dizem respeito à página da publicação donde foi extraído o elemento monetário e não ao documento original.

II - OS BENS

2.1. Alimentação

2.1.1. Cereais

CEREAIS				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
TRIGO (alqueire)				
1305	Santarém	2 s. e 6 d.	2,05	<i>Introdução à: 220</i>
1311	Aguieira e Moreira	1 s.	0,82	<i>Introdução à: 221</i>
1317	Alenquer	10 a 12 s.	8,21 a 9,85	<i>Introdução à: 221</i>

1323	Panóias	6 s.	4,93	<i>Introdução à: 221</i>
1323	Lamego	5 s.	4,1	<i>Introdução à: 221</i>
1331	geral (?)	21 s.	12,92	<i>Introdução à: 221</i>
1333	geral e Coimbra	15 a 21 s.	9,23 a 12,92	<i>Pobreza: 47; Introdução à: 221 e Livro de Noa: 56</i>
c. 1343	Coimbra	3,1 s. ⁵⁵⁹	1,91	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1359-63	Santarém	13 s.	7,87	<i>Introdução à: 221</i>
1362	Alcobaça	11 s. e 3 d.	6,81	<i>Introdução à: 221</i>
1365	Grijó	5 s. ⁵⁶⁰	3,03	<i>Livro das Campanhas: 77-78</i>
1367	Alvorge	2 s. e 0,5 d. ⁵⁶¹	1,24	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1371-72	Algarve	100 s.	15,1	<i>Crónica de Fernando: 150</i>
1371-72	Entre Tejo e Guad.	60 s.	9,06	<i>Crónica de Fernando: 150</i>
1371-72	Estremadura	40 s.	6,04	<i>Crónica de Fernando: 150</i>
1371-72	Beira e Entre Douro e Minho	30 s.	4,53	<i>Crónica de Fernando: 150</i>
1371-72	Porto e Trás-os-Montes	20 s.	3,02	<i>Crónica de Fernando: 150</i>
c. 1374	Coimbra	12 a 15 s. ⁵⁶²	6,28 a 7,85	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1377	Coimbra	2 a 3 s. ⁵⁶³	1,05 a 1,57	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1379-80	Torres Vedras	3 s. e 4 d.	1,74	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1381	Santarém	40 s.	20,92	<i>Introdução à: 221</i>
1384	Lisboa	80 s.	25,52	<i>Crónica de D. João I, I: 306</i>
1385	Loulé	25 s.	4,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 29-30</i>
1385	Évora	20 s.	3,48	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 29-30</i>
1386	Golegã	80 s.	5,92	<i>Introdução à: 221</i>
1387	Coimbra	80 s.	5,92	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1389 (?)	Lisboa	50 s.	3,35	<i>Introdução à: 221</i>
1394	Braga	40 a 60 s.	1,84 a 2,76	<i>O Bispo D. Pedro (2.ª adenda): 6</i>
1394	Alentejo e Lisboa	11 a 16 rs.	5,06 a 7,36	<i>Introdução à: 221</i>
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1397	Coimbra	52 s.	2,39	<i>O Baixo Mondego, I: 428</i>
1402	Rio Maior	20 rs.	7	<i>Introdução à: 221</i>
1403	Porto	57 rs.	20	<i>Índice Cronológico: 114</i>
1403 (?)	Salvaterra	22 rs.	7,7	<i>Introdução à: 221</i>
1413-14	Porto	9 rs.	3,15	<i>Índice Cronológico: 126; "Vereações". Anos de 1401-1449: 174</i>
1417	Santarém	20 rs.	6,2	<i>Introdução à: 221</i>
1419	Santarém	8 r.	2,48	<i>Introdução à: 221</i>
1423	Ceuta	14 r.	4,34	<i>Introdução à: 221</i>
1424	Alcobaça	20 r.	6,2	<i>Introdução à: 221</i>

⁵⁵⁹ Preço relativo a um alqueire de pão, podendo não ser necessariamente o cereal nobre.

⁵⁶⁰ Estimativa com base no preço de 8 libras por moio de segunda.

⁵⁶¹ Estimativa com base nos preços, por arrematação pública, de 1 soldo e 8,5 dinheiros por alqueire de trigo mourisco de 1 ano, de 1 soldo e 4,5 dinheiros por alqueire de trigo mourisco de 2 anos e de 1 soldo e uma mealha para um alqueire de trigo mourisco de 3 anos.

⁵⁶² Preço relativo a um alqueire de pão, podendo não ser necessariamente o cereal nobre.

⁵⁶³ Preço relativo a um alqueire de pão, podendo não ser necessariamente o cereal nobre.

1425	Coimbra	10 r.	3,1	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 428
1426	geral	23 r.	6,62	<i>Introdução à</i> : 221
1429-33	Alcobaça	10 r.	3,07 a 3,21	<i>Introdução à</i> : 221
1432	Beja	7 r.	2,15	<i>Introdução à</i> : 221
1435	Rio Maior	6 r.	1,65	<i>Introdução à</i> : 221
1435	Alcobaça	7 r.	1,93	<i>Introdução à</i> : 223
1436	Alcobaça	12 r.	3,89	<i>Introdução à</i> : 221 e 223
1437	Alcobaça	10 a 11 r.	3,07 a 3,38	<i>Introdução à</i> : 221 e 223
1438	Alcobaça	15 a 30 r.	4,61 a 9,21	<i>Introdução à</i> : 221 e 223
1439	Alcobaça	35 a 50 r.	10,75 a 15,35	<i>Introdução à</i> : 221 e 223
1439	Lisboa	40 r.	12,28	<i>Introdução à</i> : 221
1439-40	Mós de Moncorvo	18,6 a 22,2 r. ⁵⁶⁴	5,71 a 7,3	"A adm. mun. de Mós": 547-548
1440	Alcobaça	40 a 55 r.	13,16 a 18,1	<i>Introdução à</i> : 223
1440	Lisboa	40 a 60 r.	13,16 a 19,74	<i>Introdução à</i> : 221 e 271
1440	Santarém	20 r.	6,58	<i>Introdução à</i> : 221
1441	Alcobaça	16 r.	5,26	<i>Introdução à</i> : 221 e 223
1441	Óbidos	11 r.	3,62	<i>Introdução à</i> : 221
1442	Santarém e Porto	10 r.	3,29	<i>Introdução à</i> : 221; "Vereações". <i>Anos de 1401-1449</i> : 197
1442	geral	10,83 r.	3,56	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 329
1443	Alcobaça	7 r.	2,30	<i>Introdução à</i> : 222
1444-45	Santarém (termo)	10 r.	3,29	<i>Introdução à</i> : 222
1446	Lisboa	9 r.	2,96	<i>História da Sociedade</i> : 532
1446	Algarve	19 a 20 r.	6,25 e 6,58	<i>Introdução à</i> : 222
1448	Lisboa	8 r.	2,63	<i>Introdução à</i> : 222
1448	Moreira	10 r.	3,29	<i>Introdução à</i> : 222
1449	Lisboa (?)	12 r.	2,76	<i>Introdução à</i> : 222
1450	Setúbal; Lisboa (?)	10 r.	2,3	<i>Introdução à</i> : 222
1450	Coimbra	12 r.	2,76	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 428
1451	Lisboa	12 r.	2,51	<i>Introdução à</i> : 222
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1451	geral	10 r.	2,09	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 348
1451-53	Leiria	30 r.	6,27	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 32
1452	geral	15 r.	3,14	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 155
1453	geral	16 a 18 r.	3,34 e 3,76	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 670 e 673
1454	Lisboa	20 a 22 r.	4,18 e 4,6	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 688 e 709
1454-56	Entre Douro e Minho	15 a 18 r.	3,14 a 3,76	<i>Introdução à</i> : 222
1461	Santarém	10 r.	1,53	<i>Introdução à</i> : 222
1462	Ceuta	15 r.	2,3	<i>Introdução à</i> : 222
1463	Santarém	17 r.	2,6	<i>Introdução à</i> : 222

⁵⁶⁴ Preço de arrematação pública.

1468	Santarém	15 r.	2,16	<i>Introdução à: 222</i>
1468	Loulé	40 r.	5,76	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 210</i>
finais da década de 1460 (?)	Lisboa	26 a 30 r.	3,74 a 4,32	<i>Livro das Posturas Antigas: 39</i>
1471-73	Alentejo	11,3 r.	1,37 a 1,72	<i>Introdução à: 176 e 222</i>
1473	Lisboa	15,63 a 17,86 r. ⁵⁶⁵	1,89 a 2,16	<i>Receitas e Despesas: 99</i>
1474	Santarém	52 a 55 r.	6,29 a 6,66	<i>Introdução à: 222</i>
1474-75	Porto	33 r.	3,99	<i>As Finanças: 134</i>
1476	Salvaterra	30 r.	4,05	<i>Introdução à: 222</i>
1477	Braga	12 r.	1,62	<i>O Bispo D. Pedro: 279</i>
1482 e 1484	geral	15 r.	1,73	<i>Documentos Inéditos: 197</i>
1485	Funchal	31,25 a 35,7 r. ⁵⁶⁶	3,16 a 3,61	<i>Vereações do Funchal: 103</i>
1485	Porto	30 r.	3,03	<i>Índice Chronologico: 210</i>
1485-86	Lisboa	40 a 100 r.	4,04 a 10,1	<i>Introdução à: 222</i>
1486	Funchal	120 r.	12,12	<i>Vereações do Funchal: 134</i>
1486	geral	20 r.	2,02	<i>Introdução à: 222</i>
1487	Entre Douro e Minho	25 r.	2,53	<i>História da Sociedade: 543</i>
1487-92	Lisboa	27,46 a 31,36 r.	2,77 a 3,17	<i>"Cartas", III: 238</i>
1487-94	Lisboa	39 a 42 r.	3,94 a 4,24	<i>História da Sociedade: 544</i>
1488	Açores	13 r.	1,31	<i>História da Sociedade: 543</i>
1490	Évora	40 r.	4,04	<i>Introdução à: 222</i>
1490	Minho	18 r.	1,82	<i>História da Sociedade: 543</i>
1491	Alcobaça e Sintra	30 r.	3,03	<i>Introdução à: 222</i>
1492	Coimbra	40 r.	4,04	<i>Introdução à: 222</i>
1493	Alenquer	75 r.	7,58	<i>Introdução à: 222</i>
1493	Coimbra	40 r.	4,04	<i>Introdução à: 222</i>
1493	Loulé	35 a 40 r.	3,54 a 4,04	<i>Actas de Loulé: Século XV: 130-131</i>
1493-94	Porto	35 a 36 r.	3,54 a 3,64	<i>As Finanças: 134</i>
1494	Coimbra	40 r.	4,04	<i>Introdução à: 222</i>
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1494	Benavente	20 r.	2,02	<i>"Cartas", I: 164-165</i>
1495	Coimbra	40 r.	4	<i>Introdução à: 222</i>
1495	Alentejo	30 r.	3	<i>História da Sociedade: 544</i>
1496	Alentejo	14 r.	1,4	<i>História da Sociedade: 544</i>
1496-97	Idanha-a-Velha	30 r.	3	<i>"Cartas", II: 426</i>
1497	Alentejo	30 a 42 r.	3 a 4,2	<i>"Cartas", II: 433-434</i>
1497-98	Tomar	30 r.	3	<i>Introdução à: 222</i>
1499	geral	25 r.	2,5	<i>"As comunas": 99</i>

⁵⁶⁵ Com base no preço de 1000 reais por moio e este a equivaler a 56-64 alqueires.

⁵⁶⁶ Com base no preço de 2000 reais por moio e este a equivaler a 56-64 alqueires.

“SEGUNDA” (alqueire)				
1359-63	Santarém	9 s.	5,45	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 428
1365	Grijó	2,5 s. ⁵⁶⁷	1,51	<i>Livro das Campanhas</i> : 77-78
1381	Santarém	25 s.	13,08	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 428
1451-53	Leiria	15 r.	3,14	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 32
CEVADA (alqueire)				
1367	Alvorge	1 s. e 4,5 d. ⁵⁶⁸	0,83	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1371	Almada	50 s.	6,75	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 68
1371-72	Algarve	50 s.	7,55	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Entre Tejo e Guad.	30 s.	4,53	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Estremadura	20 s.	3,02	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Trás-os-Montes	15 s.	1,51	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Porto	10 s.	2,27	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1379-80	Torres Vedras	1 s. e 4 d. ⁵⁶⁹	0,76	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1380	Évora	3,5 s.	1,83 a 3,66	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
1381-82	Torres Vedras	3 s. e 6 d. ⁵⁷⁰	1,92	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
a. 1382 (Jun.)	Évora	10 a 11 s.	5,23 e 5,75	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
1382 (Jun.)	Évora	4 a 4,5 s.	2,09 e 2,35	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
1384 (?)	Évora	30 s.	9,57	<i>Documentos Históricos</i> , I: 150
1397	Coimbra	31 s.	1,43	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1442	Porto	6 r.	1,97	<i>Vereações (1401-1449)</i> : 197
1450	Coimbra	8 r.	1,84	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1451	geral	6 r.	1,25	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 10
1453	Lisboa	9 r.	1,88	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 670
1471-73	Alentejo	5 r.	0,61 a 0,76	<i>Introdução à</i> : 176
1477	geral	13 r.	1,78	<i>Cancioneiro Geral</i> , I: 163
1480	Évora	c. 12 a 20 r.	c. 1,38 a 2,3	<i>Introdução à</i> : 224
1485	Funchal	30 r.	3,03	<i>Vereações do Funchal</i> : 172
1491-92	Porto	14 r.	1,41	<i>As Finanças</i> : 134
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1497	Alentejo	24,5 r.	2,45	“Cartas”, II: 433
1499	geral	12 r.	1,2	“As comunas”: 99
CENTEIO (alqueire)				
1333	Coimbra	16 s.	9,84	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1371-72	Entre Tejo e Guad.	30 s.	4,53	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Estremadura	20 s.	3,02	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Porto	10 s.	1,51	<i>Crónica de Fernando</i> : 150

⁵⁶⁷ Com base no preço de 8 libras por moio e equivalendo este a 64 alqueires.

⁵⁶⁸ Preço de arrematação pública.

⁵⁶⁹ A cevada velha valia menos 2 dinheiros.

⁵⁷⁰ A cevada velha valia menos 12 dinheiros.

1371-72	Trás-os-Montes	15 s.	2,27	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1379-80	Torres Vedras	1 s. e 4 d.	0,76	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1394	Braga	15 a 20 s.	0,69 a 0,92	<i>O Bispo D. Pedro</i> (2.ª adenda): 6
1397	Coimbra	30 s.	1,38	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1397	Braga	20 s. ⁵⁷¹	0,92	<i>A Arquidiocese</i> : 932
1442	Porto	4 a 5 r.	1,32 a 1,65	<i>"Vereações"</i> : Anos de 1401-1449: 197 e 234
1451-52	geral	8 r.	1,67	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 155
1456	Entre Douro e Minho	10 r.	2,09	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 411 e 430
1477	Braga	8 r.	1,08	<i>O Bispo D. Pedro</i> , I: 279
1487	Minho	26 r.	2,63	<i>História da Sociedade</i> : 543
1490	Minho	12 r.	1,21	<i>História da Sociedade</i> : 543
MILHO (alqueire)				
1333	Coimbra	13 s.	8	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1371-72	Trás-os-Montes	15 s.	2,27	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1371-72	Porto	10 s.	1,51	<i>Crónica de Fernando</i> : 150
1384	Lisboa	40 s.	12,76	<i>Crónica de D. João I</i> , I: 306
1387	Coimbra	40 s.	2,96	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1394	Braga	10 a 20 s.	0,46 a 0,92	<i>O Bispo D. Pedro</i> (2.ª adenda): 6
1397	Braga	17,5 s. ⁵⁷²	0,81	<i>A Arquidiocese</i> : 932
1397	Coimbra	18 s.	0,83	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1403	Porto	30 rs.	10,5	<i>Índice Chronológico</i> : 114
1404	Coimbra	10 rs.	3,5	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1444-45	Santarém	3 r.	0,99	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 433
1444-45	Entre Douro e Minho	3 a 4 r.	0,99 a 1,32	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 412-13
1449	Porto	5 r.	1,15	<i>"Vereações"</i> : Anos de 1401-1449: 415
1456	Minho	5 a 6 r.	1,05 a 1,25	<i>História da Sociedade</i> : 543
1461-62	Porto	7 a 7,5 r.	1,07 a 1,15	<i>As Finanças</i> : 134
1477	Braga	5 r.	0,68	<i>O Bispo D. Pedro</i> , I: 279
1490	Minho	8 r.	0,81	<i>História da Sociedade</i> : 543
FARELOS (alqueire)				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1384 (?)	Évora	25 s.	7,98	<i>Documentos Históricos</i> , I: 150
1477	geral	7 r.	0,95	<i>Cancioneiro Geral</i> , I: 163
1487-92	Lisboa	4 r.	0,40	"Cartas", III: 238
1493	Loulé	5 a 8 r.	0,51 a 0,81	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 130-131
1495	Funchal	6 r.	0,6	<i>Vereações do Funchal</i> : 405
1498	Lisboa	6 r.	0,6	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 225

⁵⁷¹ Com base no preço de 40 libras por 10 teigas e equivalendo a teiga a 4 alqueires. MARQUES, "Património...", p. 231.

⁵⁷² Com base no preço de 35 libras por 10 teigas e equivalendo a teiga a 4 alqueires. MARQUES, "Património...", p. 231. O milho velho valia 12,5 dinheiros.

2.1.2. Farinha, Pão e Biscoito

2.1.2.1. Farinha

FARINHA (alqueire)				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1380	Évora	> 8,5/9,5 s. ⁵⁷³	> 4,45/4,97	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
a. 1382 (Jun.)	Évora	> 22,66/26 s. ⁵⁷⁴	> 11,85/13,6	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
1382 (Jun.)	Évora	> 10/12,33 s. ⁵⁷⁵	> 5,23/6,45	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
1384 (?)	Évora	> 75 s. ⁵⁷⁶	> 23,93	<i>Documentos Históricos</i> , I: 150
1440	Mós de Moncorvo	22,5 r.	7,4	"A adm. mun. de Mós": 559
1471-73	Alentejo	12 ou 13 r.	1,45 a 1,98	<i>Introdução à</i> : 176
1474	Santarém	54,6 a 60 r. ⁵⁷⁷	6,6 a 7,26	<i>Introdução à</i> : 222 e 224
1480	Évora	c. 28 a 48 r. ⁵⁷⁸	c. 3,22 a 5,52	<i>Introdução à</i> : 224
1490	Évora	40 r.	4,04	"Cartas", II: 435
1499	Montemor-o-Novo	35 r.	3,5	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180

2.1.2.2. Pão

PÃO (unidade)					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Pão	1340	Évora	2 d.	0,10	"O Livro das Despesas": 93
Pão (bom)	1345	Terras de S. Jorge na Universidade	c. 0,106 s.	c. 0,065	<i>A evolução</i> , III: quadro I
Pão alvo de 4,5 onças	1413	Porto	15 s. ⁵⁷⁹	0,075	A.H.M.P., Livro 3 de Vereações, fl. 90
Pão de centeio de 9 onças	1413	Porto	10 s.	0,05	A.H.M.P., Livro 3 de Vereações, fl. 90
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Pão alvo de 4 onças	1414	Porto	15 s. ⁵⁸⁰	0,075	"Vereações". <i>Anos de 1401-1449</i> : 174
Pão de centeio	1414	Porto	10 s.	0,05	"Vereações". <i>Anos de 1401-1449</i> : 174
Pão	1414	Maia	40 s.	0,2	"Vereações". <i>Anos de 1401-1449</i> : 188
Pão alvo	1452	Lisboa	1 r.	0,2	<i>Descobrimientos</i> , I: 498
Pão de 3,5 onças	1463-69	Lisboa (cidade)	0,5 r. ⁵⁸¹	0,072	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 39
Pão de 7 onças	1463-69	Lisboa (cidade)	1 r.	0,14	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 39

⁵⁷³ Estimativa com base no preço de 3,5 soldos por alqueire de cevada e de taxa de moagem de 1 soldo e 8 dinheiros.

⁵⁷⁴ Estimativa com base no preço de 10 a 11 soldos por alqueire de cevada e de taxa de moagem de 3 soldos.

⁵⁷⁵ Estimativa com base no preço de 4 a 4,5 soldos por alqueire de cevada e de taxa de moagem de 2 soldos e 4 dinheiros.

⁵⁷⁶ Estimativa com base no preço de 30 soldos por alqueire de cevada e de taxa de moagem de 15 soldos.

⁵⁷⁷ Estimativa com base na indicação de um alqueire de farinha ter sido 5 a 9% mais caro do que um alqueire de trigo.

⁵⁷⁸ Estimativa com base no preço de 12 a 20 reais por alqueire de cevada e de taxa de moagem de 4 e 5 reais.

⁵⁷⁹ Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar 9 reais.

⁵⁸⁰ Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar 9 reais.

⁵⁸¹ Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar entre 26 e 30 reais.

Pão de 14 onças	1463-69	Lisboa (cidade e termo)	2 r.	0,29	<i>Livro das Posturas Antigas: 39</i>
Pão de 28 onças	1463-69	Lisboa (termo)	4 r.	0,58	<i>Livro das Posturas Antigas: 39</i>
Fogaça	1474-75	Porto	35 r.	4,24	<i>As Finanças: 134</i>
Regueifa	1474-75	Porto	2 r.	0,24	<i>As Finanças: 134</i>
Pão	1477	geral	1 r.	0,14	<i>Cancioneiro Geral, I: 163</i>
Pão de 12 onças	1481	Madeira / geral	1 r. ⁵⁸²	0,12	<i>Vereações do Funchal: 72</i>
Pão de 10 onças	1481	Madeira / geral	1 r. ⁵⁸³	0,12	<i>Vereações do Funchal: 72</i>
Pão de 8 onças	1481	Madeira / geral	1 r. ⁵⁸⁴	0,12	<i>Vereações do Funchal: 72</i>
Pão de 6 onças	1481	Madeira / geral	1 r. ⁵⁸⁵	0,12	<i>Vereações do Funchal: 72</i>
Pão de 9,63, 19,3, 28,88 e 38,5 onças	Finais do séc. XV	Lisboa	1, 2, 3 e 4 r. ⁵⁸⁶	0,14, 0,27, 0,41 e 0,54	<i>Livro das Posturas Antigas: 134</i>
Pão de 7,63 / 15,38 / 23,08 / 30,75 onças	Finais do séc. XV	Lisboa	1, 2, 3 e 4 r. ⁵⁸⁷	0,14, 0,27, 0,41 e 0,54	<i>Livro das Posturas Antigas: 134</i>
Pão de 6,38 / 12,75 / 19,25 / 25,63 onças	Finais do séc. XV	Lisboa	1, 2, 3 e 4 r. ⁵⁸⁸	0,14, 0,27, 0,41 e 0,54	<i>Livro das Posturas Antigas: 134</i>
Pão de 5,5 / 11 / 16,5 / 22 onças	Finais do séc. XV	Lisboa	1, 2, 3 e 4 r. ⁵⁸⁹	0,14, 0,27, 0,41 e 0,54	<i>Livro das Posturas Antigas: 134</i>
Pão de 4,81 / 9,63 / 14,44 / 19,25 onças	Finais do séc. XV	Lisboa	1, 2, 3 e 4 r. ⁵⁹⁰	0,14, 0,27, 0,41 e 0,54	<i>Livro das Posturas Antigas: 134</i>
Pão de 4,25 / 8,5 / 12,75 / 17 onças	Finais do séc. XV	Lisboa	1, 2, 3 e 4 r. ⁵⁹¹	0,14, 0,27, 0,41 e 0,54	<i>Livro das Posturas Antigas: 134</i>

2.1.2.3. Biscoito

BISCOITO (alqueire)				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1442	geral	c. 25 r. ⁵⁹²	c. 8,23	<i>Documentos das C. R., I: 418</i>
1487-92	Lisboa	61 a 72 r. ⁵⁹³	6,16 a 7,27	"Cartas", III: 238

2.1.3. Vinho

⁵⁸² Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar 25 reais.

⁵⁸³ Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar 30 reais.

⁵⁸⁴ Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar 40 reais.

⁵⁸⁵ Preço estipulado com o alqueire de trigo a custar 50 reais.

⁵⁸⁶ Preços estipulados com o alqueire de trigo a custar 20 reais.

⁵⁸⁷ Preços estipulados com o alqueire de trigo a custar 25 reais.

⁵⁸⁸ Preços estipulados com o alqueire de trigo a custar 30 reais.

⁵⁸⁹ Preços estipulados com o alqueire de trigo a custar 35 reais.

⁵⁹⁰ Preços estipulados com o alqueire de trigo a custar 40 reais.

⁵⁹¹ Preços estipulados com o alqueire de trigo a custar 45 reais.

⁵⁹² Com base no preço de 24000 reais por 18 tonéis de biscoito com seus cascos.

⁵⁹³ Com base nos preços de 67782,5 reais por 382 quintais, 3 arrobas e 6 libras e de 12837,5 reais por 86 quintais e 1 arroba.

VINHO				
Data	Localid./Região	Preço ⁵⁹⁴	Prata (g)	Fonte
BRANCO E NÃO IDENTIFICADO (almude)				
1311	-	1 s. 8 d.	1,37	"Alguns preços": 608
1331	Lisboa (?)	6 a 8,5 s.	3,69 a 5,23	"Alguns preços": 608
1333	Coimbra	30 s.	18,45	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435
1340-41	Évora	16 a 20 s.	9,84 a 12,3	"O Livro das Despesas": 94
1347	Santarém	10 s.	6,15	"Alguns preços": 608
1363	Lisboa	8 s.	4,84	"Alguns preços": 608
1365	Grijó	8 s. ⁵⁹⁵	4,84	<i>Livro das Campainhas</i> : 78
1367	Santarém	20 a 30 s.	12,1 a 18,15	"Alguns preços": 608
1368	Santarém	6 a 8 s. ⁵⁹⁶	3,63 a 4,84	"Alguns preços": 608
1371	Almada	100 s.	13,5	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 68
1372	Entre Douro e Minho e Beira	20 s.	10,46	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 115
1379-80	Santarém	10 s.	5,23	"Alguns preços": 608
1379-80	Torres Vedras	12 s.	6,28	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435-36
1383	Lisboa	137,6 s. ⁵⁹⁷	71,96	<i>D. A. H. C. M. L.</i> , I: 369
1384	Lisboa	36 a 48 l. ⁵⁹⁸	229,68 a 306,24	<i>Crónica de D. João I</i> , I: 306
1385	Santarém	24 s. ⁵⁹⁹	4,18	"Alguns preços": 608
1387	Santarém	7,5 s. ⁶⁰⁰	0,55	"Alguns preços": 608
1387-1400	Lisboa	20 a 50 l. ⁶⁰¹	14,8 a 74	"Alguns preços": 608
1389	Santarém	156,25 s. ⁶⁰²	10,47	"Alguns preços": 608
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1391	Lisboa	128 s. ⁶⁰³	6,4	"Alguns preços": 608
1392-93	Porto	72 s. ⁶⁰⁴	3,31	"Vereações". <i>Anos de 1390-1395</i> : 169
1393	Porto e seu termo	144 s. ⁶⁰⁵	6,62	"Vereações". <i>Anos de 1390-1395</i> : 215
1393	Lisboa	160 s. ⁶⁰⁶	7,36	"Alguns preços": 609
1394	Braga	40 a 50 s.	1,84 a 2,3	<i>O Bispo D. Pedro</i> (2. ^a adenda): 6
1395	Lisboa	120 s. ⁶⁰⁷	5,52	"Alguns preços": 609
1396	Bragança	60 s.	2,76	"Alguns preços": 609

⁵⁹⁴ Com base nas seguintes equivalências: 1 tonel igual a 2 pipas, 4 quartos, 50 almudes, 600 canadas e 2400 quartilhos e 1 moio igual 32 almudes.

⁵⁹⁵ Com base no preço de 20 libras por tonel.

⁵⁹⁶ Danado.

⁵⁹⁷ Com base no preço de 300 libras por tonel no produtor (acrescido de 44 libras de provável lucro do comerciante).

⁵⁹⁸ Com base no preço de 60 a 80 soldos por canada.

⁵⁹⁹ Com base no preço de 60 libras por tonel.

⁶⁰⁰ Com base no preço de 12 libras por moio no produtor.

⁶⁰¹ Com base no preço de 1000 a 2500 libras por tonel.

⁶⁰² Com base no preço de 50 libras da moeda antiga por moio e equivalendo a libra antiga a 5 libras novas. TAVARES, *Estudos de História...*, p. 39.

⁶⁰³ Com base no preço de 320 libras por tonel.

⁶⁰⁴ Vendido em barcas sobre a água.

⁶⁰⁵ Com base no preço de 12 soldos por canada.

⁶⁰⁶ Com base no preço de 400 libras por tonel.

⁶⁰⁷ Com base no preço de 300 libras por tonel.

1397	Braga	20 a 42 s. ⁶⁰⁸	0,92 a 1,93	<i>A Arquidiocese</i> : 932
1399	Santarém	625 s. ⁶⁰⁹	21,88	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1400	Santarém	2 frangos	-	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1401	Porto	60 l. ⁶¹⁰	6	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 47
1402	Lisboa	28 rs. ⁶¹¹	9,8	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1402	Porto	12 rs. ⁶¹²	4,2	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 108
1403	Vila Franca de Xira	120 l. ⁶¹³	12	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1404	Santarém	50 a 60 l.	5 a 6	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1406	Coimbra	16 rs.	5,6	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1407	Coimbra	18,5 rs.	6,48	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1407	Loulé	17 rs.	5,95	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1409	Torres Vedras	23,33 rs.	8,17	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1410	Santarém	30 rs.	10,5	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1412	Santarém	24 rs.	8,4	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1416	Lisboa	4,04 r. ⁶¹⁴	1,25	<i>Monumenta Henricina</i> , II: 261
1419	Paço de Sousa	12 r. ⁶¹⁵	3,72	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1419	Ceuta	480 r. ⁶¹⁶	148,8	<i>Monumenta Henricina</i> , II: 351
1421	Coimbra	10,6 r.	3,29	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1422-24	Lisboa	10 r. ⁶¹⁷	3,1	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1422-23	Montemor-o-Novo	16,8 r.	5,21	<i>Montemor-o-Novo</i> : 160
1428	Porto	24 r. ⁶¹⁸	6,91	<i>Índice Chronológico</i> : 133
1435	Alcobaça	24 r. ⁶¹⁹	6,6	<i>"Alguns preços"</i> : 609
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1437	Alcobaça	12 a 24 r.	3,68 a 7,37	<i>"Alguns preços"</i> : 609
1438-39	Alcobaça	19,2 a 36 r. ⁶²⁰	5,89 a 11,05	<i>"Alguns preços"</i> : 610-611
1439-40	Mós de Moncorvo	18 r.	5,53 a 5,92	<i>"A adm. mun. de Mós"</i> : 549
1440	Alcobaça	12 a 25 r.	3,95 a 8,23	<i>"Alguns preços"</i> : 611
1440	Coimbra	12 r.	3,95	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1441	Santarém	25 r.	8,23	<i>"Alguns preços"</i> : 611
1442	Porto	24 r. ⁶²¹	7,9	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 197
1442	Guimarães	36 r.	11,84	<i>"Património e Rendas"</i> : 230

⁶⁰⁸ Preço de 1 libra por almude registado por duas ocasiões e preço de 42 soldos com base no preço de 537 libras e 12 soldos por 18 moios de vinho.

⁶⁰⁹ Com base no preço de 1000 libras por moio.

⁶¹⁰ Com base no preço de 5 libras por canada.

⁶¹¹ Com base no preço de 700 reais por pipa.

⁶¹² Com base no preço de 3,5 libras por canada.

⁶¹³ Com base no preço de 6000 libras por tonel.

⁶¹⁴ Com base no preço de 141400 libras por 20 tonéis.

⁶¹⁵ Com base no preço de 6 maravedis e 11 soldos por pipa e equivalendo o maravedi a 27 soldos. ARAGÃO, *Descrição...*, p. 171.

⁶¹⁶ Com base no preço de 40 reais por canada.

⁶¹⁷ Com base no preço de 500 reais por tonel.

⁶¹⁸ Com base no preço de 2 reais a canada.

⁶¹⁹ Com base no preço de 2 reais por canada.

⁶²⁰ Sendo o valor de 36 soldos com base no preço de 3 reais por canada.

⁶²¹ Com base no preço de 2 reais por canada.

1442	Santarém	20 r.	6,58	<i>"Alguns preços": 611</i>
1444	São Pedro de Ribas	62 r.	20,4	<i>"Alguns preços": 611</i>
1445-46	Santarém	20 r. ⁶²²	6,58	<i>"Alguns preços": 611</i>
1448	Santarém	16 r. ⁶²³	5,26	<i>"Alguns preços": 611</i>
1450-51	Porto	60 r. ⁶²⁴	12,54 a 13,8	<i>As Finanças: 136</i>
1451	Lisboa	69,6 r. ⁶²⁵	14,55	<i>Documentos das C. R., II: 345</i>
1454	Estremadura	30 a 50 r. ⁶²⁶	6,27 a 10,45	<i>História da Sociedade: 549</i>
1454	Lisboa	30 a 60 r. ⁶²⁷	6,27 a 12,54	<i>"Alguns preços": 611</i>
1457	Lisboa	0,714 coroas. ⁶²⁸	?	<i>"Alguns preços": 611</i>
1461-62	Porto	62,4, 80 e 86,4 r. ⁶²⁹	9,55, 12,24 e 13,22	<i>As Finanças: 136;</i>
1462	Porto	20 r.	3,06	<i>"O Surto Urbano": 218-219</i>
1462	Lisboa	20 r.	3,06	<i>"Alguns preços": 612</i>
1464	Lisboa	40 r. ⁶³⁰	6,12	<i>"Alguns preços": 612</i>
1466	Vila do Conde	48 r. ⁶³¹	6,91	<i>"A administração": 90</i>
1467	Santarém	20 r.	2,88	<i>"Alguns preços": 612</i>
1472	-	20 r.	2,42	<i>"Alguns preços": 612</i>
1474-75	Porto	c. 60, 86,4, 96 e 100,8 r. ⁶³²	c. 7,26, 10,45, 11,62 e 12,2	<i>As Finanças: 136</i>
1475	Braga	30 r.	3,63	<i>A Arquidiocese: 433 e 475</i>
1475	Lisboa	76,8 r. ⁶³³	9,29	<i>"Alguns preços": 612</i>
1477	Braga	15 r.	2,03	<i>O Bispo D. Pedro: 279</i>
1477	Montemor-o-Novo	96 r. ⁶³⁴	12,96	<i>"Alguns preços": 612</i>
1478	Santarém	20 r.	2,7	<i>"Alguns preços": 612</i>
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1479	Porto	120 r. ⁶³⁵	16,2	<i>Índice Chronológico: 199</i>
1481	-	37,4 r.	4,3	<i>"Alguns preços": 612</i>
1482-83	Porto	96 a 144 r. ⁶³⁶	11,04 a 16,56	<i>As Finanças: 136</i>
1485-86	Porto	75 a 96 r. ⁶³⁷	7,58 a 9,7	<i>As Finanças: 136</i>
1486	Funchal	72 r. ⁶³⁸	7,27	<i>Vereações do Funchal: 174</i>
1486	Santarém	30 r.	3,03	<i>"Alguns preços": 613</i>
1488	Porto	96 r. ⁶³⁹	9,7	<i>"Alguns preços": 613</i>

⁶²² Com base no preço de 1000 reais por tonel.

⁶²³ Com base no preço de 800 reais por tonel.

⁶²⁴ Com base no preço de 5 reais por canada. Um pichel custou 10, 15 e 20 reais.

⁶²⁵ Com base no preço de 30138 reais por 8 tonéis e 33 almudes.

⁶²⁶ Com base nos preços de 750 e 1250 reais por pipa.

⁶²⁷ Com base no preço de 1500 a 3000 reais por tonel.

⁶²⁸ Com base no preço de 17,85 coroas por pipa de *"bastardo e simprez do Algarve"*.

⁶²⁹ Os preços de 62,4 e 86,4 reais com base nos preços de 5,2 e 7,2 reais por canada.

⁶³⁰ Com base no preço de 2000 reais por tonel.

⁶³¹ Com base no preço de 1 real por quartilho.

⁶³² Com base nos preços de 5, 7,2, 8 e 8,4 reais por canada.

⁶³³ Com base nos preços de 6,4 reais por canada.

⁶³⁴ Com base no preço de 2 reais por quartilho.

⁶³⁵ Com base nos preços de 10 reais por canada.

⁶³⁶ Com base no preço de 8 a 12 reais por canada.

⁶³⁷ O preço de 96 reais com base no preço de 8 reais por canada.

⁶³⁸ Com base no preço de 1800 reais por pipa.

⁶³⁹ Com base no preço de 8 reais por canada.

1491-92	Porto	64 r.	6,46	<i>As Finanças</i> : 136
1493-94	Porto	100 r.	10,1	<i>As Finanças</i> : 136
1495	Lisboa	8 r. ⁶⁴⁰	0,8	<i>Hansa</i> : 122
1499	Batalha	40 r. ⁶⁴¹	4	<i>“Alguns preços”</i> : 613
1499	Montemor-o-Novo	56 a 64 r.	5,6 a 6,4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180 e 182
“VERMELHO” (almude)				
1333	Coimbra	24 s.	14,76	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435
1340-41	Évora	10 a 16 s.	6,15 e 9,84	<i>“O Livro das Despesas”</i> : 94
1347	Lisboa	4,8 s. ⁶⁴²	2,95	<i>“Alguns preços”</i> : 608
1384	Porto	20 s. ⁶⁴³	6,38	<i>“Alguns preços”</i> : 608
1393	Porto e seu termo	72 s. ⁶⁴⁴	3,31	<i>“Vereações”</i> . <i>Anos de 1390-1395</i> : 215
1401	Porto	12 rs. ⁶⁴⁵	4,2	<i>“Vereações”</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 47
1421-24	Lisboa	16 a 20 rs. ⁶⁴⁶	4,96 a 6,2	<i>“Alguns preços”</i> : 609
1422-23	Montemor-o-Novo	23,3 r.	7,22	<i>Montemor-o-Novo</i> : 159
1428	Porto	24 r. ⁶⁴⁷	6,91	<i>“Alguns preços”</i> : 609
1442	Porto	48 r. ⁶⁴⁸	15,79	<i>“Vereações”</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 197
1442	Porto	36 r. ⁶⁴⁹	11,84	<i>“Vereações”</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 197
1474-75	Porto	72 r.	8,71	<i>As Finanças</i> : 136
1475	Lisboa	96 a 105,6 r. ⁶⁵⁰	11,62 a 12,78	<i>“Alguns preços”</i> : 612
1477	Montemor-o-Novo	96 r. ⁶⁵¹	12,96	<i>“Alguns preços”</i> : 612
1479	Porto	96 r. ⁶⁵²	12,96	<i>Índice Chronológico</i> : 199
1485-86	Porto	84 r. ⁶⁵³	8,48	<i>As Finanças</i> : 136
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1485-86	Porto	45 r. ⁶⁵⁴	4,6	<i>As Finanças</i> : 136
1488	Porto	72 r. ⁶⁵⁵	7,27	<i>“Alguns preços”</i> : 613
1493-94	Porto	70 r.	7,07	<i>As Finanças</i> : 136
1499	Montemor-o-Novo	48 e 64 r. ⁶⁵⁶	4,8 e 6,4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180 e 182
VINAGRE (almude)				
1499	Montemor-o-Novo	72 r. ⁶⁵⁷	7,2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180

⁶⁴⁰ Com base no preço de 400 reais por tonel.

⁶⁴¹ Com base no preço de 2000 reais por tonel.

⁶⁴² Com base no preço de 12 libras por tonel no produtor.

⁶⁴³ Com base no preço de 50 libras por tonel.

⁶⁴⁴ Com base no preço de 6 soldos por canada.

⁶⁴⁵ Com base no preço de 3,5 libras por canada.

⁶⁴⁶ Com base no preço de 200 reais por 1/4 de tonel a 500 reais por meio tonel.

⁶⁴⁷ Com base no preço de 1200 reais por tonel.

⁶⁴⁸ Com base no preço de 4 reais por canada.

⁶⁴⁹ Com base no preço de 3 reais por canada “do melhor vermelho de fora da terra”.

⁶⁵⁰ Com base nos preços de 8 e 8,8 reais por canada.

⁶⁵¹ Com base no preço de 2 reais por quartilho.

⁶⁵² Com base no preço de 8 reais a canada.

⁶⁵³ Com base no preço de 7 reais por canada.

⁶⁵⁴ Vermelho de Mesão Frio.

⁶⁵⁵ Com base no preço de 6 reais por canada.

⁶⁵⁶ Com base nos preços de 4 reais por canada e 8 ceitis por quartilho.

⁶⁵⁷ Com base no preço de 6 reais por canada.

2.1.4. Carne

CARNE					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
VACA E BOI (arrátel e unidade)					
Arrátel	1340-41	Évora	c. 0,36 s. ⁶⁵⁸	c. 0,22	"O Livro das Despesas": 94
	1382	Évora	6 d.	0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 134
	1385-86	Loulé	3 s.	0,52	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 40
	1392	Entre Douro e Minho	4 s.	0,18	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1390-1395</i> : 153-154 e 190-191
	1392-93	Porto	4,5 a 5 s.	0,21 a 0,23	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1390-1395</i> : 153-154 e 190-191
	1402	Loulé	5 r.	1,75	<i>Actas de Loulé. Séculos XIV-XV</i> : 78
	1414	Braga e Maia	30 a 35 s.	0,15 a 0,18	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 178-179 e 188
	1414	Porto	35 s.	0,18	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 184 e 188
	1414	Bouças	40 s.	0,2	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 190
	1432	Porto (cidade)	0,6 r.	0,18	« <i>Vereações</i> ». <i>Anos 1431-1432</i> : 117
	1432	Porto (termo)	0,5 r.	0,15	« <i>Vereações</i> ». <i>Anos 1431-1432</i> : 117
	1443	Montemor-o-Novo	1 a 1,1 r.	0,33 a 0,4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 104
	1444-45	Montemor-o-Novo	0,9 a 1 r.	0,30 a 0,33	<i>Montemor-o-Novo</i> : 107
	1449	Porto (cidade)	0,7 r.	0,16	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 450
	1449	Porto (termo)	0,8 r.	0,18	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 450
	1465	Estremadura	1,5 a 2 r.	0,22 a 0,29	<i>História da Sociedade</i> : 545
	1466-67	Vila do Conde	1 a 1,2 r.	0,14 a 0,17	"A administração": 76-77
	1471-72	Funchal	2 r.	0,3	<i>Vereações do Funchal</i> : 26
	1474-75	Porto	c. 1,09 r. ⁶⁵⁹	c. 0,13	<i>As Finanças</i> : 134
	a. 1475	Porto	0,8 r.	0,097	<i>Índice Chronologico</i> : 194
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Arrátel	1475	Porto	1 r.	0,12	<i>Índice Chronologico</i> : 194
	1476	Porto	1 r.	0,14	<i>Índice Chronologico</i> : 194
	1479-80	Entre Douro e Minho	1,2 r.	0,16	<i>Índice Chronologico</i> : 201
	1481	Funchal	4 r.	0,46	<i>Vereações do Funchal</i> : 80-81
	1482	geral (?)	2,8 r.	0,32	<i>História da Sociedade</i> : 545
	a. 1486	Lisboa	10 r.	1,01	<i>Aspectos da administração</i> : 93
	1486	Lisboa	12 r.	1,2	<i>D. A. H. C. M. L.</i> , III: 114
	1486	Funchal	16 r.	1,62	<i>Vereações do Funchal</i> : 135
	1491	Estremadura	c. 2,63 r. ⁶⁶⁰	c. 0,27	<i>História da Sociedade</i> : 546

⁶⁵⁸ Com base nos preços de 11,25 soldos (3 menções) e 12,5 soldos (1 menção) por arroba.

⁶⁵⁹ Com base no preço de 35 reais por arroba.

⁶⁶⁰ Com base no preço de 84 reais por arroba.

	1492-94	Loulé	14 r.	1,41	<i>Actas de Loulé: Século XV: 93-94</i>
	1495-96	Loulé	14 r.	1,4	<i>Actas de Loulé: Século XV: 194 e 197</i>
	1496	Funchal	18 r.	1,8	<i>Vereações do Funchal: 458</i>
	1496-97	Loulé	14,33 r.	1,43	<i>Actas de Loulé: Século XV: 210-212</i>
	1499	Montemor-o-Novo	c. 2,62 a 2,66 r.	c. 0,26 a 0,27	<i>Montemor-o-Novo: 180</i>
Boi	1384	Lisboa	1400 s.	446,6	<i>Crónica de D. João I, I: 307</i>
	1418	Minho	0,5 m. p.	115	<i>História da Sociedade: 545</i>
	1474-75	Porto	810 r.	98,01	<i>As Finanças: 134</i>
	1479	Braga	1000 r.	135	<i>A Arquidiocese: 887</i>
	1485-86	Porto	500 r.	50,5	<i>As Finanças: 134</i>
Vaca	1474-75	Porto	372,5 r.	45,07	<i>As Finanças: 134</i>
	1486	Funchal	1500 r.	151,5	<i>Vereações do Funchal: 174</i>
	c. 1490	Maia	240 r.	24,24	<i>Documentos Inéditos: 329</i>
Perna de vaca	1491	Funchal	94 r.	9,49	<i>Vereações do Funchal: 338</i>
TOURO (unidade)					
Touro	1474-75	Porto	900 r.	108,9	<i>As Finanças: 145</i>
	1499	Montemor-o-Novo	766,66 r.	76,6	<i>Montemor-o-Novo: 107</i>
CARNEIRO (arrátel e unidade)					
Arrátel	1382	Évora	4 d.	0,17	<i>Documentos Históricos, I: 134</i>
	1385-86	Loulé	4 s.	0,7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 40</i>
	1392	Entre Douro e Minho	7 s.	0,32	<i>"Vereações". Anos de 1390-1395: 153-154 e 190-191</i>
	1392-93	Porto	7,5 a 8 s.	0,35 a 0,37	<i>"Vereações". Anos de 1390-1395: 153-154 e 190-191</i>
	1402	Loulé	6 rs.	2,1	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 78</i>
	1403	Porto	1,14 rs.	0,4	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449: 157</i>
	1444	Montemor-o-Novo	1,1 a 1,2 r.	0,36 a 0,39	<i>Montemor-o-Novo: 107</i>
	1466	Vila do Conde	1,5 r.	0,22	<i>"A administração": 76-77</i>
	1481	Funchal	6 r.	0,69	<i>Vereações do Funchal: 81</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Arrátel	1482	geral (?)	3 r.	0,35	<i>História da Sociedade: 545</i>
	a. 1486	Lisboa	11 r.	1,11	<i>Aspectos da administração: 93</i>
	1486	Lisboa	13 r.	1,31	<i>D. A. H. C. M. L., III: 114</i>
	1486	Funchal	20 r.	2,02	<i>Vereações do Funchal: 136</i>
	1493-94	Loulé	14 r.	1,41	<i>Actas de Loulé: Século XV: 93-94</i>
	1495-96	Loulé	14 r.	1,4	<i>Actas de Loulé: Século XV: 194 e 197-198</i>
	1496	Funchal	20 r.	2	<i>Vereações do Funchal: 458</i>
	1496-97	Loulé	14,33 r.	1,43	<i>Actas de Loulé: Século XV: 210-212</i>
Carneiro	1340	Évora	18 a 19,5 s.	11,07 a 12	<i>"O Livro das Despesas": 94</i>
	1372	geral	40 s.	20,92	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I, I:</i>

					84
	1450-51	Porto	25 a 35 r.	5,23 a 8,05	<i>As Finanças</i> : 134
	1461-62	Porto	30 a 60 r.	4,59 a 9,18	<i>As Finanças</i> : 134
	1464	Minho	25 r.	3,83	<i>História da Sociedade</i> : 545
	1471-72	Funchal	133,33 r.	20,27	<i>Vereações do Funchal</i> : 42
	1474-75	Porto	50 a 72 r.	6,05 a 8,71	<i>As Finanças</i> : 134
	1482-83	Porto	52 a 70 r.	5,98 a 8,05	<i>As Finanças</i> : 134
	1484	Resende	70 r.	8,05	<i>História da Sociedade</i> : 545
	1485-86	Porto	48 a 100 r.	4,85 a 10,1	<i>As Finanças</i> : 134
	1493-94	Porto	50 r.	5,05	<i>As Finanças</i> : 134
	1499	Resende	80 r.	8	<i>História da Sociedade</i> : 546
	1499	Montemor-o-Novo	80 a 100 r.	8 a 10	<i>Montemor-o-Novo</i> : 178-180
OVELHA (arrátel)					
Arrátel	1385-86	Loulé	3 s.	0,52	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 41
	1481	Funchal	4 r.	0,46	<i>Vereações do Funchal</i> : 81
	1482	geral (?)	1,6 r.	0,18	<i>História da Sociedade</i> : 545
	1486	Funchal	16 r.	1,62	<i>Vereações do Funchal</i> : 135
	1495-96	Loulé	13 r.	1,3	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 197
	1496	Funchal	18 r.	1,8	<i>Vereações do Funchal</i> : 458
	1496-97	Loulé	13 r.	1,3	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 210-212
CORDEIRO (unidade)					
Cordeiro	1346	Sintra	7,5 s.	4,61	"Compromisso", I: 351
	1498	Lisboa	60 r.	6	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 224
1/4 de cordeiro	1498	Lisboa	12 r.	1,2	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 224
BODE, CABRA E CABRITO (arrátel e unidade)					
Arrátel de cabra e bode	1385-86	Loulé	2 s. e 4 d.	0,41	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 41
	1481	Funchal	4 r.	0,46	<i>Vereações do Funchal</i> : 81
	1482	geral (?)	1,6 r.	0,18	<i>História da Sociedade</i> : 545
	1486	Funchal	16 r.	1,62	<i>Vereações do Funchal</i> : 135
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Arrátel de cabra e bode colhudo	1495	Loulé	12 r.	1,2	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 194
	1495-96	Loulé	13 r.	1,3	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 197
	1496-97	Loulé	13 r.	1,3	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 210-212
Arrátel de bode e cabrito	1466	Vila do Conde	0,6 r.	0,086	"A administração": 76-77
Arrátel de bode capado	1493-94	Loulé	14 r.	1,41	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 93-94
Arrátel de bode crestado	1495	Loulé	14 r.	1,4	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 194
	1496-97	Loulé	14,33 r.	1,433	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 210-212
1/4 de bode	1481	Funchal	45 r.	5,175	<i>Vereações do Funchal</i> : 73

Cabrito	1371	geral	3 s.	0,41	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I, I: 24</i>
	1442	Guimarães	6 r.	1,97	"Património e Rendas": 230
	1498	Lisboa	50 r.	5	<i>Livro das Posturas Antigas: 224</i>
1/4 de cabrito	1498	Lisboa	10 r.	1	<i>Livro das Posturas Antigas: 224</i>
PORCO (arrátel e unidade)					
Arrátel	1382	Évora	1 s.	0,52	<i>Documentos Históricos, I: 134</i>
	1443-44	Montemor-o-Novo	1,8 r.	0,59	<i>Montemor-o-Novo: 98-99</i>
	1481	Funchal	6 a 7 r. ⁶⁶¹	0,69 a 0,81	<i>Vereações do Funchal: 80</i>
	1482	geral (?)	3 r.	0,35	<i>História da Sociedade: 545</i>
	1483	Montemor-o-Novo	23 c.	0,44	<i>Montemor-o-Novo: 142</i>
	1486	Funchal	16 a 20 r. ⁶⁶²	1,62 a 2,02	<i>Vereações do Funchal: 136</i>
	1491	Funchal	18 r. ⁶⁶³	1,82	<i>Vereações do Funchal: 294</i>
	1496	Funchal	18 a 22 r. ⁶⁶⁴	1,8 a 2,2	<i>Vereações do Funchal: 458 e 532</i>
	1496-97	Loulé	16 r.	1,6	<i>Actas de Loulé: Século XV: 211 e 220</i>
Porco	1334	Lisboa	30 s.	18,45	<i>A Evolução, IV: 127</i>
	1340	Évora	60 s.	36,9	"O Livro das Despesas": 94
	1455	Estremadura	98 r.	20,48	<i>História da Sociedade: 545</i>
	1469	Évora	200 a 500 r.	28,8 a 72	<i>Documentos Históricos, I: 134</i>
1/4 de porco	1491	Funchal	77 r.	7,77	<i>Vereações do Funchal: 338</i>
Espádua	1442	Guimarães	35 r.	11,52	"Património e Rendas": 230
Pequena posta	1384	Lisboa	100 a 120 s.	31,9 a 38,28	<i>Crónica de D. João I, I: 307</i>
PORCA, MARRÃ E LEITÃO (arrátel e unidade)					
Arrátel de porca	1443-44	Montemor-o-Novo	1,4 r.	0,46	<i>Montemor-o-Novo: 98-99</i>
	1471	Funchal	2 r.	0,3	<i>Vereações do Funchal: 26</i>
	1481	Funchal	4 r.	0,46	<i>Vereações do Funchal: 81</i>
	1483	Montemor-o-Novo	3 r.	0,35	<i>Montemor-o-Novo: 142</i>
	1486	Funchal	16 r.	1,62	<i>Vereações do Funchal: 135-136</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Arrátel de porca	1491	Funchal	16 r.	1,62	<i>Vereações do Funchal: 294</i>
	1496	Funchal	16 r.	1,6	<i>Vereações do Funchal: 458</i>
Marrã	1358	geral	12 s.	7,26	<i>Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I: 103</i>
	1442	Guimarães	30 r.	9,87	"Património e Rendas": 230
	1497	Minho	120 r.	12	<i>História da Sociedade: 545</i>
Marrão e três marrãs	1367	Alvor	55 s.	33,28	"O Senhorio Cruzio": 81
Leitão	1498	Lisboa	40 r.	4	<i>Livro das Posturas Antigas: 224</i>

⁶⁶¹ Sendo o preço mais barato relativo a porco de monte.

⁶⁶² Dependendo da parte do porco. Mais dois reais a carne suína que vem de fora das ilhas.

⁶⁶³ Preço permitido a carneiro a título de dispensa.

⁶⁶⁴ Sendo o preço mais barato relativo a porco de monte e o preço mais caro relativo a dispensa atribuída a carneiro.

TRIPAS (gamela)					
Gamela	1474-75	Porto	80 r.	9,68	<i>As Finanças</i> : 134
	1491-92	Porto	80 r.	8,08	<i>As Finanças</i> : 134
	1493-94	Porto	80 r.	8,08	<i>As Finanças</i> : 134
AVES (capão, frango, galinha, galo, pato, perdiz e pombo)					
Capão	1451	Minho	7 r.	1,46	<i>História da Sociedade</i> : 547-548
	1486	Minho	20 r.	2,02	<i>História da Sociedade</i> : 547-548
Frango	1308	(?)	6 d.	0,41	<i>A Evolução</i> , IX: quadro 4
	1336	Avis; geral	1 s.	0,62	"O concelho": 109
	1340	Évora	c 1,78 s.	1,09	"O Livro das Despesas": 94
	1440	Lisboa	5 r.	1,65	"O Surto Urbano": 219
	1474-75	Porto	4 r.	0,48	<i>As Finanças</i> : 134
	1477	Lisboa (termo)	10 r.	1,35	"O Surto Urbano": 219
	1488	Coimbra (?)	6 r.	0,61	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 122
	1497	Alentejo	10 r.	1	"Cartas", II: 433
	1498	Lisboa	12 r.	1,2	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 224
Quatro galinhas e um galo bons	1333-34	Évora	25 s.	15,38	<i>Documentos Históricos</i> , I: 48
Galinha	1336	Avis; geral	2 s.	1,23	"O concelho": 109
	1340	Évora	c. 2,6 a 4 s.	c. 1,6 a 2,46	"O Livro das Despesas": 94
	1361	Torres Novas	> 2 s.	> 1,21	<i>C. P. Reinado de D. Pedro I</i> : 125
	1365	Grijó	2 s.	1,21	"Tombo do prior": 132
	1371	geral	> 2,5 s.	> 0,34	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 24
	1384	Lisboa	40 s.	12,76	<i>Crónica de D. João I</i> , I: 307
	1419	Ceuta	80 r.	24,8	<i>Monumenta Henricina</i> , II: 351
	1433	geral	> 5 r.	> 1,52	<i>As cortes de Leiria</i> : 128
	1461-62	Porto	6 r.	0,92	<i>As Finanças</i> : 134
	1469	Évora	30 r.	4,32	<i>Documentos Históricos</i> , II: 163
	1474-75	Porto	8 a 15 r.	0,97 a 1,82	<i>As Finanças</i> : 134
	1477	Montemor-o-Novo	20 r.	2,7	<i>Cancioneiro Geral</i> , I: 163
	1480	Évora	1 r. de prata ⁶⁶⁵	3,45	<i>Documentos Históricos</i> , II: 165
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Galinha	1482-83	Porto	11 r.	1,27	<i>As Finanças</i> : 134
	1485-86	Porto	10 r.	1,01	<i>As Finanças</i> : 134
	1493-94	Porto	10 r.	1,01	<i>As Finanças</i> : 134
	1497	Alentejo	20 r.	2	"Cartas", II: 433
	1498	Beja	20 r.	2	"Cartas", II: 426
	1498	Alentejo	20 r.	2	<i>História da Sociedade</i> : 548
	1498	Lisboa	30 r.	3	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 223

⁶⁶⁵ Fazendo a equivalência de 1 real de prata a 30 reais brancos. ARAGÃO, *Descrição...*, I, p. 232.

	1499	Montemor-o-Novo	30 r.	3	<i>Montemor-o-Novo: 180 e 182</i>
	1341	Évora	3 s. e 6 d.	2,15	"O Livro das Despesas": 94
	1461-62	Porto	10 a 10,5 r.	1,53 a 1,61	<i>As Finanças: 134</i>
Pato	1477	Montemor-o-Novo	24 r.	3,24	<i>Cancioneiro Geral, I: 164</i>
	1491	Funchal	60 r.	6,06	<i>Vereações do Funchal: 338</i>
	1498	Lisboa	30 a 40 r. ⁶⁶⁶	3 a 4	<i>Livro das Posturas Antigas: 223-224</i>
Perdiz	1498	Lisboa	15 r.	1,5	<i>Livro das Posturas Antigas: 223-224</i>
Pombo	1498	Lisboa	6, 7,5 e 10 r.	6, 7,5 e 10	<i>Livro das Posturas Antigas: 223-224</i>
COELHO (unidade)					
	1341	Évora	1 s. e 2 d.	0,71	"O Livro das Despesas": 94
	1477	Montemor-o-Novo	10 r.	1,35	<i>Cancioneiro Geral, I: 163</i>
Coelho	1485	Funchal	12 r.	1,21	<i>Vereações do Funchal: 107, 117 e 172</i>
	1498	Lisboa	12 r.	1,2	<i>Livro das Posturas Antigas: 223</i>
	1499	Montemor-o-Novo	12 r.	1,2	<i>Montemor-o-Novo: 182</i>

2.1.5. Peixe

PEIXE				
Data	Localid.Região	Preço	Prata (g)	Fonte
CAÇÃO (arrátel)				
1408	Loulé	3 r.	1,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 167</i>
1492	Loulé	5 r.	0,51	<i>Actas de Loulé: Século XV: 36</i>
CONGRO (unidade)				
1329	Guimarães	5 s.	3,08	<i>A evolução, IV: 126-27</i>
PEIXE(arrátel)				
c. 1380-82	Évora	10 s. ⁶⁶⁷	5,23	<i>Documentos Históricos, I: 133</i>
1408	Loulé	4 r. ⁶⁶⁸	1,4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 167</i>
Data	Localid.Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1408	Loulé	3 r. ⁶⁶⁹	1,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 167</i>
1482	geral	4 r.	0,46	<i>História da Sociedade: 547</i>
1490	Beira	4 a 5 r.	0,4 a 0,51	<i>História da Sociedade: 547</i>
PESCADA (dúzia)				
1310	Barcelos	c. 13 s. ⁶⁷⁰	c. 10,67	<i>A Arquidiocese: 492-493</i>
a. 1348	Porto	c. 6,48 a 8,1 s.	c. 2,99 a 4,98	<i>Descobrimientos, I - I: 37</i>

⁶⁶⁶ Sendo o preço mais caro relativo a um pato cevado.

⁶⁶⁷ Preço relativo a arrátel de pescado do rio (salvo enguias e eirós).

⁶⁶⁸ Preço relativo a arrátel de pescado de escama.

⁶⁶⁹ Preço relativo a arrátel de pescado de couro (cação, etc.).

⁶⁷⁰ Com base no preço de 6 dinheiros por 1/4 de pescada seca e 12 sardinhas e na relação de preços pescada/sardinha conhecida para 1449.

1361	Porto	c. 40,5 a 81 s.	c. 24,5 a 49	<i>Descobrimientos, I - I: 37</i>
1403	Faro	c. 60 a 72 r.	c. 21 a 25,2	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 146</i>
1403	Loulé	c. 144 a 180 r.	c. 50,4 a 63	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 146</i>
1444	Minho	80 r.	26,32	<i>História da Sociedade: 547</i>
1449	Minho	120 r.	27,6	<i>História da Sociedade: 547</i>
1450-51	Porto	80 r.	16,72 a 18,4	<i>As Finanças: 135</i>
1451	Lisboa	60 r.	12,54	<i>Documentos das C. R., II: 345</i>
1491	Estremadura	130 r.	13,13	<i>História da Sociedade: 547</i>
1498	Guimarães	120 r.	12	"A Assistência": 65
LAMPREIA (unidade)				
1474-75	Porto	45 r.	5,45	<i>As Finanças: 135</i>
LINGUADO (arrátel)				
1408	Loulé	6 r.	2,1	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 167</i>
RAIA (arrátel)				
1408	Loulé	3 r.	1,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 167</i>
1492	Loulé	5 r.	0,51	<i>Actas de Loulé: Século XV: 36</i>
SARDINHA (milheiro)				
1310	Barcelos	19,58 s. ⁶⁷¹	16,08	<i>A Arquidiocese: 492-493</i>
1449	Porto	170 a 200 r.	39,1 a 46	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449: 416</i>
1486	Funchal	280 r. ⁶⁷²	28,3	<i>Vereações do Funchal: 128</i>
1489	Porto	180 a 200 r. ⁶⁷³	18,18 a 20,2	<i>Índice Chronológico: 223</i>
1490	Lagos	10 a 20 r. ⁶⁷⁴	1,01 a 2,02	<i>Descobrimientos, III: 243</i>
1490	Lagos	80 a 100 r. ⁶⁷⁵	8,08 a 10,1	<i>Descobrimientos, III: 243</i>
1492	Funchal	333,33 r. ⁶⁷⁶	33,66	<i>Vereações do Funchal: 311</i>
SÁVEL (unidade)				
1365	Grijó	10 s.	6,05	<i>Livro das Campainhas: 74</i>
1408	Loulé	c. 44,1 r. ⁶⁷⁷	c. 15,44	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 167</i>
Data	Localid.Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1450-51	Porto	16 r.	3,34 a 3,68	<i>As Finanças: 135</i>
1461-62	Porto	16 a 28 r. ⁶⁷⁸	2,45 a 4,3	<i>As Finanças: 135</i>

2.1.6. Outros géneros alimentares

⁶⁷¹ Com base no preço de 6 dinheiros por 1/4 de pescada seca e 12 sardinhas e na relação de preços pescada/sardinha conhecida para 1449.

⁶⁷² Preço relativo a um milheiro de sardinhas fumadas.

⁶⁷³ Preços pelos quais se mandou vender sardinha da Galiza.

⁶⁷⁴ Preços pelos quais os pescadores vendiam a sardinha aos castelhanos.

⁶⁷⁵ Preços pelos quais os pescadores vendiam a sardinha aos vizinhos de Lagos.

⁶⁷⁶ Com base no preço de 1 real por 2 sardinhas fumadas.

⁶⁷⁷ Com base no preço de 6 reais por arrátel.

⁶⁷⁸ Registaram-se ainda preços de 6,6 e 8,5 reais. "Tratou-se de sáveis que a cidade adquiriu por confisco e depois vendeu, possivelmente por junto, para serem revendidos nos mercados da cidade. Será essa a explicação do seu baixo preço". GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 135.

2.1.6.1. Azeite

AZEITE (alqueire) ⁶⁷⁹				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1339	Coimbra	16 s. e 5 d.	10,1	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1352	Lisboa (termo)	25 s.	15,38	"O Surto Urbano": 218
1372	geral	800 s. ⁶⁸⁰	120,8	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 87-88
1401	Coimbra	1 l. antiga	(?)	<i>História da Sociedade</i> : 548
1461	Porto	216 a 240 r.	33 a 36,72	<i>Índice Chronologico</i> : 169
1461-62	Porto	180 a 216 r. ⁶⁸¹	27,54 a 33	<i>As Finanças</i> : 135
1474-75	Porto	288 r. ⁶⁸²	34,85	<i>As Finanças</i> : 135
1475	Estremadura	20 a 40 r.	2,42 a 4,84	<i>História da Sociedade</i> : 548
1493-94	Porto	288 r. ⁶⁸³	29,1	<i>As Finanças</i> : 135
1497	Lisboa	70 r.	7	"A compra de fio": 512
1499	Montemor-o-Novo	100 r.	10	<i>Montemor-o-Novo</i> : 187

2.1.6.2. Sal

SAL (moio)				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1314	Alvor	32 s. ⁶⁸⁴	26,27	<i>A evolução</i> , IV: 376
1340	Faro	30 s.	18,45	<i>A evolução</i> , IV: 376
a. 1361	Aveiro	5,71 a 7,14 s. ⁶⁸⁵	3,45 a 4,32	<i>Descobrimentos</i> , I - I: 39
1361	Aveiro	50 s. ⁶⁸⁶	30,25	<i>Descobrimentos</i> , I - I: 39
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1361	Silves	128 s. ⁶⁸⁷	77,44	<i>Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I</i> : 246
1363	Pedroso	50 s.	30,25	<i>Estudos sobre a história</i> : 106
1391	Faro	128 s. da moeda antiga ⁶⁸⁸	32	<i>Descobrimentos</i> , II - II: 426-427
1391	Faro	1920 e 2560 r. ⁶⁸⁹	960 e 1280	<i>Descobrimentos</i> , II - II: 426-427
1433	geral	30 a 40 r.	9,09 a 12,12	<i>As cortes de Leiria</i> : 141

⁶⁷⁹ Regista-se ainda, em 1340-41, na cidade de Évora, um preço de 2,5 soldos por um púcaro de azeite para lâmpadas. SOUSA (B.), SILVA (F.) e MONTEIRO (N.), "O Livro das Despesas...", p. 93

⁶⁸⁰ Com base no preço de 2000 libras por tonel e equivalendo este a 50 alqueires.

⁶⁸¹ Com base nos preços de 4 e 4,5 reais por quartilho e 15 reais por canada. Devia tratar-se de azeite de inferior qualidade, porque utilizado como lubrificante. GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 135

⁶⁸² Com base no preço de 6 reais por quartilho.

⁶⁸³ Com base no preço de 24 reais por canada. "Devia tratar-se de azeite de inferior qualidade, porque utilizado como lubrificante". GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 135.

⁶⁸⁴ Com base no preço de 0,5 soldos por alqueire.

⁶⁸⁵ Com base no preço de 4 e 5 libras por milheiro e equivalendo este a 14 moios. Cf. RAU, *Estudos sobre a História do Sal Português*, p. 110 (documento de Janeiro de 1377).

⁶⁸⁶ Com base no preço de 35 libras por milheiro e equivalendo este a 14 moios. Cf. RAU, *Estudos sobre a História do Sal Português*, p. 110 (documento de Janeiro de 1377).

⁶⁸⁷ Com base no preço de 2 soldos por alqueire.

⁶⁸⁸ Com base no preço de 2 soldos da moeda antiga (à lei de 1 por 5) por alqueire, preço reclamado pelo concelho de Faro, em virtude de assim estar acordado há muitos anos.

⁶⁸⁹ Com base nos preços de 30 a 40 reais, preços exigidos pelo rendeiro da casa do sal em Faro.

1439	Estremadura	17 r.	5,59	<i>História da Sociedade</i> : 549
1451	Lisboa	128 r. ⁶⁹⁰	26,75	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 345
1474	Ilha Terceira	32 r. de prata ⁶⁹¹	77,44	<i>Descobrimentos</i> , III: 148
1476	Lisboa	150 a 200 r. ⁶⁹²	20,25 a 27	<i>Estudos sobre a história</i> : 280-281
1485	Porto	17 a 20 r. ⁶⁹³	1,72 a 2,02	<i>Índice Chronológico</i> : 210
1485	Ilha de Santiago de Cabo Verde	32 r. de prata ⁶⁹⁴	64,64	<i>Descobrimentos</i> , III: 283
1486	Ilha de São Tomé	640 r.	64,64	<i>Descobrimentos</i> , III: 303
1489	Funchal	576 a 768 r. ⁶⁹⁵	58,18 a 77,57	<i>Vereações do Funchal</i> : 261
1490	Ilha de São Tomé	32 r. de prata ⁶⁹⁶	64,64	<i>Descobrimentos</i> , III: 360
1490	Lagos	281,6 r. ⁶⁹⁷	28,44	<i>Descobrimentos</i> , III: 362
1493	Ilha de São Tomé	38,4 r. de prata ⁶⁹⁸	75,49	<i>Descobrimentos</i> , III: 405

2.1.6.3. Queijo

QUEIJO (unidade)				
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1440	Mós de Moncorvo	23 r.	7,57	"A adm. mun. de Mós": 559
1450-51	Porto	10 r.	2,09 a 2,3	<i>As Finanças</i> : 135
1461-62	Porto	12 r.	1,84	<i>As Finanças</i> : 135
1474-75	Porto	15 r.	1,82	<i>As Finanças</i> : 135
1482-83	Porto	24 r.	2,76	<i>As Finanças</i> : 135
1485-86	Porto	16 r.	1,62	<i>As Finanças</i> : 135
1493-94	Porto	22 r.	2,22	<i>As Finanças</i> : 135
1499	Montemor-o-Novo	30 r.	3	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180

2.1.6.4. Manteiga

MANTEIGA (canada, panela e púcaro)					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Panela	1367	Alvorge	5 s. e 4 d.	3,22	"O Senhorio Crúzio": 49
	1474-75	Porto	35 r.	4,24	<i>As Finanças</i> : 135
Canada	1485-86	Porto	40 a 50 r.	4,04 a 5,05	<i>As Finanças</i> : 135
	1493-94	Porto	45 r.	4,55	<i>As Finanças</i> : 135

⁶⁹⁰ Com base no preço de 2 reais por alqueire.

⁶⁹¹ Com base no preço de 0,5 reais de prata por alqueire.

⁶⁹² Moio de sal comum e moio de sal muito alvo.

⁶⁹³ Preços relativos a uma rasa (preço imposto pela vereação e preço pelo qual corria).

⁶⁹⁴ Com base no preço de 0,5 reais de prata por alqueire.

⁶⁹⁵ Com base nos preços de 9 e 12 soldos (preço pelo qual vendia mercador espanhol e preço estipulado pela vereação e "segundo o dicto capitam sempre vendeo os anos passados"). *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*, p. 261.

⁶⁹⁶ Com base no preço de 0,5 reais de prata por alqueire.

⁶⁹⁷ Com base no preço de 4,4 reais por alqueire.

⁶⁹⁸ Com base no preço de 3/5 de real de prata de 117 em marco por alqueire.

Púcaro	1498	Lisboa	30 r.	3	<i>Livro das Posturas Antigas: 225</i>
	1499	Montemor-o-Novo	20 r.	2	<i>Montemor-o-Novo: 180</i>

2.1.6.5. Ovos

OVOS (dúzia)					
Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte	
1384	Lisboa	12 s.	3,83	<i>Crónica de D. João I, I: 307</i>	
1474-75	Porto	4,5 r.	0,55	<i>As Finanças: 135</i>	
1493-94	Porto	3 a 6 r.	0,3 e 0,61	<i>As Finanças: 135</i>	
1498	Lisboa	12 r.	1,2	<i>Livro das Posturas Antigas: 225</i>	

2.1.6.6. Fruta e Legumes

FRUTA E LEGUMES					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
FRUTA (arroba, cesto, peça e canastra)					
Arroba de figos	1374-76	Loulé	20 s. ⁶⁹⁹	10,46	<i>Descobrimentos, II - I: 312, 314, 316-320</i>
	1382	Loulé	6,25 s. ⁷⁰⁰	3,27	<i>Descobrimentos, II - I: 332</i>
	1450 (?)	Loulé	10 r. ⁷⁰¹	2,3	<i>Descobrimentos, II - II: 437-449</i>
Peça de figos	1446	geral	1 coroa	(?)	<i>Livro Antigo: 193</i>
	1492	Faro	70 r.	7,07	<i>Actas de Loulé: Século XV: 54</i>
Arroba de passas	1382	Loulé	5 s. ⁷⁰²	2,62	<i>Descobrimentos, II - I: 332</i>
	1450 (?)	Loulé	13,3 r. ⁷⁰³	3,06	<i>Descobrimentos, II - II: 437-449</i>
	1458	Londres	44,5 r.	10,24	<i>"O Surto Urbano": 219</i>
	1460	Bristol	42,6 r.	6,52	<i>"O Surto Urbano": 219</i>
Cesto de cerejas	1461-62	Porto	55 r.	8,42	<i>As Finanças: 135</i>
	1474-75	Porto	50 a 65 r.	6,05 a 7,87	<i>As Finanças: 135</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Cesto de cerejas	1482-83	Porto	65 r.	7,48	<i>As Finanças: 135</i>
Cesto de cerejas	1485-86	Porto	36 a 40 r.	3,64 a 4,04	<i>As Finanças: 135</i>
Cesto de ameixas	1474-75	Porto	c. 23 a 30 r.	c. 2,78 a 3,63	<i>As Finanças: 135</i>
Canastra de ameixas rainha	1499	Montemor-o-Novo	50 r.	5	<i>Montemor-o-Novo: 180</i>
Cesto de peras	1474-75	Porto	c. 23 r.	c. 2,78	<i>As Finanças: 135</i>
Canastra de peras	1499	Montemor-o-Novo	60 a 80 r.	6 a 8	<i>Montemor-o-Novo: 180</i>

⁶⁹⁹ O quintal valia 80 soldos.

⁷⁰⁰ Com base no preço de 25 soldos por quintal e este equivalendo a 4 arrobas.

⁷⁰¹ Com base no preço de 40 soldos por quintal e este equivalendo a 4 arrobas.

⁷⁰² Com base no preço de 15 soldos por seira e esta equivalendo a 3 arrobas.

⁷⁰³ Com base no preço de 40 soldos por seira e esta equivalendo a 3 arrobas.

Arroba de soromenhos	1422-23	Montemor-o-Novo	14,33 ⁷⁰⁴	4,44	Montemor-o-Novo: 160
LEGUMES (alqueire, dúzia e unidade)					
Hortaliça	1403	Loulé	5, 35 e 70 s. ⁷⁰⁵	0,03, 0,18 e 0,35	Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 144
Alqueire de chicharos	1497	Alentejo	18 r.	1,8	"Cartas", II: 433
Alqueire de lentilhas	1497	Alentejo	20 r.	2	"Cartas", II: 433
Dúzia de pepinos	1499	Montemor-o-Novo	6 r.	0,6	Montemor-o-Novo: 182
PLANTAS (arrátel, feixe e onça)					
Onça de incenso	1486	Funchal	25 r.	2,53	Vereações do Funchal: 176
Arrátel de incenso	1491-92	Funchal	115 r.	11,62	Vereações do Funchal: 340
	1491-92	Porto	100 r.	10,1	As Finanças: 144
	1493-94	Porto	100 r.	10,1	As Finanças: 144
	1496-97	Porto	90 r.	9	As Finanças: 144
Feixe de murta	1491-92	Porto	4 r.	0,4	As Finanças: 145

2.1.6.7. Açúcar

AÇÚCAR, BOLOS E DOCE					
Data	Localid./Região		Preço	Prata (g)	Fonte
AÇÚCAR (arroba)					
1425	Machico		2000 r.	620	"A Madeira": 56
1470	Funchal		600 e 800 r. ⁷⁰⁶	91,2 e 121,6	Vereações do Funchal: 9
1472	geral		400 r.	48,4	História da Sociedade: 550
1493-94	geral		235,7 r.	23,81	"Cartas", I: 328
1494	Funchal		310 r.	31,31	O Açúcar: 96
1496	Funchal		300 r.	30	Vereações do Funchal: 443 e 466
1497-98	Funchal		350 r. ⁷⁰⁷	35	Vereações do Funchal: 620, 633 e 637
BOLOS (farte) E DOCE (marmelada)					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Milheiro de farteis	1422-23	Montemor-o-Novo	105 r. ⁷⁰⁸	65,1	Montemor-o-Novo: 160
Arrátel de marmelada	1485-86	Porto	15 r.	1,52	As Finanças: 135

2.2. Têxteis, Couros, Peles e Cordoaria

⁷⁰⁴ Com base no preço de 48 soldos por seirão e este equivalendo a 3 arrobas (soromenhos vindos de Setúbal).

⁷⁰⁵ Tendo o primeiro preço sido estipulado pela vereação e os segundo e terceiro praticados pelos hortelões e regateiras.

⁷⁰⁶ Preços relativos a açúcar de 1 ou 2 cozeduras.

⁷⁰⁷ Preço estipulado pelo rei.

⁷⁰⁸ Com base no preço de 210 reais por 2000 mil farteis (vindos de Évora).

TÊXTEIS, COUROS, PELES E CORDOARIA					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
TÊXTEIS (côvado, vara e peça)					
Côvado de pano tinto	a. 1340	geral	50 s.	30,75	"A Pragmática": 112-114
Côvado de bifa de Bruges ou Malines	a. 1340	geral	40 s.	24,6	"A Pragmática": 112-114
Côvado de brou de Ypres	a. 1340	geral	40 s.	24,6	"A Pragmática": 112-114
Côvado de viado de Ypres	a. 1340	geral	35 s.	21,53	"A Pragmática": 112-114
Côvado de Tournai ou Abbeville	a. 1340	geral	30 s.	18,45	"A Pragmática": 112-114
Côvado de bifa de Montivilliers	a. 1340	geral	35 s.	21,53	"A Pragmática": 112-114
Vara de pano para sobrepeliz	1340	Évora	3,75 s.	2,31	"O Livro das Despesas": 138
Pedaco de valencina ligeira, alva	1367	Alvorge	1 s.	0,61	"O Senhorio Cruzio": 52
Pano com pedaco de cendal usado e um pouco de seda vermelha	1367	Alvorge	8 s.	4,84	"O Senhorio Cruzio": 52
Ala de Valenciennes	1372	geral	36 s.	5,44	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I, I: 84</i>
Valenciennes	1384	Entre Douro e Minho	1000 s.	319	<i>Índice Chronologico: 82</i>
Côvado de pano tinto	1397	geral	65,4 l. ⁷⁰⁹	60,17	<i>Estudos de História: 133</i>
Côvado de pano de Bruges	1397	geral	40 l. ⁷¹⁰	36,8	<i>Estudos de História: 133</i>
Côvado de Valenciennes	1397	geral	12 l. ⁷¹¹	11,04	<i>Estudos de História: 133</i>
Côvado de pano tinto	1401	geral	118,86 rs. ⁷¹²	41,6	<i>Estudos de História: 134</i>
Côvado de Valenciennes	1402-03	geral	22,86 rs.	8	<i>Estudos de História: 134</i>
Vara de estreito de meio ancho de estopa	1403	Loulé	1,5 rs.	0,53	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Vara de meio ancho de linho	1403	Loulé	2 rs.	0,7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Vara de estreito de linho	1403	Loulé	1,5 rs.	0,53	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Vara de estopa	1403	Loulé	1 rs.	0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Vara de todo o ancho	1403	Loulé	4 rs.	1,4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Vara dos mantéis delgados e meãos	1403	Loulé	4 rs.	1,4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Vara dos mantéis grossos	1403	Loulé	3 rs.	1,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 127</i>
Peça de Ypres de "grã sorte"	1410	Lisboa	5714,29 rs.	2000	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Bruges de "tres láas"	1410	Lisboa	5714,29 rs.	2000	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Montivilliers	1410	Lisboa	5714,29 rs.	2000	<i>Descobrimientos, I: 223</i>

⁷⁰⁹ Com base na quantia de 915 libras, atribuída a contador para a compra de 14 côvados.

⁷¹⁰ Com base na quantia de 600 libras, atribuída a escrivão para a compra de 15 côvados.

⁷¹¹ Com base na quantia de 180 libras, atribuída a moço dos contos para a compra de 15 côvados.

⁷¹² Com base na quantia de 5825 libras, atribuída a contador para a compra de 14 côvados.

Peça da "Bonerca" (?)	1410	Lisboa	5142,86 rs.	1800	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Ypres "de bala"	1410	Lisboa	4571,43 rs.	1600	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Bruges de "bala"	1410	Lisboa	4285,71 rs.	1500	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Ypres de "pequena sorte"	1410	Lisboa	4285,71 rs.	1500	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Quetanay	1410	Lisboa	3714,29 rs.	1300	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Arby	1410	Lisboa	3714,29 rs.	1300	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Roulers de "grã marca"	1410	Lisboa	3428,57 rs.	1200	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Bernay de 23 côvados	1410	Lisboa	2571,43 rs.	900	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de St. Lô	1410	Lisboa	2571,43 rs.	900	<i>Descobrimientos, I: 223</i>
Peça de Comines	1410	Lisboa	2571,43 rs.	900	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Bristol das grandes	1410	Lisboa	2571,43 rs.	900	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Roulers de "pequena marca"	1410	Lisboa	2285,71 rs.	800	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Aragão "dauantagem"	1410	Lisboa	2285,71 rs.	800	<i>Descobrimientos, I: 223</i>
Peça de Comines	1410	Lisboa	2000 rs.	700	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Poperinghe	1410	Lisboa	2000 rs.	700	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Aragão "crusaujs"	1410	Lisboa	1428,57 rs.	500	<i>Descobrimientos, I: 223</i>
Peça de 20 côvados de Inglaterra	1410	Lisboa	1428,57 rs.	500	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de St. James de Beuvrons	1410	Lisboa	1428,57 rs.	500	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Pano de 16 côvados de Inglaterra	1410	Lisboa	1285,71 rs.	450	<i>Descobrimientos, I: 223</i>
Peça de Valenciennes	1410	Lisboa	1142,86 rs.	400	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça de Guingamp	1410	Lisboa	1142,86 rs.	400	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Peça das varas "coloradas" de Inglaterra	1410	Lisboa	571,43 rs.	200	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Côvado de Montreuil	1410	Lisboa	91,43 rs.	32	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Vara de Galez ancho	1410	Lisboa	57,14 rs.	20	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Vara dos buréis da Alemanha	1410	Lisboa	57,14 rs.	20	<i>Descobrimientos, I: 223</i>
Côvado de "Bilageens"	1410	Lisboa	57,14 rs.	20	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Vara de Irlanda	1410	Lisboa	48,57 rs.	17	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Vara do meio galês de Dartmouth e outros buréis estreitos de Inglaterra	1410	Lisboa	28,57 rs.	10	<i>Descobrimientos, I: 222</i>
Vara de burel	1431	geral	13,33 r.	4,28	<i>Documentos das C. R. I: 40</i>
Peça de Bristol	1434	geral	3000 r.	987	<i>Documentos das C. R., I: 27</i>
Peça de Castela	1438	Alcobaça	875 a 1070 r.	268,63 a 328,49	<i>A importação: 122</i>
Côvado de Castela	1438	Alcobaça	30 r.	9,21	<i>A importação: 122</i>

Côvado de Quartenay	1438	Alcobaça	100 a 110 r.	30,7 a 33,77	<i>A importação: 122</i>
Vara da Bretanha	1438	Alcobaça	26 r.	7,98	<i>A importação: 122</i>
Vara de Irlanda	1438	Alcobaça	35 r.	10,75	<i>A importação: 122</i>
Vara de toalhas anchas francesas	1438	Alcobaça	100 r.	30,7	<i>A importação: 130</i>
Vara de toalhas estreitas francesas	1438	Alcobaça	35 r.	10,75	<i>A importação: 130</i>
Côvado de escarlata	1439-48 (?)	Lisboa	100 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de viado de Gand	1439-48 (?)	Lisboa	50 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Ypre de "gran sorte"	1439-48 (?)	Lisboa	50 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Bruges	1439-48 (?)	Lisboa	40 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de bons de 16 côvados	1439-48 (?)	Lisboa	40 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Ypre de "pequena sorte"	1439-48 (?)	Lisboa	40 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de grande de Bristol	1439-48 (?)	Lisboa	40 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Saint-Omer	1439-48 (?)	Lisboa	36 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de "Quartanae"	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de "Beeos"?	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Arby	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Inglaterra de 20 côvados	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de St. Lô de 34 côvados	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Camua	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de Parcamua	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de grande de Roulers	1439-48 (?)	Lisboa	30 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 460</i>
Côvado de inglês	1439-48 (?)	Lisboa	27 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de "cardim Rosefe" inglês	1439-48 (?)	Lisboa	27 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de Inglaterra de 17 côvados	1439-48 (?)	Lisboa	25 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de Poperinghe	1439-48 (?)	Lisboa	25 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de pequeno de Roulers	1439-48 (?)	Lisboa	25 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Côvado de Camua nova	1439-48 (?)	Lisboa	25 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de Hesdin	1439-48 (?)	Lisboa	25 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de sarja	1439-48 (?)	Lisboa	22 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de Irlanda	1439-48 (?)	Lisboa	21 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Vara dos de cor de Inglaterra	1439-48 (?)	Lisboa	20 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
"Villaem"	1439-48 (?)	Lisboa	20 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>
Côvado de Arras	1439-48 (?)	Lisboa	19 s.	(?)	<i>Descobrimientos, I: 461</i>

Côvado de Tournai	1439-48 (?)	Lisboa	19 s.	(?)	<i>Descobrimientos</i> , I: 461
Côvado de viado de Ypre	1439-48 (?)	Lisboa	18 s.	(?)	<i>Descobrimientos</i> , I: 461
Côvado de Galez "ancho"	1439-48 (?)	Lisboa	17 s.	(?)	<i>Descobrimientos</i> , I: 461
Côvado de Valenciennes	1439-48 (?)	Lisboa	17 s.	(?)	<i>Descobrimientos</i> , I: 461
Estreitos	1439-48 (?)	Lisboa	14 s. e 2 d.	(?)	<i>Descobrimientos</i> , I: 461
Vara de bragal	1442	Guimarães	6 r.	1,97	"Património e Rendas": 230
Vara de Irlanda	1442	Guimarães	32 e 40 r.	10,53 e 13,16	"Património e Rendas": 230
Côvado de condado	1442	Guimarães	25 r.	8,23	"Património e Rendas": 230
Côvado de pano pardo	1442	Guimarães	34 a 36 r.	11,19 a 11,84	"Património e Rendas": 230
1 "d'Ançamura" (Dartmouth?)	1442	Guimarães	50 r.	16,45	"Património e Rendas": 230
1 de pano vermelho	1442	Guimarães	51,66 r.	17	"Património e Rendas": 230
Vara de burel	1442	Guimarães	10 r.	3,29	"Património e Rendas": 231
Vara de bragal	1444-45	Entre Douro e Minho	7 a 8 r.	2,3 e 2,63	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 414-415
Vara de pano de linho	1444-45	Entre Douro e Minho	10 a 18 r. ⁷¹³	3,29 a 5,9	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 414-415
Vara de bragal	1450-51	Porto	7 r.	1,46	<i>As Finanças</i> : 138
Vara de pano de linho	1450-51	Porto	8,5 r.	1,78	<i>As Finanças</i> : 138
Côvado de pano de Castela	1451 e 1454	Lisboa	35 r.	7,32	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 351-52 e 695
Côvado de Bristol verde	1454	Lisboa	90 r.	18,81	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 694
Côvado de Valenciennes	1454	Lisboa	30 r. ou 1050 l.	6,27	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 709
Peça de veludo negro duplo	1461-62	Lisboa	62 florins de ouro	(?)	<i>A importação</i> : 127
Peça de Damasquino violácea, com flores	1461-62	Lisboa	65 florins de ouro	(?)	<i>A importação</i> : 127
Peça de branqueta	1461-62	Porto	800 r.	122,4	<i>As Finanças</i> : 138
Vara de pano de linho	1461-62	Porto	14 a 15 r.	2,14 a 2,3	<i>As Finanças</i> : 138
Côvado de pano de "bela" (?)	1461-62	Porto	130 r.	19,89	<i>As Finanças</i> : 138
Côvado de Quartenay	1461-62	Porto	160 r.	24,48	<i>As Finanças</i> : 138
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Vara de lenço francês	1462	geral	40, 55 e 70 r.	6,12, 8,42 e 10,71	<i>A importação</i> : 129
Côvado de veludo roxo	1466	geral	220 r.	31,68	<i>A importação</i> : 127
Côvado de veludo preto	c. 1469	geral	892,4 r.	128,5	<i>Descobrimientos</i> , III: 64
Côvado de veludo roxo	c. 1469	geral	c. 842,8 r.	c. 121,36	<i>Descobrimientos</i> , III: 64
Côvado de veludo verde	c. 1469	geral	1200 r.	172,8	<i>Descobrimientos</i> , III: 64
Côvado de fino de Londres	c. 1469	geral	1200 r.	172,8	<i>Descobrimientos</i> , III: 64
Côvado de Damasco	c. 1469	geral	480 a 600 r.	69,12 a 86,4	<i>Descobrimientos</i> , III: 64

⁷¹³ Sendos os preços de 12 e 14 reais os mais frequentes.

Côvado de veludo cremesim	1470	geral	1000 r.	152	<i>O livro: 41</i>
Côvado de escarlata	1470	geral	600 r.	91,2	<i>O livro: 56</i>
Côvado de menim	1470	geral	500 r.	76	<i>O livro: 56</i>
Vara de burel	1471-72	Funchal	28 r.	4,26	<i>Vereações do Funchal: 42</i>
Vara de pano encerado	1474-75	Porto	40 r.	4,84	<i>As Finanças: 138</i>
Vara de burel	1479	Braga	20 r.	2,7	<i>A Arquidiocese: 886</i>
Côvado de bom pano estrangeiro	1480	Entre Tejo e Guad.	300 r.	34,5	<i>A Sociedade Medieval: 150</i>
Vara de linho	1480	Entre Tejo e Guad.	17 r.	1,96	<i>Livro Vermelho: 525</i>
Peça de fustão de "contramarca"	1480	Entre Tejo e Guad.	700 r.	80,5	<i>Livro Vermelho: 525</i>
Peça de fustão de "hulmo"	1480	Entre Tejo e Guad.	950 r.	109,25	<i>Livro Vermelho: 525</i>
Peça de fustão de Florença de sete côvados	1480	Entre Tejo e Guad.	2400 r.	276	<i>Livro Vermelho: 525</i>
Vara de liteiro	1485	Funchal	14 r. ⁷¹⁴	1,41	<i>Vereações do Funchal: 167</i>
Côvado de Bocasy	1485-86	Porto	50 r.	5,1	<i>As Finanças: 138</i>
Côvado de Menim	1485-86	Porto	550 r.	55,55	<i>As Finanças: 138</i>
Vara de pano pardo de Castela ⁷¹⁵	1491	Funchal	80 r.	8,08	<i>Vereações do Funchal: 330</i>
Vara de burel	1491-92	Porto	30 r.	3,03	<i>As Finanças: 138</i>
Côvado de pano de dó	1491-92	Porto	80 r.	8,08	<i>As Finanças: 138</i>
Vara de Tenby	1491-92	Porto	55 r.	5,56	<i>As Finanças: 138</i>
Vara de estreito	1497	Funchal	7,06 r. ⁷¹⁶	0,71	<i>Vereações do Funchal: 634</i>
Meada de tomentos	1367	Alvor	6 d.	0,30	"O Senhorio Crúzio": 52
Novelo de tomentos	1367	Alvor	1 s. e 7 d.	0,96	"O Senhorio Crúzio": 52
Quatro meadas de tomentos	1367	Alvor	5 s.	3,03	"O Senhorio Crúzio": 52
Cesto velho com cinco novelos de tomentos	1367	Alvor	6 s.	3,63	"O Senhorio Crúzio": 52
COUROS E PELES (diversos)					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Couro pequeno de bezerro	1367	Alvor	5 s.	3,03	"O Senhorio Crúzio": 49
Pele de marta por curtir	1442	geral	60 r.	19,74	<i>Documentos das C. R., I: 418-419</i>
Pele de baldréu	1450-51	Porto	5 r.	1,05 a 1,15	<i>As Finanças: 146</i>
Pele para escopeiro de navio	1461-62	Porto	7 r.	1,07	<i>As Finanças: 145</i>
Couro de boi	1461-62	Porto	175 r.	26,78	<i>As Finanças: 145</i>
Peles de cabritos ⁷¹⁷	1471-72	Funchal	22 r.	3,34	<i>Vereações do Funchal: 42</i>
Pele curtida para calçado	1480	Entre Tejo e Guad.	58 r.	6,67	<i>Livro Vermelho: 512</i>

⁷¹⁴ Com base no preço de 1400 reais por 100 varas para sacos.

⁷¹⁵ Para a tumba do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

⁷¹⁶ Com base no preço de 240 reais por 34 varas atribuídas a oficiais camarários.

⁷¹⁷ Para jogos da procissão de "Corpus Christi".

CORDOARIA (diversos)					
Baraço de quatro braças	1403	Loulé	1,43 rs. ⁷¹⁸	0,5	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 134</i>
Corda	1442	Guimarães	4 r.	1,32	"Património e Rendas": 231
Dez cordas	1444-45	Porto	25 r.	8,23	<i>Documentos das C. R., I: 415</i>
Braça de cordão de linho	1450-51	Porto	1 r.	0,2 a 0,23	<i>As Finanças: 138</i>
Corda	1461-62	Porto	20 r.	3,06	<i>As Finanças: 144</i>
Corda de linho	1474-75	Porto	450 r.	54,45	<i>As Finanças: 146</i>
Roda de barbante	1485	Funchal	12 r.	1,21	<i>Vereações do Funchal: 167</i>
Corda	1485	Funchal	10 r.	1,01	<i>Vereações do Funchal: 169</i>
Quintal de fio	1496-97	Santarém	900 r.	90	"A compra de fio": 512-529
Pedaço de cordel	1499	Montemor-o-Novo	12 r.	1,2	<i>Montemor-o-Novo: 168</i>
Dois baraços e três varas de cordel	1499	Montemor-o-Novo	18 r.	1,8	<i>Montemor-o-Novo: 175</i>
Oito braças de cordel	1499	Montemor-o-Novo	24 r.	2,4	<i>Montemor-o-Novo: 167</i>
36 baraços	1499	Montemor-o-Novo	108 r.	10,8	<i>Montemor-o-Novo: 179</i>

2.3. Vestuário e Calçado

VESTUÁRIO E CALÇADO					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
VESTUÁRIO					
Sobrepeliz	1340	Évora	33,25 s.	20,45	"O Livro das Despesas": 138
Cinta de nós velha	1367	Alvor	4 d.	0,2	"O Senhorio Crúzio": 54
Par de luvas de gato velhas	1367	Alvor	4 d.	0,2	"O Senhorio Crúzio": 54
Par de safoes de gama	1379	Évora	40 s.	20,92	<i>Documentos Históricos, I: 146</i>
Par de safoes de duas gamas, de dois lombos	1379	Évora	60 s.	31,38	<i>Documentos Históricos, I: 146</i>
Safoes de uma cervia ou de gamo	1379	Évora	50 s.	26,15	<i>Documentos Históricos, I: 146</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Safoes de dois lombos de carneiros	1379	Évora	25 s.	13,08	<i>Documentos Históricos, I: 146</i>
Safoes "somenos"	1379	Évora	15 s.	7,85	<i>Documentos Históricos, I: 146</i>
Gibão	1442	Guimarães	58 r.	19,08	"Património e Rendas": 230-231
Capelo	1442	Guimarães	50 r.	16,45	"Património e Rendas": 230
Capa	1442	Guimarães	270 r.	88,83	"Património e Rendas": 230
Alba de pano	1442	Guimarães	55 r.	18,1	"Património e Rendas": 230
Sobrepeliz	1442	Guimarães	40 r.	13,16	"Património e Rendas": 230
Mantão	1442	Guimarães	19 r.	6,25	"Património e Rendas": 230
Duas alvas com suas cintas e cordas	1442	Guimarães	20 r.	6,58	"Património e Rendas": 230

⁷¹⁸ Preço permitido a mulher por ser pobre.

Capa de homem	1450-51	Porto	400 r.	83,6 a 92	<i>As Finanças</i> : 137
Par de luvas de senhora	1450-51	Porto	9 r.	1,88 a 2,07	<i>As Finanças</i> : 137
Par de luvas de homem	1450-51	Porto	10 r.	2,09 a 2,3	<i>As Finanças</i> : 137
Sombreiro de palmito de criança	1450-51	Porto	20 r.	4,18 a 4,6	<i>As Finanças</i> : 137
Par de luvas de senhora	1474-75	Porto	12 r.	1,45	<i>As Finanças</i> : 137
Saia	1479	Braga	250 r.	33,75	<i>A Arquidiocese</i> : 886
Gibão	1479	Braga	500 r.	67,5	<i>A Arquidiocese</i> : 886
Aljuba de mulher	1479	Braga	1500 r.	202,5	<i>A Arquidiocese</i> : 886
Gibão de fustão de "contramarca"	1480	Entre Tejo e Guad.	152,9 r.	17,58	<i>Livro Vermelha</i> : 525
Gibão de fustão de "hulmo"	1480	Entre Tejo e Guad.	209,3 r.	24,07	<i>Livro Vermelha</i> : 525
Gibão de fustão de Florença	1480	Entre Tejo e Guad.	250,85 r.	28,85	<i>Livro Vermelha</i> : 525-26
Gibão de "trez"	1480	Entre Tejo e Guad.	122 r.	14,03	<i>Livro Vermelha</i> : 527
Gibão de homem	1482-83	Porto	120 r.	13,8	<i>As Finanças</i> : 137
Par de luvas de senhora	1482-83	Porto	c. 15,5 a 16 r.	c. 1,78 a 1,84	<i>As Finanças</i> : 137
Manto de homem	1485-86	Porto	1900 r.	191,9	<i>As Finanças</i> : 137
Par de luvas de senhora	1485-86	Porto	10 r.	1,01	<i>As Finanças</i> : 137
Manto de homem	1491-92	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças</i> : 137
Barrete	1491-92	Porto	750 r.	75,75	<i>As Finanças</i> : 137
Par de luvas	1491-92	Funchal	30 r. ⁷¹⁹	3,03	<i>Vereações do Funchal</i> : 340
CALÇADO					
Par de gramaias ou cabeças ou sapatos de porta de cordovão macho	1379-81	Évora	14 s.	7,32	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Par de sapatos da calça de cordovão macho	1379-81	Évora	11 s.	5,75	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Par de botas de uma pele de cordovão macho	1379-81	Évora	28 s. e 3 d. e 35 s.	14,77 e 18,31	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Sapatos e sapatas de mulher de cordovão macho	1379-81	Évora	15 s.	7,85	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Rostos de cordovão macho com boas solas	1379-81	Évora	10 s.	5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Par de bons socos com "cirquos" de carneiro ou "cirquos e debrum" de cordovão	1379-81	Évora	25 ou 30 s.	13,08	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Par de sapatos de calça, gramaias, sapatos de ponta ou cabeças redondas de cabra	1379-81	Évora	10 s.	5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Botas compridas de dois lombos de cabra	1379-81	Évora	30 s.	15,69	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145

⁷¹⁹ Com base no preço de 120 reais por quatro pares de luvas para os anjos da procissão de "Corpus Christi".

Par de socos de cabra	1379-81	Évora	30 s.	15,69	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Par de sapatos de ponta, gramaías e sapatas de carneiro	1379-81	Évora	10 s.	5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Par de botas compridas de carneiro	1379-81	Évora	20 s.	10,46	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Par de socos vermelhos ou pretos de carneiro	1379-81	Évora	15 s.	7,85	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Par de sapatos de vaca com solas de espaldar ou festo	1379-81	Évora	9 ou 10 s.	4,71 ou 5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Par de cabeças redondas de vaca com solas de espaldar ou festo	1379-81	Évora	9 ou 10 s.	4,71 ou 5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Rostos de vaca com solas de espaldar ou festo	1379-81	Évora	6 ou 7 s.	3,14 ou 3,66	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Solas de espaldar na mão ou lançadas na calçadura de vaca	1379-81	Évora	3 e 4 s.	1,57 e 2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Quatro rodelos bons da chaçada e cabeçada ou da rabada de vaca	1379-81	Évora	2 ou 2,5 s.	1,05	<i>Documentos Históricos</i> , I: 145
Par de botas de gamo	1379-81	Évora	35 s.	18,31	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Par de sapatos de gamo com solas de festo	1379-81	Évora	12 s.	6,28	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Par de botas de cervo com solas de festo	1379-81	Évora	33 e 40 s.	17,26 e 20,92	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Rostos de gamo ou cerva na mão	1379	Évora	4 s.	2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Cabeças redondas na mão	1379	Évora	6 s.	3,14	<i>Documentos Históricos</i> , I: 146
Par de sapatos de cordovão baixos e altos	1401	Porto	12 e 14 rs.	4,2 e 4,9	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449.</i> 14-15
Par de solas	1401	Porto	6 rs.	2,1	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449.</i> 14-15
Par de sapatos de vaca	1401	Porto	10 rs.	3,5	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449.</i> 14-15
Par de solas	1401	Porto	6 rs.	2,1	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449.</i> 14-15
Par de sapatos de cordovão	1401	Porto	0,125 francos de ouro	(?)	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449.</i> 30
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Sapatos de veado, de correia e com boas solas de guarnição ou festo	1402	Loulé	20 ou 22 rs.	7 ou 7,7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97
Cabeças de veado com boas solas de guarnição ou festo	1402	Loulé	18 ou 20 rs.	6,3 ou 7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97
Rostos de veado com boas solas de festo	1402	Loulé	15 rs.	5,25	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97
Botas de veado com solas de festo	1402	Loulé	60 rs.	21	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97
Solas lançadas de guarnição ou festo	1402	Loulé	8 ou 10 rs.	2,8 ou 3,5	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97
Solas de festo ou guarnição na mão	1402	Loulé	5,71 (?) ou 6,86 rs.	2 ou 2,4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97
Gramaias com boas solas de festo	1402	Loulé	1,14 rs. (?)	0,4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV.</i> 97

Botas de cordovão de duas albas soladas	1402	Loulé	100 rs.	35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Sapatos para mulher de cordovão	1402	Loulé	25 rs.	8,75	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Borzeguins de cordovão	1402	Loulé	42,86 rs.	15	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Botinas de cordovão	1402	Loulé	15 rs.	5,25	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Cabeças de cordovão	1402	Loulé	16 rs.	5,6	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Rostos de cordovão e boas solas	1402	Loulé	15 rs.	5,25	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Botas de carneiro	1402	Loulé	57,14 rs.	20	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Sapatos de carneiro e solas	1402	Loulé	16 rs.	5,6	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Cabeças de carneiro	1402	Loulé	11,43 rs.	4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Botinas	1402	Loulé	12 rs.	4,2	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 97</i>
Bons sapatos de cordovão	1413	Porto	14 rs.	4,9	"Os Mesteres": 18
Sapatos comuns de cordovão	1413	Porto	12 rs.	4,2	"Os Mesteres": 18
Boas botas de cordovão	1413	Porto	100 rs.	35	"Os Mesteres": 18
Botas comuns de cordovão	1413	Porto	85,71 rs.	30	"Os Mesteres": 18
Bons socos vermelhos de cordovão	1413	Porto	35 rs.	12,25	"Os Mesteres": 18
Socos comuns de cordovão	1413	Porto	30 rs.	10,5	"Os Mesteres": 18
Bons sapatos de vaca para homem	1413	Porto	10 rs.	3,5	"Os Mesteres": 18
Sapatos comuns de vaca para homem	1413	Porto	8 rs.	2,8	"Os Mesteres": 18
Cabeças de botas com boas solas	1413	Porto	14 rs.	4,9	"Os Mesteres": 18
Boas solas de lombeiro para homem	1413	Porto	6 rs.	2,1	"Os Mesteres": 18
Botas de cordovão fêmea ou macho, de dois lombos e de boas solas de lombeiro	1420	Arraiolos	60 ou 80 r.	18,6 ou 24,8	<i>Documentos Históricos, I: 176</i>
Par de borzeguins de cordovão fêmea ou macho	1420	Arraiolos	35 ou 50 r.	10,85 ou 15,5	<i>Documentos Históricos, I: 176</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Par de sapatos de cordovão macho	1420	Arraiolos	18 r.	5,58	<i>Documentos Históricos, I: 176</i>
Dois pares de bons sapatos e oito varas de burel	1439-40	Mós de Moncorvo	112 r.	34,38 a 36,85	"A adm. mun. de Mós": 558
Par de sapatos de mulher	1450-51	Porto	16 r.	3,34 a 3,68	<i>As Finanças: 137</i>
Par de sapatos de homem	1461-62	Porto	24 r.	3,67	<i>As Finanças: 137</i>
Par de sapatos	c. 1474	geral	20 r.	2,42	<i>História da Administração, X: 309</i>
Par de botinas de mulher	1474-75	Porto	30 r.	3,63	<i>História da Administração, X: 309</i>
Par de sapatos de cordovão brancos ou pretos e de cores de	1480	Entre Tejo e Guad.	30 ou 33 r. ⁷²⁰	3,45 ou 3,8	<i>Livro Vermelho: 512-14</i>

⁷²⁰ Podendo o sapateiro régio levar 32 ou 35 reais (3,68 ou 4,03 g).

mais de 8 pontos					
Par de sapatos de cordovão pretos e de cores de 5 a 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r. ⁷²¹	2,88	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de sapatos de cordovão de menos de 5 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	22 r. ⁷²²	2,53	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de borzequins de cordovão brancos ou pretos e de cores de mais de 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	68 ou 80 r. ⁷²³	7,82 ou 9,2	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de borzequins de cordovão pretos e de cores de mais de 5 a 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	60 r. ⁷²⁴	6,9	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de borzequins de cordovão pretos e de cores de mais de 5 a 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	51 r. ⁷²⁵	5,87	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de servilhas de cordovão	1480	Entre Tejo e Guad.	22,5 r.	2,59	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de botinas de cordovão de moça (menos de 15 anos) ou mulher preto ou de cor	1480	Entre Tejo e Guad.	22 ou 33 r. ⁷²⁶	2,53 ou 3,8	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de quaisquer sapatos de cordovão de mulher até altura do Joelho	1480	Entre Tejo e Guad.	45 r.	5,18	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de sapatos de carneiro preto e de cor entre cinco a 8 pontos ou de mais de 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	18 ⁷²⁷ ou 24,5 r.	2,07 ou 2,82	<i>Livro Vermelha</i> : 512-14
Par de borzequins de carneiro de mais de 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	60 r. ⁷²⁸	6,9	<i>Livro Vermelha</i> : 515
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Par de borzequins brancos de carneiro de sola de palmilha de mais de 8 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	55 r. ⁷²⁹	6,33	<i>Livro Vermelha</i> : 515
Par de sapatos brancos de carneiro	1480	Entre Tejo e Guad.	22 a 24 r. ⁷³⁰	2,53 a 2,76	<i>Livro Vermelha</i> : 515
Par de borzequins de carneiro de 5 a 7 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	45 r. ⁷³¹	5,18	<i>Livro Vermelha</i> : 515
Par de borzequins de carneiro para mulher	1480	Entre Tejo e Guad.	35 r. ⁷³²	4,03	<i>Livro Vermelha</i> : 515
Deitar umas cabeças de carneiro com sua sola	1480	Entre Tejo e Guad.	24,5 r.	2,82	<i>Livro Vermelha</i> : 515

⁷²¹ Podendo o sapateiro régio levar 26 reais (2,99 g).

⁷²² Podendo o sapateiro régio levar 23 reais (2,65 g).

⁷²³ Podendo o sapateiro régio levar 73 ou 90 reais (8,4 ou 10,35 g).

⁷²⁴ Podendo o sapateiro régio levar 65 reais (7,48 g).

⁷²⁵ Podendo o sapateiro régio levar 56 reais (6,44 g).

⁷²⁶ Podendo o sapateiro régio levar 24 ou 35 reais (2,76 a 4,03 g).

⁷²⁷ Podendo o sapateiro régio levar 20 reais (2,3 g).

⁷²⁸ Podendo o sapateiro régio levar 65 reais (7,48 g).

⁷²⁹ Podendo o sapateiro régio levar 60 reais (6,9 g).

⁷³⁰ Podendo o sapateiro régio levar 24 a 26 reais (2,76 a 2,99 g).

⁷³¹ Podendo o sapateiro régio levar 50 reais (5,75 g).

⁷³² Podendo o sapateiro régio levar 36 reais (4,14 g).

Rostos	1480	Entre Tejo e Guad.	20 r.	2,3	<i>Livro Vermelho</i> : 515
Par de sapatas para moça de 5 até 7 pontos	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelho</i> : 515
Servilhas de carneiro	1480	Entre Tejo e Guad.	19 r.	2,19	<i>Livro Vermelho</i> : 515
Par de empenhas	1480	Entre Tejo e Guad.	12 r.	1,38	<i>Livro Vermelho</i> : 515
Par de pantufos	1480	Entre Tejo e Guad.	55 r.	6,33	<i>Livro Vermelho</i> : 518
Par de chapins de homem	1480	Entre Tejo e Guad.	45 r.	5,18	<i>Livro Vermelho</i> : 519
Par de sapatos	c. 1475-82	geral	50 r.	5,75 a 6,75	<i>História da Administração</i> , X: 309
Par de sapatos	1482	Porto	25 e 26 r. e 40 e 45 r.	2,88 e 2,99 e 4,6 e 5,18	"Os Mesteres": 18
Par de borzequins ou socos	1482	Porto	80 r.	9,2	<i>Índice Chronológico</i> : 203
Par de sapatos de menos de 5, de 5 a 7, de 7 a 10 e de 10 a 32 pontos	1482	Porto	12, 18, 28 e 32 r.	1,38, 2,07, 3,22 e 3,68	<i>Índice Chronológico</i> : 203
Par de botinas de senhora	1482-83	Porto	27,5 e c. 31,5 r.	3,16 e c. 3,6	<i>As Finanças</i> : 137
Par de botinas de senhora	1485-86	Porto	40 e c. 46,7 r.	4,04 e c. 4,72	<i>As Finanças</i> : 137
Quatro pares de sapatos e panos para os anjos	1491-92	Funchal	60 r.	6,06	<i>Vereações do Funchal</i> : 340
Par de borzequins	1493-94	Porto	c. 100 r.	c. 10,1	
Par dos melhores borzequins pretos ou de cor " <i>das pelles da Ilha ou de ca do Regno</i> "	1498	Lisboa	130 ou 140 r.	13 ou 14	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Par de borzequins comuns, de cordovão, pretos ou de cor	1498	Lisboa	110 ou 120 r.	11 ou 12	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Par de borzequins brancos de carneiro	1498	Lisboa	90 r.	9	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Sapatos, de couro das ilhas, pretos ou de cor	1498	Lisboa	45 ou 50 r.	4,5 ou 5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Sapatos comuns de cordovão ou de vaca	1498	Lisboa	40 r.	4	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Servilhas de carneiro ou cordovão	1498	Lisboa	15 ou 20 r.	1,5 ou 2	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Pantufos	1498	Lisboa	75 r.	7,5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Chapins de homem	1498	Lisboa	65 r.	6,5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
OUTROS⁷³³					
Vestuário anual para dois homens	1451	geral	2032 r.	424,69	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 10
Calçado anual para dois homens	1451	geral	547,2 r.	114,36	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 10

⁷³³ Vestuário e calçado concedidos por D. Afonso V a acompanhantes de escudeiro em Ceuta.

OBRAS LITERÁRIAS E MATERIAIS DE ESCRITA					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
OBRAS LITERÁRIAS					
Decretais	1333	Braga	100 l.	1230	"Livros de Direito": 14
Instituta	1333	Braga	10 l.	123	"Livros de Direito": 14
Livro com três sumas	1333	Braga	5 l.	61,5	"Livros de Direito": 14
Livro Sexto	1333	Braga	305 l.	3751,5	"Livros de Direito": 14
Livro contendo sumas antigas	1333	Braga	10 l.	123	"Livros de Direito": 14
Tratado de Guilherme de Mandagoto	1333	Braga	100 l.	1230	"Livros de Direito": 14
Breviário	1333	Braga	15 l.	184,5	"Livros de Direito": 14
Missal	1333	Braga	60 s.	36,9	"Livros de Direito": 14
Evangelhos	1442	Guimarães	300 r.	98,7	"Património e Rendas": 231
Breviário	1461	geral	4149 r.	634,79	<i>Descobrimentos</i> , III: 41-42
Santal de canto e domingal	1461	geral	2045 r.	312,89	<i>Descobrimentos</i> , III: 41-42
Código de Justiniano, Digesto Velho, Esforçado, Digesto Novo	1466	Lisboa	30000 r.	4320	"Livros de Direito": 14
Dois livros missais	1471	Bruges	204 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
Livro grande de estante	1471	Bruges	179 s. e 8 d.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
Livro de horas de Santa Maria	1471	Bruges	44 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
LIVROS E CADERNOS					
Livro e caderno	1452	Santarém	54 r.	11,29	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 293
Três livros	1490	Lisboa	196 r.	19,8	"A guarda": 348
Livro	1496	Lisboa	30 r.	3	"A compra de fio": 525
Livro de receita e despesa ou de vereações	1491-92	Porto	c. 91 r.	c. 9,19	<i>As Finanças</i> : 143
	1493-94	Porto	85 r.	8,59	<i>As Finanças</i> : 143
	1496-97	Porto	120 r.	12	<i>As Finanças</i> : 143
PERGAMINHO					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Unidade	1340-41	Évora	2 a 3 s.	1,23 a 1,85	"O Livro das Despesas": 95-96
	1394	Braga	58,33 s. ⁷³⁴	2,68	<i>O Bispo D. Pedro</i> (2. ^a adenda): 6-7
	1422-23	Montemor-o-Novo	1 e 7 r. ⁷³⁵	0,31 e 2,17	<i>Montemor-o-Novo</i> : 156 e 159
	1439-40	Mós de Moncorvo	2 r. ⁷³⁶	0,61 a 0,66	"A adm. mun. de Mós": 548
	1450-51	Porto	7 ⁷³⁷ a 8 r.	1,46 a 1,84	<i>As Finanças</i> : 143

⁷³⁴ Com base no preço de 35 libras por uma dúzia.

⁷³⁵ Um pedaço de pergaminho em que se fizeram os pelouros e 1 pele de pergaminho para capa dos livros de receita e despesa e de vereação.

⁷³⁶ Preço de pergaminho para capa do livro do procuratório.

⁷³⁷ Preço de pergaminho para capa de livro.

	1451	Lisboa	c. 10 r. ⁷³⁸	c. 2,09	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 346
	1461-62	Porto	9 a 25 r.	1,38 a 3,83	<i>As Finanças</i> : 143
	1474-75	Porto	12 a 14 r.	1,45 a 1,69	<i>As Finanças</i> : 143
	1482-83	Porto	25 r.	2,88	<i>As Finanças</i> : 143
	1485-86	Porto	22 ⁷³⁹ a 27,5 r.	2,22 a 2,78	<i>As Finanças</i> : 143
	1486	Funchal	12 r. ⁷⁴⁰	1,21	<i>Vereações do Funchal</i> : 176
	1496-97	Porto	12 r.	1,2	<i>As Finanças</i> : 143
	1499	Montemor-o-Novo	25 r. ⁷⁴¹	2,5	<i>Montemor-o-Novo</i> : 167
PAPEL					
	1340-41	Évora	5 a 7 s. ⁷⁴²	3,08 a 4,31	"O Livro das Despesas": 96
	1404	Braga	15 rs.	5,25	<i>O Bispo D. Pedro</i> (2. ^a ad.): 7
	1422-23	Montemor-o-Novo	18 r. ⁷⁴³	5,58	<i>Montemor-o-Novo</i> : 156 e 162
	1434	geral	12 r. ⁷⁴⁴	3,95	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 28
	1450-51	Porto	10 r.	2,09 a 2,3	<i>As Finanças</i> : 143
	1451	Lisboa	12 r. ⁷⁴⁵	2,51	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 345
Mão	1451	Lisboa	55 r. ⁷⁴⁶	11,5	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 346
	1452	Lisboa	60 r. ⁷⁴⁷	12,54	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 357
	1453	Santarém	15,5 r.	3,24	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 293
	1461-62	Porto	11 a 18 r.	1,68 a 2,75	<i>As Finanças</i> : 143
	1474-75	Porto	14 a 15 r.	1,69 a 1,82	<i>As Finanças</i> : 143
	1482-83	Porto	20 a 22,7 r. ⁷⁴⁸	2,3 a 2,62	<i>As Finanças</i> : 143
	1485-86	Funchal	15 r. ⁷⁴⁹	1,52	<i>Vereações do Funchal</i> : 169 e 172
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
	1485-86	Porto	15 r.	1,52	<i>As Finanças</i> : 143
	1490	Lisboa	18 r.	1,82	"A guarda": 348
Mão	1491-92	Porto	16 r.	1,62	<i>As Finanças</i> : 143
	1493-94	Porto	20 r.	2,02	<i>As Finanças</i> : 143
	1499	Montemor-o-Novo	20 r. ⁷⁵⁰	2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 167-168, 172-173, 175-179 e 182
Resma	1436	Guarda	300 r.	97,2	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 42
	1450-51	Porto	180 r.	37,62 a 41,4	<i>As Finanças</i> : 143
	1451	Lisboa	c. 250 r. ⁷⁵¹	c. 52,25	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 346

⁷³⁸ Com base no preço de 180 reais por 10 mãos de papel de marca pequena (a cerca de 12 reais) e por 6 peles de pergaminho.

⁷³⁹ Preço de pergaminho para capa de livro.

⁷⁴⁰ Preço de pergaminho "pera as endições".

⁷⁴¹ Preço de pergaminhos para os livros e encadernar.

⁷⁴² Preço de 5 soldos registado por cinco ocasiões e preços de 6 e 7 soldos registados por uma ocasião.

⁷⁴³ Preço registado por duas ocasiões.

⁷⁴⁴ Com base no preço de 4200 libras por 10 mãos.

⁷⁴⁵ Com base no preço de 60 reais por 5 mãos.

⁷⁴⁶ Com base no preço de 550 reais por 10 mãos de marca grande.

⁷⁴⁷ Com base no preço de 720 reais por 12 mãos de marca grande.

⁷⁴⁸ Sendo o mais caro de boa qualidade.

⁷⁴⁹ Preço registado por três ocasiões.

⁷⁵⁰ Preço registado por 22 ocasiões.

⁷⁵¹ Com base no preço de 360 reais por seis peles de pergaminho (a cerca de 10 reais) e por uma resma de papel.

	1474-75	Porto	300 r.	36,3	<i>As Finanças: 143</i>
	1482-83	Porto	300 r.	34,5	<i>As Finanças: 143</i>
	1485-86	Porto	300 r.	30,3	<i>As Finanças: 143</i>
	1491-92	Funchal	300 r.	30,3	<i>Vereações do Funchal: 339</i>
	1496-97	Porto	240 e 260 r.	24 e 26	<i>As Finanças: 143</i>
TINTA E TINTEIRO					
Tinta para os contos de Ceuta	1452-53	Ceuta	40 r.	8,36	<i>Documentos das C. R., II: 334</i>
Canada de tinta	1461-62	Porto	40 r.	6,12	<i>As Finanças: 143</i>
	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo: 174</i>
Tinteiro grande	1367	Alvor	4 s.	2,42	<i>"O Senhorio Crúzio": 59</i>
Tinteiro de pau	1499	Montemor-o-Novo	80 r.	8	<i>Montemor-o-Novo: 171</i>
CERA					
Para selo	1422-23	Montemor-o-Novo	20 r.	6,2	<i>Montemor-o-Novo: 161</i>
Para selar duas cartas	1485	Funchal	16 r.	1,62	<i>Vereações do Funchal: 168</i>
Dos selos	1499	Montemor-o-Novo	60 r.	6	<i>Montemor-o-Novo: 174</i>
VÁRIOS					
Gasto anual em tinta, papel e cera de mosteiro	1365	Grijó	60 s.	36,3	<i>Livro das Campanhas: 75</i>
37 graves de papel despendido em alvarás e livro	1376	Loulé	43 s. e 2 d.	22,57	<i>Descobrimientos, II - I: 322</i>
Papel para livros e róis gastos em pedido	1436	Guarda	100 r.	32,4	<i>Documentos das C. R., I: 42</i>
Papel e pergaminho	1451	Lisboa	200 r.	41,8	<i>Documentos das C. R., II: 344</i>
Resma de papel e 36 pergaminhos	1451	Lisboa	610 r.	127,49	<i>Documentos das C. R., II: 346</i>
Livro, seis mãos de papel e seis pergaminhos	1451	Santarém	172 r.	35,95	<i>Documentos das C. R., II: 292</i>
Livro, papel e outras despesas	1451	Santarém	111 r.	23,2	<i>Documentos das C. R., II: 292</i>
Papel, pergaminho e tinta	1452	Lisboa	600 r.	125,4	<i>Documentos das C. R., II: 356</i>
16 mãos, seis pergaminhos e tinta	1452	Lisboa	420 r.	87,78	<i>Documentos das C. R., II: 357</i>
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Dois livros, dois cadernos, papel e tinta	1452-53	Santarém	75 r.	15,68	<i>Documentos das C. R., II: 293</i>
Papel, tinta e pergaminho	1453	Lisboa	1000 r.	209	<i>Documentos das C. R., II: 672</i>
24 maços de papel, pergaminhos e tinta	1453	Lisboa	1067 r.	223	<i>Documentos das C. R., II: 673</i>
Papel, pergaminhos e tinta	1454	Lisboa	1106 r.	231,15	<i>Documentos das C. R., II: 689</i>

2.5. Materiais de Construção

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
CAL (alqueire e moio)					
Alqueire	c. 1380	Évora	1 a 1,4 s.	0,52 a 0,73	<i>Documentos Históricos</i> , I: 142 e 144
	1422-23	Montemor-o-Novo	2,5 r.	0,78	<i>Montemor-o-Novo</i> : 157
	1450-51	Porto	4 a 5 r.	0,84 a 1,15	<i>As Finanças</i> : 141
	1461-62	Porto	5 a 6 r.	0,77 a 0,92	<i>As Finanças</i> : 141
	1491-92	Porto	6 r.	0,61	<i>As Finanças</i> : 141
	1493-94	Porto	7 r.	0,71	<i>As Finanças</i> : 141
	1499	Montemor-o-Novo	2 r. ⁷⁵²	0,2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 175
Moio	1468	Lisboa	100 r. ⁷⁵³	0,23	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 40-41
	1493	Funchal	300 r.	0,47	<i>Descobrimentos</i> , III: 399
	1495	Setúbal	200 r.	0,31	"Cartas", I: 280
	1499	Lisboa	150 r. ⁷⁵⁴	0,23	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 233
TELHAS (milheiro e moio)					
Milheiro	1340-41	Évora	4 m. ⁷⁵⁵	66,42	"O Livro das Despesas": 132
	1380-82	Évora	90 a 100 s.	47,07 a 52,3	<i>Documentos Históricos</i> , I: 142
	1443	Montemor-o-Novo	160 a 200 r. ⁷⁵⁶	52,64 a 65,8	<i>Montemor-o-Novo</i> : 100
	1485	Funchal	1300 a 1744 r. ⁷⁵⁷	131,3 a 176,14	<i>Vereações do Funchal</i> : 167 e 171
	1499	Lisboa	600 r.	60	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 234
	1499	Montemor-o-Novo	370 r.	37	<i>Montemor-o-Novo</i> : 168
Moio	1461-62	Porto	c. 37 r.	c. 5,66	<i>As Finanças</i> : 141
	1494	Porto	50 r.	5,05	<i>Índice Cronológico</i> : 223
TIJOLOS (unidade e diversos)					
Alvenaria	1499	Lisboa	0,5 r.	0,05	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 233-234
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Portal	1499	Lisboa	1 r.	0,1	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 233-234
Mazaril	1499	Lisboa	1,5 r.	0,15	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 233-234
Para relógio	1499	Montemor-o-Novo	240 r.	24	<i>Montemor-o-Novo</i> : 173
Para ladrilhar cadeia	1499	Montemor-o-Novo	50 r.	5	<i>Montemor-o-Novo</i> : 178
MADEIRAS (unidade)					
Aguieiro	1482-83	Porto	6,66 r.	0,77	<i>As Finanças</i> : 139
	1491-92	Porto	c. 7,5 r.	c. 0,76	<i>As Finanças</i> : 139
Barrote	1450-51	Porto	1,13 a 1,66 r.	0,24 a 0,38	<i>As Finanças</i> : 139

⁷⁵² Com base no preço de 80 reais por 40 alqueires.

⁷⁵³ Mais 10 reais por moio em caso de carreto.

⁷⁵⁴ Mais 20 a 25 reais por moio (32 fangas ou 64 alqueires) em caso de carreto.

⁷⁵⁵ Com base no preço de 1 morabitino por 250 telhas e equivalendo o morabitino a 27 soldos. ARAGÃO, *Descrição...*, p. 171.

⁷⁵⁶ Preço imposto pela vereação e preço praticado por oleiros contra postura.

⁷⁵⁷ Sendo o segundo valor com base no preço de 300 reais por 172 telhas.

	1461-62	Porto	2,5 r.	0,38	<i>As Finanças</i> : 139
	1474-75	Porto	6 r.	0,73	<i>As Finanças</i> : 139
	1485	Funchal	24 r.	2,42	<i>Vereações do Funchal</i> : 170-171
	1485-86	Porto	2,5 r.	0,25	<i>As Finanças</i> : 139
	1491-92	Funchal	20 r.	2,02	<i>Vereações do Funchal</i> : 340
	1491-92	Porto	2,5 r.	0,25	<i>As Finanças</i> : 139
	1493-94	Porto	1,66 r.	0,17	<i>As Finanças</i> : 139
Caniço	1474-75	Porto	12 r.	1,45	<i>As Finanças</i> : 139
	1482-83	Porto	16 r.	1,84	<i>As Finanças</i> : 139
	1485-86	Porto	10 r.	1,01	<i>As Finanças</i> : 139
	1491-92	Porto	12 r.	1,21	<i>As Finanças</i> : 139
	1493-94	Porto	10 r.	1,01	<i>As Finanças</i> : 139
Cumeeira	1422-1423	Montemor-o-Novo	5 r.	1,55	<i>Montemor-o-Novo</i> : 158
Esteio	1485	Funchal	30 r. ⁷⁵⁸	3,03	<i>Vereações do Funchal</i> : 170
Esteira	1376	Loulé	3 s.	1,57	<i>Descobrimientos</i> , II - I: 320
	1453	Lisboa	4,16 r.	0,87	<i>Documentos das C. R.</i> , II 676
	1496	Lisboa	8 r.	0,8	"A compra de fio": 524-525
Pau	1461-62	Porto	16,4 r.	2,51	<i>As Finanças</i> : 139
	1485-86	Funchal	25 a 100 r. ⁷⁵⁹	2,53 a 10,1	<i>Vereações do Funchal</i> : 170-171 e 175
	1491	Funchal	37,5 r.	3,79	<i>Vereações do Funchal</i> : 342
	1491-92	Porto	7,5 r.	0,76	<i>As Finanças</i> : 139
	1493-94	Porto	10 r.	1	<i>As Finanças</i> : 139
	1499	Montemor-o-Novo	80 r	8	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171
Ripa	1461-62	Porto	2,25 a 2,5 ⁷⁶⁰	0,34 a 0,38	<i>As Finanças</i> : 139-140
	1485	Funchal	6,6 r.	0,67	<i>Vereações do Funchal</i> : 168
Tábua	1454	Lisboa	25 r. ⁷⁶¹	5,23	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 696
	1461-62	Porto	8,9 a 13 r	1,36 a 1,99	<i>As Finanças</i> : 139
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Tábua	1485	Funchal	25 a 60 r. ⁷⁶²	2,53 a 6,06	<i>Vereações do Funchal</i> : 171
	1485-86	Porto	8,33 r.	0,84	<i>As Finanças</i> : 139
	1491	Funchal	10 r.	1	<i>Vereações do Funchal</i> : 339
	1491-92	Funchal	21,35 r. ⁷⁶³	2,16	<i>Vereações do Funchal</i> : 340
	1491-92	Porto	9,79 r.	0,99	<i>As Finanças</i> : 139
Tabuado	1485	Funchal	16,6 ⁷⁶⁴	1,68	<i>Vereações do Funchal</i> : 171
Tabuado	1491	Funchal	22,2 r.	2,24	<i>Vereações do Funchal</i> : 331

⁷⁵⁸ Preço de esteio de barbusano.

⁷⁵⁹ Sendo um preço de 75 reais relativo a um pau de teixo.

⁷⁶⁰ Preço de ripa de faia.

⁷⁶¹ Preço de tábua de castanho.

⁷⁶² Sendo os preços de 25 reais por uma tábua de vinategio e de 60 reais por uma tábua de cedro.

⁷⁶³ Preço de tábua de til.

⁷⁶⁴ Preço de tabuado de til.

Trave	1450-51	Porto	8 a 22 r. ⁷⁶⁵	1,67 a 5,06	<i>As Finanças</i> : 140
	1485	Funchal	50 a 100 r.	5,1 a 10,1	<i>Vereações do Funchal</i> : 170-171
	1491-92	Porto	30 a 35 r.	3,03 a 3,54	<i>As Finanças</i> : 140
	1491-92	Funchal	150 r. ⁷⁶⁶	15,15	<i>Vereações do Funchal</i> : 340
Varas	1453	Lisboa	8,33 r. ⁷⁶⁷	1,74	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 678
	1482-83	Porto	8 r.	0,81	<i>As Finanças</i> : 144
	1485-86	Porto	8 r.	0,81	<i>As Finanças</i> : 144
	1491-92	Porto	8 r.	0,81	<i>As Finanças</i> : 144
	1499	Montemor-o-Novo	12 r.	1,2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 181
MINERAIS (alqueire, arrátel, arroba, barcadiga, braçada, centena e moio)					
Alqueire de areia	1491-92	Porto	2 r.	0,2	<i>As Finanças</i> : 141
Moio de areia	1493	Funchal	30 r.	3,03	<i>Descobrimientos</i> , III: 399
	1499	Montemor-o-Novo	30 r. ⁷⁶⁸	3	<i>Montemor-o-Novo</i> : 175
Arrátel de pez	1451	Lisboa	52,5 r.	10,98	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 346
Arroba de pez	1452-53	Lisboa	360 r.	75,24	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 334
	1461-62	Porto	32 a 50 r.	4,9 a 7,65	<i>As Finanças</i> : 141
Centena de pedras	1402	Porto	600 rs.	210	« <i>Vereações</i> ». 1431-1432: 100
Barcadiga de pedra	1493	Funchal	200 r.	20,2	<i>Descobrimientos</i> , III: 399
Canto de cantaria lioz ⁷⁶⁹	1499	Lisboa	14 r.	1,4	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 231
Braçada de pedra	1499	Montemor-o-Novo	220 r.	22	<i>Montemor-o-Novo</i> : 176
DIVERSOS					
Madeira e pregadura de cadafalso	1393	Porto	100 l.	92	“ <i>Vereações</i> ”. <i>Anos de 1390-1395</i> : 211
Madeira e telha de alpendre	1491	Funchal	5500 r.	555,5	<i>Vereações do Funchal</i> : 299
40 alqueires de cal, 500 telhas e 120 tijolos	1499	Montemor-o-Novo	283 r.	28,3	<i>Montemor-o-Novo</i> : 178
40 alqueires de cal e 120 tijolos	1499	Montemor-o-Novo	103 r.	10,3	<i>Montemor-o-Novo</i> : 178

2.6. Ferro, ferragens e outros metais

FERRO, FERRAGENS E OUTROS METAIS					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
FERRO (folha e quintal)					
Quintal	1380	Évora	140 a 240 s.	73,22 a 125,52	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147-48
	1410	Lisboa	157,14 rs.	55	<i>Descobrimientos</i> , I: 223
	1461-62	Porto	560 r. ⁷⁷⁰	85,68	<i>As Finanças</i> : 140
	1480	Entre Tejo e Guad.	600 r.	69	<i>A Sociedade Medieval</i> : 150

⁷⁶⁵ Sendo o preço de 8 reais referente a uma trave de castanho e um de 20 reais relativo a uma trave de carvalho.

⁷⁶⁶ Preço de trave de cedro.

⁷⁶⁷ Preço de vara de castanho.

⁷⁶⁸ Preço registado por duas ocasiões.

⁷⁶⁹ Num mínimo de 2,5 e 3 palmos de longo e de 1,5 palmos de alto.

⁷⁷⁰ Com base no preço de 140 reais por arroba

	1481	Porto	350 a 400 r.	40,25 a 46	<i>Índice Chronologica</i> : 203
	1485	Funchal	450 r. ⁷⁷¹	45,45	<i>Vereações do Funchal</i> : 169
	1485-86	Porto	1024 r. ⁷⁷²	103,42	<i>As Finanças</i> : 142
Folha de Flandres	1450-51	Porto	8 r.	1,67 a 1,84	<i>As Finanças</i> : 146
FERRAGENS (alfaia agrícolas)					
Enxada	1367	Alvor	10,5 s. ⁷⁷³	6,35	"O Senhorio Cruzio": 60
Enxó	1367	Alvor	2 s. e 8 d.	1,06	"O Senhorio Cruzio": 60
Fouce	1367	Alvor	3 a 3 s. e 4 d.	1,82 a 2,01	"O Senhorio Cruzio": 60-61
Enxada de nove arrateis e meio	1379-80	Évora	29,02 s.	15,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147
Ferro de arado de oito arrateis	1379-80	Évora	18,5 s.	9,68	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147
Águia de ferro de arado, enxada ou alferça	1404	Loulé	8 a 8,56 rs.	2,8 a 3	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 156-157
Enxada, alferça e ferro de arado	1404	Loulé	40 rs.	14	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 156-157
Fouce de erva nova, de segar pão ou pequena	1404	Loulé	5, 10 ou 15 rs.	1,75, 3,5 ou 5,25	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 156-157
Machado médio ou grande	1404	Loulé	20 ou 28,58 rs.	7 ou 10	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 156-157
Enxada não calçada ou calçada	1413	Porto	16 ou 20 rs.	5,6 ou 7	"Os Mesteres": 19
Ferro de arado de média ou boa qualidade	1413	Porto	10 ou 12 rs.	3,5 ou 4,2	"Os Mesteres": 19
Fouce de média qualidade ou calçada	1413	Porto	6 ou 8 rs.	2,1 ou 2,8	"Os Mesteres": 19
Machado de média qualidade ou calçado	1413	Porto	16 ou 18 rs.	5,6 ou 6,3	"Os Mesteres": 19
Podão de média qualidade ou calçado	1413	Porto	6 ou 8 rs.	2,1 ou 2,8	"Os Mesteres": 19
Enxada e Machado	1479	Braga	80 r.	10,8	<i>A Arquidiocese</i> : 886
Enxó	1479	Braga	30 r.	4,05	<i>A Arquidiocese</i> : 886
FERRAGENS (centena de pregos)					
Caibral	1340-41	Évora	4,16 s. ⁷⁷⁴	2,56	"O Livro das Despesas": 134
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Cumeiral	1340-41	Évora	16,66 s.	10,25	"O Livro das Despesas": 134
Cumeiral	1379-81	Évora	1800 s. ⁷⁷⁵	941,4	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Palmar	1379-81	Évora	500 s.	261,5	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Caibral	1379-81	Évora	66,66 s.	34,86	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Pontal	1379-81	Évora	100 s.	52,3	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Feiteira	1379-81	Évora	100 s.	52,3	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Telhado	1413	Porto	16 rs.	5,6	"Os Mesteres": 19

⁷⁷¹ Com base no preço de 506 reais por um quintal e meia arroba

⁷⁷² Com base no preço de 256 reais por arroba de ferro lavrado em padrões de peso.

⁷⁷³ Com base no preço de 1 libra e 1 soldo por duas enxadas.

⁷⁷⁴ Os valores relativos a 1340-41 baseiam-se nos preços de 4 soldos por 96 pregos "cabraes" e 2 soldos por 12 pregos "cumeiraaes".

⁷⁷⁵ Os valores relativos a 1379-81 baseiam-se nos preços de 18 soldos por prego dos "comeiraes", 5 soldos dos "palmares", 1 soldo dos "pontas" e de "feiteira" e 8 dinheiros dos "caibraes".

Tabual	1413	Porto	8 rs.	2,8	"Os Mesteres": 19
Cingelete	1413	Porto	4 rs.	1,4	"Os Mesteres": 19
Porcal	1422-23	Montemor-o-Novo	71,43 r. ⁷⁷⁶	22,14	Montemor-o-Novo: 158
-	1422-23	Montemor-o-Novo	37,5 r.	11,63	Montemor-o-Novo: 158
Barrote	1450-51	Porto	56 r.	11,07 a 12,88	As Finanças: 141
Telhado	1450-51	Porto	28 r.	5,85 a 6,44	As Finanças: 141
-	1450-51	Porto	20 r.	4,18 a 4,6	As Finanças: 141
Tabual	1450-51	Porto	14 r.	2,93 a 3,22	As Finanças: 141
Rumo para pregar cabeças de tonéis	1453	Lisboa	13,33 r. ⁷⁷⁷	2,79	Documentos das C. R., II: 677
Barrote	1461-62	Porto	60 r.	9,18	As Finanças: 141
Telhado	1461-62	Porto	25 a 30 r.	3,83 a 4,59	As Finanças: 141
Tabual	1461-62	Porto	15 r.	2,3	As Finanças: 141
Cingelete	1461-62	Porto	10 r.	1,53	As Finanças: 141
Faial	1461-62	Porto	6,7 r.	1,03	As Finanças: 141
-	1482	Funchal	20 r. ⁷⁷⁸	2,3	Vereações do Funchal: 85-86
Grande	1485-86	Funchal	100 r.	10,1	Vereações do Funchal: 175
Grande	1491-92	Funchal	500 r. ⁷⁷⁹	50,5	Vereações do Funchal: 340
Para pés de portas	1491-92	Funchal	400 r.	40,4	Vereações do Funchal: 340
-	1499	Montemor-o-Novo	100 r. ⁷⁸⁰	10	Montemor-o-Novo: 172
Tabual	1499	Montemor-o-Novo	66,66 r.	6,66	Montemor-o-Novo: 172
-	1499	Montemor-o-Novo	25 r.	2,53	Montemor-o-Novo: 172
OUTROS METAIS					
Aço (quintal)	1410	Lisboa	342,86 rs.	120	Descobrimientos, I: 223
Estanho (quintal lavrado)	1410	Lisboa	1714,29 rs.	600	Descobrimientos, I: 223
Estanho (folha branca)	1450-51	Porto	2 a 2,08 r. ⁷⁸¹	0,42 a 0,48	As Finanças: 146
Estanho (folha dourada)	1450-51	Porto	2,5 r. ⁷⁸²	0,52 a 0,58	As Finanças: 146
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Ouro (pão)	1450-51	Porto	5 r.	1,05 a 1,15	As Finanças: 144
Ouropel (pele)	1450-51	Porto	23 r.	4,81 a 5,29	As Finanças: 146
Ouro (pão)	1461-62	Porto	5 r.	0,77	As Finanças: 144
Ouropel (pele)	1461-62	Porto	30 a 35 r.	4,59 a 5,36	As Finanças: 146
Cobre (arrátel lavrado)	1485-86	Porto	50 r.	5,05	As Finanças: 142

2.7. Iluminação e Aquecimento (matérias-primas e objectos)

⁷⁷⁶ Os valores relativos a 1422-23 baseiam-se nos preços de 10 reais por 14 "porcaees" e 15 reais por 40 pregos.

⁷⁷⁷ Com base no preço de 40 reais por 300 de "rumo" para pregar cabeças de tonéis.

⁷⁷⁸ Com base no preço de 200 reais por 1000 pregos (vendidos depois de apreendidos)

⁷⁷⁹ Os valores relativos a 1491-92 baseiam-se nos preços de 30 reais por 6 grandes e 324 reais por 81 para pés de portas.

⁷⁸⁰ Os valores relativos a 1499 baseiam-se nos preços de 48 reais por 48, 8 reais por 12 "tabuares" e 240 reais por 80 dúzias.

⁷⁸¹ Com base nos preços de 24 e 25 reais por dúzia.

⁷⁸² Com base no preço de 30 reais por dúzia.

ILUMINAÇÃO E AQUECIMENTO (matérias-primas e objectos)					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
CERA (arroba e diversos)					
Arroba	1422-23	Montemor-o-Novo	256 r.	79,36	<i>Montemor-o-Novo</i> : 158-159
Arroba lavrada	1461-62	Porto	675 r.	103,28	<i>As Finanças</i> : 144
	1474-75	Porto	800 r.	96,8	<i>As Finanças</i> : 144
	1482-83	Porto	960 r. ⁷⁸³	110,4	<i>As Finanças</i> : 144
	1493-94	Porto	1200 r. ⁷⁸⁴	121,2	<i>As Finanças</i> : 144
	1498	Lisboa	1216 r. ⁷⁸⁵	122,82	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
Par de círios	1346	Sintra	20 s.	12,3	"Compromisso", I: 351
Círio	1485-86	Porto	50 r.	5,05	<i>As Finanças</i> : 144
Cera e seu lavramento para o Corpo de Deus	1471-72	Funchal	374 r.	56,85	<i>Vereações do Funchal</i> : 42
CARVÃO (saco)					
Saco	1380	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147-48
	1480	Entre Tejo e Guad.	15 a 16 r.	1,73 e 1,84	<i>Livro Vermelho</i> : 516
LENHA (diversos)					
Carga para aquecer água	c. 1380-82	Évora	4,5 a 5 s.	2,35 a 2,62	<i>Documentos Históricos</i> , I: 142 e 144
Feixe pequeno vendido às portas	1443	Porto	0,5 r.	0,16	" <i>Vereações</i> ": <i>Anos de 1401-1449</i> : 248
Carro de ramos de árvore	1461-62	Porto	15 r.	2,3	<i>As Finanças</i> : 145
Carga transportada por asno	1477	Montemor-o-Novo	9 r.	1,22	<i>Cancioneiro Geral</i> , I: 165
Molho de seca	1485-86	Porto	1 r.	0,10	<i>As Finanças</i> : 145
Para amassar pão	1491	Funchal	25 r.	2,53	<i>Vereações do Funchal</i> : 339
Carro	1491-92	Porto	c. 20 r.	c. 2,02	<i>As Finanças</i> : 145
Dúzia de pinho para forno	1499	Lisboa	20 r.	2	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 241
Dúzia de carrasco e piloto para forno	1499	Lisboa	15 r.	1,2	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 241
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Carga para se fazer refeição	1499	Montemor-o-Novo	4 a 12 r.	0,4 a 1,2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180 e 182
PALHA (diversos)					
Carga asnal ou cavalar	c. 1362	geral	2 ou 3 s.	1,21 e 1,82	<i>Chancelarias Portuguesas</i> . D. Pedro I: 306
Rede	1433	geral	5 r.	1,52	<i>As cortes de Leiria</i> : 128
Carro de triga de oito bons feixes	1454	Porto	20 r.	4,18	<i>Índice Chronológico</i> : 156
Feixe	1491-92	Porto	4 a 5 r.	0,4 a 0,51	<i>As Finanças</i> : 145
CARQUEJA (diversos)					
Feixe	1491-92	Porto	c. 4 r.	c. 0,4	<i>As Finanças</i> : 145

⁷⁸³ Sendo que uma libra de cera lavrada custava 60 reais.

⁷⁸⁴ Com base no preço de 75 reais por libra lavrada.

⁷⁸⁵ Com base no preço de 38 reais por arrátel lavrado.

SEBO (diversos)					
De cada boi	1474-75	Porto	20 r.	2,42	<i>As Finanças</i> : 145
Arrátel lavrado de 14 onças	1498	Lisboa	7,5 r.	0,75	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222
OBJECTOS (diversos)					
Braseiro	1367	Alvorge	1 s. e 6 d.	0,91	"O Senhorio Crúzio": 56
Candeeiro de ferro	1367	Alvorge	3 e 4 s.	1,82 a 2,42	"O Senhorio Crúzio": 57
Tocha (aluguer)	1409	Lisboa	5 r. ⁷⁸⁶	3,5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 148
Pavios (arrátel)	1422-23	Montemor-o-Novo	10 r.	3,1	<i>Montemor-o-Novo</i> : 158
150 tochas	1422-23	Montemor-o-Novo	10 r.	3,1	<i>Montemor-o-Novo</i> : 158

2.8. Armas

ARMAS, EQUIPAMENTO MILITAR E INSTRUMENTOS PRISIONAIS					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
ARMAS E EQUIPAMENTO MILITAR					
Duas adargas (uma quebrada e uma boa)	1367	Alvorge	5 s.	3,03	"O Senhorio Crúzio": 56
Besta	1433	geral	200 r.	60,6	<i>As cortes de Leiria</i> : 114
13265 libras de pólvora	1441-43	Bruges	334 l., 13 s. e 8 d.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
1004 lanças de armas	1441-43	Bruges	43 l. e 8 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
Bombarda grande com duas câmaras	1441-43	Bruges	89 l. e 5 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
12 bombardas com 16 câmaras e 134 canhões com 262 câmaras	1441-43	Bruges	709 l., 1 s. e 4 d.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
Arnês de Tournai e de pernas	1441-43	Bruges	1 l.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
Cota	1441-43	Bruges	1 l. e 13 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
Besta de garrucha	1441-43	Bruges	8 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , I: 431
Fivela de arnês	1450-51	Porto	3 r.	0,63 a 0,69	<i>As Finanças</i> : 137
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Haste de dardo	1461-62	Porto	4 r.	0,61	<i>As Finanças</i> : 137
Haste de lança de armas	1461-62	Porto	40 r.	6,12	<i>As Finanças</i> : 137
Duas armaduras de malha com bafeira	1471	Bruges	48 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
Quatro gorjais de malha	1471	Bruges	48 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
Cota de malha de prata	1471	Bruges	50 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
Cota de malha redonda	1471	Bruges	100 s.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
95 espingardas de ferro	1471	Bruges	319 s. e 9 d.	(?)	<i>Descobrimentos</i> , III: 92-93
Arnês	1475	-	15 ducados (c. 6600 r.)	c. 798,6	"A Arte da Guerra": 340-341

⁷⁸⁶ Mais a cera que se gastar.

Colobreta	1475	-	10 ducados (c. 4400 r.)	c. 532,4	"A Arte da Guerra": 340-341
Couraça de Génova com seu corpo	1475	-	3 a 4 ducados (c. 1320 a 1760 r.)	c. 159,72 a 212,96	"A Arte da Guerra": 340-341
Bombarda	1475	-	10 coroas (c. 3000 r.)	c. 363	"A Arte da Guerra": 340-341
Projétil de bombarda	1475	-	2 coroas (c. 600 r.)	c. 72,6	"A Arte da Guerra": 340-341
Quintal de pólvora	1475	-	10 dobras (c. 3000 r.)	c. 363	"A Arte da Guerra": 340-341
Besta de garrucha de aço	1475	geral	800 r.	96,8	"A Arte da Guerra": 340-341
Viroão	1475	geral	1,5 r.	0,18	"A Arte da Guerra": 340-341
Lança	1475	-	0,10 coroas (c. 30 r.)	c. 3,63	"A Arte da Guerra": 340-341
Gibanete com capacete e babeiro	1475	-	1000 r.	121	"A Arte da Guerra": 340-341
Espada	1479	Braga	400 r.	54	<i>A Arquidiocese</i> : 886-887
Gibanete	1479	Braga	1000 r.	135	<i>A Arquidiocese</i> : 886-887
Espada	a. 1496	geral	6 onças de prata de peso mourisco	169	"Cartas", I: 366
INSTRUMENTOS PRISIONAIS					
Látego	1461-62	Porto	3,5 r.	0,54	<i>As Finanças</i> : 142
Navalhão	1482-83	Porto	35 r.	4,03	<i>As Finanças</i> : 142
Elo de cadeia	1485-86	Porto	10 a 12 r.	1 a 1,21	<i>As Finanças</i> : 142
Chave de cadeado	1493-94	Porto	10 r.	1	<i>As Finanças</i> : 142
Elo de cadeia	1493-94	Porto	11 a 20 r.	1,11 a 2,02	<i>As Finanças</i> : 142
Farropeia grossa	1493-94	Porto	50 r.	5,1	<i>As Finanças</i> : 142
Chave de cadeado	1496-97	Porto	10 r.	1	<i>As Finanças</i> : 142
Elo de cadeia	1496-97	Porto	11 a 22 r.	1 a 2,2	<i>As Finanças</i> : 142
Cepo com cadeia	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171
Cutelo	1499	Montemor-o-Novo	100 r.	10	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171

2.9. Animais e seus apetrechos

ANIMAIS E SEUS APETRECHOS					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
ANIMAIS					
Alã branca com coleira e cadeia	1367	Alvorger	10 s	6,05	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Asna com albarda, almocela e cilha	1367	Alvorger	300 s.	181,5	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Asno com albarda e cilha	1367	Alvorger	115 s.	69,58	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Besta com cinto	1367	Alvorger	60 s.	36,3	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Galgo preto com cadeia	1367	Alvorger	5 s.	3,03	"O Senhorio Crúzio": 48-49

Rocim ruço, ruão com sela, freio e duas esporas	1367	Alvorge	330 s.	199,65	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Potro	1376	Almodôvar	100 l.	1046	<i>A Evolução</i> , IX: quadro 4
Rocim	1428	geral	32 florins	?	<i>Monumenta Henricina</i> , III: 222
Quatro mulas	1434	Lisboa	42,86 r.	14,1	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 28
Cavalo	1437	geral	3000 r.	921	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 333
Cavalo	1461	geral	6000 r.	918	<i>Descobrimentos</i> , III: 42
Potro	1470	Sintra	1000 r.	152	<i>O livro</i> : 14
Potro	1470	geral	500 r.	76	<i>O livro</i> : 52
Besta	1479	Braga	400 r.	54	<i>A Arquidiocese</i> : 886
Cavalo mourisco novo e muito bom	1492	geral	8000 ou 9000 r.	808 ou 909	<i>Documentos Inéditos</i> : 394
Açor	1496-97	Porto	4650 r.	465	<i>As Finanças</i> : 145
APETRECHOS					
Cabrestel de cavalo com chocalho	1367	Alvorge	1 s. e 10 d.	1,11	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Cilha nova sem cabo	1367	Alvorge	2 s. e 6 d.	1,51	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Três ferros de rocim com chave ⁷⁸⁷	1367	Alvorge	46 s.	27,83	"O Senhorio Crúzio": 48-49
Sobrecarga com cabo e látego	1367	Alvorge	3 s. e 8 d.	2,21	"O Senhorio Crúzio": 48-49

2.10. Interior Doméstico

INTERIOR DOMÉSTICO					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
MOBILIÁRIO					
Arca de pinho	1496	Lisboa	200 r.	20	"A compra de fio": 525
Banco	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 167
Cadeira	1367	Alvorge	5 s. e 6 d.	3,33	"O Senhorio Crúzio": 56
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Cadeira	1499	Montemor-o-Novo	25 r.	2,5	<i>Montemor-o-Novo</i> : 167
Leito ⁷⁸⁸	1367	Alvorge	5 s.	3,03	"O Senhorio Crúzio": 58
Escano	1367	Alvorge	16 s.	9,68	"O Senhorio Crúzio": 56
Escrivaninha	1499	Montemor-o-Novo	210 r.	21	<i>Montemor-o-Novo</i> : 173
Mesa velha com pés	1367	Alvorge	10 s. e 1 d.	6,1	"O Senhorio Crúzio": 58
Mesa com seus pés e dois bancos	1453	Lisboa	220 r.	45,98	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 689
Mesa com seus pés	1454	Lisboa	220 r.	45,98	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 708
Talho de quatro pés	1367	Alvorge	1 s. e 4 d.	0,8	"O Senhorio Crúzio": 59
Ucha pequena forrada	1367	Alvorge	12 s.	7,26	"O Senhorio Crúzio": 59

⁷⁸⁷ Dois bons e um quebrado.

⁷⁸⁸ Um novo, pequeno e de pés e um velho de torno.

Ucha forrada	1367	Alvorge	55 s.	33,28	"O Senhorio Crúzio": 59
Uchote pequeno, com fechadura e chave	1367	Alvorge	2 s. e 6 d.	1,51	"O Senhorio Crúzio": 59
TÊXTEIS					
Almadraques	1367	Alvorge	48, 50, 55, 62 e 70 s. ⁷⁸⁹	29,04 a 42,35	"O Senhorio Crúzio": 53
Cabeçais	1367	Alvorge	20 s. e 6 d. a 34 s. ⁷⁹⁰	12,4 a 20,57	"O Senhorio Crúzio": 53
Chumaços	1367	Alvorge	19, 23 s. e 4 d., 36, 55 e 60 s. ⁷⁹¹	11,5 a 36,3	"O Senhorio Crúzio": 53-54
Almocela	1367	Alvorge	10 s. e 4 d. a 15 s. ⁷⁹²	6,25 a 9,08	"O Senhorio Crúzio": 53
Cobertas	1367	Alvorge	10, 13 s. e 6 d. (2), 16 s. e 4 d. e 20 s. ⁷⁹³	6,05 a 12,1	"O Senhorio Crúzio": 54
Lençóis	1367	Alvorge	9 d., 9 s., 9 s. e 2 d. e 14 s. ⁷⁹⁴	0,45 a 8,47	"O Senhorio Crúzio": 52 e 54
Mantas	1367	Alvorge	19 a 35 s. ⁷⁹⁵	11,5 a 21,18	"O Senhorio Crúzio": 55
Três mantéis velhos	1367	Alvorge	23 s.	13,92	"O Senhorio Crúzio": 55
UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS					
Agomil	1367	Alvorge	5 e 20,5 s.	3,03 e 12,4	"O Senhorio Crúzio": 56
Alguidar pequeno, meio e de amassar pão	c. 1379-81	Évora	2, 4 e 8 s.	1,05, 2,09 e 4,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Alguidar de alqueire e meio e dois alqueires	1403	Loulé	6 a 8 s.	0,03 a 0,04	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 128
"Alquadrom"	1403	Loulé	1 rs.	0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Caldeira	1367	Alvorge	25 s. ⁷⁹⁶	15,13	"O Senhorio Crúzio": 56
Cântaro e cântaro "talheiro"	c. 1379-81	Évora	20 d. e 2 s.	0,87 a 1,05	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Cântaro de almude	1403	Loulé	3 rs.	1,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Colher de ferro	1367	Alvorge	1,08 a 3 s.	0,66 a 1,82	"O Senhorio Crúzio": 57
Enfusa paradas e bicadas e de água de asas e meã	c. 1379-81	Évora	3 e 8 d.	0,13 e 0,35	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143-144
Enfusa de quarto de cântaro	1403	Loulé	1 rs.	0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Escudela	1367	Alvorge	0,35 s. ⁷⁹⁷	0,21	"O Senhorio Crúzio": 57
Espeto de ferro	1367	Alvorge	2,83 s. ⁷⁹⁸	1,71	"O Senhorio Crúzio": 57
Funil de barro	1367	Alvorge	1 s.	0,61	"O Senhorio Crúzio": 57
Funil pequeno e grande	1403	Loulé	35 s. e 1 rs.	0,18 e 0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 128

⁷⁸⁹ Branco cheio de lâ; Velho e roto com lâ; Branco cheio de lâ de carneiros; Branco cheio de lâ de carneiros e Velho listado com pena branco e cárdeo.

⁷⁹⁰ Branco com listras cárdeas; Dos de Castela, cheio de lâ de carneiros.

⁷⁹¹ Listado cárdeo e branco de pena; Cárdeo e branco cheio de pena; Velho com pena; Bom, axadrezado cárdeo e branco de pena; De lâ de Castela com pena.

⁷⁹² Listada branca e vermelha; Velha, cárdea, branca e vermelha.

⁷⁹³ Velha, branca e vermelha; Velha de burel; Nova de burel; Nova de burel e de burel.

⁷⁹⁴ Velho de estopa; Velho e roto; Novo para coser e Velho e roto de lâ.

⁷⁹⁵ Branca e preta; Velha, branca e preta.

⁷⁹⁶ Duas, sendo uma boa e outra quebrada.

⁷⁹⁷ Com base no preço de 6 soldos por 17 escudelas.

⁷⁹⁸ Com base no preço de 8,5 soldos por três espetos de ferro.

Galheta de estanho	1367	Alvorge	1,25 s.	0,76	"O Senhorio Crúzio": 57
Gamela redonda	1367	Alvorge	10 s.	6,05	"O Senhorio Crúzio": 57
Gral e gral de pedra	1367	Alvorge	1,16 e 9 s.	0,7 e 5,45	"O Senhorio Crúzio": 57
Panela grande	1367	Alvorge	1,16 s.	0,7	"O Senhorio Crúzio": 58
Panela e "paperinhaes" e panela meã	c. 1379-81	Évora	2 e 20 d.	0,087 a 0,87	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143-144
Panela de quarta, meio arrátel e arrátel	1403	Loulé	20 s., 35 s. e 1 rs.	0,1, 0,18 e 0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Pichel	1367	Alvorge	1,5 e 12,67 r. ⁷⁹⁹	0,91 e 7,67	"O Senhorio Crúzio": 58
Púcaro para vinho e púcaro	c. 1379-81	Évora	3 e 6 d.	0,13 e 0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143-144
Púcaro para beber água	1403	Loulé	10 s.	0,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Quarta	1403	Loulé	2 rs.	0,7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Salseiro velho, de estanho, sem cobertura	1367	Alvorge	6 d.	0,3	"O Senhorio Crúzio": 59
Sertã	1403	Loulé	1 rs.	0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
Sertão com rapadoira	1367	Alvorge	15,5 s.	9,38	"O Senhorio Crúzio": 59
Tabuleiro	1367	Alvorge	2 s.	1,21	"O Senhorio Crúzio": 59
Talha de dois cântaros, três cântaros e de carga	c. 1379-81	Évora	7, 10 e 15 s.	3,66, 5,23 e 7,85	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Tijela pequena, de forno e de monte	c. 1379-81	Évora	6 d., 8 d. e 1 s.	0,26, 0,35 e 0,52	<i>Documentos Históricos</i> , I: 144
Tigela grande para cozer pescados e meã	1403	Loulé	35 s. e 1 rs.	0,18 e 0,35	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 127
"Vasado" de dois cântaros	c. 1379-81	Évora	4 s.	2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
VÁRIOS					
Cama e alfaias de casa	1449	Porto	3000 r.	690	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449</i> : 426

2.11. Escravos

ESCRAVOS					
Item	Data	Localid./Região	Preço	Prata (g)	Fonte
Moura branca	1368	Lisboa	160 l.	1936	"Os Escravos": 299
Mouro	1434	Lisboa	70000 l.	658	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 28
Escravo	1461	geral	3000 r.	459	<i>Descobrimentos</i> , III: 41
Escrava	1461	geral	7000 r.	1071	<i>Descobrimentos</i> , III: 42
Escrava	1461	geral	11500 r.	1759,5	<i>Descobrimentos</i> , III: 42
Três escravos	1461	geral	30000 r.	4590	<i>Descobrimentos</i> , III: 42

⁷⁹⁹ Com base nos preços de 3 soldos por dois pichéis "loares" e de 25,33 soldos por dois pichéis de estanho.

Dois escravos	1461	geral	60 dobras de banda (c. 13800 r.) ⁸⁰⁰	c. 2111,4	<i>Descobrimentos</i> , III: 42
Valor pago por escravo tomado pelos povoadores de S. Tomé	1493	geral	4000 r.	404	<i>Descobrimentos</i> , III: 429

⁸⁰⁰ Segundo um valor de 230 reais por dobra. Cf. LOBO, *História da Sociedade*, p. 419.

III - OS SALÁRIOS

3.1. Oficiais Públicos

OFICIAIS PÚBLICOS (mantimentos anuais) E DESLOCAÇÕES					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
ALMOXARIFE					
Alfândega	1450	Lisboa	5448 r. ⁸⁰¹	1253,04	<i>História da Sociedade</i> : 496
Almoxarifado	1431-35	Guarda	25589 l. ⁸⁰²	201,06 a 240,53	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 19, 21, 24, 26 e 33
	1437-38	Guarda	764 r.	234,55	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 332, 336

⁸⁰¹ Mais 14 côvados de pano tinto e 1 côvado e 1 quarta de escarlata de vestuário.

⁸⁰² Sendo 16200 libras de mantimento e 9389 libras de vestuário em preço de 17 côvados e 1 quarta “darraiz” e de 1 côvado e 7 oitavas de “sant’ome” (304 libras por côvado) e mais 6 libras e 15 soldos de moeda antiga (1 por 500).

	1471	Santiago de Cabo Verde; geral	764 r.	116,13	<i>Descobrimientos</i> , III: 94
	1473	geral (31 almoxarifados)	764 r.	92,44	<i>Receitas e Despesas</i> : 101
	1486	São Tomé: geral	4000 r.	404	<i>Descobrimientos</i> , III: 321
	1488	Pederneira	764 r.	77,16	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 85
	"de antigamente" (em 1514)	Leiria	764 r.	-	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 88
CONTADOR					
Almoxarifado	1431-35	Guarda	188500 l. ⁸⁰³	1481 a 1772	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 19-20, 22, 24, 26-27, 33
	1437-38	Guarda	5468,6 r. ⁸⁰⁴	1678,86	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 332, 336
Casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	18228 r. ⁸⁰⁵	3809,65	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 291 e II: 344, 355, 672, 689
Comarca	1473	13 comarcas	12186 r.	1474,51	<i>Receitas e Despesas</i> : 98
Contos	1389-95	Lisboa	1200 l.	1104 a 1608	<i>Estudos de História</i> : 133
Cidade	1471	Lisboa	7709 r. + 2 m. trigo	c. 1464	<i>Aspectos da administração</i> : 162
	1498	Lisboa	10709 + 2 m. trigo ⁸⁰⁶	c. 1455	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 283 e 285
CORREGEDOR					
Comarca	1424-31	Estremadura	420000 l.	3456 a 3852	<i>Estudos de História</i> : 130, 131 e 135
	1431-35	Beira	420000 l.	3300 a 3948	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 20, 22, 25, 27, 33 e 332 e 336
	1437-38	Beira	12000 r.	3648	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 20, 22, 25, 27, 33 e 332 e 336
	1473	geral	12000 r.	1452	<i>Receitas e Despesas</i> : 101
ENCARREGADO DO RELÓGIO					
Cidade	1402-03	Porto	6000 l.	600	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 82
	1450-51	Porto	550 r.	114,95 a 126,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1461-62	Porto	560 r.	85,68	<i>As Finanças</i> : 148
	1474-75	Porto	400 r.	48,4	<i>As Finanças</i> : 148
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Cidade	1485-86	Porto	560 r.	56,56	<i>As Finanças</i> : 148
	1491-92	Porto	560 r.	56,56	<i>As Finanças</i> : 148
ENCARREGADO DO SINO					
Cidade	1392-93	Porto	150 l.	138	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1390-1395</i> : 132
	1393-94	Porto	150 l.	138	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1390-1395</i> : 203
	1401-02	Porto	60 rs. ⁸⁰⁷	21	<i>"Vereações"</i> . <i>Anos de 1401-1449</i> : 74
	1432-33	Porto	300 r.	90,9 a 92,1	<i>«Vereações»</i> . 1431-1432: 112
	1461-62	Porto	290 r.	44,37	<i>As Finanças</i> : 148

⁸⁰³ Sendo 162000 libras de mantimento e 26500 libras de vestuário em preço de 14 côvados de pano tinto (1350 libras por côvado) e mais 15 libras de moeda antiga (1 libra antiga por 500 libras novas).

⁸⁰⁴ De mantimento e vestuário.

⁸⁰⁵ Mais 3020 reais anuais de vestuário em 1451 e 3000 reais anuais de vestuário em 1452 e 1453.

⁸⁰⁶ Passou este vencimento para 8000 reais com a morte do seu titular.

⁸⁰⁷ Sendo este um pagamento diário.

	1485-86	Porto	450 r.	45,45	<i>As Finanças:</i> 148
	1493-94	Porto	450 r.	45,45	<i>As Finanças:</i> 148
	1496-97	Porto	450 r.	45	<i>As Finanças:</i> 148
ESCRIVÃO					
Almotaçaria	1471	Lisboa	6000 r.	912	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1498	Lisboa	10000 r. ⁸⁰⁸	100	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 284
Almoxarifado	1431-35	Guarda	21539,5 l. ⁸⁰⁹	172 a 202	<i>Documentos das C. R., I:</i> 19, 21, 24, 33
Alfândega	1450	Lisboa	2400 r. ⁸¹⁰	552	<i>História da Sociedade:</i> 496
Aposentadoria	1471	Lisboa	4800 r.	730	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1422-23	Montemor-o-Novo	1000 r.	310	<i>Montemor-o-Novo:</i> 160
	1450-51	Porto	3000 r.	627 a 690	<i>As Finanças:</i> 148
	1471	Lisboa	5553 + 3 m. trigo	c. 1282	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1471-72	Funchal	1000 r.	121 a 152	<i>Vereações do Funchal:</i> 40-41 e 42
	1474-75	Porto	3000 r.	363	<i>As Finanças:</i> 148
	1482-83	Porto	3000 r.	345	<i>As Finanças:</i> 148
	1485-86	Porto	3000 r.	303	<i>As Finanças:</i> 148
Câmara	1486	Funchal	1000 r. ⁸¹¹	101	<i>Vereações do Funchal:</i> 176
	1491-92	Porto	3000 r.	303	<i>Vereações do Funchal:</i> 176
	1491-92	Funchal	3000 r.	303	<i>Vereações do Funchal:</i> 329 e 341
	1493-94	Porto	3000 r.	303	<i>As Finanças:</i> 148
	1496-97	Porto	3000 r.	300	<i>As Finanças:</i> 148
	1497-98	Funchal	3000 r.	300	<i>Vereações do Funchal:</i> 639
	1498	Lisboa	6000 r. + 3 m. trigo	c. 1176	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 283
	1499	Montemor-o-Novo	3000 r. ⁸¹²	300	<i>Montemor-o-Novo:</i> 187
Vários da Casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	4200 a 6000 r. ⁸¹³	877,8 a 1254	<i>Documentos das C. R., I:</i> 291 e II: 344, 355, 672, 689
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Contos	a. 1389 (Jun.)	Lisboa	20 s. ⁸¹⁴	1,34	<i>A Casa dos:</i> 366
	1389 (Jun.)	Lisboa	600 l.	402	<i>A Casa dos:</i> 366
	1394	Lisboa	150 l.	138	<i>A Casa dos:</i> 366
	1395 (Ago.)	Lisboa	50 l.	46	<i>A Casa dos:</i> 366
	d. 1395 (Ago.)	Lisboa	c.155 l. ⁸¹⁵	c. 142,6	<i>Estudos de História:</i> 133
	1401	Lisboa	c.155 l. ⁸¹⁶	c. 108,5	<i>Estudos de História:</i> 133

⁸⁰⁸ Deixou de ter efeito este vencimento com a morte do seu titular.

⁸⁰⁹ Sendo 12150 libras de mantimento e 9389 libras de vestuário em preço de 17 côvados e 1 quarta “darraiz” e de 1 côvado e 7 oitavas de “sant’ome” (304 libras por côvado) e mais 6 libras e 15 soldos de moeda antiga (1 por 500).

⁸¹⁰ Metade para mantimento e metade para vestuário.

⁸¹¹ Este pagamento aparece designado por tença.

⁸¹² Este pagamento aparece designado por tença.

⁸¹³ Mais 1500 a 2070 reais anuais de vestuário.

⁸¹⁴ Sendo este um pagamento diário.

⁸¹⁵ Resultante de 100 reais mensais mais 15 côvados de pano de Bruges e 56 libras e 5 soldos por ano. Em 1397, 600 libras era a soma entregue ao escrivão para a compra do pano de Bruges.

⁸¹⁶ Resultante de 100 reais mensais mais 15 côvados de pano de Bruges e 56 libras e 5 soldos por ano. Em 1397, 600 libras era a soma entregue ao escrivão para a compra do pano de Bruges.

	1401	Lisboa	c. 829 l. ⁸¹⁷		<i>Estudos de História:</i> 133
	1404	Lisboa	1148 l. ⁸¹⁸		<i>Estudos de História:</i> 133
	1431-35	Beira	102025 l. ⁸¹⁹	802 a 959	<i>Documentos das C. R., l: 20, 22, 24, 27, 33</i>
	1465	Lisboa	5000 r.	820	<i>A Casa dos:</i> 370
	1479	Lisboa	5000 r.	675	<i>A Casa dos:</i> 370
	1484	Lisboa	5000 r.	575	<i>A Casa dos:</i> 370
	1487	Lisboa	5000 r.	505	<i>A Casa dos:</i> 370
	1496	Lisboa	5000 r.	500	<i>A Casa dos:</i> 371
Cidade	1471	Lisboa	7000 r. + 2 m. trigo	c. 1356	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1498	Lisboa	7000 r. + 2 m. trigo ⁸²⁰	c. 1084	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 283 e 285
Imposição do vinho	1485-86	Funchal	4000 r.	404	<i>Vereações do Funchal:</i> 99, 138, 177
Marco	1498 (Mai.)	Lisboa	6000 r. ⁸²¹	600	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 284 e 286
	1471	Lisboa	2282 r. + 2 m. trigo	c. 639	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1473	Batalha	3700 r.	447,7	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória:</i> 52
Obra	a. 1483 (Fev.)	Batalha	3700 r. + 2 m. cereal	425,5 + cereal	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória:</i> 51, 72, 78, 120
	1483 (Fev.)	Batalha	5000 r. + 2 m. cereal	575 + cereal	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória:</i> 78 e 88, 120
	1498 (Mai.)	Lisboa	2000 r. + 2 m. trigo ⁸²²	584	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 283 e 286
Tesouro	1471	Lisboa	2142 + 2 m. de trigo	617	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1498 (Mai.)	Lisboa	2000 r. + 2 m. trigo	584	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 284
JUIZ					
Alfândega	1473	Viana do Castelo	762 r.	92,20	<i>Receitas e Despesas:</i> 101
	1473	Lisboa	12660 r.	1531,86	<i>Receitas e Despesas:</i> 102
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Cível ou Crime	1407	Lisboa	10000 l.	1000	<i>Estudos de História:</i> 129
	1471	Lisboa	2000 r. + 2 m. trigo	c. 596	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1498	Lisboa	2000 r. + 2 m. trigo	c. 584	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 286
Contos	1389-95	Lisboa	1200 l	1104 a 1608	<i>Estudos de História:</i> 133
Judeus e Órfãos	1407	Lisboa	5000 l.	500	<i>Estudos de História:</i> 129
	1471	Lisboa	2000 r.	304	<i>História da Sociedade:</i> 496
Sisas	1426	Lisboa	c. 6171 r.	1913	<i>Estudos de História:</i> 131
Varejos	1474-75	Porto	500 r.	60,5	<i>As Finanças:</i> 148
	1485-86	Porto	500 r.	50,5	<i>As Finanças:</i> 148

⁸¹⁷ Resultante de 500 libras mensais mais 3770 libras e 11,5 libras de moeda antiga (1 para 15) para vestuário de pano de Bruges

⁸¹⁸ Mais 4187,5 libras e 11 libras e 15 soldos de moeda antiga para vestuário

⁸¹⁹ Sendo 84000 libras de mantimento e 18025 libras de vestuário em preço de 15 côvados de Bruges (810 libras por côvado) e mais 11 libras e 15 soldos de moeda antiga (1 libra antiga por 500 libras novas).

⁸²⁰ Passou este vencimento para 5000 reais com a morte do seu titular.

⁸²¹ Passou este vencimento para 4000 reais.

⁸²² Passou este vencimento para 4000 reais.

Danos e Meirinho da serra	1495	Funchal	4000 r.	400	<i>Vereações do Funchal</i> : 493-494
PORTEIRO					
Almoxarifado	1432-35	Guarda	11340 l. ⁸²³	89,1 a 106,6	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 22, 24, 26, 33
	1437-38	Guarda	324 r.	99,47	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 332, 336
	1420-22	Alcochete e Aldeia Galega	500 r.	155	<i>Livro da Vereação de Alcochete</i> : 135 e 158
	1422-23	Montemor-o-Novo	1000 r.	310	<i>Montemor-o-Novo</i> : 160
	1443-44	Montemor-o-Novo	700 r. + 3 varas de "olanda" e 1 par de sapatos	230,3 + tecido e calçado	<i>Montemor-o-Novo</i> : 93
	1450-51	Porto	1500 r.	313,5 a 345	<i>As Finanças</i> : 148
	1461-62	Porto	1650 r.	252,45	<i>As Finanças</i> : 148
	1470-71	Funchal	600 r.	91,2	<i>Vereações do Funchal</i> : 12
Câmara	1471	Lisboa	2700 + 1 m. de trigo	c. 556	<i>Aspectos da administração</i> : 162
	1471-72	Funchal	600 r.	72,6 a 91,2	<i>Vereações do Funchal</i> : 42
	1474-75	Porto	1500 r.	181,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1482-83	Porto	1500 r.	172,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1485-86	Porto	1000 r.	101	<i>As Finanças</i> : 148
	1491-92	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1493-94	Porto	2500 r.	252,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1495-96	Funchal	3500 r. ⁸²⁴	350	<i>Vereações do Funchal</i> : 364 e 374-375
	1496-97	Porto	3000 r.	300	<i>As Finanças</i> : 148
	1498 (Mai.)	Lisboa	3000 r. + 1 m. trigo ⁸²⁵	c. 492	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 284
Casa de Ceuta	1499	Montemor-o-Novo	1500 r. (?)	150 (?)	<i>Montemor-o-Novo</i> : 187
	1451-53	Lisboa	2736 r. ⁸²⁶	571,82	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 345, 356, 672
Comarca	1431-35	Beira	50425 l. ⁸²⁷	396 a 474	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 20, 22, 25, 27, 33
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Comarca	1473	13 comarcas	3321 r.	401,84	<i>Receitas e Despesas</i> : 98
PROCURADOR					
Câmara	1471	Lisboa	2000 + 2 m. de trigo	c. 596	<i>Aspectos da administração</i> : 162
	1482-83	Porto	1000 r.	115	<i>As Finanças</i> : 148
	1491-92	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1493-94	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças</i> : 148
	1496-97	Porto	1500 r.	150	<i>As Finanças</i> : 148
Negócios da Câmara	1471	Lisboa	2000 + 2 m. de trigo	c. 596	<i>Aspectos da administração</i> : 162

⁸²³ Sendo 7290 libras de mantimento e 4050 libras de vestuário em preço de 15 côvados de "valençina".

⁸²⁴ Tença. Mais o pano da mesa e o que ao ofício pertencer.

⁸²⁵ Mais 500 reais destinados a vassouras e água.

⁸²⁶ Mais 1500 reais anuais de vestuário em 1451 e 1453.

⁸²⁷ Sendo 32400 libras de mantimento e 18025 libras de vestuário em preço de 15 côvados de Bruges (810 libras por côvado) e mais 11 libras e 15 soldos de moeda antiga (1 libra antiga por 500 libras novas).

TESOUREIRO					
Câmara	1471	Lisboa	4000 r. + 2 m. trigo	900	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1485-86	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças:</i> 148
	1491-92	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças:</i> 148
	1493-94	Porto	1500 r.	151,5	<i>As Finanças:</i> 148
	a. 1498 (Mai.)	Lisboa	6000 r. + 4 m. trigo ⁸²⁸	c. 1368	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 283-284
Casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	12000 r. ⁸²⁹	2508	<i>Documentos das C. R.,</i> II: 344, 355, 672-73, 689
Imposição de Vila Nova	1471	Lisboa	7200 r.	1094	<i>Aspectos da administração:</i> 162
OUTROS					
Aposentador	1471	Lisboa	9600 r. + 1 m. cevada	c. 1532	<i>Aspectos da administração:</i> 162
Caminheiro da Casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	3120 r. ⁸³⁰	652,08	<i>Documentos das C. R.,</i> II: 345 e 356, 672-73, 689
Diária de feitor de el-rei na Flandres	1441-43	Flandres	4 s. e 2 d. ⁸³¹	(?)	<i>Descobrimientos,</i> I: 431
Feitor dos contos	1389-1395	Lisboa	600 l.	552 a 804	<i>Estudos de História:</i> 133
Fiel da Casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	3600 r. ⁸³²	752,4	<i>Documentos das C. R.,</i> II: 345 e 356, 672, 689
Fiscal da balança	1485-86	Porto	500 r.	50,5	<i>As Finanças:</i> 148
	1491-92	Porto	300 r.	30,3	<i>As Finanças:</i> 148
Guarda-mor de portas da cidade acerca da peste	1489	Porto	2000 r.	202	<i>Índice Chronológico:</i> 218
Homem da câmara	1471	Lisboa	1757 r. + 1 m. trigo	c. 413	<i>Aspectos da administração:</i> 162
	1498 (Mai.)	Lisboa	2000 + 1 m. trigo	c. 392	<i>Livro das Posturas Antigas:</i> 284
Homem da Casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	1716 r. ⁸³³	358,64	<i>Documentos das C. R.,</i> II: 345, 356, 672, 708-709
Mantimento mensal de Jurado	1485	Madeira	600 r.	60,6	<i>Vereações do Funchal:</i> 109
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Mantimento mensal de Jurado	1488-89	Madeira	500 a 800 r.	50,5 a 80,8	<i>Vereações do Funchal:</i> 209, 233, 242 e 243
	1495-97	Madeira	375 a 750 r.	37,5 a 75	<i>Vereações do Funchal:</i> 376, 521, 565, 633 e 634
Moço dos contos	1389-1395	Lisboa	300 l. ⁸³⁴	276 a 402	<i>Estudos de História:</i> 133
Recebedor de alfândega	1450	Lisboa	1335 r. ⁸³⁵	307,05	<i>História da Sociedade:</i> 496
Recebedor de concelho	1439-40	Mós de Moncorvo	300 r.	92,1 a 98,7	"A adm. mun. de Mós": 554
Recebedor de imposição do vinho	1485-86	Funchal	4000 r.	404	<i>Vereações do Funchal:</i> 99 e 177
Sacador	1471	Lisboa	1772 r. + 1 m. trigo	c. 415	<i>Aspectos da administração:</i> 162

⁸²⁸ São retirados os 4 moios de trigo.

⁸²⁹ Mais 2635 reais de vestuário em preço de 14 côvados de ipre (4900 libras por côvado) e 1 côvado e 1 quarta de escarlata (10500 libras por côvado) e mais 15 libras de moeda antiga (a 700 por 1). Mais 2857 reais de tença. A especificação do vestuário não aparece em 1452, 1453, ano em que se acrescenta um real à tença, nem em 1454.

⁸³⁰ Mais 450 reais anuais de vestuário em 1451 e 1453. Em 1452, os 260 reais englobam calçado.

⁸³¹ Numerário flamengo.

⁸³² Mais 1200 reais anuais de vestuário.

⁸³³ Mais 450 reais anuais de vestuário em preço de 15 côvados de Valencienn (30 reais o côvado) em 1451. Em 1452 e 1453, a quantia de 350 reais para vestuário não é especificada. Mais 15 côvados de Valencienn (1050 libras o côvado) em 1454.

⁸³⁴ Mais 9 côvados e 1/4 de pano de 8 em 8 meses para vestuário

⁸³⁵ Mais 17 côvados e 1 quarta de pano de Arras e 1 côvado e 7 oitavas de Saint-Omer para vestuário.

Solicitador	1496-97	Porto	600 r.	60	<i>As Finanças: 148</i>
Subalerno de alfândega	1450	Lisboa	1032 r. ⁸³⁶	237,36	<i>História da Sociedade: 496</i>
Varejador de imposição do vinho	1485-87	Funchal	4000 r.	404	<i>Vereações do Funchal: 99 e 177</i>
Vedor da fazenda	1490	Lisboa	35000 r. ⁸³⁷	3500	<i>História da Sociedade: 495</i>
Vedor de obras	1471	Lisboa	2582 + 2 m. trigo	c. 684	<i>Aspectos da administração: 162</i>
	1498 (Mai.)	Lisboa	4000 r. + 2 m. trigo e 1 m. cevada ⁸³⁸	c. 880	<i>Livro das Posturas Antigas: 283, 285 e 286</i>
Vereador	1471	Lisboa	2000 r. + 2 m. trigo	c. 596	<i>Aspectos da administração: 162</i>
	1498 (Mai.)	Lisboa	2000 r. + 2 m. trigo	c. 584	<i>Livro das Posturas Antigas: 286</i>
DESLOCAÇÕES					
Mensal de de enviado a Lisboa para vender fruta	1375	Loulé	400 s.	209,2	<i>Descobrimientos, II - I: 313</i>
Enviado a Lagos com carta	1375	Loulé	27 s.	14,12	<i>Descobrimientos, II - I: 316</i>
Enviado a Lagos com carta	1376	Loulé	10 s.	5,23	<i>Descobrimientos, II - I: 320</i>
Enviado a Lagos com procuração	1376	Loulé	45 s.	23,54	<i>Descobrimientos, II - I: 321</i>
A tabelião pela besta e mantimento de 2 dias	1376	Loulé	66 s.	34,52	<i>Descobrimientos, II - I: 322</i>
A troteiro de Faro que levou dois instrumentos à corte	1376	Loulé	120 s.	62,76	<i>Descobrimientos, II - I: 323</i>
A porteiro que levou carta a Silves	1376	Loulé	30 s.	15,69	<i>Descobrimientos, II - I: 323</i>
A procurador por 3 dias de trabalho em Faro	1376	Loulé	30 s.	15,69	<i>Descobrimientos, II - I: 323-324</i>
A procurador por 2 dias de trabalho em Albufeira	1376	Loulé	20 s.	10,46	<i>Descobrimientos, II - I: 324</i>
Enviado a Lisboa, ao mestre de Avis	1384	Loulé	400 s.	127,6	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 20</i>
Diária de 2 enviados a cortes de Coimbra para despesas e governo de azémola	1384	Loulé	100 s.	31,9	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 24</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Diária de tabelião a Beja e a Campo de Ourique pedir saca de pão	1385	Loulé	40 s.	6,96	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 27</i>
Diária de dois enviados a cortes de Coimbra para despesas e governo de azémola	1385	Loulé	80 s.	13,92	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 35, 36 e 38</i>
Enviado a Castro Marim, ao corregedor	1385	Loulé	80 s.	13,92	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 36</i>
Diária de enviado, com procuração, a cortes de Coimbra	1385	Loulé	15 s.	2,61	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 40</i>

⁸³⁶ Mais 15 côvados de pano de Valência para vestuário.

⁸³⁷ Sendo 5000 reais para vestuário.

⁸³⁸ Passará este vencimento para 5000 reais com a morte do presente titular.

Diária de enviado a Beja e, possivelmente, a Évora saber notícias	1385	Loulé	15 s.	2,61	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 47</i>
Enviado a Albufeira, ao corregedor, para tratar de litígio	1396	Loulé	50 l.	46	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 69-70</i>
Representante da cidade à corte	1401	Porto	100 rs.	35	<i>"Vereações": Anos de 1401-1449: 69</i>
De moço que trouxe carta régia de Évora	1402	Porto	30 rs.	10,5	<i>"Vereações": Anos de 1401-1449: 111</i>
De portador de carta régia a Arraiolos, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim	1402	Loulé	10 rs. ⁸³⁹	3,5	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 110</i>
Procurador a Évora, por quatro dias, com um cavalo e um moço	1422-23	Montemor-o-Novo	78 r.	24,18	<i>Montemor-o-Novo: 156</i>
De 4 homens bons, enviados a Évora por 4 dias, e 1 homem que os servia e 4 moços e com suas bestas	1422-23	Montemor-o-Novo	300 r.	93	<i>Montemor-o-Novo: 156</i>
Vereador a Évora buscar carneiros	1422-23	Montemor-o-Novo	25 r.	7,75	<i>Montemor-o-Novo: 158</i>
Vereador a Évora e Arraiolos buscar carneiros	1422-23	Montemor-o-Novo	30 r.	9,3	<i>Montemor-o-Novo: 158</i>
Enviado a Beja chamar corregedor	1422-23	Montemor-o-Novo	40 r.	12,4	<i>Montemor-o-Novo: 159</i>
Enviado a Lisboa de Montemor-o-Novo ou Beja com recado do corregedor	1422-23	Montemor-o-Novo	100 r.	31	<i>Montemor-o-Novo: 159</i>
Porteiro a Coruche chamar juiz	1422-23	Montemor-o-Novo	20 r.	6,2	<i>Montemor-o-Novo: 160</i>
Enviado ao Ribatejo para arranjar carneiro	1422-23	Montemor-o-Novo	70 r.	21,7	<i>Montemor-o-Novo: 161</i>
Enviada à corte com cartas	1436	Guarda	200 r.	64,8	<i>Documentos das C. R., I: 41</i>
Diária de procurador a Ferronho para buscar pão	1439-40	Mós de Moncorvo	8 r.	2,46 a 2,63	<i>"A adm. mun. de Mós": 549</i>
Enviado ao arcebispo de Braga	1439-40	Mós de Moncorvo	200 r.	61,4 a 65,8	<i>"A adm. mun. de Mós": 550-551</i>
Enviado a Bragança apresentar uma carta e requerer inquirição	1439-40	Mós de Moncorvo	8 r.	2,46 a 2,63	<i>"A adm. mun. de Mós": 551</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Enviado à corte com agravos	1439-40	Mós de Moncorvo	1300 r.	399,1 a 427,7	<i>"A adm. mun. de Mós": 553</i>
Enviado a Torre de Moncorvo com aviso	1439-40	Mós de Moncorvo	6 r.	1,84 a 1,97	<i>"A adm. mun. de Mós": 554</i>
De andador a Freixo chamar tabelião	1439-40	Mós de Moncorvo	3 r.	0,92 a 0,99	<i>"A adm. mun. de Mós": 555</i>
De juiz a Bragança requerer vigário geral	1439-40	Mós de Moncorvo	30 r.	9,21 a 9,87	<i>"A adm. mun. de Mós": 555</i>
Enviado a Freixo com aviso	1439-40	Mós de Moncorvo	15 r.	4,61 a 4,94	<i>"A adm. mun. de Mós": 558</i>
Enviado a Freixo por causa de litígio	1439-40	Mós de Moncorvo	50 r.	15,35 a 16,45	<i>"A adm. mun. de Mós": 559</i>
Diária de caminhaio do concelho	1450-51	Porto	18 r.	3,76 a 4,14	<i>As Finanças: 159</i>

⁸³⁹ De mantimento em cada um dos lugares.

Diária de “moço”	1450-51	Porto	10 r.	2,09 a 2,3	<i>As Finanças</i> : 159
Diária de procurador a cortes ⁸⁴⁰	1468	Loulé	50 r.	7,2	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 203
De porteiro que levou carta a Machico	1486	Funchal	60 r.	6,06	<i>Vereações do Funchal</i> : 174
De Jurado que levou carta a Câmara de Lobos	1486	Funchal	30 r.	3,03	<i>Vereações do Funchal</i> : 174
Diária de enviado à corte ⁸⁴¹	1487	Loulé	80 r.	8,08	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 243-44
Mensal a enviado à corte com petições	1496	Funchal	5000 r.	500	<i>Vereações do Funchal</i> : 481
Enviado à corte	1499	Montemor-o-Novo	660 r.	66	<i>Montemor-o-Novo</i> : 173
Enviado a Évora com carta	1499	Montemor-o-Novo	47 r.	4,7	<i>Montemor-o-Novo</i> : 175
Enviado a Évora para buscar pregador e procurar carniceiro	1499	Montemor-o-Novo	100 r.	10	<i>Montemor-o-Novo</i> : 176
Diária de enviado a el-Rei	1499	Montemor-o-Novo	60 r.	6	<i>Montemor-o-Novo</i> : 181
Enviado a el-Rei	1499	Montemor-o-Novo	150 r.	15	<i>Montemor-o-Novo</i> : 182

3.1.7. Oficiais de justiça e serviços de escolta

OFICIAIS E SERVIÇOS DE JUSTIÇA					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
CARCEREIRO					
Soldada régia anual a carcereiro	1473	Leiria	1480 r.	179,08	<i>Receitas e Despesas</i> : 100
Mantimento mensal ao carcereiro da vila	1494	Loulé	500 r. ⁸⁴²	50,5	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 178
	1496	Loulé	500 r. ⁸⁴³	50	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 207
Quantia paga a carcereiro	1499	Montemor-o-Novo	500 r.	50	<i>Montemor-o-Novo</i> : 176
CARCERAGENS E TRONCAGENS					
Carceragem	1361	Évora	5 s. e 26 s. e 2 d. ⁸⁴⁴	3,03 e 15,83	<i>Documentos Históricos</i> , I: 57
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Carceragem	1375	Porto	5 s. ⁸⁴⁵	2,62	<i>Índice Cronológico</i> : 68
	1392	Évora	5 s + 1 s. ou 25 s + 1 s. ⁸⁴⁶	0,28 ou 1,2	<i>Documentos Históricos</i> , I: 172-173
	1446-47	geral	30 + 2 r. ou 60 r. ⁸⁴⁷	7,17 + 0,66 ou 19,74	<i>Ordenações Afonsinas</i> : 209-210
	1446-47	geral	5 + 2 r. ou 60 r. ⁸⁴⁸	1,65 + 0,66 ou 19,74	<i>Ordenações Afonsinas</i> : 211
Troncagem	1495	Funchal / Lisboa	14,5 r.	1,45	<i>Vereações do Funchal</i> : 389

⁸⁴⁰ Às cortes de Torres Novas e por um período de 30 dias.

⁸⁴¹ Por um período de dois meses.

⁸⁴² Mais carceragens e percalços.

⁸⁴³ Mais carceragens e percalços.

⁸⁴⁴ Valor acostumado e valor cobrado, não permitido pelo rei.

⁸⁴⁵ Valor imposto em sentença contra alcaide. Carceragem daqueles que fossem presos para correcção sem haver querela, como por ser achado de noite.

⁸⁴⁶ Valor pago por preso de feito não crime ou por preso de feito crime.

⁸⁴⁷ Na cadeia do Corregedor da Corte ou dos Ouvidores: de carceragem mais mal entrada ou se o preso quiser paço (não andar agrilhado).

⁸⁴⁸ Nas cadeias das cidades e vilas: de carceragem mais mal entrada ou se for da condição que possa requerer paço.

CARRASCO (serviços executados)					
Açoitamentos	1482-83	Porto	c. 24 r. ⁸⁴⁹	2,76	<i>As Finanças</i> : 158
	1491-92	Porto	100 r.	10,1	<i>As Finanças</i> : 158
	1493-94	Porto	60 e 80 r.	6,06 e 8,08	<i>As Finanças</i> : 158
Enforcamento	1482-83	Porto	50 r.	5,75	<i>As Finanças</i> : 158
Decapitação e açoitamento ⁸⁵⁰	1482-83	Porto	60 r.	6,9	<i>As Finanças</i> : 158
Aplicação de tormentos	1482-83	Porto	20 e 30 r.	2,3 e 3,45	<i>As Finanças</i> : 158
SERVIÇOS DE ESCOLTA (presos e dinheiros)					
Besteiro a Palmela ou Coruche com preso ou dinheiro	1422-23	Montemor-o-Novo	3 a 6 r.	0,93 a 1,86	<i>Montemor-o-Novo</i> : 160-162
Diária de porteiro encarregado de transporte de dinheiros	1437	Lamego a Lisboa	8 r.	2,46	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 206
	1442	Ponte de Lima a Leiria	8 r.	2,63	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 419
Noite de guarda de presos em trânsito ou diária de besteiro em serviço de escolta	1450-51	Porto	12 r.	2,5 a 2,76	<i>As Finanças</i> : 158
Diária de besteiro em serviço de escolta	1474-75	Porto	12 r.	1,45	<i>As Finanças</i> : 159
	1482-83	Porto	12 r.	1,38	<i>As Finanças</i> : 159
	1485-86	Porto	12 r.	1,21	<i>As Finanças</i> : 159
A porteiro que levou dinheiros a Câmara de Lobos	1491	Funchal	10 r.	1,01	<i>Vereações do Funchal</i> : 339
Diária de besteiro em serviço de escolta	1491-92	Porto	12 r.	1,21	<i>As Finanças</i> : 159
	1493-94	Porto	12 r.	1,21	<i>As Finanças</i> : 159
OUTROS					
Guarda de cadeia por homem do meirinho	1499	Montemor-o-Novo	280 r.	28	<i>Montemor-o-Novo</i> : 167
Negro que levou e trouxe escada de força	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171-172
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Dois negros que levantaram enforcado	1499	Montemor-o-Novo	60 r.	6	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171
Guarda de cadeia por uma noite	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 174

3.2. Clérigos e “Profissionais Liberais”

3.2.1. Serviços religiosos e de apoio ao culto

⁸⁴⁹ Tratou-se, nesta circunstância, da aplicação da pena a seis pessoas, entre as quais um “moço” e uma “moça”, serviço pelo qual o executor recebeu 120 reais. Sendo esta uma pena que podia ter um âmbito tão variável quão variável podia ser o número de açoites fixado pelo juiz – o que explica a variedade de vencimentos auferidos pelo carrasco – tratando-se, ao mesmo tempo, de um grupo de pessoas de que faziam parte dois menores, os quais não aguentariam por certo uma pena muito dura, considerei a quantia global como correspondendo a mais ou menos cinco pessoas. Mesmo assim deviam ter sido, todas elas, bastante leves, se compararmos os seus custos com os das restantes que os livros de contas documentam. GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 158.

⁸⁵⁰ Os açoites foram aplicados a uma escrava. GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 158.

SERVIÇOS RELIGIOSOS E DE APOIO AO CULTO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
MANTIMENTOS					
Anual por canto de clérigo pelo hospital de Rocamador Pregação pela Quaresma Mantimento anual a capelão que cantava três missas semanais na casa de S. Lázaro Anual de capelão de S. Vicente no paço da Alcáçova	1392-93	Porto	600 l.	552	<i>"Vereações". Anos de 1390-1395: 120</i>
	1422-23	Montemor-o-Novo	300 r.	93	<i>Montemor-o-Novo: 161</i>
	1460	Lisboa	1500 r. ⁸⁵¹	229,5	<i>Livro das Posturas Antigas: 183</i>
	1437	Lisboa	6000 r.	1842	<i>Estudos de História: 132</i>
Mantimento anual do vigário da igreja de Santa Maria	1490	Funchal	3000 r., 3 m. trigo, 2 pipas de vinho, 12 cabritos, 12 frangões e 2 arrobas de açúcar ⁸⁵²	303 + mantimento e açúcar	<i>Descobrimentos, III: 653</i>
REALIZAÇÃO DE MISSA					
1340-41	Évora	3 a 5 s.	1,85 a 3,08	"O Livro das Despesas": 140-143	
1348	Coimbra	20 s.	12,3	"Um testamento": 66 e 71	
1442	Guimarães	20 r.	6,58	"Património e Rendas": 230	
1482	Avis	10 r.	1,15	<i>História da Sociedade: 511</i>	
1495	Évora	12 r.	1,2	<i>História da Sociedade: 511</i>	
c. 1495	Lisboa	20 r. ⁸⁵³	2	"Cartas", I: 287	
1497	Funchal	40 r.	4	<i>Vereações do Funchal: 634</i>	
1499	Montemor-o-Novo	40 r. ⁸⁵⁴	4	<i>Montemor-o-Novo: 167, 168, 174 e 179</i>	
REALIZAÇÃO DE SERMÃO					
1450-51	Porto	20 r.	4,18 a 4,6	<i>As Finanças: 152</i>	
1461-62	Porto	20 r.	3,06	<i>As Finanças: 152</i>	
Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte	
1474-75	Porto	20 r.	2,42	<i>As Finanças: 152</i>	
1482-83	Porto	20, 30 ⁸⁵⁵ e 50 r.	2,3, 3,45 e 5,75	<i>As Finanças: 152</i>	
1485-86	Porto	40 e 50 r.	4,04 e 5,05	<i>As Finanças: 152</i>	
1491-92	Porto	40 e 50 r.	4,04 e 5,05	<i>As Finanças: 152</i>	
1493-94	Porto	40 r.	4,04	<i>As Finanças: 152</i>	
SERVIÇOS DE APOIO AO CULTO					
Condução de turíbulo ou cruz na procissão de "Corpus Christi"	1474-75	Porto	15 r.	1,82	<i>As Finanças: 152</i>

⁸⁵¹ Mais 10 alqueires de trigo para o "mozinho" e hóstias.

⁸⁵² Mais seis marcos de prata pelo canto da capela do Infante D. Henrique e por prover as outras capelas da ilha.

⁸⁵³ Com base no pagamento de 60000 reais, realizado por D. Manuel, para se realizarem 3000 missas por alma de D. João II.

⁸⁵⁴ Preço detectado por seis ocasiões.

⁸⁵⁵ Começaram a ser pagos a 30 reais, a partir de Dezembro de 1482. GONÇALVES, *As Finanças...*, p. 152.

Condução de Santíssimo na procissão de "Corpus Christi"	1474-75	Porto	600 r.	72,6	As Finanças: 152
	1482-83	Porto	600 r.	69	As Finanças: 152
	1485-86	Porto	800 r.	80,8	As Finanças: 152
	1491-92	Porto	800 r.	80,8	As Finanças: 152
	1493-94	Porto	800 r.	80,8	As Finanças: 152
	1496-97	Porto	800 r.	80	As Finanças: 152
Condução de bandeira na procissão das Litanias	1482-83	Porto	10 a c. 13,3 r.	1,15 a 1,53	As Finanças: 153
	1485-86	Porto	8 a c. 13,3 r.	0,81 a 1,34	As Finanças: 153
	1491-92	Porto	20 r.	2,02	As Finanças: 153
	1493-94	Porto	c. 6,7 r.	0,68	As Finanças: 153
	1496-97	Porto	20 r.	2	As Finanças: 153
Condução de bandeira em comemoração da batalha de Toro	1485-86	Porto	140 r.	14,14	As Finanças: 153
Repique nocturno dos sinos	1485-86	Porto	120 r.	12,12	As Finanças: 153
Tanger os sinos em ocasião de saimento de príncipe por dois homens	1491	Funchal	200 r.	20,2	Vereações do Funchal: 332

3.2.2. Professor e Conservador

PROFESSOR E CONSERVADOR					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
LENTE (salário anual)					
Mestre de Leis no Estudo Geral	1323	Coimbra	600 l.	9852	História da Universidade, I: 44
Mestre de Decretais no Estudo Geral	1323	Coimbra	500 l.	8210	História da Universidade, I: 44
Mestre de Física no Estudo Geral	1323	Coimbra	200 l.	3284	História da Universidade, I: 44
Mestre de Gramática no Estudo Geral	1323	Coimbra	200 l.	3284	História da Universidade, I: 44
Mestre de Lógica no Estudo Geral	1323	Coimbra	100 l.	1642	História da Universidade, I: 44
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Mestre de Música no Estudo Geral	1323	Coimbra	75 l.	1231,5	História da Universidade, I: 44
Mestre de Leis no Estudo Geral	1406	Lisboa	600 l. antigas ou 60000 l.	6000	História da Universidade, I: 44
Lente de prima de Teologia no Estudo Geral	1448	Lisboa	10 marcos de prata	2300	História da Universidade, I: 55
Lente de prima de Teologia no Estudo Geral	1460	Lisboa	12 marcos de prata	2760	História da Universidade, I: 55
Lente de véspera de Medicina no Estudo Geral	1494	Lisboa	8640 r.	872,64	História da Sociedade: 496

PROFESSOR (tença anual)					
Tença de bacharel que ensina gramática e a escrever	1456	Évora	3000 r. ⁸⁵⁶	627	<i>Documentos Históricos</i> , II: 78-79
Bacharel em leis docente de Gramática no Estudo Geral	1492 e 1497	Coimbra	4000 r.	404 e 400	<i>História da Universidade</i> , I: 55 (nota 75)
CONSERVADOR (salário anual)					
Conservador do Estudo	1323	Lisboa	40 l.	656,8	<i>História da Universidade</i> , I: 44
	1396	Lisboa	500 l.	460	<i>História da Universidade</i> , I: 65

3.2.3. Físico, Cirurgião, Sangrador e Boticário

FÍSICO, CIRURGIÃO, SANGRADOR E BOTICÁRIO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Para a vinda de um médico cristão de Coimbra	1391	Porto	500 l. ⁸⁵⁷	500	<i>"Vereações". Anos de 1390-95: 76-77</i>
Mestre Físico da corte	1405-06	geral	900, 2000 e 9000 l.	90, 200 e 900	<i>Receitas e Despesas</i> : 37 e 46
Boticário da corte	1405-06	geral	1200 l.	120	<i>Receitas e Despesas</i> : 38
Cirurgião da corte	1405-06	geral	2100 l.	210	<i>Receitas e Despesas</i> : 46
Alveitar ou sangrador da corte	1405-06	geral	900 l.	90	<i>Receitas e Despesas</i> : 41
Alveitar ferrador da casa da rainha	1405-06	geral	800 l.	80	<i>Receitas e Despesas</i> : 43
Mestre Físico	1437	Guarda	4000 r.	1228	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 333-334
Mantimento e soldo de mestre cirurgião	1437	Guarda	3324 r.	1020	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 333-334
Médico concelhio	1455	Elvas	1500 r.	313,5	<i>História da Sociedade</i> : 497
Tença anual de cirurgião e físico judeu	1468-71	Loulé	2000 r.	288 a 304	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 206
Médico de Lisboa	1471	Lisboa	1050 r. + 2 m. trigo	c. 451,44	<i>História da Sociedade</i> : 497
Cirurgião de Lisboa	1471	Lisboa	1050 r. + 2 m. trigo	c. 451,44	<i>História da Sociedade</i> : 497
Tença anual de físico	1472	Tânger	5000 r.	605	<i>Descobrimientos</i> , III: 110
Tença anual de cirurgião	1472	Tânger	3000 r.	303	<i>Descobrimientos</i> , III: 110
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Tença anual de boticário	1472	Tânger	4000 r.	484	<i>Descobrimientos</i> , III: 110
Mensal régio a barbeiro da corte	1478	geral	650 r.	87,75	<i>Receitas e Despesas</i> : 232
Barbeiro encarregado de doentes	1488	Funchal	1400 r.	141,4	<i>Vereações do Funchal</i> : 208 e 213
Anuais para uma casa em que morasse médico vindo de Lisboa	1489	Funchal	5800 r.	585,8	<i>Vereações do Funchal</i> : 245
Mantimento anual de físico castelhano judeu	1493	Loulé	2000 r.	202	<i>Actas de Loulé: Século XV</i> : 91 e 116-117

⁸⁵⁶ Após pedido da vereação eborense para se atribuírem 3500 reais e ordem do corregedor para a tença ser de apenas 2000 reais.

⁸⁵⁷ Mais casa para habitar.

3.2.4. Músico

MÚSICO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Tanger nas matinadas do infante D. Henrique	1394	Porto	150 l.	138	"Despesas": 7-8
Tamboril na procissão de "Corpus Christi"	1461-62	Porto	90 r.	13,77	As Finanças: 153
Tamboril na festa de regresso de Vasco da Gama	1499	Montemor-o-Novo	20 r.	2	Montemor-o-Novo: 168
Trombetista na procissão de "Corpus Christi"	1450-51	Porto	50 r.	10,45 a 11,5	As Finanças: 153
Trombetista na procissão das Litanias	1450-51	Porto	15 r.	3,14 a 3,45	As Finanças: 153
Trombetista na comemoração da batalha de Toro	1482-83	Porto	30 r.	3,45	As Finanças: 153
Trombetista na festa de São João	1485-86	Porto	20 r.	2,02	As Finanças: 153
Trombetista na procissão de acção de graças pela subida ao trono do Imperador Maximiliano	1485-86	Porto	68 r.	6,87	As Finanças: 153
Trombetista na procissão das Litanias	1485-86	Porto	20 r.	2,02	As Finanças: 153
Trombetista na procissão de "Corpus Christi"	1491-92	Porto	100 r.	10,1	As Finanças: 153
Trombetista na procissão das Litanias	1491-92	Porto	12 r.	1,21	As Finanças: 153
Trombetista na procissão das Litanias	1493-94	Porto	10 r.	1,01	As Finanças: 153
Trombetistas (3 ?) na festa de regresso de Vasco da Gama	1499	Montemor-o-Novo	120 r. e 75 r. (preço de ¾ de carneiro)	19,5	Montemor-o-Novo: 172 e 179
Gaiteiro na procissão de "Corpus Christi"	1461-62	Porto	27 r.	4,13	As Finanças: 153

3.3. Mesteirais

3.3.1. "Alfaiate"

"ALFAIATE"					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte

SALÁRIOS					
Dia de trabalho de mestre alfaiate	1379	Évora	10 s. ⁸⁵⁸	5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138-139
Dia de trabalho de mestre gibateiro	1480	Entre Tejo e Guad.	28 a 40 r.	3,22 a 4,6	<i>Livro Vermelho</i> : 527
Dia de trabalho de costureiro	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelho</i> : 527
Jornal de calceteiro	1493-94	Porto	40 r.	4,04	<i>As Finanças</i> : 149
CONFECÇÃO DE ROUPA					
Sobrepeliz	1340	Évora	7 s.	4,31	"O Livro das Despesas": 138
Pelote de mulher	1379	Évora	10 e 15 s. ⁸⁵⁹	5,23 e 7,85	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Mantão de mulher	1379	Évora	3, 4,5 e 9 s. ⁸⁶⁰	1,57, 2,35 e 4,71	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Mantão franzido ⁸⁶¹	1379	Évora	9 s.	4,71	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Saia de mulher ⁸⁶²	1379	Évora	30 s.	15,69	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Saia franzida ⁸⁶³	1379	Évora	13 s.	6,8	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Guardaventre ⁸⁶⁴	1379	Évora	30 s.	15,69	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Tabardo ⁸⁶⁵	1379	Évora	18 s.	9,41	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Opa	1379	Évora	9, 13,5 e 20 s. ⁸⁶⁶	4,71, 7,06 e 10,46	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138-139
Saia vilã	1379	Évora	13 e 18 s. ou 18 e 27 s. ⁸⁶⁷	6,8 e 9,41 ou 9,41 e 14,12	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Mantelote redondo	1379	Évora	4 e 9 s. ⁸⁶⁸	2,09 e 4,71	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Pele ⁸⁶⁹	1379	Évora	9 s.	4,71	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
"Quit.am" (?) ⁸⁷⁰	1379	Évora	22,5 s.	11,77	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Fertante	1379	Évora	10 e 13 s. ⁸⁷¹	5,23 e 6,8	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Tabardeta com capeirote	1382	Évora	10 s.	5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Camisa com capeirote	1382	Évora	10 s.	5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 139
Camisa	1379-82	Évora	1, 2,5, 3 e 4 s. ⁸⁷²	0,52, 1,31, 1,57 e 2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Costura de panos de linho singelos ou maiores	1379-80	Évora	8 ou 10 d.	0,35 ou 0,83	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140

⁸⁵⁸ Estipulado pelo facto dos pelotes e guardaventres darem mais trabalho. Valores alvos de protesto, em 1380, "porque diziam que nom era contado o atalhar e provar e cortar".

⁸⁵⁹ Ambos de bom pano, até 80 nesgas, forrado ou em arcado, mas sem adubos e faldra ou com adubos e faldra (uma peça em três a quatro dias).

⁸⁶⁰ Sem fita pela dianteira (uma peça num dia); sem trena mas com fita (duas peças num dia); com trena e fita (uma peça num dia).

⁸⁶¹ De bom pano, comprido (uma peça num dia e madrugada).

⁸⁶² Forrada, de 40 até 60 nesgas, abotoada com presas e com espigas pelas mangas e com trenas pelo cabeção (uma peça em dois a três dias).

⁸⁶³ Com espigas e presas, forrada e em arcada (uma peça em num dia e meio).

⁸⁶⁴ De 60 até 80 nesgas, forrado em arcado (uma peça em dois dias); mais abotoado e com refego (uma peça em três dias); mais trenas (uma peça em quatro dias).

⁸⁶⁵ Com seu capeirote abotoado de 32 nesgas (uma peça em três dias) ou de 20 a 24 nesgas (uma peça em dois dias).

⁸⁶⁶ Comprida, de bom pano com o tabardo, de 20 ou menos nesgas (uma peça num dia); de 20 a 24 nesgas (uma peça num dia); de 32 nesgas (uma peça em dois dias).

⁸⁶⁷ Pequena, abotoada à frente e sem forramento (uma peça em dois dias) ou com forramento (uma peça em três dias);

Comprida, abotoada à frente e sem forramento (uma peça num dia e meio) ou com forramento (uma peça em dois dias).

⁸⁶⁸ Pequeno (duas peças num dia); Comprido (uma peça num dia).

⁸⁶⁹ De bom pano, comprida (uma peça num dia e madrugada).

⁸⁷⁰ De bom pano, comprido e com seu capeirote (uma peça em dois dias e meio).

⁸⁷¹ De bom pano e sem capeirote ou com capeirote (uma peça num dia e madrugada).

⁸⁷² Rabigalga; De homem de quatro girões; De oito nesgas bem como de Ancha e sem pesponto; Franzida ou de pregas.

Capa pequena ou grande	1379-82	Évora	1,66 ou 2 s.	0,87 ou 1,05	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Chapeleiras	1379-82	Évora	1 s.	0,52	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Coipadeiro	1379-82	Évora	1 brada (sic), 1 ou 2 s. ⁸⁷³	0,52 ou 1,05	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Saia de 6 gaitas ⁸⁷⁴	1379-82	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Saia de homem de 8, 12 e 20 girões	1379-82	Évora	4, 6 e 8 s. ⁸⁷⁵	2,09, 3,14 e 4,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Saia de mulher de 12 e 16 girões	1379-82	Évora	6 e 8 s.	3,14 e 4,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Saia de mulher estante de 20 nesgas	1379-82	Évora	12 s.	6,28	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Alcândora sem gorjeira de 4 e 8 nesgas	1379-82	Évora	2,5 e 3 s. ou 3 e 8 s.	1,31 e 1,57 ou 1,57 e 4,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Alcândora com gorjeira de 4 e 8 nesgas	1379-82	Évora	3 e 8 s.	1,57 e 4,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Alcândora de mulher, pespontada	1379-82	Évora	3,5 s.	1,83	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Guardaventre de moça ⁸⁷⁶ ou mulher ⁸⁷⁷	1379-82	Évora	6 ou 15 s.	3,14 ou 7,85	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Guardacós de homem ⁸⁷⁸ ou mulher ⁸⁷⁹	1379-82	Évora	3 ou 10 s.	1,57 ou 5,23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Gibão	1379-82	Évora	4 e 7 s. ⁸⁸⁰	2,09 e 3,66	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140-141
Alvergias	1379-82	Évora	0,5, 1 e 4 s. ⁸⁸¹	0,26, 0,52 e 2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
"Picalgaio" e calções	1379-82	Évora	0,5 s.	0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 140
Saia de burel para moço ou homem ⁸⁸²	1403	Loulé	4 a 6 rs.	1,4 a 2,1	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 150
Gibão de moço, chiol ou homem	1403	Loulé	4, 5 ou 7 rs.	1,4, 1,75 ou 2,45	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 150
Capa de homem	1403	Loulé	5 rs.	1,75	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 150
Calções	1403	Loulé	2 rs.	0,7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 150
Aljuba de mulher ⁸⁸³	1413	Porto	50 rs.	17,5	"Os Mesteres": 18
Mantão de mulher ⁸⁸⁴	1413	Porto	25 rs.	8,75	"Os Mesteres": 18
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Saia de mulher	1413	Porto	30 rs.	10,5	"Os Mesteres": 18
Pelote de manceba que serve por soldada	1413	Porto	30 rs.	10,5	"Os Mesteres": 18
Par de calças atacadas	1413	Porto	8 rs.	2,8	"Os Mesteres": 18
Capeirote/capelo singelo ou dobrado	1413	Porto	5 ou 8 rs.	1,75 ou 8	"Os Mesteres": 18
Balandrau singelo ou dobrado	1413	Porto	20 ou 35 rs.	7 ou 12,25	"Os Mesteres": 18

⁸⁷³ De ramais longos de senhas varas; Sem ramais longos; De meios ramais.

⁸⁷⁴ Mais dois dinheiros por cada gaita a mais.

⁸⁷⁵ Mais quatro dinheiros por cada girão a mais ou por cada botão se tiver manga abotoada.

⁸⁷⁶ Até 16 girões ou nesgas. Custo de quatro dinheiros por cada girão a mais.

⁸⁷⁷ De coirelos de 60 nesgas. Custo de quatro dinheiros por cada nesga a mais.

⁸⁷⁸ De seis gaitas.

⁸⁷⁹ Caseados de 12 nesgas.

⁸⁸⁰ Por abotoar; De 12 nesgas abotoado.

⁸⁸¹ Com ramais; De polaina; Sem ramais de cordão.

⁸⁸² Considerado homem a partir dos 12 anos.

⁸⁸³ Guarnida de seus adubos.

⁸⁸⁴ Com sua dianteira de cendal e com sua trena debruada.

Mantão singelo	1413	Porto	15 rs.	5,25	"Os Mesteres": 18
Mantão para servidor de casa	1413	Porto	10 rs.	3,5	"Os Mesteres": 18
Costura de saia, com as respectivas linhas	1461-62	Porto	16 r.	2,45	<i>As Finanças</i> : 150
Capuz sem ou com mangas de qualquer pano	1480	Entre Tejo e Guad.	20 ou 30 r.	2,3 ou 3,45	<i>Livro Vermelha</i> : 517
Pelote de mangas forrado de quartos	1480	Entre Tejo e Guad.	20 r.	2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Pelote forrado de girões	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Pelote singelo sem ou com girões	1480	Entre Tejo e Guad.	15 ou 20 r.	1,73 ou 2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Par de calças singelas ou dobradas	1480	Entre Tejo e Guad.	15 ou 20 r.	1,73 ou 2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Mongy singelo ou dobrado de pano	1480	Entre Tejo e Guad.	20 ou 35 r.	2,3 ou 4,03	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Loba de qualquer pano	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Mantão de clérigo	1480	Entre Tejo e Guad.	30 r.	3,45	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Capa	1480	Entre Tejo e Guad.	20 r.	2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Gabirrada	1480	Entre Tejo e Guad.	20 r.	2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Manto de mulher de qualquer pano	1480	Entre Tejo e Guad.	15 r.	1,73	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Cota de mulher de qualquer pano	1480	Entre Tejo e Guad.	20 r.	2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Faldrilha singela ou refaguada de festos	1480	Entre Tejo e Guad.	16 ou 20 r.	1,84 ou 2,3	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Sainho de mulher de qualquer pano	1480	Entre Tejo e Guad.	10 r.	1,15	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Hábito de mulher de qualquer pano	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Hábito de frade com seu capelo, bemtinho e mangas	1480	Entre Tejo e Guad.	40 r.	4,6	<i>Livro Vermelha</i> : 518
Manto de frade ou pobre da serra	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelha</i> : 518
ARRANJO DE ROUPA					
Reparar nove capas com linhas	1442	Guimarães	70 r.	23,03	"Património e Rendas": 231
Arranjo de uma saia	1450-51	Porto	16 r.	3,34 a 3,68	<i>As Finanças</i> : 151

3.3.2. Almocreve e serviços de transporte

ALMOCREVE E SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE E MARÍTIMO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
ALMOCREVE					
De moio de trigo ou cevada a duas léguas	finais do século XIV	Évora	4 alq. de trigo ou 6 de cevada	(?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
De moio de trigo ou cevada a três léguas	finais do século XIV	Évora	5 alq. de trigo ou 7 de cevada	(?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149

De moio de trigo ou cevada a quatro léguas	finais do século XIV	Évora	6 alq. de trigo ou 8 de cevada	(?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
De moio de trigo ou cevada a cinco léguas	finais do século XIV	Évora	7 alq. de trigo ou 9 de cevada	(?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
De dois quarteiros de cal a três léguas	1422-23	Montemor-o-Novo	30 r.	9,3	<i>Montemor-o-Novo</i> : 157
De 50 cargas de pedra	1422-23	Montemor-o-Novo	75 r.	23,25	<i>Montemor-o-Novo</i> : 157
Salário mensal de mancebo auxiliar de almocreve com 6 bestas	1433	geral	200 r.	60,6	<i>As cortes de Leiria</i> : 132
De 196 moios e 16 alqueires de pão a Carnide	1451	Reguengos de Ribamar	6160 r.	1287,44	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 349
De arca da fazenda a Santarém	1453	Évora	60 r.	12,54	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 293
De farinha a Câmara de Lobos	1485	Funchal	90 r.	9,09	<i>Vereações do Funchal</i> : 172
De terra para pontes	1491-92	Funchal	324 r.	32,72	<i>Vereações do Funchal</i> : 341
TRANSPORTES TERRESTRES (NÃO ESPECIFICADOS)					
De 109 moios de pão a Lisboa por certos homens com suas bestas	1451	Carnide	4380 r.	915,42	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 349
De 43,5 moios de trigo a Carnide por bestas	1454	Ribeira de Lisboa	2720 r.	568,48	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 694
ALUGUER DE BESTAS					
Diário de azémola ou besta de carga	1340-41	Évora	5 s.	3,08	"O Livro das Despesas": 96
De azémola para viagem à corte	1401	Porto	1500 l.	150	" <i>Vereações</i> ": <i>Anos de 1401-1449</i> : 19
Diário de besta cavalara e asnal para enviado régio	1402	Porto	35 e 17,5 l.	3,5 e 1,75	" <i>Vereações</i> ": <i>Anos de 1401-1449</i> : 117
De besta para transporte de dinheiros a Lisboa	1431	Guarda	180 r.	57,78	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 40
De duas bestas para transporte de livros ao Porto e regresso	1431	Guarda	300 r.	96,3	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 40
Diário de cavalo para certos membros da corte por ordem régia	1433	geral	30 r.	9,09	<i>As cortes de Leiria</i> : 127
De oito bestas para transporte de livros a Lisboa	1437	Lamego	2400 r.	736,8	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 206
De duas bestas para transporte de dinheiros a Leiria	1442	Castro Marim	30 r.	9,87	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 330;
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
De três bestas e meia para transporte de dinheiros a Leiria ⁸⁸⁵	1442	Ponte de Lima	875 r.	287,88	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 419
De três bestas para transporte de panos a Lisboa	1444-45	Entre Douro e Minho	1050 r.	345,45	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 415
Diário de besta de sela e de besta asnal para tesoureiro dos	1460	Porto	20 e 15 r.	3,06 e 2,3	<i>Índice Chronologica</i> : 165

⁸⁸⁵ Muito possivelmente num período de 20 dias, o que nos leva a calcular em 12,5 reais o aluguer diário de uma besta.

cativos					
De duas bestas por transporte de roupa a Lagos e daí a Évora	1461	-	240 r.	36,72	<i>Descobrimientos</i> , III: 41
De besta para transporte de géneros alimentares para refeição no Caniço	1491	Funchal	60 r.	6,06	<i>Vereações do Funchal</i> : 338
De três bestas para viagem a Coruche	1499	Montemor-o-Novo	430 r.	43	<i>Montemor-o-Novo</i> : 177
OUTROS SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE					
Transporte de carga de 100 telhas	1340-41	Évora	1 s.	0,62	"O Livro das Despesas": 132
Transporte de 1100 telhas	1340-41	Évora	7,33 s.	4,51	"O Livro das Despesas": 96
Carrega de água, por açacal, de poço dentro da vila velha	c. 1379-82	Évora	16 d.	0,7	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Carrega de água, por açacal, de poço na cerca nova	c. 1379-82	Évora	4 d.	0,17	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Carrega de água por açacal	1382	Évora	6 d.	0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Carrega, por açacal, de 100 telhas dos telheiros à cidade	1382	Évora	16 d.	0,7	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Carrega, por açacal, de 100 telhas dentro da vila	1382	Évora	8 d.	0,35	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Transporte de "vergam" por ganha dinheiros	1340-41	Évora	7,33 s.	4,51	"O Livro das Despesas": 96
Ganho diário de um moço ganha dinheiro em ferraria	c. 1379-82	Évora	1 s.	0,52	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147-148
Transporte de 3,5 m. de trigo de barca à casa de Ceuta por ganha dinheiros	1451	Lisboa	18 r.	3,76	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 349
Transporte de 5 tonéis de vinho das lojas à Ribeira por ganha dinheiros	1451	Lisboa	90 r.	18,81	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 349
Carreto de alqueire de pão	Finais do século XIV	Évora	4 d.	0,17	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Carreto de 8 a 10 alqueires de pão	1392	Évora	1 r.	0,46	<i>Documentos Históricos</i> , I: 184
Carreto de alqueire de pão	1403	Loulé	20 s.	0,1	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 134
Pagamento mínimo e máximo de diversos transportes efectuados por escravos	1485-86	Funchal	8 a 400 r.	0,81 a 40,4	<i>Vereações do Funchal</i> : 168, 170-171 e 173-176
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Pagamento mínimo e máximo de diversos transportes efectuados por escravos	1491-92	Funchal	10 a 340 r.	1,01 a 34,34	<i>Vereações do Funchal</i> : 332, 339 e 340
Previsão de soldada anual de escravo negro	1497	Funchal	2500 r.	250	<i>Vereações do Funchal</i> : 586
TRANSPORTE POR BARQUEIROS					
De pessoa com besta "roçinal" e asnal	1391	Porto	4 s.	2,09	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1390-1395</i> : 45

carregada entre as margens do Rio Douro por barqueiro					
De pessoa com besta de sela ou albarda sem carga entre as margens do Rio Douro por barqueiro	1391	Porto	2 s.	1,05	"Vereações". Anos de 1390-1395: 45
De homem, mulher ou moço no Rio Douro por barqueiro	1391	Porto	1 s.	0,52	"Vereações". Anos de 1390-1395: 45
De pessoa de Alcochete a Lisboa por barqueiro	1421-22	Alcochete e Aldeia Galega	2 r.	0,62	Livro de Vereação de Alcochete: 141
De tonel a Lisboa por barca	1451	Ribamar	35 r.	7,32	Documentos das C. R., II: 348
De tonel de vinho e de tonel vazio a Lisboa por barca	1451-53	Santarém	50 e 10 r.	10,45 e 2,09	Documentos das C. R., II: 348 e 676
Diversos transportes por barqueiro	1485-86	Funchal	30 a 860 r.	3,03 a 86,86	Vereações do Funchal: 172-174
De barca de trigo do navio à Ribeira	1485-86	Porto	50 r.	5,05	As Finanças: 159
De quintal de fio a Lisboa	1496-97	Santarém	15 r.	1,5	"A compra de fio": 524

3.3.3. Arquitecto, Escultor, Pintor, Vidreiro e Relojoeiro

ARQUITECTO, PINTOR, RELOJOEIRO E VIDREIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
ARQUITECTO					
De ordenado e após ter acabado a obra do convento de Jesus	1499	geral	8000 r.	800	História da Sociedade: 505
Diários, quando trabalhava no mosteiro de Belém	Inícios do séc. XVI	geral	100 r.	10	História da Sociedade: 505
ESCULTOR ("CAPITALADOR")					
Tença de escultor ao serviço de mosteiro	1446	Batalha	1440 r. + 1 quarto de trigo e outro de segunda	473,76 + cereal	O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória: 117
PINTOR					
Pintura de algumas obras para procissão de "Corpus Christi" ⁸⁸⁶	1438	Alcobaça	2000 r.	614	O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória: 115
Jornal de pintor-dourador	1450-51	Porto	16 r.	3,34 a 3,68	As Finanças: 149
Mantimento anual a pintor régio	1452	geral	15432 r. + 1 peça de fino pano de Bristol	3225,29 + tecido	História da Sociedade: 506
Tença a pintor régio	1485	geral	5000 r.	505	História da Sociedade: 506
	1495	geral	4000 r.	400	História da Sociedade: 506
Pintura de castelo processional	1461-62	Porto	55 r.	8,42	As Finanças: 150
Pintura de tocha	1482-83	Porto	6,2 r.	0,71	As Finanças: 150

⁸⁸⁶ Mais precisamente, o "guarnimento e feito de iiij anjos e iij patriarchas e xij apostollos com todos seus Martirios E huu diaaboo pera a festa do corpo de deus".

Pintura de vara de pálido	1482-83	Porto	12 r.	1,38	<i>As Finanças</i> : 150
	1485-86	Porto	10 r.	1,01	<i>As Finanças</i> : 150
	1491-92	Porto	12 r.	1,21	<i>As Finanças</i> : 150
Pintura de 400 (...) para gaiola de Corpo de Deus	1498	Funchal	400 r.	40	<i>Vereações do Funchal</i> : 639
Pintura de 4 varas	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 181
RELOJOEIRO					
Reparação de relógio por mestre relojoeiro	1494	Porto	8000 r. + 3 alq. trigo	c. 818,61	<i>As Finanças</i> : 151
Temperar relógio por serralheiro	1497	Funchal	3000 r.	300	<i>Vereações do Funchal</i> : 634
Tença anual de pessoa que repara o relógio	1498	Lisboa	1500 r. + 2 m. trigo	c. 534	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 284
Soldada anual de relojoeiro	1499	Montemor-o-Novo	2900 r. ⁸⁸⁷	290	<i>Montemor-o-Novo</i> : 187
VIDREIRO					
Jornal	1438	Alcobaça	30 r.	9,21	<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 101 e 109
Tença	1450	Batalha	1000 r. + 1 m. trigo ⁸⁸⁸		<i>O Mosteiro de St.ª Maria da Vitória</i> : 108-109
Mantimento anual atribuído pelo rei	1486	geral	1000 r. + 1 m. trigo + 60 ou 100 r. por palmo de vidro branco ou pintado posto em esquadria		<i>História da Administração</i> , IX: 301

3.3.4. Atafoneiro/Moleiro

ATAFONEIRO/MOLEIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Moagem de alqueire de trigo lento ou seco e de segunda	Finais do século XIV	Évora	1,5 ou 1,16 s.	0,78 ou 0,61 (?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Moagem de alqueire de trigo lento ou seco	1380	Évora	1,66 ou 1,33 s.	0,87 ou 0,7	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Ganho diário em moagem de trigo lento ou seco	1380	Évora	11,16 e 10,16 s.	5,84 e 5,31	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Moagem de alqueire de trigo lento ou seco	a. 1382 (Jun.)	Évora	3 e 2,66 s. ⁸⁸⁹	1,57 e 1,39	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Moagem de alqueire de trigo lento	d. 1382 (Jun.)	Évora	2,33 e 2 s. ⁸⁹⁰	1,22 e 1,05	<i>Documentos Históricos</i> , I: 141
Moagem de alqueire de pão	1384 (?)	Évora	12 s.	3,83 (?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 150
Ganho diário em moagem de pão	1384 (?)	Évora	92 s.	29,35 (?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 150
Maquia de mó de tracção animal	1392	Évora	1/16	-	<i>Documentos Históricos</i> , I: 184

⁸⁸⁷ Sendo 400 reais em preço de quatro alqueires de azeite.

⁸⁸⁸ O mantimento anual que acompanhava a tença poderá ter sido de 3000 reais, valor que vigorava no ano de 1501.

⁸⁸⁹ Com a cevada a valer entre 10 e 11 soldos.

⁸⁹⁰ Com a cevada a valer entre 4 e 4,5 soldos.

Maquia de mó manual por alqueire	Finais do século XIV	Évora	2 s.	1,05 (?)	<i>Documentos Históricos</i> , I: 152
Moagem de alqueire de trigo em mó manual	1403	Loulé	3 rs.	1,05	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 133
Moagem de alqueire de trigo no Verão ou Inverno ⁸⁹¹	1454	Lisboa	3 ou 2,5 r.	0,63 ou 0,52	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 45
Moagem de alqueire de trigo	1469	Lisboa	3 r.	0,43	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 36-37
Moagem de alqueire de trigo	1474	Lisboa	4 r.	0,48	<i>D. A. H. C. M. L.</i> : 100
Maquia	1474	Lisboa	1/14	-	<i>D. A. H. C. M. L.</i> : 100
Moagem de alqueire de trigo	1480	Évora	4 r. ⁸⁹²	0,46	<i>Documentos Históricos</i> , II: 149
	1480	Évora	4, 5 e 6 r. ⁸⁹³	0,46, 0,58 e 0,69	<i>Documentos Históricos</i> , II: 149
	1480	Évora	5 e 6 r. ⁸⁹⁴	0,58 e 0,69	<i>Documentos Históricos</i> , II: 149

3.3.5. Carpinteiro

CARPINTEIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
SALÁRIOS					
Jornal seco de mestre	1340-41	Évora	7 a 7,5 s.	4,31 a 4,61	"O Livro das Despesas": 97
Jornal seco de servente	1340-41	Évora	2 a 4 s.	1,23 a 2,46	"O Livro das Despesas": 97
Jornal de melhor mestre	1379-81	Évora	10 s. + governo	5,23 + governo	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Jornal de mestre regular	1379-81	Évora	8 s. + governo	4,18 + governo	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Jornal de servente	1379-81	Évora	4 s. + governo	2,09 + governo	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Jornal seco ou com governo de mestre	1403	Loulé	20 ou 15 rs.	7 ou 5,25	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 128-129
Jornal seco ou com governo de aprendiz	1403	Loulé	16 ou 12 rs.	5,6 ou 4,2	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 128-129
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Jornal de melhor mestre de nau	1413	Porto	14 rs. + governo	4,9 + gov.	"Os Mesteres": 19
Jornal de mestre regular de nau	1413	Porto	12 rs. + governo	4,2 + gov.	"Os Mesteres": 19
Jornal de melhor mestre de casa	1413	Porto	10 rs. + governo	3,5 + gov.	"Os Mesteres": 19
Jornal de mestre regular de casa	1413	Porto	8 rs. + governo	2,8 + gov.	"Os Mesteres": 19
Jornal de mestre	1420	Arraiolos	12 e 15 r. ⁸⁹⁵ + governo	3,72 e 4,65 + gov.	<i>Documentos Históricos</i> , I: 182-183
Mantimento anual do mestre da carpintaria e artilharia real	1449	geral	9195 r. ⁸⁹⁶	2114,85	<i>História da Sociedade</i> : 505
Jornal seco de mestre	1450-51	Porto	20 e 25 r.	4,18 a 5,75	<i>As Finanças</i> : 149

⁸⁹¹ De 1 de Maio a 31 de Outubro e de 1 de Novembro a 30 de Abril.

⁸⁹² Preço imposto pela vereação eborense.

⁸⁹³ Preço imposto pelo rei com a cevada a valer até 12 reais, entre 13 e 20 reais e mais de 20 reais.

⁸⁹⁴ Preço imposto pelo rei com a cevada a valer até 20 reais e a custar mais de 20 reais.

⁸⁹⁵ Jornal de 12 reais de 1 de Outubro ao último dia de Fevereiro e de 15 reais de 1 de Março a 30 de Setembro.

⁸⁹⁶ Dos quais 2268 reais destinados a vestuário.

	1461-62	Porto	28, 30 e 32 r.	4,28 a 4,9	<i>As Finanças: 149</i>
Mantimento anual de mestre ao serviço da câmara	1471	Lisboa	1050 r. + 2 m. trigo	451,44	<i>História da Sociedade: 497</i>
Jornal seco de mestre	1474-75	Porto	35 r.	4,24	<i>As Finanças: 149</i>
	1482-83	Porto	30 e 40 r.	3,45 a 4,6	<i>As Finanças: 149</i>
Mantimento anual de mestre régio	1484	Guimarães	20 alq. de centeio, 30 alq. de milho e 30 alm. de vinho	> 3750	<i>História da Administração, IX: 309</i>
Jornal seco de mestre	1491-92	Porto	40 r.	4,04	<i>As Finanças: 149</i>
Jornal seco de mestre encarregado de obra	1499	Lisboa	60 r. ⁸⁹⁷	6	<i>Livro das Posturas Antigas: 230</i>
Jornal seco de mestre por obra ligeira com ajuda apenas de serventes	1499	Lisboa	50 r. ⁸⁹⁸	5	<i>Livro das Posturas Antigas: 230</i>
Jornal seco de mestre auxiliar de obra	1499	Lisboa	50 r. ⁸⁹⁹	5	<i>Livro das Posturas Antigas: 230</i>
Jornal seco de braçeiro	1499	Lisboa	35 r. ⁹⁰⁰	3,5	<i>Livro das Posturas Antigas: 230</i>
PAGAMENTO DE CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE OBJECTOS E ESTRUTURAS					
Madeirar casa e alpendre	1414	Évora	7500 r.	2625	<i>Documentos Históricos, I: 107</i>
Reparação de portas de açougue	1422-23	Montemor-o-Novo	10 r.	3,1	<i>Montemor-o-Novo: 157</i>
Reparação de forca	1422-23	Montemor-o-Novo	10 r.	3,1	<i>Montemor-o-Novo: 158</i>
Reparação de portas de curral e por uma coiceira	1422-23	Montemor-o-Novo	35 r.	10,85	<i>Montemor-o-Novo: 158</i>
Reconstrução parcial de gaiola do Corpo de Deus por dois mestres	1422-23	Montemor-o-Novo	50 r.	15,5	<i>Montemor-o-Novo: 158</i>
Construção de tabernáculo	1432	Porto	20 r.	6,14	<i>Vereações (1431-1432): 95</i>
Reparação de porta	1452	Lisboa	50 r.	10,45	<i>Documentos das C. R., II: 356</i>
Construção de armários e duas fechaduras	1453	Lisboa	175 r.	36,58	<i>Documentos das C. R., II: 678</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Construção de tabernáculo	1461-62	Porto	80 r.	12,24	<i>As Finanças: 150</i>
Construção de alpendre	1485	Funchal	1100 r.	111,1	<i>Vereações do Funchal: 171</i>
Construção de cadeira, bancos e tábula	1485	Funchal	550 r.	55,55	<i>Vereações do Funchal: 172</i>
Construção de cadafalso para festa	1485-86	Porto	90 r.	9,09	<i>As Finanças: 150</i>
Reparação de ponte	1486	Funchal	90 r.	9,09	<i>Vereações do Funchal: 175</i>
Construção de ponte ⁹⁰¹	1489	Funchal	8000 r.	808	<i>Vereações do Funchal: 262-263</i>
Colocação de assento de juiz e construção de bancos para casa	1491	Funchal	250 r.	25,25	<i>Vereações do Funchal: 339</i>

⁸⁹⁷ Com desconto de 20 reais em caso de receberem alimentação.

⁸⁹⁸ Com desconto de 20 reais em caso de receberem alimentação.

⁸⁹⁹ Com desconto de 20 reais em caso de receberem alimentação.

⁹⁰⁰ Com desconto de 15 reais em caso de receberem alimentação.

⁹⁰¹ A madeira e pregadura são fornecidas pela vereação.

de audiência ⁹⁰²					
Construção de tumba ⁹⁰³	1491	Funchal	370 r.	37,37	<i>Vereações do Funchal</i> : 332
Reparação de açougues ⁹⁰⁴	1491-92	Funchal	550 r.	55,55	<i>Vereações do Funchal</i> : 340
Construção de essa ⁹⁰⁵	1491-92	Porto	1600 r.	161,6	<i>As Finanças</i> : 150
Construção de cadafalso para festa	1491-92	Porto	160 r.	16,2	<i>As Finanças</i> : 150
Confecção de reixa	1496-97	Porto	6 r.	0,6	<i>As Finanças</i> : 150
Construção de forca	1499	Montemor-o-Novo	6000 r.	600	<i>Montemor-o-Novo</i> : 175-176
Construção de bancos para a câmara	1499	Montemor-o-Novo	4 r.	0,4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 167
Colocação de pau em forca	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171
Desmanchar grades de cadeia	1499	Montemor-o-Novo	40 r.	4	<i>Montemor-o-Novo</i> : 172
Construção de pé de picota	1499	Montemor-o-Novo	4800 r.	480	<i>Montemor-o-Novo</i> : 175 e 178
Construção de portas para forca	1499	Montemor-o-Novo	390 r.	39	<i>Montemor-o-Novo</i> : 176
Reparação de portas de corro	1499	Montemor-o-Novo	20 r.	2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 181
Pregar fechadura, ferrolho e colocar colceira	1499	Montemor-o-Novo	20 r.	2	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171

3.3.6. Correeiro

CORREEIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Ganho diário de correeiro	1480	Entre Tejo e Guad.	c. 100 r.	11,5	<i>Livro Vermelho</i> : 527-532
Guarnecer cilha gineta com flor-de-lis	1480	Entre Tejo e Guad.	13 r.	1,5	<i>Livro Vermelho</i> : 531
Guarnecer esporas mouriscas cheias de acicates	1480	Entre Tejo e Guad.	8 r.	0,92	<i>Livro Vermelho</i> : 531
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Guarnecer esporas mouriscas chãs com sua fivela	1480	Entre Tejo e Guad.	6 r.	0,69	<i>Livro Vermelho</i> : 531
Guarnecer esporas de calcanhar	1480	Entre Tejo e Guad.	4 r.	0,46	<i>Livro Vermelho</i> : 531
Guarnecer cabeçadas de correia de largura de polegada de qualquer cor	1480	Entre Tejo e Guad.	12 r.	1,38	<i>Livro Vermelho</i> : 531
Dupla reparação das correias de anjos de procissão e colocação de fivelas nas chapas dos mesmos	1491-92	Funchal	40 r.	4,04	<i>Vereações do Funchal</i> : 340

⁹⁰² Obra levada a cabo por mais do que um carpinteiro.

⁹⁰³ Para o saimento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

⁹⁰⁴ Obra levada a cabo por mais do que um carpinteiro.

⁹⁰⁵ Para o saimento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

3.3.7. Ferreiro

FERREIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
SALÁRIOS					
Jornal e cabedal de mestre ferreiro	1379-81	Évora	20 s.	10,46	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147-148
Jornal de malhador e foleiro	1379-81	Évora	12 s.	6,28	<i>Documentos Históricos</i> , I: 147-148
Jornal de ferreiro da moeda	1432-38 (?)	geral	30 r.	8,25 a 9,87	<i>Estudos de História</i> : 131
Jornal de foleiro da moeda	1432-38 (?)	geral	13 r.	3,58 a 4,28	<i>Estudos de História</i> : 131
Jornal e cabedal de mestre ferreiro	1480	Entre Tejo e Guad.	100 r.	11,5	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Jornal de malhador	1480	Entre Tejo e Guad.	60 r.	6,9	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Jornal de cravejador	1480	Entre Tejo e Guad.	25 r.	2,88	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Jornal de foleiro	1480	Entre Tejo e Guad.	15 r.	1,73	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Salário anual de mestre da fundição real de artilharia	1490	Lisboa	15000 r.	1515	<i>História da Sociedade</i> : 505
CONTRATOS					
Ferrador e ferreiro judeu	1403	Loulé	4000 l.	400	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 137
PAGAMENTO DE CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE OBJECTOS E ESTRUTURAS					
Ferradura cavalari com seus cravos	1380	Évora	14,5 d.	0,63	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Ferradura asnal com seus cravos	1380	Évora	0,61 s.	0,32	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Dois cravos	1380	Évora	1 d.	0,044	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Reparar badalos	1442	Guimarães	15 r.	4,94	"Património e Rendias": 231
Ferradura cavalari e muar	1480	Entre Tejo e Guad.	4,7 r.	0,54	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Ferradura asnal	1480	Entre Tejo e Guad.	3,2 r.	0,37	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Milheiro de cravos	1480	Entre Tejo e Guad.	124 r.	14,26	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Confeccção de padrão de medida de sólidos	1482-83	Porto	15 r.	1,73	<i>As Finanças</i> : 150
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
12 ferraduras	1483	Lisboa	55 r.	6,33	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 154-155
100 cravos	1483	Lisboa	16 r.	1,84	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 154-155
Confeccção de elo de cadeia	1485-86	Porto	10 e 12 r.	1,01 e 1,21	<i>As Finanças</i> : 150
Feitio de prego palmar	1485-86	Funchal	3 r.	0,303	<i>Vereações do Funchal</i> : 169
Feitio de 30 pregos contares	1485-86	Funchal	30 r.	3,03	<i>Vereações do Funchal</i> : 170
Feitio de 190 pregos de telhado	1485-86	Funchal	90 r.	9,09	<i>Vereações do Funchal</i> : 170
Feitio de 600 pregos de ripar	1485-86	Funchal	110 r.	11,11	<i>Vereações do Funchal</i> : 170
Reparação da fechadura de uma arca e chaves	1490	Lisboa	60 r.	6	"A guarda": 348

Soldadura de colar prisional	1493-94	Porto	4 r.	0,4	<i>As Finanças</i> : 151
Confecção de elo de cadeia	1493-94	Porto	11 e 20 r.	1,11 e 2,02	<i>As Finanças</i> : 150
Confecção de chapa de ferro para postigo	1493-94	Porto	40 r.	4,04	<i>As Finanças</i> : 141
Confecção de elo de cadeia	1496-97	Porto	11, 12 e 22 r.	1, 1,2 e 2,2	<i>As Finanças</i> : 141
Confecção de adoba	1496-97	Porto	10 r.	1	<i>As Finanças</i> : 141

3.3.8. Ferrador

FERRADOR					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Ferradura cavalari e muar com seus cravos	1379-82	Évora	6 d.	0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Ferradura asnal com seus cravos	1379-82	Évora	4 d.	0,17	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Referrar ferradura cavalari ou muar	1379-82	Évora	3 d. + cravos	0,13 + cravos	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Referrar ferradura asnal	1379-82	Évora	2 d. + cravos	0,087 + cravos	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Referrar ferradura cavalari ou muar com ferraduras dos seus donos	1379-82	Évora	6 d.	0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Cravo	1379-82	Évora	1 d.	0,083	<i>Documentos Históricos</i> , I: 148
Ferradura cavalari com seus cravos	1404	Loulé	4 rs.	1,4	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 156-157
Ferradura asnal com seus cravos	1404	Loulé	2 rs.	0,7	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 156-157
Ferradura cavalari	1413	Porto	2,5 rs.	0,88	"Os Mesteres": 19
Ferradura muar e para sendeiro	1413	Porto	2 r.	0,7	"Os Mesteres": 19
Ferradura asnal	1413	Porto	1,5 rs.	0,53	"Os Mesteres": 19
Cravo	1413	Porto	5 s.		"Os Mesteres": 19
Ferradura cavalari	1420	Arraiolos	8 r.	2,48	<i>Documentos Históricos</i> , I: 178
Ferradura de sendeiros, "muas" e "muus"	1420	Arraiolos	4 r.	1,24	<i>Documentos Históricos</i> , I: 178
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Ferradura asnal	1420	Arraiolos	3 r.	0,93	<i>Documentos Históricos</i> , I: 178
Oito cravos	1420	Arraiolos	1 r.	0,31	<i>Documentos Históricos</i> , I: 178
Ferradura cavalari ou muar com seus cravos	1422	Lisboa	4 r.	1,24	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 81
Ferradura asnal com seus cravos	1422	Lisboa	3 r.	0,93	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 81
Cravos "como antes ferrauom"	1422	Lisboa	2 rs.	?	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 81
Ferradura cavalari e asnal	1443	Montemor-o-Novo	4 e 2,5 r.	1,32 e 0,82	<i>Montemor-o-Novo</i> : 98
12 ferraduras	1444	Montemor-o-Novo	70 r.	23,03	<i>Montemor-o-Novo</i> : 108
Ferradura cavalari	1443-44	Montemor-o-Novo	4 r.	1,32	<i>Montemor-o-Novo</i> : 108
Ferradura cavalari ou muar	1480	Entre Tejo e Guad.	6 r.	0,69	<i>Livro Vermelha</i> : 516

Ferradura asnal	1480	Entre Tejo e Guad.	4 r.	0,46	<i>Livro Vermelho</i> : 516
Cinco cravos	1480	Entre Tejo e Guad.	1 r.	0,12	<i>Livro Vermelho</i> : 517
Referrar ferradura cavalari ou muar com seus cravos	1480	Entre Tejo e Guad.	2,5 r.	0,29	<i>Livro Vermelho</i> : 517
Referrar ferradura asnal com seus cravos	1480	Entre Tejo e Guad.	1,5 r.	0,17	<i>Livro Vermelho</i> : 517
Ferradura	1483	Lisboa	6 r.	0,69	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 154
Ferradura cavalari e muar	1483	Lisboa	5 r.	0,58	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 154
Ferradura asnal	1483	Lisboa	4 r.	0,46	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 154
Ferradura cavalari e muar	1498	Lisboa	7 ou 8 r.	0,7 ou 0,8	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 222

3.3.9. Forneira e Padeira

FORNEIRA E PADEIRA					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
FORNEIRA					
Cozedura de 20 pães	1392	Évora	1 pão	-	<i>Documentos Históricos</i> , I: 183
Cozedura de 15 a 25 pães	1421-22	Alcochete e Aldeia Galega	1 pão	-	<i>Livro da Vereação de Alcochete</i> : 156
Cozedura de 30 a 45 pães	1421-22	Alcochete e Aldeia Galega	2 pães	-	<i>Livro da Vereação de Alcochete</i> : 156
Cozedura de 50 a 60 pães	1421-22	Alcochete e Aldeia Galega	3 pães	-	<i>Livro da Vereação de Alcochete</i> : 156
Cozedura de 12 pães	1457	Lisboa	1 pão	-	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 91-92
Cozedura de 6 pães	1457	Lisboa	metade do dinheiro de um pão	-	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 91-92
Cozedura de 12 pães	1495	Lisboa	1 pão	-	<i>Aspectos da administração</i> : 100
Cozedura de 15 pães	Inícios do séc. XVI (?)	Lisboa	1 pão	-	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 253
PADEIRA					
Ganho por venda de 20 reais de pão cozido	1392	Évora	1 r.	0,46	<i>Documentos Históricos</i> , I: 184
Ganho por teiga pagos os custos	1414	Porto	12 r.	4,2	<i>"Vereações". Anos de 1401-1449</i> : 174
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Ganho de padeira em moer alqueire de trigo	1486	Funchal	15 r.	1,52	<i>Vereações do Funchal</i> : 123
Amassar o pão para o peso	1499	Montemor-o-Novo	10 r.	1	<i>Montemor-o-Novo</i> : 171

3.3.10. Pedreiro

PEDREIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
SALÁRIOS					
Jornal seco de mestre	1340-41	Évora	7 a 7,5 s.	4,31 a 4,61	<i>"O Livro das Despesas"</i> : 97

Jornal seco de servente	1340-41	Évora	2 a 4 s.	1,23 a 2,46	"O Livro das Despesas": 97
Jornal de mestre	1379-81	Évora	10 s. + governo	5,23 + gov.	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Jornal de servente	1379-81	Évora	4 s. + governo	2,09 + gov.	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Jornal seco ou com governo de mestre	1403	Loulé	20 ou 15 rs.	7 ou 5,25	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 128-129
Jornal seco ou com governo de aprendiz	1403	Loulé	16 ou 12 rs.	5,6 ou 4,2	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 129
Jornal do melhor mestre	1413	Porto	10 rs. + governo	3,5 + gov.	"Os Mesteres": 19
Jornal de mestre regular	1413	Porto	8 rs. + governo	2,8 + gov.	"Os Mesteres": 19
Jornal de mestre	1420	Arraiolos	12 e 15 r. + governo ⁹⁰⁶	3,72 e 4,65 + gov.	<i>Documentos Históricos</i> , I: 182-183
Jornal seco de homem que andou a abrir cano	1422-23	Montemor-o-Novo	15 r.	4,65	<i>Montemor-o-Novo</i> : 157
Tença anual a mestre ao serviço do rei	1434	Lisboa	300 r.	90,9	<i>História da Administração</i> , IX: 300
Jornal seco de mestre	1437-38	Alcobaça	c. 25 r. ⁹⁰⁷	c. 7,68	<i>O Mosteiro de Santa</i> : 101
Jornal seco de mestre encarregado de obra	1443	Porto	20 r.	6,58	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 301
Jornal de mestre auxiliar de obra	1443	Porto	18 r.	5,92	" <i>Vereações</i> ". <i>Anos de 1401-1449</i> : 301
Jornal seco de mestre	1450-51	Porto	20 r.	4,18 a 4,6	<i>As Finanças</i> : 149
Jornal seco de servente	1450-51	Porto	15 r.	3,14 a 3,45	<i>As Finanças</i> : 149
Jornal seco de mestre	1461-62	Porto	28 r.	4,28	<i>As Finanças</i> : 149
Mantimento anual de mestre ao serviço da câmara	1471	Lisboa	1050 r. + 2 m. trigo	c. 451,44	<i>História da Sociedade</i> : 497
Jornal seco de mestre	1474-75	Porto	35 r.	4,24	<i>As Finanças</i> : 149
Mantimento régio anual a mestre dos paços reais	1485	Lisboa	700 r.	70,7	<i>História da Administração</i> , IX: 301
Jornal seco de mestre	1491-94	Porto	50 r.	5,05	<i>As Finanças</i> : 149
Jornal seco de servente	1491-92	Porto	40 r.	4,04	<i>As Finanças</i> : 149
Jornal seco de mestre	1493	Funchal	70 r.	7,07	<i>Descobrimentos</i> , III: 399
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Jornal seco de servente	1493	Funchal	40 r.	4,04	<i>Descobrimentos</i> , III: 399
Jornal seco de mestre encarregado de obra	1499	Lisboa	60 r. ⁹⁰⁸	6	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 230
Jornal seco de mestre por obra ligeira com ajuda apenas de serventes	1499	Lisboa	50 r. ⁹⁰⁹	5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 230
Jornal seco de mestre auxiliar de obra	1499	Lisboa	50 r. ⁹¹⁰	5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 230
Jornal seco de braceiro	1499	Lisboa	35 r. ⁹¹¹	3,5	<i>Livro das Posturas Antigas</i> : 230
Jornal seco de pedreiro e servente	1499	Montemor-o-Novo	80 r.	8	<i>Montemor-o-Novo</i> : 175

⁹⁰⁶ Jornal de 12 reais de 1 de Outubro a último dia de Fevereiro e de 15 reais de 1 de Março a 30 de Setembro.

⁹⁰⁷ Com base nos registos de 160 reais e 1 quarteiro de trigo por "*bjiii dias que servio na priuada e çerqua da vinha*" e de 220 reais por 9 dias de trabalho. GOMES, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória...*, p. 101.

⁹⁰⁸ Com desconto de 20 reais em caso de receberem alimentação.

⁹⁰⁹ Com desconto de 20 reais em caso de receberem alimentação.

⁹¹⁰ Com desconto de 20 reais em caso de receberem alimentação.

⁹¹¹ Com desconto de 15 reais em caso de receberem alimentação.

PAGAMENTO DE CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE OBJECTOS E ESTRUTURAS					
Reparação e manutenção, por um ano, de dois chafarizes	1385	Loulé	320 s.	55,68	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 38-39</i>
Reconstrução de forno com pedra e barro	1439	Mós de Moncorvo	100 r.	30,7	"A adm. mun. de Mós": 553
Construção de parede com cortiça, madeira e cal	1452	Lisboa	500 r.	104,5	<i>Documentos das C. R., II: 360</i>
Construção de portal em muro	1452	Lisboa	5000 r.	1045	<i>Documentos das C. R., II: 360</i>
Reparação de uma torre por parte de dois pedreiros ⁹¹²	1488	Loulé	7000 r.	707	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 248</i>
Carreto de pedras, pedra miúda, cal e trabalho de armar pé de picota	1489	Funchal	1300 r.	131,3	<i>Vereações do Funchal: 238</i>
Empreitada ⁹¹³	1492	Funchal	14000 r.	1414	<i>Vereações do Funchal: 321</i>
Reparação de fonte ⁹¹⁴	1495	Funchal	1500 r.	150	<i>Vereações do Funchal: 386-387</i>
Construção de braça de calçada	1498	Funchal	130 r.	13	<i>Vereações do Funchal: 639</i>
Construção de braça de calçada	1500 e antes	Lisboa	50 r.	5	<i>D. A. H. C. M. L.: IV: 65</i>

3.3.11. Sapateiro

SAPATEIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Ganho de mestre sapateiro por par de sapatos ou botas de cordovão	c. 1380	Évora	3,5 s.	1,83	<i>Documentos Históricos, I: 144</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Ganho de costureiro por par de sapatos ou botas de cordovão	c. 1380	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 144</i>
Ganho de mestre sapateiro por par de sapatos de cordovão	1480	Entre Tejo e Guad.	4 r.	0,46	<i>Livro Vermelha: 512</i>
Ganho de costureiro por par de sapatos ou botas de cordovão	1480	Entre Tejo e Guad.	3 r.	0,35	<i>Livro Vermelha: 512</i>
Ganho de mestre sapateiro por par de borzequins de cordovão	1480	Entre Tejo e Guad.	c. 6 r. (?)	0,69	<i>Livro Vermelha: 513</i>
Ganho de costureiro por par de borzequins de cordovão	1480	Entre Tejo e Guad.	4 r. (?)	0,46	<i>Livro Vermelha: 513</i>
Ganho de mestre sapateiro por par de	1480	Entre Tejo e Guad.	3 r.	0,35	<i>Livro Vermelha: 514</i>

⁹¹² A obra deveria estar acabada até ao final de Maio. A câmara daria toda a pedra ao pé da torre e a cal amassada de uma água. Se a torre caísse não se repararia com 30 000 reais.

⁹¹³ Fazer os encanamentos, rebocar e acafelar a casa da câmara e o paço dos tabeliães, como também rebocar e acafelar e telhar a casa que estava entre elas e ainda a parede do jogo da péla.

⁹¹⁴ "Com butume e tapar a dicta augoa em modo que se nom vaa nem se suma per baixo somente a fazer sordir acima e fazer vijr polla byca bem e liueremente em modo que sempre a dicta bica venha a dicta augua e estar segura que se nom vaa nem vaze per baixo".

sapatos de carneiro					
Ganho de costureiro por par de sapatos de carneiro	1480	Entre Tejo e Guad.	3 r.	0,35	<i>Livro Vermelha: 514</i>
Ganho de mestre sapateiro por par de pantufos	1480	Entre Tejo e Guad.	16 (?)	1,84	<i>Livro Vermelha: 518</i>
Ganho de mestre sapateiro por par de chapins	1480	Entre Tejo e Guad.	10 r. (?)	1,15	<i>Livro Vermelha: 519</i>

3.3.12. Telheiro

TELHEIRO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Jornal de telheiro	c. 1379-81	Évora	7 a 12 s.	3,66 a 6,28	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Jornal de mulher auxiliar de telheiro	c. 1379-81	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>

3.3.13. Outros mesteiros da construção

OUTROS MESTEIRAIS DA CONSTRUÇÃO					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Trabalho de seis meses em ponte	1449	Porto	2000 r.	460	<i>Vereações (1401-1449): 396</i>
Jornal de servidor em obra	1452-53	Ceuta	8 e 10 r.	1,67 e 2,09	<i>Documentos das C. R., II: 333</i>
Jornal de serrador em obra	1452-53	Ceuta	15 r.	3,14	<i>Documentos das C. R., II: 333</i>
Trabalho de um dia em ponte	1485	Funchal	30 r.	3,03	<i>Vereações do Funchal: 172</i>
CABOUQUEIRO					
Extraír barcada ⁹¹⁵ de pedra de alvenaria ou para fazer cal	1499	Lisboa	60 r.	6	<i>Livro das Posturas Antigas: 231</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Embarcar barcada	1499	Lisboa	5 r.	0,5	<i>Livro das Posturas Antigas: 231</i>
Transporte de barcada	1499	Lisboa	60 a 150 r.	6 a 15	<i>Livro das Posturas Antigas: 231</i>
Extraír canto ⁹¹⁶ de pedra lioz	1499	Lisboa	14 r.	1,4	<i>Livro das Posturas Antigas: 231</i>
Transporte de canto	1499	Lisboa	20 a 25 r.	2 a 2,5	<i>Livro das Posturas Antigas: 231</i>
CAIADOR					
Cobrir forno de cal	1499	Montemor-o-Novo	50 r.	5	<i>Montemor-o-Novo: 178</i>

3.3.14. Outros mesteiros ligados ao trabalho de têxteis e couros

⁹¹⁵ “Que he da mjddida de duas varas de craueyra de longura. E hua vara dancho. E outra vara em alto.”

⁹¹⁶ “O quall nom deçera de dous pallmos e meo. E tres de longuo. E palmo e meo dalto. E sua anchura que comresponda”.

TRABALHADORES DE TÊXTEIS E COUROS					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
CORDOEIRO					
Baraço de quatro braças	1403	Loulé	1,43 rs. ⁹¹⁷	0,5	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 134</i>
Lavrar quintal de fio	1418	geral	3540 l.	31,35	<i>Documentos das C. R., I: 469</i>
Quintal de fio	1496-97	Santarém	900 r.	90	"A compra de fio": 512-529
FELTREIRO					
Pedra de lâ	1379-81	Évora	4 s. + governo	2,09 + gov.	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
PENTEADEIRA E "TASQUINHADEIRA"					
Jornal	1379-81	Évora	2 s. e 4 d.	1,22	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
TECELÃO E TECEDORA					
Vara de burel	1379-81	Évora	4 d.	0,17	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara das "costaaes"	1379-81	Évora	6 d.	0,26	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara das "argaaes" trigueiras	1379-81	Évora	1,5 s.	0,78	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Mão de linho vincado estreito	1379-81	Évora	1 s.	0,52	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de linho delgado	1379-81	Évora	1,66 s.	0,87	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de pano ancho	1379-81	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de linho vincado ancho e ancho delgado	1379-81	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de mantéis anchos e delgados	1379-81	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de mantéis anchos de linho vincado	1379-81	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de almadrages de cores delgado	1379-81	Évora	2,5 s.	1,31	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de almadrages de cores grossos	1379-81	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Vara de linho delgado ancho	1413	Porto	2 rs.	0,7	"Os Mesteres": 19
Vara de pano de robeixa ancho	1413	Porto	1,5 rs.	0,53	"Os Mesteres": 19
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Vara de linho delgado estreito	1413	Porto	1,5 rs.	0,53	"Os Mesteres": 20
Vara de pano de robeixa estreito	1413	Porto	1,5 rs.	0,53	"Os Mesteres": 20
TOSADOR					
Ala de pano de Bruges e de Ypres de marca pequena, de Mosterville e Quartenay	1379	Évora	1 s.	0,52	<i>Documentos Históricos, I: 138</i>
Ala de pano de Londres e de Ypres de marca maior e de Vila Funda	1379	Évora	1 g. ⁹¹⁸	0,61	<i>Documentos Históricos, I: 138</i>

⁹¹⁷ Preço permitido a mulher por ser pobre.

⁹¹⁸ Computando 1 grave em 14 dinheiros. Cf. ARAGÃO, *Descrição...*, I, p. 192 e registo relativo a uma compra de papel em Loulé no ano de 1376, onde 37 graves equivaleram a 43 soldos e 2 dinheiros.

Ala de pano de Inglaterra de 17 a 20 alas e por "braaor" de Ypres	1379	Évora	8 d.	0,35	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Ala de pano de Valenciennes	1379	Évora	5 d.	0,22	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
Ala de pano de Tournai, Arras e Comuna, e viados e panos de Galês e semelhantes	1379	Évora	6 d.	0,26	<i>Documentos Históricos</i> , I: 138
SURRADOR					
Pele de cordovão	1379-81	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143-144
Pele de carneiro e cabra	1379-81	Évora	20 d.	0,87	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Vara de pano de linho	1444-45	Entre Douro e Minho	0,5 r.	0,16	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 415
Pele de cordovão ou de carneiro trabalhada pelos sapateiros	1480	Entre Tejo e Guad.	12 r.	1,38	<i>Livro Vermelho</i> : 512-514
Couro trabalhado pelos correiros	1480	Entre Tejo e Guad.	80 r.	9,2	<i>Livro Vermelho</i> : 527
TINTUREIRO					
Vara de pano	1491	Funchal	12 r.	1,21	<i>Vereações do Funchal</i> : 331-332
Pele de cordovão ou de carneiro	1480	Entre Tejo e Guad.	12 r.	1,38	<i>Livro Vermelho</i> : 514
Tingir cabeleiras de apóstolos de procissão	1499	Montemor-o-Novo	30 r.	3	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180

3.3.15. Outros mesteiros

OUTROS MESTEIRAIAS					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
ALBARDEIRO					
Pagamento mínimo e máximo de diversos serviços	1379-81	Évora	3 a 7 s.	1,57 a 3,66	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Pagamento médio de serviço	1379-81	Évora	4,5 s.	2,35	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Pagamento mínimo e máximo de diversos serviços	1392	Évora	4 a 50 rs.	1,84 a 23	<i>Documentos Históricos</i> , I: 193
Pagamento médio de serviço	1379-81	Évora	18,83 rs.	8,66	<i>Documentos Históricos</i> , I: 193
ALFAGEME E ARMEIRO					
Pagamento mínimo e máximo de diversos serviços	1379-81	Évora	4 d. a 15 s.	0,17 a 7,85	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Pagamento médio de serviço	1379-81	Évora	4 s.	2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 143
Armador-mor encarregado da limpeza e reparação das armas do rei	1452	Lisboa	7841 r.	1638,77	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 328
Tença anual concelhia de armeiro de gibanetes e de armeiro	1485	geral	4000 r.	404	<i>Índice Chronologica</i> : 207

de armas brancas					
Tença anual concelhia de guarnecedor ou limpador	1485	geral	2000 r.	202	<i>Índice Chronologica</i> : 207
Pagamento a armeiro para usar de seu ofício	1492-93	Funchal	3000 r.	303	<i>Vereações do Funchal</i> : 323
ALMARGEIRO					
Mantimento mensal por cada besta que tomasse conta	1473-88	Loulé	10 r.	1,01 a 1,21	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV</i> : 250-253
CALAFATE					
Jornal de melhor mestre calafate	1413	Porto	20 rs. + governo	7 + gov.	"Os Mesteres": 20
Jornal de mestre calafate regular	1413	Porto	15 rs. + governo	5,25 + gov.	"Os Mesteres": 20
Jornal de moço assistente	1413	Porto	8 rs. + governo	2,8 + gov.	"Os Mesteres": 20
CARNICEIROS E SALGADORES					
Mantimento mensal de mestre da salga	1451-53	Lisboa	200 r.	41,8	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 345, 356 e 672
Jornal diário de pessoa que salgou carne	1451	Lisboa	16 r.	3,34	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 348-49 e 359
Salgar arroba de carne	1452	Lisboa	0,67 r.	0,14	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 348-49 e 359
Corte de arroba de carne em "soaãs"	1451-52	Lisboa	0,4 r.	0,08	<i>Documentos das C. R.</i> , II: 348-49 e 359
CERIEIRO					
Fabrico de tocha	1422-23	Montemor-o-Novo	21,66 r. ⁹¹⁹	6,71	<i>Montemor-o-Novo</i> : 158
	1461-62	Porto	13 r.	1,98	<i>As Finanças</i> : 150
	1474-75	Porto	12 r.	1,45	<i>As Finanças</i> : 150
	1482-83	Porto	10 r.	1,15	<i>As Finanças</i> : 150
OBREIROS DA MOEDA					
A obreiro de fornaça por fundição de cada marco de prata e onze marcos de cobre	1303	geral	1 s.	0,82	<i>A Evolução</i> , IV: 70
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
A moedeiro por hora, tempo no qual fabricava 240 dinheiros	1303	geral	3 d.	0,21	<i>A Evolução</i> , IV: 70
OURIVES					
Salário de ourives da casa real	1466	geral	12 côvados de pano de Bristol	(?)	<i>História da Administração</i> , IX: 301
Trabalho de dois cálices de prata, sendo dada a matéria-prima	1489	Funchal	2000 r.	202	<i>Vereações do Funchal</i> : 243
SEIREIRO E CESTEIRO					
Seirão no mato ou na vila	c. 1379-81	Évora	7 ou 8 s.	3,66 ou 4,18	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Cesto de colo	c. 1379-81	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Cesto de mão ou cabanejo	c. 1379-81	Évora	18 d.	0,79	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149

⁹¹⁹ Com base no preço de 130 reais pelo fabrico de seis tochas.

SELEIRO					
Pagamento anual de cada contioso e da vereação para usar de seu ofício	1384	Loulé	5 s. e 5 l.	1,6 e 31,9	<i>Actas de Loulé: Séculos XIV-XV: 23</i>
Ajuda anual para aluguer de casa para usar de seu ofício	1495	Funchal	1200 r.	120	<i>Vereações do Funchal: 417</i>
TANOEIRO E TORNADOR					
Jornal diário de vedor dos tanoeiros na casa de Ceuta	1451-54	Lisboa	20 r. ⁹²⁰	4,18	<i>Documentos das C. R., II: 352 e 361, 679, 697</i>
Jornal diário de tornador	1452	Lisboa	20 r.	4,18	<i>Documentos das C. R., II: 361</i>
Jornal de braseiro reparador de pipas e tonéis	1452 e 1454	Lisboa	20 r.	4,18	<i>Documentos das C. R., II: 361 e 697</i>
Fabrico de tonel	1451 e 1453-54	Lisboa	28 r.	5,85	<i>Documentos das C. R., II: 351, 678 e 697</i>
Fabrico de pipa	1451 e 1454	Lisboa	23 r.	4,81	<i>Documentos das C. R., II: 351, 697</i>
Arrumar tonel de vinho	1453-54	Lisboa	12 r.	2,51	<i>Documentos das C. R., II 676, 695</i>
Tornar feixe de arcos de tonéis e pipas	1451-54	Lisboa	5 r.	1,05	<i>Documentos das C. R., II: 351, 361, 679, 697</i>

3.3.16. Serviços não qualificados

SERVIÇOS NÃO QUALIFICADOS					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
SERVIÇOS DE LIMPEZA					
Soldada anual de lavadeira de mosteiro	1365	Grijó	60 s.	36,3	<i>Livro das Campainhas: 75</i>
Limpeza de casa	1474-75	Porto	40 r.	4,84	<i>As Finanças: 151</i>
Varrer casa	1474-75	Porto	12 r.	1,45	<i>As Finanças: 151</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Lavagem de chafariz na Rua Nova	1482-83	Porto	16 r.	1,84	<i>As Finanças: 151</i>
Limpeza de chão para construção de alpendre ⁹²¹	1485	Funchal	400 r.	40,4	<i>Vereações do Funchal: 168</i>
Limpeza de chafariz na Rua dos Banhos	1485-86	Porto	30 r.	3,03	<i>As Finanças: 151</i>
Despesa anual com o uso de sete bestas empregues na limpeza da cidade	1488	Lisboa	174.215 r.	175.98,75	<i>D. A. H. C. M. L.: III: 278</i>
Varrer igreja por escravo	1491	Funchal	20 r.	2,02	<i>Vereações do Funchal: 332</i>
Limpeza da cadeia da correição	1499	Montemor-o-Novo	10 r.	1	<i>Montemor-o-Novo: 172</i>
Varrer praça por escrava	1499	Montemor-o-Novo	10 r.	1	<i>Montemor-o-Novo: 173</i>

⁹²⁰ Mais, em 1451-52, 350 reais anuais para vestuário em preço de 10 côvados de pano de Castela e, em 1454, mais 20 côvados do dito pano.

⁹²¹ Durante cinco dias, três dias por dois escravos com duas bestas e um dia por dois homens.

OUTROS					
Jornal seco por revolver casa do concelho	1422-23	Montemor-o-Novo	20 r.	6,2	<i>Montemor-o-Novo: 157</i>
Jornal por trabalho não qualificado	1461-62	Porto	12 e 26 r.	1,84 e 3,98	<i>As Finanças: 149</i>
Jornal por trabalho não qualificado	1485-86	Porto	12 r.	1,21	<i>As Finanças: 149</i>
Fragueiro por cortar madeira para construção de alpendre	1485	Funchal	270 r.	27,27	<i>Vereações do Funchal: 168</i>
Pagamento seco a dois homens por fazerem covas para esteios de alpendre	1485	Funchal	60 r.	6,06	<i>Vereações do Funchal: 169</i>
Pagamento seco a homem por abrir mais covas para esteios de alpendre	1485	Funchal	40 r.	4,04	<i>Vereações do Funchal: 170</i>
"A pessoa que achou (sic) o alpendre e tirou terra fora"	1485	Funchal	42 r.	4,24	<i>Vereações do Funchal: 171</i>
Trabalho de 40 dias em barrocas	1489	Funchal	1000 r.	101	<i>Vereações do Funchal: 239</i>
A pessoa que revolveu crasta do concelho	1499	Montemor-o-Novo	50 r.	5	<i>Montemor-o-Novo: 173</i>

3.4. Trabalhadores Agrícolas

TRABALHADORES AGRÍCOLAS (jornais)					
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Cavador de vinha	1333-34	Évora	5 s.	3,08	<i>Documentos Históricos, I: 48</i>
Trabalhador agrícola	1340-41	Évora	c. 3 s.	1,85	"O Livro das Despesas": 99
Valador	c. 1379-82	Évora	7 s.	3,66	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Sargente de valador	c. 1379-82	Évora	4 s.	2,09	<i>Documentos Históricos, I: 142</i>
Singel	c. 1379-82	Évora	12 s.	6,28	<i>Documentos Históricos, I: 143</i>
Item	Data	Localid./Região	Quantia	Prata (g)	Fonte
Abegão	c. 1379-82	Évora	4 s.	2,09	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Lavrador de arado	c. 1379-82	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Tangedor de bois	c. 1379-82	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Obreiro de enxada de vinha	c. 1379-82	Évora	4 e 5 s. ⁹²²	2,09 e 2,62	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Podador ou empador	c. 1379-82	Évora	4 e 5 s. ⁹²³	2,09 e 2,62	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Esvidigador	c. 1379-82	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Esvidigadora	c. 1379-82	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Mondador	c. 1379-82	Évora	2,5 s.	1,31	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Mondadeira	c. 1379-82	Évora	2 s.	1,05	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>
Segador de trigo	c. 1379-82	Évora	8 s.	4,18	<i>Documentos Históricos, I: 149</i>

⁹²² Desde que se comecem a adubar as vinhas até 1 de Janeiro e dessa data até à Quaresma.

⁹²³ Desde que se comecem a adubar as vinhas até 1 de Janeiro e dessa data até à Quaresma.

Segador de cevadas	c. 1379-82	Évora	5 s.	2,62	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Apanhador de cereais	c. 1379-82	Évora	4 s.	2,09	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Apanhadora de cereais	c. 1379-82	Évora	3 s.	1,57	<i>Documentos Históricos</i> , I: 149
Seco de jeirão da mitra bracarense	1402	Braga	3 r.	1,05	<i>Fastos Episcopales</i> , II: 237-38
Estabelecido por D. Duarte para cavador de enxada	1433	geral	12 a 15 r.	3,64 a 4,55	<i>História da Sociedade</i> : 529-30
Estabelecido por D. Duarte para avaliador a pé fora da sua comarca	1433	geral	10 r.	3,03	<i>História da Sociedade</i> : 529-30
Trabalhador em vinha	1437-38	Alcobaça	5 r.	1,54	<i>O Património</i> : 152 (nota 114)
Cavador de vinha	1439-40	Alcobaça	6 r.	1,84 a 1,97	<i>O Património</i> : 152 (nota 114)
Cavador	1442	Guimarães	6 r.	1,97	"Património e Rendas": 230
Carreto com bois	1442	Guimarães	12 r.	3,95	"Património e Rendas": 230
Jeirão do convento de Pendorada	1477	Pendorada	c. 6 r.	0,81	<i>História da Sociedade</i> : 527
Hortelão de D. João II	1493	Almeirim	c. 12,5 r.	1,26	<i>História da Sociedade</i> : 530

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Municipal do Porto: Livros 3.º (1412-13, 1452-55 e 1460-61) 4.º (1475-76, 1479-80, 1487 e 1480-85), 5.º (1485-88) e 6.º (1488-89, 1494-95 e 1497-98) de vereações.

FONTES IMPRESSAS

Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha. Separata da revista *Al'Ulyã*, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

Actas de Vereação de Loulé: Século XV. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte. Suplemento da revista *Al'Ulyã*, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004.

Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Nova edição. Introdução e notas de Andrée Crabbé Rocha, tomo I. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1973.

“Cartas de quitação del Rei D. Manuel”. Transcrição de Anselmo Braamcamp Freire. *Arquivo Historico Portuguez*, vols. I (p. 94-96, 163-168, 200-208, 240-248, 276-288, 328, 356-368, 398-408 e 447), II (p. 34-40, 74-80, 158-160, 232-240, 349-360 e 421-442) e III (p. 75-80, 155-160, 237-240, 313-320, 385-400 e 471-480). Lisboa, 1903-1905.

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367). Lisboa: I. N. I. C., Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383), volume I (1367-80). Lisboa: I. N. I. C., Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367). Lisboa: I. N. I. C., Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história. Transcrição e prefácio de João Martins da Silva Marques. Edição Comemorativa dos Descobrimentos Portugueses (reprodução fac-similada), volume I (1147-1460), suplemento ao volume I (1057-1460), volume II – tomo I e volume II – tomo II (IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos”), e volume III (1461-1500). Lisboa: I. N. I. C., 1988.

Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos. Transcrição de Pedro de Azevedo, tomos I (1415-1450) e II (1450-1456). Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis), vols. I, II, III, IV e V. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957-1960.

Documentos Históricos da Cidade de Évora. Transcrição de Gabriel Pereira, partes primeira, segunda e terceira. Évora: Typographia da Casa Pia e Typographia Economica de José d'Oliveira, 1885-1891.

Documentos Inéditos de Marrocos (Chancelaria de D. João II). Transcrição de P. M. Laranjo Coelho, volume I. Lisboa: Academia das Ciências, 1943.

Indice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade. Prefácio de J. A. Pinto Ferreira. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XX. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951.

Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto. Prefácio e notas de A. de Magalhães Basto. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. V. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1940.

Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422). Introdução, transcrição e notas de José Manuel Vargas. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005.

Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV). *Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Transcrição de Jorge de Alarcão e revisão do texto, índices e notas por Luís Carlos Amaral. Coleção “Documentos sobre Vila Nova de Gaia”, n.º 4. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

Livro das Posturas Antigas. Transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra. “Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa”. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo I, livro III, p. 47-66. Coimbra: Atlântida - Livraria Editora, L.^{da}, 1793.

Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V. “Coleccção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João III”. Transcrição de José Correia da Serra, tomo III, p. 387-541. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, volume I. Introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d.

“O mais antigo livro de vereações – 1491”. Publicado por José Branquinho de Carvalho. *Arquivo Coimbrão*, Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1954, p. 53-68.

Ordenações Afonsinas. Reprodução “fac-simile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Livros I, II, III, IV e V. 2.^a edição. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Ordenações Manuelinas. Reprodução “fac-simile” da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513). Livro Primeiro. Introdução de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV). Apresentação de Francisco José Velozo e transcrição, nótula e vocabulário por José Pedro Machado. Coleção “Documentos para o estudo da história e da cultura dos portugueses”, n.º 1. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974.

“*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*. Transcrição de A. de Magalhães Basto. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. II. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, s.d.

“*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Transcrição de J. A. Pinto Ferreira. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XL. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980.

«Vereações». *Anos 1431-1432. Livro 1*. Transcrição de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Coleção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLIV. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1985.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV. Transcrição de José Pereira da Costa. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Reprodução facsimilada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Comissão Organizadora do Congresso Internacional “Bartolomeu Dias”, 1988.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de – “Tombo do prior D. Afonso Esteves do mosteiro de Grijó”. *Revista Portuguesa de História*, tomo XI, vol. I. Coimbra, 1964, p. 115-143.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de – *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 2.^a edição, vol. I. Porto: Livraria Fernando Machado, 1964.

AZEVEDO, Pedro A. de – “Os Escravos”. *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, Lisboa, 1903, p. 289-307.

BARROCA, Mário Jorge – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IX. Porto, 1992, p. 53-86.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, 11 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1945-54.

BARROS, Maria Filomena Lopes de – “As comunas muçulmanas em Portugal (Subsídios para o seu estudo)”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII. Porto, 1990, p. 85-100.

BATH, B. H. Slicher Van – *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. 3.^a edição. Editorial Presença, 1984.

BRAAMCAMP FREIRE, A. – “Compromisso de confraria em 1346”. *Archivo Historico Portuguez*, vol. I. Lisboa, 1903, p. 349-355.

BRAAMCAMP FREIRE, A. – “A guarda de D. João II no anno de 1490”. *Archivo Historico Portuguez*, vol. V. Lisboa, 1907, p. 345-366.

CASTRO, Armando – “O sistema monetário”. In *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, II vol. Publicações Alfa, 1983, p. 233-241.

CASTRO, Armando – *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*, volumes II, III, IV e IX. Lisboa: Portugália Editora, 1964-70.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas”. In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI)*. I – *Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 37-59.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos”. In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 9-22.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “O Senhorio Crúzio do Alvorge na Centúria de Trezentos”. In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). II – Domínio Senhorial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 31-92.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”. In *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). I – Notas do Viver Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 60-77.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1983. 2 vols. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “As Finanças”. In *História da Universidade em Portugal*, volume I – tomo I (1290-1536), capítulo II, Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 39-67.

COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 volumes. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959.

CRUZ, António – “Os Mesteres do Pôrto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. III – Fasc. 1. Porto, 1940.

CUNHA, Maria Cristina – “A compra de fio para as naus. O «Livro de Receitas e Despesas» de Heitor Garcia (1496-97) – apresentação e publicação de texto”. In *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, volume III (Economia e Comércio Marítimo). Porto, 1989, p. 491-529.

DINIS, A. J. Dias – *Estudos Henriquinos*, volume I, Coimbra, 1960.

DUARTE, Luís Miguel – “Documentação medieval e moderna recentemente incorporada no arquivo histórico municipal de Loulé”. *Revista de História*, vol. XIII. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1995, p. 69-73.

DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas se queriam pequenas (espaço e medidas na Idade Média”. In *Arquitectando espaços: da natureza à Megapólis*. Coord. V. O. Jorge. Porto-Coimbra, 2003, p. 183-192.

DYER, Christopher – *Standards of living in the later Middle Ages: social change in England c. 1200 – 1520*. Cambridge: Cambridge University Press, s.d.

FARO, Jorge – *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*. Lisboa: Centro de Estudos Económicos, Instituto Nacional de Estatística, 1965.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

FERREIRA, J. A. Pinto – “Despesas efectuadas pelo município portuense por ocasião do baptizado do Infante D. Henrique”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII – Fascs. 3-4. Porto, 1960.

FERREIRA, Monsenhor J. A. – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (sec. III – sec. XX)*, tomo II. Braga: Mitra Bracarense, 1931.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Gerir e Julgar em Guimarães no século XV: subsídios para o estudo dos ofícios públicos*. Braga, 1991.

FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

FOURQUIN, Guy – *História Económica do Ocidente Medieval*, 3.^a edição. Lugar da História n.º 12, Edições 70, 2000.

GODINHO, Vitorino Magalhães – “Preços e Conjuntura do século XV ao XIX”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, VI volume, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p. 488-516.

GOMES, Saul António – *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História da Arte, 1990.

GONÇALVES, Iria – *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989. Dissertação de doutoramento

GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria – “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica – Estudos, 1996, p. 77-95.

GONÇALVES, Iria – “Defesa do consumidor na cidade medieval: Os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV)”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica – Estudos, 1996, p. 97-116.

GONÇALVES, Iria – “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do Século XV”. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia Historica – Estudos, 1996, p. 191-209.

GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In *Imagens do Mundo Medieval*, Colecção Horizonte Histórico, n.º 16. Lisboa: Livros Horizonte 1988, p. 177-200.

LANGHANS, F.-P. A. – “Os Mesterais. Crónica Milenária do Trabalho Artífice”. *Revista Portuguesa de História*, tomo XIII. Coimbra, 1971, p. 1-60.

LARDIN, Philippe – “Le niveau de vie des ouvriers du bâtiment en Normandie orientale dans la seconde moitié du XV^e siècle”. In *Les niveaux de vie au Moyen Âge*. Actes du Colloque international de Spa, 21-25 Octobre 1998. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant, 1999, p. 141-173.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

LOPES, Luís Seabra – “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”. *Portugalia*, Nova Série, vol. XXIV, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 113-164.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 3.^a edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”. In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. 2.^a edição. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 195-220.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”. In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.^a edição. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 17-50.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Pragmática de 1340”. In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.^a edição. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 93-119.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “O Surto Urbano, a Moeda e os Preços”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 181-219.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Arte da Guerra”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 335-364.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Vida Quotidiana”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 464-490.

MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves – “As Finanças e a Moeda”. In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, V volume. *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 249-276.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1959.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V volume. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 67-72.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Os Mesterais”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, IV volume. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p. 280-282.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Indústria - Na Idade Média”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, III volume. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p. 301-304.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História do Concelho de Loulé na Idade Média”. In *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andalusia*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1989, p. 17-33.

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

MARQUES, José – “A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”. *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. V, n.º 2-3-4, p. 229-720, Abril-Dezembro de 1985. Bragança: Assembleia Distrital, p. 515-560.

MARQUES, José – “Os corpos académicos e os servidores”. In *História da Universidade em Portugal*, volume I, tomo I (1290-1536), capítulo III. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 69-127.

MARQUES, José – “A administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata de *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, fasc. 83-84, Janeiro-Dezembro de 1983. Braga, 1983.

MARQUES, José – “Património e Rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442”. Separata das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. II, Guimarães: [s. n.], 1981, p. 213-237.

MARQUES, José – “A Assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VI. Porto, 1989, p. 11-93.

MARQUES, José – “Em torno do termo *Marrã*”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XIII. Porto, 1996, p. 249-258.

MARQUES, José – “O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336”. *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. V. Porto, 1988, p. 95-111.

MARQUES, José; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Diplomatique municipale portugaise (XIIIe-XVe siècles)”. In *La diplomatie urbaine en Europe au moyen âge*. Actes du congrès de la Commission internationale de Diplomatie, Gand, 25-29 août 1998, publiés par W. Prevenier et Th. De Hemptinne. Garant, Leuven-Apeldoorn, 2000, p. 281-304.

MELO, Arnaldo Sousa – “L’Historiographie portugaise sur salaire et salariat au Moyen Âge”. In *Première rencontre du groupe de travail sur Salaire et salariat au Moyen Âge: Historiographie d’un thème* (Avignon, 19 mai - Châteaurenard, 20 mai 2006). [citado em 2007-01-25]. Disponível em <http://lamop.univ-paris1.fr/lamop/LAMOP/lamopII.Salaire.htm>.

MORAES, D. João da Soledade, *Taboadas dos novos pesos e medidas dedicadas às escolas de instrução primária*. 2.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p. 9-11.

MORENO, Humberto Baquero – “A Acção dos Almocreves no Desenvolvimento das Comunicações Inter-Regionais Portuguesas nos fins da Idade Média”. Separata das actas do colóquio *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*. Lisboa, 1975, p. 185-239.

OLIVEIRA, Fernando José Cunha de – *O Vestuário Português ao Tempo da Expansão – Séculos XV e XVI*. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimentos Portugueses, s.l., 1991.

PERES, Damião – *O Livro de Recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974.

PEREIRA, Isaías da Rosa – “Livros de Direito na Idade Média”. *Lusitânia Sacra*. 1.^a Série, tomo VII. Lisboa, 1967, p. 7-60.

RAU, Virgínia – *A Casa dos Contos*. Coimbra, 1951.

RAU, Virgínia – *Estudos sobre a História do Sal Português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

RAU, Virgínia e MACEDO, Jorge de – *O Açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*. Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV”. Separata dos números 101 a 109 da *Revista Municipal*. Imprensa Municipal de Lisboa, 1968.

SANTA ROSA DE VITERBO, Fr. Joaquim – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram*, ed. de Márcio Fiúza, volumes I e II, Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1966.

SANTOS, Maria José Azevedo – *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005.

SOUSA, António Caetano de – “Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa”. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Tomo I, Livro III. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, L.^{da}, 1793.

SOUSA, Armindo de – “As cortes de Leiria-Santarém de 1433”. Separata de *Estudos Medievais*, n.º 2. Porto, 1982.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, SILVA, Fernando Vieira da e MONTEIRO, Nuno – “O «Livro das Despesas do Prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)”. *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, n.º 9, 1982, p. 91-99.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, 1974.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Editorial Presença. Lisboa, 1989.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Para o estudo da numária de D. Fernando”. *Estudos Medievais*, n.º 2. Porto, 1982, p. 3-32.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Subsídios para o estudo da história monetária do séc. XV (1448-1495)”. Separata da revista *Nvmms*, 2.^a série – volume IV/V/VI. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-83.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A moeda medieval portuguesa no seu contexto peninsular”. *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 15. Barcelona, 1985, p. 127-137.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A moeda portuguesa de 1245 a 1383”. In *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, II volume. Publicações Alfa, 1983, p. 271-282.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A moeda portuguesa de 1383 a 1401”. In *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, II volume. Publicações Alfa, 1983, p. 283-292.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A moeda portuguesa de D. João II aos Filipes (1481-1640)”. In *História de Portugal*, dir. José Hermano Saraiva, II volume. Publicações Alfa, 1983, p. 673-690.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades”. In *Estudos de História de Portugal*. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, vol. I – sécs. X-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 327-342.

VICTOR, Sandrine – “Les salaires des ouvriers du bâtiment à Gérone au XV^{ème} siècle”. *Anuario de Estudios Medievales*, 26, 1996, p. 365-390.

VIANA, Mário – “Alguns preços do vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)”. *Arquipélago - História*, 2.^a série, vol. V, Ponta Delgada, 2001, p. 605-626.

VIEIRA, Alberto – “A Madeira e o Mercado do Açúcar. Séculos XV-XVI”. In *História do Açúcar – Rotas e Mercados*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002, p. 55-89.

VIEIRA, Alberto – *Os Escravos no Arquipélago da Madeira: Séculos XV a XVII*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1991.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro I: EQUIVALÊNCIAS, POR REGIÃO, DO ALQUEIRE E DO ALMUDE EM LITROS	16
Quadro II: EVOLUÇÃO, APROXIMADA, DO PREÇO DO MARCO DE PRATA DE 11 DINHEIROS (1300-1499)	19
Quadros III, IV E V: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO TRIGO EM INGLATERRA, FRANÇA E ÁUSTRIA (1300-1500)	28
Quadro VI: COMPARAÇÃO DO PREÇO DOS CEREAIS (1333-1499)	41
Quadro VII: COMPARAÇÃO DOS PREÇOS DO TRIGO E DO PÃO, EM 10 ONÇAS / 287 GRAMAS (1413 - FINAIS DO SÉC. XV)	54
Quadro VIII: EVOLUÇÃO DO PREÇO DE UM PÃO DE TRIGO DE 10 ONÇAS (287 G) E DA RELAÇÃO PESO/PREÇO DE UM PÃO CONSIDERADO MÉDIO (1413 – FINAIS DO SÉC. XV)	58
Quadro IX: COMPARAÇÃO DO PREÇO DO VINHO BRANCO E TINTO (ALMUDE) (1333-1485/86)	65
Quadro X: COMPARAÇÃO DO PREÇO DAS CARNES GROSSAS (1340-1497)	67
Gráficos I e II: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PAPEL (MÃO E RESMA) EM G DE PRATA (1340-1497)	123
Quadro XI: COMPARAÇÃO DO PREÇO DO PERGAMINHO (PELE) E PAPEL (MÃO) (1340-1499)	126
Quadros XII, XIII, XIV e XV: ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS: HIERARQUIA, DIFERENÇA E EVOLUÇÃO (1389-1498)	152
Quadro XVI: EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DIÁRIO POR DESLOCAÇÃO (1375-1499)	156
Quadro XVII: EVOLUÇÃO DO JORNAL DE ALGUNS MESTERES (1379-1494)	170
Quadro XVIII: EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO DIÁRIO ILÍQUIDO DE UM ATAFONEIRO (1379-1480)	181
Quadro XIX: EVOLUÇÃO DAS “ <i>POIAS</i> ” ATRIBUÍDAS ÀS FORNEIRAS (1392 - Inícios do séc. XVI?)	197
Quadro XX: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO DE DEBULHADORES EM WINCHESTER (1300-1479)	219
Quadro XXI: EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS DO ESCRIVÃO E PORTEIRO MUNICIPAIS E DO CUSTO DE UM CABAZ DE COMPRAS NA CIDADE DO PORTO (1450-1494)	223
Quadro XXII: COMPARAÇÃO DO SALÁRIO DO ESCRIVÃO MUNICIPAL E DO CUSTO DE UM CABAZ DE COMPRAS NA CIDADE DE LISBOA E VILA DE MONTEMOR-O-NOVO (1498-1499)	224

ÍNDICE GERAL

I – INTRODUÇÃO

1.1. A escolha do tema	4
1.2. Objecto de estudo: tempo, espaço e perspectiva	4
1.3. Principais dificuldades	6
1.3.1. Escassez de produção historiográfica nacional	6
1.3.2. Dispersão e características dos registos	7
1.3.3. Indefinição dos pesos e medidas medievais	8
1.3.4. Questões monetárias	9
1.3.5. Diversidade/Especificidade do objecto de estudo	10
1.4. Opções e Metodologia	11
1.4.1. Selecção de fontes e organização de dados	11
1.4.2. Que abordagem face à indefinição do sistema medieval de pesos e medidas?	15
1.4.3. A questão monetária e a adopção de uma metodologia pouco seguida em Portugal	16
1.4.4. Elaboração de um elemento de síntese	20
1.4.5. Princípios de uma abordagem ao salário tardo-medieval	21
1.4.5.1. Perspectivas sobre o léxico	21
1.4.5.2. A capacidade produtiva	24

II – OS BENS

2.1. Alimentação	28
2.1.1. Cereais	28
2.1.1.1. Trigo	28
2.1.1.2. Cereais de “segunda”	41
2.1.1.3. Cevada	42
2.1.1.4. Centeio	45
2.1.1.5. Milho	47
2.1.1.6. Farelos	50
2.1.2. Farinha, pão e biscoito	51
2.1.2.1. Farinha	51
2.1.2.2. Pão	53
2.1.2.3. Biscoito	59
2.1.3. Vinho	59
2.1.4. Carne	67
2.1.4.1. Vaca	67
2.1.4.2. Carneiro	74
2.1.4.3. Porco	78
2.1.4.4. Bode e Cabra	81
2.1.4.5. Galinha e Frango	83
2.1.4.6. Pato	87
2.1.4.7. Coelho	88
2.1.5. Peixe	89
2.1.5.1. Pescada	91
2.1.5.2. Sardinha	93
2.1.5.3. Sável	94

2.1.6. Outros géneros alimentares	95
2.1.6.1. Azeite	95
2.1.6.2. Sal	97
2.1.6.3. Queijo	100
2.1.6.4. Manteiga	101
2.1.6.5. Ovos	101
2.1.6.6. Fruta e Legumes	102
2.1.6.7. Açúcar	103
2.2. Têxteis, Couros, Peles e Cordoaria	104
2.2.1 Têxteis	104
2.2.2. Couros, Peles e Cordoaria	109
2.3. Vestuário e Calçado	110
2.3.1. Vestuário	110
2.3.2. Calçado	114
2.4. Obras literárias e materiais de escrita	119
2.4.1. Pergaminho	121
2.4.2. Papel	123
2.5. Materiais de Construção	126
2.5.1. Cal	126
2.5.2. Telha e Tijolo	127
2.5.3. Outros materiais de construção: madeiras e minerais	129
2.6. Ferro, Ferragens e outros metais	130
2.6.1. Ferro	130
2.7. Iluminação e Aquecimento (matérias-primas e objectos)	133
2.7.1. Cera	133
2.8. Armas e Equipamento Militar	136
2.9. Animais e seus apetrechos	137
2.10. Interior Doméstico	139
2.11. Escravos	142

III – OS SALÁRIOS

3.1. Oficiais Públicos	145
3.1.1. Escasso	145
3.1.2. Institucionalizado e em quebra	146
3.1.3. Aumentos essencialmente faciais	148
3.1.4. Hierarquias salariais	149
3.1.5. Diferenças geográficas	151
3.1.6. Deslocações	153
3.1.7. Oficiais de justiça e serviços de escolta	156
3.2. Clérigos e “Profissionais Liberais”	159
3.2.1. Serviços religiosos e de apoio ao culto	159
3.2.2. Professor e Conservador	162
3.2.3. Físico, Cirurgião, Sangrador e Boticário	164
3.2.4. Músico	167
3.3. Mesteirais	168
3.3.1. “Alfaiate”	171
3.3.2. Almocreve e serviços de transporte	173
3.3.3. Arquitecto, Escultor, Pintor, Vidreiro e Relojoeiro	177

3.3.4. Atafoneiro/Moleiro	179
3.3.5. Carpinteiro	185
3.3.6. Correeiro	189
3.3.7. Ferreiro	190
3.3.8. Ferrador	194
3.3.9. Forneira e Padeira	196
3.3.10. Pedreiro	199
3.3.11. Sapateiro	203
3.3.12. Telheiro e Oleiro	207
3.3.13. Outros mesterais da construção	208
3.3.14. Outros mesterais ligados ao trabalho de têxteis e couros	209
3.3.15. Outros mesterais	211
3.3.16. Serviços não qualificados	214
3.4. Trabalhadores Agrícolas	216
 IV – PERSPECTIVAS EM ABERTO	 221
 ANEXOS	
Nota Introdutória	226
II – Os Bens	227
III – Os Salários	277
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	 312
 ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	 321
 ÍNDICE GERAL	 322